Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Terra Livre

n. 57 v. 2
jul.-dez./2021

ISSN 2674-8355



Terra Livre

n. 57, v. 2, 2021

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2020-2022

Diretoria Executiva Nacional

Presidenta
Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)

Vice-Presidente
Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)

1ª Secretário
Vinicius Lima Lemes (AGB Vitória)

2º Secretária
Amanda Amaral (AGB Juiz de Fora)

1º Tesoureiro
Felipe Rodrigues Leitão (AGB Fortaleza)

2º Tesoureiro
Gabriel Henrique de Oliveira Bragança (AGB Belo Horizonte)

Coordenação de Publicações
Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)
Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte)

Comunicações
Igor Carlos Feitosa Alencar (AGB João Pessoa)
Lucas Araújo Martins (AGB João Pessoa)
Paola Luchesi Braga (AGB Belo Horizonte)

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 36 – VOL. 2
NÚMERO 57

TERRA LIVRE
Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro- Campinas/SP

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n. 57: Ailson Barbosa de Oliveira; Alexsandro Costa de Sousa; Amanda Baratelli; Ana Paula Vasconcelos; André Azoury Vargas; Astrogildo Luiz de França Filho; Átila de Menezes Lima; Bruna Dayane Xavier de Araújo; Carolina Russo Simon; Cássia Maria dos Santos Costa; Christovam Reis dos Santos Filho; Cíntia Cristina Lisboa da Silva; Cristiano da Silva Rocha; Danielle Rodrigues da Silva; David dos Santos da Conceição; Debora Cristina Vieira de Simas; Fabiano Greter Moreira; Fabiano Greter Moreira; Felipe Saluti Cardoso; Flaviane Ramos dos Santos; Hortência Gomes de Brito Souza; Isis do Mar Marques Martins; Janaina Gaby Trevisan; Janio Santos; Jean Filippe Gomes Ribeiro; Jéssica Soares de Freitas; Jonathan da Silva Marcelino; José Diego Gobbo Alves; Kauê Avanzi; Leandro Vieira Cavalcante; Leildo Dias Silva; Leonardo Silva; Lucas Antonino; Luisa Fernanda Durán Montes; Marcia Rissete; Marlon Altavini de Abreu; Raphael Fernando Diniz; Sérgio Manuel Merêncio Martins; Thell Rodrigues; Theo Soares de Lima; Thiago Manhães Cabral; Thiago Teixeira da Cunha Coelho; Vitor Mendes Monteiro; Wilians Ventura Ferreira Souza..

Editores Responsáveis: Rachel Facundo Vasconcelos e Maria Clara Salim Cerqueira.

Capa: Montagem da obra Esperança e Destruição (1916) de Paul Klee, por Maria Clara Salim Cerqueira.

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1987 - n. 2 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1997 - n.13– impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1998 - interrompida	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2000 - n.15 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2021 – ano 36, v. 1 n. 56 - digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	2021 – ano 36, v. 2 n. 57 - digital
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	**ISSN 2674-8355**
2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa	

SUMÁRIO

EDITORIAL xii

ARTIGOS

ESTRANHO NAS SOMBRAS: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO, O TERRITÓRIO E AS PAISAGENS DO MEDO / *THE STRANGER IN THE SHADOWS: REFLECTIONS ON SPACE, TERRITORY AND LANDSCAPES OF FEAR / EL EXTRAÑO EN LAS SOMBRAS: REFLEXIONES SOBRE EL ESPACIO, EL TERRITORIO Y LOS PAISAJES DEL MIEDO* 15

Roberto Magno Reis Netto, Clarina de Cássia da Silva Cavalcante e Clay Anderson Nunes Chagas

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A ETNOGEOGRAFIA: DEFINIÇÕES, GÊNESE E FUNDAMENTOS / *A CONCEPTUAL APPROACH TO ETHNOGEOGRAPHY DEFINITIONS, GENESIS AND FUNDAMENTALS / UNA APROXIMACIÓN CONCEPTUAL A LA ETNOGEOGRAFÍA: DEFINICIONES, GÉNESIS Y FUNDAMENTOS* 39

Zenilda Lopes Ribeiro

TERRITÓRIOS DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO: OLHARES GEOGRÁFICOS / *BORDER TERRITORIES IN MATO GROSSO: GEOGRAPHIC VIEWS / TERRITORIOS DE FRONTERA EN MATO GROSSO: MIRADAS GEOGRÁFICAS* 61

Gabriel De Miranda Soares Silva e Giseli Dalla Nora

AS LENTES DO OLHAR: UM EXERCÍCIO TEÓRICO-METODOLÓGICO NO COMPLEXO VERDE (MA/PA) / *THE LENSES OF THE GAZE: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL EXERCISE IN THE COMPLEXO VERDE (MA/PA) / LAS LENTES DE LA MIRADA: UN EJERCICIO TEORICO-METODOLOGICO EN EL COMPLEXO VERDE (MA / PA)* 96

José Diego Gobbo Alves, Janaína Welle, Marcelo Rezende Calça Soeira e Sônia Regina da Cal Seixas

PARA UMA CRÍTICA À RACIONALIDADE LOGÍSTICA: NOTAS PARA UM DEBATE / *TOWARDS A CRITIQUE OF LOGISTICAL RATIONALITY : NOTES FOR A DISCUSSION / HACIA UNA CRÍTICA DE LA RACIONALIDAD LOGÍSTICA: NOTAS PARA UN DEBATE* 131

Alessandro Peregalli e Carlos Walter Porto-Gonçalves

FEMINICÍDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁTICAS MISÓGINAS NA GEOGRAFIA / *EPISTEMOLOGICAL FEMINICIDE: MISOGYN PRACTICES IN GEOGRAPHY / FEMINICIDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁCTICAS MISOGYN EN GEOGRAFÍA*

Carolina Russo Simon 166

REFLEXÕES TEÓRICAS DA GEOGRAFIA FEMINISTA DECOLONIAL SOBRE AS ESPACIALIDADES COLONIAIS REPRODUTORAS DO CONTROLE SOCIAL DO CORPO FEMININO DURANTE O PARTO / *THEORETICAL REFLECTIONS OF DECOLONIAL FEMINIST GEOGRAPHY ON THE REPRODUCTIVE COLONIAL SPATIALITIES OF THE SOCIAL CONTROL OF THE FEMALE BODY DURING CHILDBIRTH / REFLEXIONES TEÓRICAS DE LA GEOGRAFÍA FEMINISTA DECOLONIAL SOBRE LAS ESPACIALIDADES COLONIALES REPRODUCTORAS DEL CONTROL SOCIAL DEL CUERPO FEMENINO DURANTE EL PARTO* 190

Cíntia Cristina Lisboa da Silva e Bruna dos Santos

ECOFEMINISMO E BEM VIVER: A SOBERANIA ALIMENTAR PRATICADA PELAS AMABELAS EM BELTERRA-PA / *ECOFEMINISM AND GOOD LIFE: FOOD SOVEREIGNTY PRACTICED BY AMABELAS IN BELTERRA-PA / ECOFEMINISMO Y BUEN VIVIR: SOBERANIA ALIMENTARIA PRACTICADA POR AMABELAS EN BELTERRA/PA* 226

Milena Sanche De Sousa, Leide Joice Pontes Portela, Maria Das Graças Silva Nascimento Silva e Josué Da Costa Silva

"NÃO HÁ ORGULHO PARA ALGUNS SEM A LIBERTAÇÃO DE TODOS NÓS": TERRITÓRIOS DO MEDO E A ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ / "NO PRIDE FOR SOME WITHOUT THE LIBERATION OF US ALL": TERRITORIES OF FEAR AND THE SPATIALISATION OF VIOLENCE AGAINST LGBTI+ PEOPLE / "PAS DE FIERTÉ POUR CERTAINS SANS LA LIBÉRATION DE NOUS TOUS" : LES TERRITOIRES DE LA PEUR ET LA SPATIALISATION DE LA VIOLENCE CONTRE LES PERSONNES LGBTI+. 256

Lígia Cardoso Borges e Caroline Cherubini Rodrigues

ESPACIOS RURALES Y REPRESENTACIONES DE GÊNERO: LAS BASES MATERIALES DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA CONTRA LAS MUJERES RURALES GALLEGAS (ESPAÑA) Y NORDESTINAS (BRASIL) / *RURAL SPACES AND GENDER REPRESENTATIONS: THE MATERIAL BASES OF SYMBOLIC VIOLENCE AGAINST RURAL WOMEN IN GALICIA (SPAIN) AND THE NORTHEAST (BRAZIL) / ESPAÇOS RURAIS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO: AS BASES MATERIAIS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER RURAL NA GALIZA (ESPANHA) E NO NORDESTE (BRASIL)* 279

Maria Franco-Garcia

ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES CARENTES: ESTUDO DE CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO BAIRRO VARANDAS DO CAMPO / *SOCIO-ENVIRONMENTAL ANALYSIS IN NEEDY COMMUNITIES: A CASE STUDY OF THE IRREGULAR OCCUPATION OF THE VARANDAS DO CAMPO NEIGHBORHOOD / ANÁLISIS SOCIOAMBIENTAL EN COMUNIDADES NECESITADAS: UN ESTUDIO DE CASO DE LA OCUPACIÓN IRREGULAR DEL BARRIO DE VARANDA DO CAMPO* 327

Gislene F. Ortiz Porangaba, Carlos Cesar Gonzalez De Luna e Lourdes Brazil Dos Santos Argueta

"TRAMANDO GEOGRAFIA(S) COM CRIANÇAS": UMA EXPERIÊNCIA DA GEOGRAFIA DAS INFÂNCIAS NO CMEI REINALDO RIDOLFI EM VITÓRIA/ES / *"PLOTTING GEOGRAPHY(S) WITH CHILDREN": AN EXPERIENCE OF THE GEOGRAPHY OF CHILDHOODS IN CMEI REINALDO RIDOLFI IN VITÓRIA/ES / "TRAZAR LA GEOGRAFÍA CON LOS NIÑOS": UNA EXPERIENCIA DE LA GEOGRAFÍA DE LA INFANCIA EN EL CMEI REINALDO RIDOLFI EN VITÓRIA/ES* 353

William Carlos Rodrigues Gonçalves, Rayssa Da Silva Henrique, Rayla Heringer Gomes e Thaís Barbosa Da Costa

ENSINO DE GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE: UM "MUSEU DE GRANDES NOVIDADES?" / *TEACHING GEOGRAPHY IN CONTEMPORARY: A "MUSEUM OF GREAT NEWS?" / L'ENSEIGNEMENT DE LA GEOGRAPHIE DANS LA CONTEMPORANEITE : UN « MUSEE DE GRANDES NOUVEAUTES ? »* 380

Rogata Soares Del Gaudio e Doralice Barros Pereira

A DUPLA OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO: FECHAMENTO DE ESCOLAS E DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA / *THE DOUBLE OFFENSIVE OF AGRIBUSINESS ON EDUCATION: CLOSURE OF SCHOOLS AND POLITICAL-IDEOLOGICAL DISPUTE / LA DOBLE OFENSIVA DEL AGRONEGOCIO SOBRE LA EDUCACION: EL CIERRE DE ESCUELAS Y DISPUTA POLITICO-IDEOLOGICA* 433

Paulo Alentejano, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, Roberta da Costa Lines, Ingrid Da Silva Linhares e Leonam Bonato Da Silva

INTERSEÇÕES ENTRE CARTOGRAFIA SOCIAL E TERRITÓRIOS DA MINERAÇÃO / *INTERSECTIONS BETWEEN SOCIAL CARTOGRAPHY AND MINING TERRITORIES / INTERSECCIONES ENTRE CARTOGRAFÍA SOCIAL Y TERRITORIOS MINEROS* 471

Wagner Batella, Daniel Alves Braga e Vitória Custódio Christ De Carvalho

PERCEPÇÃO DO RISCO DE RUPTURA DA BARRAGEM GARGALHEIRAS E A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARI, RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL / *PERCEPTION OF THE RISK OF GARGALHEIRAS DAM RUPTURE AND VULNERABILITY OF THE POPULATION IN ACARI, RIO GRANDE DO NORTE – BRAZIL / PERCEPCIÓN DEL RIESGO DE RUPTURA DE LA PRESA GARGALHEIRAS Y VULNERABILIDAD DE LA POBLACIÓN DEL MUNICIPIO DE ACARI, RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL* 505

Jhonathan Lima de Souza, Ana Caroline Damasceno Souza, Eduardo José Marandola Jr., e Lutiane Queiroz de Almeida

CIDADES MÉDIAS E REESTRUTURAÇÃO URBANA NO NORDESTE BRASILEIRO / *MEDIUM CITIES AND URBAN RESTRUCTURING IN NORTHEAST BRAZIL / VILLES MOYENNES ET RESTRUCTURATION URBAINE DANS LE NORD-EST DU BRÉSIL* 526

Jefferson Santos Fernandes

ATRAVESSANDO A PELE PRETA: EXPERIÊNCIA DE PRECONCEITO GEOGRÁFICO AO HABITAR PAISAGENS DO MEDO / *CROSSING THE BLACK SKIN: EXPERIENCE OF GEOGRAPHIC PREJUDICE IN INHABITING LANDSCAPES OF FEAR / CRUZANDO LA PIEL NEGRA: EXPERIENCIA DE PREJUICIO GEOGRAFICO AL HABITAR PAISAJES DE MIEDO* 553

Douglas Vitto e Jeani Delgado Paschoal Moura

DE MAÇARANDUBA AO BAIRRO INDUSTRIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA PRAINHA (ARACAJU-SE) / *FROM MAÇARANDUBA TO THE INDUSTRIAL NEIGHBORHOOD: THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE STRUGGLE FOR THE RECOGNITION OF THE TRADITIONAL COMMUNITY OF PRAINHA (ARACAJU-SE) / DE MAÇARANDUBA AL BARRIO INDUSTRIAL: LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO URBANO Y LA LUCHA POR EL RECONOCIMIENTO DE LA COMUNIDAD TRADICIONAL DE PRAINHA (ARACAJU-SE)* 585

Jorge Edson Santos e Lucas Zenha Antonino

DESIGUALDADES REGIONAIS E PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO NORDESTINO E O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE / *REGIONAL INEQUALITIES AND POLES OF DEVELOPMENT: THE NORTHEAST CASE AND THE SUAPE PORT INDUSTRIAL COMPLEX / DESIGUALDADES REGIONALES Y POLOS DE DESARROLLO: EL CASO NORESTE Y EL COMPLEJO INDUSTRIAL DEL PUERTO DE SUAPE* 615

Lucas Chaves Miquilini, Edson de Morais Machado e José Messias Bastos

GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: REPERCUSSÕES E CORRELAÇÕES COM O CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 / *TERRITORIAL MANAGEMENT AND PLANNING IN THE BRAZILIAN AMAZON: REPERCUSSIONS AND CORRELATIONS WITH THE COVID-19 PANDEMIC SCENARIO / GESTION Y PLANIFICACION TERRITORIAL EN LA AMAZONIA BRASILEÑA: REPERCUSIONES Y CORRELACIONES CON EL ESCENARIO DE PANDEMIA DE COVID-19* 656

Anderson Azevedo Mesquita e Maria Madalena De Aguiar Cavalcante

A CONSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL COMO UM "MODELO ESTATAL DE MODERNIZAÇÃO": SUA APROPRIAÇÃO PELO ESTADO BRASILEIRO E SUAS REPERCURSÕES NA PARTICULARIDADE DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA / *THE CONSTITUTION OF REGIONAL PLANNING AS A "STATE MODERNIZATION MODEL": ITS APPROPRIATION BY THE BRAZILIAN STATE AND ITS REPERCURSIONS IN THE PARTICULARITY OF BRAZILIAN MODERNIZATION / LA CONSTITUICION DE LA PLANIFICACION REGIONAL COMO " MODELO DE MODERNIZACION DEL ESTADO" : SU APROPRIACION POR EL ESTADO BRASILEÑO Y SUS REPERCUSIONES EN LA PARTICULARIDAD DE LA MODERNIZACION BRASILEÑA* 685

Gabriel Pedro Alves Lopes

O AUMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS FATORES ECONÔMICOS / *THE POPULATION INCREASE IN THE MUNICIPALITY OF LINHARES – ES IN THE PERIOD FROM 2000 TO 2010: AN ANALYSIS BASED ON ECONOMIC FACTORS / O AUMENTO POBLACIONAL EM EL MUNICIPIO DE LINHARES -ES EN EL PERÍODO DE 2000 A 2010: UM ANÁLISIS BASADO EM FACTORES ECONÓMICOS* 716

Hamânda Marques De Antônio

ENQUANTO A TERRA NÃO FOR LIVRE, EU TAMBÉM NÃO SOU: O JARÊ DA CHAPADA DIAMANTINA (BA) COMO RESGATE DA MEMÓRIA EM TORTO ARADO / *AS LONG AS THE LAND IS NOT FREE, NEITHER AM I: THE JARE OF CHAPADA DIAMANTINA (BA) AS A RESCUE OF MEMORY IN TORTO ARADO / MIENTRAS LA TIERRA NO SEA LIBRE, YO TAMPOCO SOY: JARE DE LA CHAPADA DIAMANTINA (BA) COMO RESCATE DE LA MEMORIA EN TORTO ARADO* 741

Maria Eduarda Pires Bastos

A GEOGRAFIA DO LATIFÚNDIO NO BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÂMICAS DE USO E PROPRIEDADE DA TERRA / *THE GEOGRAPHY OF LATIFUNDIES IN THE BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DYNAMICS OF LAND'S USE AND PROPERTY / LA GEOGRAFÍA DEL LATIFUNDO EN EL BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÁMICAS DE USO Y PROPIEDAD DE LA TIERRA* 759

Leandro Vieira Cavalcante, Francisco Ricardo Leite Silva e Erivaldo Paiva Martins

OS RISCOS À SAÚDE NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO DA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO / *HEALTH-WORK-DISEASE PROCESS AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE CANAVIO AGROHYDRONEGÓCIO OF THE 10TH ADMINISTRATIVE REGION OF PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO / PROCESO DE SALUD-TRABAJO-ENFERMEDAD Y REESTRUCTURACION PRODUCTIVA EN EL CANAVIO AGROHYDRONEGOCIO DE LA X REGION ADMINISTRATIVA DEL PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO* 788

Gabriel Vitor Nascimento Ferreira e Diógenes Rabello

PRECIPITAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CUBATÃO DO SUL/SC: ESTUDO DA VARIABILIDADE COM OS DADOS OBSERVADOS E A REANÁLISE MERRA-2 / *PRECIPITATION IN THE CUBATÃO SOUTH RIVER WATERSHED/SC: VARIABILITY STUDY WITH OBSERVED DATA AND MERRA-2 REANALYSIS / PRECIPITACION EN LA CUENCA DEL RIO CUBATÃO DO SUL/SC: ESTUDIO DE VARIABILIDAD CON LOS DATOS OBSERVADOS Y EL REANALISIS MERRA-2* 827

Karen Andressa Ramos, Manuela Luiza de Andrade Camisão, Karla Viviane de Carvalho e Thiago Pereira Alves

NORMAS 861

Editorial

Caros leitores e leitoras,

Convidamos toda comunidade geográfica a pensar e refletir sobre os temas trazidos pela edição, de número 57º da Revista Terra Livre, que corresponde a publicação do segundo semestre de 2021. Nesta edição temos 27 artigos que abordam temáticas concernentes ao pensamento geográfico, às dinâmicas espaço-temporais, ao agronegócio e os seus impactos socioambientais, à dinâmica migratória, aos territórios e territorialidades, ao planejamentos urbano e regional, ao ensino de Geografia, às questões culturais de gênero, além de recursos hídricos.

Não poderíamos deixar de salientar nesta edição os desafios impostos pela conjuntura: ressaltamos que apesar de estarmos em um momento menos grave da pandemia da COVID-19, que foi atenuada com a (tardia) chegada das vacinas, bem como com a aplicação e manutenção dos protocolos higiênico-sanitários, não acabou, e outras doenças em escala mundial também se anunciam. É o caso da "varíola do macaco" ou *monkeypox*. Vivemos ainda momentos de tensão com o receio de uma guerra em escala mundial, devido aos conflitos entre Rússia e Ucrânia, as ameaças entre China e Taiwan, que configuram um estado de alarde e de incertezas para a humanidade.

No Brasil vivenciamos um momento de disputa eleitoral, este marcado por ataques, *fake news*, ameaças, promessas e esperanças. Neste pleito, a população vai definir quem ocupará os cargos de presidente da República, deputados federais, estaduais, senadores e governadores. Destacamos a importância da lisura do processo democrático e a importância do voto, bem como o conjunto de lutas histórias que possibilitou que. desde a Constituição de 1988, o direito ao voto se tornasse universal, garantindo assim eleições com o voto individual, obrigatório e secreto. O sufrágio universal significa que todo cidadão, dentro das normas legais, têm direito ao voto. Essa configuração de participação política pode ser considerada uma conquista. Todos os cidadãos maiores de 16 anos, independentemente do sexo, alfabetizados ou analfabetos, têm o direito de escolher seus representantes pelo voto. Desde 1996 o voto ocorre de maneira eletrônica e informatizada, o que agiliza a apuração dos votos e eliminou as possibilidades de fraudes, sendo uma revolução no processo eleitoral que serve de exemplo para outros países.

A flagrante onda de negacionismos e retrocessos em diversas áreas do país também tem reverberações neste período eleitoral como se vê na sistemática tentativa por parte de alguns governantes de pressionar para que a eleição de 2022 ocorresse por meio de voto impresso, alegando que o voto eletrônico não é auditável. O que nada mais é que uma tentativa de desmonte da credibilidade e transparência eleitoral do país. Haja vista que o voto via urna eletrônica já é auditável por meio da geração de boletins individuais das

urnas. O retorno da cédula como mecanismo principal para a realização das eleições não apenas aumentaria o tempo de contabilização e divulgação dos resultados, como implicaria na possibilidade real de fraude.

Diante de tantas incertezas, entramos nesse período eleitoral buscando esperança dentro do processo transparente e democrático, e ansiando que, a partir deste, sejam possíveis dias melhores para todas as pessoas. Que ao invés de pessoas que representem a "casa grande" brasileira, elitista, misógina, patriarca, escravista, aporofóbica, excludente, xenofóbica, racista, genocida, sejam eleitas pessoas realmente comprometidas com a ciência, a educação, a saúde, a moradia, a segurança alimentar, dentre outros pontos tão importantes para a vida em sociedade.

O vislumbre da mudança é um sopro de esperança para nesses dias tão conturbados que já vivíamos muito antes da pandemia da COVID-19. Dentro desse contexto, a Geografia segue contribuindo com análises críticas e reflexivas sobre as questões socioambientais, culturais, políticas e econômicas da sociedade. Desta forma, reiteramos o convite para leitura dos artigos desta edição que são uma mostra da resistência do fazer ciência na geografia diante de uma conjuntura tão crítica como a que nos encontramos. Pedimos uma ampla divulgação, crítica e reflexiva das temáticas que versam essa edição.

O quadro Destruição e Esperança (Paul Klee, 1916), que fornece a base para a capa desta edição, parece captar a tensão posta no momento contemporâneo. A experiência de nosso tempo histórico tem sido reiteradamente marcada pela destruição (das instituições, dos direitos, dos territórios, e, no limite, da própria vida), ao mesmo passo que a gravidade do momento nos convida à construção de outras possibilidades, ao estabelecimento de espaços de esperança. É justamente nessa tensão entre a necessidade de encarar de frente a destruição posta e a necessidade de construir outras realidades que a presente edição se encontra. A montagem feita com o fundo na cor vermelha para representar o Brasil como brasa, onde estes momentos podem ser percebidos com tanta intensidade. E é com esse desafio colocado que abrimos o convite para a leitura deste número.

Encerramos esse breve editorial com duas levezas. Primeiramente, frase do grande professor Ariano Suassuna: "Se otimistas são tolos, já pessimistas, não deixam de ser chatos. Bom mesmo é ser realista esperançoso". Em sequência, trazemos um trecho de uma música do cantor e compositor Chico Buarque, um samba lançado em 1978 durante o período militar intitulado *Apesar de Você*, porque se naqueles tempos sombrios, as coisas passaram, as de agora também vão passar, apesar de você (que esteja no poder)...

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu

Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar

Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar

Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro

Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar

Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar

Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear

De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai se dar mal
Etc. E tal

Lá lá lá lá laiá

Coletivo de Publicações (2020-2022)
Maria Clara Salim Cerqueira
Rachel Facundo Vasconcelos Oliveira

O ESTRANHO NAS SOMBRAS: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO, O TERRITÓRIO E AS PAISAGENS DO MEDO

THE STRANGER IN THE SHADOWS: REFLECTIONS ON SPACE, TERRITORY AND LANDSCAPES OF FEAR

EL EXTRAÑO EN LAS SOMBRAS: REFLEXIONES SOBRE EL ESPACIO, EL TERRITORIO Y LOS PAISAJES DEL MIEDO

Roberto Magno Reis Netto
Universidade Federal do Pará.
Doutorando em Geografia (UFPA).
E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante
Érgane – Pesquisadores da Amazônia.
Especialista em Atividade de Inteligência (ESMC).
E-mail:
clarinacavalcante@outlook.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará /
Universidade do Estado do Pará.
Doutor em desenvolvimento (UFPA)
E-mail: claychagas@ufpa.br

Resumo: O presente ensaio objetivou a construção de possíveis correlações entre as territorialidades estabelecidas pelos mais diversos agentes e sua influência no espaço, como elementos capazes de construir símbolos ou códigos espaciais geradores de sentimentos ao ser humano, dentre os quais, o de medo. Buscou-se a realização de uma discussão em torno dos conceitos de espaço, território e paisagem, e suas possíveis repercussões na psicoesfera humana, de modo a identificar a possível construção de paisagens do medo, a partir da interação entre o humano e os territórios constituídos sobre o espaço. Ao fim, concluiu-se que a ideia de paisagem do medo será sempre relativa e estará diretamente ligada a uma dicotomia entre a territorialidade que se vive e uma territorialidade que não se vive, portanto, decorrente de uma sensação de ruptura diante de códigos diferentes daqueles inerentes ao espaço onde corriqueiramente se exerce a existência.

Palavras-Chave: paisagens do medo, territorialidade, códigos do espaço.

Abstract:
This essay aimed at the construction of possible correlations between the territorialities established by the most diverse agents and their influence in space, as elements capable of building symbols or spatial codes that generate feelings for the human being, among which, fear. We sought to carry out a discussion around the concepts of space, territory and landscape, and their possible repercussions on the human psychosphere, in order to identify the possible construction of landscapes of fear, from the interaction between the human and the constituted territories. over space. In the end, it was concluded that the idea of a landscape of fear will always be relative and will be directly linked to a dichotomy between the territoriality that is lived and a territoriality that is not lived, therefore, resulting from a feeling of rupture in the face of codes different from those inherent to the space where existence is routinely exercised.

Keywords: landscapes of fear, territoriality, space codes.

Resumen:
El presente ensayo apuntó a la construcción de posibles correlaciones entre las territorialidades establecidas por los más diversos agentes y su influencia en el espacio, como elementos capaces de construir símbolos o códigos espaciales generadores de sentimientos para el ser humano, entre los cuales, el miedo. Buscamos realizar una discusión en torno a los conceptos de espacio, territorio y paisaje, y sus posibles repercusiones en la psicosfera humana, con el fin de identificar la posible construcción de paisajes del miedo, a partir de la interacción entre lo humano y los territorios constituidos. espacio. Al final, se concluyó que la idea de un paisaje del miedo siempre será relativa y estará directamente ligada a una dicotomía entre la territorialidad que se vive y una territorialidad que no se vive, por lo tanto, resultante de un sentimiento de ruptura frente a códigos distintos a los inherentes al espacio en que se ejerce rutinariamente la existencia.

Palabras-clave: paisajes del miedo, territorialidad, códigos de espacio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo representa um ensaio sobre o espaço vivido por cada um - ou, como diria Santos (2017), o território usado – e suas possíveis repercussões sobre as percepções dos sujeitos, capazes de incutir-lhes sentimentos de medo, eventualmente, capazes de condicionar seu comportamento a partir do ambiente deparado com os sentidos.

Obviamente, embora o trabalho detenha como foco o conceito de *território*, buscou-se uma correlação reflexiva entre este e as demais categorias inseparáveis, como o *espaço*, em termos práticos.

É inequívoco que o contato entre os seres humanos e os lugares ocasiona, aos primeiros, sentimentos que podem variar desde imagens de prazer a profundos quadros de temor.

E, é quase impossível não se remeter à Tuan (2005, p. 12), ao se tratar sobre *paisagens* e sua relação com o *medo*[1], o qual afirma que um potencial sentimento de insegurança poderia se originar tanto de "[...] estados psicológicos [...]" como "[...] do meio ambiente real", de modo que o contato entre humano e espaço, ou, ao menos, com determinados elementos da complexidade inerentes a este último, poderiam *ativar* o *medo* naquele primeiro.

Contudo, é de se questionar: que fenômenos, de fato, seriam capazes de ocasionar o sentimento de medo, a partir da interação entre o ser humano e o espaço-tempo? De que forma elementos pertencentes à complexidade do espaço seriam capazes de incutir no

[1] Conceito que, para esse autor, guarda sentidos muito mais próximos das construções de *topofilia e topofobia* (afinidade ou temor, decorrentes da relação psicológica entre a paisagem e anteriores imagens vinculadas ao lugar de apreço do observador), diferenciando-se, por exemplo, doa sentidos mais complexos de paisagem, elaborados por Santos (2017), por exemplo.

humano o complexo sentimento de alerta e prontidão em questão? De que forma os processos de (re)produção social do espaço estariam sujeitos a influências decorrentes desse sentimento de ameaça, diretamente vinculado ao espaço?

Sem qualquer pretensão de exaurimento do assunto (digno de verdadeiras teses interdisciplinares, aliás), objetivou-se, neste texto, a construção de possíveis correlações entre as territorialidades estabelecidas pelos mais diversos agentes e sua influência no espaço, como elementos capazes de construir símbolos ou códigos espaciais (LEFEBVRE, 2000) geradores de sentimentos ao ser humano, dentre os quais, o de medo.

Especificamente, buscou-se a realização de uma discussão em torno dos conceitos de espaço, território e paisagem, e suas possíveis repercussões na psicoesfera humana (SANTOS, 2017), de modo a identificar a possível construção de *paisagens do medo* a partir da interação entre o humano e os territórios constituídos sobre o espaço.

A discussão se originou da verificação do uso cada vez mais recorrente da categoria *paisagens do medo*, em discussões travadas nos círculos da chamada geografia da violência e do crime (REIS NETTO, 2021), junto aos quais o debate em torno do *medo* tem sido observado como justificativa para políticas e ações contraditórias, que, na prática, resultam em nítida segregação (fragmentação) do espaço das cidades (HAESBAERT, 2014), por exemplo.

Nesse desiderato, o trabalho se constituiu como uma pesquisa inicialmente bibliográfica (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), debruçada sobre o debate de conceitos elaborados por autores de significativa importância à geografia (SANTOS, 2017; LEFEBVRE, 2000), sob uma abordagem essencialmente qualitativa (ou seja, voltada à discussão do conteúdo de certos fenômenos).

Num segundo momento, a análise prosseguiu mediante o uso da técnica de *análise documental,* conjuntada à *análise por observação* (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), mediante o uso de imagens oriundas do acervo dos pesquisadores (em suas pesquisas envolvendo a temática do crime e violência no âmbito da geografia), de modo a permitir uma aproximação empírica entre os postulados debatidos e suas manifestações espaciais concretas.

Assim, foram realizadas determinadas digressões teóricas capazes de servir como elementos iniciais para a explicação de possíveis fenômenos espaciais correlatos ao *medo* ou *sensação de insegurança*, comuns a debates relativos à geografia da violência e do crime (REIS NETTO, 2021), bem como a diversas áreas, como o direito e a segurança pública, atividade de inteligência, defesa, etc. Além disso, o texto buscou, igualmente, um acréscimo aos debates sobre o tema, sendo uma instigação à construção de teorias posteriores.

O ESPAÇO, O TERRITÓRIO E O SENTIMENTO

Por meio de um olhar sobre a noção de *totalidade* (muito mais hipotético do que real, conquanto aquela se coloque como uma verdade inatingível à razão humana e seus limitados sentidos), tem-se que esta conglobaria um complexo e imensurável mundo de possibilidades coexistentes e intercruzadas que, de maneira pouco previsível e absolutamente variável, se realizariam a todo tempo, diversamente, em diferentes lugares.

Ou, como afirmaria Santos (2017, p. 124):

> A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até

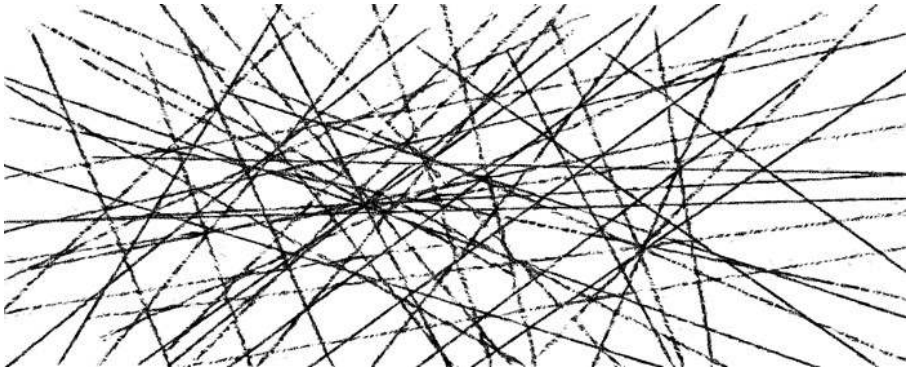
> então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação.

Ação esta que

> [...] une o universal ao particular. Levando o universal ao lugar, cria uma particularidade. E esta sobrevive como particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. (SANTOS, 2017, p. 124)

Se as possibilidades reais fossem representáveis por vetores (Figura 1), por exemplo, elas surgiriam como um caos em ininterrupto cruzamento, que, num dado momento, se encontrariam (geograficizadas e historicizadas) para particularizar-se no lugar e voltar à realização de novos movimentos, por meio de *eventos* (SANTOS, 2017).

Figura 1 – O caos da totalidade, a particularidade do real.



Fonte: criação dos autores.

Nesse sentido, Santos (2017), ao compreender o espaço como um perpétuo conjunto solidário, indissociável e contraditório de sistemas de ações e objetos, pressupôs a existência de ações (propugnadas pelos saberes e fazeres humanos em busca de suas realizações diversas, em indissociável interação com o espaço-tempo)

e de objetos, mantenedores de formas-conteúdos decorrentes dessas ações, que são capazes de "[...] influenciar de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social" (SANTOS, 2017, p. 126), num processo que denominou de *inércia dinâmica*.

E, nessa perspectiva, esses objetos, ao existirem e se instalarem nos lugares, passam a expressar em si intencionalidades imprimidas a partir da racionalidade humana que os instituiu, exercendo a dita *inércia dinâmica,* por vezes, dissociada daquela decorrente de sua razão criadora, separando *criadores* e *criaturas* para que exerçam efeitos sociais não necessariamente controláveis.

Além disso, há que se falar, igualmente, em objetos naturais, componentes de uma complexidade territorial decorrente dos elementos naturais (SANTOS, 2017), que persiste, modifica e influencia as relações entre o homem e o espaço ao longo de seus processos de (re)produção social e, a todo tempo, por meio da acidentalidade da natureza, (re)criam objetos igualmente capazes de gerar representações no imaginário humano. Embora não se possa falar da *intencionalidade* de sua criação (pela natureza), de outro lado, se pode falar numa *interpretação pela racionalidade* daqueles que os observam.

Nessa perspectiva, exsurgem aos sentidos humanos as paisagens, enquanto "[...] um conjunto de objetos reais-concretos, [...] passados e presentes [...], uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo [...]" (SANTOS, 2017, p. 103).

Por óbvio, a paisagem está indissociavelmente ligada ao espaço e a todas as relações circunscritas à totalidade, de modo que a primeira não pode ser simplesmente dissociada ou estudada de maneira apartada do segundo (SANTOS, 2017).

Porém, de outro lado, é inequívoco que a complexidade do mundo que se consolida num conjunto de objetos na paisagem, inevitavelmente, atinge e adquire significado perante o sujeito-observador.

Figura 2 – Objetos geradores de *desconfortos a alguns olhos*: à esquerda, ervas daninhas em árvore, decorrentes da acidentalidade da natureza, em Belém-PA; à direita, construção humana abandonada e depredada, sujeita a pichações por grupos consumidores de drogas, em Santa Bárbara-PA



Fonte: acervo pessoal dos autores.

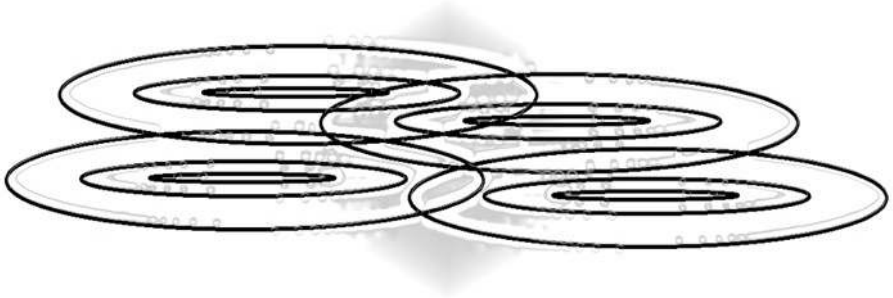
Analisando o fenômeno sob a perspectiva de Lefebvre (2006), tem-se que o autor também admite o espaço (social) como uma instância capaz de gerar repercussões psicológicas ao ser humano. Nas palavras do autor:

> Ora, a relação prática do Ego com seu próprio corpo estabelece sua relação com outros corpos, com a Natureza, com o espaço. E inversamente: a relação com o espaço se reflete numa relação com o outro, corpo e consciência. O corpo total se analisa e se auto-analisa [...] (LEFEBVRE, 2000, p. 281).
>
> Não é preciso demonstrar a capacidade inventiva do corpo: ele a mostra, ele a manifesta [desenvolve]

> no espaço. Os ritmos, múltiplos, se interpenetram. No corpo e em torno dele, como à superfície de uma água, como na massa de um fluido, os ritmos se cruzam e se entrecruzam, se superpõem, ligados ao espaço. Eles não deixam fora deles [de fora] nem as impulsões elementares, nem as energias, que elas se repartam no interior do corpo ou à sua superfície, que sejam "normais" ou excessivas, réplica a uma ação exterior ou explosivas (LEFEBVRE, 2000, p. 282).

Buscando uma possível ilustração da passagem, tem-se que a complexidade do espaço social poderia ser comparada a um conjunto de ondas em constante ressonância (Figura 2). As pessoas e os objetos, todos, componentes de um único espaço, viveriam em constante contato com as dinâmicas oriundas da complexidade (e que advém de si próprios), que, resultariam nas formas do espaço social.

Figura 3 - A fluida complexidade.



Fonte: elaboração dos autores.

A todo momento, essas forças da complexidade, em constante interação, constituiriam o espaço (social) como um conjunto de símbolos e representações que expõe um *códigо* do espaço, que determina seu funcionamento e lhe condiciona a ação humana (LEFEBVRE, 2000).

Aliás, sequer se poderia falar na separação entre humano e espaço, senão numa indissociabilidade do humano-espaço, já que

aquele só pode ser sentido enquanto ser-no-espaço, que também é espaço do ser:

> O 'outro' [o espaço] está lá, diante do Eu (corpo diante de um outro corpo). Impenetrável, salvo pela violência - ou pelo amor. Objeto de um dispêndio de energia, agressão ou desejo. Mas o externo é também interno, enquanto que "o outro" é também corpo, carne vulnerável, simetria acessível (LEFEBVRE, 2000, p. 242).

Do (indissociável) contato do ser humano com o espaço (dotado de signos, de códigos), significados explícitos ou implícitos, seriam automaticamente produzidos em na esfera mental daquele primeiro, que, por conseguinte, resultariam em sentimentos, dentre os quais, o de medo. Contudo, o medo não adviria necessariamente da totalidade, nem de intencionalidades decorrentes de processos que se operam em diferentes escalas.

O medo, enquanto estado de prontidão e sobrevivência, surgiria de algo potencialmente compreendido como uma ameaça pelo corpo-no-espaço, a partir da leitura dos signos, dos códigos espaciais, que lhe impelem a uma certa conclusão.

Santos (2017, p. 256) denomina de *psicoesfera* esse conjunto de significados capazes de influenciar o comportamento humano a partir do espaço, compreendendo-a como o "[...]reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...]" diante do "[...] meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário".

Embora o autor informe que a psicoesfera advenha da geração de um ideário a partir do contato com a complexidade do espaço geográfico, momento em que há uma pequena aproximação entre esse conceito e as ideias de *topofilia* e *topofobia* de Tuan (2005), de outro lado, não se pode ignorar que a complexidade gerará efeitos

diferenciados conforme cada evento, em cada local e a partir de cada corpo-no-espaço. Há outros elementos que (res)significam o espaço para além das questões psicológicas associadas ao lugar (que serão retomados no tópico seguinte).

Assim, para pessoas que habitam um dado lugar e criam *laços* com seus códigos, estes lhes parecerão normais e comuns, trazendo significados do dia a dia (SERPA, 2013), o que, por sua vez, se apresentaria de maneira diferente ao estrangeiro ou forasteiro, que poderia sentir esses códigos do espaço como ameaças ou representativos de medo, a partir das condições pelas quais este viveu seu respectivo processo de (re)produção social.

O lugar de si, do ser-no-espaço, "como lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de "cultura" (SERPA, 2013, p. 171), surge como o parâmetro de autoidentificação, do comum, quando em contato com uma determinada paisagem.

Figura 4 – "*O que lhe causa temor?*". A esquerda, imóvel urbano no Bairro do Distrito Industrial, município de Ananindeua-PA, em localidade apontada como perigosa. A direita, vicinal de um assentamento, na área rural do município de Santa Bárbara-PA, ambos na Região Metropolitana de Belém-PA



Fonte: acervo dos autores.

Desse modo, uma paisagem que, para uns geraria sentimentos adversos, para outros representaria a normalidade, o

cotidiano, de acordo com sua forma de ser-no-espaço. A título de exemplo, veja-se a Figura 4. Todas as imagens representam paisagens comuns a determinados estilos de vida.

No entanto, diante de uma eventual permuta de paisagens entre os seus respectivos observadores, os seres-no-espaço, certamente, tem-se que a nova paisagem poderia gerar sentimentos de medo em relação ao observador incomum em contato com o desconhecido e seus corpos.

Não há, portanto, uma *paisagem do medo*. A ideia é relativa, de acordo com cada conjunto de signos e a capacidade relacional de cada ser-no-espaço com eles mesmos.

OS TERRITÓRIOS E AS PAISAGENS DO MEDO

Como visto, cada um, em cada espaço-tempo, viveria conforme diferentes processos de (re)produção social do espaço, passando a imprimir sobre este as suas necessidades, culturas, etc., ao mesmo tempo em que receberia daquele (de seus códigos, seus signos, suas especificidades), intencionalidades (SANTOS, 2017) ou ritmos (LEFEBVRE, 2000) que condicionariam sua psicoesfera, moldando sua forma de ser-no-espaço.

Surge a concepção de *território usado* (SANTOS, 2005), animado pela cultura, pelas práticas, pelo trabalho humano, o espaço que passa a ser marcado pela territorialidade dos seres humanos, reverberando-a por meio dos objetos (re)construídos.

Ao se territorializar no espaço, os agentes, por meio de suas ações e seus trabalhos, se colocariam em cultura e memória conjuntamente aos objetos ali existentes, fazendo com que aquele espaço espelhe esses elementos (SANTOS, 2017).

De acordo com a capacidade de agir em diferentes escalas, a ação desses agentes territoriais pode transformar os signos e códigos espaciais de mais hegemônica, ou não, de acordo com a possibilidade desses signos não serem anulados ou diminuídos pelos diferentes vetores da complexidade que se impõe sobre os lugares.

Essa diferente capacidade de agir em múltiplas escalas, de acordo com Raffestin (1993), estaria diretamente afeto à capacidade de poder de cada agente, que seria transferida para as relações sociais, territorializando-os a partir de suas interações com outros agentes e com os objetos do espaço.

Embora a ideia de poder se configure como um conceito-chave da teoria daquele autor, por outro lado, ele afirma uma impossibilidade de delimitação desta categoria/instituto, sendo, no entanto, nítida sua inspiração em autores como Foucault (2015, p. 17), que entendem que o poder "[...] não é algo que se detém como uma coisa ou propriedade, que se possui ou não [...]", senão "[...] um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações[...]" (2015, p. 370).

O poder se ilustraria como uma chama que toca aquilo que os desejos e necessidades humanas espraiam em sua vivência nos espaços – territorialização pelo uso, como diriam Santos (2015) e Lefebvre (2000) – imantando-os, contaminando-os, incutindo-lhes diversos elementos daquelas intencionalidades (racionais ou não). Nem tudo é motivado por relações de poder. Mas o poder está lá, seja o que significar ou como for, gerando consequências mesmo nas mais puras relações de amor ou apreço.

A imagem abaixo pode ilustrar a abstração. O que o poder da mão de midas é capaz de tocar, é imantado pelo seu poder. Mas, por força da complexidade do mundo, nem tudo pode ser tocado, nem

tudo está ao seu alcance. Seu poder está adstrito à capacidade de sua relação escalar e dos limites de sua capacidade de resistência às demais forças da complexidade do mundo.

Figura 5 – *A mão de midas*.



Fonte: Criação dos autores.

Assim, é natural que as lógicas de codificações do espaço a partir do Estado (LEFEBVRE, 2000) ou de agentes ligados ao mercado internacional global (SANTOS, 2017) acabem se impondo numa busca por uma padronização do mundo do livre mercado.

Mas isso não anula, como bem especifica Santos (2005), as possibilidades de reconstrução e resistência dos espaços a partir das ações de agentes locais, que, em sua territorialidade, impõem-se, por suas ações e pelo sistema de objetos que ali se institui (na medida do possível), de maneira contrária e resistente às influências globais.

Os poderes desses agentes se encontram e se confrontam, construindo diferentes territórios e territorialidades no complexo espaço no qual se relacionam.

No nível local se afigura o que Lefebvre (2000, p. 232) compreende por *espaço apropriado* enquanto "[...] O espaço do habitar [que] abrange o de um grupo (de uma família, geralmente grande) e o de uma comunidade (fracionada em castas ou classes, que tendem a quebrá-la)". Portanto, o espaço que se opõe àquele dominado pelo Estado, que busca a ressignificação conforme os modos de vida de cada um (também, igualmente condicionados pelo espaço vivido por cada um).

De Santos (2015) e Lefebvre (2000) é possível extrair algo comum: tanto o exercício de ações por parte do mercado e do Estado, em escalas regionais, nacionais e globais (enfim, escalas geográficas menores), quanto dos cidadãos comuns e comunidades, em escalas locais (portanto, maiores), são capazes de criar, em suas territorialidades, signos passíveis de leitura por qualquer outro agente territorial, de acordo com seu nível de vivência, ao longo do processo de (re)produção do espaço.

Como afirma Lefebvre (2000), o primeiro contato de uma pessoa com o ambiente permite-lhe uma degustação de elementos iniciais por parte dos sentidos. Mas, somente a vivência permite-se sentir, de maneira mais assente, os poderes, legais ou não, projetados sobre aquele espaço, por diferentes estratégias e recursos de poder.

O entendimento coaduna com a ideia de territorialização exposta por Santos (2017), que informa que a ligação entre o humano e a cultura do lugar, e, em larga medida, os significados inerentes às ações e objetos do espaço, permite-lhe entender e viver aquele lugar.

Cria-se a paisagem enquanto "[...] conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza" (SANTOS, 2017, p. 103). É uma distribuição, portanto, de formas-

objetos que advêm do jogo de forças travado no espaço, tornando-se, assim, algo visível, mas que, em si, carrega diversos elementos invisíveis (mas condicionantes da ação humana) (SERPA, 2013).

Os símbolos do espaço, seus códigos, cuja informação é expressa pelas formas objeto, que, por sua vez, encobrem toda a complexidade espacial (SERPA, 2013), por sua vez, perpassam mensagens aos presentes, aqueles que entram em contato com a paisagem (e, é claro, o espaço correspondente).

E, obviamente, os signos de um lugar seriam mais facilmente compreendidos e normalizados pelos habitantes daquele, conquanto que, para um forasteiro, o contato direto, poderia fazer-lhe experimentar diversas sensações, como o medo.

Para além disso, deve-se acrescentar que os processos de produção do espaço neste século XXI, em muito, são orientados por interesses globais de funcionalidade e por ideias de localização favorável à produção capitalista.

Com isso, a segregação de contingentes populacionais desassistidos à espaços precários e a fragmentação dos espaços urbanos, por exemplo, passa a gerar códigos, signos espaciais, que conscientemente ou inconscientemente também reproduzirão essa exclusão e todos os preconceitos inerentes ao lugar.

Em linhas mais simples, os espaços expressam a territorialização de uma cultura inerente aos que ali habitam. Os locais favorecidos, certamente, expressarão imagens que condizem com o *design*, o luxo, o economicamente compreendido como belo ou compatível com a moda.

Os locais fragmentados, lócus da exclusão, por sua vez, materializarão as possibilidades reais de cada grupo, o esquecimento pelo estado, a precariedade, a simplicidade das formas, mesmo

quando consideráveis belas. Cada um, por sua vez, representará uma normalidade que será encarada com espanto por grupos *de fora*, não territorializados com aqueles códigos do espaço-tempo.

A questão é: o espaço será marcado por códigos, signos, ritmos, ou, simplesmente, reproduzirá diferentes psicoesferas que trarão significado que, para certos corpos, seres-no-espaço, poderão representar sentimentos de ameaça.

A *paisagem do medo* se produziria desta forma, como dito, de maneira relativa a cada agente em cada lugar.

O ESTRANHO NAS SOMBRAS: ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO PRODUCENTES DE CÓDIGOS QUE ACIONAM O SENTIMENTO DE MEDO

De maneira transdisciplinar, tem-se que a conclusão obtida na seção anterior, de certa forma, já havia sido também exposta pelos estudiosos das técnicas de *storytelling* (contação de histórias), utilizadas em vários campos do conhecimento, como a pedagogia, administração, marketing, psicologia, dentre outros.

Autores como Lupton (2020) informam que um cenário é fundamental para a contação de uma história, porque exerce uma função de complementação, não só da existência, como das próprias características assumidas pelo personagem de uma história no espaço-tempo.

Indo além, Xavier (2015) insinua que o espaço se comporta como um verdadeiro personagem, pois sua valorização explica, até mesmo de forma implícita, muitos elementos inerentes à personalidade dos heróis, vilões, vítimas, etc. de uma história construída de maneira planejada.

A paisagem (que aqui também pode ser concebida em seu conceito geográfico), que é relatada ao leitor de um livro, ouvinte de

um relato, telespectador de um filme, é apresentada como um verdadeiro *estranho nas sombras*. Um elemento ativo que, mesmo que de forma fictícia, coloca-se como resultado de milhares de eventos complexos capazes de influenciar os personagens e gerar reviravoltas nas suas histórias de vida.

A arte imita a vida. Veja-se a paisagem que descreve a história de um personagem apresentado como herói e compare-se com aquela construída em relação ao personagem construído como vilão, antagonista.

Em seguida, invertam-se os papéis e pontos de vista. Os códigos do espaço, que descreviam uma paisagem hostil e despertavam sentimentos de medo construídos pela alteridade em relação ao vivido pelo vilão, simplesmente se modificarão, a partir do momento em que estes seriam compreendidos com *os corretos* pelos sentimentos dos ali viventes.

Retome-se o final da seção anterior, uma paisagem do medo será sempre uma decorrência do contato com códigos diferenciados daqueles naturalmente vividos no território onde uma pessoa habita, e, por isso, tomados como corretos, como comuns, como construtores de uma verdade relativa.

Vejam-se alguns exemplos capazes de ilustrar a afirmativa, por meio das imagens (reais) que se seguem.

Figura 6 – À esquerda: fotografia de aglomerado subnormal situado no município de Santa Bárbara-PA. À Direita: fotografia da Estação das Docas, um dos principais pontos turísticos de Belém-PA.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Na imagem acima, o aglomerado subnormal perpassa uma série de informações, códigos, em sua paisagem: a falta de saneamento, carência das habitações, falta de cuidado com os espaços públicos, a ausência de pessoas visíveis, as pichações, dentre outros, códigos de um espaço onde o Estado e, menos ainda, atividades econômicas expressivas se afiguram presentes. Certamente, é um dos referidos espaços fragmentados das cidades, relegados à pobreza e à precariedade.

Já a imagem do ponto turístico revela um espaço de ordem, limpo e organizado de diversas formas e, aparentemente, resguardado e protegido. Lugar no qual os signos e cores revelam atividades econômicas expressivas e a arquitetura revela um zelo por parte dos agentes, cujas atividades ali se encontram envolvidas.

Ambos são lugares que expressam códigos, que, para seus respectivos viventes, seus habitantes, aqueles que ali se encontram territorializados, certamente, são comuns, inerentes a uma normalidade, ao dia a dia.

Invertendo-se, no entanto, os papéis desses habitantes em relação às paisagens acima, certamente, seriam gerados aos experimentadores de tal transposição (sobretudo, se nada

habituados com a realidade altera) o contato com um *estranho,* cujas sombras poderiam trazer diversos sentimentos de medo.

Ao habitante do aglomerado: o medo de ser confundido com o *ladrão* (aquele que invariavelmente mora nas baixadas e zonas periféricas), de ser excluído por sua vestimenta, cultura, jeito de falar e se expressar, economicamente desinteressante aos grandes empreendimentos econômicos turísticos ou não, que, por esta razão, poderia ser perseguido pelos seguranças, abordado, questionado, preso, ou, como a história mostra, até mesmo expulso, agredido, morto. Medo de não ser encarado como uma pessoa apta ao consumo naquele local, e, por isso, apta também a discriminações e sujeições de toda ordem.

Ao vivente do local turístico: o medo de ser assaltado, de ter suas posses, sua liberdade, sua integridade, sexualidade, etc., vilipendiados pelo ladrão, pelo sem etiqueta, pelo faminto que ali habita por necessidade. Medo de sofrer violências que não sabe determinar, de se envolver num confronto naquele espaço onde a polícia e a segurança privada não são visíveis, e cujos códigos expressam descaso e desordem, desconfortos decorrentes de uma aparente incivilidade.

Obviamente, os processos que constroem a paisagem são muito mais complexos que as (preconceituosas) conjecturas acima. Porém, certamente os relatados sentimentos, em algum momento da vida, já restaram experimentados pelos leitores deste estudo, ao entrar em contato com uma *paisagem do alter, com o estranho nas sobras*, diferente, assustador, por sua difusa expressão de valores e ideais, por meio de códigos que revelam uma outra forma de vida, uma outra condição econômica, uma outra (des)ordem social, uma outra forma de relacionamento com a legalidade, uma outra

religiosidade, uma outra cultura, diferentes níveis de atenção pelo poder público, etc.

E, para além do espanto, a proximidade ou distância com os códigos expostos numa paisagem, podem explicar muito mais a respeito de processos complexos, como, por exemplo, os laços que se estabelecem entre pessoas sem nenhum contato prévio, quando de seu encontro num espaço totalmente diferente, e, por vezes, hostil, diante de sua anterior comunhão com códigos comuns ou seu estranhamento a códigos diferentes, que acabam por gerar sentimentos como empatia ou desejo de cooperação entre si.

Indiretamente, a questão foi analisada por Reis Netto (2018), Reis Netto e Chagas (2018), ao discutirem a territorialidade estabelecida por facções criminosas e agentes do tráfico de drogas em sua capacidade de associação com comunidades carentes.

Como, por vezes, estas organizações assumem papéis assistenciais em assentamentos precários, historicamente esquecidos pelo Estado, suas marcas passam a representar códigos de identificação de muitos dos sujeitos locais com as facções, em oposição a códigos espaciais da legalidade do próprio Estado que, embora oficiais (hegemônicos), acabam não sendo obedecidos ou não sendo respeitados pelos que ali vivem.

Gera-se uma ordenação territorial (às avessas), não-oficial, ilegal, mas capaz de incutir sentimentos de normalidade nos habitantes de comunidades diante da territorialidade do crime e medo naqueles que não compreendem essas relações instituídas ou não aderem a elas.

Figura 6 – Pichações identificadas por Reis Netto (2018), ao estudar facções criminosas e o tráfico de drogas na região metropolitana de Belém-PA, entre 2016 e 2018, à esquerda, no muro de uma escola

pública do bairro Centro de Santa Bárbara-PA, e, à direita, em muro de comércio no bairro Distrito Industrial, de Ananindeua-PA, proibindo roubos nas respectivas comunidades.



Fonte: Reis Netto (2018).

Note-se que os códigos na paisagem, expressivos das territorialidades das facções, não se encontravam colocados de maneira aleatória. Como afirmaram os autores, a escolha, no caso da escola, representava uma confrontação aos códigos oficiais do Estado, ao passo que, no segundo caso, representava um sinal de proteção ao comércio e à economia local, afastando-se, com isso, as intervenções policiais nas áreas, desinteressantes às organizações do tráfico de drogas (REIS NETTO; CHAGAS, 2018).

Obviamente, os autores também apontam sanções aplicadas aos transgressores das ordens sinalizadas no espaço. O sinal representava, portanto, um poder real, no espaço-tempo. A realidade protagonizava uma ordem geradora de medo na paisagem.

Outro exemplo diz respeito à associação interna, protagonizada no ambiente prisional, também, pelas facções criminosas (REIS NETTO; CHAGAS, 2019). As condições de precariedade vivenciadas pelos internos no cárcere é historicamente apontada como elemento favorável à geração dos laços associativos

que ocasionaram o posterior surgimento das facções criminosas (AMORIM, 2011).

Contudo, analisando-se a questão pela ótica geográfica aqui exposta, tem-se que a cooptação de faccionados pode ter sido favorecida, mais ainda pela identidade de laços entre os detentos e os códigos espaciais da precariedade dos presídios e carceragens, o que facilitou o sentimento de pertencimento, identificado por Reis Netto e Chagas (2019).

Figura 7 – À esquerda: foto de corredor do Presídio Estadual Metropolitano III, no ano de 2018. À Direita: imagem de imóvel, situado em determinado aglomerado subnormal de Benevides, que funcionou como boca de fumo, no ano de 2016.



Fonte: Acervo pessoal dos autores[2].

Considerando-se que a maior parte dos detentos do sistema prisional brasileiro advém dos estratos menos favorecidos das comunidades, que, justamente, habitam os espaços mais precarizados das cidades, fragmentados pela pobreza e ausência do Estado, torna-se assente a hipótese de que a precariedade do cárcere espelhe códigos naturalizados por muitos desses indivíduos, e, assim, que geram uma identidade entre estes.

[2] Foto do cárcere obtida das pesquisas de autor (2018), sob autorização da então Superintendência do Sistema Penitenciário – SUSIPE, atual Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.

Nesse sentido, vejam-se as fotos acima, que espelham a precariedade da morada de um lugar que funcionara como habitação e boca de fumo, e as anteriores condições de um presídio da região metropolitana de Belém-PA. Ambos são espaços que não remetem a um ideal de dignidade, e, por isso, detém códigos que reforçam a situação de exclusão, de desterritorialização precária nas cidades (fragmentadas) deste século XXI.

Para o estrangeiro, certamente a imagem da cadeia ou da casa gera sentimentos desagradáveis em relação às condições de vida e saneamento. Àquele que habita, os códigos expressam a normalidade de uma situação de exclusão.

Uma paisagem do medo para alguns, como visto, é a paisagem do dia a dia de outrem. Isso foi muito bem compreendido pelos agentes territoriais do crime, que teriam se valido justamente do discurso de identidade e comum sujeição a condições precárias, como bandeiras de união e associação entre os detentos, estendendo o poder dessas organizações para além dos muros das cadeias (REIS NETTO, 2018; REIS NETTO; CHAGAS, 2018, 2019), pelo que se reforça a hipótese de que os códigos do espaço, o estranho nas sombras, alimenta essa possibilidade.

Por fim, deve-se destacar que os fluxos (SANTOS, 2017) ou frequências (LEFEBVRE, 2000) não são constantes. Sua variabilidade depende de um constante jogo de forças globais, regionais e locais, bem como da capacidade de ação de inúmeros agentes territoriais em diferentes escalas, ao longo do tempo.

Por isso, os códigos inerentes aos lugares estão sujeitos a uma constante mutabilidade que, com o passar dos anos, mostra-se capaz de alterar os significados mentais inerentes a paisagens, transformando-as substancialmente.

O estranhamento, o sentimento de medo diante de um *alter* (outro) pode naturalmente surgir ao longo desse processo, transformando lugares representativos da história, da cultura de um povo, antes vívidos e valorizados, em verdadeiros *fantasmas*, representativos de uma vida passada, que ainda permanecem em locais onde já houvera a vida, assombrando o pensamento de muitos na atualidade, gerando sentimentos de medo associados à mudança de sua função social, política, econômica, etc., dentro das cidades, associando-os à imagens negativas, estigmatizadas, precarizadas, inerentes a contextos violentos ou maléficos a um hipotético bem comum.

Veja-se, como exemplo, a imagem do Mercado Renascença, "hoje mercado de São Braz, foi tombado em 1994 conforme anexo VII pela lei 7.709 de 18 de maio de 1994" (CASTRO, 2018). Embora historicamente se constitua como um baluarte de um dos períodos mais prósperos da economia paraense (ao menos, para certos grupos sociais), esse ícone da *Belle Époque* situado no Bairro de São Braz, cidade de Belém-PA, atualmente se encontra sujeito a uma situação de abandono público premente, mesmo após seu tombamento (que, em tese, coloca-o sob a tutela e guarda por parte do Estado) (CASTRO, 2018).

Os códigos do lugar (como se observam da imagem abaixo) expressam signos do abandono e ideários remetentes à presença de criminalidade, muito embora a mercancia ainda seja exercida no período matutino e vespertino e seu largo represente um forte representativo a movimentos sociais (CASTRO, 2018).

Ainda assim, são nítidos os códigos expressados pelo local, sobretudo, no período noturno, bem como as referências sobre o perigo de circular pela região. O *estranho nas sombras* do mercado

perpassa a estigmatizada imagem de um *alter* abandonado, que, fragmentado num bairro em muito guiado pela lógica da especulação imobiliária, tornou-se abrigo (até mesmo por seu caráter público) de habitantes de rua e supostos consumidores de entorpecentes.

Transformado num fantasma do presente, o lugar foi apontado por muitos, aos autores do texto, como uma paisagem do medo na cidade de Belém-PA, motivando o registro noturno a seguir.

Figura 8 – Um baluarte do passado, um fantasma do presente.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Desta forma, é possível perceber como o sentimento de alteridade, de estranhamento a uma paisagem, é capaz de se estender sobre os espaços de maneira absolutamente imprevisível, recobrindo símbolos até mesmo da riqueza de outrora, assim, transformando-os na visão do *alter*, numa paisagem do medo daqueles que, mergulhados numa complexidade (ocultada pelo fetiche de uma sociedade consumista) se quedam incapazes de perceber os significados mais profundos ali incrustados, de maneira indissociável, nos objetos presentes na mesma paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão final, pode-se afirmar que as paisagens, enquanto fruto da complexidade do espaço-tempo, plasmadas enquanto eventos decorrentes de inúmeras relações de territorialidade das mais diversas naturezas, são capazes de gerar sentimentos de medo diante dos olhos daqueles que se sentem ameaçados pelos códigos ali exprimidos. As paisagens do medo, portanto, existem diante dos olhos viventes.

Mas a ideia de *paisagem do medo*, em si, presume um sentimento de alteridade em relação ao lugar e à cultura que se presume presente diante dos olhos do observador forasteiro (ou que, ao menos, se sinta nessa condição de pessoa diferente daquele lugar). A construção de uma paisagem do medo se dá aos olhos do *alter*, do outro, que não vive e não se identifica com os códigos de indicam as condições de vida deparadas, o que, portanto, pode o tornar alvo de ansiedades e pavores.

De forma preconceituosa, as paisagens do medo costumam ser relatadas, descritas, aclamadas, ao menos, no mundo dos estudos da violência e do crime, sob lógicas mais hegemônicas, que estigmatizam imagens de pobreza e precariedade correspondentes ao estilo de vida de muitos, ignorando, assim, os próprios processos complexos que as constroem e, mais ainda, que o mesmo sentimento de medo é gerado aos habitantes daqueles locais, quando apostos diante das paisagens das áreas mais favorecidas das cidades, onde (em tese) nem sempre são bem-vindos (senão para o trabalho, e com muitas restrições).

A ideia de paisagem do medo será sempre relativa, e estará diretamente ligada à uma dicotomia entre a territorialidade que se vive e uma territorialidade que não se vive, portanto, decorrente de uma sensação de ruptura diante de códigos diferentes daqueles

inerentes ao espaço que corriqueiramente se exerce a existência. Enquanto ser-no-espaço (LEFEBVRE, 2000), o humano vive em busca do espaço-de-seu-ser, e, quando apartado deste, certamente poderá ser abatido pelos medos decorrentes de códigos que, em sua mente, podem afetar a existência de seu ser.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

CASTRO, Nádile Juliane Costa de. Memórias de um mercado em abandono. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 2, n. 3, p. 319-329. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite:** Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LUPTON, Ellen. **O design como storytelling**. Osasco: Gustavo Gili, 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das grades**: A integração dos presídios às redes territoriais do tráfico drogas (dissertação). Belém: PPGSP/UFPA, 2018.

_____. O crime sob o olhar da geografia: notas iniciais sobre uma geografia da violência e do crime. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. A associação externa como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no Pará. **Estudos Geográficos**, v. 16, n. 2, p. 157-173. 2018.

_____. Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará. **Rev. direito GV**, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

_____. O Retorno do território. *In:* OSAL. Observatorio social de América latina. **Território y movimientos sociales.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GeoUSP**, N. 33, p. 168-185. 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

XAVIER, Adilson. **Storytelling:** Histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: best business, 2015.

Submetido em: 20 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 30 de julho de 2022.
Aprovado em: 08 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N.; CAVALCANTE, C. D. C. D. S. O estranho nas sombras : reflexões sobre o espaço, o território e as paisagens do medo. Terra Livre, v. 2, n. 57, [2021]. p.10-38. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2309.

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A ETNOGEOGRAFIA: DEFINIÇÕES, GÊNESE E FUNDAMENTOS

A CONCEPTUAL APPROACH TO ETHNOGEOGRAPHY DEFINITIONS, GENESIS AND FUNDAMENTALS

UNA APROXIMACIÓN CONCEPTUAL A LA ETNOGEOGRAFÍA: DEFINICIONES, GÉNESIS Y FUNDAMENTOS

Zenilda Lopes Ribeiro
Doutoranda em Geografia
Universidade de Brasília (UnB)
Campus Darcy Ribeiro-DF
E-mail: zenildalr@hotmail.com

Resumo:
Este artigo apresenta uma revisão teórico-metodológica sobre a Etnogeografia. Objetivou-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, analisar o uso do conceito Etnogeografia na produção científica de geógrafos em âmbito nacional e internacional. Esse conceito é usado para estudar as sociedades, os traços da difusão cultural, as crenças mantidas pelos membros dessa sociedade ou um determinado grupo. O resultado dessa pesquisa revelou que, a Etnogeografia pode ser aplicada para pesquisar qualquer grupo humano, mas ainda é pouco utilizada pelos geógrafos. Concluiu-se que, ao compreender a Etnogeografia como um método, o pesquisador deve se aproximar do grupo pesquisado, conhecer suas práticas, os saberes-fazeres cotidianos, as relações com o meio e suas representações.

Palavras-chave: Etnogeografia; Conceito; Método; Revisão.

Abstract

This article shows a theoretical-methodological review on Ethnogeography. Based on a bibliographical research, the objective was to analyze the use of the concept of Ethnogeography in the scientific production of geographers at a national and international level. This concept is used to study societies, traces of cultural diffusion, beliefs held by members of that society or a particular group. The result of this research revealed that Ethnogeography can be applied to research any human group, but it is still little used by geographers. It was concluded that, when understanding Ethnogeography as a method, the researcher must approach the researched group to know their practices, daily know-how, relationships with the environment and its representations.

Keywords: Ethnogeography, Concept, Method, Review.

Resumen:

Este artículo presenta una revisión teórico-metodológica sobre la Etnogeografía. Con base en una investigación bibliográfica, el objetivo fue analizar el uso del concepto de Etnogeografía en la producción científica de los geógrafos a nivel nacional e internacional. Este concepto se utiliza para estudiar sociedades, rastros de difusión cultural, creencias de los miembros de esa sociedad o de un grupo en particular. El resultado de esta investigación reveló que la Etnogeografía puede aplicarse a la investigación de cualquier grupo humano, pero aún es poco utilizada por los geógrafos. Se concluyó que, al entender la Etnogeografía como método, el investigador debe acercarse al grupo investigado, conocer sus prácticas, saberes cotidianos, relaciones con el medio ambiente y sus representaciones.

Palabras-clave: Etnogeografía, Concepto, Método, Revisión.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o uso do conceito Etnogeografia na produção científica de geógrafos na esfera nacional e internacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, a partir de um "olhar etnogeográfico"

(CLAVAL, 2014 p.252), buscou traçar a trajetória de estudos etnogeográficos.

Para James Blaut (1979), a Etnogeografia é o conjunto de todas as crenças geográficas mantidas pelos membros de um grupo. Esse grupo pode abranger uma cultura, uma classe, uma profissão, entre outros. Assim, há uma Etnogeografia específica de cada grupo. Os etnogeógrafos estudam as crenças geográficas do grupo, enquanto os etnógrafos estudam o grupo e seu comportamento. Há outros aspectos que distingue a etnogeografia da etnografia e essas diferenças serão esclarecidas no decurso do texto.

A Etnogeografia constitui, pois, o conjunto de saberes-fazeres vernaculares de um grupo. É um termo polissêmico e essa polissemia foi evidenciada nos diversos estudos realizados, sejam aqueles que abordam os indivíduos sejam os que estudam o grupo.

Neste artigo, estão dispostas oito Etnogeografias realizadas no século XXI, distintas entre si, mas equivalentes na descrição densa. No grupo de professores, Martin (2005) pesquisou o ensino de Geografia nas series iniciais. No estudo do grupo de indígenas, Albert e Tourneau (2007) apuraram os padrões espaciais de uso da terra, e Paladim Júnior (2011) investigou a educação escolar e espacialização. Henry (2012) fez um estudo das relações entre pastores e paisagens; Heinhold (2016) investigou jovens muçulmanos xiitas; Almeida (2008) apurou as identidades territoriais do sertanejo; Feitosa (2017) estudou cultura e identidade de uma comunidade quilombola; Santos (2019), a partir da cartografia social, esquadrinhou a vida ribeirinha.

Desse modo, espera-se que este artigo contribua para a ampliação do conhecimento científico e estimule pesquisas com base na Etnogeografia.

Arqueologia da abordagem etnogeográfica

Paola Sereno (1978 *apud* DE BARROS-MOTT, 2018) distingue quatro orientações de pesquisas em Etnogeografia. Os primeiros estudos foram baseados em "gêneros de vida", pesquisados por Ratzel, Vidal de La Blache, Max Sorre. Em seguida, o tópico "casa rural" despertou o interesse de pesquisadores, como Demangeon e Biasutti. Posteriormente, uma temática particular que buscava o estudo do planejamento do território, Paola Sereno denominou "Etnogeografia Soviética". E, por último, a "geografia cultural" cujo conceito de cultura, formulado por Franz Boas e Alfred Kroeber, foi interpretado e popularizado por Carl Sauer sob o título de "Geografia Cultural" em 1931. A autora considera que esses estudos eram pesquisas etnogeográficas, contudo o termo ainda não se fazia presente.

O radical *etno* começa a ser utilizado nos estudos no final do século XIX. Paul Claval (1999) explica que, ao pesquisar os conhecimentos botânicos de tribos indígenas, o americano John W. Harshberger cunhou, em 1895, o termo etnobotânica. E usando a Etnobotânica, o geógrafo Carl Sauer e seus alunos realizaram inventários de plantas e seus variados usos nas civilizações indígenas. Assim, estavam lançadas as bases para estudos com Etnogeografia, desenvolvida, posteriormente, pela "Escola de Berkeley".

Dessa forma, a Etnogeografia começou nos Estados Unidos na Universidade de Berkeley, onde se graduou a maioria dos assim chamados etnogeógrafos. Entre eles, William Denevan que, atuando como professor no Departamento de Geografia de Wisconsin-Madison, com seus alunos, realizou várias pesquisas com os povos

ameríndios com enfoque nas atividades de assentamento de colonos estrangeiros na América Latina (DAVIDSON, 1981).

No início do século XX, o antropólogo Bronisław Malinowski, a partir de um longo trabalho de campo, com observação participante e vivência com nativos das ilhas Trobriand, na Nova Guiné, desenvolveu a Etnografia. Sua pesquisa, realizada entre 1914 e 1918, cujo resultado foi publicado, em 1922, com o título "Os Argonautas do Pacífico Ocidental", inferiu que o trabalho de campo deveria ter lógica científica, condições de trabalho e métodos claros. Nesse sentido, a ciência antropológica, com habilidade, desenvolveu um método de adentrar nos lugares e manter relações de contato com as populações pesquisadas.

A Etnogeografia, desenvolvida pelos geógrafos, está alicerçada na Etnografia criada pelos antropólogos. Nesse raciocínio, poderia imaginar que a Etnogeografia seria o resultado da somatória da Etnografia com a Geografia. Todavia, a Etnogeografia contempla outras áreas do conhecimento com o radical *etno*, como por exemplo, a Etnologia e Etnobotânica que serviram de base para as pesquisas de Geografia Histórico-Cultural da Escola Saueriana. Em primeiro plano, os limites, entre etnografia e etnogeografia, não estão bem estabelecidos, porém um estudo de etnogeografia deve, necessariamente, contemplar a geografia. Além disso, reduz o protagonismo absoluto antropocêntrico da etnografia e dá enfoque mais descritivo e analítico ao quadro natural, para interpretar as relações indissociáveis entre homem e meio.

Os estudos etnogeográficos estadunidenses tiveram como principal foco estudar as sociedades e recursos naturais fora dos Estados Unidos. É isso que revela Wendell Bennett (1947), um dos

membros do Conselho Etnogeográfico criado em 16 de junho de 1942. O Conselho Etnogeográfico era um comitê conjunto de três conselhos de pesquisa (National Research Council, American Council of Learned Societies, Social Science Research Council) com o apoio logístico de escritório e secretariado da Smithsonian Institution Washington DC. Esses quatro patrocinadores tinham a função de fornecer para agências governamentais, civis e militares, informações de guerra e diversos tipos de ações que seriam realizadas ou planejadas em qualquer área fora dos Estados Unidos. O objetivo principal do Conselho Etnogeográfico era tornar acessível aos militares de Washington e agências de guerra informações regionais específicas e dados da sociedade pesquisada.

Verifica-se que os recursos acadêmicos e científicos do país foram disponibilizados para pesquisa etnogeográfica voltada para a guerra. Os intelectuais foram mobilizados para estudar as regiões geográficas do mundo, onde eram coletados e classificados dados e mantidos em repositórios centrais ou publicados em documentos abrangentes.

Um desses documentos, de acordo com Bennett (1947), foi o manual sobre sobrevivência, um livreto de bolso à prova d'água *"Survival on Land and Sea*" (Sobrevivência na Terra e no Mar), do qual, aproximadamente, um milhão de cópias foram distribuídas às forças armadas. Além disso, o Conselho deu assistência à Marinha em sua distribuição notas de área (e idioma); Lista parcial de especialistas da Oceania em Washington; Lista de materiais disponíveis para a guerra; arquivo de pesquisa intercultural nas ilhas japonesas mandatadas do Pacífico; Arquivo Mundial de Especialistas em Áreas e Idiomas; Relatórios de estudos de área em Universidades Americanas; dados sobre indígenas bolivianos.

Para a pesquisa etnogeográfica, Bennett (1947) relata que tiveram um problema, porque os militares operam em termos de áreas de conhecimento enquanto as universidades são organizadas por disciplinas. Diante disso, eles adaptaram o conhecimento das disciplinas das categorias geográficas para aquelas utilizadas pelo Governo e dividiram as tarefas. O *American Council of Learned Societies,* que representava as humanidades, ficou responsável pelo Programa Intensivo de Linguagem para ensinar oficiais das forças armadas a falar diversas línguas como russo, chinês, japonês, malaio, entre outras. Assim, o Conselho Etnogeográfico focou nas questões geográficas, culturais e aspectos da área.

O Conselho Etnogeográfico funcionou de forma plena até junho de 1945 e, formalmente, foi dissolvido em 31 de dezembro de 1945. Wendell Bennett (1947, p.22) ressalta que:

> Deve ser sempre lembrado que o Conselho Etnogeográfico foi principalmente um órgão de emergência com a intenção de usar o conhecimento acadêmico para a execução bem-sucedida da guerra (Tradução nossa).[1]

Com o término da Segunda Guerra, os etnogeógrafos norte-americanos se voltam para outras demandas, relacionadas à América Latina. Para uns, o interesse estava nos nativos da América, sobretudo da Amazônia e Andes, como se pode verificar em Denevan (1992), que combinava Etnogeografia com estudos de Ecologia, na pesquisa sobre os povos pré-colombianos.

Outras pesquisas usavam o método etnogeográfico, mas o termo não era exibido como nos trabalhos de Xavier de Planhol, de

[1]"It must always be remembered that the Ethnogeographic Board was primarily an emergency body intent on using academic knowledge for the successful execution of the war".

1957 e 1968, sobre as ideologias religiosas no mundo muçulmano; de Jean Gallais, em 1967, sobre o delta do Níger. Em 1972, no jornal *Le monde*, o general Hurault publicou um artigo sobre os indígenas da Guiana, no qual foi citado o termo etnogeografia. Na década de 1980, vários estudos etnogeográficos foram realizados, entre eles, George Condaminas trata de espaço social de populações do Sudeste asiático; em 1981, Christian Taillard publica um artigo com Etnogeografia, que serviu para difundir o termo e é, a partir desse momento, que o termo passa a ser conhecido; Augustin Berque realiza um profundo estudo sobre a sociedade japonesa em 1982; e Joel Bonnemaison, em 1987, sobre o universo das pessoas de Tanna (CLAVAL, 1999).

Deve-se ressaltar que tanto Berque quanto Bonnemaison se diferenciam da perspectiva de pesquisa de Sauer e aquela desenvolvida pela Escola de Berkeley. Esses autores francófonos lograram êxito em analisar as subjetividades adentrar nas sensibilidades, como por exemplo, a trajeção de Berque (2017) que mostra o movimento contínuo entre ambiente modificado pela técnica e humanizado pelo símbolo.

A década de 1970 foi um período frutífero da etnogeografia latina americana. William Davidson (1981) analisou em torno de 100 títulos e identificou que a maioria das pesquisas dos geógrafos da América do Norte com Etnogeografia apresentava os subcampos da Geografia Cultural, a saber: colonização estrangeira; a história das populações; ecologia de subsistência tradicional; modo de vida dos ameríndios; história da cultura; biogeografia; mudança de cultura; etnias; uso da terra; distribuição da população e habitats modernos. Para o autor, os geógrafos, tradicionalmente, ficaram atrás dos antropólogos na coleta mais abrangente de informações

sobre as sociedades ameríndias existentes, mas, na década de 1970, produziram-se projetos de grande expressividade.

Um marco da Etnogeografia francesa ocorreu em outubro de 1990: o colóquio internacional "Etnogeografias", organizado por Paul Claval, do laboratório Espace et Cultures, e por Singaravelou, do Centre d'études de géographie tropicale (CEGET). Nesse colóquio, os geógrafos de Bordeaux apresentaram suas pesquisas, realizadas no exterior, nas quais fizeram uso do método etnogeográfico (HUETZ, 1997).

Debateram assim as geografias vernaculares, dos saberes-fazeres geográficos tradicionais, transmitido pela oralidade, pelas práticas e pela experiência vivida e compartilhada pela sociedade. Contudo, em sociedades complexas ocorre uma especialização dos saberes, conforme aponta Claval:

> As etnogeografias das sociedades de estrutura social complexa que a história vê surgir ocupam sempre um amplo lugar – um lugar frequentemente dominante- nas formas vernaculares de transmissão de experiências. (CLAVAL, 2014, p.42).

Para Claval, a Geografia Científica não deve se afastar das práticas dos saberes-fazeres da sociedade. Como disciplina, a Geografia Científica deve exercer uma reinterpretação das geografias vernaculares. Nos séculos XIX e XX, quando a geografia humana adquiriu sua forma moderna, os geógrafos adotaram o hábito de recorrer a informantes privilegiados, cujas experiências saberes-fazeres todos respeitavam, porque eram os "notáveis", o padre, o prefeito, o professor, o fazendeiro ou aquele que exercia a liderança. Ao fazer essa prática de pesquisa, os geógrafos se tornaram cativos da lógica do sistema dominante e isso os levou a

negligenciar o ponto de vista dos que padeciam do sistema, além disso, eles ignoravam as minorias.

Essa reinterpretação das geografias vernaculares exige uma mudança de paradigma. É função do geógrafo interrogar a população que o interessa. Como proceder e a quem questionar é esclarecido por Paul Claval (2014 p. 72), quando ele sentencia que "o pesquisador precisa conhecer as geografias vernaculares das populações sobre as quais trabalha e explorar as lógicas que motivam aquele que ele interroga". Para isso, tal como os etnólogos, é primordial fazer imersão no meio, observação participante e descrições consistentes.

Definição de Etnogeografia: uma curiosidade antiga

O conceito é o dispositivo mais importante no processo de construção do conhecimento. A Etnogeografia, definida pelo Conselho Etnogeográfico, referia-se ao "estudo dos recursos humanos e naturais das áreas do mundo"[2] (BENNETT, 1947 p. 3). Essa definição do Conselho é extremamente vaga, talvez de forma até proposital. Para Blaut, "etnogeografia se refere ao conjunto de todas as crenças geográficas mantidas pelos membros de um determinado grupo humano em um determinado tempo"[3] (1979 p.2). De forma simplista, Staszak (1996, p.39) afirma que a "Etnogeografia pode ser definida simplesmente como a análise de conhecimento geográfico". Partindo dos estudos de Etnografia de Clifford Geertz (2008), que analisa as culturas estrangeiras, por meio da "thick description" (descrição densa), Boogaart destaca o foco da Etnogeografia:

[2]"Is the study of human and natural resources of world áreas".
[3] "Ethnogeography is the set of all geographical beliefs held by the members of a definite human group at a definite time"

> A etnogeografia se concentra na habitação coletiva, na descrição densa, na forma como as pessoas constroem, usam, conceituam seu ambiente, como cultiva certas ideias, relações e ações rituais em humanos (tradução nossa)[4] (BOOGAART, 2001 p.43).

Almeida (2008, p. 332) aponta que a Etnogeografia "busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo". Já para Paladim Júnior (2011, p.177), "Etnogeografia, é uma dialogicidade entre o saber popular e a ciência". Enquanto, Feitosa (2017 p.36) definiu como "o estudo e a análise da distribuição geográfica de povos e etnias e seu comportamento em relação ao meio ambiente em que vivem".

Avery Kolers (2017, p.748) desenvolveu uma teoria política do território em torno da ideia de "Comunidade etnogeográfica". Parte do conceito de Terra e das diferentes concepções do que é a Terra, e, para compreender essa diversidade de ideias, usou o termo "etnogeografia". Ele se refere à Etnogeografia como "uma cultura específica da ontologia da terra – um conjunto de crenças sobre o que é a terra e como as pessoas se relacionam com ela"[5]. A definição de Kolers traz as crenças como a ideia intrínseca da Etnogeografia.

Essa concepção é a mesma defendida por Blaut (1979) ao afirmar que a noção de sistemas de crenças é o conceito central na Etnogeografia. Esse conjunto de crenças, relativamente ordenado,

[4] "Ethnogeography focuses upon collective dwelling, the thick description of how people build, use, and conceptualize their environment and how this in tum cultivates certain ideas, relations, and ritual actions in humans".

[5] "is a culturally-specific ontology of land a set of beliefs about what land is and how people relate to it".

forma um sistema de crenças e cada sistema é examinado, na etnogeografia, a partir de pelo menos três princípios que fundamentam seu uso:

1) Contra etnocentrismo: a Etnogeografia parte da posição axiomática de que as crenças científicas de qualquer grupo são tão científicas, tão teóricas, como os de qualquer outro grupo; a Etnogeografia permite examinar crenças geográficas conforme são expressas em linguagem natural.

2) Confiabilidade: a Etnogeografia usa metodologias de pesquisa que obtém informações bastante exatas.

3) Autoconhecimento: apreender sobre o próprio ser é sua maior virtude, pois a pesquisa etnogeográfica possibilita examinar as próprias crenças e seus vínculos culturais e sociais, e pode fazer muito bem à profissão ligada à cultura.

Paul Claval (1999) a descreve como um método etnogeográfico. Para Almeida (2008), o foco do método etnogeográfico se concentra na diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais. Feitosa (2017) o avalia como um conceito a descobrir e a Geografia Cultural fornece suporte tanto teórico quanto epistemológico para o uso desse método.

Para Thomas Boogaart (2001, p.44), "a etnogeografia fica aquém de um método formal. É uma estrutura interpretativa"[6]. Para ele, essa estrutura detém alguns princípios gerais que podem ser adaptados e aplicados para estudar qualquer grupo humano no mundo. Com essa definição, Boogaart convida os geógrafos a recorrer à Etnogeografia como uma valiosa prática para estudar o poder do lugar.

[6]: "The ethnogeography falls short of a formal method. It is an interpretive framework".

Na maioria dos estudos etnogeográficos, as pesquisas estão voltadas para grupos de culturas tradicionais, sociedades ameríndias, comunidades de área rural entre outras. Nessas pesquisas, busca-se compreender seus modos de vida, sistemas de produção, organização espacial e localização. Seria de supor que a Etnogeografia é utilizada para pesquisar alguma cultura específica ou todos os grupos? Para Blaut (1979, p. 2), "Em princípio, existe uma etnogeografia de cada grupo humano"[7]. Igualmente Claval (1999, p.74) afirma que "todas as sociedades merecem ser estudadas na ótica etnogeográfica, porque todas refletem ao menos em parte as representações que seus membros compartilham".

Em 1979, quando James Blaut publicou "Some Principles of Ethnogeography", expôs que, naquela época, estava na moda anexar o prefixo 'etno' a uma palavra – como, por exemplo, Etnobotânica, Etnomedicina e Etnociência. Essa última engloba todos os *ethnos* e revelava ser uma excelente abordagem para o estudo das crenças empíricas. Staszak (1996) assegura que a Etnociência é um termo que foi cunhado, na década de 1950, na Universidade de Yale, para designar o estudo do saber popular.

As definições elaboradas pelos autores revelam a multidimensionalidade implícita no conceito de Etnogeografia, esse aspecto requer uma abordagem transdisciplinar, de modo que a pesquisa etnogeográfica demanda uma forma holística do pensamento e, mais do que apresentar respostas, busca estimular a reflexão e a curiosidade científica.

[7]: "In principle, there is an ethnogeography of every human group".

Produção geográfica a partir da Etnogeografia: alguns estudos

Os Estudos Etnogeográficos foram realizados com diversos grupos sociais de comunidades tradicionais, população indígena, trabalhadores do campo, educação e religião. Eis algumas pesquisas brasileiras e estrangeiras, realizadas no século XXI, nas quais a Etnogeografia foi aplicada tanto como conceito quanto como método.

Pesquisas estrangeiras de Etnogeografia

A educadora Fran Martin (2005) pesquisou o ensino de Geografia nas series iniciais, focada nos professores dessa fase, e baseada na teoria curricular e pedagógica, investigou a relação entre saberes acadêmico e etno-saberes. A partir disso, desenvolveu um novo paradigma na geografia primária, a Etno-geografia. Propõe, assim, nova forma de conceituar Etnogeografia como "Primary Geography", destacando a importância de ouvir as vozes das crianças para que elas possam aprender a viver no mundo, objetivando maior justiça social. Embora sua pesquisa tenha ocorrido no contexto do ensino primário de Geografia, ela aponta que pode ser aplicada para outros ciclos da educação.

Albert e Tourneau (2007), por meio de uma pesquisa bastante elucidativa, estudaram os padrões espaciais de uso da terra e exploração de recursos florestais em uma comunidade Watorikiteripë povo Yanomami-Brasil. O Estudo Etnográfico mostrou que a organização do espaço desse povo tem a forma reticular, estruturada por uma rede cruzada de pontos e linhas.

Nessa pesquisa, os autores concluíram que, na Etnogeografia Yanomami, o conhecimento é organizado por uma rica toponímia que consiste em um conjunto de lugares unidos por caminhos interconectados, cuja principal rota, caminho do pai, é a

vértebra dessas redes, entrelaçando com a rede local outras trilhas e lugares, rios e riachos também recebem nomes. Fora desse sistema de entrecruzamento, encontra-se uma área denominada de "floresta fechada", onde não é permitido circular.

Dominique Henry (2012) fez um estudo das relações entre pastores e paisagens. Sua pesquisa etnogeografia dos criadores nas montanhas dos Pirineus, altos vales do Gave de Pau (França), ocorreu a partir de duas dimensões: material e simbólica. Ele considerou tanto a espacialidade e a temporalidade dos fenômenos da paisagem quanto os sistemas de racionalidade subjetiva dos criadores nas suas práticas na paisagem. Diz ele sobre a pesquisa:

> A originalidade da execução do método de etnogeografia nas paisagens pastorais repousa sobre uma combinação de abordagens que, muito mais do que reunir procedimentos, joga no seu entrelaçamento[8] (HENRY, 2012 p.143).

A esse estudo, em que conviveu com os pastores, ele chamou de Etnogeografia do encontro, entre ele pesquisador e os criadores. Os diálogos com os pastores ocorridos nas paisagens possibilitaram ouvir seus modos de viver e trabalhar, suas formas de pensar a relação sensível com a montanha e se aproximar de sua experiência camponesa do espaço.

Na Grã-Bretanha, Heinhold (2016) investigou jovens muçulmanos xiitas, da Comunidade Xiita Twelver em Londres, e seu envolvimento com redes religiosas transnacionais, ou seja,

[8] L'originalité de la méthode d'ethnogéographie des paysages pastoraux mise en oeuvre repose sur une combinaison d'approches qui, bien plus qu'une mise bout à bout de démarches, joue sur leur entremêlement.

optou por fazer uma Etnogeografia focada nos indivíduos dentro do grupo.

Essas duas pesquisas apresenta abordagem diferente da saueriana. A pesquisa de Henry (2012) se desvincula da análise estritamente material e Heinhold (2016) aposta no indentitário. Nota-se, assim, a transição em direção a uma etnogeografia não totalizante.

Pesquisas brasileiras de Etnogeografia

Maria G. de Almeida (2008), no artigo "uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo", a partir das representações, interpretou as identidades territoriais e a etnoterritorialidade do sertanejo do sertão brasileiro. A autora revelou que usou a expressão "etnogeográfica" para chamar a atenção sobre o pouco uso do termo pelos geógrafos brasileiros.

Paladim Júnior (2011, p.24) pesquisou a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais, partindo do entendimento da Etnogeografia como resultado dos "encontros entre o saber popular, pelos liames do etnoconhecimento, e do conhecimento científico".

Em Etnogeografias desenvolvidas com grupos denominados de "comunidades tradicionais", destacam-se Feitosa (2017) com Estudo Etnogeográfico substanciado na história de vida na Comunidade Quilombola do Moinho em Alto Paraíso de Goiás, onde buscou elucidar aspectos da cultura, identidade e as estratégias para perpetuar o conhecimento da medicina natural com plantas e ervas do cerrado. Por sua vez, Santos (2019) fez uma Etnogeografia conjugada com a cartografia social da vida ribeirinha em São Gonçalo Beira-Rio e Bonsucesso – MT, um estudo do lugar associando a degradação do Rio Cuiabá à inserção das peixarias nessas comunidades.

Problemas no uso da Etnogeografia

A etnogeografia como um sistema de crenças, produz equívocos. Para Blaut (1993) uma das crenças mais propagadas é que a difusão da civilização europeia resultou no progresso para o resto do mundo, e essa crença não se baseia nos fatos histórico-geográficos, mas na ideologia do colonialismo.

Essa ideologia causa ideia distorcida da realidade. Denevan (1992) destaca que foi difundida pelos colonizadores a crença de que a América, em 1492, era pouco povoada; entretanto, as evidências concretas, a partir da análise da paisagem, mostram que eram áreas humanizadas com grandes populações.

Para Denis Retaille (1995, p.19), "A etnogeografia, se existir, deve ser definida e praticada conscientemente"[9]. O autor sugere que essa prática tenha abordagem explícita enraizada na Geografia, tanto no objeto, métodos, quanto nos conceitos e deve se concentrar nas representações.

Já Staszak (1996) considera que a Etnogeografia tem problemas e ocorre devido a sua natureza recente e pouco desenvolvida dos estudos, mas isso, de modo geral, relaciona-se com todas as Etnociências, cujos métodos ainda permanecem incertos. O primeiro desses problemas se refere ao conteúdo: quais estudos podem ser realizados? O segundo é metodológico: como realizar este estudo? O terceiro pertence à epistemologia: qual a legitimidade científica deste trabalho?

Essas questões também foram levantadas por Claval (1999), ao apontar que existem muitos estudos de Etnogeografias,

[9] "L'ethnogéographie, si elle existe, doit être définie et consciemment pratiquée".

mas não são coerentes. Para isso, propõe um domínio sobre o que estudar seguido da interpretação dos dados recolhidos. O que explorar com a Etnogeografia? As representações do mundo, as relações com o meio, o homem e a vida social. Claval, ao elencar as razões pelas quais os geógrafos devem se interessar pela Etnogeografia, aponta que:

> O mundo que nós estudamos é moldado pela ação dos homens e se encontra marcado por saberes, seus desejos e aspirações. A geografia que praticamos e que acreditamos científica [...] não é tão universal quanto nós imaginamos (CLAVAL, 1999 p.70).

Esse campo de estudo é bastante profícuo. Primeiro por ser movido pela curiosidade; segundo, porque é indispensável para compreender o espaço onde se vive.

Conclusão

Ao realizar esta pesquisa bibliográfica sobre Etnogeografia, procurou-se indicar que existem estudos relevantes, realizados por geógrafos, os quais compõem o corpo deste artigo. Ao pesquisar no Google Scholar a quantidade de entrada para a palavra, na língua inglesa "Ethnogeography" há 3520 registros, em português "Etnogeografia" o volume de publicações diminui para 639, em francês "Ethnogéographie" a oferta reduz para 434. Esses números, entretanto, mostram tanto textos originais ou apenas citação.

Além das referências bibliográficas, contidas neste artigo, outras literaturas foram examinadas. Nesse conjunto de obras, constatou-se que a abordagem etnogeográfica ainda está para ser compreendida, existem estudos minuciosos de grupos e sua relação com o espaço sem, contudo, aparecer o termo Etnogeografia. Outros

trazem o termo apenas uma única vez no título do trabalho. A questão que se coloca é que a Etnogeografia não pode ser banalizada e servir tão somente como "enfeite" como também não pode ser obscurecida.

Mesmo que esse termo tenha sido utilizado desde a década de 1940, não há dúvida de que a Geografia não desenvolveu um grande número de pesquisas etnogeográficas e um debate científico mais aprofundado sobre esse conceito. Ressalta-se que a etnogeografia é uma alternativa de abordagem para todas às áreas do conhecimento. Uma premissa básica para um Estudo Etnogeográfico é o pesquisador possuir curiosidade por grupos culturais distintos vivendo em vários lugares do mundo.

Referências

ALBERT, Brucew. LE TOURNEAU, François Michel. Ethnogeography and Resource Use among the Yanomami.Toward a Model of Reticular Space. *Current Anthropology,* University of Chicago Press, 2007, 48 (4), p.584-592. Disponível em: http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Le%20tourneau&Albert.pdf Acesso em: 06 mar. 2022.

ALMEIDA, Maria Geralda. Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo. (Org.) *Espaços Culturais:* vivências, imaginações e representações. Salvador: Edufba, 2008, p. 313-336. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bk. Acesso em: 03 jul. 2021.

BENNETT, Wendel Clark. *The ethnogeographic board.* Smithsonian Miscellaneous Collections vol. 107, n. 1 City of Washington. Published by the Smithsonian Institution. April 14, 1947 Disponível em: https://repository.si.edu/bitstream/handle/10088/22820/SMC_107_Bennett_1947_1_1-135.pdf Acesso em: 05 jul. 2021.

BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade,** v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.

BLAUT, James Morris. Some Principles of Ethnogeography. In: GALE, Stephen. OLSSON, Gunnar (orgs.). *Philosophy in Geography*. Theory and Decision Library (An International) Series in the Philosophy and Methodology of the Social and Behavioral Sciences), vol. 20. Springer, Dordrecht. Holland 1979. Chapter USD 29,95 Disponível em: https://library.springer.com/ Acesso em: 01 jul. 2021.

BLAUT, James Morris. *The Colonizer's Model of the World*: Geographical Diffusionism and Eurocentric History. New York City: Guilford Press, November 30, 1993.

BOOGAART, Thomas. The power of place: from semiotics to ethnogeography. *Middle States Geographer*, 2001, 34:38-47 Disponível em: https://msaag.aag.org/wp-content/uploads /2013/05/5 _Boogaart_II.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

CLAVAL, Paul. Etnogeografias - Conclusão. *Espaço e Cultura, UERJ-RJ*. n. 7 p.69-74, jan./jun. de 1999. Disponível em: https://scholar.google.com.br/. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Epistemologia da geografia. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UDSC, 2014.

Davidson, William V. Recent Ethnogeography on Historic Latin America. Proceedings of the Conference of Latin Americanist Geographers, vol. 8, 1981, p. 198–208. *JSTOR*, Disponível em: www.jstor.org/stable/25764941. Acesso em: 6 ago. 2021.

DE BARROS-MOTT, Luiz R. SERENO, Paola. L'etno-geografia. In: *Études rurales*, n. 69, 1978. p. 127-128; Fichier pdf généré le 31 mars 2018. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rural _0014-2182_1978 _num69_1_2370_t1_0127_0000_1. Acesso em: 21 jul. 2021.

DENEVAN, William. The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492, *Annals of the Association of American Geographers,* vol. 82, 1992 – p. 369-385. Disponível em: http://people.uncw.edu/simmonss/Denevan%20%20The%20Pristine %20Myth%201992.pdf. Acesso em: 11 abril 2022.

FEITOSA, Eliana Aparecida S. Santos. *Identidade e Cultura:* estudo etnogeográfico da comunidade tradicional do moinho em Alto Paraíso de Goiás / Brasília: Universidade de Brasília, 2017,159p. (Dissertação, Mestrado em Geografia). Disponível em:

https://repositorio.unb.br/handle/10482/31493. Acesso em: 03 jul. 2021.

HEINHOLD, Chris. Ethnogeography As a Theoretical Framework for Examining Generational Dynamics within Transnational Shia Networks. *III ISA Forum of Sociology*. Conference. Vienna, Austria, july 10-14, 2016. Disponível em: https://isaconf.confex.com/isaconf/forum2016/webprogram/Paper81073.html Acesso em: 05 jul. 2021.

HENRY, Dominique. *Entre-tenir la montagne:* paysage et ethnogéographie du travail des éleveurs en montagne Pyrénéenne: hautes vallées du Gave de Pau, de Campan et d'Oueil-Larboust. Géographie. Université e Toulouse le Mirail - Toulouse II, 2012. Francais. Disponível em: https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/762521/filename/HenryDominique1these.pdf Acesso em: 10 abril 2022.

GEERTZ, Clifford. Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture. In: OAKES, Timothy. PRICE, Patricia L. The *Cultural Geography Reader.* 1st Edition. London and New Youk: Routledge, 2008 p.29-39.

HOLZER, Werther. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.155-172.

HUETZ, Alain Lemps. Les géographes de Bordeaux et l'Outre-Mer. In: *Cahiers d'outre-mer.* n. 200 - 50e année, Octobredécembre 1997. Bordeaux et l'Outre-Mer 1948-1997. p. 541-573; Disponível em: https://www.persee.fr/doc/Caoum0373-58341997num502003668 Acesso em: 06 jul. 2021.

KOLERS, Avery. *Land, Conflict, and Justice:* A Political Theory of Territory. New York: Cambridge University Press, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/ Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. Latin america in theories of territorial rights. *Revista de Ciencia Política*, vol. 37, n. 3, 2017, p. 737-753. Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32454360006 Acesso em: 06 jul. 2021.

MARTIN, Fran. (2005) Ethnogeography: A Future for Primary Geography and Primary Geography Research? *International Research in Geographical and Environmental Education*, 14:4, 364-371, Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fran-Martin-/publication/238104124_Ethnogeography_A_Future_for

_Primary_Geography_and_Primary_Geography_Research/links/5417b1950cf2f48c74a40fb0/Ethnogeography-A-Future-for-Primary-Geography-and-Primary-Geography-Research.pdf Acesso em: 07 jul. 2021.

PALADIM JÚNIOR, Heitor Antônio. *Etnogeografia:* reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010, 220p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12052011-140234/pt-br.php Acesso em: 10 jul. 2021.

RETAILLÉ, Denis. Etnogeographie: Naturalisation des formes Socio-Spatiales In: CLAVAL, Paul. SINGARAVELOU (Sous la direction de) . *Etnogeographies.* Collection, Géographie et Cultures. Paris: L'Harmattan,1995. p.17-38.

STASZAK, Jean François. Ethnogéographie et savoirs géographiques: quelques problèmes méthodologiques et épistémologiques. In: **Bulletin de l'Association de géographes français** 73e année, 1996-1 (janvier). Géographie culturelle. p. 39-54; Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1996_num7311881 Acesso em: 05 jul. 2021.

Submetido em: 17 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 05 de julho de 2022.
Aprovado em: 03 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

LOPES RIBEIRO, Z. Uma abordagem conceitual sobre a etnogeografia: definições, gênese e fundamentos. Terra Livre, v. 2, n. 57, [2021]. p.39-60. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2268.

TERRITÓRIOS DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO: OLHARES GEOGRÁFICOS

BORDER TERRITORIES IN MATO GROSSO: GEOGRAPHIC VIEWS

TERRITORIOS DE FRONTERA EN MATO GROSSO: MIRADAS GEOGRÁFICAS

GABRIEL DE MIRANDA SOARES SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
E-MAIL: SOARES.UFMT@GMAIL.COM

GISELI DALLA NORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
E-MAIL: GISELI.NORA@GMAIL.COM

Resumo:
Desde o início da construção territorial brasileira, Mato Grosso possui como característica marcante em seu território os espaços da fronteira. Apesar deste espaço ser tema de poucas pesquisas e análises, este artigo busca analisar os diferentes espaços da fronteira de Mato Grosso, com destaque aos municípios lindeiros, ou seja, que estão na linha de fronteira: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro, analisando as características socioespaciais destes municípios a partir de um panorama histórico e geográfico da formação dos espaços da fronteira. Como aporte metodológico, utilizou-se um levantamento bibliográfico e documental, tendo em vista a obtenção de informações sobre os aspectos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais da área em estudo. Ressalta-se que nossas analises demostram que os territórios da fronteira em Mato Grosso, possuem pouca dinâmica socioterritorial, baixa demografia e atividades econômicas ligadas a agropecuária.
Palavras-chave: Fronteira, Mato Grosso, território.

Abstract:
Since the beginning of the Brazilian territorial construction, Mato Grosso has as a remarkable characteristic in its territory the frontier spaces. Although this space is the subject of little research and analysis, this article seeks to analyze the different spaces on the border of Mato Grosso, with emphasis on the bordering municipalities, that is, that are on the border line: Caceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade and Comodoro, analyzing the socio-spatial characteristics of these municipalities from a historical and geographical overview of the formation of border spaces. As a methodological contribution, a bibliographic and documental survey was used, in order to obtain information about the historical, political, socioeconomic, and cultural aspects of the area under study. It is noteworthy that our analyses demonstrate that the frontier territories in Mato Grosso have little socio-territorial dynamics, low demography and economic activities linked to agriculture and cattle-raising.

Keywords: Border, Mato Grosso, territory.

Resumen:
Desde el inicio de la construcción territorial brasileña, Mato Grosso tiene como característica notable en su territorio los espacios de frontera. Aunque este espacio es objeto de poca investigación y análisis, este artículo pretende analizar los diferentes espacios de la frontera de Mato Grosso, destacando los municipios limítrofes, es decir, que se encuentran en la línea de frontera: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade y Comodoro, analizando las características socio-espaciales de estos municipios a partir de una visión histórica y geográfica de la formación de los espacios de frontera. Como aporte metodológico, se utilizó un relevamiento bibliográfico y documental, con el objetivo de obtener información sobre los aspectos históricos, políticos, socioeconómicos y culturales de la zona en estudio. Cabe destacar que nuestros análisis demuestran que los territorios de frontera en Mato Grosso tienen poca dinámica socioterritorial, baja demografía y actividades económicas vinculadas a la agricultura y la ganadería.

Palabras-clave: Frontera, Mato Grosso, territorio.

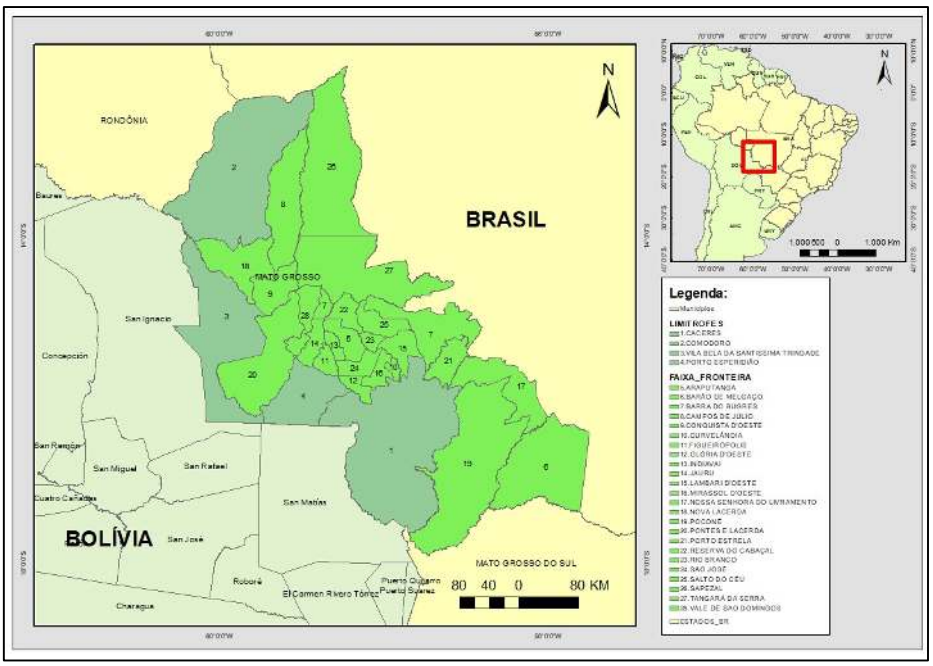
Introdução

A fronteira é um espaço de interações econômicas, sociais e culturais, uma simbiose única, mesclando diferentes elementos, o que a torna um espaço singular, com características próprias, fruto das interações que ocorrem entre os valores dos dois países vizinhos. Mato Grosso possui uma faixa de fronteira com cerca de 730 km com a Bolívia, no qual 450 km correspondem ao trecho central da linha divisória, que é constituída de linhas secas e 280 km de corpos d´água (SOUZA-HIGA, 2008).

Ao longo da linha da faixa de fronteira brasileira, especificamente as áreas mais próximas da linha limítrofe entre os dois países, há baixa demografia e uma considerável diversidade de situações ocupacionais, que envolvem desde assentamentos, com a presença de pequenos produtores e latifúndios que permanecem como reserva de valor (OLIVEIRA, 2007). Na fronteira boliviana, a densidade demográfica é ainda menor e as atividades ocupacionais produtivas não têm expressão econômica, restringindo-se à produção de subsistência (SOUZA-HIGA, 2018a).

A faixa de fronteira brasileira abrange quatro municípios lindeiros, ou seja, aqueles cujo território tem, como limite, a própria linha de fronteira, que são: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro. No território boliviano, duas províncias encontram-se em condição lindeira, são elas Velasco e Angel Sandoval, ambas pertencentes ao departamento de Santa Cruz. A província de Velasco conta com os municípios de San Ignácio de Velasco, San Miguel e San Rafael; já a província de Angel Sandoval, abrange somente o município de San Matias, como demostra a figura 1.

Figura 1: Faixa de Fronteira do Mato Grosso com a Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base em Brasil (2020).

As reflexões deste artigo possuem como base "[...] a espacialidade, entendida como olhar do geógrafo, o modo pelo qual a ação humana sobre a superfície terrestre é descoberta, analisada e interpretada (CORRÊA, 2018, p. 289).

Tais reflexões apresentam resultados da dissertação de mestrado intitulada: O ensino de geografia na fronteira oeste do Mato Grosso (Brasil) com a Bolívia: práticas curriculares e pedagógicas de professores no município de Cáceres – MT.

Como suporte metodológico, utilizou-se uma análise bibliográfica (livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos científicos, jornais impressos, revistas) e documental (relatórios, dados estatísticos), tendo em vista a obtenção de informações sobre os aspectos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais da área em estudo.

Concepções sobre os territórios de fronteira

Partindo da posição que a constituição do Estado-Nação está consolidada em um território, a fronteira surgiu sob as margens desses territórios, limitando-os em uma divisão administrativa vinculada ao conceito de Estado (MARTIN, 1998). O entendimento de fronteira converge com Oliveira (1994, p. 54), que pontua:

> O sentido de fronteira remete à ideia de limite, resultante da soberania de um Estado sobre determinado espaço. Portanto são os limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado.

Dessa forma, para compreender a fronteira, é necessário analisar a realidade específica dessa área, marcada pela identidade econômica e social. Fedatto (2005, p. 496) assinala que:

> Nesse enfoque, é necessário reconhecer que o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, também emerge como áreas abertas e trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos.

Ao longo da história, o termo fronteira ganhou diferentes significados, que para a Geografia, está estritamente ligado a questões político-administrativas, na demarcação de quando se inicia e termina um território de um Estado-Nação. Ferrari (2014, p. 4), ao analisar as origens do conceito de fronteira, pondera que

> [...] não há como negar que o senso político assumido pela fronteira coincide com o sistema moderno de Estado, mas a ideia de fronteira e

> limite parecem estar presentes nas chamadas sociedades primitivas ou tradicionais.

Girardi (2008, apud RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 144), frisa que "[...] falar de território é fazer referência implícita à noção de limite", que pode ou não ser traçado. "Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa" (p. 144), neste sentido, o território ganha um lócus privilegiado de análise quando se destaca o conceito de fronteira.

Na leitura do território nacional, sobre as questões fronteiriças, as definições do território a partir da leitura de Souza (2000, 2013), Raffestin (1993) e Santos (2009) apresentam um panorama para compreender esse espaço e suas relações.

Para Silva (2021), algumas análises sob o território na Geografia privilegiam a concepção de soberania nacional, já que "[...] a formação do aparelho estatal tem sido, tradicionalmente, um lócus da referência discursiva (isto é objeto de estudo) [...]" na análise territorial (SOUZA, 2013, p. 98).

Souza (2013, p. 90), ainda destaca que a palavra território é entendida como sinônimo de espaço geográfico, "[...] um espaço propriamente político, mas privilegiando-se o Estado-Nação e suas subdivisões político-administrativas"

Raffestin (2004, p. 10) destaca que a fronteira é muito mais que um "fato geográfico", que realmente é, pois, sua materialidade vai além. "Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão 'regere fines' que significa traçar uma linha reta (limites de controles), nas fronteiras, nos limites", no entanto, Oliveira (2015, p. 235, apud RAFFESTIN, 2005), considera que as fronteiras não são "como linhas coloridas ou pontilhadas postas sobre a fria cartografia sem múltiplas escalas, insípidas e a-históricas".

Para Oliveira (2015, p. 235), as fronteiras

> [...] foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos. Não são e não podem ser lidas como linhas adsorventes, visto que são trementes, pois oscilam ao hospedar apetrechos comunitários distintos, com interesses múltiplos associados e refletindo uma territorialidade [...].

Sob a interpretação de Cardoso e Moura (2017, p. 54), o conceito de fronteira se traduz na "[...] linha que marca o fim do alcance territorial de um sistema e o princípio de outro". Os autores ainda destacam que a abordagem do conceito de fronteira é entendida como uma:

> [...] relação entre estados nacionais, separados por limites físicos ou abstratos, e as conexões cotidianas de convivência, decorrentes da expansão do povoamento e da dinâmica econômica. É uma linha material ou imaginária, historicamente institucionalizada, que, contudo, esmaece-se diante dos movimentos de produção/construção real do espaço. Embora, em muitos casos, sejam ostensivamente cercadas pelos mais diversos aparatos de controle, as fronteiras e limites refletem e propiciam interdependências e dinâmicas inter-relacionais que extrapolam a formalidade, em ações capazes de suplantar, de forma legal ou não, as barreiras de sua existência (CARDOSO; MOURA, 2017, p. 54).

Sob esse prisma, Rodrigues (2015, p. 141) afirma que as fronteiras ganham um "redesenhar" ao longo dos processos de anexação e expansão territorial, ora retraindo ou expandindo seus limites. "Nesse movimento de delimitação de territórios e seus domínios é que a concepção de fronteira ganha significado".

Indo ao encontro da perspectiva de fronteira, tem-se apoio na leitura de Luciano (2015, p. 75), que pontua:

> Através das várias perspectivas pelas quais se pode olhar a fronteira, podemos analisá-la como um contrassenso, no sentido de que ao mesmo tempo em que é o limite de uma nação, que define lado A e B, é também a comprovação da inexistência destes dois, e abre a possibilidade no espaço-tempo para outra identidade. Pois a relação entre as pessoas que ali habitam é tão constante e intensa que esse limite simplesmente deixa de existir.

Neste sentido, o território brasileiro passa por esses movimentos nos diferentes tratados e acordos ao longo da construção territorial brasileira.

Base territorial brasileira: as configurações fronteiriças

As fronteiras brasileiras foram se moldando em diferentes momentos históricos, sendo que se destacam: o Tratado de Tordesilhas (1494), as Capitanias Hereditárias (1534), o Movimento das Bandeiras Paulistas, o Tratado de Madri – (1750), a Inconfidência Mineira (1789), o início da República (1889), os Territórios de Fronteira (1943) e a Pós-Constituição Federal (1988) (PÊGO et al., 2017).

Esses movimentos são resultado de diferentes períodos históricos ao longo do processo de formação territorial do Brasil. Assim, os escritos de Figueiredo (2016, p. 39) evidenciam que:

> [...] a análise da formação territorial brasileira está intrinsecamente comprometida com uma visão interligada dos processos e circunstâncias que moldaram, no tempo e no espaço, seu povoamento, a ocupação econômica de seu território e a ação do Estado no Brasil. Com efeito, pode-se afirmar que, no caso brasileiro, as

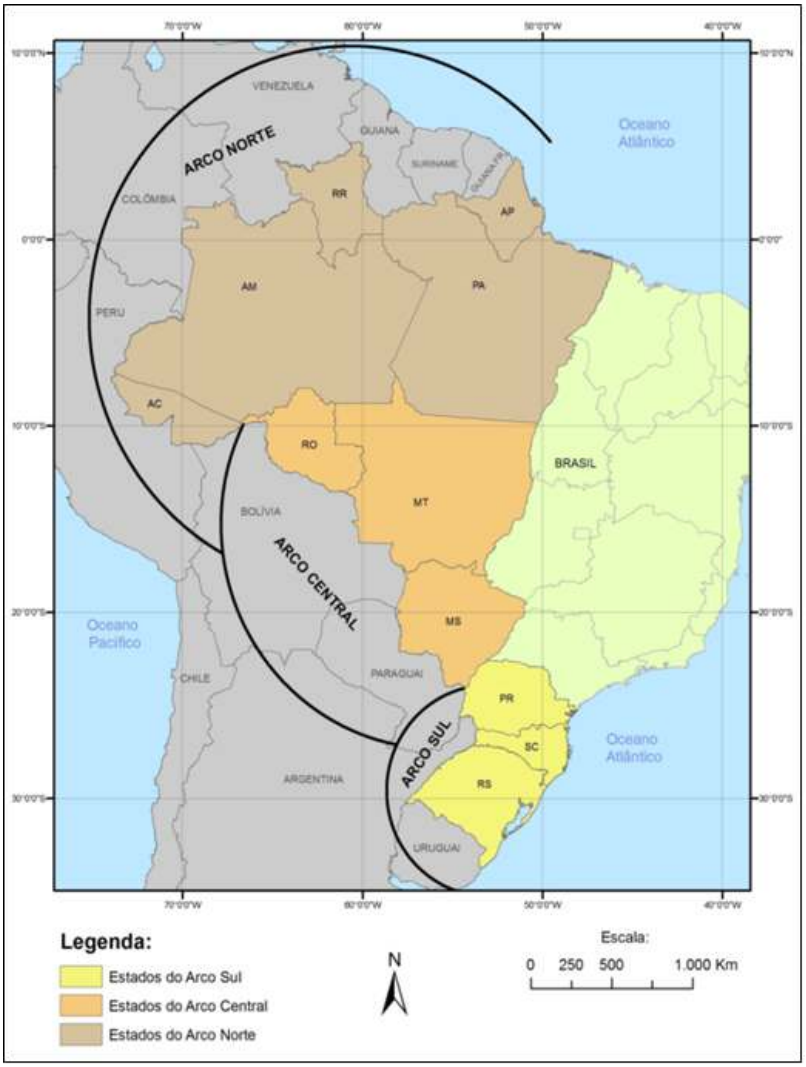
> histórias geopolítica e geoeconômica estiveram fortemente entrelaçadas na sua formação territorial, pautadas pela própria continentalidade e diversidade regional características do País.

A ocupação portuguesa teve início no século XVI e configurou o território no litoral do sudeste e nordeste, sendo que, ao longo dos séculos seguintes, impulsionados por diferentes ciclos econômicos, os portugueses exploraram as áreas à oeste em direção a Mato Grosso no centro da América do Sul. Assim, a fronteira brasileira acabou se reconfigurando diversas vezes ao longo dos últimos séculos, dando destaque às áreas ao sul do país e ao norte, onde o território nacional é expandido ou regredido (FIGUEIREDO, 2016).

O Brasil possui uma faixa de fronteira com cerca de 16,9 mil quilômetros de extensão, onze Unidades da Federação (UFs) e 588 municípios divididos em sub-regiões, nas quais habitam cerca de 11,7 milhões de pessoas, sendo que essa imensa área corresponde a, aproximadamente, 27% do território nacional (BRASIL, 2010a). Essa diversidade territorial apresenta-se com variadas intensidades sociais, econômicas e culturais ao longo da faixa de fronteira com outros nove países e um território ultramarino (francês) na América no Sul.

De acordo com os dados do Ministério da Integração Nacional (MI), toda a extensão territorial da fronteira terrestre brasileira está dividida em três grandes arcos: Norte, Central e Sul. As UFs que compõem o arco Norte são: Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, já as UFs que integram o arco Central são: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no arco Sul estão: Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005), como apresenta a figura 2 a seguir.

Figura 2: Arcos de Fronteira do Brasil



Fonte: Adaptado pelo autor (2020) com base em Carneiro Filho e Camara (2019).

Como demonstram os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), os três arcos têm características distintas. O arco Norte possui como característica a presença da floresta Amazônica, o arco Central possui estreito vínculo com a fronteira agrícola e o arco Sul apresenta a base

produtiva nas culturas do milho, trigo, soja e na marcante presença da agroindústria (BRASIL, 2019).

Diante desse mosaico territorial ao longo da fronteira brasileira, o arco Sul é o que mais se destaca pela grande dinamicidade socioeconômica. Cabe também sublinhar que as áreas dos outros dois arcos possuem uma menor população e algumas barreiras naturais, a exemplo da Floresta Amazônica e, no arco Central, o Pantanal.

Gatti (2011, p. 74) evidencia que "a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são setores econômicos que compõem a base produtiva", nas áreas de fronteira do arco Central, o autor também salienta que os estados do arco Sul se destacam, já que possuem uma maior especialização territorial, enquanto os estados do norte, uma menor especialização industrial.

O enfoque de análise está no arco Central, na área de fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Para Gatti (2011, p. 74), a área de fronteira de Mato Grosso é caracterizada por:

> [...] grande diversidade de paisagens resultantes de diferentes modos de ocupação e pela busca de sobrevivência de suas comunidades resultantes de estruturas produtivas com características específicas ditadas, pela herança sociocultural e, pela ação do capitalismo, que de forma seletiva e cheia de desigualdade tem permeado este espaço.

Neste sentido os espaços da fronteira em Mato Grosso possuem espaços heterogêneos em relação a faixa fronteira do Brasil, no próximo tópico destacamos a diversidade territorial.

Faixa de fronteira: tipologias e diversidade territorial

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que a faixa de fronteira nacional corresponde à área de 150 km de largura disposta ao longo da linha fronteiriça com os países vizinhos. Já a Bolívia, define que sua faixa de fronteira tem 50 km de largura. Em relação ao Brasil, a Constituição brasileira define três características para as áreas fronteiriças:

> a) municípios de faixa de fronteira, isto é, que estão dentro da faixa de 150 quilômetros da linha demarcatória oficial, conforme a Constituição brasileira de 1988; b) municípios na Linha de fronteira, que estão próximos a uma faixa de poucos metros, que as comissões limítrofes reservam nas fronteiras urbanas e; c) municípios fronteiriços que são denominados de cidades geminadas, por serem cidades que se desenvolveram nos limites de países vizinhos (PEREIRA, 2009, p. 52).

Diante da diversidade territorial na faixa de fronteira no Brasil, Gatti (2011) evidencia as diferentes tipologias de interações fronteiriças, ressaltando os cinco modelos que fundamentam as interações: Margens, Zona Tampão, Frente, Capilar e Sinapse. Essas características variam de acordo com as diferenças geográficas, as interações com os países vizinhos e demais órgãos de Estado (BRASIL, 2005).

Segundo dados do Ministério das Relações Internacionais (BRASIL, 2005), constata-se que a faixa de Fronteira do Mato Grosso é caracterizada como fronteira de Frente pioneira, com baixa densidade demográfica e populacional, por isso recebe menos investimentos de programas federais e estaduais que fomentam o desenvolvimento desse espaço (FERREIRA, 2017).

Para o Ministério das Relações Internacionais, a área de fronteira internacional é compreendida como,

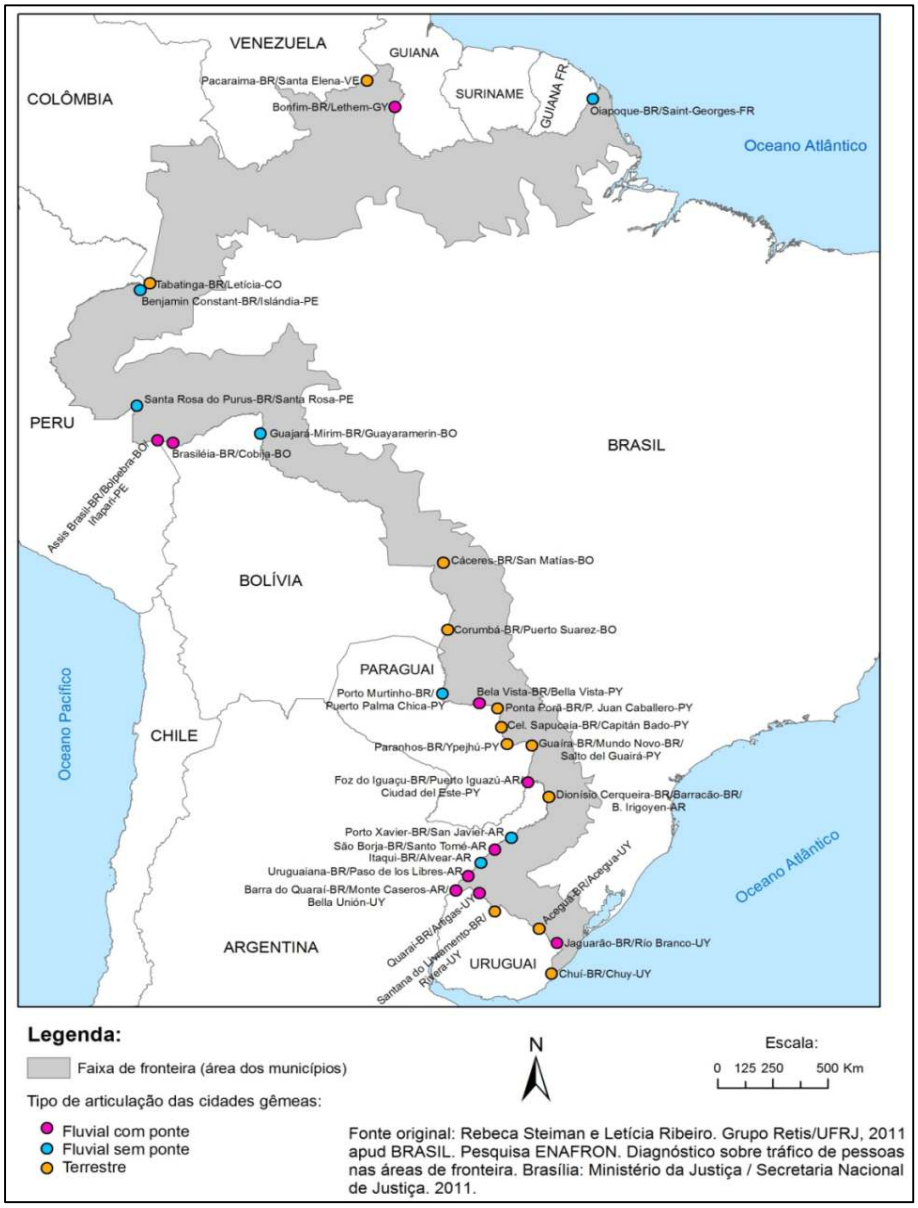
> [...] uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas" (BRASIL, 2005, p. 21).

Ferrari (2014, p. 22) entende essa área como:

> [...] espaço que emerge do limite institucionalizado; ela se encontra na confluência entre dois territórios nacionais porém, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete à ideia de ligação entre os territórios, e para apreendê-la é necessário abandonar o conceito clássico de território e considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite, pois se trata de outra territorialidade que submetida à fronteira linha vai reconfigurar o espaço territorial dividido.

Neste sentido, as zonas de fronteiras são compreendidas como "[...] espaço que se encontra na confluência entre dois territórios nacionais" (FERRARI, 2013, p. 88). Na figura 3, a seguir, podem-se observar as cidades gêmeas presentes no território brasileiro.

Figura 3: Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas



Fonte: Adaptado: Carneiro Filho (2014) - Grupo Retis – UFRJ (2011).

Ao apoiar-se na Portaria nº 123, de 2014, do Ministério da Integração Nacional, Santana (2018, p. 77) assinala que as cidades-gêmeas:

> [...] estão em municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e da cidadania.

Em conformidade com a Portaria nº 213, de 2016, do Ministério da Integração Nacional, no Brasil, existem cerca de 32 cidades gêmeas, localizadas ao longo dos três arcos da fronteira brasileira terrestre, sendo que a supracitada portaria apresenta, em seu artigo 1º, o conceito de cidades gêmeas:

> [...] como adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2016).

Para a definição dos critérios na formalização de uma cidade gêmea, Pêgo, Moura e Nunes (2019, p. 41) pautam-se no conceito de Machado (2005), em que analisam:

> i) as localidades; ii) a Unidade da Federação (UF) em que se localizam; iii) o tipo (se cidade ou povoado); iv) a população urbana referente ao ano 2000; v) a localidade correspondente ou mais próxima; vi) o país; vii) o tipo da localidade; viii) o tipo de articulação (se fluvial, com ou sem ponte, ou se fronteira seca); e ix) o tipo de interação

> transfronteiriça (se capilar, em sinapse, ou frente indígena).

Tendo como base a proposta do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (BRASIL, 2005) e a Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, elaborada pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF), neste documento, cidades gêmeas foram consideradas:

> Adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – [que] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2010b, p. 21).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um estudo realizado no ano de 2016, com base na concentração populacional, faz a referência a "arranjos fronteiriços" que correspondem:

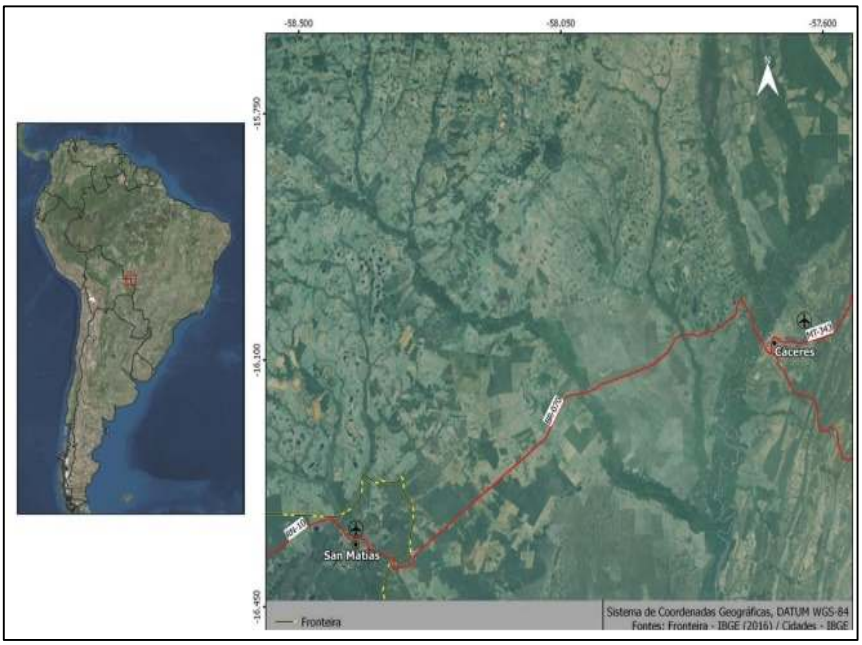
> A arranjos populacionais formados por unidades político-administrativas localizadas na fronteira internacional do Brasil e de países vizinhos que apresentam contiguidade da mancha urbanizada e movimento pendular para trabalho e estudo (PÊGO, et al., 2019, p. 41).

No cenário regional de Mato Grosso, destacam-se as cidades gêmeas de Cáceres e San Matias – Bolívia – que foram classificadas, inicialmente, como cidades irmãs, já que a distância entre ambas é de 100 km, como demonstra a figura 4, a seguir, sendo que essa classificação leva em consideração o:

> Acordo transfronteiriço firmado pelos municípios, em abril de 2013, quando foi criado o Comitê de Integração Bilateral Cáceres/San Matías. Esse reconhecimento e o acordo prescindem a necessidade da articulação física dos centros, mas impõem o estabelecimento de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento e a aspectos políticos, econômicos e culturais (PÊGO et al., 2019, p. 23).

No entanto, após a conclusão do estudo técnico da viabilização da "cidade gêmea" Cáceres (Brasil) – San Matias (Bolívia), em que foram ressaltados os critérios e as metodologias adotados no referido estudo, dando ênfase para a portaria do MI de nº 213, de 2016, foi sugerida, pelos estudos e pareceres técnicos do IPEA, a inserção de Cáceres na lista de cidades gêmeas brasileiras.[1]

Figura 4: Localização de Cáceres e San Matias



Fonte: IPEA (2018), adaptado pelo autor (2021).

[1] A inclusão de Cáceres na lista de cidades gêmeas foi formalizada através da publicação da Portaria de nº 1.080, de 24 de abril de 2019.

Apesar de Cáceres sobressair-se no arranjo fronteiriço de Mato Grosso, o contexto histórico de ocupação do território do estado está ligado a questões fronteiriças desde o período do Brasil colonial, sendo que tais questões ganharão ênfase em seguida.

O espaço fronteiriço de Mato Grosso

A ocupação de Mato Grosso teve início no século XVIII, com o avanço da fronteira oeste, sendo que as terras do lado oeste pertenciam ao governo espanhol e, do lado leste, ao governo português. O Tratado de Tordesilhas foi assinado em junho de 1494 e dividia o mundo em paralelos imaginários entre as maiores monarquias daquele período (TAVARES, 2011).

De acordo com os escritos de Santos (2020, p. 198), a Coroa Portuguesa promoveu uma fase expansionista:

> [...] Este movimento foi tão forte que 'empurrou' o limite de Tordesilhas mais a Oeste de seu eixo, adequando-o às necessidades portuguesas de apressamento e de exploração aurífera [...], ao mesmo tempo, resultou na colonização através da ocupação sistemática das terras finalizando com a independência do Brasil e o início da monarquia brasileira (1822).

Segundo Tavares (2011, p. 19), os principais responsáveis pelo avanço da fronteira oeste foram os bandeirantes paulistas, que, com as grandes bandeiras, desbravavam o interior do continente:

> Com o objetivo de aquisição de mão de obra barata, uma vez que o tráfico negreiro já sofria restrições, o que tornava a atividade muito onerosa, constituindo a prisão de indígenas como uma alternativa vantajosa, por não ocasionar custos elevados. Os bandeirantes faziam estas longas expedições, com [...], interesse, afinal, o comércio de escravos indígenas era lucro

> garantido para seus capturadores (TAVARES, 2011, p. 19).

A atividade mineradora também ganhou destaque no processo de ocupação do estado. A capitania de Mato Grosso foi criada, após a descoberta de jazidas auríferas, onde hoje se encontra Cuiabá, de modo que a Coroa Portuguesa, com o objetivo de expandir seus territórios e explorar a mineração do metal precioso, tratou de ocupar a região. Assim, além da exploração mineral, os portugueses ainda impediam o avanço da Coroa Espanhola sobre esse território (MORENO; SOUZA-HIGA, 2017).

Rosa et al., (2016, p. 5) descrevem que a criação da capitania de Mato Grosso aumentou a tensão entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, de forma que:

> [...] legitimam a possessão portuguesa nesta parte da Colônia. O significado prático desta combinação de elementos políticos institucionais é a transferência para o controle da Coroa portuguesa da organização de um processo de ocupação territorial que até então acontecera a partir de interesses comerciais estritamente privados. Ao mesmo tempo, porém, a intensificação do controle da metrópole sobre a região será também geradora de tensões, uma vez que as costumeiras rotas de passagem de contrabando recebem a produção das minas recém-descobertas.

Assim, em 1748, ao criar a capitania de Mato Grosso, a Coroa Portuguesa buscava efetivar suas conquistas territoriais na América lusa (JESUS, 2011). A autora ainda ressalta que a proximidade com os domínios espanhóis levou a Coroa Portuguesa a fundar, em 1752, a capital da capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade, instalando ali o aparato administrativo.

Naquele período, a capitania de Mato Grosso fazia limites com as capitanias do Grão-Pará, de São Paulo e de Goiás e com os governos de Chiquitos e Moxos, totalizando 48 mil léguas quadradas[2] de extensão, possuindo, ademais, dois distritos: o do Cuiabá, cujo principal núcleo urbano era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e o do Mato Grosso, cujo principal núcleo era Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) (JESUS, 2011, p. 18).

Observa-se que, naquele período, pela capitania de Mato Grosso era possível articular o território espanhol e ao mesmo tempo as áreas setentrionais da América portuguesa por meio dos transportes fluviais na Bacia Amazônica e Platina. Essas características levavam a capitania de Mato Grosso a um patamar ímpar no território português, "uma ideia de múltiplas fronteiras", como evidencia Jesus (2011, p. 19, grifos da autora):

> [...] a capitania de Mato Grosso era mineira como as Gerais e fronteira geopolítica como o Rio Grande, mas diferente desses dois territórios por congregar essas duas características que demarcavam sua especificidade no cenário imperial português. Portanto, Mato Grosso era uma capitania fronteira-mineira.

Expresso em outros termos, o território de Mato Grosso, desde o início da sua ocupação pelos bandeirantes, já se encontrava na condição de fronteira, fato descrito por Silva (2011, p. 9): "Temos que considerar que estamos falando de uma capitania de fronteira."

> [...] Observa-se também que a construção do território na fronteira oeste das colônias portuguesas como um espaço marcado pela

[2] Uma légua é uma medida itinerária equivalente a 6 quilómetros.

> rigidez da administração militar e a finalidade econômica clara de extração aurífera" (ROSA et al., 2016, p. 6).

Com a diminuição da exploração de ouro, diante do esgotamento das minas já em exploração, os mineradores foram em busca de áreas ainda não exploradas. Em 1835, Cuiabá foi promovida ao posto de capital da capitania de Mato Grosso.

Em novembro de 1864, teve início a Guerra da Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai. Dessa forma, a tentativa de invasão do território brasileiro apresentava-se como retaliação às relações entre o Brasil e o Paraguai. O exército paraguaio chegou a ocupar parte do território brasileiro e o território de Mato Grosso foi palco de diversas batalhas, sendo que a Tríplice Aliança saiu vencedora em abril de 1870 (JESUS, 2011).

Naquele período, o território de Vila Bela da Santíssima Trindade serviu como ponto estratégico para as tropas brasileiras, já que o município se encontra na faixa lindeira da fronteira com a Bolívia e, ao sul, próxima do Paraguai.

Diante dos acontecimentos em meados do século XIX, com a transferência da capital para Cuiabá, e com o fim da Guerra do Paraguai, os espaços da faixa de fronteira em Mato Grosso recebem pouca atenção, transformando-se em grandes áreas de produção agropecuária, destinadas principalmente a pecuária, com baixa dinâmica socioterritorial.

Espaços da fronteira: cenários contemporâneos

No cenário contemporâneo, Mato Grosso faz fronteira com a Bolívia, sendo que a faixa fronteiriça estende-se por cerca de 730

km, sendo que 280 km por corpos d´água e 450 km são constituídos por linhas secas (SOUZA-HIGA, 2008).

A linha de fronteira abrange quatro municípios lindeiros, ou seja, que se encontram na linha de fronteira, que são: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro, além de 24 municípios da faixa de fronteira dispostos no quadro 1.

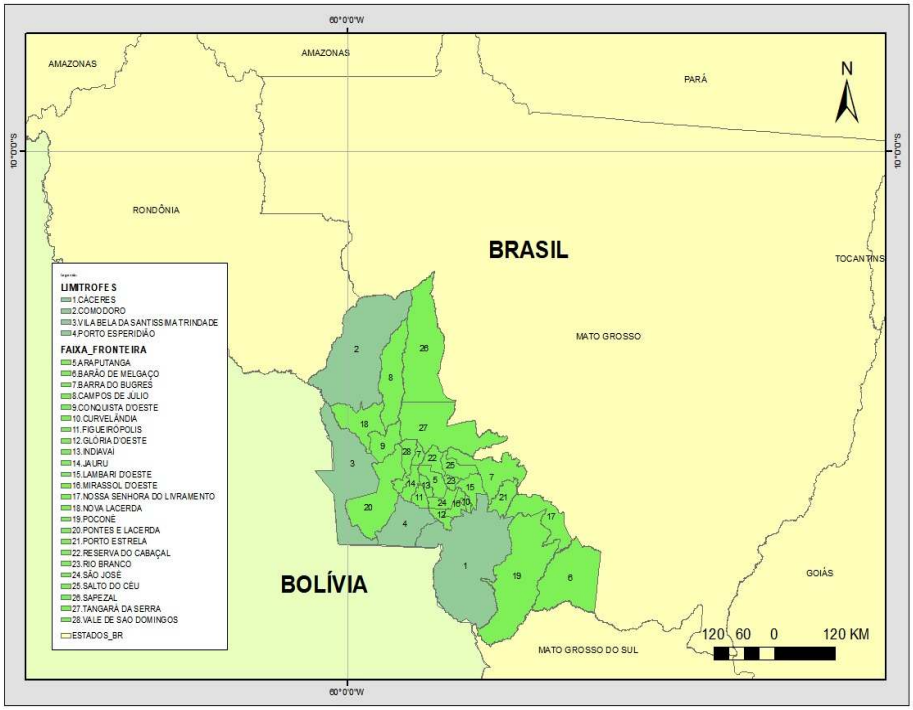
Quadro 1: Municípios da Faixa de Fronteira do Brasil (Mato Grosso) com a Bolívia

Número	Municípios	Número	Municípios
1	Araputanga	13	Nossa Senhora do Livramento
2	Barrão de Melgaço	14	Nova Lacerda
3	Barra do Bugres	15	Poconé
4	Campos de Júlio	16	Pontes e Lacerda
5	Conquista d'Oeste	17	Porto Estrela
6	Curvelândia	18	Reserva do Cabaçal
7	Figueirópolis d'Oeste	19	Rio Branco
8	Glória d'Oeste	20	Salto do Céu
9	Indiavaí	21	São José dos Quatro Marcos
10	Jauru	22	Sapezal
11	Lambari d'Oeste	23	Tangará da Serra
12	Mirassol d'Oeste	24	Vale de São Domingos

Fonte: Brasil (2005) – adaptado pelo autor (2021).

A figura 5 apresenta os municípios lindeiros e a faixa de fronteira Mato Grosso – Bolívia.

Figura 5: Municípios Lindeiros e Faixa de Fronteira Mato Grosso-Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base em Brasil (2020).

No território boliviano, duas províncias encontram-se na condição de lindeiras, são elas: Velasco e Angel Sandoval, ambas pertencentes ao departamento de Santa Cruz. A província de Velasco abrange os municípios de San Ignácio de Velasco, San Miguel e San Rafael; já a província de Angel Sandoval, envolve somente o município de San Matias (SOUZA-HIGA, 2018a). Essa área é caracterizada pela:

> [...] expressiva diversidade de paisagens econômicas e socioculturais, resultantes dos diferentes processos de ocupação e da busca de sustentação de suas comunidades que geraram, ao longo do tempo, estruturas produtivas com características específicas, permeadas, de um lado, pela herança sociocultural e, do outro, pela lógica do desenvolvimento capitalista que, de

> forma seletiva e desigual, tem permeado este espaço (SOUZA-HIGA et al., 2017, p. 13).

Sobre as condições socioeconômicas dessa área fronteiriça, Souza-Higa (2008) assinala que os movimentos são cotidianos e acontecem por fatores variados, em busca de comércio, saúde e educação. Neste sentido, Pereira (2009, p. 54) ressalta que:

> [...] a fronteira agrega especificidades que demandam no mínimo ações conjuntas dos países envolvidos, pois as condições de existência na fronteira tocam a todos que residem nestas áreas, portanto a fronteira é uma zona constante de fluxos e complementaridades e a educação cumpre um papel fundamental na integração.

Souza-Higa (2018b, p. 43) afirma, também, que os municípios e províncias lindeiras possuem diferentes características, quando se comparam os contextos históricos, políticos e econômicos. Ao analisar o espaço fronteiriço boliviano, a autora ainda frisa:

> Em relação à Bolívia, a área da faixa de fronteira com Mato Grosso exibe uma relativa uniformidade em termos econômicos, pois, em toda sua extensão, predominam a agricultura de subsistência e a intensa exploração madeireira voltada para a exportação, em sua maioria na forma de tora e sem nenhum valor agregado. Ademais, dispõe, em geral, de pouca infraestrutura e poucos investimentos estatais ou, mesmo, privados (SOUZA-HIGA, 2018b, p. 43).

No contexto brasileiro, destaca-se o município de Cáceres, sobressaindo-se no cenário regional Centro-Sul de Mato Grosso, como principal prestadora de serviços na região, sendo que a grande maioria dos moradores dos municípios que compõem a faixa de

fronteira procura produtos e serviços ligados ao comércio, saúde e educação.

De acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2010a), no último Censo, o município contava com uma população de 87.942 habitantes, já em 2021, a população estimada era de 95.339 habitantes, sendo que cerca de 87% vivem na zona urbana e 13% na zona rural (BRASIL, 2010a), isso além de "despontar como a unidade que detém a melhor logística e maior expressividade econômica" na faixa de fronteira (SOUZA-HIGA, 2018, p. 44).

O processo de migração é observado com intensidade na região de fronteira, principalmente entre os municípios de Cáceres e San Matias. Segundo os dados do IPEA (2020), Cáceres possui uma população estrangeira com cerca de 410 habitantes, o que correspondia a 0,4% do total de residentes no município, além da população que vive em movimento pendular, sobretudo, em busca de serviços essenciais como saúde e educação. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) indicam que, em 2019, houve a entrada de cerca de 1.146 imigrantes em Mato Grosso e, em 2020, cerca de 338 (CAVALCANTI, et al., 2020).

O município de Porto Esperidião possui sua economia com base na agropecuária, "com a presença de grandes fazendas pecuaristas modernas e de pequena produção agrícola, principalmente" (SOUZA-HIGA, 2018, p. 44). Segundo estimativas do IBGE, em 2021, o município possuía uma população 11.031 habitantes, com cerca de 40% habitando o espaço urbano e 60% na área rural (BRASIL, 2021).

Vila Bela da Santíssima é o município lindeiro com menor expressão econômica na fronteira de Mato Grosso, por conta de sua localização no extremo sudoeste do estado as atividades econômicas

se pautam nas atividades pecuaristas. Souza-Higa (2018a, p. 44) ainda destaca que:

> [...] Em seu território predominam grandes propriedades, muitas das quais foram mantidas, por longo tempo, praticamente improdutivas ou ocupadas com a pecuária extensiva. Nas últimas décadas, foram observadas mudanças, ainda incipientes, na sua dinâmica econômica, com a inserção de muitas fazendas pecuaristas no sistema mais intensivo de produção, voltado para a cria e recria de bovinos. Tem-se registrado, também, a ocorrência de fazendas voltadas para a agricultura em grande escala, mas, ainda, sem impactos para a economia municipal.

De acordo com estimativa do IBGE para 2021, Vila Bela da Santíssima Trindade possui 16.412 habitantes, sendo que cerca de 35% habitam a área urbana e 65% na área rural (BRASIL, 2021). "A baixa taxa de urbanização é um indicador do pequeno poder de influência da cidade sobre o entorno regional e da restrita atração de investimentos" (SOUZA-HIGA, 2018a, p. 44).

Comodoro é o município que se localiza na parte mais setentrional da faixa fronteira mato-grossense com a Bolívia. Cabe enfatizar que é um dos municípios mais extensos do estado, com uma área de aproximadamente 21.484 km² (BRASIL, 2021). Sobre a base econômica do município, Souza-Higa (2018a, p. 45) esclarece:

> [...] Seu padrão de ocupação evidencia diferentes níveis de emprego tecnológico. Assim, ocorrem desde fazendas de pecuária extensiva até propriedades de agricultura produzida com aparatos tecnológicos e sistemas de manejos modernos, voltadas para o mercado externo, o que é observado pelo aumento das áreas plantadas com soja e pelo crescimento dos rebanhos bovinos.

Em Comodoro, segundo estimativa do IBGE para 2021, vivem 21.249 habitantes, sendo que aproximadamente 30% vivem no meio rural e 70% no espaço urbano.

Diante deste mosaico territorial da fronteira de Mato Grosso, os municípios que se encontram na condição lindeira possuem baixos índices de população e poucos investimentos em políticas públicas ligadas a saúde, educação e infraestrutura.

No cenário econômico a agropecuária se apresenta como principal atividade econômica na fronteira com destaque a pecuária, onde segundo dados do IBGE e do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), Mato Grosso concentra cerca de 32 milhões cabeças de gado, entre os municípios lindeiros, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade possuem juntos cerca 2 milhões de rebanho bovino (MATO GROSSO, 2022), tais características evidenciam o processo de ocupação na área de fronteira, onde se destina vastas áreas a esta atividade econômica.

Considerações finais

A construção territorial brasileira se inicia na região nordeste e avança em direção ao centro-oeste com as excursões dos bandeirantes em busca de metais preciosos, tais movimentos transformam os espaços de fronteira na colônia e reconfiguram o território português, que através dos diferentes tratados e acordos conquistam novos territórios no centro da América do Sul.

O território de Mato Grosso é formado através destes movimentos de avanço da fronteira oeste, onde além de fronteira geopolítica, também é uma fronteira de mineração, já que grandes quantidades de ouro são encontradas neste espaço.

A concepção de território e fronteira apresentadas nas discursões deste artigo, refletem o entendimento deste conceito na Geografia, que inicialmente estão ligados a concepção do território do Estado-Nação, e posteriormente segue relacionado as questões socioterritoriais, compreendendo outros aspectos deste espaço, como a dinâmica populacional, cultural e econômica destes espaços.

As atividades econômicas se concentram na agropecuária, com a concentração de grandes áreas para a atividade pecuária, concentrando tais atividades econômicas nos espaços rurais dos municípios lindeiros. Tal situação evidenciam a baixa dinâmica demográfica se comparado a outras unidades da federação que também possuem territórios na fronteira.

A população Mato-grossense se concentra nos espaços urbanos, no entanto nos municípios lindeiros essa dinâmica se inverte e a população ocupa em grande maioria os espaços rurais, já que as atividades econômicas e os postos de trabalho estão neste espaço, justificando os baixos índices de urbanidades.

Tais características evidenciam que os espaços da fronteira em Mato Grosso, possuem pouca dinâmica socioterritorial, baixa demografia e espaços em espera de investimentos públicos ligados principalmente as áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: GTIIF, 2010b.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/ content/id/21772550/do1-2016-07-20-portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE **Cidades**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019. Inclui o município no anexo da Portaria no 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 abr. 2019. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=10&data=29/04/2019&captchafield=firstAccess. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Regiões de Fronteira e Fluxos Migratórios: O caso do Paraná. *In*: PENHA, Bruna; DESIDERA NETO, Walter Antônio; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). **O Mercosul e as Regiões de Fronteira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 53-100.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; OLIVEIRA LEMOS, Bruno de. Brasil e Mercosul: Iniciativas de Cooperação Fronteiriça (Brazil and Mercosur: Border Cooperation Initiatives). **Acta Geográfica**, p. 203-219, 2014.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Revista Confins (online)**, n. 4, p. 1-18, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; MACÊDO, Marília F. R. de. **Imigração e Refúgio no Brasil.** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 10 maio 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados.** São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 495-510.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista perspectiva geográfica**, Cascavel, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, ciudades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte y Território**, v. 1, p. 87-103, 2013.

FERREIRA, Evaldo. A Relação entre cidades irmãs na Faixa de Fronteira: O caso de Cáceres – Mato Grosso/ Brasil e San Matías – Bolívia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 64, p. 87-103, jun. 2017.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. Formação Territorial Brasileira. *In*: FIGUEIREDO, Adma Hamam de. (Org.). **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. p. 10-39.

GATTI, Flávio. **Turismo Internacional sob Enfoque da Política de Externa de Integração Regional**: Potencialidades, perspectivas e experiências turísticas entre Mato Grosso e Bolívia. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 15 fev. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Descaminhos com o território. *In*: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET. Marcos Aurélio. (Orgs.). **Territórios e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global:** Dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim Mercado de Trabalho -** Conjuntura e Análise n. 69. Brasília: Ipea, 2020.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

LUCIANO, Patrícia Franco. Ensino de Geografia em área de fronteira: uma análise a partir das práticas docentes em escolas estaduais de Amambaí (MS). **Revista MovimentAção**, Dourados, v. 02, n. 02, p. 71-85, 2015.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MATO GROSSO. Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso. **Pecuária de Mato Grosso quebra recorde e rebanho atingue 32,7milhões de cabeças.** Disponível em < http://www.indea.mt.gov.br/-/18851655-pecuaria-de-mt-quebra-novo-recorde-e-rebanho-atinge-32-7-milhoes-de-cabecas> Acesso em 13 de jul. 2022

MORENO, Gislaine; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso. **Geografia de Mato Grosso:** Território, sociedade e ambiente. 2. ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Naia. Áreas de fronteiras na perspectiva da integração Latino-Americana. *In*: CASTELO, Lehnen; CASTELLO, Iara; SHAFFER, Neiva. (Org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994. p. 52-63.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas–reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

PÊGO, Bolívar et al., (Orgs.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Brasília: Ipea: MI, 2017. v. 2.

PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria. interações entre Cáceres (Mato Grosso) e San Matias (Bolívia): a pertinência de uma nova cidade gêmea brasileira. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília: Ipea; MDR, n. 21, p. 39-47, jul./dez. 2019.

PEREIRA, Jacira H. do V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2009.

POSSE, Ernesto Gonzales. Marco concepctual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. *In*: BONETTI, Ernesto et al. **Frontere, integración y después...:** el desarrollo regional integrado, un aspecto específico de la integración nacional. Montevideo: Logos, 1991.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 9-15.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: ENS éditions, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por una Geografía del Poder**. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2004.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista produção acadêmica - núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ NUBRA,** Porto Nacional, n. 2, 2015. p. 139-157.

ROSA, Lilian da; et al. Aspectos Históricos da Ocupação em Mato Grosso. *In*: II SEMINÁRIO GOVERNANÇA DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2016, Campinas. **Anais** [...]. Campinas, 2016.

SANTANA, Maria Luiza da Silva. Práticas Pedagógicas na Região de Fronteira: Um olhar a partir de Ponta Porã. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 1, p. 75-88, jan./mar. 2018.

SANTOS, João Bosco Lobo. Os arranjos políticos na construção da fronteira oeste, 1850 – 1893. **Outras Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 197-211, ago./set. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Gabriel de Miranda Soares. **O Ensino de Geografia na Fronteira Oeste do Mato Grosso com a Bolívia:** Práticas curriculares e pedagógicas de professores no município de Cáceres – MT. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2021.

SILVA, Vanda da. Quem é quem na posse das terras na Capitania de Mato Grosso. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME. Lisboa, 2011. **Anais** [...]. Lisboa, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre o espaço e poder autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; et al. (Orgs.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. Diversidade territorial na área fronteiriça de Mato Grosso e Bolívia. *In*: SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. (Org.). **Estudos regionais sul-americanos:** sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 13-32.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. Populações em movimento na fronteira Brasil – Bolívia: estranhamentos e interações no campo do trabalho. *In*: LEITE, José Carlos; BORSANI, María Eugenia; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. (Orgs.). **Deslocamentos teóricos e populacionais**: fronteiras epistêmicas e geográficas. Cuiabá: EdUFMT, 2018a. p. 41-54.

SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso (Org.). Análise comparativa entre sistemas produtivos rurais do Oeste mato-grossense e Leste boliviano. **Estudos Regionais sul-americanos, economia e dinâmica territorial na área central do continente.** Cuiabá, EdUFMT, 2018b.

SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso; et al. Processo de ocupação e formação territorial. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. 2017.

TAVARES, José Wilson. **Várzea Grande**: História e tradição. Cuiabá: KCM Editora, 2011.

Submetido em: 11 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 13 de julho de 2022.
Aprovado em: 18 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

SILVA, G. D. M. S. .; NORA, G. D. Espaços da fronteira em Mato Grosso: : olhares geográficos. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 61–95, Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2293.

AS LENTES DO OLHAR: UM EXERCÍCIO TEÓRICO-METODOLÓGICO NO COMPLEXO VERDE (MA/PA)

THE LENSES OF THE GAZE: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL EXERCISE IN THE COMPLEXO VERDE (MA/PA)

LAS LENTES DE LA MIRADA: UN EJERCICIO TEORICO-METODOLOGICO EN EL COMPLEXO VERDE (MA / PA)

José Diego Gobbo Alves
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/NEPAM)
E-mail: jdgobboalves@gmail.com

Janaína Welle
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/NEPAM)
E-mail: wellejanaina@gmail.com

Marcelo Rezende Calça Soeira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/NEPAM)
E-mail: mrsoeira@gmail.com

Sônia Regina da Cal Seixas
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/NEPAM)
E-mail: srcal@unicamp.br

Resumo:
O artigo explora uma proposta teórico-metodológica de integração de dados e epistemologias de diferentes disciplinas acerca das mudanças no uso e cobertura da terra e suas consequências socioambientais no Complexo Verde (MA/PA). A metodologia consiste na mobilização de técnicas qualitativas e quantitativas para analisar dados resultantes de duas tipologias de imagens: satélite e fílmicas. Tais técnicas baseiam-se no geoprocessamento dos dados secundários de sensoriamento remoto e na análise fílmica do documentário *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta. Os resultados encontrados indicam que o exercício teórico-metodológico proposto possibilita discutir os processos socioambientais em sua complexidade, permitindo abarcar a pluralidade de interações (usos, transições e conflitos) entre as sociedades e os ambientes a partir de diferentes perspectivas epistemológicas. Ademais, espera-se que este artigo contribua para a compreensão das dinâmicas socioambientais da região e para a ciência geográfica na medida em que ensaia uma metodologia inovadora para análise socioespacial.
Palavras-chave: Imagens, Uso e Cobertura da terra, Documentário, Disputas territoriais, Complexo Verde.

Abstract:
This paper is about a theoretical-methodological exercise with data integration and epistemologies from different areas of knowledge about land use and cover change and their socio-environmental consequences in the Complexo Verde (MA/PA). The methodology consists of mobilizing qualitative and quantitative techniques to analyze data, which resulted from two types of images: satellite and film images. Thus, such techniques are based on geoprocessing remote sensing data and film analysis. The results found provide evidence that the proposed theoretical-methodological exercise makes it possible to discuss the socio-environmental processes in greater depth; in other words, enabling to encompass the plurality of interactions between societies and environments from different epistemological perspectives. Furthermore, it is expected that this article will contribute to the understanding of the socio-environmental dynamics of the region.
Keywords: Image, Land Use and Cover change, Documentary, Territorial Conflicts, Complexo Verde.

Resumen:
Este artículo es un ejercicio teórico-metodológico de integración de datos y epistemologías de diferentes campos del conocimiento sobre los cambios en el uso y cobertura de la tierra y sus consecuencias socioambientales en el Complexo Verde (MA / PA). La metodología consiste en movilizar técnicas cualitativas y cuantitativas para analizar los datos resultantes de dos tipos de imágenes: imágenes de satélite y fílmicas. Tales técnicas se basan en el geoprocesamiento de datos de teledetección y en el análisis fílmico. Los resultados encontrados evidencian que el ejercicio teórico-metodológico propuesto permite discutir los procesos socioambientales de una manera más integral y compleja, es decir, posibilitando abarcar la pluralidad de interacciones entre las sociedades y sus entornos desde diferentes perspectivas epistemológicas. Además, se espera que este artículo contribuya a la comprensión de la dinámica socioambiental de la región.
Palabras-clave: Imagen; Uso y cobertura de la tierra; Documental; Disputas territoriales; Complexo verde.

Introdução[1]

A complexidade de compreender e explicar as dinâmicas de ocupação e desmatamento na Amazônia brasileira implica na necessidade de articulação de dados produzidos por diferentes metodologias e escalas de análise (espacial, cartográfica, temporal e social). Essa complexidade é resultante da pluralidade de elementos que compõem a trama histórica-espacial do processo de (re)ocupação da região amazônica, mobilizando um conjunto de estudos interdisciplinares preocupados com a integração das dimensões sociais, espaciais, demográficos, ambientais e históricas (D'ANTONA, 2003; HOGAN; D'ANTONA; CARMO, 2008; MORAN; MCCRACKEN, 2004; NOBRE, 2008; CÔRTES, SILVA JÚNIOR, 2021).

O uso integrado de diferentes metodologias e disciplinas nas pesquisas acadêmicas possibilita dialogar e elaborar um conjunto de perguntas distintas sobre um mesmo problema de pesquisa a ser investigado, sendo mais comum a utilização de métodos mistos (qualitativos e quantitativos) (CRESWELL; PLANO CLARCK, 2007). Essa opção metodológica, oferece um potencial científico significativo para a produção de pesquisas que buscam superar os limites disciplinares. O exercício teórico-metodológico de integração de dados e metodologias distintas culmina em um importante fazer interdisciplinar que será explorado neste artigo.

[1] Este artigo é resultado de uma construção coletiva iniciada a partir da participação no evento "Diálogos em Pesquisa do Doutorado em Ambiente e Sociedade". Ademais, os autores agradecem o apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM/Unicamp), do Doutorado em Ambiente e Sociedade e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001 (Número dos processos: 88887.502940/2020-00; 88887.502941/2020-00).

Na literatura interdisciplinar, um possível arranjo teórico-metodológico para analisar as mudanças no uso e cobertura da terra e seus conflitos socioambientais derivados, baseia-se na mobilização de uma perspectiva mista que integre metodologias técnico-científica e nativa (SILVA JÚNIOR; D'ANTONA; CAK, 2016). Ambas as metodologias são conhecidas e possuem um histórico de contribuição importante para os campos e disciplinas científicas. A perspectiva técnico-científica tende a ser uma perspectiva espacialmente vertical de observação dos fenômenos, como os dados de sensoriamento remoto, por exemplo. Já a perspectiva nativa, caracteriza-se pelo nível horizontal de análise, isto é, no nível do chão, no nível do cotidiano vivido e experienciado pela população local (SILVA JÚNIOR; D'ANTONA; CAK, 2016).

Apesar de apresentarem um conjunto de técnicas, dados e métodos próprios, essas duas perspectivas não são antagônicas. Ao contrário, sua adoção é complementar e permite uma visão mais complexa, abrangente e integrada dos fenômenos estudados. Devido à diversidade de técnicas aplicadas em ambas as perspectivas citadas (técnica-científica e nativa), bem como a de arranjos teórico-metodológicos, o uso concomitante de múltiplas perspectivas permite revelar a multiescalaridade dos fenômenos, ampliando os modos de interpretação possíveis e unificando diferentes escalas de análise (cartográfica, espacial e conceitual) (CÔRREA, 2011). Ademais, o olhar geográfico acerca de uma obra cinematográfica produzida pelos próprios agentes que vivem e resistem no território possibilita compreender e explicar os conflitos socioambientais derivados das disputas territoriais (BRITO, 2020).

Dessa forma, o artigo explora uma proposta teórico-metodológica interdisciplinar para analisar dinâmicas socioambientais a partir da integração de dados de uso e cobertura da terra produzidos por imagens de satélite geoprocessadas e pelas imagens cinematográficas presentes no documentário *Zawxiperkwer* Ka'a - Guardiões da Floresta, realizado no Complexo Verde a partir da perspectiva indígena. O conjunto de Terras Indígenas Caru, Awá, Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu, denominado como "Complexo Verde" foi o recorte geográfico escolhido para o artigo, território caracterizado por conflitos e disputas territoriais advindas das mudanças no uso e cobertura da terra na região e das invasões de Terras Indígenas.

Portanto, para além de uma perspectiva de integração entre dados quantitativos e dados qualitativos em uma abordagem metodológica mista, este trabalho avança ao considerar uma produção nativa na abordagem qualitativa, produção esta que expressa as intencionalidades e vivências dos sujeitos em seus contextos socioespaciais, como será apresentado ao longo deste texto.

A proposta do artigo, portanto, é abarcar as transformações do território em uma perspectiva multiescalar, utilizando dados de sensoriamento remoto para a análise da paisagem (mudanças no uso e cobertura da terra) em nível regional, estabelecendo diálogo com dados do espaço vivido no nível local, com foco nos conflitos e disputas que ali ocorrem. É um trabalho que explora dados quantitativos e qualitativos conectados a partir de imagens produzidas por diferentes instrumentos de captura e com processamentos, finalidades, intencionalidades e usos distintos.

O artigo contribui na construção de estratégias teórico-metodológicas para explicar e compreender os fenômenos socioambientais

relacionados às mudanças no uso e cobertura da terra integrando dados oriundos de imagens de satélite (perspectiva técnico-científica) e imagens cinematográficas do documentário *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta (perspectiva nativa). É um exercício inovador que possibilita discutir os processos socioambientais por diferentes olhares, sobretudo, ao associar análise de dados de geoprocessamento à análise de uma produção audiovisual, que não são comumente utilizados nas pesquisas sobre mudanças no uso e cobertura da terra.

Metodologia

A metodologia do artigo é composta por dois conjuntos de técnicas mobilizadas para o tratamento de dois tipos de imagens utilizadas: satélite e fílmica. Para a caracterização das mudanças no uso e cobertura da terra, foram utilizados os dados secundários do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas) entre os anos 1985 e 2020. O projeto, em sua sexta coleção, traz uma classificação espacial do Brasil desde 1985, utilizando as imagens dos satélites *Landsat* com resolução espacial de 30 metros (SOUZA JR et al, 2020). A metodologia do projeto MapBiomas consiste na classificação automática pixel a pixel realizada no *Google Earth Engine* (GEE) com amostras para ajustes regionais.

Todas as TIs que compõem o Complexo Verde foram criadas a partir da década de 1980, sendo as TIs Caru e Alto Rio Turiaçu as primeiras a serem criadas em 1982. Portanto, um dos critérios utilizados para a escolha do uso dos dados do MapBiomas foi a escala temporal da Coleção 6 que permite uma análise comparativa desde o

ano de 1985, possibilitando refletir sobre as transições de uso e cobertura da terra desde a demarcação das terras.

Na escala local do cotidiano vivido, foi realizada uma análise fílmica do documentário *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta (2019, 50 minutos), dirigido por Jocy Guajajara e Milson Guajajara, elucidando suas escolhas éticas, estéticas e narrativas, bem como as contribuições da narrativa fílmica acerca das relações e dinâmicas territoriais na região. *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta plasma as disputas territoriais pela perspectiva e narrativa indígena, pois Jocy e Milson Guajajara são cineastas indígenas e membros do grupo Guardiões da Floresta na Terra Indígena Caru (MA), onde vivem, uma das retratadas no documentário.

Guardiões da Floresta, grupo que dá nome ao filme, é formado por indígenas Guajajara e Awá-Guajá que fiscalizam o próprio território, formado pelas terras indígenas Caru, Awá, Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu, última área de floresta contínua no estado do Maranhão. A região sofre com intensos conflitos territoriais, tendo enfrentado eventos violentos recentes destacados na mídia nacional, tal como o assassinato de Paulo Paulino Guajajara em novembro de 2019, também um guardião da floresta, vítima de uma emboscada dentro da Terra Indígena (TI) Araribóia (BARROS, 2019).

Trata-se, portanto, de uma perspectiva nativa, de um "olhar de dentro" interpretado aqui por meio de um corpus teórico-metodológico qualitativo. O documentário é resultado de oficinas de cinema realizadas pelo projeto Vídeo nas Aldeias, um importante projeto de formação audiovisual indígena que utiliza as narrativas cinematográficas como um meio de luta, tanto a partir do registro de sua cul-

tura, quanto na construção de contradiscursos sobre o que ocorre dentro de seus territórios a partir de produções realizadas pelos próprios indígenas.

Parte-se da premissa de que a construção de sentidos e afetos de um filme ocorre em sua articulação fílmica, isto é, pelo arranjo construído na linha do tempo a partir da justaposição de imagens e sons, realizada no ato de montar um filme. Ela se encerra quando o espectador o assiste, resultando no encontro de subjetividades inerentes ao filme e do próprio espectador (AUMONT; MARIE, 2004; ODIN, 2005). A narrativa de um filme conduz, de maneira mais ou menos deliberada, o caminho de sua leitura. Há um direcionamento da atenção do espectador, ainda que nada o obrigue a seguir as instruções, nem tampouco percebê-las. Mas há uma intenção de leitura posta pelo realizador (ODIN, 2005).

Partindo da pergunta central do artigo "Quais são as principais mudanças na paisagem do Complexo Verde e os desdobramentos cotidianos que as retroalimentam?", novas questões foram elaboradas de modo que fosse possível indicar uma análise mais completa da realidade. Na escala da paisagem, as questões norteadoras implicaram no emprego de métricas de ecologia de paisagem e análises espaciais para entender as mudanças no uso e cobertura da terra na área. Indagações como "Quais foram as mudanças no uso e cobertura da terra no Complexo Verde?"; "Onde e quanto mudou?" foram utilizadas para orientar a análise quantitativa dos dados. Por outro lado, a análise fílmica partiu de perguntas como "Quais são as narrativas construídas sobre as disputas pelo território por cineastas que pertencentes a esse território?", "Como são representados os conflitos?",

"Qual a relação entre os cineastas e o conflito representado?", "Qual o papel da câmera no conflito?"

A metodologia utilizada neste trabalho não consiste apenas na somatória de dados secundários provindos de imagens de satélite geoprocessadas e imagens fílmicas, mas sim em um exercício interdisciplinar quali-quantitativo, que visa integrar uma perspectiva técnico-científica (quantitativa) com uma perspectiva nativa-cultural (qualitativa) de forma multiescalar

As lentes do olhar

As imagens de satélite

O sensoriamento remoto consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para a obtenção de informações acerca de objetos, áreas ou fenômenos-alvo a partir de um ponto exterior à localização destes, ou seja, sem que ocorra contato direto com o objeto em estudo (LUCHIARI; KAWAKUBO; MORATO, 2005; PONZONI et al., 2015). Enquanto recurso metodológico, o sensoriamento remoto está presente em diversos campos e disciplinas dedicadas ao estudo das dimensões espaciais dos fenômenos, ou seja, sua distribuição, localização e extensão territorial. Geografia, Cartografia, Geologia, Ciências Ambientais, Ciências Agrárias, Engenharias, Arquitetura, Urbanismo, entre outros, são campos e disciplinas que tradicionalmente se apropriam das técnicas de sensoriamento remoto para produzir conhecimento sobre o território. Os seus usos são diversos, permitindo análises sobre as mudanças no uso e cobertura da terra (rural e urbana);

corpos hídricos, solo, vegetação, condições atmosféricas e urbanização, entre outros (GARCIA, 1989). O advento das tecnologias da informação revolucionou técnica e epistemologicamente o fazer científico das disciplinas preocupadas com a multidimensionalidade do espaço (CASTILLO, 2009).

Os produtos gerados pelo sensoriamento remoto possibilitam olhar o território a partir de uma perspectiva verticalizada, ou seja, de cima para baixo. As imagens de satélite são submetidas às diferentes técnicas de geoprocessamento para a identificação e classificação dos usos e cobertura da terra, solo, vegetação etc., ao passo que os resultados são necessários para a identificação de padrões socioespaciais sobre um fenômeno ao qual se possui interesse. Nesse sentido, a importância das imagens de satélite se dá pelo seu atributo de fornecer uma informação objetiva, precisa e quantitativa a respeito do território estudado (CASTILLO, 2009).

Por si só a imagem de satélite apenas exprime em linguagem visual a dimensão concreta/física/material do objeto em estudo, de forma que o exercício científico reflexivo ocorre no esforço de compreender o que está para além do visto, a dimensão invisível onde residem, se manifestam ou atuam os elementos e processos invisíveis que refletem/resultam/conformam nos padrões observados e que só são alcançados pela ação do pensamento ao buscar e compreender as relações sócio-geo-ambientais de um determinado território (MOREIRA, 2015). De acordo com Castillo (2009), a informação geográfica digital possui três dimensões: sensorial, sintáxica e semântica:

> [...] chamaremos de dimensão sensorial a captação da imagem pelo sensor embarcado no satélite, o envio do sinal a estações receptoras e a gravação e o armazenamento dos dados em suporte adequado; dimensão sintáxica, o tratamento da imagem em

> computador, fazendo uso de um ou mais algoritmos; e, finalmente, dimensão semântica, a interpretação da imagem que, assim, autoriza uma ação ou decisão (CASTILLO, 2009, p. 64).

Por fim, estas dimensões propostas por Castillo (2009) e o indicativo do visível e do invisível colocado por Moreira (2009) propõem que a imagem em estado bruto tem pouco a oferecer à epistemologia do espaço, necessitando de tratamento (geoprocessamento) e interpretação dos resultados obtidos a fim de transformar geometrias em geografias (CÂMARA, 2001), isto é, transformar as representações geométricas do espaço em uma ciência preocupada não apenas com os padrões, mas também com os processos ocorridos.

As Imagens Fílmicas

A pluralidade de tipos de imagens implica em diferentes níveis de informação coletada/transmitida. Em grande medida, imagens fílmicas documentais não são produzidas com intenção de uso científico, embora existam imagens de filmes com finalidade predominantemente científica, a exemplo dos documentários etnográficos. Não obstante, enquanto constructos culturais, as imagens fílmicas trazem em si escolhas e registros de seu tempo histórico e são, portanto, documentos de uma época (FERRO, 1992). Todos os filmes, sejam eles do domínio da ficção ou do documentário, são passíveis de uma leitura documentarizante (ODIN, 2005), ou seja, podem ser encarados como documentos da realidade histórica e, portanto, oferecer subsídios para se investigar como determinada sociedade compreende, significa e narra eventos do mundo histórico.

A câmera, aparato mediador de toda imagem cinematográfica e inspirada no olho humano, registra um recorte espaço-temporal da realidade e possibilita ao espectador olhar o objeto retratado em outras perspectivas espaciais, como em aproximações e distanciamentos possíveis por meio do uso de lentes dos movimentos de *zoom in* (aproximação) e *zoom out* (distanciamento), em perspectivas temporais como nas acelerações e dilatações do tempo, assim como nos sentidos que emergem da ordenação das cenas na linha do tempo proporcionadas pela montagem. Seu caráter diferido, ou seja, a possibilidade de ser revista, traz outra capa de sentido e potência.

A subjetividade é inerente às imagens cinematográficas, produzidas a partir de inúmeras escolhas de enquadramento, tipos de planos, movimentos de câmera, composição de quadro, assim como ao processo de articulação da linha do tempo que se dá na montagem, momento no qual se constrói a narrativa fílmica propriamente dita (JULLIER; MARIE, 2009). Um filme termina na experiência do espectador, o que acrescenta uma última camada de sentido para sua narrativa, onde exercem influência desde o local físico de exibição até as subjetividades individuais dos espectadores (ODIN, 2005).

O filme é também um produtor de significados socioespaciais. A imagem e o espaço narrativos têm correlação direta com a formação, experiência e percepção do espaço geográfico real, e contribuem na construção do imaginário coletivo sobre essas dinâmicas que ali se dão (COSTA, 2013). As imagens fílmicas muitas vezes são a primeira, e por vezes a única, relação que os espectadores têm com certos eventos e lugares.

O cinema, assim como outros constructos narrativos, produz, reproduz e transforma metáforas sobre o mundo. Neste artigo, explora-se a possibilidade de análise de dinâmicas socioespaciais por meio do uso combinado de imagens fílmicas e imagens de satélite geoprocessadas. Dois tipos de registro do mundo com intuitos, funções e usos distintos, mas que podem ser complementares para o estudo de um determinado tema. Imagens e dados de satélite permitem olhar o contexto macro, mas não revelam tudo. Imagens fílmicas, por outro lado, capturam a dimensão afetiva e vivida do fenômeno observado, revelando sentimentos, experiências e modos de vida que escapam da visão "de cima". As imagens fílmicas são articuladas discursivamente e compõem uma narrativa sobre eventos retratados.

O Complexo Verde

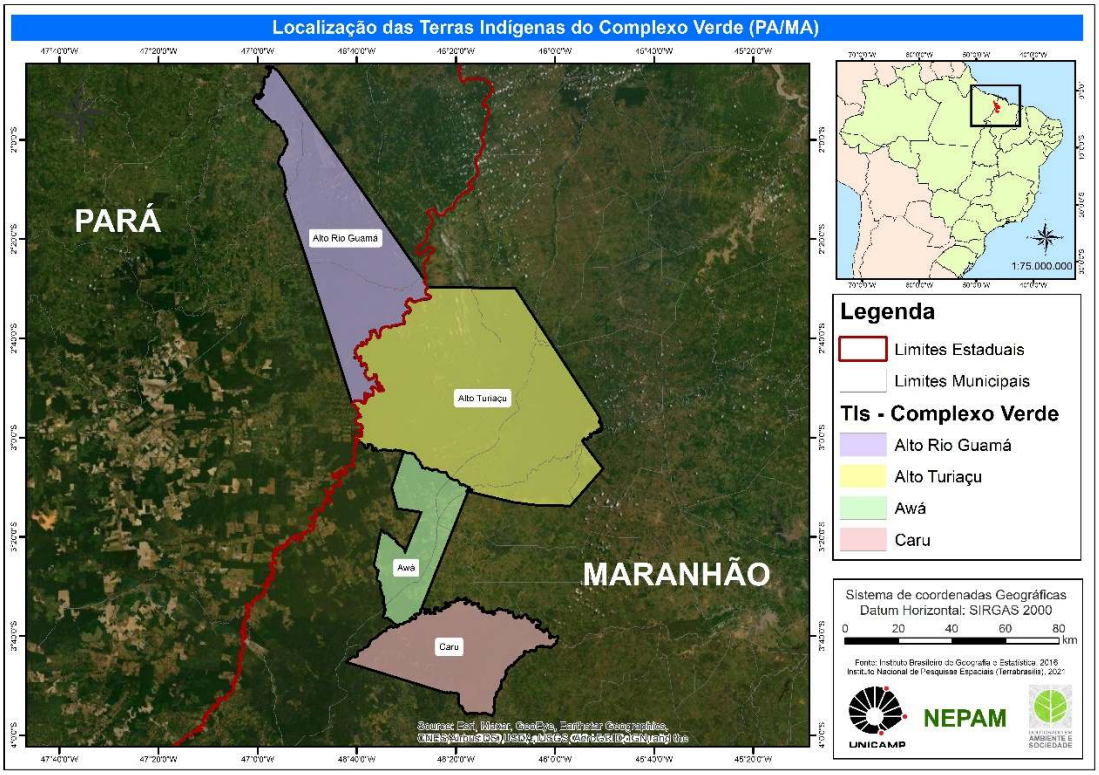
O Complexo Verde é composto por quatro Terras Indígenas (Caru, Awá, Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu) situadas nos estados do Maranhão e Pará (Figura 1). As Terra Indígenas (TIs) Caru, Alto Turiaçu e Awá têm sua origem como parte integrante da Reserva Florestal do Gurupi, delimitada em 1961 pelo decreto presidencial nº 51.026 (BRASIL, 1961). Com área de cerca de 1,1 milhão de hectares, o Complexo Verde é habitado por povos indígenas das etnias Awá-Guajá, Urubu-Ka'apor, Tembé-Tenetehara e Guajajara-Tenetehara. A Figura 1 retrata as TIs que compõem o Complexo Verde, já Tabela 1 a seguir compila as principais informações sobre as TIs.

Tabela 1: Descrição das Terras Indígenas do Complexo Verde

Terra Indígena	Ano de Criação	Área (ha)	População
Alto Rio Guamá	1993	279.897	1.727
Alto Turiaçu	1982	530.524	1.500
Awá	1995	116.582	42
Caru	1982	172.667	400

Fonte: ISA, 2021; FUNAI, 2022.

Figura 1: Localização das Terras Indígenas que formam o Complexo Verde.



Fonte: ISA, 2021. Elaborado pelos autores, 2021.

A Terra Indígena Caru é o território mais ao sul do Complexo, demarcada e homologada de acordo com o Decreto nº 87.843 de

22/12/1982 (BRASIL, 1982), localiza-se predominantemente (99,07%) ao norte do município de Bom Jardim no estado do Maranhão, sendo ocupada pelos povos Awá-Guajá, Guajajara-Tenetehara e Isolados dos Igarapés Presídio e Juriti (ISA, 2021a). Os conflitos pela exploração de recursos (atuação de caçadores e madeireiros), e os conflitos de natureza fundiária (atuação de posseiros e fazendeiros) são os principais riscos socioambientais observados na TI.

A TI Awá está localizada ao norte da TI Caru, sendo o menor território localiza-se entre 6 municípios (Centro Novo do Maranhão - 65%, São João do Caru - 22,3%, Nova Olinda do Maranhão - 7,2%, Zé Doca - 6,1% e outros 0,5%). De acordo com dados da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), é ocupada pelos povos Awá-Guajá e Isolados de Mão de Onça (ISA, 2021b).

O processo de demarcação da TI Awá difere do ocorrido com as outras TIs do Complexo Verde. Seu início ocorreu em 1985, três anos após a data de homologação dos demais territórios, com estudos que propunham a delimitação de uma área de 232.000 hectares no interior da Reserva Florestal do Gurupi (FUNAI, 2021). À época, a TI Awá já estava sendo invadida e povoada por povos não-indígenas.

Em um processo que durou 20 anos, marcado por sucessivas disputas judiciais, pela influência de empresas interessadas na exploração da região, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Agropecuária Alto Turiaçu, além de conflitos entre pistoleiros e os grupos de trabalho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a proposta de demarcação da TI Awá passou por diversas revisões (DINIZ, 2005). Neste período, a área delimitada chegou a ser reduzida para apenas 47.000 hectares, aproximadamente um quinto do proposto originalmente em 1985.

Em 20/04/2005, a TI Awá foi homologada por meio de decreto presidencial, publicado no Diário Oficial da União, com área de 117.000 hectares (BRASIL, 2005). Apesar da demarcação representar uma conquista e uma forma de proteção oficial, seu atraso acarretou na ampliação da ocupação do território por novos imigrantes fruto "[...] do crescimento demográfico desordenado (vegetativo e migrante) e da falta de uma reforma agrária condizente com a realidade nacional e, em particular, regional" (DINIZ, 2005, p.134).

Em 2012, uma decisão judicial reconheceu o direito do povo Awá-Guajá ao uso permanente do território e, consequentemente, a nulidade de todas as decisões precedentes quanto à propriedade de terras por povos não indígenas no perímetro demarcado, permitindo desta forma que se inicie o processo de remoção desses ocupantes da TI-Awá (TRF-1, 2012).

A continuidade da presença de não-indígenas no território impede o restabelecimento dos fluxos territoriais e limita as interações entre os diversos grupos de Awá-Guajá, colocando em risco sua forma de vida tradicional à medida em que os pressionam a uma mudança cultural radical (O'DWYER, 2013).

Os Awá-Guajá se distribuem em um território que abrange as TI Alto Turiaçu, TI Awá e TI Caru, prolongando-se até a TI Araribóia, sendo o único povo a ocupar a TI Awá. Alguns de seus grupos mantém o comportamento nômade, sendo um dos poucos do planeta a manter esse estilo de vida (VARGA, 2008).

Ainda que uma parcela de sua população permaneça isolada, os Awá-Guajá sofrem com as alterações desencadeadas em seu território. Devido ao desmatamento, lagoas perenes utilizadas pelas famí-

lias indígenas ressecaram, reduzindo seu acesso à água. Em consequência, desde 2001 têm surgido relatos por parte dos Guajajara a respeito da descoberta de restos mortais de indígenas Awá-Guajá na região que apresentam indícios de morte por desidratação (VARGA, 2008).

A TI Alto Turiaçu foi homologada pelo Decreto nº 88.002 de 29 de dezembro de 1982 (BRASIL, 1982), estando localizada ao norte da TI Awá. Sendo a maior TI demarcada do Complexo Verde, atualmente se encontra ameaçada pela atuação de garimpeiros, madeireiros e posseiros. Com 531.000 hectares, é habitada por 1.500 indígenas dos povos Awá-Guajá, Urubu-Ka'apor e Tembé-Tenetehara.

No estado do Pará e no extremo norte do Complexo Verde, situa-se a TI Alto Rio Guamá. É o território com maior população indígena do Complexo Verde, 1.727 indígenas dos povos Awá-Guajá, Urubu-Ka'apor e Tembé-Tenetehara (ISA, 2021d). Sua área de 280.000 hectares foi homologada em 1993 (BRASIL, 1993) e está distribuída entre os municípios de Nova Esperança do Piriá (53,8%), Paragominas (34,8%) e Santa Luzia do Pará (13,7%).

As dinâmicas sociais, ecológicas, econômicas e territoriais que se desenvolvem no Complexo Verde têm sua origem na sobreposição de pressões exercidas por múltiplos agentes agroindustriais, tais como os tradicionais latifúndios monocultores e pecuária extensiva típica do Nordeste brasileiro e a moderna exploração conduzida em escala industrial por grandes empresas do Sul e Sudeste do país (VARGA, 2008).

Em relação às pressões de atividades agrícolas e pecuárias, destaca-se que a delimitação da Reserva Florestal do Gurupi em 1961 não foi acompanhada de sua demarcação e consequente restrição de

uso exclusivo aos povos indígenas que a habitavam. Títulos de propriedade de terra continuaram a ser emitidos enquanto parte da reserva foi cedida à Companhia de Colonização do Nordeste (O'DWYER, 2013).

Quanto às pressões originadas pela exploração moderna, destaca-se a influência do Projeto Grande Carajás (PGC), uma iniciativa de desenvolvimento financiada por diversos agentes internacionais e o Governo Federal, por meio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), acarretando grandes impactos para os povos indígenas do Complexo Verde (O'DWYER, 2013).

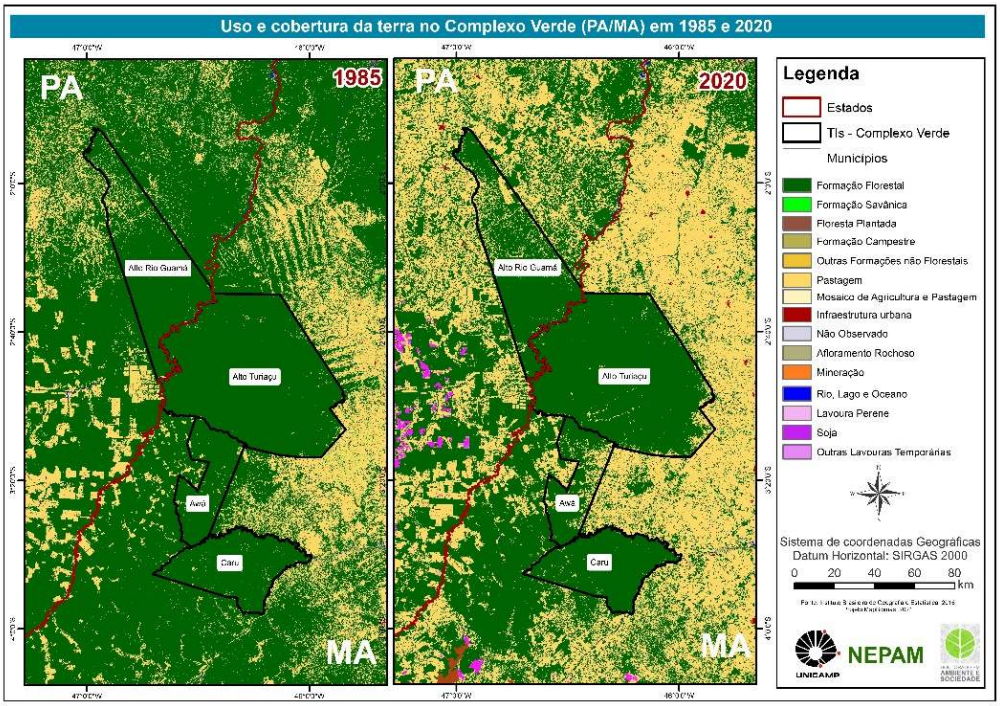
O Complexo Verde pelas lentes do olhar

Para o exercício de integração teórico-metodológico proposto no artigo, foram elencados três principais tópicos que permitem construir uma narrativa que expressasse a complexidade da trama socioespacial e histórica da região. Os temas "demarcação e fronteira"; "desmatamento" e "conflitos socioambientais" foram definidos de modo que correspondessem com o objetivo da pesquisa, bem como para demonstrar a necessidade de uma composição teórico-metodológica que ultrapassa os limites de um só campo ou disciplina para a compreensão e explicação de fenômenos tão complexos.

A questão da demarcação das áreas protegidas e a sua importância para a conservação ambiental é um tema amplamente discutido na agenda de pesquisa ambiental. No Complexo Verde os limites espaciais das TIs são barreiras físicas, jurídicas e simbólicas importantes para a manutenção dos povos indígenas da região. Os dados do MapBiomas, advindos da classificação das imagens de satélite na

região do Complexo, bem como as imagens do filme utilizado, demonstram que a demarcação possui um papel central para conter o desmatamento.

Figura 2: Uso e cobertura da terra em 1985 e 2020 no Complexo Verde.



Fonte: Mapbiomas, 2020. Elaborado pelos autores, 2022.

Os mapas na Figura 2 retratam o avanço do desmatamento no Complexo Verde e em seu entorno. As TIs Alto Rio Guamá e Awá apresentam um intenso processo de transformação de áreas de floresta em pastagens, resultado das constantes invasões nas áreas demarcadas. As TIs Alto Turiaçu e Caru enfrentam um processo de desmatamento mais restrito aos limites dos seus respectivos territórios, enquanto as TIs Alto Rio Guamá e Awá sofrem mais intensamente

ao processo de desmatamento, sobretudo pela extensa ocupação territorial da supressão da vegetação ao longo de grandes áreas nas TIs.

Contudo, apesar dos dados de classificação de imagens de satélite contribuírem para a espacialização e a potencial localização dos conflitos socioambientais gerados, eles são insuficientes para explicar as dinâmicas que ocorrem no nível do cotidiano/local, isto é, os agentes, suas ações e os desdobramentos de suas práticas no território, sobretudo porque há uma série de informações que escapam das lentes do sensoriamento remoto e do geoprocessamento das imagens de satélites, necessitando de outras lentes de análise para uma explicação e compreensão mais completa dos efeitos das invasões das TIs e do desmatamento na região. A questão da invasão das TIs no Complexo Verde e, consequentemente, o desmatamento é um dos temas que movimenta o documentário, como pode ser observado na Figura a seguir.

Figura 3: Áreas desmatadas apresentadas no documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta



Fonte: Frames do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta - Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019. Elaborado pelos autores, 2022.

A Tabela 2 a seguir apresenta uma matriz de mudança no uso e cobertura da terra no Complexo Verde entre os anos de 1985 e 2020.

Cada classe da matriz indica o uso e cobertura presente nos dois anos comparados (1985 e 2020), nota-se que para o ano de 2020, novas classes de usos e cobertura surgiram trazendo uma maior heterogeneidade na paisagem. De modo geral, cerca de 96,6 mil hectares passaram a ter outro uso/cobertura em 2020 diferente ao que era encontrado em 1985, enquanto cerca de 1 milhão de hectares permaneceram tendo o mesmo uso/cobertura, principalmente, áreas com cobertura florestal (Tabela 2).

Tabela 2: Matriz de transição de uso e cobertura da terra no Complexo Verde entre 1985 e 2020 (em Hectares)

Classes 1985 - 2020	Campo Alagado e Área Pantanosa	Formação Campestre	Formação Florestal	Formação Savânica	Lavouras Temporárias	Pastagem	Rio, Lago e Oceano	Total de transição (perda)
Campo Alagado e Área Pantanosa	-	0,00	2,68	0,00	0,00	21,07	0,89	24,64
Formação Campestre	0,00	-	2,14	0,00	0,00	102,39	11,34	115,87
Formação Florestal	1,34	7,94	-	0,54	182,73	77.259,62	633,16	78.085,32
Formação Savânica	0,00	0,00	2,50	-	0,00	94,26	7,94	104,71
Pastagem	2,23	5,18	17.770,99	0,36	43,56	-	18,12	17.840,44
Rio, Lago e Oceano	0,36	1,96	409,73	0,00	0,27	29,90	-	442,22
Total de transição (ganho)	3,93	15,09	18.188,04	0,89	226,56	77.507,24	671,46	96.613,19
Total de Permanência	27,94	176,39	992.912,97	1,96	0,00	11.934,99	872,39	1.005.926,64
Total Geral	31,87	191,47	1.011.101,00	2,86	226,56	89.442,22	1.543,85	1.102.539,83

Fonte: MapBiomas, 2020. Elaborado pelos autores, 2022.

Os resultados apresentados na Tabela 2 confirmam o que foi observado na Figura 2 sobre grandes porções de Formação Florestal que foram preservadas pela demarcação de TIs. A classe que representa a floresta possui uma área significativamente maior do que os outros usos e cobertura, o que demonstra que, apesar das pressões e dos conflitos gerados, as TIs são locus de resistência socioespacial frente ao desmatamento.

Contudo, observa-se também que houve uma significativa transformação de áreas de floresta primária em pastagem – cerca de 77 mil hectares ao longo dos anos – corroborando também com o que foi destacado anteriormente sobre as invasões nas TIs e o desdobramento sobre o desmatamento na região. Ademais, outras classes de uso/cobertura também foram transformadas em pastagens, podendo indicar que o desmatamento está trazendo impactos negativos para as dinâmicas ambientais, tais como rios, lagos e áreas alagadas sendo transformadas em pastos fruto do ressecamento desses espaços comentado anteriormente.

Ao passo que o desmatamento avança no complexo – da primeira década até meados da segunda década dos anos 2000 houve uma redução, mas tornou a aumentar a partir de 2019 – há um processo de regeneração florestal em curso no Complexo. No período analisado, cerca de 17 mil hectares de pastagem encontram-se em diferentes estágios de sucessão secundária de vegetação florestal; isto é, observa-se uma dinâmica ambivalente de desmatamento e conservação ambiental (através de processos de regeneração florestal) ocorrendo no complexo, um fenômeno importante de ser explorado com maior profundidade em trabalhos futuros.

Apesar do avanço do desmatamento que adentra as TIs, observa-se que a demarcação das terras indígenas formou barreiras de

contenção do avanço do desmatamento na região, mesmo que em algumas áreas as fronteiras foram mais permeáveis no que tange a invasão de madeireiros e agropecuaristas.

A questão da demarcação das TIs possui um papel de destaque no documentário *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta na medida em que o filme é iniciado apresentando a fronteira que separa a TI Caru de seu entorno. Oscilando entre a câmera que observa em recuo e a câmera subjetiva intensa quase performativa, que participa das cenas de maneira ativa, acompanha-se o desenrolar da narrativa iniciada na fronteira.

No documentário, o espectador é inserido no território sem muita informação prévia, além do letreiro de abertura que diz "Esse filme é dedicado a todos os guerreiros e guerreiras do passado". A área, demarcada oficialmente pela placa de Terra Protegida da FUNAI, está cercada por arames farpados possuindo, em toda sua extensão, pedaços de carne crua estendidos. A carne crua no arame farpado que separa a TI Caru das fazendas ao entorno simboliza a resistência frente à invasão de fazendeiros ligados à agropecuária no conjunto das terras indígenas do Complexo. A questão da demarcação retorna em diversos momentos do filme ao retratar o processo de vigilância nas fronteiras da TIs (Figura 4).

Figura 4: A carne crua nos arames da fronteira da TI Caru



Fonte: Frame do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta - Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019.

A invasão das Terras Indígenas e o avanço do desmatamento são elucidados de forma consistente no filme analisado. A narrativa inicia-se com o registro dos enfrentamentos nas fronteiras da reserva Caru desde uma mirada observadora. Com câmera na mão e o olhar recuado, acompanha-se os eventos pelo olhar de dentro do grupo. A câmera subjetiva, uma espécie de câmera-guardiã, oferece ao espectador a experiência de vivenciar o clima de tensão e a crueza dos embates junto com os demais guardiões. O espectador, através dos olhos da câmera, se torna também um guardião.

O olhar em recuo é um traço do modo de representação observacional (NICHOLS, 2005), dentro do domínio do cinema documentário, no qual tudo o que se vê e ouve é a experiência vivida tal qual como se apresenta, ou assim parece ser. A premissa básica do modo observacional é de que tudo o que se observa na tela, pese as escolhas de edição do realizador, aconteceria se a câmera não estivesse ali. Em *Zawxiperkwer Ka'a*, o que se encontra não é uma câmera invisível,

com olhar observador passivo, mas um olhar ativo de uma câmera-guardiã que busca expressar o conflito *in loco*.

No primeiro ato do filme, "I - Terra Indígena Caru", acompanha-se uma ronda na qual os guardiões encontram invasores que estão retirando madeira e trouxeram gado para pastar naquelas terras. O grupo de guardiões sai em vigia com agentes públicos, não havendo identificação de nenhum dos personagens e tampouco legendas em português quando falam em sua língua nativa, provocando o espectador a elaborar uma narrativa e realizar induções próprias a partir dos elementos que lhe foram oferecidos (Figura 5).

O grupo – denominado de guardiões da floresta, vestidos de roupas camufladas e armados de espingardas, arcos e flechas – buscam os invasores acompanhados de agentes públicos do IBAMA. Ao encontrá-los, os técnicos os multam e afirmam que o gado que pasta em território protegido não será devolvido (Figura 5). O pai de um dos vaqueiros multados encaminha-se ao encontro dos guardiões e técnicos, afirmando estar com mais de 20 homens, todos exaltados, mas que não deseja confusão. Solicita, em tom de ameaça, que autorizem o regresso de seu filho e colega com o gado. Diante da intimidação, o grupo liberou os homens e o gado e retornam à base temendo retaliação.

Figura 5: Grupo Guardiões da floresta em busca de invasores nas TIs



Fonte: Frames do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta - Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019. Elaborado pelos autores, 2022.

Dessa forma, no segundo ato do filme, "II. Base Norte – Terra Indígena Awá", assiste-se a uma reunião entre técnicos, guardiões e lideranças indígenas da região com os fazendeiros e vaqueiros que invadem com seus gados nas TIs, no intuito de convencê-los a retirarem o gado e deixarem de extrair madeira de sua área (Figura 6). Poucos fazendeiros e vaqueiros comparecem para a reunião na Base da FUNAI. Durante a conversa, um representante indígena diz que percebe o aumento do volume de gado e adverte que irá comer a carne do gado que estiver em suas terras. Diante do pouco quórum da reunião, parte do grupo sai à procura de vaqueiros e fazendeiros da redondeza para que participem da conversa.

Figura 6: *Frames* do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta



Fonte: Frames do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta - Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019. Elaborado pelos autores, 2022.

Caminhando em uma ronda sob forte sol em uma terra praticamente nua, um indígena afirma ao olhar para a paisagem devastada, que os caraíbas – referindo-se aos brancos invasores - não gostam de "mato", gostam somente de ver a criação deles pastando, e que isso os deixa indignados.

Já o último ato do filme, "III. Arredores da Base Norte", durante uma patrulha nos arredores da Base Norte, os guardiões avistam gado e invasores (Figura 7). A câmera-guardiã participa da ronda ativamente, contrastando com a mirada mais observadora dos dois atos anteriores. Ao lado dos guardiões que utilizam binóculos para aguçar seu olhar, a câmera-guardiã faz uso do *zoom in* na procura dos invasores (Figura 7). Ao avistá-los, inicia-se um confronto à distância. Os invasores percebem que estão sendo vigiados e ouvimos

tiros. A câmera-guardiã corre agitada e ofegante ao som dos tiros disparados pelos invasores junto aos outros guardiões.

Figura 7: *Frames* do conflito gerado pela invasão de fazendeiros com gado nas TIs



Fonte: Frames do documentário Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta - Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019. Elaborado pelos autores, 2022.

O olhar subjetivo leva o espectador para o território disputado a balas. O documentário plasma a gravidade da situação e os embates que são vividos por estes grupos de indígenas que tentam defender seu território com a própria vida. As pressões e violências vividas já não são metafóricas, já não estão mais no plano do discurso, são carne e balas. A interrupção do filme no ápice da tensão, deixando um desfecho inconclusivo, cria no espectador a tarefa de elaborar uma narrativa e tirar suas próprias conclusões do que viu a partir dos olhos da câmera-guardiã.

Considerações Finais

O artigo traz um exercício teórico-metodológico de integração de dados e epistemologias de diferentes campos do conhecimento, o que implicou na mobilização de um conjunto de autores e técnicas na composição da problemática discutida. O Complexo Verde foi utilizado como estudo de caso deste ensaio, visando contribuir para a discussão dos conflitos socioambientais gerados pelas mudanças no uso e cobertura da terra na região, bem como para demonstrar os elementos que permeiam esta proposta teórico-metodológica.

Os resultados das análises dos dados secundários derivados do geoprocessamento das imagens de satélite indicaram que há uma mudança no uso e cobertura da terra no Complexo que afeta intensamente os limites oficiais das TIs, bem como adentram o território, gerando diversos conflitos observados no documentário. Tais mudanças ocorrem pela transformação de áreas de floresta em áreas de pastagens fruto da atividade de madeireiros e agropecuaristas, por exemplo. Contudo, mesmo havendo um intenso processo de desmatamento, é possível observar indícios de processo de regeneração fruto da intensa atividade enfrentamento e conservação pelos povos indígenas das TIs.

O documentário *Zawxiperkwer Ka'a* - Guardiões da Floresta (2019) de Jocy Guajajara e Milson Guajajara é, para além do registro da complexa situação que enfrentam os Guajajara e Awá-Guajá, uma importante ferramenta de contradiscurso e autorrepresentação das violências sofridas por essas comunidades indígenas na defesa de seu território e da dignidade de suas vidas. Ao exibir narrativas construídas pelos próprios indígenas, favorece a autonomia, a participação e a afirmação de suas narrativas nas disputas de poder que perpassam

a luta por seus territórios. A produção audiovisual pode ser considerada, portanto, um instrumento de denúncia, reivindicação e visibilidade desses povos indígenas.

Além de legitimar as denúncias e proporcionar que outras narrativas circulem na sociedade, trazendo novas versões sobre os eventos, o documentário materializa as violências e pressões que essas comunidades vêm sofrendo. Ao eleger contar a história a partir de um modo observacional ativo, por vezes performativo, o filme faz com que o espectador viva os acontecimentos a partir da câmera-guardiã e o convoca para que seja ativo na construção do quebra-cabeças a partir das peças que vemos na tela. A premissa de não interferência da câmera em recuo, observadora, que simplesmente registra os eventos que passam diante de suas lentes, vai sendo pouco a pouco desfeita pelo filme. A câmera é impelida a agir, assim como o espectador que passa a ser, ele também, um guardião.

As mudanças no uso e cobertura da terra demonstradas pela classificação das imagens de satélite ocorrem por disputas pelo território com conflitos corpo a corpo, que as imagens macro não conseguem mostrar. A potência da imagem cinematográfica produzida pelos próprios povos indígenas reside em levar o espectador para dentro do território, proporcionando a experiência de viver o conflito através do olhar da câmera dos nativos.

A integração dos resultados obtidos por meio das duas técnicas aqui utilizadas possibilitou uma análise regional vista “de cima” de todo o Complexo Verde concomitantemente à uma análise vista “do chão”, representada pelo olhar dos próprios nativos. Ambas as lentes do olhar proporcionaram resultados distintos, mas que se complementam para compreender tanto as mudanças no uso e cobertura da terra em seus aspectos físicos-ambientais, bem como os conflitos

gerados pelos processos de invasão das terras indígenas. Ademais, esta é uma proposta teórico-metodológica em processo de criação e consolidação, outros estudos serão realizados visando aprimorar elementos e técnicas que sejam capazes de contribuir de forma a identificar, explicar e compreender as interações entre sociedades e ambientes.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, J. J. *Cineastas indígenas, documentário e autoetnografia: um estudo do Projeto Vídeo nas Aldeias.* Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2019.

AUMONT, J; MARIE, M. *A Análise do Filme*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2004.

BARROS, C. *No Maranhão cada Guardião da Floresta é um Paulino Guajajara*. *Agência Pública.* 12 de novembro de 2019 Disponível em https://apublica.org/2019/11/no-maranhao-cada-guardiao-da-floresta-e-um-paulino-guajajara/ Acesso em 1º de novembro de 2020.

BRASIL. *Decreto nº 87.843 de 22/12/1982*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87843-22-novembro-1982-437927-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17/06/2021.

BRASIL. *Diário Oficial da União de 05/10/1993*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1302419/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-10-1993>. Acesso em 17/06/2021.

BRITO, T. M. A. de. O cinema, a Geografia e a sala de aula: relato de experiência no estágio docente no colégio técnico da UFMG. *Terra Livre,* [S. l.], v. 2, n. 53, p. 426–452, 2020.

CÂMARA, G. Geometrias não são geografias: o legado de Milton Santos. *InfoGeo,*Curitiba, ano 3, n. 20, 2001

CORMIER, L. A. *Kinship with monkeys: The Guajá foragers of Eastern Amazonia.* Nova Iorque: Columbia University Press, 2003.

CÔRTES, J. C.; SILVA JÚNIOR, R. D. A Interface entre Desmatamento e Urbanização na Amazônia Brasileira. *Ambiente e Sociedade (Campinas)*. v24, 2021.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. (Orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-51

CRESWELL, J.W; PLANO CLARK, V.L. *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

FERRO, M. *Cinema e História*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). *Awá Guajá – informações*. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/informativos/1453-awa-guaja-2?start=1. Acessado em: 17/08/2021

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Sistema de Informações Indígenas. 2022. Disponível em: http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp. Acessado em: 31/07/2022

GARCIA, G. J. *Sensoriamento Remoto: Princípios e integração de imagens*. São Paulo: Nobel, 1982.

GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da UnB, 2006.

HANNIGAN, J. A. *Environmental Sociology: a Social Constructionist Perspective*. Londres: Routledge, 1995.

HOGAN, D. J.; D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E.; ALVES, D. (Ed.). *Amazônia: natureza e sociedade em transformação*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 71-116.

ISA. *Terras indígenas no Brasil: Terra Indígena Caru*. Instituto Socioambiental, 2021a. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3645>. Acesso em: 17/06/2021.

ISA. *Terras indígenas no Brasil: Terra Indígena Awá*. Instituto Socioambiental, 2021b. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/36082021b>. Acesso em: 17/06/2021.

ISA. *Terras indígenas no Brasil: Terra Indígena Alto Rio Guamá*. Instituto Socioambiental, 2021c. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3573>. Acesso em: 17/06/2021.

ISA. *Terras indígenas no Brasil: Terra Indígena Alto Turiaçu*. Instituto Socioambiental, 2021d. Disponível em

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3575>. Acesso em: 17/06/2021.

JULLIER, L.; MARIE, M. *Lendo as imagens do cinema*. Tradução de. Magda Lopes. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

LUCHIARI, A.; KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. Aplicações do Sensoriamento Remoto. In: VENTURI, L. A. B. *Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

MORAN, E.; MCCRACKEN, S. *The developmental cycle of domestic groups and Amazonian deforestatio*n. *Ambiente & Sociedade*, Volume 7, Nº 2, 2004

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

NICHOLS, B. *Introdução ao Documentário*. Campinas: Papirus, 2005.

NOBRE, C. A. Editorial: uma revolução científica e tecnológica para a Amazônia brasileira. *JOURNAL OF THE BRAZILIAN CHEMICAL SOCIETY*, v. 19, p. 357-610, 2008

ODIN, R. A questão do público: uma abordagem semiopragmática. In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org.). *Teoria Contemporânea do Cinema:* documentário e narratividade ficcional. São Paulo: Editora Senac, 2005. vol. II.

ODIN, R. Filme documentário, leitura documentarizante. Significação: *Revista de Cultura Audiovisual* 39, 10. 2012. doi:10.11606/issn.2316-7114.sig.2012.71238

ODIN, R. *Les Espaces de Communication.* Introduction à la sémio-pragmatique. Grenoble**:** Presses Universitaires de Grenoble, 2011.

PONZONI, F. J. et al. *Calibração de Sensores Orbitais*. São Paulo: Oficina de textos, 2015.

RUST, S.; MONANI, S. *Introduction: cuts to dissolves – defining and situating ecocinema studies. In: Ecocinema Theory and Practice.* New York: Routledge/AFI, 2013.

SILVA JÚNIOR, R. D.; D'ANTONA, Álvaro de O.; CAK, Anthony D. *From land use and cover change to ethnographic experience: between sketches and satellite images of the Brazilian rural Amazon. Etnográfica* Lisboa, p. 583-606, 2016.

SOUZA JR et. al. *Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and*

Earth Engine - Remote Sensing, Volume 12, 2020 Issue 17, 10.3390/rs12172735.

TRF-1.Apelação Cível 0000349-69.1995.4.01.3700. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2012. Disponível em: <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/906609286/apelacao- civel-ac-ac-3496919954013700>. Acesso em: 17/06/2021

YEARLEY, S. *Sociology, Environmentalism, Globalization: Reinventing the Globe*. Londres: Sage, 1996.

Filmografia

Zawxiperkwer Ka'a - Guardiões da Floresta. Direção: Jocy Guajajara e Milson Guajajara, 2019.

Submetido em: 04 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 19 de julho de 2022.
Aprovado em: 03 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

ALVES, J. D. G.; WELLE, J.; SOEIRA, M. R. C.; SEIXAS, S. R. da C. As lentes do olhar: : um exercício teórico-metodológico no Complexo Verde (MA/PA). Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 96–130. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2278.

PARA UMA CRÍTICA À RACIONALIDADE LOGÍSTICA: NOTAS PARA UM DEBATE

TOWARDS A CRITIQUE OF LOGISTICAL RATIONALITY: NOTES FOR A DISCUSSION

HACIA UNA CRÍTICA DE LA RACIONALIDAD LOGÍSTICA: NOTAS PARA UN DEBATE

Alessandro Peregalli

Doutor em Estudos Latinoamericanos – Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), CDMX

E-mail: peregalli.alessandro@gmail.com

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC

E-mail: cwpg@uol.com.br

Resumo:
Nesse pequeno texto analisamos –e gostariamos de trazer ao Brasil– os chamados Estudos de Logística Crítica. O arcabouço teórico-político utilizado é, ao mesmo tempo, sistêmico e referido nas lutas sociais em curso com suas contradições e inspirações de outros horizontes para a vida. Os estudos de Logística Crítica procuram introduzir o conceito de logística para além da sua função como sector específico no mundo atual, mas como uma lógica ou racionalidade que alimenta o capitalismo contemporâneo de muitas formas, desde os fluxos comerciais nas cadeias de abastecimento globais até à construção de novos gigantescos corredores de infra-estrutura intermodal, passando pelo planejamento algorítmico de cada vez mais espaços e áreas da vida social. Em diálogo com as perspectivas macro-históricas e geopolíticas mais amplas e com as "r-existências" em curso em muitas partes do mundo, e com particular referência a América Latina, pretendemos neste texto lançar luz sobre a importância de caracterizar a dimensão logística do capitalismo contemporâneo, procurando contribuir para pensar horizontes alternativos.

Palavras-chave: Logística, infraestrutura, capitalismo contemporâneo, América Latina, r-existências.

Abstract:

In this short text we analyze -and we attempt to bring to Brazil- the so-called Critical Logistics Studies. The theoretical-political framework used is, at the same time, systemic and referred to in the ongoing social struggles with its contradictions and inspirations towards other horizons for life. The Critical Logistics Studies seek to introduce the concept of logistics beyond its function as a specific sector in today's world, but as a logic or rationality that feeds contemporary capitalism in many ways, from the commercial flows in the global supply chains to the construction of new gigantic corridors of intermodal infrastructures, through the algorithmic planning of more and more spaces and areas of social life. In dialogue with the broader macro-historical and geopolitical perspectives and with ongoing "r-existences" throughout the world, and with particular reference to Latin America, we intend in this text to shed light on the importance of characterizing the logistical dimension of contemporary capitalism, contributing to thinking alternative horizons.

Keywords: Logistics, infrastructure, contemporary capitalism, Latin America, r-existences.

Résumé / Resumen: En este breve texto analizamos -y queremos traer a Brasil- los llamados Estudios de Logística Crítica. El marco teórico-político utilizado es, al mismo tiempo, sistémico y referido a las luchas sociales en curso con sus contradicciones e inspiraciones para otros horizontes de vida. Los Estudios de Logística Crítica tratan de introducir el concepto de logística más allá de su función como sector específico en el mundo actual, sino como una lógica o racionalidad que alimenta el capitalismo contemporáneo de muchas maneras, desde los flujos comerciales en las cadenas de suministro globales hasta la construcción de nuevos y gigantescos corredores de infraestructuras intermodales, pasando por la planificación algorítmica de cada vez más espacios y ámbitos de la vida social. En diálogo con perspectivas macrohistóricas y geopolíticas más amplias y con las "r-existencias" en curso en muchas partes del mundo, y con especial referencia a Latinoamérica, pretendemos en este texto arrojar luz sobre la importancia de caracterizar la dimensión logística del capitalismo contemporáneo, buscando contribuir a pensar horizontes alternativos.

Palabras-clave: Logística, infraestructura, capitalismo contemporáneo, América Latina, r-existencias.

Introdução

Estamos navegando "em mares nunca dantes navegados", dizia o poeta português Luiz de Camões (1525-1580). Indagamos para que nos servem os mapas quando estamos navegando em mares nunca antes navegados? Afinal, os mapas registram os mares já navegados e são a consolidação de um conhecimento já adquirido de um mundo assim conhecido.

Estamos vivendo uma quadra histórica tão complexa como aquela que vivera Camões, no Renascimento, quando o atual sistema mundo *eeuurocentrado*[1] começa a se delinear, ou se se preferir, quando os principais circuitos comerciais começam a se "des-orientar", haja vista que foi a partir da tomada pelos turcos da cidade de Constantinopla, em 1453, que a Europa passaria a adquirir centralidade geopolítica e geoeconômica, sobretudo após 1492 quando passa a colonizar o mundo a partir da riqueza explorada na América. Até então, como destaca Enrique Dussel (1998), a Europa não passava de uma área marginal entre as várias economias-mundo[2] (Braudel, 1998) não havendo propriamente, ainda, um sistema mundial, embora a velha Rota da Seda articulasse várias economias-mundo, tendo a China como seu

1 Eeuurocentrismo é um neologismo que procura dar conta da centralidade do Atlântico Norte na configuração geopolítica do sistema mundo capitalista moderno-colonial, inicialmente sob hegemonia ibérica, seguida pela hegemonia britânica e, desde a IIª Guerra Mundial, estadunidense. Esta hegemonia estaria, hoje, sendo deslocada, depois de mais de 500 anos, para a Ásia e o Pacífico. Segundo Andre Gunder Frank (1998), o mundo estaria se re-orientando.

2 Com o conceito de economia-mundo, Braudel não se refere à "economia mundial", como processo planetário de extensão e irradiação da economia capitalista, mas descreve a economia que, em certos períodos históricos, envolve uma específica região do mundo capaz de se apresentar como unidade orgânica.

principal núcleo.[3]

Herdamos desse período um verbo –orientar– assim como cada época aponte sua própria referência geopolítica, tal e como hoje se diz, *naturalmente*, "ocidentalizar" ou "nortear" e um dia se disse "rumar", como faziam os Romeiros que sabiam que todos os caminhos levavam a Roma. Como se vê os caminhos das rotas comerciais e políticas impregna a linguagem e, assim, conformam subjetividades a partir das práticas sociais. E quantas teorias passam a ser imaginadas tendo essas práticas como substrato! É como se cada época tivesse uma bússola que apontasse seu caminho em direção ao seu polo de poder, com todas suas implicações

3 As interpretações do "longo século XVI" como o momento histórico no qual criaram-se as condições para o surgimento do sistema-mundo capitalista remontam aos debates em curso na Europa dos anos 1950 entre os marxistas Maurice Dobb y Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Para o primeiro (Dobb, 1946), essa transição se deveu sobretudo à desintegração interna do modo de produção feudal que finalmente levaria, durante o século XVIII, à emergência do modo de produção capitalista. Já Sweezy (1950), com um ponto de vista mais heterodoxo, considera que a transição teve lugar ao longo de um período de transição do XIV ao XVII século, e considera fundamental o papel de causas externas, como o crescimento dos mercados, para o declínio do feudalismo. Essas diferentes interpretações foram recuperadas, no caso da América Latina, no contexto da chamada teoria da Dependência, com o debate que opôs o intelectual de origem alemã André Gunder Frank (1966) e o filósofo argentino Ernesto Laclau (1971). Nos anos 1970, o "modelo comercial" de Sweezy e Gunder Frank foi criticado pelo historiador Robert Brenner (1976). Pelo contrário, essas tesis foram recuperadas e fortalecidas pelo historiador de *Les Annales* Fernand Braudel (1979), o teórico do "Sistema-mundo" Immanuel Wallerstein (1974) e o sociólogo italiano Giovanni Arrighi (1994), teorizador da perspectiva macro-histórica dos "ciclos sistémicos de acumulação". Em tempos recentes, Joshua Clover (2016) chegou a propor um arquibouço teórico capaz de conectar diretamente o surgimento da logística com a longa fase de transição ao capitalismo derivada da explosão comercial do "longo século XVI". Na sua análise, foi aquele um período caracterizado, desde o ponto de vista das lutas sociais, pela forma-"riot", um tipo de conflito que agredia os principais polos de estocagem e os fluxos de circulação da mercadoria, tais como os portos, as praças e os grandes centros urbanos. Seria só com o desenvolvimento do capitalismo maduro, a partir do auge da Revolução Industrial, que começaria a prevalecer, entre a classe operária europeia, a "greve" como forma principal de luta proletária.

econômicas e políticas. Acontece que esses núcleos centralizadores/polarizadores que imperam nas geografias que condicionam a história que conformam as geografias, variam no espaço-tempo.

Desde que o mundo se desorientou, ali entre 1453-1492, o Atlântico Norte passou a ter diferentes polos, desde o domínio ibérico (com capitais genoveses e holandeses) passando pelo domínio britânico até chegar ao momento atual sob a hegemonia estadunidense. Enfim, não estaríamos hoje diante de um momento qualquer, até porque vivenciamos, depois de 500 anos, a um paulatino deslocamento do circuito metabólico da produção mundial em direção à Ásia desde finais dos anos 1980, com a ascensão do Japão, dos Tigres Asiáticos e, principalmente, da China.

Vivemos um momento de caos sistêmico (Arrighi, [1994]2007) de transição de um padrão de poder e de saber (Quijano, 2005) onde não existe o benefício da distância no tempo que temos quando nos referimos ao Renascimento ou ao Iluminismo quando, de certa forma, sabemos o que foram esses momentos de bifurcação histórica, o que veio antes e o que veio depois. Não, agora, estamos dentro do furacão que, segundo os especialistas, é um lugar que não tem a turbulência perturbadora que caracteriza o fenômeno visto de fora, mas sabemos as consequências, pelo menos no caso dos furacões. Nesse momento de bifurcação, de caos sistêmico ou de crise de padrão de poder e de saber, conforme as diferentes caracterizações se impõe a necessidade de conhecer, de teorizar, enfim, de construir outros mapas cognitivos que nos permitam conduzir nossas práticas no sentido de superar as profundas desigualdades e violências desse mundo em caos.

Nesse pequeno artigo procuramos honrar as melhores tradições

do pensamento crítico contribuindo com um arcabouço teórico-político, ao mesmo tempo sistêmico e referido nas lutas sociais em curso com suas contradições e inspirações de outros horizontes para a vida, para a política. Nossa inspiração maior, nesse caso, são os chamados estudos de logística crítica (*Critical Logistics Studies*). Esses estudos procuram superar todo o fascínio gestorial que advém dos anos 1950 e 1960, quando surge nos Estados Unidos uma nova ciência, a do "*Business Logistics*". Surgem, então, novos cursos acadêmicos como os de *Supply Chain Management*, assim como novos institutos substituindo os tradicionais departamentos de Economia, como a *American Management Associatio*n, o *National Council of Physical Distribution Management* e o *Logistics Management Institute* (LMI). Essas mudanças se enquadram no marco da chamada "revolução logística", que implicou uma profunda viragem nas ciências da "gestão da distribuição física" (*Physical Distribution Management*) desde o tradicional enfoque sobre a "redução dos custos" a outro que veio a ser chamado de "perspectiva de sistema" (*Systems Perspective)*.

Apesar de o conceito de gestão (*management*) ter ganhado nessa fase uma enorme relevância, capturado por uma lógica técnica e administrativa, nós, ao contrário, entendemos a logística não só com suas múltiplas implicações técnicas, mas também epistêmicas e políticas enquanto uma das racionalidades[4] que comandam o capitalismo contemporâneo.

4 Ao utilizar o conceito de "racionalidade" logística se adota a perspectiva de análise proposta por Michel Foucault ([1977–78]2006;[1978–79]2007), quem considera a "racionalidade" como algo não ancorado em uma filosofia do sujeito, nem que se inscreve em uma teoria da ação, mas que faz referência a um "regime de práticas", isto é, ao modo em que funcionam determinadas práticas históricas.

I.

Há razões para que essa revolução logística tenha se afirmado no mundo pós-Segunda Guerra Mundial. Uma delas é que o espaço passa a ganhar cada vez mais relevância no contraditório processo de desenvolvimento capitalista, a começar com a reconstrução de toda a infraestrutura de uma Europa destruída pela guerra, o que foi feito com aportes financeiros estadunidenses que, assim, fincavam os pés como hegemón. A invenção do subdesenvolvimento (Escobar, 1998) fez com que uma verdadeira religião desenvolvimentista se espraiasse pelo mundo colonizando-o com os novos missionários da boa gestão[5] com o planejamento. Paul Barán bem sintetizou criticamente o imbróglio gestorial em que nos metiam ao afirmar que "não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento" (Barán apud de Oliveira, 1997). Os grandes monopólios industriais estadunidenses, que se fortaleceram durante a guerra, se afirmarão com a difusão do *American Way of Life* oferecendo o "baú da felicidade"[6] através do consumo. E é preciso considerar a profundidade subjetiva dessa ênfase no consumo, inclusive por suas implicações políticas e geopolíticas, pois como já havia nos alertado Sigmund Freud ([1921]2013), em seu *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, o consumo é, sempre, uma afirmação individual da

5 O caráter religioso impregnou de tal modo essa razão técnica que se passou a designar como Missões ao corpo de técnicos dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e outros) que iam levar a boa nova às regiões por eles classificadas como subdesenvolvidas ou pobres. Esses Missionários eram bem recebidos, quando não convidados, pelas oligarquias colonizadas.

6 Alusão ao bordão de um programa da Rede de televisão SBT do Brasil em que as mercadorias são oferecidas como a expressão da felicidade humana. Não poderia ser maior a encarnação do que Felix Guatarri chamou de fabricação capitalística da subjetividade (Guatarri e Rolnik, 2005).

satisfação e do gozo. Estimulado por poderosos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e cinema com Hollywood) o consumo e seu individualismo imanente, mostrar-se-á uma eficaz arma contra as perspectivas coletivas que grassavam desde o século XIX entre as classes trabalhadoras (socialismo, comunismo, anarquismo).

O aumento da demanda de matérias primas para alimentar esse modo de vida, instigado por esse modelo de produção, ensejará o que será chamado de "A Grande Aceleração" das condições materiais necessárias para dar conta da nova fase de acumulação e abriu espaço para a Revolução Logística que se desencadearia a partir dos anos 1950 e 1960. A demanda de matéria e energia ensejará uma alteração tão profunda no metabolismo da vida no planeta (Marques, 2015) que, até mesmo, a espécie humana passará a ser considerada como um agente geológico, dando origem a uma polêmica entre os cientistas se estaríamos num novo período geológico chamado de Antropoceno ou de Capitaloceno.

Essa racionalidade logística foi sendo performada com a própria história do capitalismo (Peregalli, 2021), sendo uma das suas principais fontes a de origem militar com a formação dos exércitos nacionais, quando passaram, durante o século XVII, a armazenar suas fontes materiais, inclusive, de alimentos abandonando, pouco a pouco, a perversa prática de saquear as populações contra quem faziam guerra (Cowen, 2014). Outra fonte importante da logística foi o tráfico de escravos, que não apenas representou um dos pilares da acumulação de capitais como também serviu para garantir a força de trabalho necessária para as *plantations* de matérias primas e a exploração mineral. E havia que construir uma técnica de violência para conter essa mercadoria viva de escravos que não

se cansavam de se rebelar nas plantações, nas minas, nas embarcações (navios negreiros) e nos portos (Harney e Moten, 2013).

Além dessas razões, duas invenções tecnológicas foram fundamentais para essa nova racionalidade do capitalismo contemporâneo, a saber, a informática e o *container*. A palavra "logística" vem do grego - *λογίζομαι* – que significa "computar" (Grappi, 2016), o que nos abre uma brecha para que vislumbremos as relações (sociais e) de poder que se estabelecem através das técnicas logísticas-computacionais. A começar pela questão política das escalas, haja vista a logística-computação tratar das conexões entre lugares à revelia dos lugares. Historicamente podemos notar a profunda relação entre logística e o mundo militar como no caso da Rand Corporation que, nos anos 1950, desenvolveu para o Departamento de Defesa dos EEUU, o Sistema Arpanet, cujo princípio era a construção de uma rede de informações que não fossem interrompidas com a desconexão de um de seus nódulos. Dito princípio está na base da atual forma organizativa da logística.

A outra invenção tecnológica fundamental para essa nova racionalidade gestorial capitalista que é a logística foi/é o *container*. Já em 1969, a ISO - *International Organization for Standardization* – impôs que navios cargueiros, ferrovias e companhias de transportes aderissem a padrões globais de medida. Embora já houvesse um grande desenvolvimento de um complexo sistema de *containers* por parte do exército estadunidense, desde o New Deal e sobretudo durante a IIª Guerra, inclusive com parcerias com empresas privadas, como foi o caso da Sea Land encarregada pelo governo de manejar 30% do transporte da guerra do Vietnam, a containerização passou rapidamente a esferas comerciais civis e

impôs a unidade de medida pelo volume – TEU (*Twenty-foot Equivalent Unit*)[7].

Registre-se que historicamente estas mudanças nas unidades de medida não são estritamente técnicas, embora elas sejam apresentadas como tais. As unidades de medida fazem parte da cultura dos povos e comunidades que sempre medem e pesam à sua própria maneira, têm suas razões e proporções, como se diz em linguagem matemática. Quando os estados territoriais modernos foram formados, a imposição de sistemas unificados de medição foi importante para a afirmação do mercado e da burguesia como a classe social dominante. Houve muitas revoltas camponesas não apenas contra a expropriação de terras[8] e impostos[9], mas também contra a imposição de sistemas de medição que os expropriaram de seus saberes/fazeres[10], enfim, de suas epistemes. Portanto, com a imposição da unidade de medida por volume de *containers* (TEU) saíram favorecidas as grandes corporações que operam em escalas (volumes) maiores, contribuindo para aumentar a concentração e a

7 Um TEU representa a capacidade de carga de um *container* marítimo normal, de 20 pés de comprimento, por 8 de largura e 8 de altura.

8 E não só a expropriação material da terra, ignorando todo o metabolismo nela implicado (terra, água, vida-fotossíntese e suas relações), mas também com a expropriação simbólica (epistêmica) que advém da redução da terra à sua dimensão medida pela área, por sua extensão (m² ou hectare), que se impôs com a imposição e generalização da propriedade privada.

9 Por esses poderes mágicos que derivam das relações de dominação, o imposto passou a ser visto muito mais como um substantivo do que por sua derivação de algo que nos é imposto, logo, fruto das relações sociais de dominação/opressão/exploração.

10 No Brasil, em 1874 explodiram revoltas camponesas em, pelo menos, quatro estados do Nordeste (Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas), conhecidas como Revolta dos Quebra-Quilo contra a imposição por parte do governo das novas unidades de medida que iam contra os seus costumes e, como diziam, porque os roubavam.

centralização do capital à escala global. Não esqueçamos que as escalas[11] têm sido fundamentais para a afirmação do capitalismo, como destacara o historiador Fernand Braudel (1998). Assim, a logística aparece como *naturalmente* necessária para garantir a reprodução de relações de poder desiguais entre lugares/grupos/classes sociais e é aqui que reside a armadilha de substituir a política pela tecnologia. Afinal, a eficácia das relações de dominação/opressão/exploração é tanto maior/melhor quanto mais naturalizada, entenda-se, internalizada subjetivamente entre os grupos/classes em situação de subalternização/opressão/exploração. A razão técnica bem vale uma missa!

A containerização permitiu a utilização de um único *container* que pode ser movido mecanicamente de qualquer meio de transporte a qualquer outro, do caminhão ao trem e ao navio, reduzindo o tempo de carga e descarga das mercadorias, baixando os custos do trabalho nos portos e nos centros de transportes (*hubs*), garantindo maior integração de diferentes nódulos infraestruturais, permitindo a aplicação das técnicas *just in time* ao longo de toda a cadeia logística (*just in space*). São um dos "ajustes espaciais" de David Harvey ([2001]2007).

Após as crises petrolíferas de 1973 e 1979, quando essas mudanças ocorreram em uma época de ascensão das doutrinas econômicas neoliberais nos EUA, elas serviram para minar a força

11 As escalas não são externas às relações sociais e de poder, ao contrário são imanentes a essas relações. Registremos que, em francês, escala se diz *echelle*, em português escada, indicando uma hierarquia em degraus, enfim, um "em cima" e um "em baixo".

do sindicalismo portuário, contribuíram para o agravamento drástico das condições de trabalho e facilitaram muito o processo de desregulamentação que varreu todo o setor de transportes dos EUA e, em seguida, do mundo. Neste sentido, a chamada "revolução logística" (Bonacich e Wilson, 2008 e Cowen, 2014) tomou a forma de uma "contra-revolução". Em 1989, com o nascimento do *Council of Logistics Management*, a desregulamentação foi estendida a setores como telecomunicações, fluxos de informação e intercâmbio de dados (Peregalli, 2021).

Como se vê, a logística se apresenta como governo das coisas e das gentes ou das gentes através das coisas (bio-política, geo-política e onto-política). Enfim, a logística é uma lógica ou racionalidade que se exerce mais além de um setor específico, como pode ser uma atividade portuária ou a indústria de transportes, e nos últimos anos, de fato, uma série de estudos e investigações – *Critical Logistics Studies* – vem colocando o tema da logística como racionalidade específica, como uma "perspectiva logística" para a análise de um sem-número de circunstâncias, que vão desde a gestão dos fluxos metropolitanos e da chamada "economia de plataforma" aos procedimentos algorítmicos da indústria 4.0, das novas formas de trabalho até as novas territorialidades estratégicas para atração de investimentos e a aceleração da circulação de mercadorias e recursos como os distintos tipos de Zonas Especiais e os corredores intermodais (Peregalli, 2021).

II.

O debate sobre o fascínio pela tecnologia deve ser enfrentado. Esse fascínio advém do mistério das técnicas que contribuiriam com seu melhor funcionamento para que nossas tarefas se façam com

menor esforço, como resultado prático da inteligência humana. No entanto, e mais uma vez, as técnicas são sempre invenções que ocorrem internamente às relações sociais e de poder culturalmente significadas, logo não são externas a essas relações. Como assinalamos acima, as unidades de medida fazem parte destas relações e não são apenas normas técnicas. As mudanças das *manu*-faturas para as *máquino*-faturas não ocorreram simplesmente porque as últimas eram mais produtivas do que as primeiras, o que, sem dúvida, são. O mistério da técnica *máquino*-fatureira ser mais produtiva do que as técnicas *manu*-fatureiras não é simplesmente porque as *manu*-faturas são dirigidas pelas mãos dos trabalhadores e as *máquino*-faturas pelas máquinas e as máquinas fazem o mistério de maior produtividade. Com as *máquino*-faturas os trabalhadores perdem o controle dos processos de trabalho que costumavam controlar com seus próprios corpos, com suas mãos (e cabeças, é claro). Com as conexões de engrenagens e correias de transmissão, como são as máquinas, os poros de tempo da divisão do trabalho são gradualmente eliminados pela gestão completa do capital e, desta forma, o capital aumenta a extração da mais valia. Charlie Chaplin captou com inteligência e enorme sensibilidade política esta gestão do tempo nas fábricas pelo capital e a forma como os trabalhadores se tornam prisioneiros das engrenagens[12]. Em resumo, não podemos simplesmente falar de uma Revolução Industrial, mas sim de uma Revolução "nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia" Industrial (Porto-Gonçalves, 2021). O

12 Desde então, passou a ser comum os trabalhadores lançarem tamancos nas engrenagens para obstruir as *maquino*-faturas em seu movimento sob controle do capital. É daí que vem a palavra sabotagem, que deriva de *sabot*, em francês, sapatos de madeira calçados pelos trabalhadores que os lançavam contra as máquinas para paralisá-las.

mesmo vale para a atual Revolução Logística, que melhor seria descrita como uma revolução "nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia" logística, haja vista que a revolução logística faz, hoje, no espaço como um todo, o que as máquinas (sob a gestão de alguém) fizeram com suas engrenagens e correias de transmissão, eliminando os poros do tempo dentro das fábricas. Enfim, uma revolução nas relações sociais e de poder no espaço como um todo.

Para o coletivo Into the Black Box (2018) "a logística é a forma de inteligência estratégica que coordena a harmonização da produção, circulação e consumo no capitalismo global, vigia sua reprodução, e se põe como motor para a aceleração crescente que caracteriza os processos de circulação - cada vez mais hegemônico sobre o processo inteiro". Observemos que essa racionalidade logística se impõe contra os trabalhadores, através de todo um sistema de normas (Santos, 2002) - imposto por organismos (teoricamente) multilaterais - como as ISO e a criação de Zonas Especiais de Exportação, Zonas Francas e outros tipos de espaços de exceção em que os Estados são convidados a, "soberanamente", abrirem mão da soberania em prol das grandes corporações. Essas Zonas de Processamento para Exportação (*Export Processing Zones*) passaram de 79, em 1975, para 3.500, em 2006, com um total de 66 milhões de trabalhadores (OIT, 2007). Nessas Zonas Especiais, o capital goza de regulações altamente favoráveis em detrimento das legislações que imperam nos próprios territórios dos Estados nacionais, onde os trabalhadores, através de seus sindicatos e partidos, investiram suas energias na conquista de direitos, diga-se de passagem, administrados por terceiros (os

gestores estatais?)[13].

III.

Destacar a importância dessa nova racionalidade do capitalismo contemporâneo, que é a logística, impõe considerar os debates ao redor da lei do valor e das novas condições de produção/extração de mais valia à luz das considerações do próprio Marx sobre o caráter "produtivo" e algumas atividades conexas às operações da circulação, do transporte e da armazenagem. À diferença de outros autores que supõem o fim da lei do valor, enfrentamos esse debate afirmando sua vigência numa nova fase, destacando o papel que a circulação e a distribuição cumprem diante da produção e do consumo, enfim, da nova configuração do *capital social total*. Estamos diante, com o *Supply Chain Capitalism* – o capitalismo das cadeias globais de suprimento – cada vez mais diante de uma indistinta separação entre esses momentos da produção. A produção não se resume mais a uma unidade física no espaço, como uma fábrica isolada, mas a fábrica agora está distribuída em migalhas ao longo das cadeias de valor (ao longo do espaço), onde cada vez mais a circulação adquire centralidade como momento da produção

13 É importante estar atento para a relação entre a escrita e as relações de poder, entre o texto e o contexto. Aqui se inscreve uma das questões mais difíceis de serem percebidas como parte das relações de poder, entendido que o poder não é uma coisa, mas sim uma relação. Sabemos como a lei escrita, ao consagrar como *texto* um determinado pacto social de poder, como são as Constituições, as Cartas Magnas, tende a substituir o *contexto* onde se dão as relações materiais entre os que grupos/classes que estabelecem esses pactos. Afinal, há leis que "não pegam", como se diz em linguagem popular. Há, aqui, um claro privilégio para os que dominam a palavra, sobretudo a palavra escrita (os que fazem a Lei, os que a julgam, os que fazem a mediação - mídia - assim como os que fazem a Gestão e que evitam a autogestão), sendo que os trabalhadores manuais se veem obrigados a atuarem como massa, reunindo seus corpos em manifestações, seja paralisando o trabalho, seja bloqueando os caminhos para se fazerem ouvidos.

numa indistinção entre produção, circulação, distribuição e realização da mais valia. O livro II d'*O Capital* (Marx [1885]1982) e os *Grundrisse* (Marx 1857–58]1978) ganham relevância[14].

A indústria de transporte é considerada por Marx como uma indústria produtiva, entretanto se trata de uma indústria produtiva especial, devido a uma ambivalência intrínseca: por um lado, como construção de infraestrutura e de meios de transporte, representa "um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo"; por outro lado, como atividade de transporte de mercadorias sobre o espaço, e como uso concreto de navios, portos, ferrovias, rodovias, caminhões e containers, isto é, dos instrumentos que representam a tecnologia a partir da qual foi se constituindo a racionalidade logística do capital, a indústria de transporte "se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação" (Marx [1885]2014:257). Considerações similares foram desenvolvidas por Marx em relação as atividades de armazenamento, que também são cada vez mais centrais na estrutura da logística contemporânea.

Nossa análise remete a uma importante caracterização que nos faz o cientista João Bernardo (1991) em seu livro *Economia dos Conflitos Sociais*, quando nos propõe uma leitura original da formação social do capitalismo e de suas classes. Bernardo distingue entre condições privadas de produção e condições gerais de produção. As primeiras dizem respeito à burguesia com suas

14 Para análise das elaborações marxianas sobre momentos da produção e da circulação, e suas implicações para o capitalismo *logístico* contemporáneo e a chamada "economia de plataforma", veja-se também Ricardo Antunes (2018), *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*.

propriedades privadas distribuídas e dispersas ao longo do espaço. Já as condições gerais de produção são aquelas sem as quais as condições privadas não operam, onde a logística se inscreve e, geralmente, quem cuida dessas condições são os "gestores", que não necessariamente são proprietários privados dos meios de produção[15]. No entanto, a existência dos "gestores" depende da extração do excedente social que, num mundo dominado pelo capitalismo, é a mais valia. Assim, no capitalismo teríamos, pelo menos, duas classes tipicamente capitalistas, já que vivem ambas da extração da mais valia, a saber, a Burguesia e os Gestores. Essa caracterização abre uma importante pista teórica com fortes implicações políticas, inclusive geopolíticas, e traz importantes desafios, sobretudo para o pensamento/ação crítico que se reivindica para além do capitalismo.

De acordo com Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2018), a logística representa, junto com a extração e a financeirização, não apenas uma das racionalidades próprias do capitalismo contemporâneo, mas também um dos âmbitos privilegiados de reprodução do que Marx ([1867]2011) chamou "capital social total". Isto é, do capital como relação social para além dos interesses específicos de certas fracções ou setores capitalistas que podem ser, como tais, tanto favorecidos como também subjugados ou eliminados pela Revolução Logística. Nesse sentido, a logística, como motor da "aniquilação do espaço pelo tempo" (Marx [1957-58]1978), joga um papel fundamental na aceleração da rotação do capital, contribuindo para contrapor-se à queda tendencial da taxa

15 Aqui se destacam diversas atividades e/ou funções que vão desde a segurança policial e militar até o transporte e as comunicações, passando pela energia e um amplo etecetera.

de lucro que é própria da dinâmica capitalista. Ao retomar a contribuição de David Harvey (Harvey, [2001]2007), encontramos na disposição e construção de uma cada vez mais poderosa e interconectada infraestrutura logística intermodal, uma possível válvula de escape a essas crises, permitindo uma solução espacial para os capitais sobre-acumulados nos mercados financeiros, que podem ser dessa maneira investidos e literalmente "territorializados" em grandes obras co-financiadas e garantidas pelo Estado. Em 2014, o geógrafo dinamarquês Bent Flyvbjerg (2014) calculou que as inversões totais para "megaprojetos" (infraestrutura logística, assim como mineira, energética, de defesa e relativa a megaeventos) no mundo se quantificam entre 6 e 9 trilhões de dólares anuais, correspondentes ao 8% do PIB global, mas sua movimentação e atração é cada vez mais favorecida pelos poderes públicos, que vêm implementando sofisticados arcabouços financeiros, como as Parcerias Público-Privadas (PPP) para garantir retornos seguros ao capital privado e descarregar os custos no orçamento público (Stolowicz, 2016; Hildyard, 2018), com grandes e evidentes implicações para o aumento da dívida pública dos Estados. É por essas razões que, para Pierre Dardot e Christian Laval (Dardot e Laval, [2009]2016), as infraestruturas representam hoje os "bens comuns" do capital.

A partir dos anos 1990, com os grandes tratados de livre comércio, uma nova e intensa rede de infraestrutura de transporte, comunicação e informação foi produzida em escala mundial até converter-se em uma prioridade absoluta do capital transnacional em todas as latitudes. À produção de espaços excepcionais, como "zonas livres" e "portos francos", se juntam assim novas configurações espaciais representadas pela proliferação em escala

global de “corredores de desenvolvimento”.

Surgidos nos *masterplans* dos Estados, as organizações internacionais e as corporações globais como espaços propícios ao fluxo de mercadorias, energia, matérias-primas e informações, os corredores representam novas modalidades espaciais que se sobrepõem em territórios específicos ao ligar os enclaves extrativos, as zonas econômicas especiais, as cidades globais, os portos e os distritos industriais ao longo de cadeias de fornecimento globais. Concebidos como novos eixos estratégicos da territorialidade capitalista, como espaços “abstratos” capazes de favorecer eficientemente às exigências da circulação global, esses corredores atravessam múltiplas escalas geográficas, ligando territórios distantes e diferentes em um único processo metabólico do capitalismo global, dando vida a fenômenos que geógrafos contemporâneos como Neil Brenner e Christian Schmidt (Brener e Schmidt, 2015) definiram como “urbanização planetária”. É preciso aqui levar a sério o conceito de metabolismo para que não passe por retórica, levando-nos a olvidar a dimensão da inscrição dos processos societários no metabolismo da vida humana e não-humana que, no caso da vida humana ainda implicam territorialidades que é como povos se territorializam com suas culturas. Desta forma, os corredores[16], como as zonas, chegam a desafiar os limites estabelecidos da soberania estatal, facilitando a circulação de pessoas, bens, energia e informações ao longo dos fluxos transnacionais e padronizando as regulamentações que regem estes últimos. Por sua vez, conjuntos de corredores logísticos

16 Os corredores vêm sendo candidamente chamados de Corredores de Integração e Desenvolvimento que, na prática são também em Corredores de Violência, de Conflito e de Devastação.

transnacionais estão cada vez mais no centro de planos ambiciosos de ajuste regional ou global, como no caso dos Trans-European Transport Network (TNT-T) na Europa, do Delhi Mumbai Industrial Corridor (DMIC) na Índia, da Iniciativa de Cinturão e a Rota (BRI-Belt and Road Initiative) promovida pela China, e dos projetos latino-americanos do Plano Puebla-Panamá (PPP, hoje Projeto Mesoamérica) e a Iniciativa para a Integração para a Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

IV.

A história da IIRSA é, em alguma medida, exemplar para referir-nos à projeção espacial da racionalidade logística em uma região dependente como a América do Sul. De fato, esse projeto, enquanto "sistema de objetos"[17] (Santos, 2002), foi criado no ano 2000 formalmente sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, então Presidente do Brasil, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como base logística para um "sistema de normas" de inspiração estadunidense, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Seu objetivo principal, desde o começo, foi "aproximar" os enclaves extrativos e de produção agroindustriais presentes no nosso continente com os grandes portos para a exportação[18]. Para isso, era e é preciso submeter às necessidades da

17 O par de conceitos "sistema de objetos" e "sistemas de normas" foi proposto pelo geógrafo Milton Santos (2002) para quem o espaço geográfico poderia ser entendido através deles.

18 A Lei Kandir, instituída no Brasil em 1996, isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Essa lei, como parte do sistema de normas, terá enorme relevância no crescimento do complexo de objetos conectados – sistema de objetos, como rodovias, ferrovías, hidrovias, portos, barragens e redes de energía, que serão fundamentais no novo ciclo de acumulação que se abrirá nos anos 2000, quando o capital financiero ganhou proeminência e estimulou

conectividade logística imensos espaços, territórios e biomas inteiros, como os Cerrados (as savanas brasileiras), a Amazônia e a Cordilheira dos Andes. O grande desafio para os gestores da IIRSA era representado pela superação dos "gargalos", sejam eles naturais ou sociais. Como argumenta Diana Aguiar (2017:63), segundo o jargão da administração logística e de produção, o gargalo representa "o elo menos eficiente da cadeia produtiva, no qual o esforço de 'aniquilar o espaço pelo tempo' e realizar o valor mais rapidamente se vê travado pela falta de competitividade de alguma parte necessária ao processo de metabolismo do capital".

Apesar de ter sido idealizada durante o ápice do regionalismo aberto neoliberal na América Latina, a IIRSA ganhou destaque no período posterior, onde prevaleceram os governos progressistas com uma retórica de pós-neoliberal. Isso ocorreu a partir de uma iniciativa do governo Lula da Silva, em 2003, quem proporcionou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiasse grandes empresas brasileiras – "campeões nacionais" – com empréstimos para seus investimentos fora das fronteiras nacionais. Ou seja, a mesma logística da IIRSA esteve a serviço de projetos que se consideravam e reivindicam como diferentes e, até mesmo, antagônicos àqueles neoliberais. As ações dos governos progressistas chegaram a ser vistas por alguns analistas, com um evidente exagero, como "anti-imperialistas".

Chamamos a atenção para as complexas relações entre a logística, como racionalidade prevalecente do capitalismo contemporâneo, e as análises geopolíticas, e mais que antagonizar

enormemente o extrativismo mineral e o agronegócio, contribuindo, ainda, para o aumento da violencia e da devastação, sobretudo na região dos Cerrados e na Amazônia.

essas duas leituras convidamos a integrá-las sem reducionismos a uma ou outra vertente. Afinal, a IIRSA surge como suporte material da ALCA sob governos neoliberais e, no entanto, se desenvolve, sobretudo a partir das iniciativas dos governos progressistas que, em 2005, romperam com a ALCA. Tudo indica que a razão logística não se reduz às polarizações geopolíticas a não ser que dialetizemos a análise usando (1) o repertório teórico de Arrighi (Arrighi, [1994]2007) como os dois pilares com que se move a ordem sistêmica, e suas crises, a saber, a "lógica capitalista" e a "lógica territorialista", sendo que essa última não pode ser reduzida à geopolítica, embora a contemple e (2) levando, ainda, em consideração as relações entre grupos/classes sociais que protagonizam essas ações.

Por outro lado, o exemplo da IIRSA revela sua dimensão logística global na hora de oferecer um espaço privilegiado para a vinculação da América do Sul ao espaço metabólico chinês, em torno ao qual o sistema-mundo capitalista está rapidamente se "re-orientando" (Gunder Frank, 1998). A China, de fato, tem uma presença crescente nessa região, sobretudo depois da crise de 2008 que atingiu os EUA. A partir daquela data, o país asiático se tornou o maior parceiro comercial da região e, na sequência, também o maior inverstidor direto, sobretudo em mineração, alimentos, portos e infraestrutura em geral. Isso torna ainda mais complexo o cenário de contradições, sobretudo diante dos novos projetos logísticos protagonizados pelos Gestores do Partido Comunista, como a *Belt and Road Initiative* –BRI-, o maior portfólio de investimentos em grandes obras de infraestrutura do mundo.

Como sabemos, é comum definir a China como a "fábrica do mundo", desde quando as plantas industriais das grandes

corporações globais começaram a ali se instalar a partir dos anos 1980 e, principalmente, 1990, a convite do Partido Comunista chinês[19]. Porém, como afirma Debora Cowen (2014), as lições da Revolução Logística não se perderam nesse país, ao ponto que seria possível denominar a China, mais que como fábrica do mundo, como um verdadeiro "império logístico". De fato, as maiores empresas produtoras de *containers* e gruas no mundo são chinesas, sendo que esse país tem a maior frota mercante do mundo. Aliás, cinco dos dez maiores portos de *containers* do planeta se encontram na costa chinesa, e as cinco principais empresas navais chinesas controlavam 18% do trânsito mundial de *containers*, em 2015 (Arboleda, 2018). Essa expansão logística da China está ligada à precoce experiência nesse país das zonas econômicas especiais, que teve um salto após o ano 2000, com a implementação da política do chamado *Going Out*, uma estratégia de conquista de novos mercados através de um aumento dos investimentos estrangeiros diretos e novas formas de cooperação econômica. Desde 2013, esses esforços se articularam ao redor da BRI, a Nova Rota da Seda, projeto gigantesco composto por seis enormes corredores logísticos terrestres na região euroasiática e duas principais rotas marítimas que unem a Ásia Oriental com a Europa, a África, a Oceania e a América Latina (Peregalli, 2020). Com esse projeto, a China repropõe as ideias da aldeia global em um momento em que o mundo ocidental está às tontas entre uma afirmação globalista e uma mudança em direção a políticas protecionistas. A aldeia global promovida pela China através da Nova Rota da Seda está baseada

19 É preciso levar em conta a aproximação entre a China e os EEUU que se configura desde a viagem de Richard Nixon, em 1974, à Pequim e seu aperto de mão à Mao Tse Tung.

em uma filosofia confucionista centrada numa ideia-forte de uma "sociedade harmoniosa", estável e desprovida de conflitos através da Rota da Seda. Uma sociedade harmoniosa que vê nos paradigmas da logística e na "política dos corredores" formas eficientes e supostamente apolíticas de governança. De acordo com Grappi (Grappi, 2016), para afirmar sua "ontologia política" confucionista, a China recorre ao idioma, ao imaginário e ao *modus operandi* da logística, propondo ao mundo unir-se em torno de uma política transnacional de corredores.

Essa "sociedade harmoniosa" promovida pela interconectividade logística estaria longe do modo de globalização neoliberal que se afirmou nos anos 1990 no Ocidente, e que via no domínio do livre mercado a chave para o progresso econômico. Na China, a iniciativa individual e empresarial é controlada pela atividade planificadora do Estado que, ao longo das últimas duas décadas, acentuou seu controle não apenas sobre a economia, mas sobre o conjunto da sociedade chinesa. Isso é ainda mais evidente na imbricação entre as formas algorítmicas da economia de plataforma da logística metropolitana das megalópoles chinesas e as também algorítmicas formas de controle biopolítico do Estado sobre a vida dos cidadãos revelados em toda a sua eficácia no modo como o país asiático conseguiu enfrentar e controlar a pandemia. Registre-se que essas formas de controle algorítmicas estão longe de ser um privilégio chinês. A linguagem algorítmica é, por excelencia, a liguagem logística-computacional, como indica a origem grega da palabra, e proporciona as condições de controle não só das condições materiais, como simbólicas e subjetivas, enfim, das conexões entre lugares à revelia dos lugares.

V.

Surge aqui, novamente, a necessidade de uma análise sobre o papel que cumprem os Gestores ao impor essa racionalidade logística. Caberia aos Gestores chineses do Partido Comunista a mesma caracterização dada aos Gestores das grandes corporações capitalistas ocidentais? ¿Que ambos, tanto no Ocidente como na China, vivam do excedente econômico que emana do trabalho não resta a menor dúvida, mas seriam a mesma coisa? Tudo indica que a genealogia histórica dos Gestores estatais chineses seja diferente já que remete a um dos mais longevos Estados territoriais do mundo, pelo menos desde os tempos da construção da Grande Muralha, que detém uma refinada *expertise* em gestão centralizada, num território amplo de camponeses que, diga-se de passagem, têm uma larga tradição de rebeldia da qual a Revolução de 1949 talvez represente seu momento de maior brilho. Os Gestores do PC-Chinês parecem bem adaptados a essa tradição gestorial dinástica, mas não foram eles que a inventaram. Como explicar essa "confluência perversa" (Dagnino 2004, Porto-Gonçalves 2020) entre um modo político, econômico e social Estado-centrado, produto de séculos de centralização dinástica e de 70 anos de Revolução socialista com o novo papel da China no mercado mundial, sua importância global na expansão das operações algorítmicas e logísticas mundo afora, e a promoção da interconectividade global por meio de infraestruturas com suas implicações extrativas e financeiras e a mesma estratégia impulsionada por modos neoliberais?

Não é uma questão simples de responder, mas acreditamos que seja necessário, para nos aproximar dela, esclarecer um aspecto que para nós é central: a logística nos mostra, de maneira muito clara,

que neoliberalismo e planejamento (seja esse estatal, corporativa ou mixto) não estão necessariamente em contradição um com outro, embora sejam diferentes e a logística seria um dos seus pontos de confluência.

A logística é em si mesma uma forma de planificação dos processos produtivos no espaço que precisa, quanto maior sua escala, de articulações e imbricações profundas entre elementos estatais e corporativos, de uma captura corporativa do aparelho de Estado, assim como de uma gestão pública pelos interesses corporativos, e de um amplo espetro de parcerias financeiras entre Estados, bancos e corporações. Se a logística é uma tarefa do capital social total e tem a ver com as condições gerais de produção, não há lassez-faire possível, não há Estado mínimo possível, no horizonte logístico do capitalismo. O neoliberalismo ocidental ou o capitalismo "com características chinesas" podem divergir em muitos pontos, mas concordam, fundamentalmente, na centralidade de ação planificadora para garantir a mais eficiente realização do valor e organizar a sincronização dos fluxos de mercadorias, energia, informações e mau de obra ao longo do espaço. A crise que se desenrola como guerra na Ucrânia é a demonstração clara dessas contradições entre as classes gestoras e o grande capital corporativo em que o controle político de um lado, o oriental, está sob domínio dos Gestores russos e chineses e, do lado Ocidental, sob o controle das grandes corporações sob hegemonia dos EEUU.[20]

20 Nesse momento de crise/guerra que tem como palco a Ucrânia, a fratura onde se movem as duas grandes placas tectônicas do capitalismo global, quem sai em defesa do capital corporativo em crise de acumulação no Ocidente é o Estado norte-americano comandando a OTAN. Enfim e, mais uma vez, o Estado a serviço do capital. E não olvidemos que a Rússia e a Ucrânia foram, talvez, dois dos maiores laboratórios de experiências neoliberais, com resultados pífios, para não se dizer dramáticos, embora tenha proporcionado a emergência de poderosos oligarcas em meio à devastação. Depois da queda da URSS, o PIB da Rússia nos

Há alguns anos, a projeção da conectividade logística chinesa interessa diretamente a América Latina.[21] O projeto da BRI contempla a América Latina desde 2015, dando assim continuidade à tendência de fluxo de capital chinês para a região em busca por áreas estratégicas para o fornecimento de mineração, energia e recursos agroindustriais e para investimentos em projetos de

anos 1990 caiu 34% e sua população decresceu demograficamente com as taxas de mortalidade ultrapassando as de natalidade. Não poderia ser maior a regressão civilizatória que ali se desenhara. A Europa Ocidental está cheia de migrantes ucranianos haja vista a desindustrialização do país, uma das regiões mais desenvolvidas industrialmente à época da URSS. A recuperação econômica da Rússia depois dos anos 2000 teve um enorme protagonismo do Estado e seus Gestores que contaram, inclusive, com o aumento da renda petroleira para financiar essa recuperação. Enquanto isso, na China, os Gestores do Partido Comunista deram um cavalo de pau em sua política de atrair os grandes capitais internacionais e de exportação num momento em que o mundo comprava baratíssimo as mercadorias Made in China e dar uma resposta às crescentes greves operárias que grassavam em todo o país e a olhar com mais cuidado para seu mercado interno. Talvez seja essa habilidade do PC chinês de lidar com as demandas populares que vem desde a Grande Marcha camponesa que levou à Revolução de 1949 dando um colorido próprio aos Gestores tradicionais dinásticas que ajudem a entender o atual modo de produção/reprodução (capitalista? Socialista?) chinês.

21 Aliás, uma análise mais profunda da natureza das relações entre a China e a América Latina ainda está pendente. A integração econômica desigual entre as duas regiões está aprofundando uma série de tendências. Por um lado, parece que o modo do "capitalismo com características chinesas", centrado na proliferação de regimes excepcionais, está lentamente se expandindo no subcontinente: de acordo com a Associação de Zonas Francas das Américas. Na verdade, de fato, na América Latina já existem mais de 600 zonas francas em 23 países (AZFA 2020). Algumas dessas zonas surgiram mesmo em países considerados socialistas ou bolivarianos: este é o caso do porto cubano de Mariel, modernizado pela construtora brasileira Odebrecht sob o impulso do comércio com a China, e a gigantesca ZEE do Arco Minero del Orinoco na Venezuela, no cruzamento entre os EIDs Andino e Escudo Guianês da IIRSA, dedicados à extração de petróleo e minerais. Não se trataria de mais um exemplo de "confluência perversa" onde uma linguagem surgida a partir das lutas sociais, como a ideia de Terceiro Mundo e de anti-imperialismo, passa a ser usada generalizadamente de modo descontextualizado, esvaziando-a de significado? Talvez, e mais uma vez, uma chave para a compreensão desse fato seja partir de uma análise das implicações da logística como uma poderosa racionalidade capitalista da época atual, agora recoberta com uma ideologia harmônica confucionista, e que vem tornando a logística uma alternativa à arrogância das aventuras imperialistas clássicas?

infraestrutura. Nesse ano, por ocasião da visita do primeiro-ministro Li Keqiang a alguns países sul-americanos, com a elaboração do projeto de uma ferrovia bi-oceânica entre os portos de Açu no Brasil e Ilo no Peru, a projeção chinesa para a região se cruzou e articulou com o projeto da IIRSA. Não é a primeira vez que o *Belt and Road Initiative*, por causa de sua dimensão abrangente e de suas pretensões globais, se interpõe a outros planos de logística e de conexão intermodal concebidos em momentos e contextos diferentes e sob a liderança de outros atores. Este é o caso, por exemplo, dos corredores europeus TNT-T, cujos eixos norte-sul (Genova-Roterdã) e Leste-Oeste (Lisboa-Kiev) estão sendo incorporados, de alguma forma, à *Belt and Road Initiative*.

O "encontro" entre a BRI e a IIRSA poderia ser lido, até certo ponto, como uma incorporação adicional da segunda na primeira. De alguma maneira, a mesma infraestrutura física que serviria à Área de Livre Comércio das Américas serve agora à integração do novo centro geográfico do capital industrial global na Ásia, especialmente na China (Porto-Gonçalves, 2017). Esta projeção para a China, no entanto, manifesta-se em formas e operações capitalistas que vão além de uma simples aliança internacional. Na verdade, a crise e a derrota dos governos progressistas desde 2015, apesar de determinarem um retorno a uma aliança política com os Estados Unidos, não interromperam o processo de integração econômica e logística do subcontinente em direção à Ásia-Pacífico, ao ponto de um dos mais importantes aliados de Washington, o argentino Mauricio Macri, ter proposto em 2017 que a China buscasse sinergias com a própria IIRSA, a fim de impulsionar a interconexão territorial da América do Sul com o país asiático, e para dar um maior impulso à exportação de produtos alimentícios

da primeira para o segundo. Anos depois, em 2022, o Presidente argentino Alberto Fernández que se situa no campo do progressismo e que derrotara Macri nas eleições, dá um passo decisivo em direção à China propondo que a Argentina passe a integrar os BRICS.

De fato, a Rota da Seda chegou a países que têm sido historicamente da área de influência do imperialismo dos EUA. O Panamá, por exemplo, sob um governo liberal, em junho de 2017 aceitou o princípio de "uma só China", assinou com a China um plano de investimento que prevê, entre outras coisas, a modernização do canal do Panamá, e tornou-se o primeiro país latino-americano a aderir à Rota da Seda. Desde então, outros países da região tornaram-se membros, como Uruguai, Equador, Venezuela, Chile, Bolívia, Costa Rica, Cuba e Peru. Mais uma vez, a relação com a China não obedece necessariamente uma clivagem política ou ideológica, como se vê com a aproximação do Partido Comunista Chinês a governos de todas as cores do espectro político-ideológico. A famosa frase do líder chinês Deng Xiuping - "Não importa a cor do gato. O que importa é que ele cace o rato" indica o pragmatismo dos Gestores do PC-Chinês.

Considerações finais

Não escapa do nosso horizonte crítico a centralidade, sobretudo em nosso continente, do extrativismo e suas implicações social e territorialmente devastadoras, que têm sido denunciadas por autores implicados com as lutas sociais dos camponeses, povos indígenas, quilombolas, das periferias urbanas, ecologistas e feministas, enfim, pelos grupos/classes sociais em situação de opressão/exploração/subalternização (Machado Araoz, 2021). E bem

sabemos como essas violências e violações cresceram com a Grande Aceleração e os volumes de matéria e energia que circulam no mundo, hoje maiores que em qualquer outra época histórica. Aliás, estamos vivendo nos últimos 50 anos o mais intenso processo expropriatório jamais experimentado, em igual intervalo de tempo, em toda a história da humanidade.

Entretanto, queremos reafirmar a limitação das análises que não articulam o extrativismo, e toda a sequela de violências, violações e degradação ambiental, com a racionalidade logística do capitalismo contemporâneo em suas ligações com o processo de financeirização em curso. Retomamos aqui, mais uma vez, a tríade – extração, logística e financeirização -, já elaborada por Mezzadra e Neilson (2015) que, para nós, é um elemento central, aliás, para entender, entre outras coisas, as conexões entre os grandes projetos logísticos em curso.

Em meio a isso, o metabolismo social ou sociometabolismo vem se mostrando como um conceito que haveremos de aprofundar. Afinal, a pandemia e o aquecimento global estão aí a nos alertar para os limites desse processo expropriatório que integra o extrativismo, a logística e o mundo financeiro. E sabemos como o "sistema de objetos" (Santos, 2002), que materializa a razão logística com sua aceleração das conexões, proporcionou as condições ideais para a propagação do vírus, assim como as instituições, o "sistema de ações" (Santos, idem), não se mostrou sensível na distribuição de vacinas fazendo com que os mais pobres fossem os mais afetados.

Assim como a Peste Negra, entre 1330 e 1348, se espraiara ao longo da antiga Rota da Seda, a pandemia do Coronavírus se espraiou inicialmente entre a China e a Itália, agora facilitada pela

velocidade do *just in time* tão bem materializado nos sistemas logísticos. E o mundo, que começava a acusar amplas mobilizações sociais, como aquelas que se desencadearam em 2019, na nossa região como vimos na Colômbia, no Equador e no Chile se vê, agora, atomizado, isolado e, ao mesmo tempo, conectado pelas plataformas e seus algoritmos que, cada vez mais, reúnem mais informação sobre cada um de nós. ¿Estamos condenados a essa centralização que nos atomiza tão ao gosto dos Gestores?

É cada vez mais preciso construir um mapa cognitivo que nos ajude a atravessar esses mares que começamos a conhecer. E que nos ofereça horizontes de emancipação para além do capitalismo e da colonialidade, ainda que o nome de batismo dessa outra ordem, ainda em larva, careça de maior desenvolvimento, embora sejam muitas as opções que se apresentam no horizonte contra a opressão, a exploração e a devastação.

Referências

AGUIAR, Diana. *A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul*. Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Actionaid e FASE, 2017.

ARBOLEDA, Martín. "Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile". In: *Investigaciones Geográficas*, Universidad de Alicante, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. El largo siglo XX. Madrid: Akal Ediciones, [1994]1999.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital, São Paulo: Boitempo, 2018.

AZFA (Asociación de Zonas Francas de las Américas), 2018. Disponível em www.asociacionzonasfrancas.org. Visitado 29 de marzo de 2020.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

BONACICH, Edna; WILSON, Jake. *Getting the goods: Ports, labor, and the logistics revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: O Tempo do Mundo*, 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, [1979]1998.

BRENNER, Neil; SCHMIDT, Christian. Towards a new epistemology of the urban? In: *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*. University of Manchester: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

COWEN, Deborah. *The Deadly Life of Logistics*: Mapping Violence in the Global Trade. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel e GARCÍA, Illia (coords.), *Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, [2009]2016.

DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*, Whitefish: Kessinger Publishing, [1946]2008.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro*: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del desarrollo*. Popayán: Universidad del Cauca, [1986]2014.

FLYVBJERG, Bent. What You Should Know About Megaprojects and Why: An Overview. In: *Project Management Journal* 45 (2): 6–19, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio, población. Curso en el Collége de France (1977–1978)*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, [1977–78]2006.

FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collége de France (1978–1979)*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, [1978–79]2007.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre. Ed. L&PM, [1921]2013.

GRAPPI, Giorgio. *Logistica*. Roma. Ediesse, 2016.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, [1983]2005.

GUNDER FRANK, Andre. "The Development of Underdevelopment" , *Monthly Review*, Vol. 41, No. 2, 1989.

GUNDER FRANK, André. *Re-Orient. Global Economy in the Asian Age*, Oakland: University of California Press, 1998.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. *The Undercommons: Fugitive Planning and Black Study*. Wivenhoe: Minor Compositions, 2013.

HARVEY, David. *Espacios del capital. Hacia una geografía crítica*. Madrid: Ediciones Akal, [2001]2007.

HILDYARD, Nicholas. *Licensed larceny. Infrastructure, financial extraction and the global South*. Manchester: Manchester Capitalism MUP, 2016.

INTO THE BLACK BOX. Manifiesto de crítica logística, 2018. Disponível em: http://www.intotheblackbox.com/manifesto/manifiesto-de-critica-logistica/. Visitada em 29 de janeiro de 2022.

LACLAU, Ernesto. "Capitalismo y feudalismo en América Latina". En ASSADOURIAN, Carlos Sempat; SANTANA CORDOSO, Ciro et all, *Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente/40, , pp.23-46, 1973.

MACHADO ARAOZ, Horacio. *Genealogia da Mineração Contemporânea*. Elefante Editora, São Paulo, 2021.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso ambiental*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MARX, Karl. *Líneas Fundamentales de la Crítica de la Economía Política «Grundrisse»*. Barcelona: Crítica, [1857-58]1978.

MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I. México D.F.: Siglo xxi editores, [1867]2011.

MARX, Karl. *El Capital*. Tomo II. México D.F.: Fondo de cultura económica, [1885]1982.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. Operations of Capital. In: *The South Atlantic Quarterly*, 114:1, January, Durham and London: Duke University Press, 2015.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *The Politics of Operations. Excavating Contemporary Capitalism*, Durham and London: Duke

University Press, 2019.

OIT (Organização Internacional do Trabalho), 2007. Disponível em: www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2007/107B09_80_engl.pdf. Visitada em 3 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997.

PEREGALLI, Alessandro. *IIRSA*: entre integración regional y racionalidad logística, New York: Peter Lang, 2022.

_____ . Logística y corredores: el caso de las Nuevas Rutas de la Seda. In: HERRERA SANTANA, David (Org.), *Geopolítica. Espacio, poder y resistencias en el siglo XXI*. 1ed., Ciudad de México / Madrid: Facultad de Filosofía y Letras / Trama Editorial, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dimensión geopolítica de la crisis brasileña: una perspectiva desde los grupos sociales en condición de subalternidade. In: LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín (coordinador), *Praxis espacial en América Latina. Lo geopolítico puesto en cuestión*, Ciudad de México: Itaca, 2017.

_____. Menos Pode Ser Mais: Dos "Limites do Crescimento" (Copenhague, 1972) e do Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992) à Métrica do Carbono (Glasgow, 2021). In: *IELA* (iela.ifsc.br), 2021. Visitado em 29/01/2022.

_____ "A confluência perversa". In: *IELA* (iela.ifsc.br), 2020. Visitado em 29/01/2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SWEEZY, Paul. "The transition from feudalism to capitalism", *Science & Society*, New York, 1950.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.* Porto: Afrontamentos, 1974.

Submetido em: 10 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2022.
Aprovado em: 08 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

PEREGALLI, A.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Para uma crítica à racionalidade logística: Notas para um debate. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 131–165, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2292.

FEMINICÍDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁTICAS MISÓGINAS NA GEOGRAFIA

EPISTEMOLOGICAL FEMINICIDE: MISOGYN PRACTICES IN GEOGRAPHY

FEMINICIDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁCTICAS MISOGYN EN GEOGRAFÍA

CAROLINA RUSSO SIMON

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

E-MAIL: CAROLINA.SIMON@UNESP.BR

Resumo:
O objetivo deste texto é demonstrar como as práticas misóginas dentro dos ambientes acadêmicos, principalmente geográficos, são práticas de violências epistemológicas que visam à manutenção do sexismo dentro da academia e que podem ocasionar os feminicídios epistemológicos - a morte do pensamento de mulheres, principalmente de mulheres feministas. Para conduzir as reflexões, rememorei três cenas de situações vividas em ambientes acadêmicos onde se produz a ciência geográfica e as escrevi como forma de testemunho. Pretendo evidenciar a necessidade de uma práxis antipatriarcal na Geografia, tornando-se não só uma agenda de pesquisa, mas uma postura cotidiana frente ao sistema de opressão e dominação mais antigo do mundo.

Palavras-chave: sexismo, violência contra as mulheres, misoginia.

Abstract:
The objective of this text is to demonstrate how misogynistic practices within academic environments, mainly geographical, are practices of epistemological violence that aim to maintain sexism within the academy and that can cause epistemological femicides - the death of women's thinking, especially women. feminists. To lead the reflections, I recalled three scenes of situations lived in academic environments where geographical science is produced and I wrote them as a form of testimony. I intend to highlight the need for an anti-patriarchal praxis in Geography, becoming not only a research agenda, but a daily posture in the face of the oldest system of oppression and domination in the world.
Keywords: sexism, violence against women, misogyny.

Resumen:
El objetivo de este texto es demostrar cómo las prácticas misóginas dentro de los entornos académicos, principalmente geográficos, son prácticas de violencia epistemológica que pretenden mantener el sexismo dentro de la academia y que pueden provocar feminicidios epistemológicos - la muerte del pensamiento de las mujeres, especialmente de las feministas. Para conducir las reflexiones recordé tres escenas de situaciones vividas en ambientes académicos donde se produce la ciencia geográfica y las escribí a modo de testimonio. Pretendo resaltar la necesidad de una praxis antipatriarcal en Geografía, convirtiéndose no solo en una agenda de investigación, sino en una postura cotidiana frente al sistema de opresión y dominación más antiguo del mundo.
Palabras-clave: sexismo, violencia contra la mujer, misoginia.

Introdução

Este texto é fruto de um longo processo de conhecimento e reconhecimento da Geografia através de minhas experiências como aluna e pesquisadora dessa ciência. Há quase uma década tenho trabalhado com relatos orais de mulheres, buscando nas falas e nos silêncios as resistências dos contraespaços feministas (Carolina SIMON, 2020). Depois de muito ouvir as mulheres passei a escutá-las fora dos dogmas do patriarcado e, assim, passei a ter o (re)conhecimento da necessidade de afetos para a escuta, me tornando uma escutadeira feminista (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022).

Segundo Débora Diniz (2021) no capítulo *Ouvir* do livro Esperança Feminista escrito em conjunto com Ivone Gebara:

> A prática da escuta é sempre incompleta, pois ela necessita nos deslocar das certezas do vivido. Por isso, a escuta feminista sempre será incômoda. Mas o que escutamos e nos transforma em feministas? Escutamos as verdades das mulheres fora dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem e a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel que as discrimina, oprime e mata [...] (Débora DINIZ, 2021, p. 23).

O processo de me tornar uma escutadeira feminista foi permeado pelo processo de assombramento do efeito do patriarcado na vida de diversas mulheres que ouvi, e, ao analisar seus relatos de vida, não acolhi mais o silêncio da obediência em mim mesma (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022).

Desta forma, o objetivo deste texto é demonstrar como as práticas misóginas dentro dos ambientes acadêmicos, principalmente geográficos, são práticas de violências epistemológicas que ocasionam os feminicídios epistemológicos - a

morte do pensamento de mulheres, principalmente de mulheres feministas.

Para conduzir as reflexões rememorei cenas de situações vividas em ambientes acadêmicos em 2014, 2017 e 2020, nas quais as violências feminicídas estiveram presentes - e as senti na carne. Assim, as transformei em testemunhos, pois: "o testemunho é uma pronúncia contra o silêncio e, por isso mesmo, uma fala de valentia" (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022, p. 246).

Apesar destas cenas não serem únicas ou mesmo isoladas em minha caminhada pela Geografia, foram escolhidas justamente porque demonstram como as práticas misóginas são cotidianas, presentes em aulas, tanto da graduação quanto da pós-graduação, como também em eventos científicos, permitindo reflexões sobre a violência contra as mulheres em períodos diversos da minha caminhada acadêmica.

Parto de minha escrevivência, que segundo Conceição Evaristo (2017) é a escrita que nasce do cotidiano, das memórias, das lembranças e dos esquecimentos, das experiências e vivências e constituem uma espécie de interpretação "auto biogeográfica" (Mateus PEDROSO, 2019, p. 68), uma forma de "relato de si" como proposto pela filósofa Judith Butler (2015), utilizado também pela Geógrafa Joseli Silva (2020). Desta forma, a escrita se dá por testemunhos de eventos misóginos do cotidiano, das experiências e vivências que se misturam e constituem a minha ideia de que se é necessária uma resposta da Geografia, não só na teoria, mas, principalmente na sua *práxis.*

Ainda que a memória tenha uma dimensão individual, muitos de seus referentes são sociais, os quais permitem ver para além da memória individual (Marilena CHAUÍ, 1995). Ao captar a

minha memória, visei compreender o fenômeno social no qual eu também estou inserida. Todavia,

> [...] é necessário que se apreenda a potencialidade da totalidade a partir da memória intersubjetiva, da memória compartilhada, da memória coletiva para a compreensão destas memórias como representações sociais (Carolina SIMON, 2020, p. 51).

Por meio deste esforço de analisar a minha própria trajetória de mulher feminista na Geografia através de testemunhos misóginos desde a graduação até o doutorado, coaduno com a ideia de Judith Butler (2015) de que a narrativa é um processo de subjetivação e de reinterpretação e que a memória recorda, muitas vezes, o que se gostaria de esquecer, mas lembrar-se e narrar-se é subverter a história já contada, através da desobediência feminista (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022).

A desobediência feminista deste texto também se enconta na forma de citação escolhida. Todas as citações apresentam o primeiro nome das autoras e dos autores, como uma forma de aumentar a visibilidade de mulheres cientistas e romper com com hegemonia masculina presente nas citações somente pelo último sobrenome.

Isto posto, explicito que o texto foi dividido em quatro partes. Primeiro apresento os "*testemunhos*"; posteriormente, no tópico "*Misógina é violência feminicída*", analiso as minhas memórias através da compreensão do que é e como se concretiza a misoginia na Geografia. Na terceira parte do texto "*Do feminicídio ao feminicídio epistemológico*" faço uma discussão do termo e argumento como o pensamento de mulheres feministas vem sendo assassinado. Por último, no tópico "*Para não terminar...*", apresento algumas

considerações sobre a importância de se denunciar as violências feminicídas na Geografia.

Testemunhos

Cena 01. *Isso não é Geografia!*

Estava cursando o segundo ano de licenciatura em Geografia no ano de 2014, tínhamos que fazer um projeto de pesquisa, em duplas, para contabilizar a nota final da disciplina de Metodologia. O projeto apresentado foi intitulado de: "Violências contra as Mulheres na cidade de Presidente Prudente - SP."

A arguição do projeto, bem como a explicação de sua nota, foi feita oralmente pelo professor em sala de aula. Me lembro como se fosse hoje as ásperas palavras sendo proferidas: "**O projeto apesar de bem escrito, não se sustenta. Apesar de citarem dados importantes na justificativa, não podemos trabalhar na Geografia somente com relatos orais de mulheres violentadas, até porque isso não é Geografia, é sociologia! A nota é sete porque teve um bom esforço, mas não tem geograficidade**".

Comentei o ocorrido em uma conversa descontraída no laboratório e o meu orientador, também o coordenador do grupo de pesquisa, ao tomar conhecimento de tamanha violência reagiu e produziu uma carta para o professor da disciplina, colheu diversas assinaturas de geógrafas e geógrafos latino-americanas/os que produziam Geografias Feministas. Eu coloquei a carta por baixo da porta da sala do professor. Ele ignorou, a nota continuou a mesma. Passou...

Cena 02. *Simpósio de Geografia não é desfile de moda!*

O ano era 2017, estava no primeiro ano do mestrado em Geografia. Fui a Curitiba-PR apresentar os primeiros resultados da dissertação que estava em desenvolvimento. O evento era direcionado para pesquisas que se enquadram no campo da Geografia Agrária. No dia das apresentações estava fazendo 8° C de manhã, tremia de frio. Coloquei várias camadas de roupas e por cima de tudo um blazer preto. Cheguei na sala das apresentações, conferi o número sinalizado na porta e entrei. Haviam no máximo dez pessoas na sala quando entrei. Meio perdida, fui caminhando para um conjunto de cadeiras vazias e quando fui me sentar... Um homem, branco, bem mais velho que eu disse: "**UAU, BLAZER! Não sabia que o Simpósio tinha virado um desfile de alta costura".** Sem graça, olhei, não o conhecia e sem entender direito, me sentei. Poucos minutos depois, entrou outro homem, cabelos brancos e um lindíssimo blazer de veludo. Entrou, cumprimentou o outro homem e os dois se chamaram de professor. Ele se sentou ao meu lado.

Em um lapso de lucidez, falei em alto e bom som: "Ué, não vai perguntar para o professor se ele veio para o desfile?" Todas e todos da sala riram. Lembro que meu trabalho foi o mais criticado na sala pelo primeiro professor (que era coordenador do eixo no evento), e, também, o mais defendido pelo segundo professor.

Cena 03. *Hoje não é aula de feminismo.*

Doutorado, segundo semestre do conturbado ano de 2020. Estava cursando uma disciplina com um querido professor. Precisava de créditos e a disciplina tinha um cronograma que

satisfazia várias das minhas angústias acadêmicas e, principalmente, preocupava-se em trazer autoras mulheres como referências. Logo nas primeiras aulas foi proposto como texto base "A nação das classes dominantes", escrito por Octavio Ianni (1990). A discussão fluía, aparentemente horizontal, entre alunas, alunos e o professor. Papo vai... Capitalismo chega... Classe também e logo o debate gira em torno da importância de se analisar o trabalho pela visão de Marx. Me sentindo confortável com o rumo e os tons do debate e falei: "Não há formas de falar de classe sem falar dos corpos, sem analisar o trabalho não remunerado. Quais são os corpos que fazem a manutenção da burguesia e da classe que-vive-do-trabalho?" Antes de terminar de articular o pensamento com o texto da aula fui interrompida pelo professor, que com o tom de voz já alterado conduziu o debate: **"hoje não é aula de feminismo, vamos discutir mulheres daqui três semanas".** A única fala que não teve chance de debate sobre a constituição das classes dominantes foi a minha.

Misoginia é violência feminicída

Este *insight* surge embasado e inspirado a partir do acesso ao livro "*Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*", uma coletânea organizada por Manuela d'Ávila em 2021. O terceiro texto da coletânea é um relato escrito pela primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sob o título "*A misoginia e a manipulação da mídia*". Neste curto texto, a ex-presidenta remonta o golpe que sofreu em 2016 e apresenta como a misoginia foi um suporte específico para o ocorrido. Para expor sua visão sob o golpe apresenta o livro "*Down girl: the logic of misogyny*", escrito pela filósofa Kate Manne (2018) e nos provoca a pensar a misoginia no nosso cotidiano brasileiro, para além do ódio e do desprezo por todas

as mulheres. Segundo a interpretação de Dilma Rousseff: "Na verdade, a misoginia só visa as mulheres que se desviam de padrões dominantes, a começar pela norma segundo a qual aos homens é que cabe o exercício do poder" (Dilma ROUSSEFF, 2021, p.60).

Diante disso, pude identificar em minhas memórias práticas de ridicularização, humilhação e desencorajamento, como formas de silenciamento e pude entender como as minhas memórias eram marcadas por práticas de misoginia na academia; como uma dimensão específica da ordem patriarcal, funcionando como um mecanismo estratégico e coercitivo, um sistema de policiamento que faz a manutenção da subordinação das mulheres que fogem da norma do domínio do masculino (Kate MANNE, 2018).

Para Heleieth Saffioti (2004) o patriarcado é um sistema de dominação e opressão, muito mais antigo que o sistema de classe. Este sistema de opressão conta com a idade de mais de 5.000 anos. É um sistema de dominação-exploração, no qual dominar e explorar são faces da mesma moeda. Este sistema está em permanente transformação e ele extrapola o núcleo família – pai e marido como chefes da família heteronormativa cristã - e atravessa a sociedade como um todo. No sistema patriarcal o homem tem poder apenas pelo fato de ser homem, independentemente de suas capacidades. Este poder varia segundo a sua inserção nas diferentes classes sociais, porém "[...] existe sempre uma mulher com menos poder que o último dos homens" (Heleieth SAFFIOTI, 1994, p. 460).

O ato de revisitar a minha memória e, dolorosamente, identificar práticas coercivas do meu pensamento de mulher geógrafa e feminista, como na cena número 1 vivida na graduação, na cena número 3 no doutorado, e, também práticas coercivas do meu corpo, presente na cena número 2 - a partir de uma ridicularização

do que eu vestia - está diretamente relacionado com o acesso à leituras feministas, as quais me foram negadas pela estrutura patriarcal da Geografia brasileira e pelos diversos professores e poucas professoras que tive na graduação e na pós-graduação.

O sexismo e a misoginia operam em conjunto. A misoginia é uma espécie de estratégia de fiscalização para o sexismo. Essa regulação dos corpos a partir do sexo e das performance de gênero, é exercida principalmente pelos homens, os principais beneficiários do patriarcado, garantindo a eles a opressão e a dominação dos corpos femininos, mas a prática da misoginia "[...] pode existir com ou sem misóginos" (Kate MANNE, 2018, p. 73).

Desta forma, quando refleti sobre o que era Geografia e sobre o que não era Geografia, me dei conta que a maioria das referências apreendidas nas aulas de Pensamento Geográfico eram masculinas. Essa matéria é obrigatória para o primeiro ano da Universidade de minha formação e foi ministrada por uma professora, a primeira mulher que ministrou aulas para a minha turma. Essa ausência de geógrafas pode ser explicitada com o pensamento de Simone de Beauvoir quando diz que: "[...] o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos" (1967, p. 82).

Esta realidade não é só da graduação em Geografia, como evidenciado na pesquisa de Joseli Silva, Tamires Cesar e Vagner Pinto (2020) na qual demonstra que, apenas uma mulher, Iná Elias de Castro, está presente nas principais referências bibliográficas indicadas nas disciplinas de epistemologia nos cursos de Pós-graduação em Geografia no Brasil.

Como não somos "lidas" como produtoras do pensamento geográfico, os fenômenos que nos matam não são relevantes para

serem compreendidos pelo "raciocínio geográfico". Então, como poderia responder ao professor da cena número 1 que estudar a violência contra as mulheres era um tema estritamente geográfico porque implica em morte para maioria da população do mundo?

Segundo Ruy Moreira (2004; 2010), importante geógrafo marxista brasileiro, o estudo crítico da epistemologia da Geografia que se ensina e se pratica na universidade, nas escolas e ambientes de pesquisa, poderia designar-se por geograficidade. Sendo este o modo geográfico característico de ser das relações sociais: de costumes, condutas, comportamentos, ordenamentos, determinações, situações, ente outros, através da experiência da geograficidade, enquanto modo geográfico típico de ser e/ou existir. Então, pensando em responder ao professor da cena número 1, o que seria Geografia?

Existe um consenso entre a maioria das geógrafas e dos geógrafos da minha formação de que o espaço é o objeto primeiro da Geografia, enquanto produto social e econômico (Milton SANTOS, 1996). A propósito, Milton Santos, o geógrafo mais referenciado nas disciplinas que cursei ao longo dos nove anos na Geografia brasileira, concorda que "[...] é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação" (1996, p. 65), o que condiz com sua concepção de espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação.

Diversas geógrafas feministas coadunam com a importância de se estudar o espaço como objeto primeiro da Geografia, mas compreendem que é necessário imaginar o espaço como "simultaneidade de estórias-até-agora" (Doreen MASSEY, 2008, p. 29), pois o espaço é plural, aberto, relacional e está num constante processo de devir: não se encontra fechado em si mesmo (Doreen

MASSEY, 2008) e a generificação e racialização do espaço refletem no modo como gênero e raça são construídos e compreendidos na sociedade (Doreen MASSEY, 1994). Afinal,

> [...] se todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço é com toda a certeza profundamente geográfico (Joseli SILVA, 2014, p. 98).

Desta forma, pensar o que é Geografia e o que é geograficidade está diretamente relacionado ao fato de que "[...] na vida real há uma geografia vivida" (Raul GUIMARÃES, 2015) e o que importa é que:

> [...] independentemente de geógrafos e do que esses pensam o que é geográfico, a vida continua ou pelo menos luta para continuar sendo vivida. Na luta constante entre a vida e a morte, os sujeitos produzem a sua própria geografia (Raul GUIMARÃES, 2015, p. 48).

Karl Marx (1867) já nos alertava sobre o trabalho mal pago exercido pelas mulheres. Como nos ensina a feminista Silvia Federici: "[...] a história das mulheres é a história das classes" (2017, p. 31). Os homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Neste sentido, "o marxismo abriu as portas para o tema da opressão específica" (Maria MORAES, 2000, p. 89).

Explicito que mulher, como categoria de análise do fenômeno aqui proposto, não se encerra no sexo feminino, mas incorpora as identidades de gênero e sexuais dissidentes que a matriz cultural-colonial não tolera que existam (Judith BUTLER, 2019; Maria

LUGONES, 2014). Então, haveria como falar de feminismo somente em aulas específicas como imposto pelo professor na cena 03?

Como pontua a Geógrafa Joseli Silva (2014; 2020), a cultura que subscreve as regras do saber geográfico está diretamente relacionada com a produção de teorias desencarnadas, sem emoções ou mesmo valorização das experiências localizadas no tempo e no espaço, reforçando o saber enquanto universal do sujeito - homem, branco e de preferência heterossexual. Desta forma,

> [...] criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação (Joseli SILVA, 2020, p.181).

Dominar o corpo das mulheres sempre foi um gesto de poder colonial do macho, principalmente branco e, essa dominação acontece historicamente a partir das diversas práticas misóginas cotidianas. A coerção das mulheres passa primeiro pelo corpo, pois é pelo corpo que performamos os papéis de gênero (Judith BUTLER, 2007). Como pode ser observado na cena número 2, foi através da ridicularização do que eu vestia que o professor inferiorizou a construção da minha pesquisa.

Os corpos que não aceitam ser subordinados à lógica sexista, na academia ou fora dela, sofrem ainda mais com violências misóginas (Kate MANNE, 2018) e, assim, é possível constatar que todas as práticas misóginas são violências feminicídas (Rita SEGATO, 2008), pois as mulheres que transcendem a lógica da imposição do seu lugar de silenciamento pela subordinação masculina são vistas como perigosas e necessitam ser impeachmadas, silenciadas e, no pior dos casos, eliminadas.

Do feminicídio ao feminicídio epistemológico

Feminicídio é o ápice da violência patriarcal, é a eliminação de mulheres pelo fato de serem mulheres. O termo feminicídio foi formulado originalmente em inglês, *feminicide*, e sua formulação é atribuída a Diana Russell, que o teria utilizado pela primeira vez em 1976, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas. O termo começou a ser difundido na academia, tendo como o livro intitulado: "*Feminicide: The Politics of Woman Killing*"[1] organizado por Jill Radford e Diana Russell, em 1992, olhando para o contexto de violência dos Estados Unidos.

O termo sofreu percalços no caminho de consolidação na América Latina, porém, aqui, está diretamente relacionado com suas as raízes semânticas do homicídio (Izabel GOMES, 2018). Desta forma, é possível observar que o desenvolvimento da discussão sobre mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres tornou-se "assunto de polícia" ao implicar um novo tipo penal para judicializar os crimes de homicídios que acontecem com características estruturais do patriarcado.

A América Latina é a região mais perigosa do mundo fora de uma guerra para ser mulher. Das 2.559 mulheres que morreram por feminicídio na América Latina em 2016, metade morreu no Brasil, com uma média de três mulheres assassinadas por dia (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; ONU MULHERES, 2017).

[1] Feminicídio: a política do assassinato de mulheres.

O Brasil é signatário da Declaração dos Direitos Humanos (1948); Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994). Em âmbito nacional, o direito das mulheres é assegurado na Constituição Federal (1988), reforçado pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e também pela Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015).

Apesar do Estado brasileiro ter se comprometido, internacionalmente e nacionalmente, em prevenir e promover as vidas femininas através da proteção de direitos humanos das mulheres, é importante ressaltar que: o Brasil foi o último país da América Latina a incluir o termo na lei, sancionada pela primeira presidenta do país. Atualmente, vivemos uma epidemia invisibilizada (Carolina SIMON, 2021), entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de COVID-19 no país, e dezembro de 2021, foram 2.451 feminicídios no Brasil. Em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas (FBSP, 2022).

Diante do exposto, se faz necessário ampliar a compreensão da existência das violências feminicídas, como propõe a antropóloga e socióloga Rita Laura Segato (2008; 2011), abarcando não só judicialmente o debate, mas refletindo sobre as diversas e constantes situações de violência que nós mulheres somos submetidas no sistema patriarcal, pois práticas misóginas e sexistas levam a uma situação de extrema violência, que podem culminar com a morte, como afirma Diana Russell (2006). A única forma de reverter o atual cenário de assassinato, físico e intelectual, é pela denúncia, pela fala e pela desobediência, porque desobedecer a ordem patriarcal é inventar a vida (Débora DINIZ e Ivone GERBARA, 2022).

Revelam os dados do Censo da Educação Superior[2] realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (MEC), que: há 27 anos nós mulheres já somos a maior parte de discentes matriculadas no ensino superior no Brasil. Em 2019 representávamos 55,2%. Nos cursos de licenciatura (como a Geografia) somos 72,5% das matriculadas. Nós pesquisadoras representamos 53% do total de bolsistas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 49% das bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[3] (CNPq) as principais agências de fomento à pesquisa no Brasil (INEP, 2019).

Porém, somente 46% dos docentes em universidades são mulheres e 35,5% das mulheres pesquisadoras conseguiram as bolsas de pesquisa mais prestigiadas e com maior financiamento, conhecidas como bolsas de produtividade do CNPq - as quais são concedidas ao longo do tempo por ordem crescente: , 1D, 1C, 1B e 1A. O abismo é ainda maior para as bolsas 1A, as maiores bolsas de produtividade, somente 24,6% são destinadas para mulheres. Estes dados nacionais são refletidos na ciência geografica diretamente (Academia Brasileira de Ciências - ABC, 2018).

Há mais de dez anos estudos vêm denunciando as assimetrias de gênero na produção geográfica brasileira, como Joseli Silva (2009), Tamires Cesar (2015 e 2019), Vagner Pinto (2014, 2017), Silva, Cesar e Pinto (2015). Existe uma hegemonia masculina

[2] Os dados sobre a cor das/os discentes e docentes não estão divulgados nos *releases* da pesquisa, porém a partir dos microdados do INEP é possível verificar que: 29% das/os discentes declararam ser pardas e 7% pessoas pretas. Em relação os discentes somente 2% das pessoas se autodeclararam pretas/os e 14,4% pardas/os.

[3] O CNPq nunca teve uma presidentA.

no fazer geográfico, em que os homens ainda são maioria no corpo docente e, apesar do aumento de mulheres docentes nos 60 Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil, eles - os homens - ainda possuem maior expressão nos periódicos considerados de maior qualificação pelo Sistema QUALIS-CAPES (Joseli SILVA, Tamires CESAR e Vagner PINTO, 2020).

Logo, ao refletir sobre o que seria um feminicídio epistemológico, tenho a experimentação da materialização das práticas misóginas, portanto da violência feminicída, tanto nos números de mulheres mortas pelo fato de serem mulheres no Brasil, quanto no abismo que separa a maioria das estudantes matriculadas na faculdade dos cargos de docência universitária, dos periódicos de maior qualificação e, consequentemente, das bolsas de produtividade do CNPq.

A academia é um dos espaços em que violências feminicídas são praticadas cotidianamente, nos matando aos poucos, como evidenciado nas três cenas anteriores. A misoginia esteve presente na graduação pelo projeto de pesquisa que buscava estudar as violências a partir das próprias mulheres (cena número 1), por ser ridicularizada pelo que eu vestia em um Simpósio de Geografia e o meu pensamento ser desvalidado (cena número 2) e pelo que eu proponho a partir do lugar de mulher feminista que ocupo na geografia (cena número 3).

As práticas sexistas, mas principalmente as práticas misóginas, estão presentes cotidianamente nos ambientes acadêmicos. São práticas de violências epistemológicas que ocasionam os feminicídios epistemológicos: a morte do pensamento de mulheres, principalmente as feministas. Desta forma, mais do que dizer que precisamos de mais mulheres produzindo Geografia,

precisamos evidenciar como as mulheres vêm sendo ceifadas da produção da ciência, principalmente quando se propõem a estudar a resistência das mulheres através de perspectivas feministas.

Para não terminar...

Escrever esse texto está diretamente relacionado com um ato político de poder existir na Geografia, para além do meu doutoramento que se encontra em curso. É um texto que visa manifestar as minhas angústias de mulher feminista que compreende que os artigos científicos, os cargos de docência universitária e de bolsista de produtividade serão bravamente disputados. Essa compreensão se constrói a partir das considerações da filósofa feminista negra Djamila Ribeiro (2017) sobre o lugar de fala, que consiste em compreender que falar não se restringe apenas ao ato de emitir palavras e sim de poder existir!

O feminicídio epistemológico é fruto da cultura sexista, tão presente na ciência; já a misoginia é a materialização da fiscalização do sistema patriarcal, por isso, a academia é um dos espaços em que violências feminicídas são práticas cotidianas. Logo, esta realidade não mudará da noite para o dia, contudo o aumento da inserção das mulheres nas carreiras de docência universitária tem demonstrado que pode ajudar a combater o sexismo desenfreado, armando mulheres com ferramentas teóricas e metodológicas para lidar com a misoginia cotidiana, pois, "[...] quase qualquer mulher irá ser vulnerável a alguma forma de hostilidade misógina" (Kate MANNE, 2018, p. 68) e, principalmente, contribuírem para a diminuição das brutais mortes de mulheres que são assassinadas pelo fato de serem mulheres no Brasil.

Por isso, uso dos meus testemunhos para denunciar essa Geografia que ceifa nossas pesquisas, que nega a existência do patriarcado como sistema de opressão e dominação que produz o espaço geográfico e, ao negá-lo, torna-se cúmplice de suas mazelas, visando única e exclusivamente a manutenção do poder dos homens como detentores de saberes geográficos, com os cargos mais altos e as publicações de maiores impactos.

Indubitavelmente os homens da Geografia precisam ser nossos aliados, "[...] é urgente que os homens estranhem o patriarcado e o transformem" (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022, p. 10). Em todas as cenas a misoginia foi proferida por homens, mas em duas das cenas foram homens que estiveram ao meu lado contra a violência, meu orientador e o outro professor do blazer de veludo.

É urgente avançar e entender as corporeidades que fazem Geografias, mas, principalmente, que necessitam de respostas geográficas para viver. Afinal, Geografia é antes de tudo um compromisso (Carolina SIMON, 2020).

Agradecimentos

Agradeço à Samarane Fonseca de Souza Barros, Bruna Ribeiro Correa e Mateus Fachin Pedroso, pelo debate de ideias que viabilizou este escrito. À João Pedro Pereira Caetano de Lima, meu companheiro de vida e de Geografia que me encoraja todos os dias a escrever e não desistir.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Mulheres são minoria entre reitores e nas bolsas de pesquisa mais prestigiadas.** publicado em 07 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.abc.org.br/2018/02/07/mulheres-sao-minoria-entre-reitores-e-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas/. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. [1967] Nova Fronteira. 2014.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidade**. Barcelona: Editora Paidós. 2007.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2015.

BUTLER, Judith. **Trouble dans le genre: le féminisme et la subversion de l'identité**. La découverte. 2019.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira**. Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2019.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática. 1995.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra as mulheres em 2021**. 2022. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf. Acesso em 20 de maio de 2022.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas,** v. 26. n. 2. 2018.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de geografia humana.** São Paulo: Editora da UNESP. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores de Qualidade da Educação Superior, 2019**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/ educacao-superior/indicadores-de-qualidade, Acesso em 5 de maio de 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista* **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013. Acesso em 20 de maio de2022.

MANNE, Kate. **Down girl, the logic of misogyny**. New York: Oxford University Press. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo. v. 894. 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil. 2008.

MASSEY, Doreen. **The geography of trade unions***:* Some issues. Transactions of the Institute of British Geographers,. p. 95-98. 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Campinas: Crítica Marxista. n. 11. p. 89-97. 2000.

MOREIRA Ruy. **Pensar e ser em geografia: Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto. 2010.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Niterói: Ed. AGB Niterói. 2004. 192 p.

PEDROSO, Mateus Fachin. Situacionalidade e Interpretações: Quantas Geografias Cabem em uma Vida?. **Revista Latino**

Americana de Geografia e Gênero, v. 10. n. 2. p. 66-78. 2019.. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.10.i2.0004. Acesso em 20 de maio de 2022.

PINTO, Vagner André Morais. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense. 2017.** Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa- Paraná. 2017.

PINTO, Vagner André Morais. **O Gênero enquanto componente da produção científica no espaço acadêmico**. Monografia (Graduação)- Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa- Paraná. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); ONU MULHERES. **Do compromisso à ação: políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe.** Panamá: PNUD–ONU MUJERES, 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana. **Feminicídio: La política del asesinato de las mujeres.** CEIICH/ UNAM: Cidade do México. 2006.

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana EH (Ed.). **Femicide: The politics of woman killing**. Twayne Pub. 1992.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e Manipulação da mídia. In: DÁVILLA, Manuela (org.) **Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre: Instituto e se fosse você. p. 45-62. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos feministas**, p. 443-461. 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** [1996]. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SEGATO, Rita Laura. "¿Que és un feminicídio? Notas para un debate emergente". In: **Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos**. PUEG/UNIFEM: Cidade do México. 2008.

SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho". In: FREGOSO, Rosa Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs). **Feminicídio en América Latina**. Diversidad Feminista. CEIICH/UNAM: Cidade do México. 2011.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra. 2009. p. 25-54.

SILVA, Joseli Maria. "Relatos de si": eu, a geografia e o indizível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 2. n. Especial "Múltiplas e microterritorialidades nas cidades". p. 173-189, junho, 2020.

SILVA, Joseli Maria; CÉSAR, Tamires Regina Aguia. de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. In: **Revista ANPEGE**, vol. 11. n 15. p. 185-200. 2015.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, Daniel. Abreu de (org.). **Ensino de Geografia: Novos temas para geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 97-125.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguia de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamiron Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (org.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19.** Alfenas-MG, Editora Universidade Federal de Alfenas. p. 14-28. 2020

SIMON, Carolina Russo. **A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço: mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas!**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente- SP. 2020. 400 p.

SIMON, Carolina Russo. Epidemia invisibilizada. In: BENINI, Sandra Medina et al. (org.). **Pandemia do Coronavírus: abordagem multidisciplinar**. Tupã-SP, Editora ANAP. p.49-66. 2021.

Submetido em: 09 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 23 de junho de 2022.
Aprovado em: 08 de Julho de 2022.

Como citar este artigo:

SIMON, C. R. Feminicídio epistemológico: práticas misóginas na geografia. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 166–189, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289.

REFLEXÕES TEÓRICAS DA GEOGRAFIA FEMINISTA DECOLONIAL SOBRE AS ESPACIALIDADES COLONIAIS REPRODUTORAS DO CONTROLE SOCIAL DO CORPO FEMININO DURANTE O PARTO

THEORETICAL REFLECTIONS OF DECOLONIAL FEMINIST GEOGRAPHY ON THE REPRODUCTIVE COLONIAL SPATIALITIES OF THE SOCIAL CONTROL OF THE FEMALE BODY DURING CHILDBIRTH

REFLEXIONES TEÓRICAS DE LA GEOGRAFÍA FEMINISTA DECOLONIAL SOBRE LAS ESPACIALIDADES COLONIALES REPRODUCTORAS DEL CONTROL SOCIAL DEL CUERPO FEMENINO DURANTE EL PARTO

Cíntia Cristina Lisboa da Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: cintia.slisboa@gmail.com

Bruna dos Santos
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: brunasantos603@yahoo.com.br

Resumo:
O presente trabalho apresenta reflexões em torno das relações de gênero atrelado às feminilidades, vistas por meio das espacialidades coloniais que reproduzem o controle ao corpo feminino. De um lado o parto tradicional como um campo de significados e práticas que resistem as colonialidades e suas formas de controle, por outro lado, as reflexões sobre os corpos que fazem parte desse processo, em especial corpos femininos e com útero, respeitando a diversidade do ser mulher. A partir de uma revisão de literatura recente sobre a temática, nas geografias feministas, em especial, observamos que tanto as parteiras como o parto tradicional podem ser interpretados como um movimento de resistência às colonialidades e ao controle de corpos, sobretudo o de mulheres, que experimentam uma vivência a partir de complexas e múltiplas hierarquias.

Palavras-chave: Geografia e gênero, Geografias feministas, Práticas feministas, Parto.

Abstract:
This paper presents reflections on gender relations linked to femininity, seen through colonial spatialities that reproduce control to the female body. On the one hand the traditional childbirth as a field of meanings and practices that resist colonialities and their forms of control, on the other hand, the reflections on the bodies that are part of this process, especially female bodies and with uterus, respecting the diversity of being a woman. From a review of recent literature on the subject, in feminist geographies, in particular, we observe that both midwives and traditional childbirth can be interpreted as a movement of resistance to colonialities and body control, women, who experience an experience from complex and multiple hierarchies.

Keywords: Geography and gender, Feminist geographies, Feminist practices, Childbirth.

Resumen:
El presente trabajo presenta reflexiones en torno a las relaciones de género vinculadas a las feminidades, vistas por medio de las espacialidades coloniales que reproducen el control al cuerpo femenino. Por un lado el parto tradicional como un campo de significados y prácticas que resisten las colonialidades y sus formas de control, por otro lado, las reflexiones sobre los cuerpos que forman parte de ese proceso, en especial cuerpos femeninos y con útero, respetando la diversidad del ser mujer. A partir de una revisión de literatura reciente sobre la temática, en las geografías feministas, en especial, observamos que tanto las parteras como el parto tradicional pueden ser interpretados como un movimiento de resistencia a las colonialidades y al control de cuerpos, sobre todo el de mujeres, que experimentan una vivencia a partir de complejas y múltiples jerarquías.

Palabras-clave: Geografía y género, Geografía feminista, Prácticas feministas, Parto.

Introdução

Acreditando na necessidade e intencionalidade das pesquisas situadas (HARAWAY, 1995), pensamos ser importante nos apresentarmos na escrita deste trabalho, pois reconhecemos que influências externas e internas a partir de nossas corporalidades também irão refletir em nossas produções científicas. Sendo assim, este trabalho surge por meio de reflexões de duas mulheres cis, sendo uma autora mãe, feminista, sulista, historiadora, entre outras tantas identidades políticas que não cabem aqui, enquanto a outra autora é amazônida, descendente de indígenas e geógrafa feminista, dentro do que convém aqui falar.

Ainda que tenhamos inúmeras diferenças, como modos de estarmos e agirmos no mundo, distintas percepções e vivências socioespaciais, sendo cada pessoa um universo inteiro de possibilidades, algumas experiências e jogos sociais são sentidos de formas semelhantes, a exemplo do fato de sermos jovens mulheres cientistas em um meio androcêntrico portador de uma cegueira de gênero (MONK; HANSON, 2016 [1982]) que afeta a aceitação e legitimidade das mulheres na ciência (SILVA; CESAR; PINTO, 2020) e em especial na geografia, ciência a qual estamos atualmente vinculadas.

Como estudantes de Pós-Graduação em Geografia, ao trazermos inquietações pessoais – e coletivas – para nossa abordagem científica, praticamos e produzimos pesquisas consideradas insurgentes, submissas, e ainda muitas vezes vistas como "meio fora de mão" da ciência geográfica (SOUZA; RATTS, 2017), apenas por nos posicionarmos politicamente e por termos sujeitas em desvantagens sociais como centrais e com vozes ativas

em nossos trabalhos, a exemplo das parteiras e de mulheres negras que produzem ciência na geografia, que são sujeitas ativas de construção de saberes em nossas dissertações, e não um "objeto de análise".

Sendo assim, a escrita deste artigo surge após reflexões trocadas pelas autoras no processo de finalização das suas dissertações, em meados de 2022, ao conversarmos, refletirmos e escrevermos sobre como algumas práticas cotidianas e teorias, em especial as latino americanas, podem nos ajudar a entender os imaginários sociais que cercam os valores sobre determinados saberes e corpos, entendemos tais imaginários como resultado de uma série de *imagens de controle* (COLLINS, 2016), em especial a partir do corpo identificado e lido como feminino.

Inicialmente o conceito *imagens de controle* foi cunhado pela autora Patrícia Hill Collins, ao tecer reflexões sobre os imaginários existentes em relação às mulheres negras, a exemplo da mulata, mãe preta e empregada doméstica ou mucama, no Brasil, de acordo com Lélia Gonzalez (1988) ao falar sobre os estereótipos e preconceitos com as mulheres negras. Contudo, também podemos pegar o cerne do pensamento da autora se ampliarmos as imagens de controle para outros imaginários, também provenientes de diferentes colonialidades.

Deste modo, ao pensarmos as espacialidades coloniais que reproduzem o controle social do corpo feminino durante o parto, seja o corpo que está parindo, seja o corpo das mulheres detentoras de saberes subalternizados e tradicionais, podemos enxergar as espacialidades discutidas a partir do rural-urbano, concentrando-se nas grandes cidades, assim como a espacialidade do hospital enquanto instituição reguladora e controladora, do mesmo modo que

o corpo enquanto uma espacialidade mediadora das relações de vantagens e desvantagens no processo do parto.

Tais espacialidades são entendidas como um campo de significados que persistem às múltiplas colonialidades, em especial a de saber, ser e de gênero, como vem pontuando as autoras Luciana Ballestrin (2013), Maria Lugones (2014) e Giovanna Moscatiello (2019), respectivamente uma cientista social, uma socióloga e por fim, uma geógrafa.

Temos então o parto tradicional como uma ação feminista e como uma ruptura com as imagens de controle projetadas sobre as mulheres que, em um padrão moderno, passam de centrais e ativas para uma condição secundária e de pacientes, que necessitam ser tratadas, vendo majoritariamente o parto como um processo cirúrgico, e não "natural/instintivo" de mulheres com útero, representando uma nova tensão entre os discursos e práticas de controle de corpos.

Para tanto, neste trabalho, apresentamos a seguinte organização: após esta breve introdução, para situar o contexto destas reflexões, há um levantamento bibliográfico em artigos, capítulos de livros e anais de eventos sobre os temas/conceitos de: colonialidades, geografia e gênero, geografias feministas, geografia da saúde, parto tradicional e violência obstétrica.

Foram feitas buscas em ambientes virtuais de amplo alcance, onde foram selecionados os textos que apresentavam os temas e conceitos buscados de forma crítica e dialógica entre si, a exemplo do Google Acadêmico e de Anais dos Eventos do Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos - ENG e do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – ENANPEGE, nas suas duas últimas edições.

Posto isto, apresentamos uma revisão literária da Geografia em artigos, capítulos de livros e anais de eventos que abordassem o tema do parto tradicional e das parteiras de forma crítica. A busca deu-se em trabalhos publicados até o final do ano de 2021 e que estão disponíveis de forma gratuita e online.

Conforme as geógrafas Carolina Simon e Bruna Borsoi (2022) os feminismos, a luta, o movimento social e uma ciência crítica são movimentos necessários para a promoção de uma saúde mais igualitária e digna. Identificamos aqui uma análise atrelada às feminilidades por entender que a "[...] corporeidade masculina, principalmente branca, é um traço de opressão histórica para todo os outros corpos, principalmente os não masculinizados" (SIMON; BORSOI, 2022, p. 50).

As geógrafas ainda complementam a importância de uma análise feminista sobre a saúde quando apontam que o feminismo luta pelo direito a existência e a vida, sobretudo a das pessoas mais pobres, as que mais vivenciam as desigualdades sociais.

Para finalizar, apresentamos as conclusões ainda em andamento, por entendermos que nossas inquietações iniciais, ao observamos as espacialidades que constituem o processo do parto por outra perspectiva, não estão sanadas agora - e possivelmente nunca estarão - tendo em vista que o conhecimento não é estático. Porém, gostaríamos de indicar o quanto a geografia, sobretudo as geografias feministas, pode contribuir para um entendimento interseccional sobre a vivência das mulheres, que possuem inúmeras estratégias, saberes e práticas de resistência e existência.

As espacialidades que (re)produzem o controle social do corpo feminino a partir de práticas e imaginários coloniais

No início de 2021 foi publicado o relatório sob responsabilidade da Organização Mundial da Saúde – OMS e outras entidades, para o Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas, sobre violência contra a mulher, estimativas e dados.

O relatório possui nome em inglês[1], mas aqui trazemos uma tradução própria, onde podemos entender por: "Estimativas globais, regionais e nacionais de violência por parceiro íntimo contra mulheres e estimativas globais e regionais de violência sexual por não parceiros contra mulheres". A pesquisa apresenta dados relativos a 161 países e tem seu recorte temporal relativo ao intervalo entre os anos 2000 – 2018.

O relatório apresentado corresponde a maior pesquisa já feita sobre a prevalência da violência contra as mulheres a nível mundial (OPAS, 2021). Conforme dados da OMS e parceiros[2], a violência começa cedo, com jovens de 15 a 24 anos, além de indicar que ao longo da vida, uma em cada três mulheres, ou cerca de 736 milhões de pessoas no mundo, é submetida à violência física ou sexual por considerados parceiros ou não parceiros.

1 Nome em inglês: Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women.

2 O relatório foi desenvolvido pela OMS e pelo Programa Especial de Pesquisa e Desenvolvimento do PNUD-UNFPA-UNICEF-OMS-Banco Mundial e Treinamento em Pesquisa em Reprodução Humana (HRP) para o Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas sobre Violência contra a Mulher, Estimativa e Dados. Este GT inclui representantes da OMS, ONU Mulheres, UNICEF, UNFPA, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD). Vale ressaltar que o relatório teve apoio financeiro por parte do *Foreign, Commonwealth and Development Office* do Reino Unido.

Em 2019, no lançamento de um relatório feito pela ONU Mulheres, intitulado: *O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança*, os dados também demonstram como é recorrente a violência contra as mulheres, pois quase 18%, ou uma a cada cinco mulheres, relataram violências físicas ou sexuais nos últimos doze meses anteriores à pesquisa, ou seja, no ano de 2018.

Na análise regional sobre a América Latina e o Caribe, os resultados indicam que as mulheres estão se casando mais tarde e tendo menos filhos, contudo, algumas negativas ainda permanecem com altos índices, como o casamento infantil e a maternidade na adolescência. Outro dado importante diz respeito à região apresentar o maior número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, em todo o mundo (ONU MULHERES, 2019).

Quando falamos em acesso a bens e serviços públicos coletivos, como saúde, educação, cultura etc., as mulheres possuem acesso restrito, sobretudo, quando marcadores de raça, classe e moradia (rural-urbano) entram em diálogo. Notadamente percebemos a necessidade de se avançar em políticas públicas e na efetivação de leis para o combate e erradicação da violência, que podem, infelizmente, ser múltiplas, contra as mulheres (ONU MULHERES, 2019).

Precisamos deixar nítido que a violência contra as mulheres ocorre de diversas maneiras, pois até mesmo para pensarmos em dados e, consequentemente, em uma política de combate e prevenção, precisamos saber contra o que propriamente estamos lidando, e neste trabalho, focamos na violência obstétrica, ou a violência que as mulheres sofrem durante o parto, como um resultado do controle social sob o corpo feminino.

Primeiro precisamos saber que o combate à violência contra as mulheres diz respeito a todas as mulheres! Sem distinção de cor, sexualidade, religião, classe, idade, identidade de gênero etc., ou pelo menos é assim que deveria ser. Uma leitura que também é apresentada se dá no entendimento que essa violência é uma violência de gênero, articulando a violência obstétrica a outras violências estruturais que as mulheres travestis, trans e cis sofrem, apenas pelo fato de serem mulheres em uma sociedade que as coloca em um lugar desigual se comparada aos homens, em especial os homens brancos.

A cientista social Letícia Andrada (2018) indica que, apesar do esforço de diversas entidades e do movimento feminista, para que sejam erradicados os casos de violência contra as mulheres, ainda é possível identificá-las em inúmeras esferas da vida da mulher e um dos exemplos que a autora apresenta é o caso da violência obstétrica. Para a autora, neste momento, além da romantização e emoção, também devemos pensar de forma política, abordando questões voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, abrangendo realidades além do íntimo e do privado, afetando a saúde da mulher parturiente e do feto, pois:

> No Brasil, a ocorrência da violência obstétrica não é considerada como crime. Apesar disso, a Lei 13.257/2016 assegura a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério com atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei nº

> 13.257/2016 em seu artigo 8º, §8, deixa claro que a gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e ao parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos (ANDRADA, 2018, p. 3).

Ainda conforme a autora, discutir o processo histórico ligado ao parto requer aprofundamento nos pensamentos "[…] relacionadas à construção de gênero, sexualidade, território, realidade sociocultural, econômica, história da medicina, atividade laboral relacionada à saúde, entre outros [...]" (ANDRADA, 2018, p. 5).

No seu trabalho intitulado *O debate da violência contra a mulher no processo e na experiência do parto em Belo Horizonte,* a mesma, ao analisar a fala de quatro parturientes, identifica uma série de violências, como: negação do atendimento à mulher; comentários humilhantes à mulher no que diz respeito à sua cor, idade, religião, escolaridade, classe social, estado civil, orientação sexual, número de filhos; palavras ofensivas até mesmo à sua família; casos de humilhação; e agendamento de cesárea sem recomendação baseadas em evidências científicas, atendendo as necessidades e interesse do próprio médico.

Entre as quatro entrevistadas, uma teve o parto acompanhado em casa e as outras três relataram que as violências vividas têm em comum o fato de o parto ter sido hospitalar e realizado por homens. O que podemos observar neste estudo de caso é a fragilidade entre o vínculo do profissional de saúde e a mulher em situação de parto nos hospitais públicos, enquanto a experiência relatada em casa e com acompanhamento particular foi respeitosa e acolhedora para a parturiente (ANDRADA, 2018).

Ao ampliar a análise, além dos casos, entendemos que a caracterização da violência obstétrica envolve o entendimento do que seria a apropriação do corpo feminino e de processos reprodutivos da mulher pelo profissional de saúde, em especial homens brancos, que muitas das vezes reproduzem tratamentos desumanizados, corroborando para a perda de autonomia da mulher em decidir livremente sobre o seu corpo, o que por sua vez, traz consequências na vida da mulher.

Quando focamos a observação no espaço produtor de violência para as mulheres do estudo de caso de Leticia Andrada (2018), temos a materialidade e a espacialização do hospital que institui uma normativa de controle desses corpos gravídicos por meio de um representante "legal", "qualificado para estar ali", sendo esse o médico que atua a partir de uma perspectiva masculina, tecnológica e dita moderna, tendo em vista que poucas mulheres, historicamente, conseguem adentrar nesses espaços masculinizados.

Antagonicamente, os relatos de nascimentos "alternativos", seja por opção política ou por necessidade, dão-se majoritariamente em um espaço escolhido pela mãe, onde há acompanhamento e os partos normalmente são realizados por mulheres, sejam elas parteiras, doulas, enfermeiras obstétricas etc., indicando uma prática que, diferente da medicina moderna, tenta combinar elementos da medicina holística e natural, juntamente com a perspectiva da mulher parteira na prática do parto.

Alexandra Cassiano *et al* (2016) nos chama atenção a espacialidade onde ocorre o parto cesáreo, sendo este o ambiente hospitalar sob a responsabilidade médica. Para a autora, neste ambiente há o avanço no que diz respeito ao controle e redução da mortalidade materna e fetal. Porém, há insatisfação feminina em

relação à assistência humanizada e a promoção da autonomia sobre seu próprio corpo, desta forma, faz-se necessário um olhar crítico-reflexivo sobre esta violência institucionalizada praticada contra as parturientes que se materializa em espaços específicos.

Outra espacialidade importante que associamos a partir da reflexão apresentada pela autora se dá na própria origem espacial da instituição hospitalar, seja pensando em grandes centros urbanos, em regiões nacionais, mas também em países de um mesmo continente ou de continentes diferentes.

Diferentes espacialidades representam diferentes influências no parto, ainda pensando na mortalidade materna, identificamos a mesma como uma das mais graves violações aos direitos humanos das mulheres, sobretudo quando sabemos que 92% dos casos poderiam ter sido evitados além de ocorrer em especial nos países em desenvolvimento, conforme o Ministério da Saúde (2007), onde:

> Um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde estimou que, em 1990, aproximadamente 585.000 mulheres em todo o mundo morreram vítimas de complicações ligadas ao ciclo gravídicopuerperal. Apenas 5% delas viviam em países desenvolvidos. Nas Américas, essa disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento fica mais evidente quando vimos que o Canadá e os Estados Unidos apresentam valores inferiores a nove óbitos maternos para 100.000 nascidos vivos, países como a Bolívia, o Peru e o Haiti chegam a mais de 200 óbitos. Em toda a América Latina, cerca de 28 mil mulheres morrem por ano devido a complicações na gravidez, no parto ou no puerpério. A grande maioria desses óbitos poderia ser evitada se as condições de saúde locais fossem semelhantes as dos países desenvolvidos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, p. 9).

Aproximadamente uma década depois a mortalidade materna ainda é alarmante em países como o Brasil, tidos como em desenvolvimento. Para a médica Julia Dias, *et al* (2015) ainda se trata de um problema de saúde pública global, podendo ser utilizado como um parâmetro para a compreensão da análise sobre a saúde das mulheres, o que por sua vez identificamos como tendo forte relação com a dimensão geográfica da sua experiência.

Vale ressaltar que a violência institucionalizada ao parto vem sendo associada à precarização da saúde, algo que o movimento feminista tem denunciado desde a década de 1980, tendo pesquisas acadêmicas a partir dos anos de 1990 (CASSIANO, *et al,* 2016).

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) ocorre a partir da Constituição de 1988, inaugurando no Brasil o entendimento da saúde pública como um dever e um direito que deve ser garantido a todas e todos, entretanto, por meio do liberalismo que busca o sucateamento das instituições públicas para vender que o privado é melhor, os índices a diversas violências ao quais as mulheres estão passíveis durante o parto só tendem a aumentar.

As colonialidades com diversos imaginários e modelos ditos como modernos possibilitam a dominação pelo poder simbólico, do ser e do saber do parto tradicional e dos corpos e saberes femininos, em detrimento do conhecimento científico da medicina moderna. Sendo assim, consideramos que:

> [...] as mulheres estão em uma dupla relação de poder, como pacientes e como pessoas do sexo feminino, a qual soma-se a discriminação racial, socioeconômica e a tolerância da violência como uma prática que dispensa a impunidade daqueles que à cometem (CASSIANO, *et al*, 2016, p. 472).

Já os advogados Maiquel Wermuth, Paulo Gomes e a advogada Joice Nielsson (2016) ao falarem sobre a violência obstétrica contra parturientes, apresentam tal prática como resultado da excessiva medicalização do parto, que por sua vez submete "[...] a gestante a um processo de absoluta invisibilização em decorrência do saber-poder médico que lhe é imposto, nos moldes da filosofia foucaultiana" (p. 87).

Os autores fazem um extenso levantamento bibliográfico sobre a temática, reconhecendo a existência de sete formas de violências obstétricas, sendo estas:

1) Peregrinação em busca de leitos em hospitais e maternidades;
2) Impedimento da presença do acompanhante escolhido pela parturiente;
3) Procedimentos/manejos que incidam sobre o corpo da mulher causando dor ou danos físicos (como indução do parto mediante administração do hormônio ocitocina por conveniência médica, sucessivos exames de toque por pessoas diferentes, corte vaginal – episiotomia –, imobilização de braços e pernas);
4) Ações verbais que causam humilhação e provoquem sentimentos de inferioridade e medo;
5) Cesariana sem indicação clínica e sem autorização da parturiente;
6) Impedimento ou retardo do contato da mãe com o bebê logo após o nascimento, por conveniência institucional;
7) Impedimento do aleitamento materno por conveniência institucional.

Um paralelo sobre diferentes formas de controle social sobre o corpo de mulheres é possível entre as práticas sexistas e racistas, que operam de modo semelhante ao estabelecer a hierarquização das vidas humanas a partir de diferenças biológicas e leituras sociais de determinados corpos como instrumentos de uma biopolítica (referência entendida pelos autores a partir de Foucalt), assim indicado pelos autores (WERMUTH; GOMES; NIELSSON, 2016).

A geógrafa feminista Sofia Zaragocin (2018a) indica que as mulheres experenciam múltiplas formas de violência em suas territorialidades e espacialidades através de seus corpos e até mesmo de seus órgãos, dando luz ao que a autora apresenta enquanto a *geopolítica do útero*. A contribuição da geógrafa sustenta-se na interseção de temas da geopolítica feminista anglo-saxã e do feminismo decolonial, ou latino americano, ao analisar as colonialidades relacionadas à morte lenta de espaços-corpos.

A autora, mesmo que em outro contexto latino, tendo em vista que a mesma é equatoriana, também reflete sobre o projeto territorial racializado e sexualizado das colonialidades, pois, para ela, o processo colonial da morte lenta de espaços-corpos é marcado por uma característica espacial e corpórea notável, a exemplo do parto tradicional, que ocorre nitidamente em espacialidades distintas do saber médico moderno, e também se relaciona com culturas específicas, indicando que as colonialidades vistas por meio dos saberes médicos modernos representam uma morte lenta coletiva, seja fisicamente ou culturalmente.

O que podemos identificar ainda na teoria desenvolvida pela autora, é que a violência de gênero contra as mulheres envolvidas no parto tradicional (as parturientes e as detentoras de saberes subalternizados) localiza-se majoritariamente em grandes centros

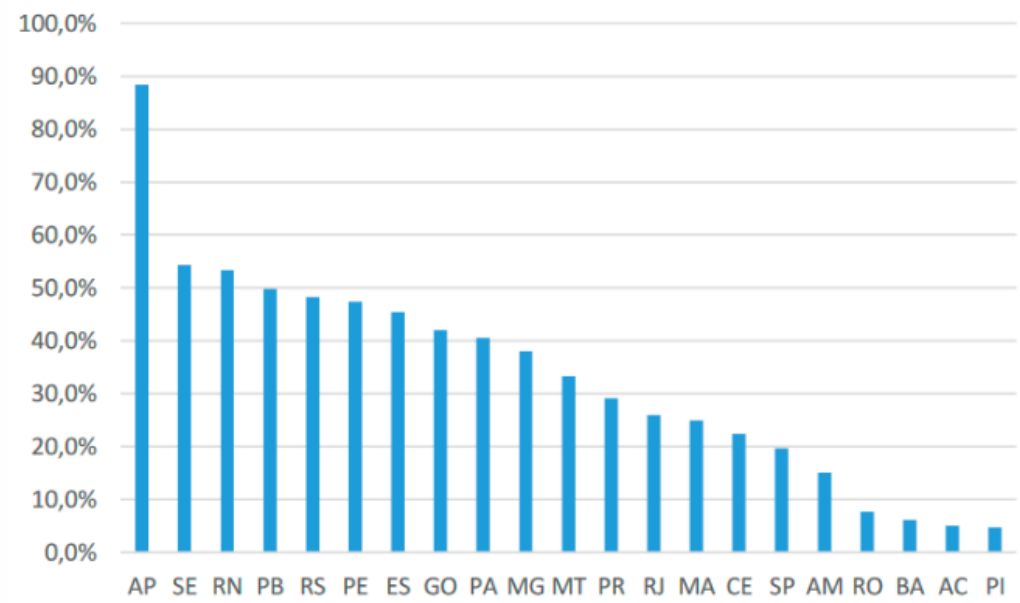
urbanos, mais especificamente em hospitais, vistos também como lugares modernos, e aqui acrescentamos, como lugares de violências coloniais e espaciais exercidas contra os corpos femininos.

Segundo o geógrafo Ricardo Dantas (2021) em entrevista concedida ao *Site Outras Palavras*, na categoria intitulada *Outra Saúde*, aponta a existência do G100, grupo que reúne os 112 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes, que somam o seu grande porte populacional a alta vulnerabilidade, muitos com déficit preocupante de serviços públicos básicos. De acordo com o *Site,* o grupo é uma grande vitrine da complexidade da saúde nacional.

Por meio do *Projeto Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde,* promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), há uma valoração da dimensão espacial para a leitura e compreensão do SUS, levando-nos ao entendimento que não existe apenas um SUS. De acordo com Ricardo Dantas (2021) "há muitos SUS, no sentido de que o SUS aqui é de um jeito, ali, de outro" (página *online*).

Para o geógrafo é importante entendermos sobre os deslocamentos que as pessoas precisam fazer para terem acesso digno a um direito básico de saúde pública e de qualidade, chamando nossa atenção para observar como é grande a concentração da oferta de serviços públicos de saúde, sobretudo os especializados, nas capitais, vide gráfico 01.

Gráfico 1: Residentes buscam equipamentos de saúde concentrados nas capitais.



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS/ DATASUS).

Temos neste momento a concepção do hospital como um espaço heteropatriarcal e colonial, onde os Estados nações apresentam e projetam o modelo da modernidade como ponto a ser alcançado, ainda que na prática represente a violência e morte lenta para determinados corpos, espacialidades e saberes.

Neste sentido, indicamos nesta seção sobre a necessidade de alcançarmos uma *geografia encarnada* (SILVA, 2020), que valorize corpos de pessoas subalternizadas, seja por quais motivos forem, a exemplo da sexualidade, identidade de gênero, raça, idade, capacidade física etc., pois só assim poderemos pensar em outras relações socioespaciais que transcendam as práticas coloniais, contribuindo para o fim de múltiplas violências contra as mulheres.

A presença da reflexão feminista na geografia, em especial da geografia feminista decolonial, nos permite a compreensão de uma outra espacialidade de suma importância durante o processo do parto, identificada a partir do corpo feminino, novamente em duas ações, a do parir e a do saber promovido por parteiras, doulas e enfermeiras obstétricas, tendo em vista que majoritariamente tais profissões são associadas a mulheres.

A geógrafa Natália Alves e os geógrafos Mateus Fachin e Raul Guimarães (2019) nos convidam a refletir sobre os corpos femininos enquanto espaços que fazem a mediação das relações de poder estabelecidas no "[…] processo de saúde-doença" (p. 9).

Dito isto, o processo saúde-doença é compreendido como o resultado de múltiplos determinantes que variam conforme tempo e espaço, a exemplo da leitura material e espacial do corpo que ao ler lido elucida diferentes imaginários de gênero, raça, sexualidade, idade, origem espacial, etc.

A geógrafa e os geógrafos apontam a importância das geografias feministas e de gênero para o entendimento das desigualdades sociais que influenciam no consumo e produção de espaços que fazem parte do processo saúde-doença. Onde o corpo passa a ser o espaço material que irá marcar os privilégios ou as desigualdades para diferentes grupos sociais, onde:

> [...] esta relação é importante, pois implica em promover uma reflexão crítica sobre as questões de dominação, o que se concretiza no conhecimento da sexualidade, do corpo e da reprodução, sendo considerado estratégico para a obtenção da liberdade/autonomia feminina em todos os níveis (ALVES; FACHIN; GUIMARÃES, 2019, p. 13).

Tal reflexão é tida ainda com muito enfrentamento por uma geografia considerada clássica ou hegemônica, tendo em vista que o reconhecimento da autodeterminação sobre cada corpo e do próprio corpo como um espaço simboliza o rompimento com a concepção dual e dominante que vigora na Geografia, onde o corpo é tido como não espacial, de acordo com o geógrafo Raul Guimarães (2019).

O parto domiciliar como prática de um saber feminista resistente as espaçialidades de violência contra a mulher

Com o objetivo de refletirmos sobre o parto domiciliar como uma prática essencialmente feminista, indicamos que não necessariamente haverá um reconhecimento e identificação das mulheres que protagonizam tais práticas de resistência como sendo parteiras/mulheres feministas, o que queremos indicar com tal afirmação é que ao ter majoritariamente mulheres como as protagonistas do seu movimento, e com as práticas e saberes passados via oralidade e por diferentes gerações, objetivando uma outra forma de estar e vir ao mundo, temos uma ação feminista.

Essa ação feminista protagonizada pelas parteiras, neste caso, não pode ser vista como algo da *essência* das mulheres, ainda que seja considerado um dom, partindo da premissa de mulheres associadas de forma biológica ao cuidado, a sensibilidade, carinho e emoção. O que observamos, de acordo com a literatura consultada e com alguns estudos de caso, apresentados neste artigo, refere-se a escolha política e necessidade de partos domiciliares, indicando que essa ação feminista é produtora e produto de uma rede de apoio, solidariedade e vivência coletiva, em especial entre mulheres.

Na medida em que observamos o forte enaltecimento de um ofício que é realizado especialmente por mulheres, bem como, entrelaçado com a valorização de um saber tradicional que é passado e praticado por um corpo específico, sendo o conhecimento sobre o nascer, o parto no âmbito domiciliar pode ser, então, discutido como uma prática feminista.

Nos apoiando na obra *Geografias subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades,* organizado por Joseli Maria Silva, em 2009, considerado um clássico das temáticas das diferenças e diversidades na geografia nacional, emprestamos este termo para abordar a temática desta reflexão, ou seja, as narrativas negligenciadas aos olhos da geografia, a exemplo das sujeitas aqui apresentadas, lidas como: parteiras, comadres, algumas vezes "bruxas", outras "santas".

Em outros termos, temos tal prática associada às mulheres cujos saberes remontam a uma ancestralidade que não pode ser traduzida apenas por técnicas e por registros, mas sim, por sua ligação com o "dom divino", bem como, na potencialidade do parir domiciliar como sendo uma prática de resistência e estratégia de construção de autonomias socioambientais, em detrimento da racionalidade moderno-colonial.

Joseli Silva (2009), ao discorrer sobre as geografias feministas, nos alerta para as temáticas negligenciadas pelo saber científico hegemônico, bem como, para o desafio das/os geógrafas/os em abraçar sujeitas/os e narrativas que estãofora dessa produção da universalidade do saber geográfico. A geógrafa feminista nos deixa de sobreaviso ao fato de sermos herdeiras/os de um modelo científico eurocêntrico, neutro e heternormativo, do mesmo modo que é

enfática ao afirmar a importância de desconstruirmos tais barreiras propondo novas discussões geográficas. Nas palavras da autora:

> Desde a década de 1970 há uma produção científica que questiona a ausência das mulheres na ciência geográfica, e ela se aprofundou nos anos 1980 e 1990, com a incorporação da interseção de categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidades (SILVA, 2009, p. 55).

Na historiografia geográfica silenciada encontramos a invisibilidade das parteiras rurais/tradicionais. Por vezes consideradas como deusas, bruxas, comadres, são mulheres cujos saberes foram sendo repassados à outras mulheres, tecendo, assim, uma rede de solidariedade, apoio, acolhimento e reciprocidade entre o grupo feminino, durante o processo de gestação, parto e puerpério. Todavia, enquanto tais práticas foram projetando-se, em especial no espaço rural ou intraurbano, tais saberes também eram subordinados a crescente valorização da medicina moderna.

É interessante apontar que na lógica das práticas tradicionais, o parto realizado por parteiras (locais/tradicionais/rurais), por mais que não se apresente ou seja reconhecido pelo termo, se parece muito com o que chamamos hoje de parto humanizado. O que por sua vez mostra a capacidade interdisciplinar de se debater tal tema, contudo, novamente entre as ciências da saúde e humanidades, mas em especial na Geografia, aqui analisada, trata-se de um assunto pouco abordado, resultado de invisibilizações epistemológicas.

Deste modo, ao trazermos as parteiras para o cerne do debate, faz-se necessário tecer algumas breves considerações sobre as

mesmas e sobre a realização de partos no Brasil. Até meados do século XIX o parto era um evento domiciliar, feminino e, depois desse período, passa a ser um "[…] assunto médico, e, como tal, alvo de processos de normatização, registro e de formação, marcado pela crescente hospitalização" (TORNQUIST, 2005, p. 63).

De acordo com a médica Elisabeth Vieira (2002), mais do que um assunto médico, isso representa a tomada do corpo feminino como objeto de intervenção dentro de uma ideologia sexista e sobretudo, moderno-colonial. Para a historiadora Luciana Santos (2016) com o surgimento da medicalização do parto, a ação feminina e feminista da parteira passou a ser uma atividade formal, profissionalizada e masculina, que de acordo com o discurso médico, se faz necessário estar cercado/a de qualificações e certificações para exercer o ofício de partejar.

Maria Aires (2005) aponta que os saberes "informais", construídos por atores subalternizados que não estão inseridos no contexto da sociedade científica e tecnológica, onde o conhecimento é hegemônico e institucionalizado, vivenciam outra relação com tais práticas. Um exemplo que a autora apresenta refere-se as parteiras que veem a importância do processo do nascimento para a mulher e para o bebê, praticando uma ética feminista e do cuidado, onde:

> Ao valorizar sobremaneira o corpo da mulher, assim como o evento ritualístico do processo do parto, atribui um significado especial ao fenômeno da gestação, parto e puerpério, indicando modos diferentes de tratar o mesmo fenômeno: de um lado, as parteiras, seus saberes adquiridos na prática e o uso de técnicas e artefatos simples, e de outro, os cuidados hospitalares e o uso de aparelhos tecnológicos sofisticados, muitas vezes considerados invasivos (AIRES, p. 1, 2005).

Tem-se então a passagem de uma prática cultural e coletiva que acontece no cotidiano, muitas vezes familiar, para a hospitalização, individualidade e institucionalização do parto, prescrito pelo discurso médico moderno. E do mesmo modo que Elisabeth Vieira (2002) aponta sobre a tomada de controle e intervenção do corpo feminino, observamos uma disputa por narrativas, saberes, formas de ser e estar no mundo.

O hospital aqui é tido como a instituição hegemônica que hierarquiza outras práticas, culturas e lugares. Portanto, a relação de poder entre os saberes tradicionais e específicos se inicia, onde o hospital é a porta voz de uma prática e de um saber médico, científico e racional. Contudo, não são apenas imaginários que se formam em tais ambientes, o hospital passa a ser um lugar com marcas espaciais desiguais a partir de suas exigências, onde:

> A idade mínima exigida era de 16 anos, era preciso saber ler, escrever e apresentar um atestado de bons costumes (...). Outras exigências feitas para se matricular no curso de partos, segundo Noélia Alves de Sousa: "Em primeiro lugar, a exigência da alfabetização excluía grande parte das parteiras em exercício, que eram analfabetas. Em segundo, o pagamento da taxa de matrícula provocava o afastamento das mulheres pobres. E, por último a questão do atestado de bons costumes acabava por completar a exclusão das parteiras leigas, haja vista que a maioria delas era alvo da discriminação por serem não apenas pobres, analfabetas, negras, mulatas, libertas, como também suspeitas do homicídio de nascituros e aborteiras" (SANTOS, 2016, p. 20,).

Dependendo do local onde se almejava estudar o curso de parto, outras barreiras ainda eram impostas, a exemplo da

Universidade de Manaós, atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que no início do século XX aplicava um exame para seleção contendo as seguintes provas: português, francês, aritmética, geografia geral e do Brasil e história do Brasil (SANTOS, 2016).

Notadamente sabemos que tais barreiras eram empecilhos para determinadas pessoas, enquanto para outras, não. Historicamente ao homem, enquanto sujeito social, é permitido transitar por diversos espaços públicos, galgar cargos de liderança e ir atrás de seus sonhos. Já para a mulher, o espaço privado a limitava de inúmeras possibilidades de aprendizados e trocas, o que contribuía, por sua vez, para que as mesmas não passassem nos critérios de seleção estabelecidos por diversas instituições.

Nesse momento, os médicos, em grande maioria homens brancos, buscam pelo controle sobre as práticas dos saberes sobre o corpo feminino, prática protagonizada, até então, por corpos femininos, com ações diferenciadas permeadas por saberes de ervas, rezas e poderes de cura, as chamadas parteiras.

Quando a ciência médica institui novos saberes e práticas sobre o corpo, o parto e o nascimento, legitimados pela cientificidade, ocorrem alterações em seus imaginários e valores. A partir da incorporação de novos procedimentos, do uso de materiais e de um conjunto de informações fundadas nos conhecimentos da medicina moderna, o padrão moderno desejado passa a ser o de um parto hospitalar, o que por sua vez, acaba com a prática feminista de solidariedade, rede de apoio e acolhimento, que era exercido pelas mulheres nos partos tradicionais.

Essas práticas e saberes feministas do cuidado da saúde reprodutiva da mulher são tensionadas junto ao saber científico da modernidade, devido à ciência médica que instituiu novos

imaginários e valores sobre o corpo, o parto e o nascimento, legitimando assim um novo modelo para ser, estar e vir ao mundo.

Para a autora Betina Piovesan (2019) o mesmo ocorre com os movimentos eco/ambientalistas/animalistas de defesa da natureza, pois ao se promover a preservação e a valorização dessas formas de vida, há uma ruptura com as regulações estatais de um "[...] sistema extrativista capitalista neoliberal que visa exclusivamente ao lucro, para tanto, inicialmente demonstra-se a permanência da colonialidade do poder, do saber, do ser e de gênero sobre o direito" (PIOVESAN, 2019, p. 9), e aqui complementamos, sobre o direito de decisão em relação ao seu próprio corpo e escolha sobre como trazer ao mundo uma nova vida.

Considerando as práticas de colonialidades (poder, saber, ser e gênero) que a autora traz à tona, observamos que tais alianças fundam o projeto de modernidade com suas dicotomias hierarquizantes, perpetuando inúmeras violências que são intensificadas à medida que outros marcadores sociais vão sendo acumulados, a exemplo da origem locacional, raça, classe, sexualidade, idade, capacidade física etc.

A parteira, ao longo do tempo histórico, teve seu saber subordinado à medicina e as mulheres conhecedoras do ofício foram aos poucos sendo "capacitadas". A tecnificação, no entanto, teve uma crescente através das enfermeiras obstetrizes e, recentemente, o retorno dos atendimentos domiciliares com doulas. A diferençaentre essas é a "qualificação" seguindo os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Caíque Zapata (2018) em matéria publicada no *Site Estadão*, sob o título *O que faz uma doula? Não é parteira nem enfermeira obstetra* indica que muitas vezes há uma confusão entre

doulas e parteiras. A doula dá apoio emocional e pode sugerir técnicas não medicamentosas ou exercícios para alívio da dor, além de acompanhar a gestante, muitas das vezes, antes, durante e depois do parto.

Todavia, à doula existe um limite da sua atuação profissional, tanto de forma médica quanto de forma ética, não cabendo à ela a função de realizar partos e exames, procedimentos cirúrgicos ou até mesmo receitar medicamentos. É necessário destacar que a atuação das doulas se dá de forma multidisciplinar.

A principal diferença entre doula e parteiras, de acordo com o *Site Doula Brasil* (2020) é que a parteira está apta a realizar exames clínicos durante a gestação, parto e no pós-parto, estando ainda capacitada para atender o parto normal sem complicações.

Apenas quando reconhecemos que uma ciência se estrutura pela ação de pessoas, de seus instrumentos de pesquisas, ideologias, culturas e assim por diante, é que podemos conceber que existem muitas formasde conhecimento e, deste modo, é possível afirmar que há muitas epistemologias possíveis no processo de pesquisa, ou "na ação de conhecer" (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 13), contribuindo para o reconhecimento e legitimidade de uma pesquisa como essa ser abordada na Geografia.

Joseli Silva (2009) traz uma sistematização de fácil compreensão da disposição dualista em que o conhecimento científico é estruturado. De um lado, a masculinidade é identificada por adjetivos tidos como importantes e racionais justificando, portanto, sua condição de poder. Do outro, o ser feminino é tido como submisso, próximo ao natural no sentido pejorativo e, portanto, não apto a estar no centro de discussões científicas, onde as mulheres são

colocadas automaticamente em posição de debilidade frente à definição racional e de força do seu oposto masculino.

O ato de partejar, como prática feminista, tem o poder de valorização do ofício de parteira, bem como dos saberes femininos em torno desse processo, sendo um resgate ancestral e uma forma de resistência ao domínio e a condição de submissão das mulheres. Poderíamos considerar esta modalidade de parto como subversiva, que assusta a sociedade que nos ensina a sermos disciplinadas, onde o método seguro é aquele indolente, controlável, medicalizado e hospitalocêntrico.

Retornando a geógrafa Natália Alves e os geógrafos Mateus Fachin e Raul Guimarães (2019) o corpo entendido enquanto espaço demanda uma concepção atualizada do entendimento geográfico preocupado com as questões de saúde-doença para a formulação de políticas públicas voltadas à saúde do mesmo modo que se importa com a qualidade de acesso das pessoas a tais bens públicos.

É neste sentido que uma Geografia preocupada com a saúde coletiva e de qualidade que privilegia a participação de sujeitas/os sociais em suas formulações, que estudos sobre a vida e para a vida digna devem ser levados em consideração na ciência geográfica capaz de articular a experiência do que proposto ao que é vivenciado por diferentes corpos no debate da saúde, aqui em especial visto pelas mulheres participantes do processo do parto.

Conforme o geógrafo Raul Guimarães (2019) ao nos envolvermos com temas dos tidos como marginalizados ou excluídos, uma ruptura é praticada com a geografia que nega o direito de voz ativa de sujeitas/os sociais, intensificando o debate crítico “acerca da

ordem sistêmica da saúde pública cuja norma é estabelecida pelos grandes agentes" (p.121).

Tais ponderações nos trazem novamente ao encontro das parteiras e do ato de partejar, que quando observados pelo conhecimento científico vigente e pela normatização oficial (BRASIL, 1996, p. 9) compreende-se: "[...] o parto domiciliar realizados por parteiras tradicionais, muitas vezes em condições precárias, sem nenhum preparo e supervisão do Sistema de Saúde, tem sido a realidade. Essa assistência deve ser melhorada".

Ou seja, mesmo a OMS reconhecendo a assistência prestada pelas parteiras tradicionais, ainda assim, as relega a um papel subalterno. Essas mulheres são inescusáveis em lugares onde há lacunas deixadas pela saúde pública, mas em contrapartida, consideram a necessidade de serem treinadas pelo órgão oficial de saúde, obedecendo aos critérios de registro, técnica, normas, medicalização e intervenções mais arriscadas pela transformação do parto em cirurgia.

Na prática, as parteiras tradicionais têm técnicas próprias que fogem à lógica da medicina moderna, tendo uma forte ligação religiosa com o sobrenatural. Seus saberes remontam a uma lógica simbólica que vai além da modernidade. Para as parturientes, as parteiras, comadres, conhecedoras do saber "pegar crianças", fazem antes de tudo um trabalho social, ligado ao dom divino intervindo pouco no corpo gravídico e dando a parturiente apoio emocional.

De acordo com Claudioney Guimarães *et al* (2020) ao fazerem uma pesquisa com as parteiras e seus cenários, indicam que:

> Todas têm em comum a sabedoria, a força e alegria de acompanharem e assistirem diversos partos e se alegrarem com o choro do bebê, que representa o nascimento de seus "filhos de umbigo", como afirmam. Por isso, são também chamadas de "mães velhas". [...] Talvez esse seja um dos elementos que compõem o leque de retribuições pessoais, a alegria de ver a vida em sua essência, desde a formação até o nascimento e crescimento. Mas nem tudo são flores, muitas dificuldades permeiam a atuação das parteiras, atingindo-as particularmente ou a todas, enquanto categoria e grupo social. No entanto, a fé perpassa e está presente no cotidiano dessas personagens (GUIMARÃES *et al,* 2020, p. 30).

Dialogando agora com as teorias e práticas do bem-viver[3], trazemos novamente a autora Maria Aires (2005), que ao falar sobre a arte de partejar nos lembra que essas mulheres se organizam normalmente em pequenas comunidades e formam uma rede de sociabilidade. Neste espaço uma ajuda à outra, e a moeda de troca não é o dinheiro, mas sim, a solidariedade.

Ao reconhecermos essa forma alternativa de organização socioespacial, estamos indicando também que outras formas de autonomia social, cultural e ambiental são possíveis, em especial no caso aqui analisado, via parto tradicional, que também possui outra forma de ser e se relacionar com a natureza e com a estrutura social moderno-colonial.

O pagamento para a manutenção dessa rede feminista de solidariedade é feito sem que haja a necessidade de contratos, assinaturas e reconhecimentos, premissas básicas do capitalismo, é o que a autora apresenta como "[…] um outro modo de viver que não

3 O bem-viver aqui é entendido como um movimento de contestação a paradigmas coloniais, econômicos e políticos.

se enquadra na modernidade colonial capitalista" (AIRES, 2005, p. 5).

Desta forma, o feminismo decolonial é fundamental para uma geografia feminista que se preocupe em reconhecer a voz de outras sujeitas. A geógrafa Sofia Zaragocin (2017) ao falar do feminismo decolonial indica que o mesmo se dá no reconhecimento da sua diferenciação de um feminismo ligado à modernidade e que reproduz universalizações e essencialismos do ser mulher. O feminismo decolonial, assim como a teoria decolonial, busca a construção de conhecimentos que rompam com a colonialidade, fruto da modernidade, através de práticas e epistemes fora dos cânones ocidentais.

Para a intelectual, tal debate requer uma imaginação altamente geográfica, pois é necessário valorizar os espaços de hibridismos teóricos através da criação de espaços imaginários decoloniais, a exemplo de nomenclaturas como *Abya Yala*, *América Latina*, o *Sul Global*, enquanto espaços materiais e metafóricos para uma luta epistêmica.

O feminismo decolonial situa-se como aliado a saberes e agentes sociais subalternizados, em especial as mulheres, na medida em que seus fundamentos teóricos e práticos buscam a superação das colonialidades, desta forma, o feminismo decolonial trabalha de forma interseccional ao se preocupar com múltiplas desigualdades que recaem sobre as mulheres da América Latina, a exemplo da raça, do seu local de origem, idade, sexualidade, religião etc.

Em uma apresentação de um dossiê especial sobre decolonialidade na América Latina, Sofia Zaragocin (2018b) discorre sobre a necessidade de ontologias espaciais que representem sujeitas/os marginalizadas/os. Para a autora, a geografia crítica da

América Latina, apesar de ter heranças coloniais bem presentes, está fazendo uma chamada para a descolonização da geografia, sendo o feminismo decolonial um dos responsáveis pela denúncia de visão masculina, androcêntrica e racista na geografia.

Considerações em andamento

Diante das nossas breves exposições, concordamos com as autoras e autoressobre a nossa incumbência perante a produção de conhecimento, o qual deve ser expandido e transparente. Assim, nos colocamos enquanto pesquisadoras, como mulheres que se inspiram, leem e refletem com outras mulheres e suas experiências de parto e cuidado entre si.

Entendemos que essas relações do modo de nascer, sejam pelas práticas médicas, sejam pelas práticas das parteiras tradicionais, doulas, enfermeiras obstetras etc., são todas formadas em relações de poder sobre o direito, a escolha e a tomada de decisão sobre o seu próprio corpo, no caso das mulheres. Cabe frisar que não estamos fazendo juízo de valor sobre os modos de parir/partejar, mas sim, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar esses outros saberes no campo da geografia.

Desse modo, consideramos a necessidade de nos posicionarmos dentro da produção do conhecimento, bem como, abrir espaço para a discussão no que se refere às parteiras, ao parto domiciliar e/ou parto humanizado através do olhar da geografia, que é tão rica em conceitos e possibilidades epistemológicas.

Ao partir do entendimento que tanto as parteiras como as suas práticas podem ser interpretadas como um movimento de

resistência às colonialidades que projetam e hierarquizam diferentes valores, saberes e modelos, identificamos por meio da literatura o quanto as geografias feministas têm a contribuir para uma análise interseccional que valorize sujeitas, saberes, culturas, mas que também não se esqueça das espacialidades onde tais fenômenos estão ocorrendo.

Finalmente, defendemos a valoração de tais sujeitas e saberes para a construção de uma sociedade do bem-viver como sendo subversiva, contra hegemônica, despatriarcalizada e decolonizada, o que por sua vez precisa estar aliada às práticas e teorias feministas decoloniais.

Referências

AIRES, Maria. O direito à arte de partejar. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 43, p. 1 – 10, 2005.

ALVES, Natália Cristina; PEDROSO, Mateus Fachin; GUIMARÃES, Raul Borges. Corpos que falam: Interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 09 - 24, 2019.

ANDRADA, Letícia Vulcano. O debate da violência contra a mulher no processo e na experiência do parto em Belo Horizonte/MG. *Simpósio Gênero e Políticas Públicas,* v. 5, n. 1, p. 326 - 340, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89 – 117, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Assistência ao parto normal: um guia prático*. Brasília, 1996.

CASSIANO, Alexandra do Nascimento, et al. Expressões da violência institucionalizada ao parto: Uma revisão integrativa. *Enfermería Global*, v. 15, n. 4, p. 452 - 489, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99 - 127, 2016.

DIAS, Julia, et al. Mortalidade materna. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 25, n.2, p. 173 – 179, 2015.

DIEGUEZ, Flávio. Uma viagem pela complexa geografia do SUS. *Outra Saúde*. 2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasaude/uma-viagem-pela-complexa-geografia-do-sus/. Acesso em: 21 de julho de 2022.

DOULA BRASIL. *Parteira X doula*. 2020. Disponível em: https://doulabrasil.com.br/doula/parteira-versus-doula-principais-diferencas/. Acesso em: 21 de julho de 2022.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133 - 141, 1988.

GUIMARÃES, Claudioney, et al. Parteiras e seus cenários: ensaios e relatos sobre a arte de partejar. In: LAGES, Micaelle, VALLE, Isabella (Orgs.). *Parteiras tradicionais:* Conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde, p. 28 – 44, 2020.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde Coletiva e o fazer Geográfico. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, n. 41, p. 119 - 132, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7 - 41, 1995.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 2014, v. 22, n. 3 [Acessado 24 Julho 2022] , pp. 935-952. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual dos Comitês de Mortalidade Materna.* 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comites_mortalidade_materna_3ed.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2022.

MOSCATIELLO, Giovanna. Decolonialidade e Gênero:

Contribuições teóricas para um debate decolonial-feminista na geografia. In: *Anais de evento - XII ENANPEGE:* São Paulo, 2 a de setembro de 2019, p. 1 – 12.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). *Geografias feministas e das sexualidades:* Encontros e diferença. Toda Palavra, Ponta Grossa, p. 31 – 54, 2016 [1982].

ONU MULHERES – BRASIL. *Novo relatório da ONU Mulheres apresenta diagnóstico sobre arranjos familiares no mundo e recomendações para agenda política para acabar com a desigualdade de gênero nas famílias.* 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/novo-relatorio-da-onu-mulheres-apresenta-uma-agenda-politica-para-acabar-com-a-desigualdade-de-genero-nas-familias/>. Acesso em: junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Devastadoramente generalizada:* 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: junho de 2021.

PIOVESAN, Betina. Ecofeminismo para a decolonização e despatriarcalização do direito: Caminhando para o bem viver. *I Colóquio de direto e diversidades "a defesa dos direitos em tempos de crise"*, p. 9 - 11, 2019.

SANTOS, Luciana Guimarães. *A arte de partejar*: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970 – 2000). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Amazonas, 2016, 169p.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias Subversivas:* Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 55 - 92, 2009.

SILVA, Joseli Maria. 2020. *Por uma Geografia encarnada: Corporalidades e poder* (2h 20m). Publicado pelo canal Pet Geografia UFGD. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-

xEnf18&ab_channel=PETGeografiaUFGD. Acesso em: 5 de maio de 2022.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Geografias feministas e pensamento decolonial: A potência de um diálogo. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Diálogos Ibero- Latino-Americanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 11-30, 2017.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: Apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs). *Análises geográficas sobre o território brasileiro:* Dilemas estruturais à Covid-19. Editora UNIFAL – MG, p. 14 - 29, 2020.

SIMON, Carolina; BORSOI, Bruna. Uma Geografia para todas as saúdes:: feminismo como direção para promoção da saúde. *Metodologias e Aprendizado*, v. 5, p. 49 - 66, 2022.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTS, Alex. Escritas e Inscrições de Geógrafas Negras. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). *Diálogos-Ibero-Latino-Americanos Sobre Geografias Feministas e das Sexualidades*. Ponta Grosa: Toda Palavra, p. 151 - 166, 2017.

TORNQUIST, Carmen. Parteiras populares: Entre o folclore e a escuta. *Revista Gênero*, v. 6, n. 1, p. 61 – 80, 2005.

VIEIRA, Elisabeth. *A medicalização do corpo feminino*. Editora Fiocruz – RJ: 1º edição, 2002. 84p.

WERMUTH, Maiquel; GOMES, Paulo; NIELSSON, Joice. Uma análise biopolítica do parto e da violência obstétrica no Brasil. *Universitas Jus*, v. 27, n. 2, p. 87 – 101, 2016.

ZAPATA, Caíque. O que faz uma doula? Não é parteira nem enfermeira obstetra. *Estadão*, 2018. Disponível em: https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/o-que-faz-uma-doula-nem-parteira-nem-enfermeira-obstetra#:~:text=Doula%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20parteira%20tampouco,exerc%C3%ADcios%20para%20al%C3%ADvio%20de%20dor. Acesso em: 18 de julho de 2022.

ZARAGOCIN, Sofia. Feminismo decolonial y buen vivir. In: VAREA, Soledad; ZARAGOCIN, Sofía (Orgs). *Feminismos y buen vivir:* Utopías descoloniales. Ecuador. p. 17 – 25, 2017.

ZARAGOCÍN, Sofía. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial em espacios de muerte lenta. In: HERNANDEZ, Delmy; JIMÉNEZ, Manuel (Orgs). *Cuerpos, territorios y feminismos*, Equador, p. 81 – 97, 2018a.

ZARAGOCIN, Sofía. Hacia una reapropriacion de la geografía crítica em América Latina: presentacion del dossier. *Íconos, Revista de Ciências Sociales*, n. 61, p. 11 – 32, 2018b.

Submetido em: 09 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 13 de julho de 2022.
Aprovado em: 29 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

SILVA, C.; DOS SANTOS, B. Reflexões teóricas da geografia feminista decolonial sobre as espacialidades coloniais reprodutoras do controle social do corpo feminino durante o parto. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 190–225, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2290.

ECOFEMINISMO E BEM VIVER: A SOBERANIA ALIMENTAR PRATICADA PELAS AMABELAS EM BELTERRA-PA

ECOFEMINISM AND GOOD LIFE: FOOD SOVEREIGNTY PRACTICED BY AMABELAS IN BELTERRA-PA

ECOFEMINISMO Y BUEN VIVIR: SOBERANIA ALIMENTARIA PRACTICADA POR AMABELAS EN BELTERRA/PA

Milena Sanche De Sousa
Universidade Federal de Rondônia
Email: milena.sanche@gmail.com

Leide Joice Pontes Portela
Universidade Federal de Rondônia
Email: joice.portela13@gmail.com

Maria Das Graças Silva Nascimento Silva
Universidade Federal de Rondônia
Email: gracinhageo@hotmail.com

Josué Da Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia
Email: jcosta1709@gmail.com

Resumo:
Afim de visibilizar as mulheres rurais que ocupam espaços de resistências em movimentos sociais no Brasil, trazemos a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) como um projeto de resistência frente ao latifúndio sojeiro em Belterra/PA, que provoca a insegurança alimentar e diversos conflitos socio territoriais na região do Oeste do Pará. As mulheres trabalhadoras rurais da AMABELA pensam, trabalham e reivindicam alternativas contra hegemônicas pautadas nas relações diferenciadas que elas mantêm com a natureza e o ambiente. A pesquisa é de abordagem qualitativa, onde foram realizadas revisões bibliográficas e documentais, bem como trabalhos de campos por meio de roteiro de entrevistas-semiestruturadas, utilizando a metodologia de História Oral e Memória Coletiva. Diante dos riscos à saúde humana e do desequilíbrio ambiental causados pelos agrotóxicos, as trabalhadoras rurais de Belterra tem travado uma luta que visa no direito da população em ser assegurada por uma alimentação mais saudável, sensibilizando a discussão sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados nos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais, AMABELA, Ecofeminismo, Bem Viver, Belterra.

Abstract:
In order to make visible rural women who occupy spaces of resistance in social movements in Brazil, we bring the Association of Rural Women Workers of the Municipality of Belterra (AMABELA) as a resistance project against the soy plantations in Belterra/PA, which causes food insecurity and several socio-territorial conflicts in the Western region of Pará. AMABELA's rural women workers think, work and demand counter-hegemonic alternatives based on the differentiated relationships they maintain with nature and the environment. The research has a qualitative approach, where bibliographic and documentary reviews were carried out, as well as fieldwork through semi-structured interviews, using the methodology of Oral History and Collective Memory. Faced with the risks to human health and the environmental imbalance caused by pesticides, rural workers in Belterra have been fighting a fight that aims at the population's right to be ensured by a healthier diet, raising awareness of the discussion about the harm caused by the production of commodities and the importance of food sovereignty rooted in the concepts of Good Living/Living Well and Ecofeminism.

Keywords: Rural Workers, AMABELA, Ecofeminism, Good Living/Living Well, Belterra

Resumen:
A fin de visibilizar las mujeres rurales que ocupan espacios de resistencia en los movimientos sociales en Brasil, traemos la Asociación de Mujeres Trabajadoras Rurales del Municipio de Belterra (AMABELA) como un proyecto de resistencia contra las plantaciones de soja en Belterra/PA, que provoca inseguridad alimentaria y varios conflictos socioterritoriales en la región Occidental de Pará. Las trabajadoras rurales de AMABELA piensan, trabajan y reivindican alternativas contrahegemónicas a partir de las relaciones diferenciadas que mantienen con la naturaleza y el medio ambiente. La investigación tiene un enfoque cualitativo, donde se realizaron revisiones bibliográficas y documentales, así como trabajo de campo a través de entrevistas semiestructuradas, utilizando la metodología de Historia Oral y Memoria Colectiva. Ante los riesgos para la salud humana y el desequilibrio ambiental que provocan los agrotóxicos, las trabajadores rurales de Belterra vienen librando una lucha que apunta al derecho de la población a que se le asegure una alimentación más saludable, sensibilizando la discusión sobre los perjuicios causados por la producción de *commodities* y la importancia de la soberanía alimentaria arraigada en los conceptos del Buen Vivir y el Ecofeminismo.

Palabras-clave: Trabajadoras Rurales, AMABELA, Ecofeminismo, Buen Vivir, Belterra.

Introdução

As mulheres rurais são responsáveis pela maior parte da produção camponesa de alimentos que serve tanto para o consumo familiar quanto para a circulação local e regional. No entanto, vivem assoladas pela insegurança alimentar e degradação ambiental, mas isso não significa que não estejam nos espaços de enfrentamentos e resistências.

Através de movimentos sociais que envolvem mulheres camponesas, lutam e resistem aos entraves sociais, culturais e políticos que estão submetidas. Tais movimentos começaram a ter as suas primeiras formas de organização a partir da década de 1980, sobretudo no Nordeste e Sul do Brasil, tal qual o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs); Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (transformando-se em 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu -MIQCB), mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outras organizações que têm mulheres representadas por pescadoras, indígenas e quilombolas, dentre outros (MOTA, 2006; PAULILO, 2009).

Num primeiro momento, a busca pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais era primordial, pois até então eram colocadas como "do lar" e "domésticas", bem como "filha" ou "esposa de agricultor".

Muitos dos direitos que haviam sido reivindicados pelas agricultoras, só foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, tais como o direito à titulação da terra e a inclusão como

beneficiária da previdência social, garantia à aposentadoria, seguro desemprego e invalidez, bem como licença maternidade e licença saúde. Além disso, as agricultoras pouco participavam dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a partir do reconhecimento que elas garantiram, passaram a tornar cada vez mais ativa as suas participações dentro dos movimentos sindicais.

A partir dos anos de 1990, passaram a integrar nas discussões dos movimentos de mulheres rurais, as questões que envolviam um modelo de agricultura mais sustentável, sem uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, onde se coloca a agroecologia[1] como alternativa. Neste sentido, os movimentos que as mulheres rurais se envolvem têm questionado tanto a dominação masculina quanto as formas de uso da terra/território, das águas e da floresta.

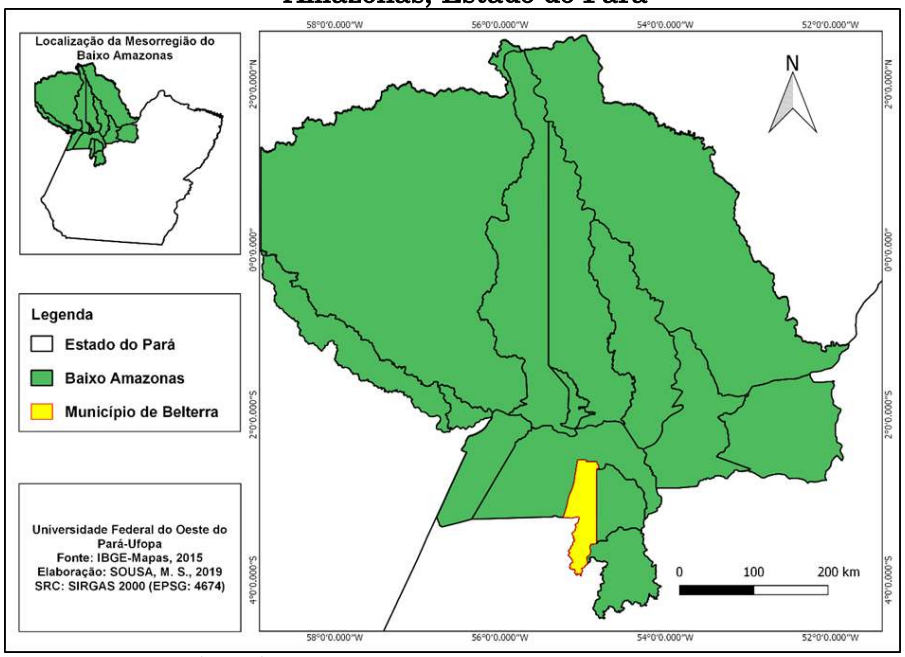
No que concerne ao recorte espacial deste trabalho, a Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) está localizada no município de Belterra, microrregião de Santarém, Mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará (Figura 1). Esta Associação de Trabalhadoras Rurais nasceu no dia 16 de março de 2015 e conta com 82 trabalhadoras cadastradas que (r)existem[2] ao latifúndio sojeiro no município de Belterra/PA, sendo

[1] Segundo Ferreira e Mattos (2017) o termo agroecologia diz respeito, por um lado, a uma ciência e, por outro, a um movimento social, reunindo uma visão holística e um enfoque sistêmico. Isto é, não se trata apenas de uma forma de praticar agricultura, nem tão somente ao uso de tecnologias que não agridam ao meio ambiente. Sua proposta é, sobretudo, a partir da agricultura familiar romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado no monocultivo, no latifúndio, no agronegócio que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento rural gerador de exclusão social. E em relação à agricultura camponesa, a agroecologia se apresenta como um movimento de resistência ao modelo do desenvolvimento em vigor e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Expressa uma luta das/dos camponesas/es pela autonomia frente ao agronegócio e ao capital.

[2]Resistência significa retomar a ação anterior, já o termo r-existência foi utilizado por Porto-Gonçalves (2001) e utilizado por outros autores, a fim de entender que é através da sua própria existência que resistem para que se defendam das mais variadas formas de expropriação, dominação e opressão (HAESBAERT, 2021).

este um dos responsáveis pela insegurança alimentar e pelos diversos conflitos sócio-territoriais da região.

Figura 1: Localização de Belterra na Mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará



Fonte: SOUSA (2019)

As agricultoras da AMABELA já faziam parte do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB), mas a necessidade de criarem uma Associação somente de mulheres rurais se deu por conta da invisibilidade das suas pautas que eram tratadas como menos importantes dentro do movimento sindical. Havendo a indispensabilidade de um espaço em que essas mulheres pudessem discutir suas demandas de forma autônoma, a associação passa a abrigar diversas discussões, entre elas estão a agroecologia e a soberania alimentar, conceito que será discutido com maior detalhamento mais a frente no texto. O nome AMABELA tem em seu significado o "A" de *autonomia*, "M" de *mulher*, "AMA" de *amor* e "BELA" de *beleza* e de *Belterra.*

Essas discussões mediadas pela AMABELA se tornam ações práticas e políticas contra as empresas de sementes transgênicas, tal qual as empresas que mantém um domínio sojeiro, monopolizando grandes áreas no município de Belterra. Para essas mulheres, ir ao oposto dessa lógica de produção é sair da dependência dessas empresas multinacionais que comandam todo o sistema produtivo. Ao produzirem e comercializarem produtos livres dessa lógica agressiva, enferma e atroz, as mulheres rurais asseguram alimentos saudáveis para os camponeses e para os consumidores em geral.

No processo de formação territorial da região, encontram-se complexas fases. No século XVII, a ocupação da Amazônia se deu pelas calhas dos rios, pois possibilitaria melhores estratégias de controle territorial. Por isso, as primeiras cidades têm uma ligação direta com o rio, onde as fortificações militares marcam suas rugosidades[3] nas cidades.

A história de Belterra está inicialmente ligada ao rio e a floresta, uma vez que as populações do município viviam suas vidas voltadas para estes recursos, apoiando-se em trabalhos extrativistas e ribeirinhos (CONCEIÇÃO, 2017). No entanto, por volta de 1840, com a expansão do comércio da borracha e a grande procura por seringueiras, uma nova fase foi iniciada com a implantação do cultivo de seringueiras na Amazônia, em especial no município de Belterra-PA. Sendo este um projeto do Norte-Americano Henry Ford que buscava formas alternativas de obter o controle sobre a produção da borracha através das experiências de Fordlândia e Belterra no final

[3]As rugosidades são a materialidade dos espaços construídos que ficaram do passado. São as lembranças que restaram dos processos que foram esquecidos, daquilo que se acumulou, foi substituído e que foi acumulado nos locais (SANTOS [1996] 2012). Assim sendo, as rugosidades são os elementos materiais presentes que contam histórias acumuladas em diferentes períodos, lembrando os distintos processos históricos.

da década de 1920 e que logo veio a se estagnar em 1945, por problemas logísticos, econômicos e culturais.

A partir dos anos 1960, houve a abertura de estradas - rodovia Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém (BR-163), o que ocasionou em uma nova forma de expansão de fronteiras que permitiu o avanço do mercado de terras e do agronegócio. A construção de rodovias permitiria o escoamento da soja, possibilitando que a indústria do agro pudesse se mobilizar.

Desta maneira, os granéis de soja que antes não faziam parte dos modos de vida destas populações, passou a se territorializar, sobretudo, a partir da instalação estratégica do porto graneleiro pertencente à multinacional estadunidense CARGILL, por volta dos anos 2000 na cidade de Santarém-PA, às margens do rio Tapajós (COSTA SILVA & CONCEIÇÃO, 2017).

No entanto, se levarmos em consideração o quantitativo de produção da soja em relação às outras localidades onde essa monocultura tem se instalado, o volume no oeste do Pará é pequeno. Não obstante, a produção na região vem gerando uma série de transformações, pois a soja tem avançado cada vez mais, invadindo territorial, econômica, social e culturalmente a vida das/dos trabalhadoras/es que estão sendo cercadas e expulsas por ela. Acelerando assim, a expropriação do campesinato e a privatização da natureza.

Isso se deve pela compra de terras e pela expansão do uso de agroquímicos nas plantações de grande escala, logo, é uma agricultura que atende uma escala global que prioriza a produção de *commodities*. A alimentação da população de Belterra não é atendida por essa lógica que prejudica e altera o modo de vida, especialmente

as relações dos agricultores e agricultoras mantém com a terra/território, a floresta e a água.

Em meio a esses entraves, no dia 16 de maio de 2015 nasceu a AMABELA, em um momento onde a expansão do agronegócio sojeiro estava atingindo de maneira significativa a vida dos camponeses e camponesas da região, tendo em vista que as mulheres rurais da AMABELA pensam, trabalham e reivindicam alternativas contra hegemônicas pautadas nas relações diferenciadas que elas mantêm com a natureza e o ambiente que as cercam, entendendo-os enquanto bens comuns. Esta relação de harmonia e respeito com a natureza foge da lógica dominante de produção de alimentos que são fincadas no capitalismo e na exploração violenta dos bens naturais em nome do desenvolvimento e do lucro para grandes empresas.

Ao não enxergarem o ambiente natural enquanto um mero produto a ser dominado e explorado, essas mulheres se aproximam do ecofeminismo e do Bem viver. Nesse contexto, esse trabalho objetiva arvorar apontamentos a respeito da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) e como suas pautas e ações práticas se ancoram nas discussões do Ecofeminismo e do Bem Viver.

Esse trabalho será dividido em três momentos: primeiramente exporemos as discussões acerca da soberania e segurança alimentar produzida pela a Amabela e as preocupações com a alimentação da sociedade, especialmente das famílias camponesas; o segundo momento traremos breves considerações sobre os conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo e como eles se relacionam com as lutas e as formas de resistências mantidas pelos movimentos de mulheres camponesas e por fim teceremos as

considerações finais ao reiterar a atuação política das mulheres que operam de forma autônoma no campo e nos movimentos rurais.

Procedimentos Metodológicos

O artigo utiliza banco de dados de pesquisas fruto da dissertação de mestrado da autora principal. Para tanto, foram realizadas entrevistas com as trabalhadoras rurais da AMABELA para que se possa entender os contextos em que (sobre)vivem mediante a dominação da monocultura de soja e para acessarmos suas experiências espaciais enquanto uma associação de mulheres camponesas. Assim, esse trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, na qual foram realizadas revisões bibliográficas com aprofundamento teórico-metodológico e documentais, bem como trabalhos de campo, onde utilizou-se as metodologias de História Oral e Memória Coletiva. A história oral se faz presente enquanto norteadora de campo e de entrevistas para que se possa chegar aos princípios de coletividade, grupal, social, cultural, comunitária ou coletivas do grupo pesquisado. A história oral "é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários" (MEIHY, 2020, p. 27).

Dessa forma, a história oral é importante para captar as experiências singulares, as narrativas de cada uma das sócias que se relacionam por meio da criação de uma identidade comum fundada a partir da Associação. Nesse sentido, é imprescindível a ligação entre história oral (MEIHY, 2020) e memória coletiva (HALBWACHS, 1990) uma vez que a memória é a guardiã das

narrativas e posicionamentos que alimentam imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela coletividade (BOSI, 2003).

Neste sentido, as práticas de campo serviram como um processo de experimentação para vivenciar as diferentes práticas espaciais presentes nas vidas dessas mulheres trabalhadoras rurais. Foram realizados três trabalhos de campo, dois em 2019 e um em 2022. O primeiro trabalho de campo foi realizado na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em janeiro de 2019, com três sócias da AMABELA de forma individual, onde contou com um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas, com referências aos dados pessoais e os dados da associação acerca dos seus trabalhos e suas lutas e resistências.

O segundo trabalho de campo foi realizado em fevereiro de 2019, onde houve uma roda de conversa com lideranças associadas à AMABELA, em que as agricultoras colocaram todas as suas experiências com a Associação e a agroecologia na busca por uma alimentação saudável onde (r)existem ao avanço da monocultura da soja e a invisibilização de seus trabalhos. O terceiro trabalho de campo ocorreu em fevereiro de 2022 junto de lideranças da AMABELA, onde levou-se em consideração a importância sobre o associativismo para as mulheres rurais de Belterra e o cotidiano de seus trabalhos.

Também foram feitas conversas informais com as mulheres camponesas da Associação após as entrevistas e até mesmo conversas em redes sociais e na própria compra de produtos. Tivemos o diário de campo como ferramenta de suma importância para que não escapasse de nossa memória informações importantes, para que

assim os fenômenos observados durante os campos fossem registrados.

Soberania alimentar e a AMABELA: Frente de resistência por uma alimentação saudável

A partir dos anos de 1990, a agricultura de grande escala tem avançado na região oeste do Estado do Pará, atingindo principalmente trabalhadores e trabalhadoras rurais da localidade. Após os anos 2000 a monocultura sojeira tem sido difundida no município de Belterra e interferindo de forma intensa nos modos de vida das populações que antes viviam diretamente ligados à natureza, dependendo da terra, das águas e das florestas.

Essas interferências vão se dar tanto no campo da cultura, das experiências espaciais desses sujeitos, das territorialidades e dos modos de vida das comunidades rurais em relação ao trabalho, a alimentação, a saúde e a autonomia. Válido ressaltar que a nossa compreensão de territorialidade perpassa o conceito elaborado por Sack (1986), na qual o autor expressa que:

> A territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.

Dessa maneira, mesmo que a população local, em especial as trabalhadoras rurais de Belterra, tenham suas territorialidades afetadas pelo controle e pelo poderio da soja na região, elas têm travado uma luta que visa assegurar o direito da população por uma alimentação mais saudável, tensionando discussões sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados no que em nosso entendimento, melhor se aproxima dos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Diante do poder e da violência impostas pela instalação e o domínio da soja na região para com a população local, as trabalhadoras rurais de Belterra tem travado uma luta que visa assegurar o direito da população por uma alimentação mais saudável, tensionando as discussões sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados que, em nosso entendimento melhor se aproxima aos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Sendo "cercadas" pela soja empesteada de agrotóxicos, suas vidas transformam-se em desgostosos cenários onde esses produtos químicos contaminam a terra e os arredores, invadindo de forma abrupta as suas temporalidades, seus costumes e as suas relações com a natureza que agora, juntas da AMABELA, tentam resistir.

Dentre as estratégias do agronegócio, a midiática é uma das mais disseminadas. Campanhas publicitárias milionárias ocupam as mídias e se consolidam no imaginário popular que somente as grandes empresas conseguem garantir a alimentação da população, fazendo crer que essa é a única opção e forma de consumir. Esse modelo de intervenção e alteração da segurança alimentar começou a ser discutido em 1996 na 2ª Conferência Internacional da Via Campesina no México ao questionar esse tipo de ameaça à segurança alimentar passando a compreender que todas as pessoas devem ter acesso a uma alimentação segura, de qualidade e com boas quantidades. Mas ainda assim, não existe uma preocupação para que saibamos de onde esses alimentos estão vindo e das suas condições de cultivo, assim se normaliza a importação de alimentos mais baratos para os países mais pobres (PIMBERT, 2009).

O agronegócio tornou-se, por conseguinte, a um só tempo, a força política e motor econômico que vai impor uma transformação

geoeconômica e uma agenda geopolítica no espaço rural brasileiro. Nessa lógica, também se registra deslocamentos no espaço-tempo, no espaço-tempo da colona/agricultora para o espaço-tempo do capital, pois as *commodities* impõe outra temporalidade na Amazônia, a temporalidade e espacialidade da mercadoria globalizada, o espaço-tempo do capital globalizado, como bem anuncia Costa Silva (2015).

Ao falarmos de agronegócio, é necessário que falemos também da segurança alimentar. Apesar dos vários avanços, a construção do conceito de segurança alimentar recai no entendimento da garantia da produtividade e disponibilidade, em atendimento aos interesses do mercado global e do capital industrial e agropecuário. Por ser um conceito complexo, que engloba diferentes interesses em conflitos, vive em permanente disputa, o que exige mudanças constantes para acompanhar os avanços que o tema exige. O mesmo é controverso e questionável nos meios acadêmicos, no campo político, no mundo dos negócios, assim como nos movimentos sociais. Desta forma, os movimentos sociais do campo propuseram a concretização da soberania alimentar de todos os povos, como forma de garantir a produção e o acesso a alimentos em todas as nações (SILVA, 2020).

Diferentemente da segurança alimentar que não visa na qualidade e nem na preocupação com a origem dos alimentos, a soberania alimentar segue um movimento contrário ao propor autonomia para mulheres e homens, permitindo que os mesmos decidam qual a melhor maneira de cultivar os produtos que vão alimentar sua família, quais os tipos de semente que irão plantar, que animais irão criar, etc. Saber por qual processo de produção seus alimentos passaram até chegar a sua mesa é direito da população, isto é, a escolha por qual tipo de produção alimentar querem seguir.

Nesta perspectiva, essa é uma questão política, pois há uma complexidade de realidades dentro de um país continental como o Brasil, abarcando singularidades culturais, políticas, econômicas, no qual envolve diversos movimentos sociais tanto no campo como na cidade (PIMBERT, 2009; JALIL, 2009).

As mulheres trabalhadoras rurais têm grande participação na soberania alimentar, já que são elas que, em sua grande maioria, são as responsáveis pela organização e o trabalho na agricultura, produzindo o alimento e garantindo a subsistência da família.

Pimbert (2009) afirma que as mulheres rurais têm uma forte proximidade com a soberania alimentar, uma vez que são elas que proporcionam a maior parte da produção no campo, pois sustentam uma alimentação saudável e agroecológica para seus núcleos familiares. Além da produção voltada para a parentela, essas mulheres produzem para os municípios e comunidades vizinhas a partir das vendas em feiras e comércios, onde o escoamento dos produtos é realizado por elas próprias.

Este modo de plantio, cultivo, colheita e todo o processo produtivo são saberes tradicionais e geracionais que é repassado para essas mulheres ao longo dos anos. As trabalhadoras rurais de Belterra reproduzem de forma a ressignificar a agricultura de subsistência ensinada por suas avós e mães que anteriormente asseguravam essa forma de viver e saber.

Além dos trabalhos nos roçados na área rural do município, os quintais são de extrema importância para as mulheres trabalhadoras de Belterra, tendo em vista que mesmo na área "urbana", os terrenos são extensos, possibilitando que a plantação de hortaliças (Figura 2) e criação de pequenos animais (Figura 3).

Além disso, praticam as pluriatividades[4], tais como a produção de artesanatos, licores (jambu, açaí, cupuaçu), bolos, pães, óleos, tortas, doces, trufas de *cupulate* (feito da amêndoa do caroço do cupuaçu torrado) e *café de açaí* (feito da semente do açaí torrado)[5], dentre outros produtos de onde também retiram a renda para suas famílias. Vale destacar que algumas produções diferenciadas foram realizadas com a ajuda de parceiros da associação, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-AMAZÔNIA) que oferta diversos cursos para as AMABELAs, dentre outros.

Figura 2: Produção de Hortaliças em um dos quintais



Fonte: Trabalho de Campo, Belterra/PA. 2019
Foto: SOUSA, Milena Sanche de., 2019

[4] Todos os serviços que são realizados no campo, mas que nem sempre estão ligados à agricultura.
[5] O *café de açaí* e o *cupulate* são inovações das próprias agricultoras que têm feito sucesso, levando seus produtos para eventos em outros estados e representando a Associação.

Figura 3: Criação de Pequenos animais



Fonte: Trabalho de Campo, Belterra/PA. 2019
Foto: SOUSA, Milena Sanche de., 2019

No entanto, a soberania alimentar e o modo de vida desta população tem sido prejudicada pela monocultura da soja que afeta consideravelmente a única fonte de renda dessas famílias. Ao pulverizar venenos nas plantações que se espalham e atingem também as plantações das trabalhadoras rurais, alteram a saúde da natureza e dos seres humanos. Como forma de enfrentar essa situação, as agricultoras associadas da AMABELA começaram a usar o "adubo foliar" como fertilizante natural para não se fazer uso de componentes químicos industrializados, visando proteger suas plantações das pragas que na maioria das vezes vem da própria plantação de soja que cerca as camponesas.

A fala de uma das AMABELAs demonstra como tem se dado o cercamento da monocultura da soja em meio às suas produções, criando dificuldades para produzir uma alimentação saudável:

> [...] porque se planta soja na área urbana, então eu vou produzir um alimento saudável aonde né? É complicado, porque pulverizou aqui a roça, aqui de soja, o veneno vem tudo pra minha horta né. [A

> senhora mora perto de alguma plantação?] Eu moro, agora esse ano que eles não vão plantar né, então..., mas já teve vez de eu plantar pimenta de cheiro e não colher nenhuma porque ele passou veneno, aquilo abortou toda, já aflorando né, abortou toda as pimentas né, eu até deixei, eu parei de plantar hortaliça. Agora esse ano que eu já tô voltando de novo né, mas eu tava mexendo só com flores porque a horta não produzia por causa do agrotóxico (Entrevista concedida por Orquídea Bela *_nome fictício_*, em 17/01/2019).

A contaminação do meio natural e dos seres humanos por agrotóxicos é intensamente expressada nas narrativas das trabalhadoras rurais que afirmam com veemência que está cada dia mais complexo adquirir e realizar uma alimentação saudável, pois o veneno está avançando e deteriorando seus roçados, especialmente as hortaliças.

Cinelli (2016) discorre acerca do compromisso das mulheres rurais em produzir uma alimentação saudável em relação ao enfrentamento à agricultura capitalista patriarcal. A autora afirma que quando as mulheres rurais decidem se organizar em forma de movimento social começa a desenvolver um caráter educativo de conscientização social com uma forma harmônica de produzir junto do meio ambiente, na qual vem contestando os modos de produção da monocultura e do desmatamento que secularmente tem destruído os recursos das florestas brasileira.

A associação tem ajudado de forma bastante significativa a população de Belterra, tanto na forma autônoma de produzir e viver quanto através da sensibilização do debate a partir da conscientização da população belterrense, demonstrando que por mais que tenham entraves, elas conseguem produzir sem qualquer tipo de veneno. A AMABELA desenvolveu um projeto de soberania alimentar que visa a permanência de viveiros comunitários. Nas

primeiras pesquisas realizadas, estes viveiros estão presentes em alguns quintais das casas das agricultoras da AMABELA, sendo um deles na sede do município de Belterra; outro na comunidade de Nova Canaã (km 140) e na comunidade Chibé pertencente ao distrito Prainha da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA).

A maioria das associadas estão na cidade de Belterra, e mesmo que seja uma área "urbana" ainda apresenta contextos tipicamente rurais, como os quintais produtivos dos viveiros, possuindo características completamente rurais. Nesse contexto, boa parte das trabalhadoras rurais residem na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) e na Área de Proteção Ambiental (APA) do Aramanaí, onde se tenta preservar a rica biodiversidade dos intensos desmatamentos que têm acontecido na Amazônia paraense.

Embora esses viveiros teoricamente estejam em propriedades particulares de cada membra, eles pertencem a todas as sócias da associação. Por serem espaços de coletividade, as trabalhadoras rurais realizam diversos puxiruns. Segundo Portela et al (2021), dentre as formas coletivas e orgânicas de trabalho rural, na Amazônia paraense e mais precisamente na região da Calha Norte, se tem nas comunidades rurais e tradicionais uma forma de mutirão chamada de "puxirum", que consiste em um trabalho coletivo sem negociação financeira. Os puxiruns são realizados para que o plantio das sementes ocorra de forma coletiva por todas.

Em meio a socialização e o divertimento das sócias da AMABELA, elas colecionam mais de 1000 mudas de plantas que foram distribuídas entre as sócias de acordo com as necessidades de cada uma, que posteriormente irá servir para distribuição e vendas para a população.

Boa parte das produções da AMABELA são vendidos pelas próprias trabalhadoras rurais no Terminal Rodoviário de Alter do Chão, distrito do município de Santarém/PA, tendo também o agendamento de encomendas que são realizadas via WhatsApp e infelizmente não há um espaço para vendas no próprio município da Associação, Belterra.

Coerente com a política pública voltada essencialmente para o atendimento do agronegócio, não há no município de Belterra uma feira permanente para a venda da produção dos agricultores e agricultoras locais. A ausência de apoio dos gestores municipais para que se tenha o espaço de vendas da agricultura na localidade deixa claro que essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais não são prioridades para o estado. Isso acentua a invisibilidade dos trabalhos das mulheres rurais, tendo suas vendas realizadas somente nas suas próprias residências ou em festividades locais, o que evidencia mais ainda a urgência de políticas públicas para que o campesinato local, de onde se retira a alimentação familiar seja valorizado.

As trabalhadoras rurais também têm um espaço importante, embora esporádico, na "Feira da Agricultura Familiar" efetuada na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde mostram e vendem seus produtos para a comunidade acadêmica e etc, mas devido ao contexto vivenciado pela COVID-19, a feira foi suspensa temporariamente, retornando a funcionar na unidade Tapajós da UFOPA - Campus Santarém apenas no dia 23 de julho de 2022.

Apesar da interrupção das vendas na feira da UFOPA, não significou que o trabalho das AMABELAs tenha cessado. Foi do trabalho protagonizado por mulheres agricultoras e extrativistas de Santarém (PA) e Belterra (PA) que mais de cinco toneladas de

alimentos ajudaram a alimentar centenas de famílias que viam a fome se aproximar em meio à pandemia, à crise econômica, e à ausência do planejamento estratégico do governo estadual e federal para amortecer a crise. Segundo a organização sem fins lucrativos (ONG) "Terra de Direitos", as mulheres organizadas em coletivos como a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR) e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) produziram diversos itens de alimentos incluídos em cestas agroecológicas distribuídas para famílias que passaram por dificuldades em meio à pandemia.

Cestas agroecológicas que continham ovos, farinha de mandioca, jerimum, banana e goma de tapioca, eram alguns dos produtos que foram fornecidos por elas. Comida saudável, limpa e produzida de forma agroecológica, sem o uso de agrotóxico.

Movimentos de Mulheres Rurais, Ecofeminismo e Bem Viver

As mulheres rurais através de movimentos sociais lutam e buscam por novas alternativas para lidar com a insegurança alimentar e o avanço da agricultura capitalista que utilizam diversos componentes químicos como agrotóxicos e fertilizantes nas plantações sem preocupação alguma com a saúde da população. O uso abusivo e generalizado de fertilizantes, adubos, pesticidas, herbicidas e fungicidas nas atividades rurais geram diversas consequências à saúde dos seres humanos. As sequelas do consumo excessivo de alimentos com agrotóxicos são adoecimentos como neuropatias, nefropatias, doenças hepáticas, distúrbios de funcionamento glandulares, abortos, malformações fetais e câncer em diferentes órgãos (HORII, 2015).

Levando em consideração a alimentação e a dieta diária da população, pode haver a ingestão de diversos tipos de agrotóxicos que resultem em uma concentração significativa no organismo. O uso desses componentes químicos tão prejudiciais se dá por conta da lógica agressiva e acelerada de produção que visa apenas a lucratividade e não a qualidade dos produtos, da vida e da saúde da população. Existem povos e comunidades que têm sua relação com a natureza fincadas no afeto e respeito, já que não vivem condicionados à lógica acelerada de produção capitalista, as mulheres trabalhadoras rurais do município de Belterra representam uma parte dessa coletividade que vive e trabalha em harmonia com a terra, sem percebê-la enquanto um recurso a ser constantemente dominado.

As discussões pautadas pelas mulheres da AMABELA se articulam com o conceito de Bem Viver, pois é um conceito utilizado principalmente por populações indígenas, quilombolas e os mais diversos movimentos sociais que estão buscando alternativas de enfrentamento ao avanço do sistema de produção capitalista. Tendo em vista que o capitalismo não somente é agente na opressão de classe e raça, como também age diretamente para a opressão de gênero, se torna mais relevante ainda ressaltar a importância da mulher nessa discussão, pois elas tomam para si a responsabilidade de lutar por um novo modelo de sociedade. As mulheres não mais se sentem inseguras e intimidadas ao se assumirem como feministas, também adotam um feminismo com características particulares, como o Ecofeminismo (BONI, 2018).

De acordo com Acosta (2016, p. 25) "o Bem Viver é, essencialmente um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza", sendo assim, ele está

em oposição ao conceito de desenvolvimento que enxerga na natureza um produto a ser explorado e subjugado, promovendo assim relações conflitantes entre as pessoas e a natureza. O Bem Viver trabalha em prol da harmonia existente na relação humano-meio, "trata-se de bem viver na comunidade e na natureza" (p. 25). As mulheres da AMABELA seguem repassando o potente legado de respeitarem a natureza, pois é dela que se alimentam e sobrevivem. Diferentemente da agricultura em grande escala e venenosa, essas trabalhadoras rurais pautam, debatem, resistem e sensibilizam suas famílias, amigos, vizinhos etc., sobre a importância de manter os seus valores comunitários e o equilíbrio de suas relações com a natureza, enfim, uma vivência que traz o Bem Viver em suas vidas. Sobre as produções, as mulheres da AMABELA afirmam:

> Principalmente pra família né, a gente consegue manter a nossa alimentação e o mais importante é que é uma alimentação saudável, sem agrotóxico. Pra nós é gratificante (Entrevista concedida por Rosa Bela **nome fictício**, em 17/01/2019)

> Porque a gente pode mostrar pra muitos, principalmente assim(...) na tua produção, tu consegue produzir sem veneno, tu pode mostrar pras pessoas. E tem gente que diz, "não isso aqui só com veneno, sem veneno não sai". Aí tu mostra que sai, tu consegue criar galinha sem remédio da farmácia, né? Então eu acho que é uma, assim(...) uma forma de a gente resistir. Embora devagar, é com tempo mais lento né, mas é uma forma de resistir (Entrevista concedida por Violeta Bela **nome fictício**, 05/02/2019).

O Bem Viver tem como princípio base o sentimento de pertença à natureza e a coletividade. Propondo um futuro que seja diferente e que alcance uma sociedade mais justa e igualitária:

> Com sua proposta de harmonia com a natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, pág. 33).

O Bem Viver questiona também o conceito eurocêntrico de bem-estar, uma vez que para alguns grupos e povos, estar bem e viver bem não é condicionado ao lucro e ao acúmulo de bens, mas sim diz respeito à qualidade de vida em amizade com a natureza.

Acosta (2016) também discorre acerca dos princípios feministas que visam uma economia onde há diariamente um cuidado com a vida, com a cooperação, reciprocidade e solidariedade, pois são concepções que se fazem importantes para as mulheres e toda a sociedade em geral. Dessa forma, o autor fala que as abordagens feministas são de suma importância para o processo de construção do Bem Viver, pois a partir do momento que elas usam novas abordagens como a autonomia, soberania, independência, equidade e reciprocidade, estão garantindo que esse conceito seja bem visto na condição de viver bem.

O Ecofeminismo entra neste contexto em virtude da devastação da natureza e a utilização perversa dos recursos naturais que tem contribuído para a exploração de mulheres de forma a invisibilizar suas espacialidades. Esse modelo de produção capitalista e patriarcal tão presente na sociedade, tensionam conflitos e resistências, como as oposições e enfrentamentos das mulheres camponesas que agem de forma prática para que se pense em agroecologia e soberania alimentar.

Matarésio e Nascimento Silva (2021) trazem o Feminismo Latino-Americano juntamente do Ecofeminismo, pois ambos abrigam lutas e resistências de mulheres que lidam com os mais diversos tipos de colonialidades. Tecendo críticas ao patriarcado e ao capitalismo, os movimentos feministas reivindicam voz, organização, propostas e alternativas. De acordo com as autoras, as mulheres de forma organizada e coletiva denunciam as opressões vivenciadas pelas camponesas, bem como as formas de exploração ambiental.

Vandana Shiva (2014) reitera que:

> Na maioria das culturas, as mulheres têm sido guardiãs da biodiversidade. Elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade na prática da agricultura. Porém, assim como todos os outros aspectos dos seus trabalhos e dos seus saberes, a contribuição das mulheres para a conservação da biodiversidade se apresenta como um não-trabalho e um não-saber. A conversação da biodiversidade praticada pelas mulheres se difere, no entanto, da concepção patriarcal dominante (Tradução nossa) (pag. 281).

Neste sentido, o Ecofeminismo é fundamentado por alguns princípios que fazem referência à articulação entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, representando de forma feminilizada o meio natural, as mulheres se veem enquanto parte da mesma. O Ecofeminismo interrelaciona o feminismo e o ambiente, fazendo um agrupamento que envolve a dominação da natureza e a dominação das mulheres, em razão de que podem usar tanto a natureza como o trabalho e os corpos femininos como fonte de dominação e de uso, na qual se considera o lucro como força motriz na organização social. O Ecofeminismo reconhece que a humanidade é dependente da natureza e opõe ao patriarcado que se coloca como superior e hegemônico.

Os diversos Movimentos de Mulheres Camponesas têm se articulado no Brasil, um país de múltiplas culturas, temporalidades e espacialidades, pelo direito de viver, produzir e de reproduzir, reivindicando assim o fomento e aplicabilidade de políticas públicas que muitas vezes não são asseguradas e instituídas para as mulheres rurais. Direitos esses que só foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988 que após muita luta de várias frentes conseguiram institucionalizar e legalizar os direitos aos seus territórios de forma a pensar em uma produção sadia, autônoma, poliprodutiva, agroecológica. Legal e acessível na Constituição Federal, temeroso na prática e na vivência.

Johanna Oksala (2019) faz uma avaliação acerca do feminismo, capitalismo e da ecologia ao trazer os pressupostos do ecofeminismo socialista para nortear as conexões entre o sistema capitalista, a subordinação das mulheres e a destruição do meio ambiente. A autora expõe uma periodização acerca do nascimento do Ecofeminismo nas interrelações dos movimentos ambientais e o feminismo a partir dos anos de 1970, passando a ser visto politicamente somente a partir dos anos de 1980, momento esse em que as teóricas estavam pensando as opressões das mulheres sob um viés interseccional.

No entanto, a partir de 1990 houve críticas ao pensamento ecofeminista, tendo a necessidade de fazer novas reflexões acerca dos conceitos fundamentados nesta vertente, especialmente sobre as crises ecológicas que o planeta vem enfrentando desde então, necessitando que o feminismo se envolvesse de forma mais intensa e séria com as causas ambientais que eclodem neste século. Além disso, as questões sobre o meio, envolvem significados ambientais, políticos, sociais, éticos, raciais, perpassando até as questões de

gênero, uma vez que algumas decisões e posicionamentos podem impactar de maneira significativa a equidade de gênero, como por exemplo o debate sobre a segurança e soberania alimentar das mulheres camponesas que podem trazer novos olhares para a diversidade do próprio movimento feminista, quanto tecer apontamentos críticos ao capitalismo e suas formas de opressão às mulheres.

As mulheres rurais da AMABELA seguem se mobilizando para viverem com saúde, dignidade, direitos e força para construírem novas realidades para si mesmas e para os outros. Andando de mãos dadas com o Ecofeminismo e o Bem Viver, essas mulheres se unem, trabalham e resistem para que suas plantações limpas e livres de agrotóxicos possam chegar às mesas das pessoas. Apesar da pequena escala de produção, as camponesas de Belterra conseguiram enfrentar os medos, preconceitos, angústias, conservadorismo e o machismo para seguirem respeitando seus corpos, suas decisões e suas visões de mundo.

Considerações Finais

As ações e movimentações das trabalhadoras rurais de Belterra têm garantido a autonomia e soberania alimentar das mulheres e de suas famílias, em razão de que grande parte das vendas são destinadas para o sustento familiar. Sempre zelando por uma alimentação sadia e ausente de agroquímicos, as mulheres rurais de Belterra lutam e resistem a esses embates de cabeça erguida para que haja uma alimentação saudável não somente para suas famílias, mas para toda a população da região. Enfrentando o sexismo e o machismo vinculado ao capitalismo, elas mostram a importância de falarem por si e se mostrarem enquanto cidadãs

dignas de direito e de emancipação, subvertendo a invisibilidade dos seus corpos femininos e dos seus trabalhos.

As trabalhadoras rurais da AMABELA afirmam a sua identidade dentro do campesinato a partir do momento em que relacionam natureza, trabalho, família, coletividade e autonomia. Ao estarem à frente de tomadas de decisões no que concerne a produção e a venda dos seus produtos, elas optam e defendem uma produção sadia e livre de agrotóxicos pautada na qualidade, dedicação e cuidado.

O Ecofeminismo e o Bem Viver são características basilares da Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra, que ao se oporem a lógica acelerada, negligente e impiedosa da monocultura de soja na região, se colocam em um espaço de disputa e de luta. Assumindo a postura de resistência e enfrentamento às várias formas de opressão, estas mulheres rurais se fazem importantes nesse cenário, seja inspirando outras mulheres e movimentos sociais, seja proporcionando a oportunidade de adquirirem alimentos dignos às mesas das populações.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BONI, Valdete. Movimento das mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. In: TEDESCO, J. C., SEMINOTTI, J. J., and ROCHA, H.J, ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [on line]. Chapecó: Editora UFSS, pp. 124-144. ISBN: 978-85-64905-76-4, 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CINELLI, Catiane. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Revista Grifos** – N. 34/35. Chapecó, 2013.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro**: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará, 2017, 225f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia PPGG. Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Porto Velho, 2017.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio: o exemplo de Rondônia. CONFINS, **Revue Franco-Brésilienne de Géographie**. Nº 23, 2015.

_____; CONCEIÇÃO, Francilene Sales. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOGRAPHIA** (UFF), v. 19, p. 54-72, 2017. Link: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13819.

FERREIRA, A. P; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura** – Vol. 69, nº 2. São Paulo, 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro(multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 1ªed. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Fluminense. Niterói, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.Tradução de: La mémoire collective, 1990.

HORII, Angélica K. D. **Contradições do capitalismo no campo**: o uso de agrotóxicos e os desafios à saúde humana. Ciência Geográfica – Bauru – XIX. Vol. XIX – (1): janeiro/dezembro, 2015.

JALIL, Laeticia. Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do movimento de mulheres camponesas. In: **Revista Agricultura: experiência em agroecologia.** Leisa Brasil, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

MATARÉSIO, Larissa Zuim; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva**.** Mulheres em Resistência: ecofeminismo como enfrentamento. In: CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; COSTA SILVA, Ricardo Gilson; SILVA, Josué da Costa (Orgs.). ***Amazônia:* emoções, vivências e resistências**. Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO. Porto Velho, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. – 2ª Ed., 8ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata. (Orgs.). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e de gênero.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, IICA,, 2006.

OKSALA, Johanna. Feminismo, Capitalismo e Ecologia**. Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, v.8, n.2, 2019. DOI:10.12957/ek.2019.49382.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2009.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. In: **Revista Agricultura: experiência em agroecologia.** Leisa Brasil, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

PORTELA, Leide Joice P; SANTOS, Priscila; SILVA, Josué. A roça e o trabalho coletivo na produção de farinha de mandioca nas comunidades quilombolas de Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil. Universidade Estadual de Londrina**, Geographia Opportuno Tempore,** Vol. 7, N. 1, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. Contexto. São Paulo, 2001.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, Milton [1996]. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Z. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Configurações** [online], 25, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/configuracoes/8626

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo:** Teoría, crítica y perspectivas. Icaria Editorial s.a. Edición Barcelona, 2014.

SOUSA, Milena Sanche. **A Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra– Amabela:** uma análise das práticas espaciais e resistências territoriais das mulheres camponesas, no município de Belterra-PA, 2019, 96f, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

TERRA DE DIREITOS. **Das mulheres do campo, das águas e das florestas, para as famílias da cidade - Santarém (PA)**, 2021. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/das-mulheres-do-campo-das-aguas-e-das-florestas-para-as-familias-da-cidade-santarem-pa/23562

Submetido em: 19 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 11 de agosto de 2022.
Aprovado em: 25 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

SANCHE DE SOUSA, M.; PONTES PORTELA, L. J.; SILVA NASCIMENTO SILVA , M. das G.; COSTA DA SILVA, J. Ecofeminismo e bem viver: : a soberania alimentar praticada pelas Amabelas em Belterra-PA. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 226–255, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2307

"NÃO HÁ ORGULHO PARA ALGUNS SEM A LIBERTAÇÃO DE TODOS NÓS": TERRITÓRIOS DO MEDO E A ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+

"NO PRIDE FOR SOME WITHOUT THE LIBERATION OF US ALL": TERRITORIES OF FEAR AND THE SPATIALISATION OF VIOLENCE AGAINST LGBTI+ PEOPLE

"PAS DE FIERTÉ POUR CERTAINS SANS LA LIBÉRATION DE NOUS TOUS" : LES TERRITOIRES DE LA PEUR ET LA SPATIALISATION DE LA VIOLENCE CONTRE LES PERSONNES LGBTI+.

Lígia Cardoso Borges
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: ligia.lih33@gmail.com

Caroline Cherubini Rodrigues
UNINASSAU
E-mal: arqurbrodrigues@gmail.com

Resumo:
A população LGBTI+ é vitima de diferentes formas de violência em sociedade, mácula social existente desde que se pode datar, reforçada diariamente pela sexualização, invisibilização e negação ativa aos direitos constitucionais básicos. O Brasil equiparou homotransfofia à crime apenas em 2019, ainda assim não foi suficiente para redução de crimes voltados a população LGBTI+ brasileira. Assim, objetiva-se analisar o cenário real de invisibilização social e violência contra essa população, observando a inacessibilidade real aos direitos básicos. Pesquisa pautada em pesquisas bibliográficas, relatórios governamentais e relatórios divulgados por associações que buscam o dialogo sobre tal problema. Por fim, entende-se o funcionamento brasileiro como pautado em exclusão ativa de minorias sociais, fazendo-se necessária a intervenção imediata em tal processo, e observação de resultados reais das politicas publicas adotadas.

Palavras-chave: Invisibilização, Homotransfobia, Diversidade, Produção Urbana.

Abstract:
The LGBTI+ population is the victim of different forms of violence in society, a social taint that has existed for as long as can be dated, reinforced daily by sexualisation, invisibilisation and active denial of basic constitutional rights. Brazil equated homotransfersophy to crime only in 2019, still it was not enough to reduce crimes aimed at the Brazilian LGBTI+ population. Thus, we aim to analyze the real scenario of social invisibilization and violence against this population, observing the real inaccessibility to basic rights. The research is based on bibliographic research, government reports and reports released by associations that seek dialogue about this problem. Finally, it is understood that the Brazilian way of functioning is based on active exclusion of social minorities, making it necessary to immediately intervene in this process, and observe the real results of the public policies adopted.

Keywords: Invisibilization, Homotransphobia, Diversity, Urban Production.

Résumé / Resumen:
La population LGBTI+ est victime de différentes formes de violence dans la société, une tare sociale qui existe depuis toujours, renforcée quotidiennement par la sexualisation, l'invisibilisation et le déni actif des droits constitutionnels fondamentaux. Le Brésil n'a assimilé l'homotransfersophie à un crime qu'en 2019, mais cela n'a pas suffi à réduire les crimes visant la population LGBTI+ brésilienne. Ainsi, nous cherchons à analyser le scénario réel de l'invisibilisation sociale et de la violence à l'encontre de cette population, en observant l'inaccessibilité réelle aux droits fondamentaux. La recherche se base sur des recherches bibliographiques, des rapports gouvernementaux et des rapports publiés par des associations qui cherchent le dialogue sur ce problème. Enfin, il est entendu que le mode de fonctionnement brésilien est basé sur l'exclusion active des minorités sociales, ce qui rend nécessaire l'intervention immédiate dans ce processus et l'observation des résultats réels des politiques publiques adoptées.

Mots-clés / Palabras-clave: Invisibilisation, homotransphobie, diversité, production urbaine.

Introdução

Inadequada aos padrões heterocisnormativos[1], a população LGBTI+[2] é sujeita à opressão das subjetividades sexuais e à violação inconstitucional de seus direitos básicos e garantias fundamentais. Devido à estigmatização de orientações sexuais e identidades ou expressões de gênero não-hegemônicas, LGBTI+ são vítimas de diferentes formas de violência em seu cotidiano, enraizadas nas contradições de um sistema pautado na exploração e opressão de minorias sociais, que por vezes não se constituem como minoria em aspecto numérico. A LGBTIfobia consiste na violência estrutural referente à discriminação, medo, repúdio ou aversão irracionais direcionados à população LGBTI+ que, pela desinformação, inexistência de mecanismos legais específicos e institucionalização dessa violência, permanece exposta à intolerância, crimes de ódio e à vulnerabilidade socioespacial.

Macedo Júnior (2019) define a violência contra LGBTI+ como a externalização da incompreensão perante o sujeito-outro desviante às ordens e construções sociais estabelecidas pelo sistema em vigor, em ânsia pela delimitação de poder sobre este, em uma lógica de domínio e decisão. No Brasil, a equiparação da homotransfobia ao crime de racismo em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 (BRASIL, 2019a) e no Mandado de Injunção (MI) nº 4.733 (BRASIL, 2019b), em 2019,

[1] A heterocisnormatividade é a norma social que estabelece padrões binários, heterossexuais e cisgêneros como de forma compulsória, tendo como "anormais" orientações sexuais, expressões e identidades de gênero desviantes.

[2] Nesta pesquisa é adotada a sigla LGBTI+, significando lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras variações de sexo, orientações sexuais, expressões e identidades de gênero não-hegemônicas (ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021).

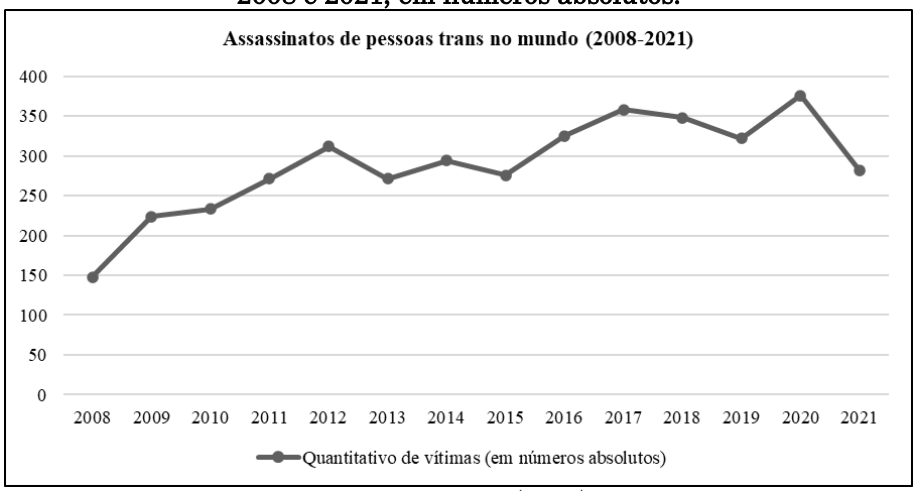
não é suficiente em face da dimensão da questão da LGBTIfobia no país: no mesmo ano, LGBTI+ foram retirados das políticas e diretrizes dos Direitos Humanos pela Medida Provisória (MPV) 870/2019 (BRASIL, 2019c), o que evidencia a insegurança jurídica e revogabilidade de direitos de grupos vulneráveis. Mesmo que se reconheça a LGBTIfobia como conceito sociopolítico de legitimação da desigualdade, destinado ao controle ideológico e negação da dignidade humana da população LGBTI+, é necessário que se estabeleçam mais do que mecanismos legais voltados ao enfrentamento da problemática, de modo a compreender sua instabilidade frente à complexidade das estruturas hegemônicas heterocissexistas que marginalizam a comunidade, sendo necessárias análises detalhadas sobre resultados de politicas já estabelecidas.

Em meados do século XX, graças ao limbo ideológico alimentado por credos religiosos extremistas, a homossexualidade se tornou alvo fácil da sociedade, já critica de outros movimentos taxados como imorais. Trevisan (2018), também implica a demonização da cominidade LGBTI+ aos interesses monetários velados da sociedade capitalista, explorada por entidades como TV Globo, com exibição desses personagens proibidos nas telinhas, angariando audiência pelo fator do impressionismo. Tal agenda oportunista também era aplicada as igrejas, ao se observar a implementação da cura gay, em 1995, promovida em larga escala pela Igreja Evangélica, demonstrando também uma das mais graves formas de associação do pecado e a comunidade, com inferências que deixavam claro o status de doente daquele que se reconhecesse gay ou lésbica

Como afirma o Atlas da Violência (IPEA, 2021), a escassez de estatísticas demográficas e indicadores da violência contra LGBTI+ no sistema nacional de segurança pública constitui uma questão central, por vezes ignoradas por governantes. Não há dados oficiais sobre o quantitativo populacional LGBTI+ no Brasil para o subsídio e desenvolvimento de políticas efetivas, visto a inexistência de levantamentos relativos à orientação sexual e/ou à identidade e expressão de gênero nos Censos Demográficos, de realização decenal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme institui a Lei Federal nº 8.184/1991. A falta de produção, sistematização e publicização de dados aprofunda a vulnerabilidade da população LGBTI+ à violência, principalmente dos subgrupos LGBTI+ mais expostos (IPEA, 2021), ressaltando como recortes de gênero e sexualidade nos recenseamentos da população são imprescindíveis para o reconhecimento da estruturação da desigualdade em hierarquias sociais, materializada na brutalidade das violências corporais e simbólicas contra minorias sexuais em um dos países que mais matam LGBTI+ no mundo[3], com um alarmante índice de mortes violentas de LGBTI+ (gráfico 01).

[3] ILGA (2021).

Gráfico 01: Assassinatos de pessoas trans registrados no mundo entre 2008 e 2021, em números absolutos.



Elaborado por autores, baseado em ILGA (2021)

Este trabalho analisa a vulnerabilidade socioespacial e a violência contra LGBTI+ nos espaços urbanos, de modo a questionar as intersecções do direito à cidade com as condições de sobrevivência/subsistência às quais é submetida a população LGBTI+ no Brasil, perante a falta de acesso da comunidade à terra, moradia e infraestrutura urbana, ao acolhimento institucional e à serviços públicos de saúde e assistência psicossocial.

Procedimentos metodológicos

Os métodos de procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, para composição de referencial teórico; e a pesquisa quantitativa. Para a pesquisa quantitativa sobre a violência contra LGBTI+, foram utilizados relatórios do Governo Federal e de entidades e organizações, analisando um período de 05 anos (2017-2021). Para tanto, foram elaborados materiais (gráficos, quadros e tabelas) a partir dos números relativos e absolutos de casos registrados de assassinatos e mortes violentas de LGBTI+ elencados por perfil das vítimas, escala geográfica e locais/territórios do crime

(ou corpo encontrado), com base em dados cruzados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) e do Observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB). Ressalta-se que, para o tratamento de informações especificamente acerca da população trans, foram considerados os dados dos Dossiês da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA).

"O pensamento-crime é a morte " nos guetos LGBTI+: histórico da luta por direitos, políticas públicas e resistência urbana do movimento LGBTI+ no Brasil

As projeções da luta pelos direitos LGBTI+ a nível nacional tem início na década de 1970, após a Revolta de Stonewall[4] (1969) nos Estados Unidos, com a formação do *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual* no ano de 1978, primeiro movimento organizado em defesa de questões políticas LGBTI+ (TODXS, 2020), durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), apesar da força dos aparelhos ideológicos e coercitivos de Estado à época. A violência contra LGBTI+ era constante nas metrópoles e centros urbanos, com a imposição do confinamento "em guetos ostensivamente vigiados e rotineiramente abordados por forças de segurança pública" (ANTRA, 2022, p. 107), prisões arbitrárias e extremas violações de direitos humanos – o que não se encerraria com o fim do regime autoritário. Do mesmo modo, Trevisan (2018) argumenta a demarcação institucional de nítidas fronteiras socioespaciais nas cidades enquanto fator para a marginalização social compulsória LGBTI+ em "guetos homossexuais" – territórios de transgressão delimitados pela

[4] A Revolta de Stonewall (1969) foi uma rebelião que ocorreu na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, de 28 de junho a 03 de julho de 1969, e é considerada o marco inicial do movimento por libertação sexual e luta por direitos LGBTI+.

vigilância e controle: como define Lacerda (2021), os guetos constituíam uma ocupação urbana subversiva, em que a contracultura e as memórias subterrâneas[5] das minorias sociais reapropriaram áreas urbanas centrais, em levante contra a opressão LGBTI+, "do armário para os guetos e dos guetos às ruas" (LACERDA, 2021, p. 38).

A organização mais antiga voltada à defesa dos direitos LGBTI+ em funcionamento no Brasil e na América Latina é o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, ainda na Ditadura Militar. O grupo foi responsável pelos primeiros levantamentos de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, publicando as relações nominais das vítimas identificadas na distribuição de boletins sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), desde o encerramento do jornal Lampião da Esquina, em circulação na imprensa alternativa de 1978 a 1981. A década foi marcada pela violência urbana transfóbica, com registros de agressões, assassinatos, atentados e fuzilamentos públicos (TREVISAN, 2018), até a tentativa falha de proibição da discriminação por orientação sexual na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), obtendo como resposta episódios de perseguição contra LGBTI+, como a "Operação Tarântula", deflagrada em 1987 pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, na qual 300 travestis foram detidas nas ruas e violentadas sob a justificativa de combate à epidemia de HIV/AIDS (TODXS, 2020).

Ressalta-se como a patologização de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero não-hegemônicas na Classificação Internacional de Doenças (CID), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – estigmatizadas enquanto "perversões,

[5] Refere-se à resistência de "[...] memórias proibidas, clandestinas, subterrâneas, reprimidas e oprimidas" (Pollak, 1989 apud Lacerda, 2021, p. 40) de culturas minoritárias, que se opõem à memória oficial (LACERDA, 2021).

distúrbios de personalidade, doenças mentais e comportamentais" desde o CID-6 (1948), no CID-9 (1975) e no CID-10 (1990) – contribuiu para a institucionalização da LGBTIfobia.

Marsiaj (2003) relaciona a distribuição espacial da opressão de minorias sexuais com as desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais no Brasil, decorrentes da urbanização e industrialização do país (século XX), o que caracteriza como a pauperização da violência contra LGBTI+ (MARSIAJ, 2003). Nesse sentido, Souza (2020) discorre sobre como o planejamento urbano moderno desconsiderou grupos marginais extremamente vulnerabilizados, excluindo os corpos LGBTI+ da cidade industrial, no processo de mercantilização dos espaços urbanos e de suburbanização do proletariado – assim, à população LGBTI+ eram negados "qualquer acesso ou direitos ligados às políticas urbanas para a cidade [...] é a dimensão da vida urbana negada a estes corpos nos espaços da cidade" (SOUZA, 2020, p. 19-21). A cartografia dos territórios ocupados pela população LGBTI+ nas principais cidades, a partir da década de 1980, evidencia a dimensão política da segregação socioespacial LGBTI+ em guetos, manchas e circuitos, como em situação de rua: os ideais urbanísticos não alcançavam as necessidades políticas LGBTI+, desconsiderando as minorias sexuais, de forma discriminatória e sanitarista (SOUZA, 2020).

O movimento revolucionário de luta e resistência LGBTI+ no país se consolidou com a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em 1995, contribuiu para a inclusão de LGBTI+ como grupo vulnerável no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996. A construção de políticas públicas direcionadas a população LGBTI+ é formalizada com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) — Programa

de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004 (BRASIL, 2008; CONSELHO, 2004), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), tendo como princípio a implantação de políticas públicas e estratégias voltadas à população LGBTI+ pelo Governo Federal, "a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas" (BRASIL, 2004, p. 11).

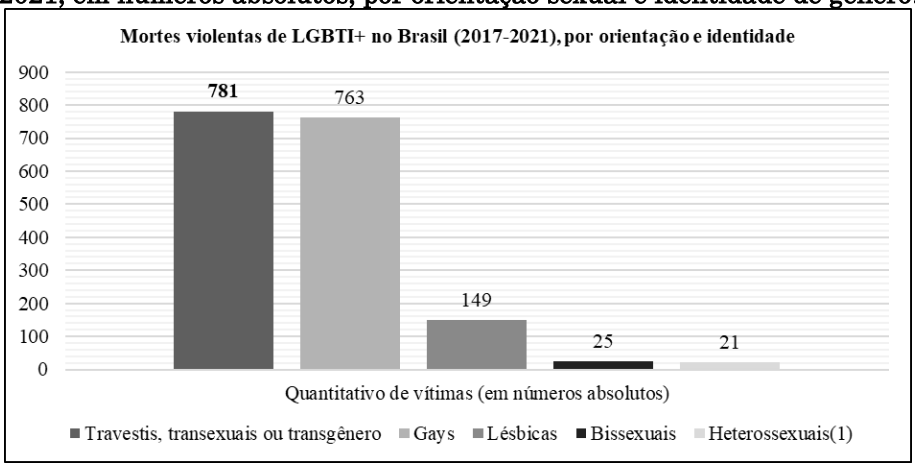
Em sumo, Lacerda (2021) define a trajetória histórica de resistência LGBTI+ em quatro momentos: a primeira onda (1970), na Ditadura Militar, de caráter antiautoritário, comunitarista e contracultura, de concentração nas cidades Rio de Janeiro e São Paulo; a segunda onda (1980), no início do período de redemocratização, voltado ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS; a terceira onda (1990), que consistiu na articulação do movimento organizado LGBTI+ para o reconhecimento de direitos civis (FACCHINI, 2005 apud LACERDA, 2021) e na ramificação para o interior do país; e a quarta onda, em emergência (2020), de anseio pela materialização da luta LGBTI+ para além dos discursos, em contraponto à perseguição política à comunidade (LACERDA, 2021).

Perfil sociodemográfico das vítimas de violência LGBTIfóbica

A população trans é a mais atingida pela violência contra LGBTI+ no Brasil. No recorte de mortes violentas de LGBTI+ por perfil da vítima, considerando orientação sexual, identidade e expressão de gênero, pelo menos 781 das 1.739 vítimas eram trans (travestis, transexuais ou transgênero, incluindo expressões e identidades não-binárias), o equivalente a 44,91% do total de vítimas registradas. O segundo grupo mais atingido pela violência letal são

os gays, com 763 vítimas (43,88%), enquanto lésbicas, bissexuais e heterossexuais correspondem a 11,21% dos casos, não apresentando dados sobre outras orientações sexuais *(gráfico 02).*

Gráfico 02: Mortes violentas de LGBTI+ registradas no Brasil entre 2017 e 2021, em números absolutos, por orientação sexual e identidade de gênero.



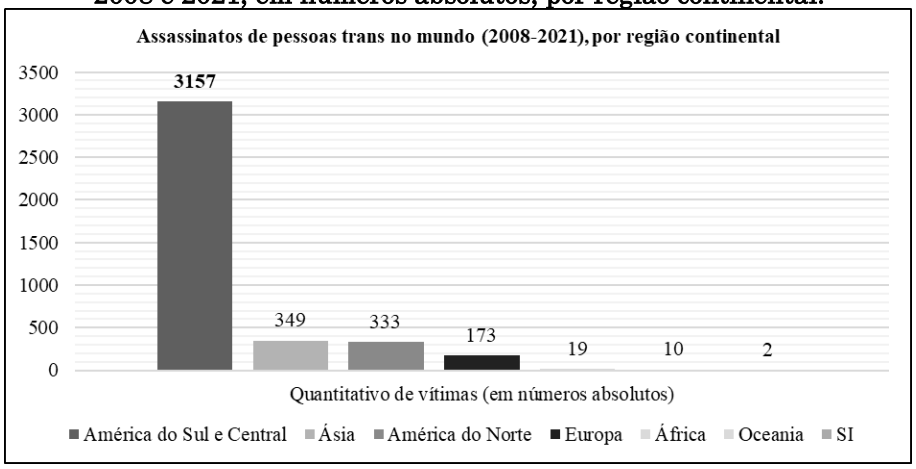
(1) Incluem-se como vítimas heterossexuais confundidos ou relacionados de alguma forma à população LGBTI+.

Fonte: ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021, 2022; ANTRA, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020. Org. dos autores, 2022.

Distribuição espacial da violência LGBTIfóbica

A América do Sul e Central é a região continental do mundo mais violenta para pessoas trans, conforme dados do Observatório Trans Murder Monitoring (TMM) de 2008 a 2021, pela Transgender Europe (TGEU). Ao todo, 3157 dos 4042 casos registrados nesse período foram na região, em 25 países, equivalente a 78,1% do total de assassinatos de pessoas trans no mundo, em números absolutos. O Brasil é o país com o maior quantitativo de mortes de pessoas trans no mundo, desde 2008 (TGEU, 2021), com 1645 casos (40,7%), número maior do que a soma de todos os outros países da região em que se insere e das outras regiões *(gráfico 03).*

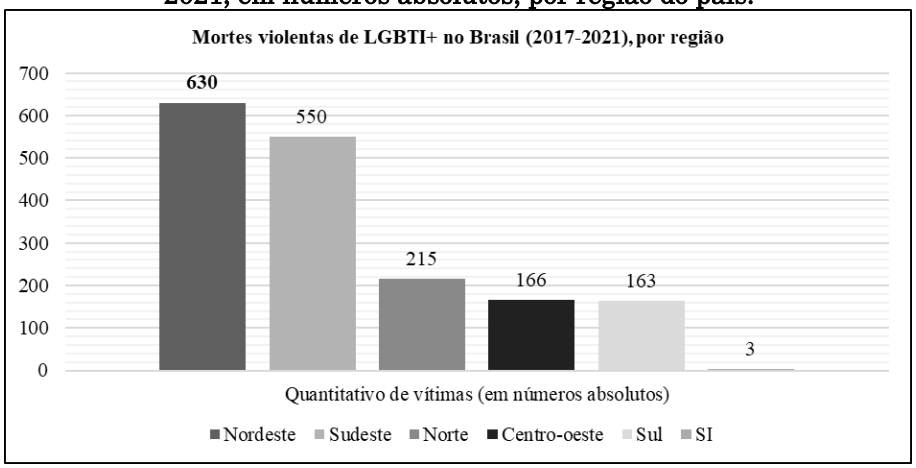
Gráfico 03: Mortes violentas de LGBTI+ registradas em todo globo, entre 2008 e 2021, em números absolutos, por região continental.



Fonte: TGEU, 2021. Org. dos autores, 2022.

O Nordeste é a região do Brasil mais violenta para a população LGBTI+ *(gráfico 04)*. Na distribuição das mortes de LGBTI+ por região do país, o Nordeste concentra o maior número de mortes em dados absolutos: das 1.739 mortes registradas nos últimos cinco anos (entre 2017 e 2021), pelo menos 630 foram na região, representando um percentual de 36,5% dos casos por recorte territorial. Em dados relativos, o Nordeste aparece como região mais violenta em número de notificações por milhão de habitantes, concentrando um percentual maior do que a soma total das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste (ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020). Segundo a ANTRA (2022), o Nordeste é a região que mais mata pessoas trans no país, com média percentual de 37,8% dos casos de assassinatos registrados no período.

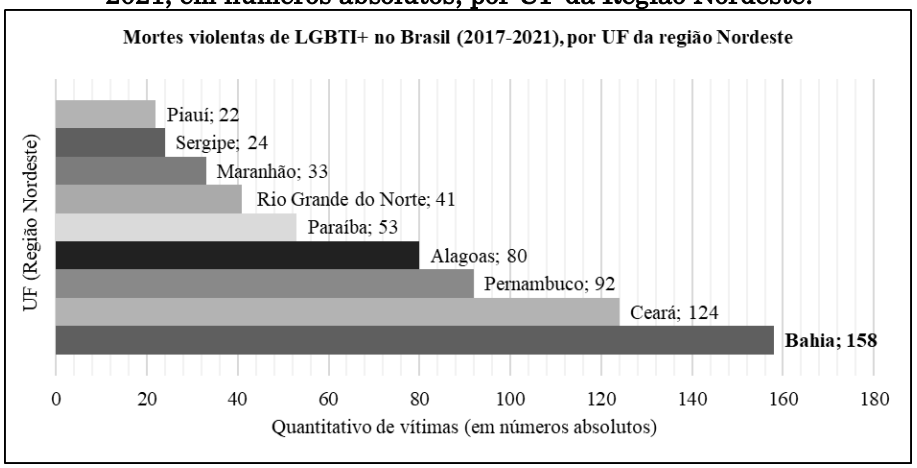
Gráfico 04: Mortes violentas de LGBTI+ registradas no Brasil entre 2017 e 2021, em números absolutos, por região do país.



Fonte: ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020. Org. dos autores, 2022.

O estado da Bahia aparece como mais violento da região Nordeste para LGBTI+, com 627 casos. Dados dos Relatórios (ACONTECE LGBTI+; GGB, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020, 2021) indicam, na distribuição da violência por Unidades Federativas (UF), que 25,2% das mortes violentas de LGBTI+ registradas no Nordeste foram na Bahia, em números absolutos *(gráfico 05).* Salvador foi a capital mais perigosa para LGBTI+ no Brasil no ano de 2021, onde foram 12 do total de 32 assassinatos registrados no Estado (ACONTECE LGBTI+, GGB, 2022). Quanto ao recorte por identidade de gênero, quatro estados da região (Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba) estão entre os dez com o maior quantitativo de assassinatos de pessoas trans registrados. A Bahia aparece consecutivamente entre os três estados que mais assassinam pessoas trans no país desde 2017, conforme *quadro 01* (ANTRA, 2022).

Gráfico 04: Mortes violentas de LGBTI+ registradas no Brasil entre 2017 e 2021, em números absolutos, por UF da Região Nordeste.



Fonte: ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020. Org. dos autores, 2022.

Quadro 01: Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2017 e 2021, em números absolutos por UF com maior número de mortes.

Posição	UF	2021	UF	2020	UF	2019	UF	2018	UF	2017
1º	SP	25	SP	29	SP	21	RJ	16	MG	20
2º	**BA**	**13**	CE	22	CE	11	**BA**	**15**	**BA**	**17**
3º	RJ	12	**BA**	**19**	**BA**	**8**	SP	14	CE	16

Fonte: ANTRA, 2022. Org. dos autores, 2022.

Subversão e extermínio na cidade-armário

A maior parte da população LGBTI+ vítima de violência vive em espaços urbanos periféricos, dentre ocupações e assentamentos informais, conjuntos habitacionais e territórios de favelas, sendo a maioria desses territórios controlados pelo crime organizado e alvos de constantes ações de despejo (SOUZA, 2020). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) discorre acerca do vínculo entre a pobreza, exclusão social e violência, afirmando como a população LGBTI+ em situação de rua é mais vulnerável à violência contra LGBTI+ e, por consequência, à maiores índices de criminalização e de encarceramento (CIDH, 2015) – a falta de

moradia torna pessoas trans mais expostas à violência transfóbica nos espaços urbanos, devido à prostituição e ao fato de que:

> [...] as pessoas que estão na interseção de orientações sexuais e identidades de gênero diversas e da condição migratória enfrentam um risco mais alto de sofrer discriminação e violência, especialmente as pessoas que são forçadas a deixar seus países, ou que são deslocadas internas em seu próprio país, e como consequência desse deslocamento vivem em situação de pobreza nas cidades e países de destino (CIDH, 2015).

A ANTRA (2022) caracteriza, como fator de manutenção dessa violência, a ausência de casas-abrigo para LGBTI+ sem direito à moradia adequada – o que abrange tanto a população LGBTI+ em situação de rua pela violência intrafamiliar (rejeição, abandono e/ou expulsão do convívio familiar); quanto sem acesso à saneamento básico, habitação e infraestrutura regular, em ocupações e assentamentos informais. A população LGBTI+ permanece sem direito à cidade, sujeita à extrema vulnerabilidade socioespacial e subsistência urbana em condições precárias, intensificada pela insegurança pública, pela dificuldade de acesso à serviços públicos e pela ausência de dados e estatísticas demográficas oficiais.

O perfil sociodemográfico de LGBTI+ vítimas de violência indica que pessoas trans são as mais vulneráveis à violência contra LGBTI+ nos espaços urbanos. Segundo dados do TMM, entre 2008 e 2021, no levantamento dos assassinatos de pessoas trans no mundo por local da morte, foram identificados pelo menos 1961 dos 4042 casos em espaços públicos, o equivalente a 48,51% do total de mortes *(quadro 02),* sendo 1263 em vias urbanas (31,25%).

Quadro 02: Assassinatos de pessoas trans registrados no mundo entre 2008 e 2021, em números absolutos, por local da morte.

ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO MUNDO POR LOCAL DA MORTE (2008-2021)			
Rodovias e vias públicas	**1.438**	Imóveis em obras, vazios ou abandonados	99
Residência da vítima	683	Veículos, estações de transporte, ferrovias	94
Espaços públicos	387	Unidades prisionais e delegacias de polícia	20
Espaços privados	227	Sem informação ou não reportado	1.094

Fonte: TGEU, 2021. Org. dos autores, 2022.

De acordo com a ANTRA (2021), 124 assassinatos de pessoas trans registrados somente no ano de 2020 no Brasil aconteceram em espaços públicos urbanos (rodovias, vias e logradouros; imóveis vazios, subutilizados, abandonados ou não-utilizados; transporte coletivo urbano, entre outros). Conforme a ANTRA (2022), em 2021 foram identificados 100 assassinatos de pessoas trans em locais públicos, além de 77 tentativas de assassinato, destas sendo pelo menos 58 em logradouros públicos. Entre 2020 e 2021, foram 161 assassinatos em rodovias e vias públicas *(quadro 03).*

Quadro 03: Assassinatos de pessoas trans registrados no Brasil entre 2020 e 2021, em números absolutos, por local da morte ou corpo encontrado.

LOCAL DA MORTE/CORPO ENCONTRADO – PESSOAS TRANS NO BRASIL (2020-2021)			
Rodovias e vias públicas	**161**	Unidades prisionais	3
Espaços públicos, imóveis/terrenos	59	Terminais Rodoviários/transporte público	2
Residência da vítima	50	Territórios de favelas	2
Espaços privados	24	Sem informação	13

Fonte: ANTRA, 2021, 2022. Org. dos autores, 2022.

Ressalta-se a informação que das vítimas identificadas em 2020 e 2021, pelo menos 11 pessoas trans assassinadas se encontravam em situação de rua (ANTRA, 2022). Nos anos de 2017

a 2019 não constam dados exatos sobre a localidade dos crimes, sendo em vias públicas (%): 55% em 2017; e 60% em 2018; sem informações em 2019. Estes dados evidenciam como

> Independente de região, mulheres e homens trans, travestis e pessoas não-binárias são extremamente vulneráveis no espaço geográfico. **O território das cidades não apresenta a mesma estrutura de oportunidades para as pessoas trans**, resultando em diversas fragilidades que colocam nossa comunidade na exclusão social e, consequentemente, exposta a todo tipo de violência (ANTRA, 2021, p. 68, grifo nosso).

O mapeamento da violência contra a população LGBTI+ por local do crime ou local onde o corpo foi encontrado indica que dos 237 LGBTI+ assassinados no Brasil somente em 2020, 61% deles foram executados em espaços públicos *(quadro 04),* sobretudo em vias públicas urbanas (ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021). Em 2021, foram pelo menos 115 vítimas em logradouros públicos, apesar da subnotificação (14,33% dos casos não apresentam informações sobre local).

Quadro 04: Assassinatos de pessoas trans registrados no Brasil entre 2020 e 2021, em números absolutos, por local da morte ou corpo encontrado.

LOCAL DA MORTE/CORPO ENCONTRADO – LGBTI+ (2018-2021)			
Vias ou espaços públicos	**535**	Espaços privados	98
Residência da vítima	427	Sem informação (SI) ou outros	160

Fonte: ACONTECE LGBTI+; GGB, 2021, 2022; GGB, 2018, 2019, 2020. Org. dos autores, 2022.

Considerações finais

Não somente pela formação socioespacial historicamente desigual, a violência contra a população LGBTI+ nos espaços

urbanos – moldados e constituídos no contexto de metabolismo social e reprodução ampliada do capital – é resultante de extremos processos de exclusão e invisibilização seletiva social. Esses processos são transpassados pelas contradições fundamentais do capitalismo – que delineiam as realidades socioespaciais – e se institucionalizam na negação do acesso à moradia adequada, à terra e infraestrutura urbana para parcelas de extrato social baixo ou população fragilizada pelo sistema. Não há como se falar em direito à cidade quando não há cidade senão a ilegal para minorias sociais; sem que o regime de opressão e periferização da população LGBTI+ seja reconhecido por uma óptica urbanística interseccional, relacionando as disfunções socio-territoriais consequentes de um crescimento urbano dissonante à subalternização queer e subversão LGBTI+ no urbano, legitimadas por políticas de Estado essencialmente conflitivas, as quais constituem dispositivos de vigilância e controle sobre os corpos nas cidades, tais grupos sociais continuarão largados a própria sorte, sobrevivendo com migalhas sociais, constante medo e perspectivas de vida subvertidas .

Ao entender como as urbes ignoram a população LGBTI+ em função da heterocisnormatividade (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2019), percebe-se necessário repensar a política urbana, a partir do enquadramento crítico da espacialização das injustiças sociais, reestruturando instrumentos e legislações urbanísticas para que estes não se tornem mecanismos de um urbano enquanto estrutura definidora e mantenedora da opressão direta à população LGBTI+.

O texto-base da 1ª Conferência Nacional de GLBT (CONFERÊNCIA, 2008), para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL,

2009), desenvolve relatórios diagnósticos e estratégias de gestão e ação direcionadas à implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e Combate à Homofobia, dentre as quais a garantia do acesso à habitação de baixo custo, incluindo abrigos e outras acomodações emergenciais está como princípio de enfrentamento da violência, física e social, contra LGBTI+. Além disso, a proibição de desocupações forçadas e despejos ilegais por LGBTIfobia; o direito da população LGBTI+ ao reassentamento, à propriedade de terra e à habitação adequada; o estabelecimento de programas sociais para enfrentamento de fatores de vulnerabilidade socioespacial e falta de acesso à moradia e acolhimento institucional da população LGBTI+; e a incorporação dos recortes de gênero e sexualidade nas políticas urbanas e planejamento das cidades, com ênfase na transformação, sobretudo, da realidade socioespacial de travestis (CONFERÊNCIA, 2008); são essenciais para a garantia do direito social constitucional à moradia, à saúde e à assistência psicossocial da população LGBTI+.

Sem entender o grupo populacional compreendido pela sigla LGBTI+, muito mais diverso do que é possivel abordar em análises e estudos, não será possivel a construção do pais igualitário, mantenedor de dignidade real para tal grupo, com educação pública e geral ao que concerne diversidade sexual e de genero, dismistificação de mitos institucionalizados relacionados a doenças dentre outros fatores de manutenção do *status* de fragilidade social atual.

Referências

ACONTECE LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da

Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 1 ed., 2021. 79p.

_____. Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2021: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1 ed., 2022. 78p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasília, 2018. 121p.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. 68p.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. 80p.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p.

_____. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144p.

BRASIL. Decreto de 28 de novembro de 2007. Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, seção 1, ano 144, n. 229, p. 26-27, 29 nov. 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Texto-base da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2008.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília, 2009.

_____. Supremo Tribunal Federal. Plenário. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº 26. Número Único

9996923.64.2013.1.00.0000. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – Exposição e Sujeição dos Homossexuais, Transgêneros e demais integrantes da comunidade LGBTI+ a graves ofensas a seus direitos fundamentais em decorrência da superação irrazoável do lapso temporal necessário [...]. [Relator]: Min. Celso de Mello, 13 jun. 2019a. Diário da Justiça n. 243, de 06 out. 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053. Acesso em: mai. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. Plenário. Mandado de Injunção MI 4733-DF. Número Único 9942814.37.2012.1.00.0000. Trata-se de mandado de injunção coletivo, impetrado pela Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT contra o Congresso Nacional, em que se busca [...]. [Relator]: Min. Ricardo Lewandowski, 13 jun. 2019b. Diário da Justiça Eletrônico n. 238, de 28 set. 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576. Acesso em: 22 abr. 2022.

CARVALHO, C. O. de; MACEDO JÚNIOR, G. S.; 'Isto é um lugar de respeito!': A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. In: Revista de Direito da Cidade, v. 09, n. 1, p. 103-116, jan. 2017.

CARVALHO, C. O. de; MACEDO JÚNIOR, G. S.; 'Ainda vão me matar numa rua': Direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v. 20, n. 2, p. 143-164, dez. 2019.

CONFERÊNCIA Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. 1., 2008, Brasília. Anais [...] Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32p.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2018.

_____. Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2018. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2019.

_____. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020.

INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION. Europe. ILGA. 2021.

LACERDA, L. X. B. Empunhando a bandeira colorida: memória do movimento LGBT em Vitória da Conquista (2001-2016). 2021. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

MACEDO JÚNIOR, G. S. Medo, vida e morte na cidade-armário: a heterocisnormatividade dos espaços urbanos. 2019. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MARSIA, J. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In: Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, p. 131-147, 2003.

SOUZA, C. L. de. Os corpos LGBTI+ nos territórios segregados da cidade do Rio de Janeiro. In: Encontro de História da Anpuh-Rio – História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica, 19., Rio de Janeiro, 2020. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020.

TODXS. Relatório da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+: Identidade e perfil sociodemográfico; Mercado de trabalho e renda; Saúde. TODXS: São Paulo, 2020.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Transrespect versus Transphobia Worldwide. Trans Murder Monitoring (TMM): Cumulative tables (Jan 2008 – Sep 2021). 2021. Disponível em: https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/ Acesso em: 02 mai. 2022.

TREVISAN, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Submetido em: 21 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 23 de junho de 2022.
Aprovado em: 05 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

BORGES, L.; CHERUBINI RODRIGUES, C. . "Não há orgulho para alguns sem a libertação de todos nós”: territórios do medo e a espacialização da violência contra LGBTI+. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 256–278, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2310.

ESPACIOS RURALES Y REPRESENTACIONES DE GÊNERO: LAS BASES MATERIALES DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA CONTRA LAS MUJERES RURALES GALLEGAS (ESPAÑA) Y NORDESTINAS (BRASIL)

RURAL SPACES AND GENDER REPRESENTATIONS: THE MATERIAL BASES OF SYMBOLIC VIOLENCE AGAINST RURAL WOMEN IN GALICIA (SPAIN) AND THE NORTHEAST (BRAZIL)

ESPAÇOS RURAIS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO: AS BASES MATERIAIS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER RURAL NA GALIZA (ESPANHA) E NO NORDESTE (BRASIL)

MARIA FRANCO-GARCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MMARTILLO@GMAIL.COM

Resumen: Este artículo analiza la relación existente entre el espacio rural y las representaciones sociales de género. Concretamente, nos interesa entender cómo la dimensión simbólica de dos formas de violencia concretas, la violencia patriarcal y/o de género y la discriminación urbana de lo rural, condicionan la representación social que las mujeres agricultoras tienen de ellas mismas y de la ruralidad. El método cualitativo de investigación es la base del estudio y la entrevista en profundidad, la principal técnica. Las áreas seleccionadas han sido Galicia, en el norte de España y Paraíba, en el noreste de Brasil. Analizamos, las prácticas cotidianas de las agricultoras e identificamos las representaciones sociales que los colectivos de mujeres agricultoras tienen sobre el mundo rural y la presencia de la mujer en él. Los resultados alcanzados nos permiten afirmar que la dimensión simbólica de las diferentes formas de violencia de género y de violencia territorial, que acompañan la historia de vida de estas mujeres, condicionan la construcción de sus representaciones sobre el rural y sobre ellas mismas. Sin embargo, la presencia siempre renovada de mujeres en espacios productivos apunta para una constante re-significación femenina del mundo rural.

Espacio rural, mujeres, violencia

Abstract:

This article analyses the relationship between rural space and social representations of gender. Specifically, we are interested in understanding how the symbolic dimension of two specific forms of violence, patriarchal and/or gender-based violence and urban discrimination of the rural, condition the social representation that women farmers have of themselves and of rurality. The qualitative research method is the basis of the study and the in-depth interview is the main technique. The areas selected were Galicia, in the north of Spain, and Paraíba, in the north-east of Brazil. We analysed the daily practices of women farmers and identified the social representations that women farmers' collectives have about the rural world and the presence of women in it. The results allow us to affirm that the symbolic dimension of the different forms of gender violence and territorial violence, which accompany the life history of these women, condition the construction of their representations of the rural world and of themselves. However, the ever-renewed presence of women in productive spaces points to a constant feminine re-signification of the rural world.

Keywords: Rural space, women, violence

Resumo:

Este artigo analisa a relação entre o espaço rural e as representações sociais de gênero. Especificamente, estamos interessados em entender como a dimensão simbólica de duas formas específicas de violência, a violência patriarcal e/ou baseada no gênero e a discriminação urbana do campo, condicionam a representação social que as mulheres agricultoras têm de si mesmas e da ruralidade. O método de pesquisa qualitativa é a base do estudo e a entrevista em profundidade é a técnica principal. As áreas selecionadas foram a Galiza, no norte da Espanha, e a Paraíba, no nordeste do Brasil. Analisamos as práticas diárias das mulheres agricultoras e identificamos as representações sociais que os coletivos de mulheres agricultoras têm sobre o mundo rural e a presença de mulheres nele. Os resultados nos permitem afirmar que a dimensão simbólica das diferentes formas de violência de gênero e violência territorial, que acompanham a história de vida dessas mulheres, condicionam a construção de suas representações do mundo rural e de si mesmas. Entretanto, a presença sempre renovada das mulheres nos espaços produtivos aponta para uma constante ressignificação feminina do mundo rural.

Palavras-chave: Espaço rural, mulheres, violência

Introducción

Las mujeres rurales del mundo globalizado y pandémico[1] del siglo XXI, arrastran una história de continuada discriminación, no sólo como mujeres, sino también por la marginación que la mirada urbana, forzadamente universalista, ha impuesto sobre el mundo rural.

A pesar de la escasa consideración social de estas mujeres y la supuesta complementariedad de su trabajo en actividades agrícolas y ganaderas *(*SILIPRANDI, 2017; MIES, 2020; PINI; LITTLE, 2006, 2015, 2017) ellas han estado y continuando estando presentes en la producción, sin haber dejado de ser hijas, madres, esposas, vecinas, comadres, *rezadeiras, curandeiras* y/o activistas como presentamos en este análisis.

Son varias las autoras y autores (CLOKE, 2006; MARTÍNEZ-GARCÍA; CAMARERO, 2015; FERREIRA; MATTOS, 2017; AHMED, 2019) que han evidenciado, a lo largo y ancho del planeta, que en el rural, la supuesta separación de esferas, productiva y reproductiva, no es tal, puesto que el ámbito de lo doméstico se amplía interminablemente para las mujeres que lo habitan. Al inevitable tiempo de trabajo y de vida, que las actividades productivas en una explotación agrícola y/o ganadera demandan, se les une una extensa jornada de tareas cotidianas, asumidas básicamente por ellas. Tareas que permiten, entre otras cosas, el

[1] Este estudio desarrollado en el período comprendido entre los meses de marzo de 2020 a enero de 2021, en plena pandemia de COVID - 19. El contacto entre Brasil y España se realizó por medio de video-llamadas on-line.

sustento familiar, como es la huerta; la cría de aves y pequeños animales; la recolección de frutas destinadas al consumo familiar; la preparación, conservación y almacenamiento de alimentos y; el acopio y preservación de semillas, entre otras.

Si las distintas experiencias de mujeres rurales en el mundo tienen trazos comunes relativos a la doble discriminación territorial[2] y de género, también su permanencia como mujeres y agricultoras es una marca común en este mundo global. Las estrategias de resistencia y/o de contestación de mujeres rurales en las diversas latitudes del planeta, nos muestran caminos de re-significación femenina del mundo rural. Algunas de esas estrategias han sido, entre otras, la participación en colectivos de mujeres, o mixtos, donde la centralidad es la vida en el campo.

Este artículo se centra en la mujer rural y se organiza a través de dos conceptos: la violencia, entendida más allá de del caracter físico al que nos remite el término y la ruralidad, como forma socio-cultural de marginación territorial. La combinación de ambos tiene unas consecuencias particulares que se manifiestan en una doble discriminación hacia la mujer que se agrava en la medida en la que el pensamiento urbano dominante estereotipa y naturaliza el rural, a partir de una organización social tradicional en la que el patriarcado es una práctica consustancial a estos ámbitos territoriales.

En este doble contexto, el social del género y el territorial del mundo rural, nuestro objetivo se centra en analizar la representación que de ellas mismas tienen las mujeres rurales en dos ámbitos

[2] Nos referimos a la discriminación que los espacios rurales sufren en relación a la urbana de desarrollo y progreso.

geográficos diferentes: el semiárido brasileño y el noroeste de la península Ibérica. A partir de estas representaciones, que incluyen sus interpretaciones sobre la violencia, la desigualdad o la ruralidad, nos interesa entender las respuestas colectivas que buscan su empoderamiento frente a las situaciones descritas. El trabajo se sitúa dentro de la geografía de género/feminista y la geografía rural/agraria y en las aportaciones de los estudios sociales críticos, de abordaje cultural. Esta opción teórico-metodológica permite establecer una relación directa entre la construcción social de la violencia simbólica (contra las mujeres y/o contra el rural) y el territorio.

Los espacios rurales que hemos seleccionado, en base a criterios de ruralidad y presencia de colectivos de mujeres agricultoras organizados, se localizan en el municipio de San Sadurniño en Galicia, región del noroeste (NO) de España y en el Cariri Oriental Paraibano, correspondiente al semiárido sertanejo, en el noreste (NE) de Brasil. En el caso gallego, las mujeres agricultoras han encontrado en la virtualidad de la red la posibilidad de dar visibilidad a sus vidas, de reconocerse públicamente como mujeres rurales, de celebrar esa condición y de querer compartir sus saberes ancestrales y experiencias personales, con el mundo. Son las *Youtubeiras* de San Sadurniño que, a partir de una experiencia de inclusión tecnológica de mujeres agricultoras promovida por el poder público local[3], crearon su propio canal de Youtube[4]. En él comparten,

[3] La red de Centros para la Modernización e Inclusión Tecnológica, CeMIT, de la *Xunta de Galicia* (Gobierno Regional) promueve la alfabetización digital y la inclusión tecnológica en diferentes ayuntamientos del territorio gallego.

[4] Disponible en:<https://youtu.be/JF4hGppOEa0>

al tiempo que difunden, sus conocimientos sobre del trabajo en el campo, específicamente, el realizado en sus huertas.

En el NE de Brasil, en el estado de Paraíba, el Colectivo ASA Cariri Oriental (CASACO/Cariri-Oriental) es una asociación de campesinos y campesinas, vinculada a una gran red de organizaciones rurales en todo el país (más de 3.000), que se organizan bajo el nombre de Articulação Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil). Se trata de una articulación de sindicatos rurales, asociaciones, cooperativas y Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) que actúan en la región semiárida [5] y que tienen como proyecto político, desde 1989, la convivencia con el medio rural semiárido en el camino opuesto del paradigma de desarrollo rural del "combate" a la semi-aridez[6].

Muchas de las mujeres del CASACO/Cariri-Oriental concilian sus vidas como campesinas y agricultoras con actividades estacionales no agrícolas y remuneradas, tanto en sus lugares de residencia como en zonas urbanas próximas. La participación de las mujeres en este colectivo parte de la necesidad de conquistar el derecho de permanecer en la tierra como agricultoras.

Ambos ejemplos, en contextos sociales y territoriales muy diferentes, ponen de relieve aspectos de la vida en espacios rurales: el protagonismo de las mujeres en la agricultura y ganadería de base

[5] El semiárido brasileiro es una región que se extiende por el Nordeste y Sudeste de Brasil, concretamente en áreas interiores de los estados de Bahía, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande del Norte, Ceará, Piauí, Maranhão y en el norte de Minas Gerais y Espirito Santo.

[6] Las mujeres que hoy forman parte del CASACO conocieron en 2003 la ASA y su lectura sobe el Semiárido. En 2008, fue creada la "Associação de Lideranças e Organizações de Agriculturas/es Familiares do Cariri Paraibano", conocida popularmente como CASACO, enfocada para la convivencia del Semiárido y la agroecologia.

familiar; la diferencia positiva de la gestión/manejo femenino del espacio rural, y la construcción y preservación, a partir de la mirada diferencial de las mujeres, de saberes agrícolas y sus prácticas. Al mismo tiempo, As *Youtubeiras* y el CASACO/Cariri-Oriental son espacios colectivos femeninos donde las múltiples formas de violencia contra las mujeres y sus representaciones se verbalizan y comparten, reforzando la conciencia contra el patriarcado y, por lo tanto también, su combate.

Las formas de violencia, objeto de este estudio, son prácticas materiales y simbólicas, que conducen a la doble discriminación, no la única, a la que estas mujeres están expuestas: la de género y la territorial. A través del análisis de cómo se ha construido la relación ruralidad-feminidad, y su imaginario social, en los dos territorios pretendemos evidenciar esa doble discriminación que se manifiesta a través de la violencia simbólica que impregna el cotidiano de las mujeres agricultoras y ganaderas, contribuyendo además a la apropiación física y mental del rural.

Marco teórico

La mirada urbana sobre el rural ha servido para acentuar la marginación de estos espacios y su apropiación real y simbólica por parte de la ciudad. Además, ha contribuido para dejar en una situación de gran vulnerabilidad a las mujeres, afectadas por un doble problema derivado de la ruralidad y del patriarcado.

Para establecer puentes entre la violencia, la ruralidad y el género, partimos del debate contemporáneo sobre la violencia y las múltiples formas sociológicas y filosóficas de conceptuarla. Galtung es tal vez uno de los autores contemporáneos que más ha profundizado en el concepto de violencia, con un texto inicial de 1969

y varias reinterpretaciones posteriores. El principio del que parte señala que la violencia representa una privación de los derechos humanos fundamentales. En 1990 Galtung desarrolla la idea de violencia cultural que se suma y complementa a las violencias directa y estructural. Por violencia cultural entiende "aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência... que podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural"[7] (GALTUNG, 1990, p. 291). Se trata pues, como insiste el autor, de aspectos de la cultura y no de la cultura en sí misma. Esta lectura enlaza directamente con la violencia simbólica de Bourdieu (1977) a la que nos referiremos más adelante. Por lo tanto, la violencia no implica exclusivamente el uso físico de la fuerza. Siguiendo a Galtung (1990), estos tres tipos de violencia quedarían expresados en un triángulo vicioso en el que la violencia cultural legitimaría a las otras, al igual que la violencia directa sería una consecuencia de las otras dos. Además, la persistencia de estas violencias en el tiempo se justificaría por la lentitud con la que se producen los cambios culturales (GALTUNG, 1990).

Relacionado con este sentido de la violencia, está la opresión que para Young, (2000) es causa y condición social de la injusticia. Se trata, en términos generales, del ejercicio de la tiranía por un grupo dominante. Específicamente, es una injusticia perpetrada a un grupo, entendido como un conjunto de personas que comparten una identidad, en este caso la de las mujeres rurales. La opresión estaría presente en las normas, en los hábitos y en los símbolos que comparte esta colectividad. Las reglas sociales se convierten para el grupo

[7] Texto original: "those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence…that can be used to justify or legitimize direct or structural violence"

oprimido en una estructura restrictiva de fuerzas y barreras que lo inmovilizan y reducen. La opresión no es una injusticia a una persona o grupo ocasional, sino que presupone un carácter social. Es una vejación estructural, cuando personas reducen el potencial de otras a ser plenamente humanas, por ejemplo: negar a las mujeres rurales el acceso a una educación plena, continuada en el tiempo y de libre elección, bien como a otras oportunidades de crecimiento personal.

Young (1990), diferencia cinco formas con las que la opresión puede expresarse: la explotación, la marginación, la carencia de poder, el imperialismo cultural y la violencia. Esta última es la forma más visible de opresión, ya que nos remite a toda y cualquier acción que implica acoso, intimidación, humillación, estigmatización a los miembros de determinado grupo. Concomitantemente, toda acción concreta que parte de un opresor-dominador, detiene una dimensión simbólica que construye inter-generacionalmente la amalgama necesaria para perpetuar las diversas injusticias que configuran el mundo social, entre ellas las inequidades de género y las discriminaciones territoriales, de las que nos ocupamos en este artículo. Y uno de los actores que participan de la opresión pueden ser las instituciones.

La violencia institucional se refiere a aquellas actuaciones que parten de los poderes del Estado y que, por acción u omisión, impiden el ejercicio pleno de los derechos en igualdad de condiciones. Relacionado directamente con la idea de violencia institucional está el concepto de violencia simbólica desarrollado por Bourdieu (1977). En ella, el Estado tiene un protagonismo principal (BURAWOY, 2012). Según Bourdieu (1980), a través de la violencia, de una

manera invisible, se estaría legitimando y aceptando la dominación que se ve como algo natural y no arbitrario (SWARTZ, 2013). Es, por lo tanto, una violencia soft (BOURDIEU, 1980), de carácter estructural y duradera, que implica una autoaceptación, normalmente inconsciente, de la situación y, en consecuencia, el reconocimiento del poder que tienen los dominantes. En su lectura feminista de Bourdieu, Moi (1991) señala que "la violencia simbólica es legítima y, por lo tanto, literalmente irreconocible como violencia" (p.34). Este tipo de violencia es ejercida por quien detenta el poder simbólico, es decir quién posee el capital simbólico (MOI, 1991). Ya Moukarbel (2009) señalaba que la violencia simbólica puede ser tanto o más peligrosa que otras formas más visibles de violencia, además de ser más duradera en el tiempo.

Si aceptamos que desde el punto de vista geográfico la ciudad es la detentadora del capital simbólico, entenderemos el poder emanado desde el ámbito urbano. El espacio como producto social es considerado por el propio Bourdieu (1980) quien afirma que en el espacio se reflejan las realidades sociales, de tal manera que en ambos casos se expresan las jerarquías (BOURDIEU, 1998), que no siempre son fácilmente visibles al naturalizarse y aparecer objetivadas. El espacio se convierte, así, en una herramienta más del poder para reproducirse y legitimarse. Es en ese espacio en donde se ejerce la violencia simbólica (BOURDIEU, 1998).

El espacio no es, por lo tanto, un simple escenario donde tienen lugar las relaciones sociales. Al contrario, está cargado de identidad y significado. En términos espaciales, si la ciudad, en general, aparece como dominante, el rural, también en general, es un espacio dominado y, por lo tanto, receptor de violencia simbólica. Son

muchos los estudios, informes y proyectos de investigación que evidencian, por ejemplo, el mayor riesgo al que se enfrentan las áreas rurales en cuanto a pobreza y exclusión social, donde la mujer aparece como uno de los grupos más vulnerables, como el estudio de la Comisión Europea de 2008, el Briefing del Parlamento Europeo de 2017, los proyectos de investigación financiados por la Unión Europea (EU), como *Territorial Dimension of Poverty and social Exclusion in Europa* TIPSE (2012) y *Selective Migration and Unbalanced Sex Ratio in Rural Regions* - SEMIGRA (2013). En todo caso, discriminación, pobreza o exclusión social son argumentos para entender la violencia en espacios rurales, en sus diferentes formas.

Kasabov (2020, p.143), aunque centrado en el mundo anglo-sajón, identifica 5 momentos de aumento de la violencia que culminan en la actualidad "marcado por circunscripciones rurales siendo secuestrado por fuerzas populistas"[8]. Kasabov (2020, p.46) habla de "asaltos al campo" y del dominio que se ejerce sobre el mismo por parte de las élites urbano-metropolitanas que ha conducido a posiciones conservadoras, proteccionistas y nacionalistas, refiriéndose a la violencia del neoliberalismo contra el rural que ha provocado un espectacular incremento de las desigualdades. Los 5 momentos pasan por "ser ignorado, silenciado, caricaturizado, ridiculizado, condescendiente o secuestrado" [9] (KASABOV, 2020, p.148), todo ello en un discurso binario de oposición entre lo rural y lo urbano en el que este último domina jerárquicamente. Frente a este escenario, lo que se propone es la

[8] Texto original:(...)"marked by rural constituencies being hijacked by populist forces."

[9] Texto original:"(…)being ignored, silenced, caricatured, ridiculed, patronised, or hijacked"

resistencia y el desafío a estos discursos en los que predominan los estereotipos negativos. En una línea similar, Juska, Poviliunas y Pozzuto (2005), al analizar el paso del rural lituano desde el socialismo al capitalismo neoliberal, advierten un discurso anti-rural en el que la población rural y sus estereotipos aparecen como inferiores, si bien tuvo como consecuencia estimular "que los aldeanos se perciban a sí mismos como una unidad social"[10] (p. 14). Shucksmith (2012, p.384) en sus estudios sobre pobreza rural y exclusión social, señala que "la desigualdad existe entre lugares, al igual que entre clases"[11], reconstruyendo el concepto de clase en línea con los argumentos de Bourdieu (1980; 1998). El propio Shucksmith (2012) afirma que el lugar está inexorablemente unido a la clase, el poder y la desigualdad. La construcción de la ruralidad no sería más que un vehículo para el aumento de la desigualdad en la que el rural, como espacio dominado, no deja de ser un ámbito que sufre la violencia simbólica. La ruralidad se construye no como un reflejo de si misma sino en su comparación con otro espacio, en este caso el urbano.

Desde una perspectiva bourdeliana, Conway, McDonagh, Farrell y Kinsella (2017), enfocan la ruralidad desde uno de sus símbolos más perdurables, la familia agrícola y el proceso de transmisión hereditaria en el que poder y violencia simbólica están profundamente arraigados, son naturalizados y sirven para transmitir y perpetuar la jerarquía existente. Saugeres (2002, p.382) señala que "Una mujer que hereda una granja y cultiva por su cuenta

[10] Texto origin: "(…)the villagers to perceive themselves as a social unit"
[11] Texto original: "Inequality exists between places, just as between classes"

es representada entonces como si sólo lo hiciera porque le falta un hermano o un marido o porque le falta feminidad"[12] . Aunque Conway et al. (2017) no incorporan la visión de género a su investigación, se infiere fácilmente, que conservar el estatus quo en la jerarquía supone la aplicación de prácticas que implican la discriminación de la mujer. Esta última perspectiva centra el foco del trabajo de Shortall, McKee y Sutherland (2019), que van más lejos de la exclusión estructural de la mujer en la agricultura, al acudir a la teoría de la cierre ocupacional para explicar las desigualdades a las que se enfrenta la mujer en la agricultura.

Para Saugeres (2002, p.381) es la ideología patriarcal la que excluye y marginaliza a las mujeres en las familias agricultoras, en la medida en la que "La tierra y la agricultura se construyen como esferas de actividad esencialmente masculinas"[13]. En otras palabras, la naturaleza (asociada a la mujer) es dominada por el hombre a través de la agricultura. El patriarcado y una de sus consecuencias, la violencia contra las mujeres, es un problema estructural que afecta a todo tipo de espacios y clases sociales. Desde la perspectiva espacial, habría que plantear la cuestión de una doble incidencia de las violencias. Por un lado, está aquella que, directa o simbólica, está enraizada en la cultura del patriarcado. Por otro lado, nos encontramos con la violencia simbólica que las élites urbanas ejercen contra el rural y que se basa en una cultura que afirma el control

[12] Texto original: "A woman who inherits a farm and farms on her own is then represented as only doing so because she lacks a brother or a husband or because she lacks femininity"

[13] Texto original: "(…):"land and farming are constructed as essencially masculine spheres of activity"

urbano en términos de capital económico, cultural y simbólico. Retomando a Bourdieu (1998), la superioridad cultural de los grupos dominantes es aceptada como un atributo innato por parte de los grupos dominados (BOROWAY, 2012). La infradotación de servicios públicos y privados o el mayor aislamiento físico refuerzan las distintas formas de violencia que, además, se naturalizan bajo el discurso de la sociedad tradicional.

En los casos gallego y paraibano, la doble discriminación que las mujeres rurales enfrentan está relacionada, por un lado, al hecho de ser agricultoras-ganaderas y campesinas en sociedades industrializadas y urbanas, por otro, el ser mujeres en sociedades patriarcales-sexistas. La dominación cultural de lo urbano-industrial gesta representaciones sociales que asocian a las mujeres rurales con el atraso, la falta de formación y cultura, con la ausencia de feminidad, con el conservadurismo de las tradiciones y la moral retrógrada. La dominación cultural que el patriarcalismo impone sobre la mujer implica estar condicionadas por relaciones familiares, sociales e institucionales desiguales y jerárquicas, donde la opresión femenina es naturalizada.

Metodologia

La metodologia utilizada ha sido de base cualitativa, centrada en dos casos para el estudio comparativo: el grupo de mujeres, agricultoras y *Youtubeiras* del colectivo "Teño unha horta en San Sadurniño" en Galicia, España y el grupo de mujeres, campesinas y miembros de la "Asociación de líderes comunitários, organizaciones de agricultores y agricultoras familiares del Cariri Paraibano" - CASACO, en el interior del estado de Paraíba, Brasil.

La técnica utilizada ha sido la entrevista en profundidad, realizada online, con guiones semi-estructurados entorno a tres ejes principales: a) las representaciones femeninas de la ruralidad gallega y paraibana; b) las experiencias cotidianas, en el ámbito productivo y reproductivo, de las mujeres agricultoras y; c) las representaciones de lo feminino en el mundo rural galego y paraibano.

En total, realizamos ocho entrevistas con registro auditivo y/o audiovisual de, más o menos, dos horas de duración cada una. Cuatro de las entrevistas fueron realizadas con agricultoras gallegas, en galego y español indistintamente, y otras cuatro las realizamos en portugués con las campesinas brasileñas. Las edades de las entrevistadas son muy diferentes y oscilan entre los 35 y los 75 años. Todas ellas estaban solas en el momento de la entrevista, salvo en momentos excepcionales en los que otras personas se hicieron presentes para ayudar con el manejo de la tecnología.

En el caso gallego, todas las entrevistadas son mujeres de más de 65 años, con predominancia de mujeres casadas, con hijos adultos ya criados y fuera de la residencia parental que no se han dedicado a las labores agrarias. Son jubiladas rurales, lo que implica la existencia de una renta mensual adquirida por el trabajo agrícola y/o ganadero realizado durante el tiempo de "vida productiva" pasado. Son mujeres que se han dedicado siempre a la agricultura, aunque de forma diferente en función de las diversas etapas de su ciclo de vida: como hijas, esposas y madres.

En la actualidad, su labor se centra en el cuidado de sus huertas así como en la atención de la casa y de familiares dependientes. Las une el saber hacer de años de experiencias

personales en prácticas agrícolas para el autoconsumo familiar. Son además la memoria viva de saberes ancestrales sobre el manejo del espacio rural gallego y las portadoras de un conocimiento único, que es la gestión femenina de los recursos y el espacio. La visibilidad del grupo, dada por su participación en el proyecto "Tengo una huerta en San Sadurniño", representa para estas mujeres el reconocimiento público de sus saberes y prácticas como trabajadoras rurales, pero sobre todo como mujeres del campo.

En Paraíba, la edad de las agricultoras es menor, aunque, en este caso, tienen a su cargo hijos dependientes. Son mujeres agricultoras con vidas laborales activas, con largas jornadas de trabajo en el espacio rural, tanto en actividades remuneradas no vinculadas a la agricultura, como la docencia o el servicio doméstico como el trabajo directo en la tierra y en sus huertas. La prevalencia es de mujeres solteras, aunque con compañeros sentimentales, no necesariamente padres de sus hijos. La primacía de familias monoparentales a cargo de estas mujeres hace que las responsabilidades reprodutivas recaigan, fundamentalmente, sobre ellas. Por eso, la posibilidad de contar con una huerta que garantice el acceso a la producción agrícola para el autoconsumo familiar y la venta de excedente es una de sus prioridades. La participación en la asociación de agricultoras CASACO facilita la venta de esos excedentes en mercados libres y el fortalecimiento del grupo en la lucha por la conquista de un derecho fundamental: una vida digna y plena como mujeres rurales.

Para el análisis de las entrevistas nos fundamentamos en Seid (2016) que establece como pautas: transcripción, codificación, formulación de hipótesis, análisis temático/análisis por caso y

síntesis. En la fase de la transcripción, registramos literalmente los testimonios de las mujeres que participaron de esta investigación, siguiendo la segmentación en ejes temáticos en los que habíamos estructurado el guión de las entrevista. En la fase de la codificación, optamos por la identificación de indicadores de violencia simbólica presentes en las narrativas ya transcritas y la creación de categorías. Inicialmente identificamos 14 indicadores, que sintetizamos finalmente en cinco macro-indicadores, con base en Young (2000): a) desigualdad/desvalorización; b) opresión/control; c) marginación/invisibilización; d) exclusión y: e) violencia física (agresión corporal). Estos han sido utilizados como conceptos centrales para la formulación de ideas, el análisis y la posterior síntesis de las ocho entrevistas realizadas.

En la tercera fase buscamos la relación lógica entre los indicadores, vinculamos las informaciones y formulamos hipótesis. Los resultados de las fases de análisis temático y síntesis son presentados en el desarrollo del artículo. La Tabla 01 muestra la síntesis de la metodológica propuesta:

Tabla 01: Síntesis de indicadores y macro-indicadores de violencia simbólica contra las mujeres y el espacio rural

EJE 1 - Desigualdad/ Discriminación	**EJE 2 - Opresión/ Dominación**	**EJE 3 - Marginación/ Invisibilización**
Años de escolarización y acceso a la formación y/o cualificación profesional	Participación en tareas agrícolas/ganaderas	Estereotipos de género (positivos y negativos)

EJE 1 - Desigualdad/ Discriminación	EJE 2 - Opresión/ Dominación	EJE 3 - Marginación/ Invisibilización
Edad de inicio en tareas remuneradas y no remuneradas	Participación en tareas domesticas/reproductivas	Formas de violencia contra las mujeres
División sexual del trabajo familiar	Auto-valorización del trabajo realizado	Auto-percepción
Relaciones afectivas y de parentesco	Renta generada y uso	***
Religiosidad, tiempo libre y participación social/política	***	***
Sexualidad y salud reproductiva	***	***

Fuente: Elaboración propia, 2021

Áreas de estudio: contextos agrarios en Galicia y Paraíba con presencia histórica de mujeres productoras rurales

Para este estudio se han seleccionado dos áreas de características bien diferentes. En primer lugar un pequeño municipio representativo del mundo rural de Galicia. Como otros muchos de esta región del noroeste de España, se caracteriza por su envejecimiento poblacional derivado, en buena medida, de intensos procesos migratorios que se remontan al siglo XIX. Desde el punto de vista económico, la actividad, fundamentada tradicionalmente en la agricultura y ganadería de pequeños propietarios se ha ido marginalizando, limitándose casi en exclusiva a minúsculos huertos para consumo familiar. Por el contrario, la explotación forestal se ha

convertido en uno de los ejes centrales de la economía del municipio.

En este contexto de despoblación y envejecimiento, la iniciativa *Teño unha horta en San Sadurniño*, nace en 2015, con el apoyo del municipio a partir de un curso de alfabetización digital. De ahí surge la iniciativa de un grupo de mujeres jubiladas que, en un mismo proyecto, van a exponer sus saberes tradicionales utilizando herramientas tecnológicas a las que eran ajenas. De esta forma, contribuyen a poner en valor no solo sus conocimientos sobre la tierra, adquiridos y heredados, sino que también, mediante una acción colectiva, van a crear un foro de empoderamiento como mujeres rurales.

En segundo lugar, hemos seleccionado una comunidad en el noreste de Brasil, zona de antigua colonización europea tradicionalmente asociada a grandes propiedades agroexportadoras y ganaderas en el semiárido sertanejo. Sin embargo y a pesar de la intensa emigración, con ellas pervive un pequeño campesinado cuyos cultivos se realizan tanto dentro de las grandes propiedades, en áreas destinadas al abastecimiento y consumo de las familias que trabajan y viven dentro de las explotaciones, como en zonas limítrofes y/o marginales.

Cordeiro y Scott (2007) sitúan el origen de la acción colectiva de las mujeres agricultoras y ganaderas del semiárido en los años 1980. En ese momento, la gran novedad del escenario político de la región fue la organización de pequeños grupos de mujeres que pasaron a reunirse y ganar fuerza delante de cuatro cuestiones fundamentales: a) su reconocimiento como trabajadoras agrícolas y ganaderas; b) la lucha por el derecho a tierra de trabajo y a una politica nacional de reforma agraria que rompiese con la

concentración de capital y poder en el mundo rural; c) la garantia de derechos laborales en el campo y del acceso a los beneficios de la Seguridad Social, como jubilación rural, auxilios maternidad, etc y; d) la participación equitativa de las mujeres en formas de organización y representación rural como sindicatos, asociaciones, cooperativas, directorias y coordinaciones de movimientos sociales en el campo. Según los autores fue:

> a partir de finales de la década de 1980 que las luchas de las mujeres fueron por la regulación de los derechos conquistados y por la aplicación de políticas públicas direccionadas a la promoción de la igualdad de género (CORDEIRO SCOTT, 2007, p.420).

Las organizaciones rurales, mixtas o las formadas exclusivamente por mujeres, en la región semiárida del estado de Paraíba, a ejemplo del CASACO/Cariri Oriental, se originaron en ese momento y bajo los mismo condicionantes históricos: apertura democrática del país, garantía de derechos laborales, lucha por la redistribución de la tierra y demanda de justicia social y de género. Hoy, el CASACO/Cariri Oriental es una forma de movilizar y organizar el trabajo y la vida en el espacio rural a partir de las necesidades de las mujeres que en el viven. Desde su origen hasta la actualidad continúa representando una forma de ser y de estar en el campo en Brasil: como mujeres y como agricultoras-ganaderas. Pero no sólo el reconocimiento del papel y protagonismo de las mujeres es el objetivo de este colectivo, sino que continúan presentes las demandas que dieron origen al grupo en la década de 1980, entre ellas: la conquista de cada vez más justicia de género en el semiárido y la erradicación de toda y cualquier forma de violencia contra la mujer rural y/o sertaneja.

Resultados: El mundo rural contado por ellas o las representaciones de femeninas de la ruralidad gallega y brasileira

Las entrevistas realizadas con las mujeres rurales en Galicia y Paraíba nos permiten, a partir de sus historias de vida, identificar como la ruralidad ha condicionado sus trayectorias personales y familiares. Al mismo tiempo, las entrevistas nos han permitido identificar como atribuciones propias de la formación histórico y cultural del mundo rural, tales como: el desarrollo de actividades productivas agrícolas y ganaderas; el uso de trabajo familiar; el autoconsumo y venta de excedentes; la preservación y el contacto con la naturaleza; la producción de saberes contextualizados con el medio físico-natural y/o; la dispersión demográfica y el aislamiento territorial, han ido modificándose en función de las transformaciones vividas por las mujeres.

La investigación nos muestra cómo la ruralidad se ha ido modificando en función de la presencia, y no del abandono, de mujeres rurales en los espacios productivos y reproductivos del campo brasileiro y gallego. Los resultados evidencian que en ocasiones las mujeres agricultoras, ganaderas y campesinas han contestado las representaciones de género heredadas y en otras ocasiones las han preservado.

- Relatos de la infancia rural en femenino

Para las mujeres agricultoras gallegas entrevistadas haber nacido en el espacio rural implicó, durante su infancia y adolescencia, un tiempo menor de escolarización en relación al que tuvieron acceso sus hermanos varones, primos u hombres de la comunidad rural. La

asociación temprana del hombre con el espacio público y la mujer con el privado y/o doméstico hace que actividades y prácticas características de esa fase de la vida, como la propia escolarización, sean diferenciadas:

> *No meu caso aos homes dábase-lle mais escola porque parece ser que os homes tiñan que saír da casa e as mulleres con aprender a coser xa tiñan todo solucionado (...) eu con 12 anos non iba a escola xá* (Galician Woman 2-GW2, 2020)[14]

Dominar las tareas vinculadas al ámbito doméstico y del cuidado, seria suficiente para el pleno desarrollo de una mujer o lo que se esperaba de ella. De ahí la necesidad de dedicarse a esas actividades y no a otras, como su formación intelectual o profesional, en edad temprana. Del grupo entrevistado, apenas una de las mujeres tuvo la oportunidad de frecuentar la escuela y formarse durante más tiempo, aunque la justificativa para su permanencia está relacionada con la subestimación familiar de sus capacidades como mujer para realizar otras actividades:

> *Eu fun a que mais estudiei. Como me dician que non valia para nada, mandában-me à escola. Dicían-o todos: esa que non vale para nada que vaia para a escola* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

Para las mujeres agricultoras del Cariri, haber nacido en el espacio rural no representó una discriminación de género en relación al tiempo de escolarización vivido. La diferencia con sus hermanos, u otros hombres de la familia, no se constata como una dimensión de la opresión femenina en el rural, ya que los hombres tampoco

[14] La identificación de las entrevistadas se presenta en el texto en códigos alfanuméricos con el fin de preservar su anonimato.

tuvieron acceso a una escolarización plena. Una de las mujeres entrevistadas relata:

> *Estudié por la mañana, iba a la escuela y por la tarde ayudaba con las tareas de casa. De los cinco hermanos sólo yo consegui acabar la enseñanza secundaria, ahí paré de estudiar* (Paraíba Woman 2-PM2, 2020)

En este caso, estamos delante de un condicionador social de clase, ya que son los hijos e hijas de las familias campesinas con bajas rentas los que no disfrutan de las garantías de una educación plena. Al mismo tiempo es un dispositivo de discriminación territorial, ya que generaciones de hombres y mujeres que viven en el campo han sido obligadas a desistir de estudiar o a interrumpir sus ciclos formativos por la inexistencia de instituciones educativas públicas en él. Durante la niñez y adolescencia da las mujeres entrevistadas en el Cariri, los roles de género estaban profundamente enraizados en las necesidades productivas de las extensas familias del semiárido nordestino. Las condiciones edafoclimáticas hacen que el trabajo en la tierra sea árduo y poco tecnificado. Por ello, son tradicionalmente los hombres de la casa, sobre los que recaen los atributos masculinizados de la fuerza y de la eficiencia, quienes se ven obligados a asumir desde niños las labores agrícolas. Aunque eso no significa que durante su niñez las mujeres campesinas de Paraíba no hayan participado de las tareas agrícolas y ganaderas en sus explotaciones. Lo han hecho, como muestran sus testimonios, siendo discriminadas en función de su género, a partir principalmente de: a) los usos del tiempo diferenciados, priorizando su presencia en los trabajos reproductivos sin apartarse de los productivos y; b) la infravaloración del trabajo/actividad cuando este es realizado por

mujeres, tipificándolo como fácil o leve, o bien como un complemento o ayuda. Como relatan algunas de las mujeres entrevistadas:

> *As mulleres tiñamos que facer a comida e fregar os cacharros, lavar, planchar e facer todo iso e eles iso non o facían. Nós ajudamos no traballo mais bruto, de ir ó campo, de arar, de esas cousas os homes* (Paraíba Woman 3-PW3, 2020)

La interrupción de la escolarización de las mujeres rurales en ambos espacios conllevó, entre otras cosas, a limitar las posibilidades de su formación profesional en la edad correspondiente. Si bien que, en el grupo de agricultoras del Cariri, existen mujeres que han retomado su proceso de formación en edad adulta, especialmente en cursos vinculados a la agricultura familiar y la agroecología. La aproximación entre esta forma de agricultura y las mujeres es un fenómeno cada vez más extendido por todo Brasil. En sus trabajos, Siliprandi (2015) y Ferreira y Matos (2017) han mostrado que la agroecología, además de ser un sistema de prácticas agrícolas, es una forma de resistencia al modelo de desarrollo rural basado en la expansión de las agro-empresas y en el uso indiscriminado de agrotóxicos en las explotaciones. La apuesta por otra forma de vivir y trabajar en el campo, donde se valorice la pequeña producción y el manejo sustentable de los recursos, es sin duda una apuesta política.

Además, la agroecología pautada en lo saberes locales del campesinado en el mundo, valoriza especialmente el conocimiento que portan las mujeres agricultoras, reconociéndolas como agentes importantes de las transformaciones rurales.

En el rural gallego observamos también una re-significación de los roles tradicionales de género protagonizada por el grupo de las *Youtubeiras* de San Sadurniño. El retorno a procesos formativos,

como la participación de un curso que las habilita para adquirir permiso de conducir vehículos. Esta conquista personal realizada en edad adulta ha supuesto la modificación de hábitos en sus vidas. Una de las agricultoras entrevistadas relata que:

> *Eu fun a primeira en ter o carnet e pensaba: Ufff! unha muller que teña o carnet! Senon hai nadie que o teña por aquí. Porque, como non había nadie que o tivera por aquí, a min xa me parecía que era cousa de homes* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

La dependencia, especialmente, en relación a la falta de movilidad de las mujeres en espacios rurales, las hace más vulnerables. El hecho de crear autonomía para desplazarse, por ejemplo en un vehículo propio, implica romper con el aislamiento territorial al que muchas mujeres están sujetas en el espacio rural. La posibilidad de ampliar la escala territorial de interacciones representa otra ruptura, la del aislamiento social que la casa, la explotación y/o la aldea o comunidad imponen a muchas agricultoras.

- *Trabajar en el rural en femenino*

Las entrevistas nos muestran como en ambos espacios la prioridad del trabajo en labores agrícolas y ganaderas está presente en los primeros años de vida de las mujeres, al tiempo que, también precozmente, asumen tareas destinadas al cuidado de lo doméstico. Ahora bien, lo definido como *cosas de casa*, aquellas necesarias para la reproducción de la familia en su cotidiano, en el mundo rural son mucho más amplias, espacialmente, y diversificadas que en el mundo urbano. Como relata una de las mujeres agricultoras entrevistada:

> *Me despierto temprano, a las cinco de la mañana, me hago un café y voy a cuidar de las gallinas y después voy a la huerta. En casa siempre hay algo que hacer, la comida, la*

> *ropa, las camas, recoger los huevos de las gallinas, cuidar de los cabritos y de los cerdos* (Paraíba Woman 4- PW4, 2020)

La ruralidad tiene, en la esfera reproductiva, sus formas espaciales propias que amplían las demandas del trabajo de cuidados los cuales, como en el mundo urbano, recaen prioritariamente sobre las mujeres. En otras palabras, en el mundo rural se establece una división sexual y espacial del trabajo donde la casa, el hogar, el espacio cercano a la vivienda son fundamentalmente de responsabilidad de las mujeres y niñas de la familia. Las áreas de plantación, los establos, almacenes y entornos más alejados de núcleo residencial, son espacios donde las actividades agropecuarias son de responsabilidad de los hombres y sus hijos varones. Si bien que tareas productivas como el cuidado y la alimentación de animales, la preparación de áreas para el cultivo, su cosecha y recolección y/o el manejo de rebaños y su ordeño son asumidas inter-generacionalmente, el trabajo familiar rural lleva implícito educar/enseñar a los hijos e hijas a ser hombres y mujeres del campo. Sin embargo, no pasa lo mismo cuando se trata de trabajo familiar en el ámbito doméstico. En este espacio, el trabajo sólo asume una dimensión educativa/formativa en el caso de ser las niñas quienes lo ejecutan, instruidas, casi exclusivamente por sus madres u otras mujeres de la familia.

Las mujeres gallegas y paraibanas entrevistadas relatan como, además de participar en las actividades productivas de la explotación familiar durante sus infancia, asumieron también precozmente actividades destinadas a la reproducción familiar, tales como: la preparación de alimentos, la confección y reparación de

ropas, la limpieza del espacio doméstico y/o el cuidado de hermanos y hermanas menores:

> *Nosotros usamos a la agricultura como ellos y después llegábamos a casa y elos se sentaban a esperar y las demás hacíamos el trabajo.* (Galician Woman 2-GW2, 2020)
>
> *Los hombre nacieron y se criaron oyendo que no podían hacer cosas dentro de casa, que eran tareas de mujer* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)
>
> *Los niños no trabajaban dentro de casa. Yo con 10 años ya mataba gallinas. Nosotras teníamos cada una una tarea a cumplir. Aunque había unas elecciones, a mi gustaba cocinar, hacer tartas, coser, todo eso me lo enseñó mi madre* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)
>
> *Las mujeres nos ponían a coser o a hacer trabajos de entonces se decían que eran de mujeres. Mi padre cuidaba las vacas por la noche. No las ordeñaba. Ese trabajo era de mi madre, quien me enseñó.* (Galician Woman 1-GW1, 2020)
>
> *Con mi padre no aprendí tanto en la agricultura. Él sabia pero yo me quedaba con mi madre, cuidando de las cabras. Yo aprendí "na dor" con mi madre, cuando ella se quedó sola. Mi madre sabia hacer medicamentos, sabia cuando plantar, cuando recoger, era una persona determinada. Muy determinada, aprendi mucho, mucho, mucho* (Paraíba Woman 3 - PW3, 2020)

Gran parte del conocimiento sobre trabajos agrícolas transmitido por mujeres campesinas adultas a las más jóvenes se relaciona con el cuidado de los cultivos de `la huerta o con la cria de pequeños animales y aves. La huerta es un espacio diversificado y rico en cultivos de alimentos, tanto en Galicia como en Paraíba y es, prioritariamente, un lugar de trabajo que está al cuidado de las mujeres. Es un espacio de decisiones, conocimientos y actuación femeninos, en ocasiones un ámbito de poder y control de la mujer rural sobre las producción y el trabajo agrícola. En ambos casos estos

cultivos se destinan al autoconsumo familiar y al intercambio con vecinos y parientes, además de usarlos para la alimentación de animales que viven en las explotaciones. La producción de la huerta es también una fuente de renta a través de la comercialización de excedentes en las ferias/mercados libres, en el caso gallego, y en la tienda de distribución de verduras y hortalizas del CASACO, en el caso brasileño:

> *Tengo sembrado lino, trigo sarraceno, brécol, calabacín, guisantes y garbanzos castellanos (…) escojo yo todo, planto todo y cosecho todo. Mi marido no quiere saber nada de la huerta. Yo trabajo sola.* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

> *En la huerta planto zanahorias, cilantro, ajetes, patatas. Cuando vendo en el mercado de calle del CASADO, dependiendo de lo que mando para vender, saco unos 100,00 R$. Con ese dinero compro semillas para tener siempre la huerta. Para mi no compro nada* (Paraíba Woman 4- PW4, 2020)

La renta de las familias gallegas y paraibanas, de las mujeres entrevistadas, se divide entre el dinero que reciben por los trabajos remunerados que realizan fuera de las explotaciones, tanto ellas como sus padres y/o maridos; la renta de la comercialización de los cultivos de la explotación familiar, de la venta de la leche en el caso gallego y del ganado caprino en el caso paraibano, y finalmente; lo recaudado con la venta de los productos de las huertas. Las decisiones cómo y dónde invertir el presupuesto familiar es una tarea prioritariamente ejercida por los hombres. Sin embargo, el dinero originado por la venta de los productos de la huerta, em ambos casos, lo gestionan las mujeres.

La vida adulta de estas mujeres rurales también implica un gran número de horas dedicadas a la limpieza, organización y mantenimiento de sus casas. Horas dedicadas al preparo de

alimentos, a la alimentación de los hijos, maridos, padres, suegros y otros parientes cercanos al núcleo familiar. Cuidar de la casa significa también lavar y planchar ropas de toda la familia, ponerlas a secar y recogerlas, coserlas y guardarlas. Lavar los platos, poner las mesas, recogerlas, lo mínimo en tres comidas al dia. Es común que en la casa también vivan otros parientes, generalmente en edad avanzada, que por depender de cuidados especiales son responsabilidad de ellas:

> *Mi marido los finales de semana me ayudaba en casa, porque yo tenia que cuidar a mis padres. Mi padre, se quedó paralítico en la cama, no hablaba, no veía ni oía. Tuve que cuidarlo 15 años así. Después empezó con Alzheimer mi madre. Uo cuidaba a mi padre, a mi madre y a los niños. Él se iba a trabajar fuera de casa* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

> *Yo me casé y me quedé con mi padre que se puso enfermo y yo no iba a abandonarlo. Estuve 19 años que casi no dormía y ahora llevo treinta años que tomo una pastilla para poder dormir.* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *Cuido de mi marido, de las plantas, de la huerta, de los hijos, de los bichos, de los suegros* (Paraíba Woman 2 -PW2, 2020)

- *Sociabilidad rural en femenino*

Iniciar una relación, casarse y/o constituir una familia son dimensiones de la vida adulta condicionadas también por la ruralidad. Aunque el matrimonio no haya sido la única opción de vida de las mujeres rurales de ambos espacios, es común que sí haya sido mediante este vínculo que constituyeron nuevas famílias. Las mujeres gallegas entrevistadas que se han casado, lo han hecho jóvenes y con un único hombre, por lo general padre de sus hijos. En cambio, las mujeres paraibanas han tenido hijos solas, es decir, no han constituido vínculos duraderos con los progenitores de su

descendencia o bien se han separado de ellos. A pesar de esta diferencia es significativo que, tanto en las familias mono como en las biparentales, el tiempo y dedicación con el cuidado y la educación de los hijos e hijas recaiga, fundamentalmente, sobre las mujeres, madres y hermanas mayores. Esa responsabilidad es asumida por las mujeres y aunque se ha naturalizado la maternidad no deja de ser un desafío para muchas. Como relata una de las mujeres entrevistadas:

> *Yo era tan ingénua! Esa cosa de cultura contra las mujeres es tan fuerte, que cuando me separé, que hasta yo creia que no iba a conseguir dar cuenta del cuidado de mi casa y de mis hijas* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)
>
> *Yo era la última a la hora de comer* (Galician Woman 1-GW1, 2020)
>
> *No tenía tiempo de estar enferma* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

En los relatos de las entrevistadas se repite la auto-representación de la mujer-madre como responsable primera y a veces única de su prole. Incluso, en el caso de mujeres que han convivido con padres y/o esposos violentos y se han visto forzadas a salir de las casas familiares, lo han hecho con sus hijos. La obligatoriedad de la educación y el cuidado de los hijos implica abandonar el espacio de convivencia familiar con ellos. La ruralidad condiciona también la decisión y la salida. Abandonar la casa familiar significa dejar sus explotaciones, sus cultivos y huertas, sus animales, es decir toda y cualquier propiedad vinculada al amplio espacio doméstico del rural, además del productivo. El vínculo con la tierra y la dependencia del acceso a esta para su reproducción como agricultoras-ganaderas, las hace más vulnerables. La salida forzada

de la propiedad familiar es posible cuando existe una red de apoyo y solidaridad, prioritariamente femenina y urbana, de amigas y parientes que las acogen con sus hijos.

Las mujeres rurales han naturalizado y refuerzan roles de género que establecen deberes innatos para ellas, como son el cuidado y educación de los hijos o la permanencia en relaciones abusivas y/o violentas. La representación de la mujer rural como obediente y suficientemente fuerte para vivir en el campo, a pesar de ser en ocasiones un límite para su pleno desarrollo, se convierte en una virtud. Ese es el efecto perverso de la naturalización de la desigualdad e injusticia de género. Mujeres que han sufrido diferentes formas de violencias y que la reproducen, creando así una espiral de violencia difícil de romper y fácil de silenciar en el medio rural. Como relatan algunas de las mujeres entrevistadas:

> *La figura masculina es muy importante para mi madre, en el momento de mi separación mi marido fue para ella más importante que la yo. No fue ella que me expulsó de casa pero ella intentó obligarme a vivir con aquel hombre que yo no quería más* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)

> *Un dia estaba con tanto estrés con la violencia psicológica que sufría que hablé con el cura de mi parroquia. Él me preguntó si yo no era capaz de cambiar todo eso* (Galician Woman 3-GW2, 2020)

Relacionada al desarrollo de lazos afectivos no abusivos fuera de la familia, como los noviazgos, o la práctica de relaciones sexuales seguras y satisfactorias, así como con el cuidado del cuerpo está la educación sexual y salud reproductiva de las mujeres. En las áreas rurales la ausencia de esta formación no es un fenómeno exclusivo de espacios como el gallego o el paraibano. Esta carencia define también al rural y cómo los hombres y mujeres que viven y trabajan

en él han sido tratados por los poderes públicos históricamente. La discriminación territorial de nuevo incide de forma más problemática sobre las mujeres, ya que son sus propios cuerpos que sufren las consecuencias de embarazos no deseados o problemas relacionados con la gestación, el parto y los primeros meses de vida de sus hijos. Además, de ser sus propios cuerpos los grandes olvidados de una vida sexual satisfactoria.

Las entrevistas realizadas muestran que la educación sexual y reproductiva femenina, tanto en el espacio rural gallego como paraibano, ha sido para las mujeres un ejercicio de autoconocimiento en solitario. Un tema tabú dentro y fuera de la familia. En el caso brasileiro, existen cambios sustanciales y muchas de esas madres desinformadas hoy se preocupan con la formación en temas sexuales de sus hijas, algo que no se constata en el caso gallego. Así relatan las mujeres entrevistadas la educación sexual y reproductiva recibida o la ausencia de ella:

> *Para nada, como se nacera cega nese tipo, nada, nin da menstruación, nin pa nada. Téde-lo que aprender ti misma* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *Yo aprendi a cuidarme sola. Yo descubrí como cuidarme cuando llego mi primera menstruación sola. Antes no se hablaba de eso. Yo me acuerdo que cuando yo tenía sobre 14 años y se juntaban mi madre y otras mujeres en casa, cuando se hablaban asuntos de mujeres yo tenia que salir* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)

> *Yo le expliqué a mi hija como iba a ser, le dije que no tuviese miedo que iba a ser normal. Le dije que eso le pasaba a todas las mujeres* (Paraíba Woman 4- PW4, 2020)

- La construcción del feminino rural

Cuando les preguntamos a las mujeres agricultoras gallegas y paraibanas sobre su feminidad y como esta había sido forjada en el

transcurso de sus vidas, nuestro objetivo fue el de identificar valores y representaciones de género que configuran el imaginario social de este colectivo. También, indagamos cómo normas comportamentales han estado presentes en la construcción simbólica de lo que es ser una mujer "labrega" y/o "camponesa" a lo largo del tiempo, en los dos espacios rurales estudiados.

La permanencia de estereotipos de género, que vinculan a la mujer con el espacio privado y al hombre como proveedor responsable por la familia, conviven con la desigual representación de la libertad sexual para ambos géneros. El cuerpo de la mujer es considerado como un objeto de deseo sexual y de posesión masculina, por lo que debe ser invisibilizado. Mientras, el deseo y la libertad sexual masculina se acepta socialmente, como expresan las mujeres entrevistadas:

> *Aquela mulher que se encarga de su casa, los hijos, la limpieza, la comida, las cosas personales del marido. Esa mujer que está dentro de casa es la mujer ideal par el hombre rural. Es económica, que no necesita cuidarse, sólo estar allí. No necesita incentivarla a estar bonita, así no se corra el riesgo de que nadie se interesa por ella* (Paraíba Woman 4- PW4, 2020)

> *Un buen hombre es alguien que trabaja, que asume los gastos familiares, que es reconocido por la comunidad como progenitor, que puede incluso traicionar a sua mujer pero él no deja que la sociedad lo vea: ese es un buen hombre* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

La feminidad y sus representaciones han estado polarizadas entre la concepción de la mujer fuerte y trabajadora en un extremo y la mujer abnegada y obediente en el otro. No obstante, la desvalorización de lo femenino, como subalterno, ha estado presente

durante gran parte de sus vidas como reflejan, de diferentes formas, las respuestas de las mujeres entrevistadas:

> *Toda la vida tuve la ilusión de ser hombre. Porque me gusta el trabajo de los hombres, me gustaría hacer casas, me gusta la carpintería. Son cosas de ellos. En mis tiempos una mujer hacer eso estaba muy mal visto* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *Muchas veces él llegaba el sábado y yo tenia que plánchele la ropa, ponerlo bonito para que se fuese de paseo a los bares, con los amigos. Yo me quedaba en casa, nunca me decía ven conmigo, de eso nada!* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)

> *Ver a un hombre en la cocina me parece cosa de perezosos, decía mi padre* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)

> *Mi madre pensaba más en los demás que en ella misma, Siempre intentaba ahorrar un poco de dinero de lo que fuese para poder comprar lo que nos hiciera falta. Se quedaba ella sin nada para dárnoslo a nosotros* (Galician Woman 4-GW4, 2020)

Al mismo tiempo, que la desvalorización de lo femenino ha construido sus representaciones de género, en el caso gallego, la subalternidad del mundo rural frente al urbano ha condicionado su auto-representación como mujeres rurales durante gran parte de su vida. Para las mujeres rurales gallegas entrevistadas, la distancia jerárquica entre las mujeres urbanas y ellas es una forma de menospreciar su identidad territorial y de género:

> *La diferencia entre ellas y nosotras es mucha. Parece que nosotras no seamos ni mujeres* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *La mujeres urbana está pensando en ponerse bonita, tomar un café…las que vivimos en el campo no somos así. Me siento un poco incómoda con la gente de la ciudad porque nos tratan como si fuésemos tontas las del rural, como si*

> *vivir en la aldea te hiciese ser tonta. Nos dejan para atrás* (Galician Woman 2-GW2, 2020)
>
> *Me llevaron para la ciudad de niña. Con mi madrina. Para no ser tan aldeana. Ella me enseñó a coser y me dio un oficio* (Paraíba Woman 4- PW4, 2020)

Paradójicamente, en un contexto de dominación cultural masculino, las mujeres entrevistadas reconocen referencias vitales femeninas en sus vidas. La imagen de otras mujeres cercanas, como madres, hermanas o incluso mujeres agricultoras de la comunidad, es recurrente cuando les preguntamos con quién han aprendido más en sus vidas:

> *Con quien más aprendi sobre agroecologia en mi vida fue con las mujeres que trabajan en ASA-Paraíba* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)
>
> *Mis hermanas son mis referencias de esfuerzo y dedicación. Mi madre, a pesar de sus limitaciones. Mi vecina, que es una mujer religiosa y a la que respeto mucho y nos cuidamos. Yo no puedo dejar de decir que he aprendido mucho con mis hijas* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)
>
> *No sabría decir con quién he aprendido más en mi vida. Con mi madre las primeras cosas, después tuve que buscar yo la vida* (Galician Woman 4-GW4, 2020)

El reconocimiento del papel que han jugado otras mujeres rurales en su vida, hace con que determinadas dimensiones del femenino rural se reconozcan como valores positivos en sus vidas. Ser mujer rural es tener conciencia de una identidad territorial que les permite reconocerse como portadoras de conocimientos y prácticas sobre la tierra y sus cuidados, sobre los animales y su explotación, sobre el trabajo que las define:

> *Ellas [las mujeres urbanas] vienen a la aldea y no saben donde pisan* (Paraíba Woman 1 -*PW1, 2020)*

> *El campo tiene de todo. Tiene huerta, tiene para comer sano (…) Ha cambiado mucho pero tiene que seguir cambiando mucho* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *Por ser del rural, por andar con las vacas, por trabajar en la huerta, salgo de casa limpia, yo me lavo y llevo en el bolsillo lo que quizás otras no tienen. Basta ya de que se rían de las personas que vivimos en el campo, verdad?* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)

> *Las niñas que viven en el campo, cualquiera de ellas sabe hacer un café….ahora las de la ciudad, a ver quién sabe? En eso estamos más adelantadas que en la ciudad, somos más de otra manera* (Galician Woman 3-GW3, 2020)

Aunque la vida en el campo les ha permitido adquirir una identidad de género que las diferencia positivamente, las marcas de la violencia contra las mujeres rurales también están presentes en sus historias de vida. La expresión de esa violencia es asociada, por la mayoría de las mujeres entrevistadas, con la utilización frecuente de un lenguaje excluyente y peyorativo por parte de los hombres de la familia y/o comunidad contra ellas. Esa es la principal manifestación de violencia en su cotidianidad. Así lo expresan algunas de las entrevistadas:

> *Muchas mujeres tenemos miedo de hacer cosas. Tenemos miedo de hacerlo mal, de estropear las cosas. Porque nos han dicho muchas veces que no valemos para eso. Que no son cosas de mujeres, que no sabemos hacerlas* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)

> *Siempre he convivido con gritos y malas palabras en el trabajo. Yo iba con ellos y se ponían que daban miedo, nos llamaban de todo. Siempre se discutia y se escuchan gritos* (Galician Woman 3-GW3, 2020)

Para las mujeres gallegas entrevistadas, la violencia física es más difícil de enunciar. Aunque todas ellas se mostraron conscientes

de su existencia en la vida de otras mujeres: amigas, vecinas o compañeras de la huerta. Para las mujeres paraibanas, el colectivo de agricultoras que han constituido es también un espacio de intercambio y solidaridad femenina delante de las agresiones de género que sufren. Por ello experiencias de violencia física y sexual contra ellas se denuncian y dividen con mayor facilidad. La sororidad les ha permitido construir puentes para el enfrentamiento de la violencia contra la mujer en el campo. Una de las implicaciones, de los intercambios en las redes de mujeres que se han constituido en ambos espacios, ha sido el aumento del autocuidado de estas agricultoras ya en su vida adulta. Se trata de prácticas que protegen a estas mujeres de las ofensas patriarcales y de la discriminación urbana contra las que, durante sus vidas, han tenido que existir y resistir como mujeres, trabajadoras, madres e hijas del campo:

> *Mi primer cuidado es con la alimentación, no me gusta la mala comida. No me gusta una vida de discusión, aunque algunas son necesarias en la vida, a mí no me gusta. A mí me gusta la armonia, especialmente en mi casa. Tengo mi casa con un lugar de paz y sosiego, eso hace parte de mi cuidado* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)
>
> *Lo más grande que tenemos aqui es el amor que temos unas por otras. Yo rezo, curo, abrazo a todas mis amigas de la huerta y del CASACO* (Paraíba Woman 3- PW3, 2020)
>
> *Me gusta vestir bien, oler bien, usar un zapato bonito. Mi compañero no se mete en eso* (Galician Woman 1-GW1, 2020)
>
> *Hoy me digo: me tengo a mi! Me empecé a valorar y ahora soy yo. Me digo a mi misma, te quiero. Me valoro, no me importa más que los demás no lo hagan* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

Los cambios generacionales que han favorecido el desarrollo de prácticas de resistencia contra la violencia patriarcal y la

discriminación territorial, no sólo se refieren al proceso de auto-afirmación a través del cuidado femenino. Sino también, a conquistas concretas en el día a día en relación al grado de autonomía y gestión que estas mujeres han adquirido sobre sus propias vidas:

> *La posibilidad de las mujeres salir de casa para trabajar es un paso muy importante para las mujeres. Aunque los sueldos no sean equiparados el hecho de salir de casa y tener relación con otras personas es fundamental* (Paraíba Woman 1- PW1, 2020)

> *Otra cuestión es el propio dinero. Cuando accedes a dinero propio y sabes que al dia siguiente vas a tenerlo nuevamente eso es liberador* (Galician Woman 1-GW1, 2020)

> *Yo veo dentro del ciclo de vida de las mujeres rurales y que está cambiando es el hecho de que la mujer agricultora ya no tiene que ser fea, sin dientes, desaliñada, descuidada* (Paraíba Woman 3- PW3, 2020)

> *Lo que está cambiando es el control de la maternidad, ya no se ve tantas mujeres con gran cantidad de hijos. Muchos cambios sociales en la vida pública, pero dentro de casa acabamos reproduciendo lo que combatimos, con los hijos y las hijas. Es muy difícil* (Paraíba Woman 2- PW2, 2020)

> *Yo tengo todo lo que mi madre no tuvo. Lo tengo todo a mano para hacer lo que quiera en la huerta, en casa y fuera. Tengo una máquina de lavar ropa, tengo agua en el grifo, tengo de todo. Ella no lo tenia* (Galician Woman 2-GW2, 2020)

Discusión y consideraciones finales

El estudio realizado con los grupos de mujeres agricultoras y ganaderas de San Sadurniño (SP) y del Cariri (BR) mostró cómo estereotipos sexistas -naturalizados por la violencia patriarcal sobre las mujeres- y la imposición cultural de lo urbano -como único modelo de progreso pleno- continúan determinado las representaciones

sociales de género y del propio espacio rural. Con ello, la vida de las mujeres y el desarrollo de estos espacios. Las políticas públicas a través de la constante marginación de los espacios rurales han favorecido la violencia institucional. El asalto al campo del que habla Kasavob (2020) se ha acelerado con el neoliberalismo y ha acrecentado las desigualdades, evidenciando también la importancia del espacio a la que se referían, entre otros, Shucksmith (2012). Aunque también advertimos en nuestra investigación la importancia del apoyo de los poderes locales, del que emana de los propios espacios rurales.

En los casos gallego y paraibano, la doble discriminación que enfrentan las mujeres rurales está relacionada, por un lado, al hecho de ser agricultoras-ganaderas y campesinas en sociedades industrializadas y urbanas; por otro, el ser mujeres en sociedades patriarcales-sexistas. La dominación cultural de lo urbano gesta representaciones sociales que asocian a las mujeres rurales con el atraso, la falta de formación y cultura, con la ausencia de feminidad, con el conservadurismo de las tradiciones y la moral retrógrada. La dominación cultural que el patriarcado impone sobre la mujer implica estar condicionadas por relaciones familiares, sociales e institucionales desiguales y jerárquicas, donde la opresión femenina es naturalizada.

Nuestro análisis retoma la perspectiva bourdeliana de la violencia simbólica, como instrumento/categoría para el estudio de las relaciones socio-espaciales rural-urbano y las relaciones sociales de género. El concepto bourdeliano nos permitió identificar sumisiones que ni siquiera se perciben como tales. Desigualdades que se apoyan en unas determinadas expectativas colectivas, en unas

creencias socialmente infundadas que interpretan relaciones de dominación y sumisión, en otras afectivas. La violencia, física o económica y la simbólica, más refinada, coexisten sin contradicciones. Esta última, la simbólica, resulta ser un poder legitimador que suscita el consenso tanto de los dominadores como de los dominados; un "poder de hacer mundo" en cuanto supone la capacidad de imponer una "visión legítima del mundo social y sus divisiones" (BOURDIEAU, 1987, p.13).

La dominación simbólica se basa en el desconocimiento y el reconocimiento de los principios en nombre de los cuales se ejerce. Ese dominio se ejerce sin coacción física a través de las diferentes formas simbólicas que configuran las mentes y dan sentido a la acción. La raíz de la violencia simbólica se halla en el hecho de que los dominados se piensen a sí mismos con las categorías de los dominantes. De acuerdo con esta argumentación, que las mujeres rurales de los espacios analizados en este estudio, San Sadurniño (SP) y Cariri (BR), acepten un conjunto de presupuestos fundamentales de discriminación, implícitos en la práctica, hace que ellas actúen como si el universo social, de la desigualdad de género y de la discriminación del mundo rural, fuese algo natural, ya que las estructuras cognitivas que aplican para interpretar el mundo nacen de las mismas estructuras de este mundo.

Estaríamos delante de lo que Galtung (1990) definiría como violencia cultural que, en nuestro caso, se ejerce, también, a través de acciones concretas que, en la vida cotidiana de las mujeres entrevistadas, pasan desapercibidas pero que sirven para legitimar otras violencias. En el estudio, los dos grupos de mujeres rurales presentaron marcas de estas violencias en las representaciones que

tienen sobre la feminidad rural y la ruralidad. Se trata de formas de sumisión, territoriales y de género, que ni siquiera se perciben como tales, tal como señalaba Moi (1991). En consecuencia, incorporan desde niñas prácticas y estrategias en su cotidiano que refuerzan el dominio patriarcal y urbano. Observamos que este proceso sucede especialmente durante las primeras fases de su vida, infancia y adolescencia, además de los años iniciales de la vida adulta.

El estudio evidencia también la permanencia de roles sexistas de control sobre la vida, productiva y reproductiva, de las mujeres adultas en áreas rurales de Galicia (ES) y Paraíba (BR) en pleno siglo XXI. Estos resultados refuerzan la idea de la existencia de asimetrías de género en la toma de decisiones y gestión de los recursos/rentas originados en las explotaciones agrícolas-ganaderas familiares; la permanencia del control de la movilidad de las mujeres en el espacio rural o la desigual división sexual del trabajo, dentro de las familias agricultoras-ganaderas, en las comunidades rurales y en las explotaciones. Por lo tanto, hablamos de una violencia duradera en el tiempo (MOUKARBEL, 2009).

Una de las aportaciones de la investigación es la constatación de que el efecto inmediato del ejercicio cotidiano de la violencia simbólica sobre las mujeres rurales tiene impactos directos sobre la ausencia de la igualdad formal de género en estos espacios. La dominación simbólica presente en la vida cotidiana de las mujeres rurales es base de sustentación y legitimación de otras formas de violencia de orden estructural, como es la violencia económica, institucional o patrimonial. En definitiva, las representaciones de las mujeres rurales sobre el rural y la feminidad, en contextos de violencia simbólica, sutil o explícita como son los presentados en las

dos áreas estudiadas, contribuyen de forma significativa para: a) moldear las subjetividades en el propio espacio rural, sobre lo femenino y la ruralidad y; b) legitimar las diferentes expresiones de la violencia hacia la mujer y hacia el rural, en distinto ámbitos. De lo que se deriva otro de los resultados de esta investigación: la evidencia de una relación causal entre la brecha *(gap)* de género en el campo y la discriminación del espacio rural. Las asimetrías de género refuerzan el imaginario social que asocia el espacio rural con el atraso.

Las fases iniciales de las vidas de las mujeres entrevistadas representan el momento y consolidación de su dominación simbólica. Este proceso, en términos bourdelianos, se basa en el desconocimiento y reconocimiento de los principios en nombre de cuales se ejerce. El hombre rural, en este caso, posee la legitimidad, el prestigio y la autoridad para determinar lo qué hacer dentro y fuera del hogar. La mujer rural al no cuestionar la autoridad patriarcal y crear otras formas de resistencia silenciosas, permite que la participación en tareas propias del cuidado y la reproducción familiar sean asumidas únicamente por ellas y que su trabajo en las explotaciones sea considerado secundario, legitimando así el control masculino y sometiéndose él. Es el inicio del proceso de adaptación a la subalternidad impuesta que les permite continuar siendo niñas y mujeres en el espacio rural. Naturalizar ese proceso es perpetuar la sumisión.

Pero, los resultados de este estudio muestran que no se trata apenas de una sumisión pasiva. Adaptarse significa construir sutilmente resistencias cotidianas, individualizadas y colectivas, a la expropiación plena de su identidad rural y femenina. No enfrentarse

abiertamente al patriarcado a pesar de ser conscientes de su situación de opresión significa conservar la armonía sobre la que se organizan sus valores tradicionales (BRANDTH; HAUGEN, 1997)

De acuerdo con Young (2000), la perpetuación de la opresión sobre colectivos específicos, como es el caso de las mujeres rurales, se expresa de diferentes formas. Entre ellas, en esta investigación constatamos: a) el mantenimiento de la desigualdad de género en el acceso a derechos educativos, reproductivos, de renta y patrimonio; b) la desvalorización de la identidad femenina rural, a partir de la descalificación de atributos propios de las mujeres y del mundo rural; c) el control sobre el cuerpo, las decisiones y la libertad de las mujeres y; d) la marginación la mujer rural delante de la urbana y del hombre rural, así como su invisibilización en los diferentes espacios de la sociedad rural, sea en la familia, la comunidad o los locales de trabajo. San Sadurniño y el Cariri, pueden ser espacios representativos de lo que ocurre en otras áreas de agricultura familiar en el mundo. La violencia simbólica contra las mujeres y contra el espacio rural hace que "*ruralizar* lo femenino" o "feminizar el rural" sean, inicialmente, procesos de desprestigio y precarización de las relaciones sociales que los determinan.

Para finalizar, la investigación nos ha hecho dar un paso hacia delante y apuntar para la reflexión la potencia transformadora de la resiliencia femenina en el campo, su resistencia y sus desafíos. Es necesario pensar e identificar prácticas de lo que definimos en este estudio como sumisión activa, aun corriendo el riesgo de ser mal interpretadas política y académicamente. Esta contra-sumisión en San Sadurniño y el Cariri se evidencia en las prácticas cotidianas de los grupos de mujeres entrevistadas que, aunque son permanentes a

lo largo de sus experiencias vitales como mujeres rurales, se acentúan en su vida adulta. El dominio de las tareas agrícolas y ganaderas; la preservación del conocimiento popular sobre el medio natural; el manejo del agua y la naturaleza; el cuidado de la vida, de las familias y de la comunidad y; la solidaridad e intercambio de saberes entre las mujeres, generación a generación, son las *cosas de mujeres* que construyen su identidad y la propia ruralidad.

Este estudio, constata que de la misma manera que prácticas de dominación simbólica están presentes y condicionan las vidas de las mujeres rurales en San Sadurniño y el Cariri, la re-existencia cotidiana femenina contesta tal dominación y modifica el poder simbólico que la sustenta. Permanecer en el campo y mantener la identidad femenina es posible gracias a un conjunto de acciones concretas, con dimensiones simbólicas, que niegan la dominación urbano-patriarcal y que re-significan el rural y lo femenino. La participación en grupos de mujeres, sean estos productivos, como sucede en el caso de las mujeres agricultoras y agroecológicas del Cariri o grupos enfocados al desarrollo social, como es el acceso a tecnologías digitales, en el caso de San Sadurniño, son estrategias de resistencia frente a la violencia simbólica de género y territorial. Estos mecanismos de inclusión abren posibilidades para el progreso en niveles de igualdad de género y territorial cada vez más efectivos en el campo. El estudio nos permite afirmar que, desconsiderar los impactos de la dominación simbólica sobre las mujeres y los espacios rurales difícilmente permitirá que metas, cada vez más amplias, de justicia de género y justicia territorial sean conquistadas.

Referencias bibliográficas

AHMED, S*. I am my own person, women's agency inside and outside the home in rural Pakistan*. In: *Gender, Place & Culture.* 2019

BRANDTH, B; M.S. HAUGEN. *Rural women, feminism and the politics of identity.* In: *Sociologia Ruralis*. vol.3. n 3, p.325-344, 1997

BOURDIEU, P*. Sur le pouvoir symbolique.* In: *Annales Economies, sociétés, civilisations.*., vol. 32, n 3.p. 405-411, 1977

BOURDIEU, P*. Le sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980

BOURDIEU, P. *What Makes a Social Class? On the theoretical and practical existence of grous.* In:*Berkeley Journal of Sociology*, vol. 32, n 1, p1-11, 1998

BURAWOY, M. *Durable Domination: Gramsci Meets Bourdieu. Unpublished seminar paper.* Wisconsin: University of Wisconsin, 2012

CLOKE, P. Conceptualizing rurality. In P. Cloke, T. Marsden, and P.H. Mooney (Eds.) *Handbook of Rural Studies,* London: Sage, p. 18-28, 2006

CORDEIRO, R; SCOTT, P. *Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.* In: *Revista Estudos Feministas*, vol.15, n 2, p.419- 424, 2007

CONWAY, S.F; J. MCDONAGH, M; FARRELL; KINSELLA A. *Uncovering obstacles: The exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer.* In:*Journal of Rural Studies,* vol.54, p. 60-75, 2017

EUROPEAN COMMISSION. *Poverty and social exclusion in rural areas. Report available at Google Scholar*, 2017

FERREIRA, A.P; MATOS, L.C. *Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. In: Revista Ciência e Cultura***,** vol. 69, n 2, p.38-4, 2017

GALTUNG, J. *Cultural violence.* In: *Journal of Peace Research,* vol 27, n 3, p. 291-305, 1990

JUSKA; POVILIUNAS; POZZUTO. *Resisting Marginalisation: The Rise of the Rural Community Movement in Lithuania.* In: *Sociologia Ruralis,* vol 45, n 1-2, p.3-21, 2017

KASABOV, E. *Ignored, silenced, caricatured, ridiculed, patronised, and hijacked: What next for a post-populist, post-Gilded-Age countryside?* In: *Journal of Rural Studies,* vol.75, n 1, p.43-151, 2020

LITTLE, J. Gender and sexuality in rural communities. In P. Cloke, T. Marsden, and P.H. Mooney (Eds.) *Handbook of Rural Studies***,** London: Sage, p. 365-378, 2006

LITTLE, J. The development of feminist perspectives in rural gender studies. In B. PINI, B; BRANDTH; LITTLE. (Eds.) *Feminisms and Ruralities,* ed., Lanham: Lexington Books, p. 107-118, 2015

LITTLE, J. *Understanding domestic violence in rural spaces: A research agenda.* In: *Progress in Human Geography*, vol 41, n 4, p. 472-488, 2017

MARTÍNEZ GARCÍA, M.A; CAMARERO, L. A. *La reproducción de la Violencia de Género: una lectura desde las áreas rurales.* In: *Ager. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, vol.19, p.1-30, 2015

McCALL, L. *Does gender fit? Bourdieu, Feminism and Conceptions of Social Order.* In: *Theory and Society* , vol. 21, n 6, p. 837-867, 1992

McLEOD, J. *Feminists re-reading Bourdieu: Old debates and new questions about gender habitus and gender changes.* In: *Theory and Research in Education,* vol.2. n 1, p. 11-30, 2005

MIES, M. *Patriarcado & acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho.* São Paulo; Ema Livros e Edidorta TIMO, 2020

MOI, T. *Appropriating Bourdieu: Feminist Theory and Pierre Bourdieu's Sociology of Culture.* In: *New Literary History,* vol 22, p.107-1049, 1991

MOUKARBEL, N*. Sri Lankan housemaids in Lebanon. A case of 'symbolic violence' and 'everyday forms of resistence'.* Amsterdam. Amsterdam University Press, 2009

PINI, B; BRANDTH; LITTLE. (Eds.) *Feminisms and Ruralities,* ed., Lanham: Lexington Books, p. 1-12, 2015

SAUGERES, L. *The cultural representation of the farming landscape: masculinity, power and nature*. In*: Journal of Rural Studies,* vol 18, p. 373-384, 2002

SEID, G. *Procedimientos para el análisis cualitativo de entrevistas. Una propuesta didáctica.* In: *Proceedings of the V Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales***,** Mendoza (Argentina). 2016. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.8585/ev.8585.pdf

SHUCKSMITH, M. Class*, Power and Inequality in Rural Areas: Beyond Social Exclusion? In: Sociologia Ruralis,* vol 52, n 4. P. 377-397, 2012

SHORTALL, S, A: McKee; SUTHERLAND. *The Performance of Occupational Closure. The Case of Agriculture and Gender*. In: *Sociologia Ruralis*, vol 60, n 1, p. 40-57, 2019

SWARTZ, D.L. *Symbolic power, politics and intellectuals. The political sociology of Pierre Bourdieu. Chicago:* The University of Chicago Press, 2013

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.* Rio de Janeiro: UFRJ Press, 2015

YOUNG, I. *Justice and the politics of difference.* Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990

Submetido em: 30 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 25 de agosto de 2022.
Aprovado em: 13 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

FRANCO-GARCIA, M. Espacios rurales y representaciones de gênero: las bases materiales de la violencia simbólica contra las mujeres rurales gallegas (España) y nordestinas (Brasil). Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 279–326, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2342.

ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES CARENTES: ESTUDO DE CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO BAIRRO VARANDAS DO CAMPO

SOCIO-ENVIRONMENTAL ANALYSIS IN NEEDY COMMUNITIES: A CASE STUDY OF THE IRREGULAR OCCUPATION OF THE VARANDAS DO CAMPO NEIGHBORHOOD

ANÁLISIS SOCIOAMBIENTAL EN COMUNIDADES NECESITADAS: UN ESTUDIO DE CASO DE LA OCUPACIÓN IRREGULAR DEL BARRIO DE VARANDA DO CAMPO

CARLOS CESAR GONZALEZ DE LUNA
Mestrando em Geografía - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas/MS
Pesquisador do Centro de Educação Ambiental Gênesis
Karloscgonzales@yahoo.com.br

GISLENE F. ORTIZ PORANGABA
Professora Adjunta de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - campus de Três Lagoa
gislene.ortiz@ufms.br

LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA
Doutora em Ecologia Social
Universidad Federal Fluminense
Niterói/ RJ
Diretora do Centro de Educação Ambiental Gênesis
lourdesbrazils@gmail.com

Resumo:
O presente trabalho expõe resultado de um estudo sobre ocupação do solo urbano no bairro Varandas do Campo, localizado na região sul da cidade de Campo Grande/MS. Nesse viés, o trabalho teve como objetivo identificar os problemas socioambientais existentes no bairro. Para a realização desta pesquisa foram feitos trabalhos de campo com a realização de registros fotográficos e aplicação de questionário que incluiu questões para identificação do perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura e socioambientais. A pesquisa demostrou vários problemas socioambientais, as injustiças ambientais e a falta de infraestrutura, destacando saneamento precário, lixos domiciliares, materiais orgânicos descartados nas vias ou terrenos baldios, poluição hídrica e violência, colocando em risco a saúde da população local. Com o resultado obtido através das entrevistas foi constatado que a maior parte dos entrevistados estavam desempregados ou trabalhando informalmente e boa parte da população ainda possui o ensino fundamental incompleto.

Palavras-chave: Ocupação clandestina; Segregação socioespacial; Injustiça ambiental.

Abstract:
This work presents the result of a study on urban land occupation in the Varandas do Campo neighborhood, located in the southern region of the city of Campo Grande/MS. In this bias, the study aimed to identify the socio-environmental problems existing in the neighborhood. In order to carry out this research, fieldwork was performed with photographic records and the application of a questionnaire that included questions to identify the socioeconomic profile, infrastructure and socio-environmental problems. The research showed several socio-environmental problems, environmental injustices and lack of infrastructure, highlighting poor sanitation, household waste, organic materials discarded on roads or vacant lots, water pollution and violence, putting the health of the local population at risk. The result from the interviews shows that most of the interviewees were unemployed or working informally, and a considerable part of the population still has incomplete elementary education.
Keywords: Clandestine occupation; Socio-spatial segregation; Environmental injustice.

Resumen:
El presente trabajo presenta el resultado de un estudio sobre la ocupación del suelo urbano en el barrio Varandas do Campo, ubicado en la región sur de la ciudad de Campo Grande/MS. En este sesgo, el trabajo tuvo como objetivo identificar los problemas socioambientales existentes en el barrio. Para llevar a cabo esta investigación se realizó un trabajo de campo con registros fotográficos y la aplicación de un cuestionario que incluía preguntas para identificar el perfil socioeconómico, infraestructura y problemas socioambientales. La investigación mostró varios problemas socioambientales, injusticias ambientales y falta de infraestructura, destacándose el saneamiento deficiente, los desechos domésticos, los materiales orgánicos desechados en caminos o terrenos baldíos, la contaminación del agua y la violencia, poniendo en riesgo la salud de la población local. Con el resultado obtenido a través de las entrevistas, se encontró que la mayoría de los entrevistados se encontraban desempleados o trabajando informalmente, y una parte considerable de la población aún cuenta con educación primaria **incompleta.Palabras** llave: Ocupación clandestina; Segregación socioespacial; Injusticia ambiental.

Introdução

No mundo contemporâneo, entre os problemas urbanos, um dos mais amplamente reconhecidos e estudados é a expansão das grandes cidades, com a consequente criação de vastos espaços periféricos, acumulando vários problemas sociais e ambientais, principalmente nos países não-desenvolvidos (HIERNAUX e LINDÓN, 2004).

Nesse sentido, os problemas urbanos e sociais no Brasil emergem a partir da intensificação das ocupações das áreas de riscos, como as encostas de morros e morrotes, as margens de rios e córregos, ecossistemas frágeis, sendo áreas de baixo valor imobiliário localizadas nas periferias.

Tais problemas urbanos e sociais existem em todo território brasileiro, bem como acontece também na cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, a qual apresenta nas regiões periféricas um quadro de problemas socioambientais derivado de uma ocupação populacional desordenada em porções próximas às áreas verdes e aos córregos, onde a desigualdade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental. Sendo assim, concentrando-se em áreas com precárias moradias e infraestrutura urbana, e dessa forma, configurando um processo de exclusão social[1] urbana e de invisibilidade pelo poder público local.

Segundo Rolnik (1999), a exclusão territorial é mais do que a imagem da desigualdade, é também a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco. E isto corrobora para constatação do empobrecimento das cidades, pois o risco é, antes de qualquer coisa,

[1] A fonte destas informações se deu a partir da vivência do autor deste projeto.

do morador: "[...] o barraco pode deslizar ou inundar com chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar – a saúde e a vida são assim ameaçadas" (ROLNIK, 1999, p.100).

Para Saraví (2008), essa exclusão social pode levar à fragmentação da sociedade como consequência do isolamento dos setores privilegiados e da exclusão dos setores privilegiados mais desfavorecidos.

Por conseguinte, famílias de baixa renda tendem a residir em áreas precárias, em situações de risco e de degradação ambiental, tais como terrenos próximos de cursos d'água ou com declividade acentuada, uma vez que estas se constituem nas únicas áreas acessíveis a essa população, seja porque são públicas ou por serem muito desvalorizadas no mercado imobiliário, devido às características de risco e/ou à falta de infraestrutura urbana (ALVES, 2007).

No bairro Varandas do Campo, localizado na cidade de Campo Grande/MS (figura 1), há um local de ocupação em que os moradores se submetem a viver com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e de saneamento básico, levando-as a viver em condições insalubre, sem instalação de água, esgoto e rede elétrica de qualidade, ocasionando com isso complicações de saúde e a vida.

A maioria dos moradores residem em casas feitas de lona e madeiras descartadas, sem o mínimo de segurança e conforto para as famílias. Além disso, a região tem alto índice de criminalidade, contendo pontos de venda de drogas e até homicídios[2].

[2] A fonte destas informações se deu a partir de relatos dos moradores



Figura 1 – Localização da área de estudo. Organização: Os autores (2022)

Dessa forma, essa parcela da população tende a ocupar tais locais na cidade, pois essas pessoas não possuem condições socioeconômicas para comprar moradias próximas à região central (supervalorizadas) ou bairros com melhor infraestrutura. Somado a isso, tem-se a falta de formação escolar e profissional, que dificulta o processo de inserção no mercado de trabalho formal e, deste modo, ficam à margem das políticas públicas para uma sociedade mais inclusiva e justa.

A literatura sobre a questão urbana no Brasil indica que a expansão das áreas periféricas está relacionada à procura por habitação em áreas com baixo preço da terra, provocando um aumento das ocupações precárias, como favelas e loteamentos irregulares, em áreas sem infraestrutura e expostas a risco e degradação ambiental (ROLNIK, 1982; SMOLKA, 1993; MARICATO, 1996).

Nessa perspectiva, também está relacionada à reorganização do espaço para atender as demandas do capital, seja ele comercial, industrial ou financeiro. Nessa reorganização, as populações são expulsas e "encaminhadas" para outros locais e que segundo Dimenstein (2003, p.13) "revela uma sociedade que fecha oportunidades a todos", além de ausentá-las do direito à cidadania.

Nesse escopo, a análise do bairro Varandas do Campo de Campo Grande/MS, se faz necessária devido aos nítidos e constantes problemas socioambientais que geram preocupações, principalmente, quanto à situação ambiental do local. Nesse viés, o trabalho teve como objetivo identificar os problemas socioambientais existentes no bairro Varanda do Campo. Portanto, o resultado proveniente desta análise é fundamental, uma vez que mobiliza os órgãos públicos e desperta o interesse dos cidadãos em atuar de forma a garantir o bem-estar da comunidade.

Exclusão social, segregação socioespacial e zonas de sacrifício

Estudos sobre o processo de urbanização brasileira mostram que ele foi marcado pela exclusão social e segregação espacial (ROLNIK, 1982; MARICATTO, 1996).

Dessa forma, Saravi (2008, p 95) afirma que o processo de exclusão

> [....] não é apenas um critério de diferenciação, mas ao mesmo tempo de um critério-chave de hierarquia e, mais especificamente, de desigualdade. Quando falamos então da distribuição da população sobre o espaço, o grau de concentração de determinados grupos em determinadas áreas da cidade e/ou o grau de homogeneidade social que determinadas áreas

> apresentam; nós falamos não só de diferenciação, mas também de desigualdade e exclusão.

Sendo assim, a urbanização brasileira teve como traço marcante o surgimento e o agravamento de inúmeros problemas sociais urbanos, que eclodiram à medida que as cidades cresceram rapidamente e se expandiram de maneira desordenada, sendo a ilegalidade em relação à propriedade da terra o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade (MARICATO, 1996).

> Apesar de ter havido toda uma geração de urbanistas envolvidos e promotores da política de planejamento urbano, aspecto que marcou o desenvolvimento brasileiro de cidades de grande porte entre os anos 1960-1980, ela não evidenciou grandes realizações, pois a intensificação dos problemas socioambientais de toda ordem na atualidade testemunha as graves falhas de um processo parcial e excludente (MENDONÇA, 2010, p. 154).

A dinâmica de urbanização nas regiões periféricas, através da ocupação ilegal e predatória da terra urbana, faz com que grande parte das áreas urbanas de risco e proteção ambiental, tais como as margens dos cursos d'água, esteja ameaçada pelas ocupações precárias de uso habitacional de baixa renda, por absoluta falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais (MARICATO, 1996).

Segundo Alves & Santos (2016), o processo de desterritorialização[3] que gira em torno da disputa pelo território nas

[3] Através do alto valor do solo urbano.

grandes cidades é mais uma injustiça socioambiental existente na comunidade.

Nesse sentido, em áreas periféricas urbanas vem se caracterizando os problemas socioambientais através de um modelo de urbanização predatório, onde uma grande parcela populacional se concentra em área de preservação ambiental ou até mesmo próximo de córregos, se colocando em risco e em situação de injustiça socioambiental.

De acordo com Porangaba, Bacani e Milani (2020) um elevado contingente populacional urbano do país está exposto aos riscos socioambientais.

> Neste contexto a abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p.157).

Desta forma, as características do processo de urbanização brasileiro potencializam a pressão sobre o solo urbano, o aprofundamento das injustiças ambientais e dos problemas socioambientais.

Sendo assim, Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018) argumentam que na maior parte desses casos, as desigualdades na apropriação social da natureza resultam em distribuição desigual dos

impactos, caracterizando situações de injustiça ambiental. Esta é definida pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental como:

> [...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al.* 2002, p. 41).

Para Acselrad (2004), no Brasil, as injustiças ambientais encobrem um conjunto de situações que são caracterizadas pela distribuição desigual de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento, surgindo principalmente através da apropriação elitista, do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento.

Nos casos dos conflitos decorrentes de situações de injustiça ambiental, Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018) relatam que esses espaços se tornaram fundamentais para mediar disputas entre atores cujo poder econômico e político é desigual.

Nesse sentido, o presente trabalho realizou um estudo sobre os problemas socioambientais na forma de ocupação do solo no bairro Varanda do Campo. Tal bairro pode ser considerado como zona de sacrifício, com um quadro de injustiça ambiental, por ser uma área demarcada por inúmeros problemas socioambientais devido ao baixo valor imobiliário, que leva à construção de moradias precárias, justamente por ser mais acessível financeiramente, devido ao baixo valor imobiliário.

Segundo Viegas (2006), as zonas de sacrifício são locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas.

A designação "zona de sacrifício" surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país (VIEGAS, 2006).

Segundo Brazil *et al.* (2021), esses locais são escolhidos para receber populações deslocadas de outras áreas em decorrência de intervenções no espaço urbano, gerando inúmeros problemas socioambientais, caracterizando injustiças ambientais.

Desse modo, Girão, Rabelo e Zanella (2018) afirmam que o termo socioambiental, frente a relação sociedade-natureza, revela-se como uma abordagem contemporânea para compreender os desafios da questão ambiental consolidados.

O Varanda do Campo é um bairro marcado por ocupações desordenadas em área pública notada por numerosa desigualdade social e agravada por situações insalubres de sobrevivência, além de enfrentarem intensas injustiças socioambientais por se encontrar situados na região de expansão próximo a área verde.

Segundo Saravi (2008), o problema em questão é como a estrutura espacial, a divisão social do espaço urbano, reflete, condensa e realimenta uma estrutura social complexa de processos de diferenciação, desigualdade e exclusão.

Trata-se, portanto, de uma região com infraestrutura precária e em construção, sendo objeto de importantes conflitos sobre

a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) (BORELLI, 2011).

Diante do problema ocorrido no bairro, de acordo com Acselrad (2004), é possível afirmar que:

> [...] não é possível enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social, dado que se observa nitidamente na cidade contemporânea a existência de condições de desigualdade social e de poder sobre recursos ambientais, em cujo contexto os instrumentos de poder sobre o controle ambiental tendem a aumentar a desigualdade ambiental.

Considerando que o bairro Varandas do Campo apresenta diferentes formas de ocupação e moradias, uma parte das moradias foi distribuída pelo plano do governo (Programa Minha Casa, Minha Vida), outra parte marcada por invasões em obras inacabadas e áreas verdes.

Metodologia

Para realização deste trabalho foram utilizadas ferramentas de cunho quantitativo e qualitativo para atingir os objetivos propostos.

No que tange aos aspetos quantitativos, a pesquisa se apoiou na tabulação de dados, realizada a partir de aplicação de questionário. Segundo Gil (2002), o questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Sob o viés da pesquisa qualitativa no campo da urbanização, foram utilizadas metodologias próprias da área para as análises dos aspectos sociais. Sendo que, "os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos)" (MUCCHIELLI, 1991, p. 3 *apud* HOLANDA, 2006, p. 363).

Trata-se, pois, de um estudo sobre ocupação irregular do solo em áreas verdes de um bairro localizado na região sul de Campo Grande – MS, sendo ele: Varandas do Campo, área de construção de apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida. O local foi escolhido em virtude do elevado índice de problemas socioambientais e alto grau de desigualdade social.

O trabalho foi dividido em quatro etapas:

A primeira etapa foi a construção de referenciais teóricos, sendo destacados os seguintes conceitos: segregação espacial, exclusão social e injustiça ambiental.

A segunda etapa foi levantamento histórico de como foi realizado a ocupação e distribuição dos imóveis na comunidade. Para o levantamento dos dados históricos de ocupação foram consultados a secretaria Planejamento Urbano de Campo Grande, Agência Municipal de Habitação (EMHA) e a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) e consultas a reportagens em dois veículos midiáticos de informação, no formato eletrônico-digital[4].

Nesse sentido, Flick (2009, p.83) afirma que:

> [...] a utilização desses textos escritos oferece um diferencial, pois serve a três finalidades no

[4] Os jornais Campo Grande News e o Midiamax.

> processo de pesquisa qualitativa: 1- Representam os dados essenciais a partir dos quais as descobertas se assentam; 2- São a base das interpretações; 3- Constituem o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas.

Dessa forma, Michel (2015) explica que a principal técnica empregada para o tipo de material coletado é conhecida como análise documental, isto é, compreende a consulta a documentos com a finalidade de encontrar informações úteis para o entendimento e análise de um problema específico.

Em seguida, optou-se por registros fotográficos como fonte de estudo para demonstrar os variados problemas de infraestrutura, sociais e ambientais existentes nas comunidades, pois, segundo Harper, (2000, p.727, tradução nossa) as fotografias podem produzir dados que ampliam nossa compreensão sobre processos sociológicos, vez que "gravam detalhes que podem instigar os expectadores a refletirem sobre realidades culturais mais amplas".

Na terceira fase foram aplicados 100 (cem) questionários junto aos moradores do bairro Varandas do Campo, que incluía questões para identificar o perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura, sendo elas:

1-Qual a renda salarial por família?

2-Qual o grau de escolaridade entre os membros da família?

3- Qual sua situação profissional atual?

4 Caso trabalhe: ( ) Modo informal (carteira não assinada)

( ) Formal (carteira assinada)

Na quarta etapa, após a aplicação dos questionários, foi realizada a tabulação e triangulação dos resultados para compilar a análise das informações obtidas através de gráficos.

A análise dos resultados identificados, tomando como base os indicadores de injustiça ambiental e zonas de sacrifício, permitiu chegar aos resultados apresentados no presente trabalho.

Condição socioambiental no bairro Varanda do Campo em Campo Grande/MS

Tendo como premissa que os problemas socioambientais urbanos ocorrem devido as alterações do ambiente natural pelo homem e que tais ações repercutem nas condições de vida dos citadinos (MENDONÇA, 2016), a presente pesquisa detectou vários problemas socioambientais, injustiças ambientais e de infraestrutura, sendo gerados pela falta de saneamento, por conta da presença de lixos domiciliares, residencial e animais mortos descartados nas vias ou terrenos baldios, como também, poluição hídrica e violência, colocando em risco a saúde e a vida da população local.

Devido às condições econômicas da população, ocupações irregulares de construções inacabadas e terrenos baldios próximos de áreas verdes em áreas distantes dos grandes centros se tornou comum, trazendo transtorno às várias comunidades, com características similares as do bairro Varanda do Campo.

O processo de ocupação e desenvolvimento do bairro Varanda do Campo pode ser dividido em três períodos distintos, marcados por diferentes modelos de uso e ocupação do solo. O primeiro e segundo momento se deu através da distribuição de casas

populares às famílias participantes do Programa 'Minha Casa, Minha Vida", entre os anos de 2011 e 2012[5].

O último modelo de ocupação do bairro ocorreu em 2017 decorrente de invasões de apartamentos inacabados[6] e terrenos abandonados próximos às áreas verdes[7]. Através dos registros fotográficos, foi possível identificar as injustiças ambientais e problemas de infraestrutura que, porém, divergem na forma de ocupação.

Sendo assim, grupos de moradores ocuparam apartamentos inacabados e abandonados (figura 2) pela Homex[8] e a outra parte da ocupação irregular ocorreu com invasões em uma porção territorial com baixo valor imobiliário.

Figura 2: Invasão dos apartamentos inacabados.



Fonte: TV Morena 2020.

[5] Fonte : Campo Grande News. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/construtora-mexicana-entrega-284-casas-em-megacondominio-na-capital>. Acessado em 18/10/2021.

[6] Midiamax - Em 2013 a empresa mexicana abandonou a obra de construção das moradias. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2017/na-segunda-invasao-em-um-mes-300-ocupam-area-de-construtora-mexicana >. Acessado em 21/10/2021.

[7] Midiamax- No local, fitas e barbantes são usados para demarcar os terrenos. Cada ocupante é responsável por limpar o terreno e construir o barraco para lhe servir de abrigo. Disponível em: < > Acessado em 21/10/2021

[8] Empresa responsável por construir os apartamentos.

A área invadida do bairro Varandas do Campo está localizada próxima a uma área de preservação ambiental (figura 3), onde os moradores desmataram uma parte para construir suas moradias, sendo estas constituídas com rejeitos da construção civil, feitas a partir de latas, papelões, restos de madeiras e compensados reutilizados (figura 4).

Figura 3 Área verde invadida por moradores.



Fonte: TV Morena 2020

Figura 4: Casas feitas de latas, papelões, restos de rejeitos de construção.



Fonte: Próprio autor 2020

As condições físicas que uma parte do bairro passa são graves e desprezíveis, vias construídas pelos moradores estão danificadas por erosões que resultam também no acúmulo de água (figura 5). Além disso, há moradores que descartam resíduos

domésticos no local, ocasionando acúmulo dos mesmos, consequentemente, ocorrem doenças por veiculação hídrica, como por exemplo: a dengue.

Figura 5: Vias com poça de água e lama que serve de morada para animais transmissores de doenças.



Fonte: Próprio autor 2020

Quanto aos resíduos sólidos, vale ressaltar que no bairro existe índice elevado de descarte incorreto como nas vias públicas, nas áreas verdes e nos terrenos baldios. Os tipos de resíduos são variados, abrangendo tanto a construção civil, como o domiciliar (figura 6 e 7).

Figura 6: Descarte de entulhos nas vias



Fonte: Próprio autor 2021

Figura 7: Descarte de entulhos próximos a área de proteção



Fonte: Próprio autor 2021

Após levantamento e tratamento de dados, foram constatadas as características socioeconômicas e os problemas de infraestrutura.

Por meio das análises (Figura 8) foram constatados que 50% dos questionados sobrevivem com até meio salário mínimo e 35% com até um salário mínimo.

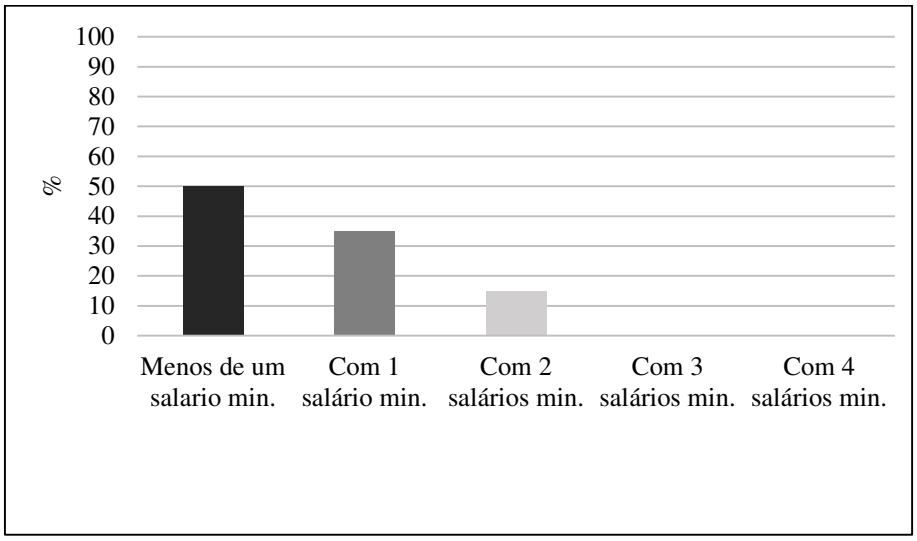
Asseverou-se que apenas 1% (figura 9) possui ensino superior e 2% não terminaram o ensino superior, 19% possui o ensino médio completo, 78% não terminou o ensino básico (ensino médio completo).

As informações obtidas sobre a situação empregatícia dos moradores, tornou possível compreender a realidade econômica do bairro.

Segundo Bento (2010), quanto maior o tempo de desemprego, mais apto à exclusão social o desempregado está. Com base no mesmo autor, ainda apresentando situação de emprego, o indivíduo esta suscetível a exclusão, visto que estão vulneráveis aos baixos salários.

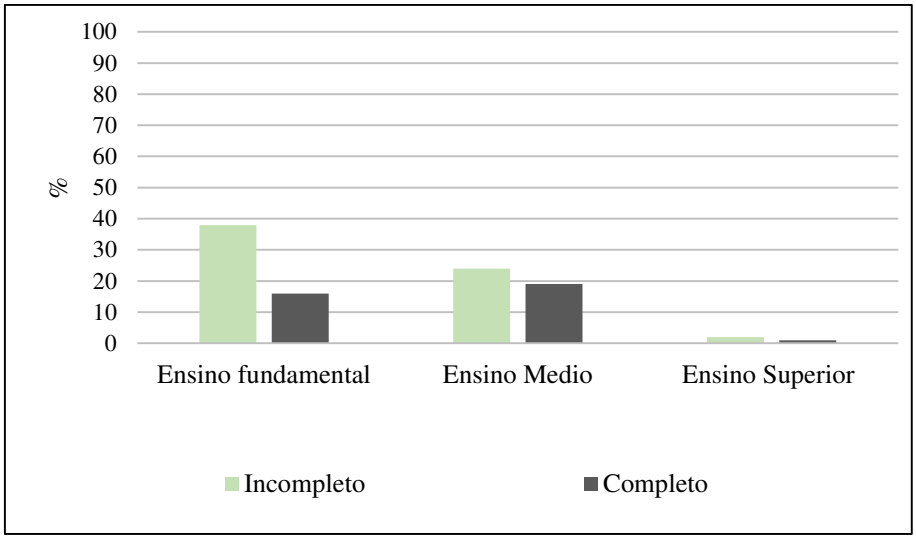
Entre os questionados, 58% dos moradores encontram-se em situação de trabalho (figura 9), dos quais somente 30% estão trabalhando com carteira assinada (figura 10). O restante faz *freelance* (diárias), ou vendem produtos nas ruas e/ou terminais rodoviários.

Figura 8: Renda salarial por família



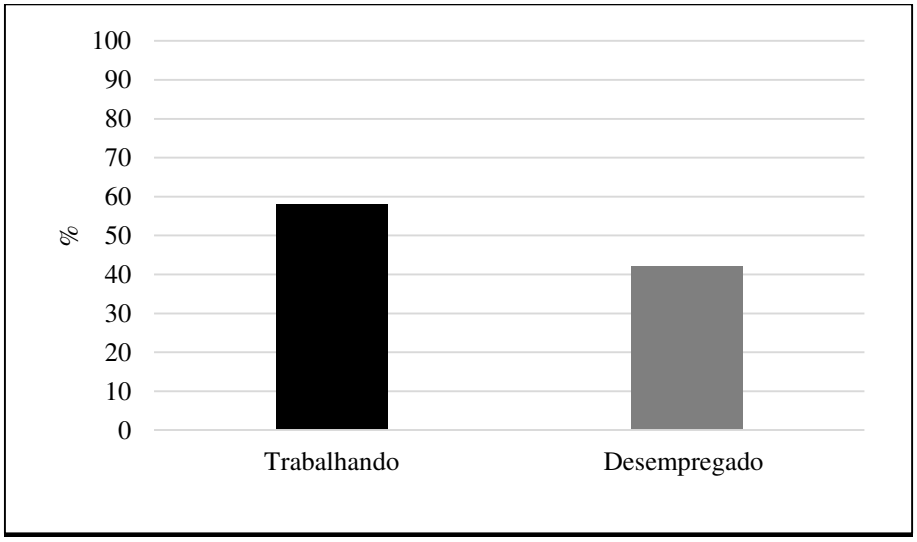
Fonte: Próprio autor 2021

Figura 9: Grau de escolaridade



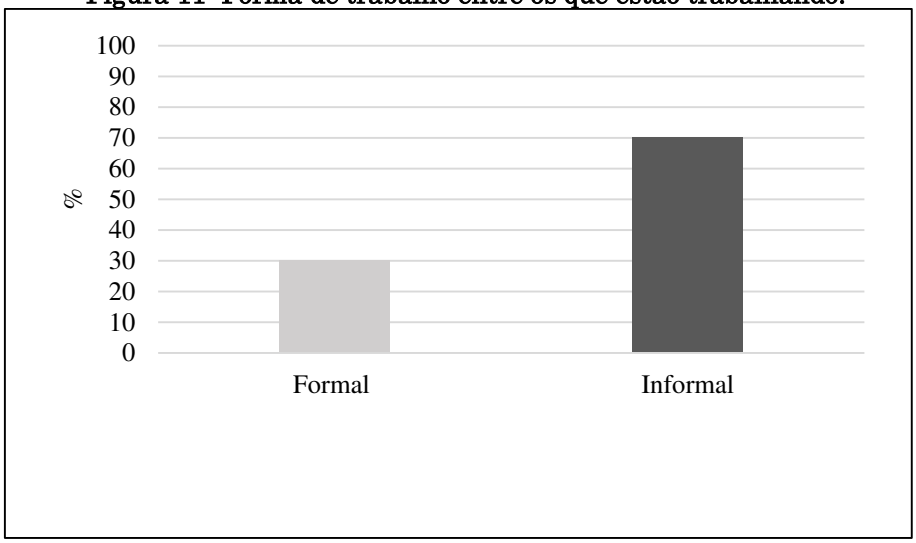
Fonte: Próprio autor 2021

Figura 10: Moradores no mercado de trabalho.



Fonte: Próprio autor 2021

Figura 11: Forma de trabalho entre os que estão trabalhando.



Fonte: Próprio autor 2021

As principais dificuldades relatadas pelos moradores estão na infraestrutura, como a falta de asfalto, ponto de ônibus coberto, limpeza das vias, iluminação e a segurança pública, haja visto que, os moradores não se sentem seguros com tanta violência e frequentes assaltos.

Souza e Romualdo (2009) argumentam que essa criminalidade, muitas vezes, está associada aos problemas de segregação socioespacial, que vem se agravando em regiões periféricas, devido às grandes disparidades nos níveis sociais, e no aumento da marginalização.

Em relação a coleta de resíduos sólidos (lixo domiciliar), o caminhão de coleta passa 3 vezes na semana no bairro, porém no local irregular (área de preservação), não dispõe de coleta do mesmo, fazendo com que alguns moradores se desloquem até onde é feita a coleta. Em contrapartida, outros simplesmente depositam

nos terrenos baldios, inclusive na área de preservação permanente, acumulando lixo e aumentando a incidência de insetos, ocasionando alguns transtornos, segundo os relatos dos próprios moradores.

No que se refere a distribuição de água tratada, os moradores localizados na área de preservação (área irregular), não dispõe da mesma para o consumo, o que ocasiona na perfuração de poços semiartesianos irregulares.

Em relação aos casos de doenças endêmicas, compreendeu-se que no bairro mais de 50% dos entrevistados já tiveram casos de dengue na família. Além disso, muitos moradores argumentaram ter ou já tiveram bicho do pé (*Tugan penetran*) também chamado de "bicho de areia e bicho de porco", um parasita que penetra na camada da pele e causa várias complicações em adultos e crianças, que podem alojar-se em qualquer parte do corpo humano, principalmente nos pés.

Dessa forma, Maricato (2002) afirma que essa ocupação desordenada do espaço resulta na perda de qualidade de vida urbana, com a poluição das águas e do ar, enchentes, desmoronamentos, violência e epidemias, dentre outros problemas.

Considerações finais

O trabalho permitiu verificar os principais problemas socioambientais que afetam o dia a dia dos moradores locais, sendo estes ocasionados pela dinâmica de ocupação e, juntamente, com crescimento da cidade que implica numa densa e "desorganizada" urbanização, no sentido de destinar cidadãos de baixa renda para

áreas distantes da região central da capital sul-mato-grossense. Esses são alocados nessas áreas, devido ao custo baixo ou desvalorização do solo, sendo esse fator denominado como zona de sacrifício, em que as pessoas se mudam para tal região mesmo sabendo dos problemas a serem enfrentados, como: terrenos com alta declividade, áreas passíveis de inundações e enchentes, com falta de infraestrutura urbana básica, áreas de preservação permanente, entre outros. Isso resulta em diminuição da qualidade de vida da população, especialmente, na qualidade ambiental da localidade.

Ainda, foi possível constatar por meio do levantamento de dados durante a primeira parte da pesquisa de campo que os problemas identificados, tanto socioespaciais quanto ambientais, são comuns e frequentes no bairro estudado. Ou seja, é uma comunidade periférica diferente entre si no sentido relacionado à ocupação do solo, porém, no quesito de adversidades socioespacial e ambiental são confluentes, a exemplo: ruas com cavidades profundas o suficiente para acumular água e, consequentemente, torna-se alvo de doenças endêmicas; falta de asfalto e pavimentação, dentre outros casos graves a serem levados em consideração. Portanto, um meio para a resolução de tais problemas seria a atuação ativa ou intervenção dos órgãos públicos, a mobilização deste de modo a implementar melhorias tanto na infraestrutura urbana quanto em outras dificuldades igualmente pontuadas.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e a construção do risco social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, p. 49-60, 2002.

_____. Conflitos Ambientais – A atualidade do objeto ACSELRAD, H. (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação HeInrich Böll. 2004.

_____. (Coord.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação FORD, 2004.

ALVES, H. P. da F. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 24, n. 2, jul-dez.,2007.

ALVES S. G.; SANTOS, S. L. Crescimento econômico, desigualdade e injustiças ambientais: um olhar crítico a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape Gaia Scientia (2016). Edição Especial Seminário Integrador Prodema. Volume 10(3): 54-60.

BRAZIL,L. S. A. ; TOLEDO, S. E. O.; ZITACUARO, I. ; KUASSA P. A. K.; JORGE ; P. P. ; LUNA; C. C. G. Zonas de sacrifício e injustiças ambientais: uma reflexão sobre os impactos da pandemia. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.7, p. 66431-66441 jul. 2021

BENTO, AFONSO. Desemprego, Pobreza e Exclusão Social. Trabalho de Fontes de Informação Sociológica. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. 2010.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BORELLI, ELIZABETH. Transformações Urbanas e Desigualdade Ambiental na Grande São Paulo. 2011. P. 1- 18. Área Temática: Ciências Sociais e Desenvolvimento. São Paulo, 2011.

DIMENSTEIN. G. O cidadão de papel. 2003 P .27. Os direitos da criança. São Paulo 2003

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRÃO, I. R. F.; RABELO , D. R.; ZANELLA , M. E. Análise teórica dos conceitos: Riscos Socioambientais, Vulnerabilidade e Suscetibilidade. REGNE, Vol. 4, Nº Especial (2018) (pag.71 a 83)

HOLANDA, ADRIANO. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. – 2006, Lisboa.

HARPER, Douglas. Reimagining visual methods: Galileo to Neuromancer. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). Handbook of qualitative research. 2. ed. Londres: Sage Publications Inc. p. 717-732. 2000.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Dimensões da Tragédia Urbana. Revista Com Ciência, São Paulo, março de 2002.Seção Cidades. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/framereport.htm >. Acesso em: 18 de novembro de 2021

MENDONÇA, F. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática. Mercator, v 9, n.1, p.153-163, dez/2010.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015 [1. ed. 2005].

ONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

PORANGABA, G.F.O.; BACANI, V. M; MILANI, P.H. Risco e vulnerabilidade socioambiental urbana: análise comparativa entre os dados socioeconômicos e a temperatura superficial em três lagoas (MS). *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities*

research medium, Ituiutaba, v. 11, n. 2, p. 100-112, ago./dez. 2020. Página | 100

SARAVI, G. A. Mundos *aislados: segregación urbana e desigualdad en la ciudad de México*. Revista Eure, Vol. XXXIV, Nº 103, pp. 93-110, diciembre 2008

SOUZA, G. M.; ROMUALDO, S.S. Problemas Socioambientais nas Cidades Brasileiras: Um Estudo de Caso do Bairro Cascatinha. Juiz de Fora (MG). In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa. A Geografia Física Aplicada e as Dinâmicas de Apropriação da Natureza, 2009. p. 287-287

SMOLKA, M. Meio ambiente e estrutura urbana. In: MARTINE, G. (Org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas, Editora da Unicamp, 1993

SPÍNOLA, JULIANA LIMA; TEIXEIRA, CRISTINA; ANDRIGUETTO-FILHO, JOSÉ MILTON. Conflito territorial e (in)justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na Resex Marinha do Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 9, n.2, p. 58-71, ago/2018
ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999.

VIEGAS, Rodrigo Nunes. Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrifício". . Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2006.

Submetido em: 25 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 24 de junho de 2022.
Aprovado em: 12 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

GONZALEZ LUNA, C. C.; GISLENE FIGUEIREDO ORTIZ PORANGABA; LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA. Análises socioambientais em comunidades carentes: estudo de caso da ocupação irregular do bairro Varandas do Campo. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 327–352, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2335.

“TRAMANDO GEOGRAFIA(S) COM CRIANÇAS”: UMA EXPERIÊNCIA DA GEOGRAFIA DAS INFÂNCIAS NO CMEI REINALDO RIDOLFI EM VITÓRIA/ES

"PLOTTING GEOGRAPHY(S) WITH CHILDREN": AN EXPERIENCE OF THE GEOGRAPHY OF CHILDHOODS IN CMEI REINALDO RIDOLFI IN VITÓRIA/ES

"TRAZAR LA GEOGRAFÍA CON LOS NIÑOS": UNA EXPERIENCIA DE LA GEOGRAFÍA DE LA INFANCIA EN EL CMEI REINALDO RIDOLFI EN VITÓRIA/ES

William Carlos Rodrigues Gonçalves
E-mail:wcarlos.rg@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Rayssa da Silva Henrique
E-mail:geografiarayssa@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Rayla Heringer Gomes
E-mail:raylaheringer@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Thaís Barbosa da Costa
E-mail:thaisbarbosacosta97@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriel Christ Justo
E-mail:cjgabriel01@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo:
Debruça-se aqui na possível relação da Geografia com a Educação Infantil, ausente nos currículos oficiais dessa etapa da educação básica. Contudo, a forma da pesquisa aposta na observação das práticas e comportamentos das crianças nas atividades de Educação Ambiental, objetivando a manifestação de saberes geográficos por parte das crianças. Os pesquisadores e pesquisadoras escolheram como metodologia as pesquisas cotidianas e o método de análise a observação direta. Se fez necessário lentes de interpretação diante das comunicações dos estudantes, através de gestos, expressões e sonoridades, para que fosse possível começar as análises. Assim, o trabalho fincou-se na observação direta perante as práticas ambientais da escola que fica em Vitória-ES, através de eventos realizados na escola pela SEMMAM. Revelou-se possibilidades da Geografia na educação infantil, visto que as categorias de análises da ciência geográfica apareceram consideravelmente no cotidiano observado.

Palavras-chave: Cotidianos, Infâncias, Observação.

Abstract:
It focuses here on the possible relationship of Geography with Early Childhood Education, absent in the official curricula of this stage of basic education. However, the form of the research bets on the observation of children's practices and behaviors in Environmental Education activities, aiming at the manifestation of geographic knowledge by the children. The researchers chose as methodology the daily research and the analysis method the direct observation. Interpretation lenses were needed to interpret the students' communications, through gestures, expressions, and sounds, so that it was possible to start the analysis. Thus, the work was based on direct observation of the environmental practices of the school, which is located in Vitória-ES, through events held at the school by SEMMAM. The possibilities of Geography in early childhood education were revealed, since the analysis categories of the geographic science appeared considerably in the observed daily life.

Keywords: Everyday Life, Childhood, Observation.

Resumen:
Se centra aquí en la posible relación de la Geografía con la Educación Infantil, ausente en los currículos oficiales de esta etapa de la educación básica. Sin embargo, la forma de la investigación apuesta por la observación de las prácticas y comportamientos de los niños en las actividades de Educación Ambiental, buscando la manifestación del conocimiento geográfico por parte de los niños. Los investigadores eligieron como metodología la investigación diaria y como método de análisis la observación directa. Fueron necesarias lentes de interpretación frente a las comunicaciones de los alumnos, a través de gestos, expresiones y sonidos, para que fuera posible iniciar el análisis. Así, el trabajo se basó en la observación directa de las prácticas ambientales de la escuela en Vitória-ES, a través de eventos realizados en la escuela por SEMMAM. Reveló las posibilidades de la Geografía en la educación infantil, ya que las categorías de análisis de la ciencia geográfica aparecían considerablemente en la vida cotidiana observada.

PALABRAS CLAVES: Vida cotidiana, Infancia, Observación.

Introdução

Os estudos das infâncias dentro de uma perspectiva geográfica nos trouxeram a esta problemática tão instigante: como são concebidas as geografias perante os fazeres das crianças?!

A pesquisa tem como propósito investigar a relação entre a Geografia e a educação infantil, bem como, propor formulações que contemplassem um ensino transdisciplinar, observando os resultados e potencialidades diante das atividades. A condição de pesquisadores(as) nos/dos/com cotidianos que nos fez caminhar para este tema, assim como nos elucida Nilda Alves (2003, p. 1-2):

> [...] precisamos nos ver, como pesquisadores, mergulhados em nossos próprios cotidianos, nos quais abraçamos ferrenhamente algumas ideias que devemos, desconcertados, deixar para trás ou criticar com força mais adiante, pois a vida se impõe todas as vezes e assim deve ser, em especial nessas pesquisas.

O pensamento pré-estabelecido de quem são os(as) alunos(as) e como iríamos tratá-los(as), era o que nos intrigava na (para) realização desta pesquisa. Sendo assim, o próprio "problema" fornecido pelo cotidiano nos possibilitou ver as crianças de outras formas e a partir de um novo ponto de vista. Durante muito tempo na História, as crianças estavam em um papel de sujeitos passivos ou de negação dos processos de produção de saberes, sendo limitados a agentes recebedores de conhecimentos e não como sujeitos atuantes e modificadores de produções socioambientais (LOPES, 2013). Partindo desta concepção estaríamos negligenciando os fazeres infantis, reduzindo-os a sujeitos passivos e inexpressivos no espaço.

Seguindo o pensamento de Lopes (2013), estudioso das geografias das infâncias, estes fazeres devem ser compreendidos e interpretados como uma construção social, uma dimensão cultural de cada sociedade, visto que as produções das ciências, de maneira ampla, formam não apenas uma reprodução do fazer infantil, mas sim uma variedade de saberes sócio-cultural-ambiental, das infâncias. Visando esta concepção, as crianças precisam ser percebidas como ativas na construção da sociedade e como sujeitos plenos de relações sociais, portanto, são merecedoras de estudos a partir de si mesmas.

Estudar a geografia das infâncias é um grande desafio, uma vez que o olhar adulto é uma premissa da produção científica como um corpo educado e maturado por anos, que sofre construções e desconstruções a todo momento, contudo, no desenvolver de estudos das infâncias, precisamos nos despir de qualquer idealização do ser infantil, buscando assim uma tentativa de aproximação sob uma reflexão através da criança como protagonista.

A relação entre a geografia e a primeira infância, na qual nos propusemos a pensar, é especial, pois ela marca uma quantidade considerável de pessoas durante um período relevante da vida. Essa relação não será tratada aqui como forma de roteiro. Os pequenos gestos cotidianos do espaço escolar têm a sua importância justificável para a análise, como nos aponta Paulo Freire (1996, p. 19):

> Este saber, o da importância desses gestos que se multiplicam diariamente nas tramas do espaço escolar, é algo sobre que teríamos de refletir seriamente. É uma pena que o caráter

> socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado.

A corrente Humanista veio suprir essa necessidade de aprofundamento dos sujeitos como agentes modificadores, trazendo um novo ponto de vista além do positivista, que muitas vezes limitava estudos acerca do indivíduo, sendo assim, o ser humano herdou um grande pressuposto: a concepção de que a relação da criança com o mundo é de indiferença. Contrapondo à noção anterior, os estudos contemporâneos defendem a ideia de que a criança vai desenvolvendo seus sentidos motores e sensoriais, ou seja, a criança primeiramente experiência o espaço físico através dos seus corpos, em que ocorre a noção de seu próprio corpo e a partir de então uma ruptura entre o eu e o espaço. A consciência de si irá promover a noção de mundo trazendo as primeiras ideias de espacialidades, como traz Lopes (2013, p. 5):

> Nesse desenvolvimento/separação ocorre a construção da noção de espaço-tempo. Dessa forma, inicialmente, a criança consegue apenas perceber o espaço através de seu próprio corpo em contato com objetos, utilizando os sentidos. Num primeiro momento, o seu espaço é de vivência: compõe-se dos lugares onde brinca, passeia e dos objetos que aí existem e que ela utiliza. As relações espaciais se desenvolvem e se tornam mais complexas à medida que ela amplia seu espaço de ação.

Com as convenções e estatutos políticos sobre o Direito das Crianças e outros documentos surgidos a partir dos anos 80, foram acompanhados por grandes ganhos legais que colocam as crianças como sujeitos de direitos, isso se deu quando a ideia do direito da criança ganhou dimensões definidas e sistematizadas

como o de direito ao espaço, ganhando assim, força nos estudos das Geografias das Infâncias, conectando as noções de espacialidade da criança. Uma vez que voltamos nosso objeto de observação para a percepção das ciências geográficas sob uma perspectiva da criança, os olhares se modificam para desvendarmos uma série de ações e registros que buscam compreender o ser e o estar das crianças no espaço, para isso se faz necessário um estudo aprofundado sobre os desafios metodológicos nos estudos das infâncias.

Em estudos educacionais, normalmente, os pesquisadores e pesquisadoras fazem a escolha por alunos e alunas que poderão facilmente corresponder às hipóteses da pesquisa, seja por meio de entrevistas ou conversas informais. Logo, arriscar-se com um grupo mais complexo, no que diz respeito à extrair suas concepções de mundo, emerge como desafio, pois, suas cosmovisões são mais complexas para decifrá-las, logo, suas apreensões sobre a espacialidade tornam-se novidades ao âmbito científico da educação e da Geografia. A barreira da oralidade e da linguagem converte-se como um dos aspectos intrincados para as interpretações diante de um grupo infantil, logo para Malaguzzi[1] (1999, p. 322) citado por Fochi (2014, p. 13):

> Assim, para o pedagogo italiano o tema das linguagens tornou-se o grande desafio da escola da infância, já que para o autor as crianças aprendem e relacionam-se com o mundo por meio de diferentes formas utilizadas para simbolizar. Elas utilizam *cem* formas de se comunicar com o mundo.

[1] MALAGUZZI, L. Histórias ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George**. As cem linguagens da criança.** Porto Alegre: Artes Médica, 1999.

Sendo assim, "[...] tentar entender as crianças com as quais lidamos é fundamental para uma prática pedagógica significativa" (FOCHI, 2014, p. 16). Compreender o comportamento infantil durante práticas educacionais nos permite repensar sobre o papel do(a) educador(a) a partir das relações que tantas vezes aparecem como naturalizadas pela repetição. Nossa vontade em observar as espacialidades infantis está em fornecer perspectivas geográficas que nos propicie novos olhares sobre a relação professor(a)-aluno(a), assim como enfatiza Fochi (2014, p.8): "[...] elementos importantes a serem considerados na construção e na atualização dos projetos educativos das escolas, e o que pudessem acrescentar algo na intensa jornada do adulto em conhecer as crianças".

Além disso, as óticas geográficas que a proposta assume aproxima-se de uma Geografia pautada nos comportamentos humanos e nos significados, que amparam a forma como os sujeitos se organizam espacialmente. De forma geral, torna-se interessante compreender como as crianças depositam significados com comportamentos específicos, manifestando categorias (lugar, espaço, paisagem, dentre outros) de análises geográficas. Assim como discorre Lopes (2003) não se pode classificar a cultura na infância de maneira categorizada, sendo ela passível de mudanças em seus diferentes territórios, caracterizando assim uma pluralidade de infâncias estabelecidas pela produção do território-lugar.

Materiais e métodos

Os caminhos metodológicos tornam-se tão relevantes quanto os resultados da exploração científica, pois, as escolhas que pesquisadores e pesquisadoras estabelecem no decorrer da pesquisa reverberam nos resultados. Para mais, espera-se de uma pesquisa científica não apenas as novidades a serem reveladas após os estudos, mas também a criatividade e o rigor da metodologia.

Apostar na comunicação oral das crianças, isto é, em entrevistas ou conversas informais também é uma tarefa difícil, pois elas ainda estão em processo de desenvolvimento de suas falas. Portanto, foi preciso o uso de outros meios, como seus comportamentos e práticas espaciais, logo, revelando sua(s) Geografia(s), para Ludke e André (1986, p. 45):

> A observação permite também que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos e se revela de extrema utilidade na descoberta de aspectos novos de um problema.

Ainda no que diz respeito à observação como condição de ferramenta metodológica nos debruçamos sobre os estudos do geógrafo e pesquisador das infâncias Jader Janer Lopes, o autor nos instiga a adentrar de maneira direta e prática no fenômeno ou espaço estudado, além disso, podendo até mesmo nos fundir ao fenômeno ou espaço, compondo o cenário estudado. Nos estudos de Lopes, propõem-se processos para que se perceba a presença que constitui os **territórios-lugares** das infâncias, segundo Lopes (2008, p. 78):

> [...] a vivência do espaço como interação, como processo e não como palco; os processos de subversão do espaço, de ir contra o instituído, em que as crianças sabem dos espaços que são tidos como proibidos, mas muitas vezes acessados a partir de suas interações com os pares; nos processos de subversão da ordem previamente instituída está presente não só o acesso ao espaço vedado, mas também na forma original dos objetos, nos artefatos de infância e nas maneiras como são utilizados, como os brinquedos presentes nos parques, nas praças e em outros locais, que geralmente fogem ao padrão inicial; o conhecimento da comunidade de criança, do sentimento de identidade e pertença, que faz a separação delas com os demais grupos sociais, na medida em que existem artefatos, locais, movimentos que são típicos de crianças, reconhecidos e nomeados por elas; uma grande capacidade de abstração das crianças, de uma invenção produtiva, que difere das anteriores, pois essas criam, a partir do espaço e dos artefatos aí presentes, situações, objetos, coisas, nomeações.

Em suma, a presença do pesquisador ou pesquisadora no trabalho de observação direta modifica a cena e sem cautela torna-se influenciador nos resultados, assim Ludke e André (1986, p.45) fala sobre:

> Dentre as limitações atribuídas à técnica da observação estão a de provocar, às vezes alterações no ambiente ou no comportamento da população estudada e a de que o método leva em si a influência da interpretação pessoal.

Desta forma, como salienta Ludke e André (1986) faz-se necessário estabelecer o grau de participação do(a) pesquisador(a) no ambiente estudado. Sendo assim, aproximando o escrito com a atual proposta, optamos por fazer as observações em que o participante é o observador(a), por exemplo, durante a caminhada

pelo bairro os(as) autores (as) observaram a atividade atenciosamente, mas também caminhavam juntamente aos alunos e alunas. Além disso, foi perceptível a dificuldade da não-interação nas atividades, tendo em vista, que os alunos(as) nos convidam de maneira involuntária para suas atividades, seja pegando-os(as) pelas mãos e arrastando em direção às atividades ou olhares profundos de quem desconhece aqueles corpos em suas pequenas salas de aula.

A Tabela 1 fornece informações gerais sobre as observações do estudo de campo que aconteceu na escola CMEI Reinaldo Ridolfi no bairro Maria Ortiz no município de Vitória no Espírito Santo.

Tabela 1. Informações gerais sobre as observações da pesquisa de campo.

PERÍODO DA OBSERVAÇÃO	Setembro/Outubro 2019
Nº DE ALUNOS(AS) OBSERVADOS(AS)	Uma turma com média de 20 alunos a cada atividade
IDADE DOS(AS) OBSERVADOS(AS)	3 anos de idade
ATIVIDADES OBSERVADAS	● Evento 1: Plantio de ervas medicinais ● Evento 2: Passeata Ecológica ● Evento 3: Construção de um vaso autoirrigável

Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

Resultados

Análise da geografia nas infâncias durante eventos de educação ambiental

Analisando as aulas práticas com a temática relacionada à boa alimentação, buscamos colher nesse capítulo as geografias que decorrem da elaboração de uma horta escolar.

Diante do que já foi exposto, acreditamos que as crianças percebem, vivenciam, atribuem significados e alteram/constroem as espacialidades diante de suas vivências e práticas sociais entre elas, com os adultos, as materialidades e o ambiente, bem como, os outros seres. A capacidade de serem atores do espaço e tempo não pode ser negligenciada em nossa análise como nos apontou Jader Lopes (2008, p. 77) sobre o problema da "[...] noção de uma infância percebida como sujeitos 'a-topos', ou seja, de lugar nenhum, como sujeitos a-temporais, de tempo nenhum".

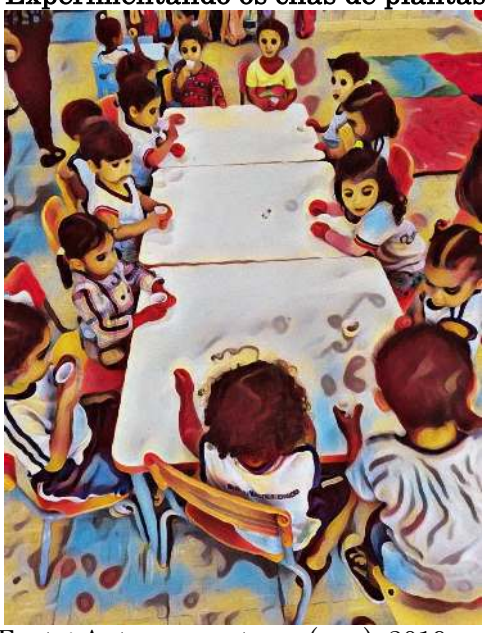
Evento 1: Plantio de ervas medicinais

Em uma das primeiras visitas à escola, se teve a chance de observar uma aula com plantas medicinais para crianças de três anos de idade. A sala utilizada foi um local que servia como uma espécie de pátio da escola, as crianças ficaram sentadas em um banco de concreto enquanto a professora preparava a área e explicava o que ia ocorrer em pé. Os objetivos da aula eram demonstrar de onde as plantas vinham, fazendo com que as crianças tivessem a experiência de plantar, tocar e sentir o cheiro.

Elas sentiram as ervas pelo tato e olfato. Em um momento posterior as crianças degustaram um chá feito da mesma erva que plantaram em um momento anterior, como mostra a figura 1, em que as crianças desfrutam de suas habilidades sensoriais.

> [...] as crianças colocaram britas no fundo do recipiente onde ficaram as mudas, algumas delas participaram desse primeiro contato. A participação sempre feita com o auxílio da professora. As crianças são selecionadas uma a uma a participarem da prática, as que se mostram fora da ordem estabelecida não são selecionadas. (nota de campo, escrita pelos(as) autores(as) em setembro de 2019.

Figura 1. Experimentando os chás de plantas medicinais.



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

O período que antecede ao evento de plantar é marcado pela organização espacial de objetos para que a aula seja possível,

estes envolvem saco de terra, brita, terra boa[2] e uma vasilha onde se inserem todos esses elementos mais as sementes; há ainda um forro de lona laranja como camada vertical que separa o chão da escola da prática logo acima dele, sua finalidade é evitar a sujeira, o que é terra dentro da vasilha é sujeira fora dela.

A forma como os elementos se posiciona espacialmente para a execução da prática da horta também fundamentam simbolicamente os limites dessa prática, seja de forma pensada a priori ou não. A prática não acontece em lugar nenhum para qualquer um, existe uma extensão, ocorre num espaço delimitado para corpos selecionados, ou seja, há critérios de seleção. Em meio à terra, brita, pulos e sementes, plantar uma horta se configura, também, como uma prática geográfica.

Dentre os objetos mencionados acima, tomemos por exemplo a importância da lona para a prática:

- a lona pode ser uma espécie de justificativa permitindo com que o evento possa ocorrer, nesse caso sua finalidade está em evitar a "sujeira" que poderia servir de impedimento para a realização do evento;

- ela demarca a posição e a área onde ocorrerá o evento, uma decisão que também está relacionada com o ato de evitar a sujeira.

[2] Nome atribuído pelas crianças e professoras à compostagem feita com restos orgânicos por eles.

- a lona ascende à categoria de limite de um território no momento em que seleciona os participantes dos não participantes, diferenciando os de dentro e os de fora.

A lona não possui nenhum poder místico inserido em sua materialidade que a torna uma fronteira, não está no material, mas está em sua ascensão simbólica a esse estado. A condição simbólica da lona nos permite perceber que o que a transformou em um limite foram as pessoas através de suas práticas espaciais, no caso, um limite imposto pelos adultos. Um apontar de dedos aqui, um impedimento físico ali e está configurado um novo território onde adultos e crianças possuem condições diferentes de acesso.

Sobre o fenômeno territorial observado, Sack[3] (1986, 6 *apud* Haesbaert, 2011, p.86) pode nos dar algumas contribuições iniciais.

> A territorialidade, esta "qualidade necessária" para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais.

[3] SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

Figura 2. A lona utilizada nas atividades.



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

Robert Sack (1986, p.1 *apud* Haesbaert, 2011, p.86) contribui ainda para o nosso pensamento de territorialidade ao dizer que,

> A territorialidade humana envolve 'o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado', mas ela é 'melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada.

A lona, da figura 2, usada como estratégia observada no fenômeno em questão está pautada na consideração das crianças como um empecilho ao próprio desenvolvimento do evento por parte dos adultos. Portanto, parece ser necessário exercer o controle, pois só assim é possível que a relação social de ensinar se estabeleça na forma ao qual foi imaginada. Observamos que elas compreendem a lógica espacial no qual estão inseridas percebendo as suas restrições de acesso, porém a subversão da condição atribuída é constantemente exercida pelas crianças, hora e outra se levantam e tentam se aproximar e pisar sobre a lona, algumas conseguem. Há também o ato de levantar, no entanto, o ato de

levantar é punido com advertências sobre a impossibilidade de participar (Isso também parece ser uma forma de ensinar o "bom comportamento". Quem se comporta "bem" é escolhido) enquanto a atitude de tentar pisar na lona exige um ato físico de retirar a criança e recolocá-la no banco de concreto.

Já ao final deste primeiro contato, as crianças foram liberadas para brincar com os brinquedos que estavam presentes no CMEI, neste momento uma delas urinou no chão. As professoras observaram a cena e pediram para não mexerem no líquido e disseram que era algo errado, as crianças acenaram com a cabeça dizendo que não mexeriam. Nesse momento corremos para ajudar as professoras, nos distraímos por um segundo e já estavam lá três alunos encantados com o líquido como se fosse mais um brinquedo. Dois deles estavam em contato direto e um assistia a cena como algo extraordinário. Dos que estavam em contato direto um fazia uma espécie de desenho espalhando o líquido e o outro apenas encostava de maneira mais tímida, quando perguntados sobre se era correto brincar com aquilo eles responderam com uma segurança aparente de que não era correto. Então pegamos as duas crianças e as levamos ao banheiro para lavar suas mãos com sabão e álcool, mas quando retornamos havia mais crianças ali do que da primeira vez, para Lopes (2008, p.78):

> Pode-se observar, assim, que há momentos em que as crianças subvertem, há momentos em que interpretam, reproduzem o espaço e seus objetos, e há momentos de criação, de invenção, transformando-os, reorganizando os princípios da forma, função, localização, organização, representação e outros, a partir de suas ações.

Evento 2: Passeata Direito das Crianças

A passeata foi organizada de acordo com o projeto institucional da escola "toda criança tem direito", no qual cada grupo se aprofundou em subprojetos relativos aos direitos essenciais de todo ser humano: a diversidade, a educação e a alimentação. A turma que acompanhamos tinha como pauta o "Direito à Alimentação Saudável". Diante disso, cada grupo saiu pelas ruas do bairro defendendo o "direito" que estava sendo desenvolvido pelas professoras em sala de aula, na figura 3 é o momento da saída.

Figura 3. Faixa que dava início a caminhada pelo bairro Maria Ortiz.



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

Foi oferecido ajuda na hora de preparar as crianças para saída externa. Em um dado momento aproveitamos o contato direto com elas (que já não nos viam ali como um ser estranho, apesar dos olhares atentos, por decorrência da frequência em que acompanhamos suas atividades) para uma maior interação. Foi

estabelecida por nós uma única pergunta que foi repetida para todas as 6 crianças que ajudamos a vestir: "Onde vocês estão indo agora?". Algumas sentiram vergonha de conversar, outras não sabiam o que responder, duas deram as seguintes respostas:

- Criança 1:

***Pesquisadora**: "Ei lindinho, deixa a tia te ajudar a colocar a roupa" ... "Você sabe onde estamos indo agora?"*
***Criança 1**: "Lá longe"*
***Pesquisadora**: "Longe quanto?"*
***Criança 1**: "Lá longe onde tem parquinho e brinca!"*

- Criança 2:

***Pesquisadora**: "Ei lindinha, a tia vai te ajudar a vestir a roupinha, tudo bem?!"*
***Criança 2:** [Acena com a cabeça dizendo que sim]*
Pesquisadora: "E você sabe para onde estamos indo agora?"
***Criança 2:** "Lá onde o ovo caiu no ninho."*

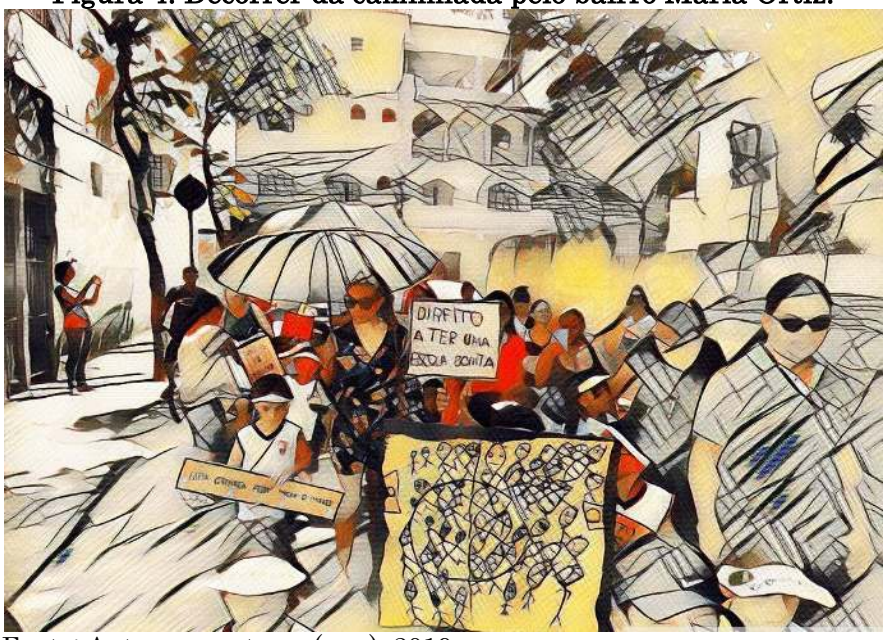
No primeiro momento indagamos o aluno com a finalidade de buscar uma resposta que completasse a nossa noção adulta de mundo, algo que pudéssemos interpretar em sua fala. No segundo momento, uma resposta que a princípio nos pareceu engraçada, coisa de criança, foi o que despertou para o que seria o estudo das infâncias, pois, como aponta Lopes (2013) que romper com as visões reducionistas e adultocêntricas que marcaram (e marcam)

nosso olhar sobre as crianças e suas interações com o mundo e permitir a emergência de um outro paradigma, faz-se necessário na constituição de novas políticas educativas que têm como proposta de trabalho essa dimensão humana.

Ora, se queremos compreender como as crianças criam noções territoriais e, consequentemente, produzem saberes, como enxergá-las partindo da nossa visão de mundo se a visão de mundo delas não possui as marcas e construções bem definidas que são dadas pela estrutura da sociedade? Pois bem, em ambas respostas elas constatam suas noções espaciais quando dizem "lá", demonstrando assim o conhecimento de um lugar-território de que não as pertence naquele momento, porém, atestando grande capacidade de invenção produtiva que difere dos espaços anteriores, criando para tal nomeações dadas a partir de situações, artefatos ou objetos ali presentes (LOPES, 2008). Concebendo como resultado as várias culturas dentro dos fazeres infantis.

Após este movimento, saímos com elas pelo percurso do bairro. Pessoas que ali circulavam paravam para assistir a passagem, curiosas e atentas para as mensagens trazidas por aquelas crianças. Isso nos leva a refletir acerca da relação das infâncias com o conceito de lugar, em que o sentimento de pertencimento está atrelado à reivindicação da ocupação espaço público como se deu nesta caminhada promovida pela escola.

Figura 4. Decorrer da caminhada pelo bairro Maria Ortiz.



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

No que tange às expressões das crianças diante do arranjo social e cultural, marcada por suas variações, é possível falar que as crianças devem ser percebidas como ativas na construção da comunidade, na figura 4, mostra essa concepção de uma coletividade, desta forma sendo interpretadas em suas muitas infâncias, para Lopes e Vasconcelos (2006, p. 110):

> Não podemos falar da existência de uma única cultura própria das crianças, mas sim de culturas infantis, caracterizando desse modo a pluralidade que lhes é inerente. Essa pluralidade se estabelece no entrelaçamento da produção da infância e da produção do lugar. Toda criança é criança de um lugar. Do mesmo modo, toda criança é criança em algum lugar. Ou seja, existe na produção das culturas infantis uma ancoragem territorial que não apenas emoldura o contexto no qual se edifica a

> infância, mas, para além disso, oferece o próprio substrato material a produção da existência.

Evento 3: Construção de um vaso autoirrigável mediado pela equipe de Educação Ambiental da SEMMAM/GEA

A equipe da Gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) promove na escola mais uma atividade voltada para a temática da horta escolar. Nesta atividade, os alunos e alunas são organizados em cima de uma lona, onde todos devem permanecer sentados para observar a construção do vaso autoirrigável.

O trecho acima explicita uma diferença observada em relação à primeira prática (evento 1). As crianças estão sentadas sobre a lona laranja e não em um banco de concreto, há uma proximidade maior entre elas e de quem está dirigindo a prática. A organização dos objetos também se mostrou diferente, já que agora as crianças estavam divididas em pequenos grupos, cada grupo tinha seu próprio material para reproduzir o que ocorria nas mãos de um adulto, este representado por uma pessoa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, um papel central, pois, explicava os procedimentos a serem seguidos pelos grupos. Essa pessoa também estava sentada em cima da lona, junto aos grupos. Ao considerarmos essa nova condição espacial, a prática ocorre de forma diferente pois os participantes estão regidos sobre novas regras, resultando em uma configuração territorial diferente, a forma de agir no espaço, o controle e influência sobre os comportamentos se mostra sobre outros critérios. Há, aqui, novas preocupações para que o controle seja exercido, o que modifica

também as possibilidades de subverter esse estado e a nossa própria ideia do que é considerado subversão.

No evento anterior entrar na lona era considerado uma transgressão, como se estivessem atravessando uma fronteira, porém, agora a prática começa com as crianças sentadas na lona laranja. Parece necessário que elas fiquem sentadas na lona, não em pé, nem deitadas, nem fora da lona, em um momento uma criança deitada foi advertida para retornar à sua posição corporal" (nota de campo, recolhida pelos autores em outubro de 2019). Estar dentro da lona agora é estar de acordo com o desejado, não mais uma subversão, isso se deve a uma ressignificação que decorre da alteração da lógica territorial, ou seja, da forma como o espaço está configurado, onde estão os participantes e como devem se comportar; quais os objetos participam e de que forma estão posicionados, a importância de cada objeto e etc. O que será considerado por nós como uma atitude subversiva vai variar de acordo com o fenômeno observado, estar fora da lona, por exemplo, é algo pouco aceitável. No entanto, as crianças criam estratégias próprias para subverterem a lógica imposta a elas interpretando sua condição e possibilidades.

> As crianças são, assim, produtoras de culturas próprias e negociam sua existência com as demais categorias presentes na sociedade, buscando negar a condição de categoria submetida – e é isso que possibilita a transgressão/inversão/criação do espaço originalmente concebido e concedido, como pode ser percebido em nossas pesquisas. (LOPES, 2008, p. 77).

Durante este evento do vaso autoirrigável foi presenciada a seguinte cena, em um dado momento, já no final da atividade, uma das crianças se distrai e encontra um pedaço de papel enrolado em forma de bola. A criança pega essa 'bolinha de papel', olha ao seu redor e começa a arremessar aos poucos a bolinha de papel. Joga distante da lona e vai buscar. Pega a bolinha e joga pra mais longe. Pega a bolinha, olha para seus colegas, e joga mais longe. Pega a bolinha novamente (agora já acompanhado por alguns de seus colegas que viram ele arremessando) e joga mais longe. Pega a bolinha e finalmente joga para seu destino final: a janela do pátio que permite uma visão da área externa do bairro. Mais um grupo de crianças veem a cena e fazem o mesmo: correm todos para apreciar a paisagem que a baixa janela alcança.

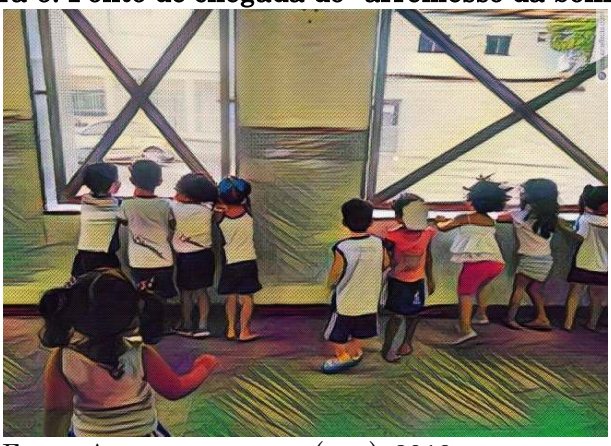
Assim, podemos observar como a criança percebeu que através do arremesso daquele pequeno pedaço de papel configura na verdade uma estratégia espacialmente utilizada com finalidade de ultrapassar o limite (ou fronteira) estabelecido pelos adultos. A lona, nesse caso, seria a forma material de representar a fronteira em forma de limite. Desta maneira, o aluno percebeu que utilizando a desculpa pela a busca do papel arremessado, seria eficaz na fragilização da demarcação. Além disso, tal fragilização acentua-se ainda mais com a adesão dos colegas diante da "quebra da regra", que correm para usufruir do êxito da estratégia. Como quem escala uma montanha e aposta na contemplação da paisagem a verdadeira recompensa do esforço, aquele pequeno grupo de alunos e alunas agitaram-se como se estivessem chegado ao cume.

Figura 5. Momento "ensinando a fazer carinho nas plantinhas".



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

Figura 6. Ponto de chegada do "arremesso da bolinha".



Fonte: Autoras e autores (org.), 2019.

Na figura 5, o momento de experiencia, o tocar, o sentir para além do seu corpo, seu primeiro território. Na figura 6, sobre a cena observada, Jader Lopes (2008, p. 78) afirma que "os processos de subversão do espaço, de ir contra o instituído, em que as crianças sabem dos espaços que são tidos como proibidos, mas

muitas vezes acessados a partir de suas interações com os pares". A estratégia subversiva da bolinha de papel demonstra a capacidade de interpretação da lógica imposta. Não é uma simples ida à janela, elas não saem correndo direto para a janela, mas criam uma interpretação para ter acesso àquele espaço é necessário analisar suas possibilidades e executar uma estratégia, nesse caso o olhar para os pares talvez dê força ao movimento subversivo e demonstra a sua interação com os pares. Sobre o ato de olhar para os outros durante a "estratégia da bolinha" não temos informações suficientes para compreender o que esse código pode significar e qual sua extensão, mas ficou explícito que é um tipo de comunicação específica do grupo analisado demonstrando uma cultura própria desenvolvida por eles e elas.

Considerações finais

Diante da ideia que a presente proposta se debruça, isto é, averiguar a possível relação entre a Geografia e as infâncias, colocando a segunda em condição de protagonismo no que se refere à produção e reprodução de saberes geográficos manifestados no cotidiano das mesmas, a experiência possibilitou refletir sobre alguns aspectos que surgiram a partir do estudo e trouxeram contribuições para a Educação Infantil e a Geografia.

A primeira reflexão refere-se à abrangência de possibilidades de exploração dentro da Geografia, que por vezes acaba sendo deixada de lado, tendo em vista, a não vinculação com a produção de conhecimento tradicional, que habitualmente ignora a rica dimensão do cotidiano infantil em suas investigações. Além disso, não somente na ciência geográfica, mas também, podemos

repensar sobre a forma que as crianças são estudadas na área da educação em geral com pesquisas que projetam algum recurso/ferramenta didático(a) pensados a partir da perspectiva adulta de apreender o mundo, estudá-las nos permite reconfigurar tais práticas, vigentes até os dias atuais.

A segunda trata das percepções do que venha ser as infâncias, a grosso modo, foi-se propagado um imaginário social de indivíduos incompletos (as crianças) apoiada na ideia de infância em que seus conhecimentos e práticas, inclusive espaciais, são ignorados pelo discurso equivocado, no qual, as crianças são sujeitos inacabados e somente a partir da saída da infância que os mesmos seriam capazes de perceber o mundo de maneira própria, assim, equivocadamente vigora a ideia de que a infância trata-se de uma fase que deve ser superada logo. Reconhecemos a necessidade de considerar tais sujeitos como sujeitos completos.

Para mais, ficou latente também que as categorias de análises da Geografia (lugar, paisagem, território, fronteira e etc) aparecem assiduamente no cotidiano escolar, com destaque para a fronteira e o território. Entendemos os fazeres infantis em suas ações espaciais, munidas de significados e características próprias.

Referências

ALVES, N. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Revista Teias,** v.4, n.7, p.8, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire.** São Paulo: Paz e Terra, 25.ed. 1996.

FOCHI, P.S. A criança é feita de cem: as linguagens em Malaguzzi. In: REDIN, M. M; FOCHI, P.S. **Infância e educação infantil II: linguagens.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014. Cap. 1, p.6-21.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p.86-87.

LOPES, J. J. M. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Contexto & Educação**, v.23, n.79, p.65-82, 2008.

LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**, v.22, n.49/1, p.283-294, 2013.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELOS, T. de. GEOGRAFIA DA INFÂNCIA: Territorialidades Infantis. **Currículo sem Fronteiras,** v.6, n.1, pp. 103-127, Jan/Jun 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

Submetido em: 25 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 14 de agosto de 2022.
Aprovado em: 29 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

RODRIGUES GONÇALVES, W. C.; HENRIQUE, R. da S. .; GOMES, R. H.; DA COSTA, T. B.; JUSTO, G. C. "Tramando geografia(s) com crianças" : uma experiência da geografia das infâncias no CMEI Reinaldo Ridolfi em Vitória/ES . Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 353–379, [2021] Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2330.

ENSINO DE GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE: UM "MUSEU DE GRANDES NOVIDADES?"

TEACHING GEOGRAPHY IN CONTEMPORARY: A "MUSEUM OF GREAT NEWS?"

L'ENSEIGNEMENT DE LA GÉOGRAPHIE DANS LA CONTEMPORANÉITÉ : UN « MUSÉE DE GRANDES NOUVEAUTÉS ? »

ROGATA SOARES DEL GAUDIO –
Profa. do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia-IGC/UFMG.
E-mail: rogatasoares@gmail.com

DORALICE BARROS PEREIRA –
Profa. do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia-IGC/UFMG.
E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

Resumo:
Apresentamos algumas proposições relacionadas ao ensino de Geografia que têm sido expostas ora como "novidades", ora como apanágio para os problemas ligados ao ensino dessa disciplina escolar. Embasamos a análise na Lei 13.415/2017 e no texto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, 2019. Discutimos algumas propostas da BNCC/EM concernentes ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, mais detidamente as voltadas ao ensino de Geografia. De que modo a Geografia e seu ensino são apresentados nesses documentos em tempos de precarização da escola e do trabalho docente? Como a imposição de um currículo nacional se reflete/refrata (BAKHTIN, 2006) na educação básica e no trabalho docente? Porque denominamos algumas propostas em curso como um "museu de novidades"? Finalmente, concluímos haver mais descompassos e contradições do que novidades para um ensino emancipador.
Palavras-chave: BNCC, ensino de Geografia, Ensino Médio.

Abstract:
We present some propositions related to the teaching of geography that have been exposed either as "novelties", or as a prerogative for the problems related to the teaching of this school subject. We base the analysis on Law 13.415/2017 and on the text of the National Common Curricular Base for high school, 2019. We discuss some proposals presented at the BNCC/EM related to the teaching of Applied Human and Social Sciences and, more closely, to the teaching of geography. How are geography and its teaching presented in these documents in times of precariousness of school and teaching? How is the imposition of a national curriculum reflected/refracted (BAKHTIN, 2006) in basic education and teaching? Why do we call some ongoing proposals a "museum of novelties"? We conclude that there are more mismatches and contradictions than novelties for an emancipatory teaching.

Key words: BNCC, geography teaching, high school.

Résumé
Nous présentons quelques propositions par rapport à l'enseignement de la géographie qui ont été exposés tantôt comme "nouveautés", tantôt comme apanage face aux problèmes liés à l'enseignement au Lycée.
Notre analyse se base sur la Loi 13.415/2017 et le texte de la Base nationale commune du programme d'études, pour l'enseignement au Lycée, BNCC/EM, de l'année 2019. Nous avons discuté quelques propositions du BNCC/EM liées à l'enseignement au Lycée des Sciences humaines et Sociales appliquées et d'une façon plus détaillée nous nous sommes concentrées sur l'enseignement de la géographie. Comment la géographie et son enseignement sont traités dans ces documents, en cette période de précarité de l'école et du travail d'enseignant? Comment l'imposition d'un programme d'étude national se reflète/réfracte (Bakhtin, 2006) dans « l'éducation primaire » et dans le travail de l'enseignant? Pourquoi quelques propositions sont perçues comme "musée de nouveautés"? Nous concluons qu'il y a plus de décalages et de contradictions que de nouveautés, pour parvenir à un enseignement émancipateur.

Mots-clés: BNCC, l'enseignement de la géographie, l'enseignement au Lycée.

> *Veio, enfim, um tempo em que tudo aquilo que, outrora, os homens consideravam inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico [comércio] podendo alienar-se. Trata-se do tempo (...) em que tudo, finalmente passa pelo comércio. O tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para expressá-lo em termos da economia política, o tempo em que todas as coisas, morais ou físicas, tornando-se valores venais, devem ser levadas ao mercado para que se aprecie o seu mais justo valor.* (MARX, 1985, p. 41)

Educação e escolarização na contemporaneidade[1]

A educação e a escolarização, com seus currículos, programas nacionais, projetos e propostas, são processos essencialmente sociais, inscritos nas lutas de classe, no tempo e no espaço, e relacionados às ideologias[2], aqui entendidas não apenas como ideias (embora elas ainda possuam esse aspecto), mas também como práticas sociais.

Se a educação apresenta um aspecto extremamente amplo relacionado à vida, às relações sociais, aos processos de crescimento e ao desenvolvimento biopsico-cognitivo, a escolarização refere-se a uma dimensão dos processos de educação, especificamente àqueles que ocorrem em instituições eleitas pelas sociedades para instruir crianças e jovens – e seus adultos não escolarizados.

1 A ideia do "museu de grandes novidades" é uma referência à música escrita e composta por Arnaldo Brandão e Cazuza, "O tempo não para", lançada em 1988 em álbum homônimo. De fato, às vezes o tempo não para, capota.

2 Ideologia é a "condição humana sob a qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo que cada um deles compreende em grau diverso. É o meio através do qual operam esta consciência e significatividade" (THERBORN, 1991, p.1-2).

A instrução remetia, inicialmente, à ideia de aprender a ler, escrever e contar; mas, na atualidade, ao falarmos em instrução escolar aludimos a variados processos de aprendizagem, desde a capacidade de interpretar inúmeros textos, até a de realizar múltiplas operações mentais e matemáticas, apreender o pensamento científico, entre outras.

Certo é que, junto com essa instrução, crianças e jovens em escolarização aprendem os princípios, modos de pensar e agir ancorados naquilo que uma dada sociedade cultua como valores essenciais para seus cidadãos em formação. Assim, a escolarização continuamente interpela-os a se constituírem como sujeitos conforme a visão social de mundo[3] dominante numa dada sociedade, num certo contexto temporal e espacial.

Para Couto (2017, p. 185), desde 1990, com o neoliberalismo estabelecido, direitos foram ceifados e transformados em mercadoria no Brasil, incluindo a educação.

Como possibilidade para superar a posição do país no mercado internacional, caracterizada por uma distribuição de renda extremamente desigual, o que prejudica a sua produtividade, a educação passou a ser vista como um negócio, a exemplo do segundo governo Lula (2007-2010):

> ao mesmo tempo em que se expandiu o acesso à educação básica e superior, o próprio Estado brasileiro estimulou, com financiamento direto e isenção de tributos, a constituição de grandes empresas educacionais e abertura

3 Visões sociais de mundo seriam "todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas (...) unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas." (LÖWY, 2002, p. 11/12)

> de seus capitais na bolsa de valores (ANDRADE E MOTTA, 2020, p. 8).

O governo de Dilma Rousseff, em ambos os mandatos (01/01/2011 a 31/12/2014; 01/01/2015 a 31/08/2016), segundo as autoras, tentou manter saudável o mercado interno e conciliar as classes, porém, fracassou, pois, a classe dominante articulou um golpe jurídico-midiático-parlamentar, que conturbou os anos seguintes. Nesse cenário, reformas foram engendradas no Ensino Médio, voltadas a dois aspectos gerais: primeiro, solucionar o descompasso histórico, neste nível de ensino, entre, de um lado, a formação para prosseguimento dos estudos no ensino superior, e, de outro, a formação técnica de nível médio. Pelo menos, esse foi o argumento para edição da Lei 13.415/2017, ao qual se articulou ainda a crença de que esse nível de ensino não estaria contribuindo para nenhuma dessas formações e, portanto, era necessário modificá-lo.

Em segundo lugar, visou reestruturar o Ensino Médio numa perspectiva "mais contemporânea", por meio do estímulo à inter/transdisciplinaridade (com força de lei), e investir nas novas tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC) para o ensino.

Essa reforma do Ensino Médio instiga, então, as seguintes indagações: poderá ela resolver ou, ao contrário, aprofundará as desigualdades educacionais, retomando princípios de formação técnica aligeirada para os filhos da classe trabalhadora e de formação propedêutica, para os filhos

da burguesia?[4] No contexto de crise do capital e retomada de velhos antagonismos geopolíticos, ressurgimento de nacionalismos, fechamento e reservas de mercado, uma formação técnica aligeirada contribuiria, de fato, para aumentar a empregabilidade dos jovens? Seria essa formação "inter/transdisciplinar e focada nas novas tecnologias de informação e comunicação" suficiente para auxiliar os jovens a se inserirem no mercado de trabalho em encolhimento?

Ao refletirmos sobre as reformas educacionais, não podemos nos furtar de relacioná-las à dimensão cognitiva e, ainda, aos contextos nacionais e internacionais. Acreditamos que esse amálgama nos auxilia a entender os princípios filosóficos, políticos e ideológicos que as norteiam. E a quem efetivamente respondem.

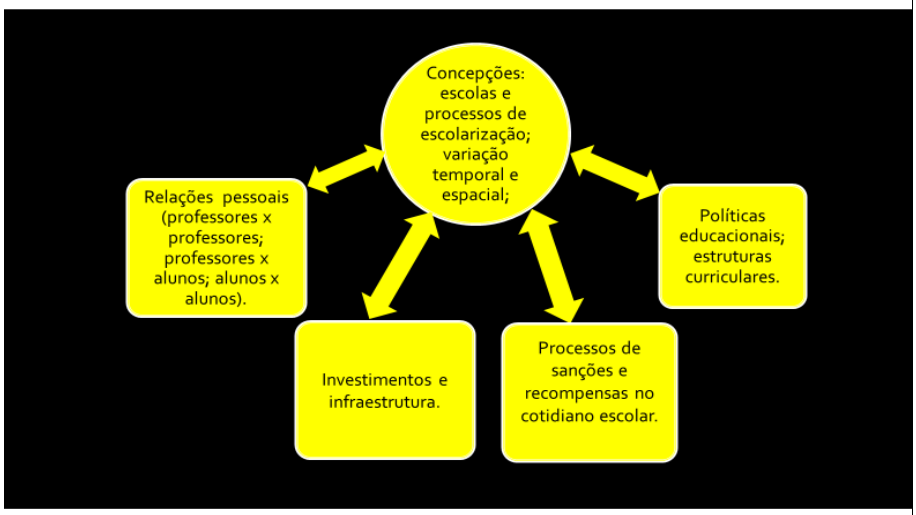
Muito se tem dito e publicado a propósito dos processos de capitalização *da* e *na* educação. A transformação da escolarização em um negócio cada vez mais lucrativo e oligopolizado é realidade em inúmeros estados nacionais. Entretanto, orientamos nossa atenção também para as perspectivas de controle sobre os trabalhadores ao privilegiar uma formação ideológica para o mando (filhos da burguesia) e para a obediência e a conformação sem questionamentos (filhos das classes trabalhadoras), além da possibilidade de

4 Enquanto escrevíamos este artigo, foi publicada uma nota técnica apontando que, em São Paulo, a tendência é para o aprofundamento das desigualdades educacionais entre os filhos dos trabalhadores e os da burguesia. (CORTI; GOULART; CÁSSIO, 2022, Disponível em: https://www.repu.com.br/)

restrição de acesso[5] ao ensino superior[6]. Todos esses atributos estão no bojo do recorrente bordão em torno da "formação para a cidadania", pois uma condição essencial para a existência e o funcionamento das ideologias é seu vínculo com a manutenção da reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 1996).

Tendo em conta essas observações, vale perceber as interrelações que o esquema a seguir incita. A partir dele poderemos pensar se há novidades ou permanências nas atuais reformas e propostas educacionais.

Figura 1: As culturas escolares no contexto ampliado da sociedade



5 Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu cotas para estudantes oriundos das escolas públicas, bem como para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, deverá ser revista este ano (2022), conforme consta na própria Lei.

6 A respeito da Lei de Cotas (12.711/2012), tramitam no Congresso Nacional propostas diversas, desde redução dos percentuais das cotas até o adiamento da revisão desta lei para 2042.

Fonte: DEL GAUDIO e PEREIRA, 2022

Do esquema acima, depreendemos que a escola assegura a reprodução das condições de produção, não apenas pelos "conteúdos", "disciplinas" ou "objetos do conhecimento", mas por meio de condições materiais objetivas, como presença/ausência de infraestrutura; qualificação e valorização do corpo docente e remuneração adequada dos profissionais, entre outras. Essas condições diferenciam substancialmente a escola destinada aos filhos dos trabalhadores daquelas destinadas aos filhos da burguesia. Nesse contexto, considerando as condições materiais objetivas da maioria das escolas brasileiras, elas seriam capazes de promover a superação das desigualdades (hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificáveis, THERBORN, 2010) somente por meio de reformas curriculares?

A chave para essa resposta concerne a um projeto de educação no qual as escolas estariam habilitadas a possibilitar o questionamento da ordem instituída, de modo a desvelar a imensa disputa *entre* e *para elas,* que, para além das reformas curriculares, materializa-se em propostas tais como "Escola sem partido", ou se revela nos investimentos (ou na ausência deles).

É salutar refletir, ainda, diante da universalização do ensino fundamental, sobre as lutas desencadeadas nas escolas em torno dos "conteúdos" e das atitudes/posturas "esperadas" dos professores. Nos últimos tempos, esses estão se vendo

obrigados a “ensinar” segundo os ditames de “neutralidade”, o que retorna ao mais tacanho positivismo.

Se se pretende lutar pela qualidade da educação é imprescindível haver liberdade de/para ensinar, autonomia e profissionalização docentes e condições de infraestrutura para que estes possam realizar seu trabalho. Nefastamente, esses requisitos ainda permanecem atrelados aos ecos de um capitalismo dependente, encontrados na formação social brasileira, conforme discutido por Andrade e Motta (2020). Essas autoras recorrem às contribuições do pensamento de Florestan Fernandes, segundo o qual essa dependência brasileira pode ser esclarecida a partir do condicionamento “da estrutura econômica, inserção no mercado mundial e padrão de acumulação específicos, que demandam a formação de uma força de trabalho correspondente” (ANDRADE e MOTTA, 2020, p. 11).

Na confrontação entre a reprodução das relações de produção e os “valores das sociedades”, emerge outra questão, pois se as desigualdades são socialmente produzidas, e, portanto, extinguíveis, por que tem sido tão difícil nos tempos hodiernos, no Brasil, considerar aspectos relativos à sua superação?

Logo, se antes, no século XX, no Brasil, a luta era pela universalização das escolas e do ensino, agora as lutas se concentram no que, como e para quem “ensinar”. Daí, vale recuperarmos, de modo breve, o histórico de instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

BNCC e Reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017): convergências e questionamentos

Os objetivos de tornar a escola um espaço a ser gerenciado, onde as políticas se voltam às avaliações internacionais, menciona Girotto (2018, p.17), "ganham centralidade e repõem, em termos semelhantes, a ideia do "abstracionismo pedagógico". Tal abstracionismo inclui mecanismos de avaliação, responsabilização docente pelo "fracasso escolar" e reformas curriculares assentadas em competências e habilidades, divulgadas desde os anos 1990, as quais têm de fundo as mudanças nas relações capital e trabalho[7], com a missão de recompor as taxas de lucro pré-crises.

Posto isto, ponderamos em primeiro lugar que a LDB 9394/1996 já previa, em seu Título IV, artigo 9º, que caberia à União elaborar o Plano Nacional de Educação, e, no inciso IV deste artigo, estabelecer as "competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos" (BRASIL, LDB 9394/96). Adicionalmente, a lei dispôs sobre a criação de um Conselho Federal de Educação, que assumiria, desde então, "funções normativas e de supervisão e de atividade permanente" (BRASIL, LDB 9.394/96). Vale ressaltar que esse órgão foi instituído em 1995, ainda antes

7 Novas estratégias de acumulação do capital, capacidades destruidoras do capitalismo, com desemprego e precarização do trabalho.

da promulgação da LDB, com o nome de Conselho Nacional de Educação (CNE).

O CNE passou, destarte, a organizar e propor comissões encarregadas de elaborar as competências e habilidades para a educação, bem como os currículos mínimos para a educação básica, em escala nacional. Em 1997, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, para os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental; em 1998, para os terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), e, em 2000, para o Ensino Médio. O pressuposto básico dos PCN era o de servir como referencial para o ensino, explicitando na redação do texto introdutório que eles não tinham nenhum caráter impositivo, pois

> Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas." (MEC/SEF, 1997, p. 13)

Desse curto resgate histórico, lembramos que, em 2010, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação (CONAE), que, voltada a debater a educação básica, denotou a necessidade de uma base curricular comum em escala nacional, integrada ao Plano Nacional de Educação (PNE). Entre 2011 e 2012, foram lançadas as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e, em 2014, ocorreu a II CONAE. Neste ano, foram lançados também os pressupostos do Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Em todos esses movimentos, cresciam a expectativa e as

mobilizações para a elaboração de uma base curricular comum a ser implementada em todo o Brasil.

O I Seminário Interinstitucional para a elaboração da Base Nacional Curricular (BNC) foi realizado em 2015, e, em junho daquele mesmo ano, foi publicada a Portaria 592, que instituiu a Comissão de Especialistas que produziu a primeira versão do documento da BNC. Essa versão inicial foi disponibilizada para consulta pública em setembro de 2015. A Comissão inicial de Especialistas foi substituída por novos integrantes, que redigiram uma segunda versão da Base, disponibilizada para leitura e avaliação em maio de 2016. Nessa segunda versão, mantiveram-se diversas recomendações, propostas, textos, habilidades, competências e "objetos do conhecimento" oriundos da primeira versão do documento e foram acrescentadas novas proposições. O conjunto foi debatido com professores, gestores e especialistas de todo o país entre junho e agosto de 2016.

Uma nova comissão de especialistas foi nomeada para elaborar uma terceira versão da Base, que foi construída a partir das duas variantes anteriores e entregue ao CNE em abril de 2017, tendo sido homologada em dezembro do mesmo ano, porém, sem o Ensino Médio.

A retomada do histórico de elaboração da Base (disponível no site do MEC http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico) assinala três funções: a) destacar o processo relativamente democrático de elaboração desse documento entre 2010 e 2016; b) evidenciar

que três Comissões de especialistas se dedicaram à elaboração do documento; e, por fim, c) notabilizar a promulgação da Base Nacional Comum Curricular apenas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental em 2017. A BNCC/Ensino Médio somente seria promulgada em dezembro de 2018.

Por que o Ensino Médio ficou um ano fora da BNCC? Porque toda aquela discussão, encaminhada democraticamente desde 2010, foi interrompida[8] para esse nível de ensino, com a publicação de uma Medida Provisória em 23 de setembro de 2016 (MP 746/2016). Esta MP alterou não apenas as discussões curriculares, mas a própria estrutura do Ensino Médio, incidindo diretamente em mudanças na LDB 9.394/96. Chama a atenção a celeridade com que essa MP foi apresentada (setembro de 2016) e aprovada (dezembro de 2016) no Congresso Nacional, tendo sido promulgada pelo Executivo em fevereiro de 2017.

A Lei de Reforma do Ensino Médio alterou diversos artigos da LDB 9394/1996, merecendo destaque o disposto no início desse documento:

> Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à

8 Na esteira do golpe parlamentar-jurídico e midiático que destituiu Dilma Roussef da presidência e empossou seu vice, Michel Temer (31/08/2016 a 01/01/2019).

> Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, Lei 13.415/2017, destaques nossos)

Há implicações fortíssimas, detalhadas por uma gama de autores a respeito dessas alterações (MOTTA e FRIGOTTO, 2017; KUENZER, 2017; AGUIAR e DOURADO, 2018; COSTA, FARIAS e SOUSA, 2019; TARLAU e MOELLER, 2020; GIARETA, 2021; SILVAS e GIOVEDI, 2022, entre outros). A reforma do Ensino Médio de fato colocou em xeque

> a própria concepção de educação, simplificada na relação de estabelecimento de um currículo estandardizado focado em matemática e língua materna, com processos padronizados de testagem de resultados, garantidos por uma gestão focada nos resultados, que tensiona a redefinição do trabalho docente, com o suporte de um padrão mínimo de financiamento educacional. (FERREIRA, 2017, p. 303)

Ou, nos termos de Silva (2018), a Lei 13.415/2017 trouxe de volta um "empoeirado discurso", retomando como obrigatoriedade a pedagogia das competências, "recomendadas" nos PCN da década de 1990. Assim,

> A centralidade da noção de competências no currículo, especialmente porque justificada e proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma "formação administrada", ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle. (...) O projeto formativo proposto na BNCC e nos textos dos anos 1990 (...) prescreve, (...) a adequação da formação humana a restritivos imperativos de formação para a adaptação. Evidencia-se um tratamento formal das "diferenças", ao mesmo tempo em que se persegue a padronização e integração. A noção de competências, por sua origem, polissemia e fluidez, viabiliza a adequação do discurso a esses imperativos. (...) O

> caráter prescritivo do currículo, pensado e proposto do lado de fora da escola, afirma a dimensão autoritária dos enunciadores do discurso oficial e reitera uma perspectiva tradicional de proposição curricular: encontrar-se-ia na teoria, na intenção, no currículo prescrito, as saídas para os problemas da escola. (SILVA, 2018, p. 11-13)

Além disso, ao indagarmos a quem serve essa reforma, reportamos a arguta observação de Tarlau e Moeller:

> Não é comum a velocidade com que essa reforma foi aceita por um amplo leque de atores educacionais brasileiros, especialmente quando se considera o fato de que ela não era parte dos debates antes de 2014. Ainda mais surpreendente é o fato de que a BNCC continuou a ser promovida depois do cataclismo político de 2016 (...). Argumentamos que esse processo acelerado de elaboração e aprovação de uma política pública resultou da prática do consenso por filantropia, quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita. (...) O conceito de consenso por filantropia demonstra como fundações filantrópicas tornaram-se atores contemporâneos importantes no estabelecimento de novos blocos hegemônicos na educação, em diferentes geografias. (...) Educação é a principal área de investimento social privado no país, de acordo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE 2014). (TARLAU e MOELLER, 2020, p. 554-555)

É preciso considerar que foi essa lei que instituiu as áreas do conhecimento, renomeando-as, inclusive. A Lei 13.415/2017 trouxe a imposição, sob a forma de um currículo nacional obrigatório, de rearranjos entre as disciplinas

escolares, em que as disciplinas de ciências (tanto da natureza, quanto humanas) foram "dissolvidas" em "grandes áreas do conhecimento".

Aqui, há dois aspectos a serem sublinhados. O primeiro é que o rearranjo em "áreas do conhecimento" não é novidade. Ele já estava sinalizado na LDB 9.394/96 e mais bem desenhado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/2000), embora, em ambos, como indicações curriculares, não necessariamente como currículo nacional obrigatório. Para fazer valer de certo modo essa "recomendação", elas foram incorporadas aos exames nacionais, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)[9], criado em 1998. Segundo Marçal (2014), naquele contexto, o ENEM, que objetivava ser um instrumento para avaliação da educação básica de nível médio, estruturava-se "nas articulações entre competências e habilidades e entre o conceito de educação básica e cidadania" (Id., p. 20).

Existe uma diferença fundamental entre aquele contexto e o atual, na medida em que os PCN indicavam - mas sem impor - a interdisciplinaridade e/ou a transdisciplinaridade. Naquele contexto, que nem é tão antigo assim, as disciplinas escolares mantiveram sua autonomia e a Filosofia e a Sociologia, que haviam sido extintas pela Reforma 5.692/71, foram reincorporadas aos currículos do Ensino Médio.

9 De acordo com Marçal (2014, p. 21), em 2009, o MEC reformulou o ENEM, passando a utilizá-lo como "forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais".

Uma segunda diferença primordial para a área de ciências humanas entre os PCN e a atual BNCC/EM refere-se à mudança no nome da área, que implica profundas mudanças conceituais.

Nos PCN, as áreas eram denominadas "matemática e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias". A partir da Lei 13.415/17, as áreas passaram a ser denominadas "matemática e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e **ciências humanas e sociais aplicadas**". Quais as possíveis implicações dessa mudança "tão singela, tão simples, tão fácil"?

Em primeiro lugar, podem ser aqui incluídos campos como administração, direito, arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, entre outros. Tomemos como exemplo a presença desses campos nos denominados "temas transversais" (Figuras 2 e 3 abaixo), presentes tanto nos PCN, quanto na BNCC[10].

10 Denominados "temas contemporâneos transversais" na BNCC, um eufemismo, uma vez que o pressuposto dos temas transversais, desde a sua criação, era sua articulação com assuntos candentes e emergentes que afetavam a sociedade.

Figura 2: Temas Transversais (PCN1998)



Figura 3: Temas Contemporâneos Transversais (BNCC, 2019)



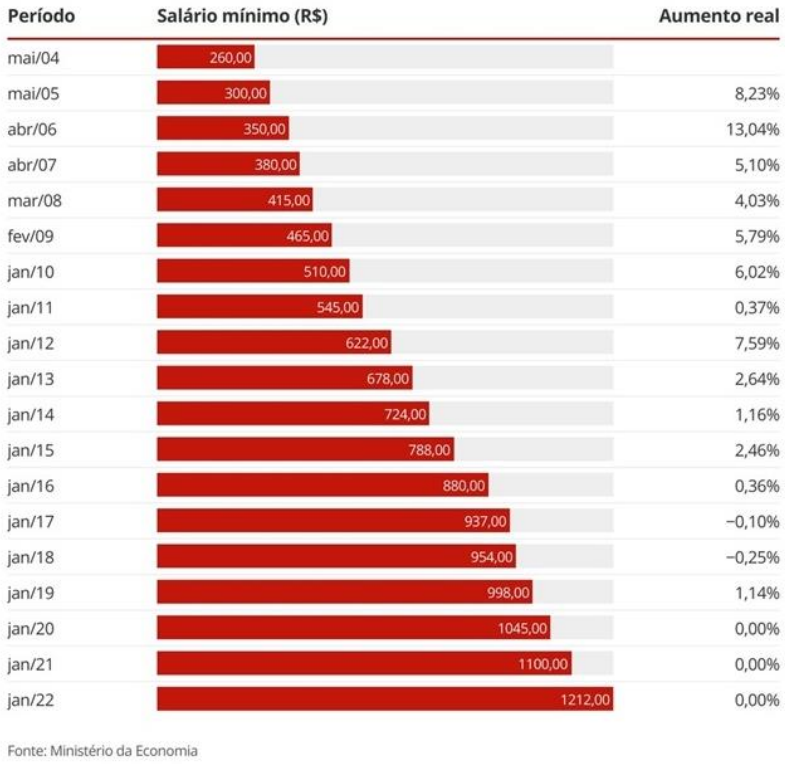
Fonte: BRASIL, 2019, p. 8 e 13.

Para além da exclusão da discussão em torno da orientação sexual, que previa a abordagem de temas como doenças sexualmente transmissíveis e gênero, vamos focar em aspectos como cidadania e civismo, educação financeira e fiscal, educação alimentar e nutricional e educação para o consumo.

Comecemos por refletir a respeito da educação financeira e fiscal, que se encontram bastante articulados às ideias de consumo e poupança. Essas propostas de educação financeira e fiscal para crianças e jovens seriam importantíssimas, caso a sociedade brasileira tivesse uma satisfatória poupança interna, fosse menos desigual e a maior parte da população tivesse uma renda efetiva real que lhe possibilitasse pagar impostos diretos sem renunciar a meses de salário por ano para arcar com esse custo. Seria melhor ainda se o princípio da tributação transparente fosse válido e revertesse sob a forma de escolas com boa infraestrutura, planos de cargos e salários para os docentes e um sistema público de saúde capaz de atender às efetivas demandas da maioria da população. Sob uma perspectiva filosófica idealista, ou mais pragmaticamente, sob um prisma derivado do neoliberalismo, esses são temas basilares.

Todavia, mesmo um idealista ou neoliberal mais renitente precisa, por vezes, considerar os elementos e contradições trazidos pela vida material. Pontuemos por um instante um "retrato" do Brasil e das famílias brasileiras na atualidade, contemplando as figuras 4 a 7:

Figura 4: Reajuste do salário-mínimo



Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/salario-minimo-qual-o-valor-atual.ghtml Acesso em 15 mai 2022

Figura 5: Inflação no Brasil em 2021



Fonte: NUZZI, V. Inflação assombra a população e vai continuar subindo em itens básicos. RBA. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/06/inflacao-assombra-a-populacao-e-vai-continuar-subindo-em-itens-basicos/

Figura 6: Percentual de famílias endividadas no Brasil, 2010-2022

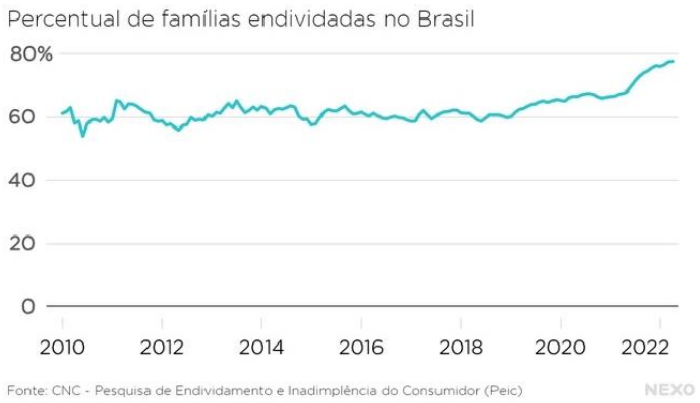


Figura 7: Famílias inadimplentes no Brasil, 2010-2022



Fonte: ROUBICEK, M. Porque o endividamento das famílias brasileiras só aumenta. Nexo jornal. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/03/Por-que-o-endividamento-das-fam%C3%ADlias-brasileiras-s%C3%B3-aumenta#:~:text=Mais%20de%2028%25%20das%20fam%C3%ADlias,realiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pesquisa%20da%20CNC. Acesso em 15 mai 2022.

Observemos que as fontes dos dados foram obtidas em veículos de imprensa, mas sua origem está ligada ao Ministério da Economia, ao IBGE ou à Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC). Ou seja, as fontes originais desses dados estão vinculadas ao próprio governo ou mesmo a confederações patronais. Nenhum dado veio de um meio "pouco confiável". E, em todos eles, a realidade evidencia empobrecimento, endividamento, perda real do poder de compra, em especial para famílias que auferem rendas entre um e três salários-mínimos, o que corresponde a 90% da população brasileira.

Então, ensinar educação financeira e fiscal teria qual efeito pretendido[11] e qual efeito produzido[12] para crianças e jovens que pertencem a famílias endividadas e sem perspectivas de saldar contas atrasadas, cuja renda real efetiva impede a compra de muitos itens básicos de alimentação e estão situadas na base da pirâmide de renda no Brasil?

Podemos dizer que o efeito pretendido corresponde a capacitar crianças e jovens a melhor administrar suas finanças, agir como cidadãos responsáveis frente ao fisco, serem capazes de gerir seu orçamento, poupar e consumir de modo consciente. Esses atributos formariam assim, "cidadãos

11 Efeito pretendido corresponde aos "efeitos que o sujeito comunicante pretende produzir junto ao sujeito destinatário por ele suposto". (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 180)

12 Efeito produzido corresponde "àqueles [sentidos] que o sujeito interpretante reconhece *efetivamente*, construindo-os e reconstruindo-os a seu modo (...). Os efeitos produzidos não coincidem, necessariamente (...), com os efeitos pretendidos." (Id.ibid.)

com forte espírito cívico" e ocasionariam ainda uma discussão acerca da nutrição e alimentação, e, de novo, ao consumo consciente, como formar para compreender e comprar alimentos, distinguindo entre os processados, ultraprocessados ou *in natura*, para citar um exemplo.

No entanto, qual é o problema dessa intenção? O fato de ela se chocar com a realidade, que, como vimos nos dados anteriores, corresponde a crianças e jovens cujas famílias não conseguem sequer saldar as dívidas contraídas e cuja renda é insuficiente para arcar com gastos básicos de transporte e alimentação.

Indagamos, neste caso, confrontando a proposição dos temas transversais com os dados da "realidade" produzidos e divulgados por órgãos estatais ou patronais, qual o efeito relacionado ao ensino desses "objetos do conhecimento" para cerca de 90% dos brasileiros.

Tais "objetos do conhecimento" promovem, na verdade, a construção de sentimentos de baixa estima e culpa. Os estudantes passam a receber educação financeira e fiscal para aprenderem a poupar, e educação nutricional para se instruírem acerca da importância de uma alimentação correta. Porém, suas famílias mal conseguem comprar óleo, arroz e pão.

Que cidadania se está pretendendo construir? Uma "nação de seres culpados e frustrados, incapazes de gerir a própria renda", como se esta fosse suficiente para, por exemplo, economizar?

No limite, constroem-se sujeitos que se sentem responsáveis pelos próprios fracassos - quaisquer que sejam eles -, e o que é "melhor", sem questionar a ordem de coisas que os levou a tal situação. Sujeitos que não problematizam as condições efetivas em que vivem, mas passam a buscar serem "empreendedores de si mesmos", de modo a obter comida, transporte e moradia, e que enxergam no outro em igual situação um concorrente, não um aliado.

Em relação aos eixos estruturantes dos itinerários formativos, a BNCC/EM os define como "investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção cultural e empreendedorismo" (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p. 478). Aliás, o "itinerário formativo em empreendedorismo"

> supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º) (...) **Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais,** e cresce a importância da **educação financeira** e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo **a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo.** (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p. 566-568, destaques nossos)

Desfaz-se assim, a possibilidade de construção de organizações coletivas capazes de se contrapor a esse estado de coisas e instaura-se um "salve-se quem puder", reavivando-

se a política do favor, característica estrutural da sociedade brasileira.

Da BNCC ao ensino de geografia: por que um "museu de novidades"?

Numa conjuntura de crises, o capitalismo tende a promover a destruição do que está instituído, visando recuperar os padrões de acumulação do capital verificados em momentos precedentes. Para isso, a adesão ao neoliberalismo tem exigido, por exemplo, a eliminação ou redução dos direitos relativos à educação, saúde e moradia. Estes setores têm sido crescentemente mercantilizados, e, aqui, interessa-nos as imposições feitas à educação no Brasil, um país na periferia do mundo e submetido aos ditames do Consenso de Washington desde, pelo menos, a década de 1990.

A questão de fundo refere-se a quais medidas, adotadas para a educação, em termos nacionais, têm agravado as desigualdades econômicas e sociais, embora o discurso oficial pregue, aparentemente, o contrário. Neste caso, a imposição de um currículo nacional calcado em "habilidades e competências" como modo de resolver os problemas da educação básica, sem, todavia, melhorar as condições de trabalho, valorizar a profissão docente, dotar as escolas de infraestrutura. E sem efetivar um plano de cargos e salários para os profissionais da educação.

Comecemos por escrutinar algumas características gerais da BNCC, de modo a averiguarmos em quais pressupostos gerais ela se sustenta, explicitados em seu texto.

Para validar a Base e a prerrogativa do ensino por competências, o documento promulgado afirma que

> desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e **diferentes países** na construção de seus currículos[10]. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)[11], e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês). (BRASIL: BNCC – educação é a base, 2018, pág. 13. Destaque nosso).

De modo a justificar os diferentes países que organizaram seus sistemas de ensino com base nas competências, a nota de rodapé de número 10 presente em sua página 13 destaca-os, conforme a Figura 8 a seguir:

Figura 8: Notas da BNCC, 2018

9 Segundo a pesquisa elaborada pelo Cenpec, das 16 Unidades da Federação cujos documentos curriculares foram analisados, 10 delas explicitam uma visão de ensino por competências, recorrendo aos termos "competência" e "habilidade" (ou equivalentes, como "capacidade", "expectativa de aprendizagem" ou "o que os alunos devem aprender"). "O ensino por competências aparece mais claramente derivado dos PCN" (p. 75). CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Currículos para os anos finais do Ensino Fundamental**: concepções, modos de implantação e usos. São Paulo: Cenpec, 2015. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Pesquisa_Curriculos_EF2_Final.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

10 Austrália, Portugal, França, Colúmbia Britânica, Polônia, Estados Unidos da América, Chile, Peru, entre outros.

11 OECD. **Global Competency for an Inclusive World**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/Global-competency-for-an-inclusive-world.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

12 UNESCO. Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe. **Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación** (LLECE). Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/santiago/education/education-assessment-llece>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Fonte: BRASIL: BNCC – educação é a base, 2019, p. 13

É nítido na imagem da nota de rodapé número 10 que este documento, que regulamenta a educação brasileira, destaca a Colúmbia Britânica (uma província do Canadá) como um **país** onde o ensino por competências tem orientado suas políticas públicas educacionais. Todavia, o que essa nota não mencionou é que, na época, cada província canadense tinha autonomia para deliberar sobre o modo como seriam construídos seus currículos. A nota não explicitava aos leitores que o ensino por competências era realizado na Colúmbia Britânica, mas não necessariamente nas demais províncias daquele estado nacional. Consultamos os dados relativos à educação no Canadá e verificamos que o ensino por competências somente se tornou "nacional" (em todas as províncias) a partir de 2020[13].

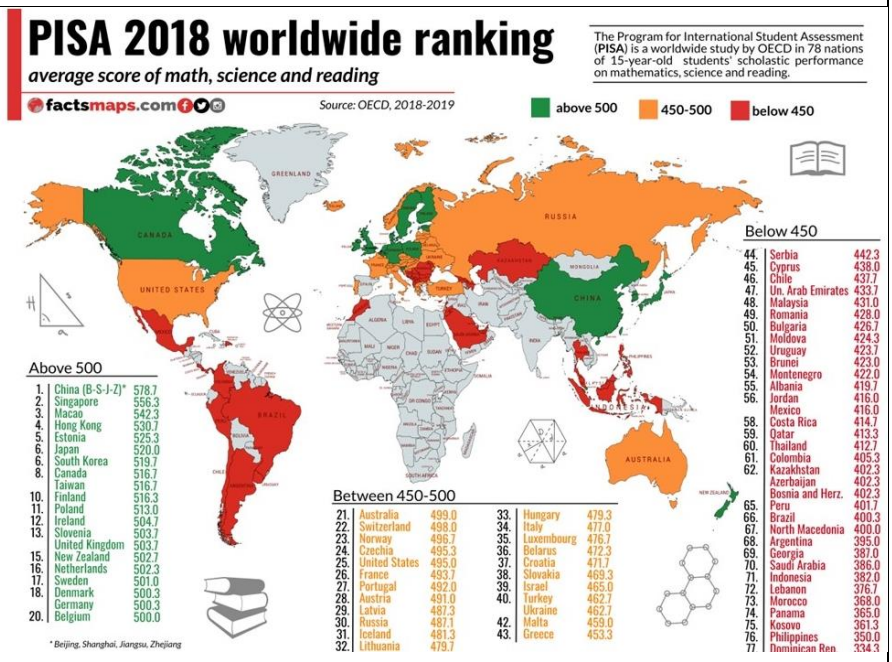
Assim, podemos dizer que no momento de sua promulgação a BNCC tomou "a parte pelo todo" e efetuou pelo menos duas estratégias afeitas aos "modos de operação das ideologias", para legitimar seus argumentos: a "universalização" e o "deslocamento" (THOMPSON, 1989, p. 82-84).

O ensino por competências é justificado por se alinhar às avaliações internacionais (em especial o PISA), coordenadas desde a OCDE e a Unesco. Consultamos os dados do PISA para verificar o desempenho dos estudantes na

13 Verificar: http://www.ibe.unesco.org/en/news/canada-establishes-pan-canadian-global-competencies-framework-education

avaliação de 2018[14] para as áreas de leitura, matemática e ciências.

Figura 9: Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, 2018



Fonte: https://i2.wp.com/factsmaps.com/wp-content/uploads/2019/12/pisa-2018.png Acesso em 20 mai 2022

14Optamos por inserir o mapa com os resultados de 2018 e indicar os dados mais recentes para consulta.

Como analisado neste mapa, que sintetiza o ranking de 2018[15], os três estados nacionais mais bem classificados são exatamente aqueles que não adotavam o ensino por competências: China (Pequim, Xangai, Jiangsu e Guandong), Singapura e Macau. Dos membros da OCDE que apareceram no grupo de estados nacionais cujos *scores* se situavam acima da média da OCDE despontavam Estônia, Japão, Coréia do Sul, Canadá, Finlândia, entre outros. O Brasil, em 66º lugar, ocupava o grupo dos estados nacionais abaixo da média da OCDE (foi o 63º no ranking de 2015).

Ademais, ponderamos que a maior parte dos estados nacionais citados na Nota 10 da BNCC para justificar o ensino por competências situa-se na fração "média" do mapa de 2018. Por que o universo almejado para a melhoria do ensino no Brasil é a média mundial? Por que não mirar naqueles estados nacionais cujos resultados foram de excelência, se for para se adotar a mensuração e o ranqueamento como critérios de avaliação[16]?

Cabe destacar ainda que, na maioria dos estados nacionais em que houve melhoria no desempenho de seus estudantes no PISA, constatou-se aumento dos investimentos na educação: ampliação e melhoria da infraestrutura das instituições escolares e valorização social e financeira dos

15 Informações mais recentes sobre o PISA podem ser encontradas no site: https://www.oecd.org/pisa/data/

16 Isto, considerando-se os rankings e avaliação como mensuração. E avaliação é mais que mensurar, de acordo com outras perspectivas pedagógicas que não a declarada.

professores. E, de acordo com os dados da própria OCDE[17], no Brasil, além de investimentos abaixo da média por aluno da educação básica, remunera-se muito mal os docentes[18] quando comparado aos demais países do grupo[19].

Reformas curriculares calcadas em aspectos relativos à cognição e em habilidades e competências resolveriam os problemas associados à desvalorização social e econômica dos profissionais docentes e à crescente redução de investimentos no setor? Nossos reformadores acreditam que sim.

Porém, se **as reformas curriculares**[20] acompanham os estados nacionais que adotaram o ensino por competência, e ainda assim os resultados dos jovens brasileiros no PISA vêm caindo, a quem seria atribuída a responsabilidade pelo recorrente "fracasso da educação brasileira"?

A BNCC não elucida suas referências externas ou internas quanto às condições das escolas públicas onde será implantada. Essa negligência certamente pode ampliar expressivamente as desigualdades regionais e intra

17O relatório mais recente da OCDE, "Education at a glance – 2021" pode ser acessado no endereço https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b35a14e5-en.pdf?expires=1653258347&id=id&accname=guest&checksum=84EF7664BF61E60FAAB388BDCC343BB4

18 Quanto aos gastos com estudantes da educação básica e à remuneração dos professores comparando-se os dados do Brasil com os da OCDE, verificar https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/10/investimento-por-aluno-no-brasil-esta-abaixo-da-media-dos-paises-desenvolvidos-diz-estudo-da-ocde.ghtml

19 Acerca da redução de investimentos na educação, no Brasil, verificar: https://www.metropoles.com/brasil/mec-teve-menor-investimento-da-decada-em-educacao-basica-durante-2020;

20 Frisamos: reformas curriculares. O que se tem observado é redução dos investimentos nas escolas públicas e estagnação ou retração de propostas voltadas à valorização social e financeira dos profissionais da educação.

urbano/rural entre os estabelecimentos. A escola, assim, é descontextualizada e a adoção de

> termos "a escola é" revela uma perspectiva a-histórica e a-geográfica que não compreende os movimentos contraditórios de constituição deste espaço enquanto lugar de conflito e diálogos dos diferentes sujeitos sociais" (GIROTTO, 2018, p.20).

Outro argumento de ordem internacional que orientou a elaboração do documento, conforme sua Introdução, remete aos vínculos com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), denominada "Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável".

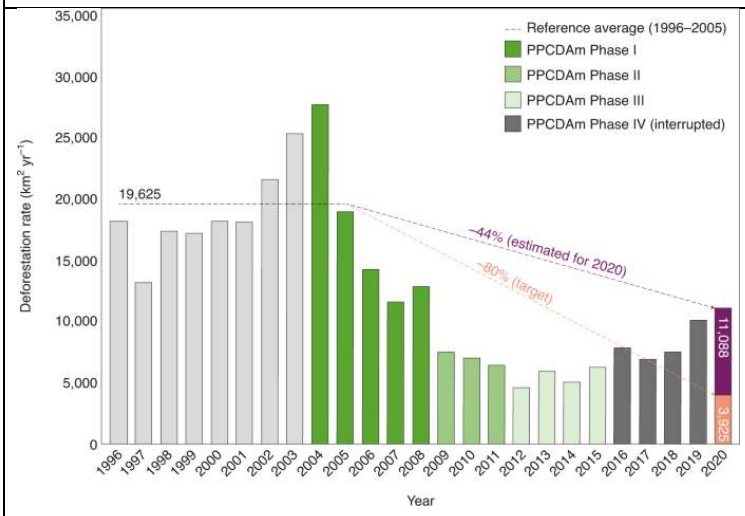
> Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a **prosperidade.** Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o **desenvolvimento sustentável.** (ONU, 2015, destaques nossos)

Qual é a questão depreendida aqui? O desenvolvimento sustentável é, ele mesmo, uma interpelação ideológica. Freitas e Del Gaudio (2015a; 2015b) discutiram variados mecanismos e as configurações que foram adquirindo as discussões ecológicas até a assunção da concepção de "desenvolvimento sustentável" quase como apanágio para as "questões ambientais".

Mesmo entendendo a falácia do desenvolvimento sustentável, é interessante observar a distância entre o proposto na BNCC e o praticado no Brasil. Desde pelo menos 2016, têm avançado os processos de degradação ambiental,

conforme a Figura 10. E desde 2019, observa-se a reversão de políticas ambientais, de reforma agrária e de titulação de terras das comunidades tradicionais.

Figura 10: Desmatamento em elevação



Fonte: SILVA JUNIOR, C.H.L., PESSÔA, A.C.M., CARVALHO, N.S. *et al.* The Brazilian Amazon deforestation rate in 2020 is the greatest of the decade. *Nat Ecol Evol* **5,** 144–145 (2021). Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41559-020-01368-x Acesso em 21 mai 2022

Novamente é de se perceber o imenso descompasso entre o que a BNCC/EM recomenda que se aborde com os estudantes do Ensino Médio, de um lado, e as políticas públicas efetivas e em curso no Brasil, por outro. Talvez por isso a palavra "cidadania" tenha perdido centralidade neste documento; assim como o vocábulo "processo" (social, ambiental, histórico, geográfico), substituído, agora, por "fatos e fenômenos", que sugerem algo acabado. Talvez compreender esses "ajustes" e "descompassos" - ou melhor, contradições - entre o "idealizado" na BNCC/EM e a realidade em curso no

Brasil nos auxilie a notar a importância adquirida pelas "competências e habilidades".

Se avaliarmos e somarmos o crescimento do segmento educacional como negócio a essa perspectiva ideológica que o legitima, podemos melhor apreender o propósito do deslocamento das disciplinas escolares de ciências humanas para "áreas do conhecimento". E teremos condições para melhor atinar com os sentidos da redução de sua carga horária, para a introdução das "sociais aplicadas" e, por fim, mas não menos importante, para a ausência de "objetos de conhecimento" para as ciências (naturais e humanas) no Ensino Médio.

O que perturba é a facilidade com que termos que remetiam a buscar um melhor entendimento dos processos sociais no ensino da Geografia, por exemplo, foram substituídos rapidamente por outros que se voltam à descrição, localização, posição, extensão dos "fatos e fenômenos".

A BNCC/EM, inclusive atravessada pela Lei 13.415/17, tem contribuído para reavivar princípios, procedimentos e propostas tratados como novidades no ensino de Geografia, quando, de fato, apenas iluminam práticas e discussões situadas entre o final do século XIX e início do XX.

Um exemplo desse processo é a discussão acerca do uso de "metodologias ativas" no ensino. Elas têm como marco referencial os trabalhos de John Dewey, que, no início do século XX, a partir dos EUA, propunha novidades ao deslocar

os processos de ensino-aprendizagem do professor para a ação ativa dos estudantes. Essas proposições, aliás, encontraram campo fértil entre aqueles que, no primeiro terço do século XX, no Brasil, encabeçaram o movimento escolanovista, entre os quais, Delgado de Carvalho, profícuo autor, à época, de livros didáticos de Geografia.

Ao estabelecer uma averiguação mais cuidadosa dos termos gerais indicados para a formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, percebe-se, logo de início, o reforço do compromisso das escolas com a construção do "projeto de vida" dos jovens. Para isso, as escolas (e professores) precisarão

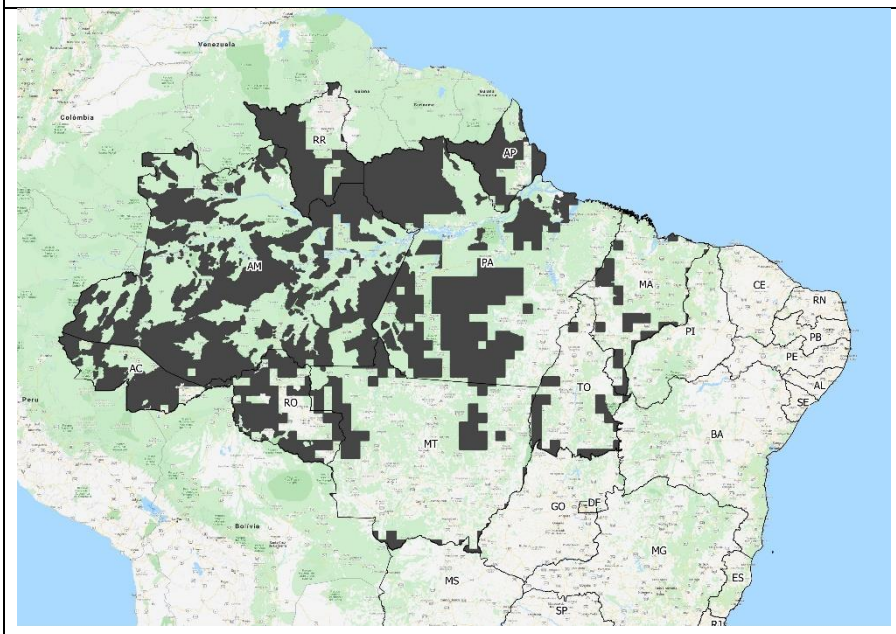
> garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, **prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas** e **para resolver problemas que ainda não conhecemos.** Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais. (BRASIL: BNCC/EM, 2019, p 473, destaques nossos)

Mas, como se ensina a fazer exercícios de futurologia sem considerar a realidade imediata dos jovens e suas famílias, imersos, como já comentamos, em um contexto social de crescente empobrecimento e endividamento? Como estimular o desenvolvimento de "culturas digitais", quando se observa que, no Brasil, ainda existem municípios sem acesso à energia elétrica?

Novamente recorrendo a "dados e informações confiáveis", vejamos a situação dos municípios localizados na

região amazônica (Figura 11) no que diz respeito ao acesso à energia elétrica:

Figura 11: Mapa do IEMA mostra as áreas (em cinza escuro) onde estão concentrados os brasileiros que vivem sem eletricidade na Amazônia



Fonte: (Instituto De Energia e Meio Ambiente) REVISTA GALILEU. "Mais de 900 mil pessoas vivem sem energia elétrica na região amazônica". 27 nov 2019. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/11/mais-de-990-mil-pessoas-vivem-sem-energia-eletrica-na-regiao-amazonica.html Acesso em 21 mai 2022

A BNCC/EM declara, também genericamente, que "os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como **consumidores**, mas se engajando cada vez mais como protagonistas" (BRASIL, 2019, BNCC/EM, p. 474).

Vejamos os dados (Figura 12) quanto à exclusão digital:

Figura 12: Pandemia acentua desigualdade no acesso à internet e revela mobilização social para combatê-la



Fonte: GARCIA, Camila. Portal Aprendiz UOL (14 jul. 2020). Gráfico elaborado com base nos dados da PNAD/IBGE. Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/2020/07/14/pandemia-acentua-desigualdade-no-acesso-a-internet-e-revela-mobilizacao-social-para-combate-la/ Acesso em 21 mai 2021

A pergunta que incomoda é: a quais jovens "idealizados" essas recomendações se aplicam? Dado o "retrato" da sociedade brasileira exposto na primeira seção deste artigo, quantos poderão se tornar aptos ao exercício de futurologia previsto na recomendação da BNCC/EM? Como as escolas, famílias, professores e estudantes poderão efetivar o cumprimento da "recomendação" da BNCC de focar

> No reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para a **realização de uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho.** São definidas competências e habilidades, nas diferentes áreas (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p 474, destaques nossos)

Nesse sentido, retomamos o que havíamos apontado anteriormente: mesmo um "idealista" ou um "neoliberal mais renitente" acaba por se defrontar com a realidade. E diante das reformas que a Lei 13.415/2017 preconizou, sobre quem incidirão as responsabilidades pelo fracasso escolar? Aos estudantes, de um lado; aos professores, de outro. É por isso que, em nosso entendimento, não é possível tomar como centro dos processos de aprendizagem apenas e tão somente a dimensão cognitiva e intraescolar, mas deve-se situar as escolas e o desenvolvimento da cognição em contextos mais amplos, que colaborem para compreendê-los em suas contradições.

Outro ponto a se considerar é que, no que concerne ao desenvolvimento da cognição para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, retoma-se a importância da **memória**.

> O desenvolvimento das capacidades de observação, **memória e** abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis –, além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de simbolização e de abstração. (...) As operações de **identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão** de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por **um determinado sujeito ou grupo social,** inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos. (BRASIL: BNCC/EM, 2019, p 561/562, destaques nossos)

Também se almeja que os estudantes sejam capazes de fazer operações mentais como "identificar, selecionar, organizar, comparar, analisar, interpretar e conhecer", de modo a "construir diferentes significados" para aquilo que é produzido por "um sujeito ou grupo social".

> As relações que uma sociedade tem com a natureza também são influenciadas pela importância atribuída a ela em sua cultura, pelos valores sociais como um todo e pela informação e consciência que se tem da importância da natureza para a sustentabilidade do planeta (...). As transformações geradas **por cada indivíduo** são mediadas pela cultura. (BRASIL, BNCC, 2019, p. 565-566)

Qual sujeito individualmente produz espaço? Quais grupos sociais o fazem e sob quais prerrogativas e interesses? As relações desiguais entre classes, estados nacionais em diferentes escalas e que se relacionam a diversas realidades não precisam ser consideradas?

Como estamos retomando vários aspectos das décadas de 1960/70, não custa relembrar Lacoste (1997): no ensino de Geografia, "não seria preciso senão memória"... E ainda que as desigualdades apareçam no trecho a seguir, as operações mentais a elas atribuídas são "analisar, comparar e compreender", não mais questionar, problematizar, relacionar:

> **analisar, comparar e compreender** diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial são algumas das aprendizagens propostas pela área para o

> Ensino Médio. (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p.563, destaques nossos)

Na sequência, consoante à aprendizagem/compreensão acerca do espaço, nota-se:

> A **compreensão do espaço** deve contemplar suas dimensões histórica e cultural, **ultrapassando suas representações cartográficas**. Espaço **está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas** e, também, às **movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades**, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. **No espaço (em um lugar)** se dá **a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias**. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p. 563)

Se, de um lado, o estudo do espaço vai além de sua representação cartográfica, de outro, ficou completamente obscurecida a questão de sua produção, limitando-se esta aos arranjos de objetos e à circulação. A ênfase do "lugar" (produção, distribuição e consumo de mercadorias) atém-se à descrição e comparação, perdendo-se a dimensão da construção contraditória do espaço por meio da interligação entre as escalas local e global. Tal concepção nos remete a uma ponderação feita por Delgado de Carvalho, na década de 1940, aos professores de Geografia:

> No estudo dos **fatos sociais**, ligados à geografia, duas noções se impõem (...): a noção de **tempo**, que leva um fenômeno a se realizar e a noção de **espaço** ou de **distância** em que se efetua. (...)
> Um estudo mesmo sumário, da circulação leva à observação da **interdependência dos fatos** (...) (DELGADO de CARVALHO, 1943, Preâmbulo aos professores, p. 191, destaques nossos).

De acordo com esse autor (1943), os professores de Geografia, na época, deveriam organizar os conteúdos de modo a refletir sobre o que oferecer aos estudantes, com quais métodos (de preferência, "ativos"), e articulando-a à História, constituindo-se em uma "narrativa inteligente", termos que retornaram aos discursos em torno do ensino de Geografia na segunda década do século XXI. Então, dever-se-ia

> Oferecer ao educando (...) uma base de **comparação**, um **critério aceitável** para apreciar o desenvolvimento econômico de um país. (...); **Localização** geográfica dos fenômenos econômicos MÉTODOS: em caso de **distribuição** da riqueza, a pergunta a formular é a seguinte: qual a situação da economia brasileira neste particular? (...) A **narrativa inteligente de fatos passados**, envolvendo grupos humanos, isto é, a História, tem pontos de partida na Geografia Econômica. Daí o interêsse especial que oferecem na explicação e na **interpretação dos fatos**, a evolução da vida agrícola e a **distribuição** dos centros de produção no mundo atual (DELGADO de CARVALHO, 1943, p. 228-231, destaques nossos)

Qual é a "novidade" no contexto atual? O "raciocínio geográfico" assentado nos princípios de "analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem" (BNCC, 2019, p. 360). Se os estudantes da educação básica (do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio) forem capazes de realizar analogias, conectar diferentes "fatos e fenômenos", demonstrar sua diferenciação, distribuição, extensão, localização no espaço e hierarquizá-los terão aprendido os princípios do raciocínio geográfico. Interessante é que, ao resgatar esses princípios, justamente o da "causalidade" – evidenciar as relações entre as causas e os efeitos dos "fatos e

fenômenos" – não retornou. Então, não precisaremos mais explicar causas e efeitos; apenas ordená-los, hierarquizá-los, localizá-los... Observemos o texto da BNCC/EM:

> As **diferenças e semelhanças** entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar **identificar essas diferenças e semelhanças** tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais (BRASIL, BNCC/EM, 2019, p 566, destaques nossos)

Onde está a discussão sobre a desigualdade, as causas e consequências dos "fatos e fenômenos"? Retomamos, assim, a discussão, de meados do século XX no Brasil, quando se buscava a singularidade do conhecimento capaz de tornar a Geografia uma ciência no conjunto das demais ciências. Voltamos a debater, agora no ensino dessa disciplina na educação básica, qual a contribuição da Geografia escolar para a construção da "cognição", e não mais a função social desse conhecimento[21].

Considerações finais

21 Aliás, depois da década de 1970, a comunidade geográfica passou a problematizar a função social do conhecimento geográfico. Parece que, no ensino dessa disciplina escolar, isso não é mais um tema que valha a pena continuar em pauta.

Neste artigo, buscamos problematizar algumas questões em torno da BNCC/Ensino Médio e do ensino de geografia neste nível de ensino, apoiadas em uma análise documental da Lei 13.415/2017 e da própria BNCC/EM. A partir desses dois documentos, aproximamo-nos paulatinamente das formas como o ensino da Geografia tem sido proposto para o Ensino Médio e pontuamos algumas questões.

Em nosso entendimento, a partir da reforma do Ensino Médio e da adequação, sob a forma de lei, que a BNCC/EM teve que realizar para esse nível de ensino, a tendência é para o aprofundamento das desigualdades educacionais no Brasil. Isto porque a Lei 13.415/2017, e, a partir dela, a BNCC/EM, idealizou os estudantes preferencialmente como jovens urbanos, com acesso à energia elétrica, cujas famílias podem arcar com computadores, celulares e suas redes. Não incidiu na valorização social e financeira dos profissionais da educação, não apontou para a necessidade de melhoria da infraestrutura das escolas públicas e desconsiderou a realidade da maioria dessas escolas no Brasil.

Em nossa concepção, os itinerários formativos impostos na reforma do Ensino Médio e regulamentados na BNCC cumprem duas funções, em especial no tocante aos jovens oriundos da classe trabalhadora. De um lado, facultar uma formação técnica aligeirada, retomando pressupostos da Lei 5.692/71; de outro, dificultar o acesso ao ensino superior, pois, atualmente, o ENEM, condição de acesso às vagas no ensino

superior, não tem suas provas e questões organizadas por "itinerários". Ao contrário, as provas continuam a cobrar questões de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

A Lei 13.415/2017 e a BNCC/EM, ao incentivar nos "itinerários formativos" temas como "investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção cultural e empreendedorismo" parecem mostrar que haveria uma preocupação muito maior com a inserção desses jovens em suas "realidades imediatas". No entanto, dificulta-se para eles, exatamente, o acesso a conhecimentos das áreas que serão objeto de questões do ENEM.

Além disso, ainda que os documentos prescrevam a necessidade de inserir os jovens como protagonistas nas culturas digitais, tal proposição, distante da realidade de muitas localidades e famílias, torna esse "preceito" uma "boa intenção", sem efetividade para solucionar questões estruturais.

Reformas curriculares calcadas em aspectos relativos à cognição resolveriam os problemas associados à desvalorização social e econômica dos profissionais docentes e, porque não, dos próprios alunos, face à crescente redução de investimentos no setor? Entendemos que não. Ademais, aumenta-se o risco de culpabilizar ainda mais os docentes – e os próprios estudantes – pelo "fracasso" do sistema educacional brasileiro em *rankings* internacionais, a exemplo do PISA. Considerar a dimensão cognitiva articulada aos

processos de ensino-aprendizagem é muito importante, mas é essencial melhorar a infraestrutura das escolas públicas e investir na profissionalização docente.

Uma reforma efetiva da e na educação brasileira passa, em nosso entendimento, por maior investimento na infraestrutura das escolas públicas e na valorização social e econômica dos profissionais da educação. Isso porque reformas centradas apenas na dimensão cognitiva parecem-se com "placebos": podemos até falar muito sobre seus possíveis efeitos, mas são de fato ineficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. A. da S. e DOURADO, L. F. (org.) *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:* avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1970]1996, p. 105-142.

ANDRADE, M.C. P. de; MOTTA, V. C. da. Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 20, p. e020005-26, 2020.

BAKHTIN, Mikhail (VOL.OCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Viana. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Lei 13.415/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm,

BRASIL. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html]

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf]

BRASIL. Temas contemporâneos Transversais na BNCC – contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, 2019. p. 8 e 13. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementa

cao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf Acesso em 15 mai 2022.

BRASIL, BNCC/EM, Base Nacional comum curricular, 2019ª. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso.* 2ª ed. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Ed. Contexto, 2008

CORTI, A. P.; GOULART, D. C.; CÁSSIO, F. Novo ensino médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo. Nota Técnica de junho de 2022. Rede Escola Pública e Universidade (REPU). São Paulo, jun 2022. Disponível em: https://www.repu.com.br/

COSTA, M. da C. dos S., FARIAS, M. C. G. de, & SOUZA, M. B. de. (2019). A Base Nacional Comum Curricular (Bncc) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. *Movimento-Revista de educação*, (10), 91-120. https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.535.

COUTO, M. A. C. Base nacional comum curricular - BNCC componente curricular: geografia. *Revista Da ANPEGE*, *12* (19), 183–203. 2017. https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0008

DELGADO de CARVALHO, C. M. *Geografia Física e Humana para a primeira série.* 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943. (A primeira edição é de 1942, portanto, em consonância com a Reforma Eduardo Capanema).

DEL GAUDIO, R. S. A educação geográfica nas crises contemporâneas. Palestra. Semana Acadêmica de Geografia: comemoração dos 20 anos de formação de professores de geografia em Carangola e região, (Mesa Temática: A BNCC e

os (des)caminhos do ensino de geografia: projetos em curso, dilemas e desafios), 24 a 28 de maio de 2021.

DEL GAUDIO, R. S. O (não) lugar da Geografia nas atuais reformas educacionais no Brasil. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina L.; SILVA, J. D.S. (Orgs). *O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria*. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf Acesso em 22 jul. 2020

FREITAS, E.; DEL GAUDIO, R. Desenvolvimento Sustentável e Ideologia: equívocos de abordagem da água na educação ambiental. In: *Anais* do VIII Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental (VIII EPEA). Rio de janeiro. 2015a. 15 p. texto disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/196.pdf> 12 set. 2015>.
» http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/196.pdf; Acesso fev 2022

FREITAS, E.; DEL GAUDIO, R. Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta 2070. *Soc. nat.* 27 (3) • Sep-Dec 2015b, Disponível em: SciELO - Brasil - Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta de 2070 Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta de 2070

G1. Evolução do salário mínimo. https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/salario-minimo-qual-o-valor-atual.ghtml Acesso em 15 mai 2022

GARCIA, C. Portal Aprendiz UOL (14 jul. 2020). Gráfico elaborado com base nos dados da PNAD/IBGE. Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/2020/07/14/pandemia-acentua-desigualdade-no-acesso-a-internet-e-revela-mobilizacao-social-para-combate-la/ Acesso em 21 mai 2021

GIARETA, P. F. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.]*, v. 6, p. 1–17, 2021. DOI: 10.5212/retepe.v.6.18187.010. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18187. Acesso em: 20 maio. 2022.

GIROTTO, E. D. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. *HORIZONTES* (EDUSF), v. 36, p. 16-30, 2018.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf Acesso em 22 jul. 2020

LACOSTE, Y.*A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Trad. de Maria Cecília França. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social* – elementos para uma análise marxista. 15ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2002.

MARÇAL, M. da P. V. Enem e ensino de geografia: O entendimento dos professores e gestores da rede pública estadual, em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio e a melhoria da educação básica, 2014. 227 f. Tese (Doutorado em

Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. DOI https://doi.org/10.14393/ufu.te.2014.44

MARX, K. *A miséria da filosofia.* Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MEC. PORTARIA Nº 592, DE 05 DE MARÇO DE 2002 [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p592.pdf]

MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais:* introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. 126p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf

MENDES DA SILVA, I., & GIOVEDI, V. M. A regressividade democrática da BNCC. *Revista Brasileira De Política e Administração da Educação*, *38*(00). 2022. https://doi.org/10.21573/vol38n12022.114107

MINISTERIO DA ECONOMIA. https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/salario-minimo-qual-o-valor-atual.ghtml Acesso em 15 mai 2022

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória n. 746/2016. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf Acesso em 22 jul. 2017

NUZZI, V. Inflação assombra a população e vai continuar subindo em itens básicos. *RBA.* Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/06/inflacao-assombra-a-populacao-e-vai-continuar-subindo-em-itens-basicos/ Acesso em 15 mai 2022

OECD. *Pisa 2018.* Results. Vol 1. Disponível em: Publications - PISA (oecd.org) 28450521-en.pdf (oecd-ilibrary.org) Acesso em 18 mai 2022

_____. *Education at a Glance 2021: OECD Indicators.* OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en. Acesso em 21 de maio de 2022.

ONU. *Preâmbulo: 2015*, disponível em https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf Acesso em 30 jan 2018.

ONU. *Transformando o nosso mundo – A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.* 2015, disponível em https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf Acesso em 30 jan 2020.

PISA 2018 Worldwide ranking. https://i2.wp.com/factsmaps.com/wp-content/uploads/2019/12/pisa-2018.png Acesso em 20 mai 2022

REVISTA GALILEU. "Mais de 900 mil pessoas vivem sem energia elétrica na região amazônica". 27 nov 2019. Instituto De Energia e Meio Ambiente. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/11/mais-de-990-mil-pessoas-vivem-sem-energia-eletrica-na-regiao-amazonica.html Acesso em 21 mai 2022

ROUBICEK, M. *Por que o endividamento das famílias brasileiras só aumenta. Nexo jornal.* Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/03/Por-que-o-endividamento-das-fam%C3%ADlias-brasileiras-s%C3%B3-aumenta#:~:text=Mais%20de%2028%25%20das%20fam%C3%

ADlias,realiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pesquisa%20da%20CNC. Acesso em 15 mai 2022.

SILVA JUNIOR, C.H.L., *et al.* The Brazilian Amazon deforestation rate in 2020 is the greatest of the decade. *Nat Ecol Evol*, 5, 144–145, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41559-020-01368-x Acesso em 21 mai 2022

SILVA, L. N. da. *O mercado editorial e a nova direita brasileira. Teoria e Cultura.* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 13 n. 2, Dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/issue/view/631

SILVAS, I. M. da; GIOVEDI, V. Martins. A regressividade democrática da BNCC. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*-Periódico científico e ditado pela ANPAE, v. 1, n. 01, 2022.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras,* v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf. Acesso em: 09 maio 2021.

THERBORN, G., *La ideología del poder y el poder de la ideologia.* Tradução para o espanhol: Eduardo Terrén. 3ª ed. Cidade do México, Siglo Veintuno ed., [1980] 1991.

___. Os campos de extermínio da desigualdade. Trad. Fernando Rugitsky. *Novos Estudos Cebrap*, 87 julho de 2010, 144 a 157 [Publicado originalmente na revista *Soundings*, 2009, nº 42].

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes. 1989.

Submetido em: 25 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 24 de junho de 2022.
Aprovado em: 07 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. Ensino de geografia na contemporaneidade: um "museu de grandes novidades?". Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 380–432, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2323..

A DUPLA OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO: FECHAMENTO DE ESCOLAS E DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA

THE DOUBLE OFFENSIVE OF AGRIBUSINESS ON EDUCATION: CLOSURE OF SCHOOLS AND POLITICAL-IDEOLOGICAL DISPUTE

LA DOBLE OFENSIVA DEL AGRONEGOCIO SOBRE LA EDUCACION: EL CIERRE DE ESCUELAS Y DISPUTA POLITICO-IDEOLOGICA

Paulo Alentejano
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: paulinhochinelo@gmail.com

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)
E-mail: tassia.cordeiro@iff.edu.br

Roberta da Costa Lines
Rede Pública de Maricá
E-mail: roberta_lines@hotmail.com

Ingrid da Silva Linhares
Mestre em História Social (PPGH, UFF)
E-mail: ingridlinhares@id.uff.br

Leonam Bonato da Silva
Rede Pública de Paraíba do Sul
E-mail: bonato.s@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo analisa a dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação nas últimas décadas no Brasil. Abordando a construção da hegemonia do agronegócio com base em categorias gramscianas, analisamos a influência do agronegócio sobre o fechamento de escolas no campo e um conjunto de iniciativas no campo educacional. Para analisar a expansão do agronegócio utilizamos dados do IBGE sobre o crescimento de três produções estratégicas para o agronegócio: soja, cana-de-açúcar e bovinos. Também analisamos o fortalecimento político do agronegócio com base na evolução da representação parlamentar vinculada à Frente Parlamentar da Agropecuária. Para analisar o fechamento de escolas no campo nos baseamos em dados do INEP. A partir de pesquisa bibliográfica e acompanhamento da mídia nos debruçamos sobre as ações educacionais do agronegócio. Concluímos que a dupla ofensiva sobre a educação é parte relevante da construção da hegemonia do agronegócio, contribuindo para bloquear o debate sobre a reforma agrária, a devastação ambiental e a violência contra os povos do campo.

Palavras-chave: Agronegócio, Educação, Hegemonia.

Abstract:
This article analyzes the double offensive of agribusiness on education in recent decades in Brazil. Approaching the construction of the hegemony of agribusiness based on gramscians categories, we analyze the influence of agribusiness to the closure of schools in rural areas and initiatives in the educational field. To analyze the expansion of agribusiness, we used IBGE data on the growth of three strategic productions for agribusiness: soy bean, sugar cane and cattle. We also analyzed the political strengthening of agribusiness based on the evolution of the parliamentary representation represented by the Parliamentary Front of Agriculture and Livestock. To analyze the closing of rural schools, we based our research on data from INEP. Based on bibliographic research and follow-up of the media, we focus on the educational actions of agribusiness. We conclude that the dual offensive on education is an important part of the construction of the hegemony of agribusiness, contributing to block the debate on agrarian reform, environmental devastation and violence against rural people.

Keywords: Agribusiness, Education, Hegemony.

Resumen:
El presente artículo analiza la doble ofensiva del agronegocio sobre la educación em las últimas décadas en Brasil. Acercándose a la construcción de la hegemonia del agronegocio con base em categorías gramscianas, analizamos la influencia del agronegócio sobre el cierre de escuelas em el campo y iniciativas em el campo educativo. Para analizar la expansión del agronegocio utilizamos datos del IBGE sobre el crecimiento de tres produciones estrategicas para el agronegocio: soja, caña de azúcar y bovinos. También analizamos el fortalecimiento político del agronegocio con base em la evolución de la representación parlamentaria vinculada al Frente Parlamentario de la Agropecuaria. Para analizar el cierre de escuelas em el campo nos basamos em datos del INEP. A partir de la investigación bibliográfica y el seguimiento de los medios de comunicación nos centramos em las acciones educativas del agronegocio. Concluimos que la doble ofensiva sobre la educación es parte relevante de la construcción de la hegemonia del agronegocio, contribuyendo a bloquear el debate sobre la reforma agraria, la devastación ambiental y la violencia contra los pueblos del campo.

Palabras-clave: Agronegocio, Educación, Hegemonia.

Introdução

Nas últimas duas décadas o agronegócio se transformou em força hegemônica na sociedade brasileira, resultado de um processo de expansão econômica que se desdobra em crescente força político-ideológica. Neste texto, buscaremos demonstrar o quanto a concretude das relações sociais de produção no campo se desdobra nas relações superestruturais, especialmente no campo da política parlamentar.

Nesse sentido, nosso objetivo fundamental é analisar a dupla ofensiva do agronegócio na educação pública: por um lado o fechamento de escolas no campo, por outro a ofensiva ideológica - que engloba uma diversidade de ações voltadas para o controle do conteúdo ensinado nas escolas do campo e da cidade, no que diz respeito ao agronegócio.

Nessa direção, defendemos que a delimitação teórica do agronegócio é fundamental para o rastreamento das intencionalidades de sua atuação e para o levantamento de seus impactos no contexto educacional. Para tanto, tomamos por base o entendimento de que o agronegócio é um setor que tem como marca a expansão da "produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial" (ALENTEJANO, 2020a, p. 252).

Além disso, o setor se estabelece enquanto um pacto político e econômico envolvendo diferentes esferas, que sustentam a construção e a manutenção de seu projeto de poder/ideologia.

Alentejano (2020b) destaca que a estratégia política de ancorar a economia na exportação de *commodities* não é exclusiva do Brasil e foi disseminada por toda a América Latina, configurando o que Svampa (2013) denominou de "consenso das *commodities*", espécie de consenso político e ideológico de que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.

Para dar conta de responder as questões postas, este artigo está estruturado em duas partes, além desta introdução e da conclusão: uma primeira destinada a analisar a expansão econômica do agronegócio e seu fortalecimento político-ideológico e uma segunda centrada na análise da dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação. Em termos metodológicos, o estudo possui uma aborgagem qualitativa, que requer uma articulação com dados quantitativos, coletados junto a fontes governamentais. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, juntamente com o acompanhamento da mídia acerca do tema, compõem o processo investigativo. Por fim, cabe pontuar que a análise, de escala nacional, tem por marco temporal o período entre 1997 e 2019, visto que somente a partir de 1997 os dados educacionais acerca das escolas rurais estão disponíveis .

A expansão econômica do agronegócio e seu fortalecimento político-ideológico

Nesta seção buscamos apontar alguns elementos que caracterizam o processo de transformação do agronegócio em uma

força hegemônica na sociedade brasileira. Para tanto, dividimos as discussões em duas subseções, a saber: a dimensão econômica e a dimensão político-ideológica.

A dimensão Econômica

Com vistas à compreensão do agronegócio e do processo de constituição de sua hegemonia[1], recorremos às análises de Guilherme Delgado (2012) sobre a configuração do capital financeiro na agricultura, entre 1965 e 2012. O autor periodiza a estrutura econômica da agricultura em três fases com diferentes projetos, mas que têm em comum a defesa intransigente da intocabilidade da estrutura fundiária do país. Em resumo, a primeira seria a fase da *modernização conservadora* (1965/1985), quando se constitui o padrão do capital financeiro na agricultura; a segunda seria a de *transição* (entre meados dos anos 1980 e o fim dos anos 1990), quando não há uma convergência de uma estratégia hegemônica para a agricultura e sim pressões contraditórias no âmbito das políticas agrícola (crédito, preços agrícola, comercialização, estoque de alimentos, assistência técnica e extensão rural) e agrária (fundiária, trabalhista e ambiental); já a última e atual fase é a de *reestruturação da economia do agronegócio* (anos 2000), quando ocorre a reorganização da estratégia do período militar, mas com diferenças substanciais, tais

[11] Consideramos a hegemonia a capacidade de direção intelectual e moral, que busca conformar o consenso, especialmente no âmbito da sociedade civil, sem deixar de mobilizar dispositivos de força (GRAMSCI, 2014).

como o caráter político do pacto do agronegócio e a primazia da economia primário-exportadora.

Em síntese, o agronegócio pode ser considerado "uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado" (DELGADO, 2012, p. 94). Portanto, a articulação público-privada das políticas agrícolas e agrária de Estado passa a constituir o que Delgado (2012) denomina de *novo pacto da economia política do agronegócio*, que coloca a questão agrária em novos patamares. Uma das características que destacamos desse período de hegemonia do agronegócio é seu duplo teor de superexploração, por envolver tanto a exploração exacerbada do trabalho quanto da natureza.

Observa-se que a expansão do agronegócio globalizado ocorre concomitantemente à fragmentação do espaço agrícola devido ao seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente, o que induz à mecanização desses espaços. Soma-se a isto o aumento da proporção da natureza social sobre a natural, com o meio natural e o técnico sendo rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, culminando em um acelerado processo de reorganização do espaço agrícola, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e incrementando a urbanização (ELIAS, 2007).

Para fundamentar a caracterização da hegemonia econômica do agronegócio no campo brasileiro e seu conteúdo territorial "expansionista", optamos pelo levantamento quantitativo da produção de três *commodities* que perfazem a pauta de

exportação do setor (1997/2019): as áreas colhidas (ha) de soja em grão e cana-de-açúcar e o número total de cabeças de bovinos. Os dados obtidos foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a, 2021b), através da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e ordenados por Grandes Regiões (CORDEIRO, 2022).

Desse modo, os dados coletados (Tabela 1 e Gráfico 1) expressam a variação no período estudado da produção desses itens, possibilitando a investigação da materialidade e da forma do processo de expansão produtiva e de territorialização do setor no país.

Tabela 1 - Variação da área colhida (ha) de soja em grão, cana-de-açúcar e do rebanho bovino (1997/2019)

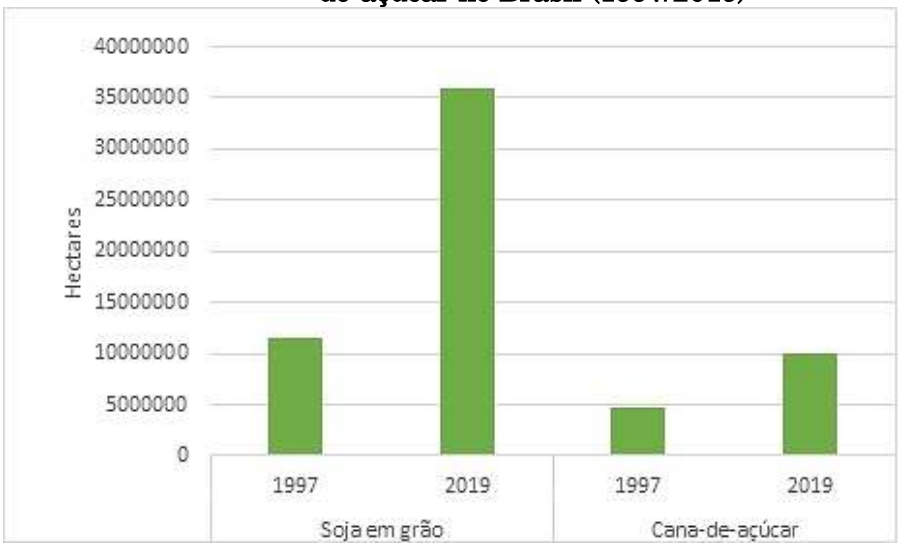
Brasil e Grandes Regiões	Soja em grão (ha)	Cana-de-Açúcar (ha)	Bovinos (cabeças)
Brasil	24.408.729	5.278.346	53.592.801
Norte	1.862.285	50.388	30.384.390
Nordeste	2.747.461	-312.407	4.765.746
Sudeste	1.632.542	3.620.950	69.720
Sul	6.219.672	271.546	-1.290.088
Centro-Oeste	11.946.769	1.647.869	19.663.033

Fonte: Tabela organizada a partir de dados da PPM e da PAM (IBGE, 2021a, 2021b).

Como resultado, observamos uma forte tendência de consolidação econômica do agronegócio. Em nível nacional, a soja avançou sua área colhida em 24,4 milhões de hectares, em termos percentuais 212%; a cana-de-açúcar ultrapassou os 5 milhões de hectares, percentualmente um crescimento de 109%; e o rebanho de bovinos contabilizou um aumento de aproximadamente 53,6

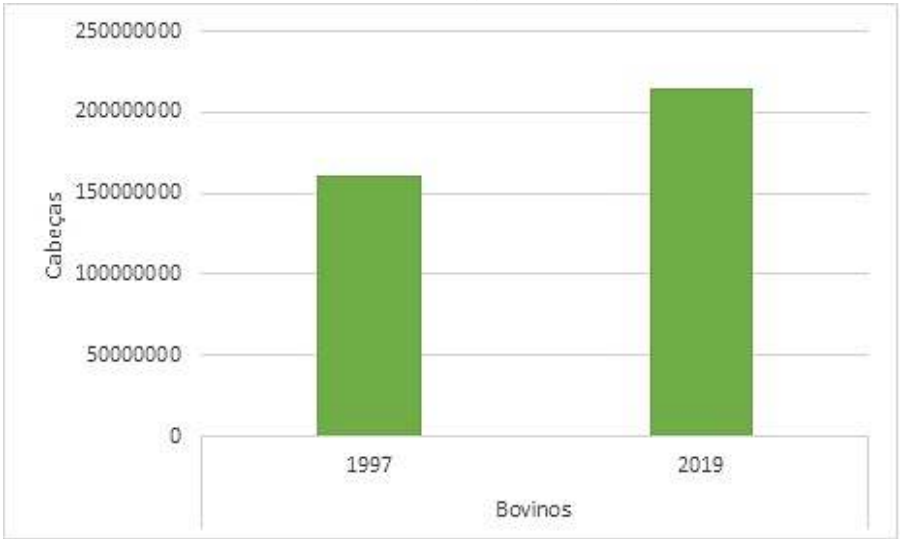
milhões de cabeças, equivalente a 33%. Mostra-se notório, portanto, o crescimento econômico do setor (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Expansão da área colhida (ha) de soja em grão e cana-de-açúcar no Brasil (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

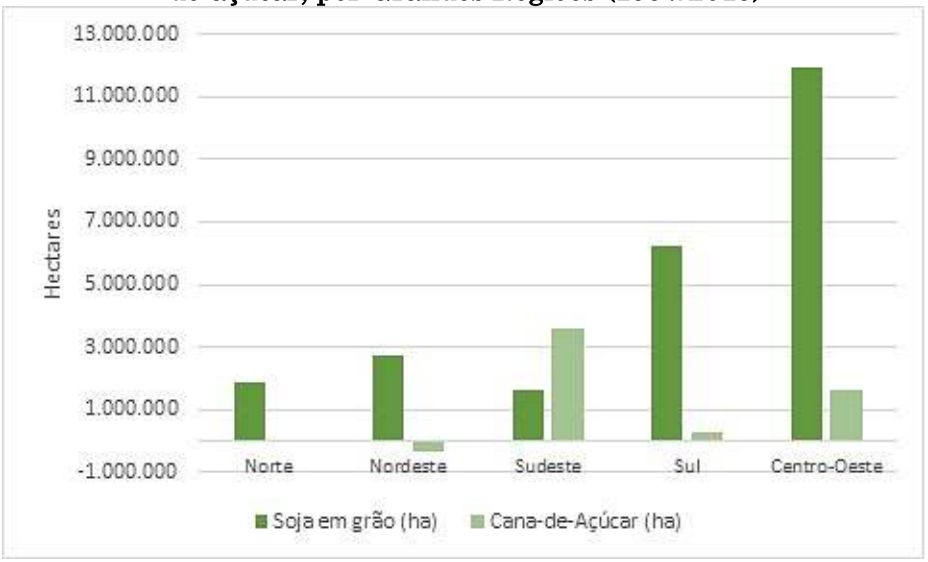
Gráfico 2 - Expansão do rebanho bovino (cabeças) no Brasil (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PPM (IBGE, 2021b).

Vejamos como essa expansão se comportou territorialmente, tendo como base a divisão do país em Grandes Regiões. No que diz respeito à soja (Gráfico 3), houve a expansão em todo o território nacional. Em números totais, a maior expansão se deu no Centro-Oeste, com mais 11,9 milhões de hectares, seguido por Sul, Nordeste, Norte e Sudeste. Em termos relativos, a maior e mais alarmante expansão foi registrada no Norte (6.751%), seguido pelo Nordeste (470%), Centro-Oeste (289%), Sudeste (153%) e Sul (110%). Os dados demonstram a investida dessa cultura na fronteira agrícola do país, avançando em "novas" áreas do Centro-Oeste, do Norte e do Matopiba[2].

Gráfico 3 - Variação da área colhida (ha) de soja (em grão) e cana-de-açúcar, por Grandes Regiões (1997/2019)



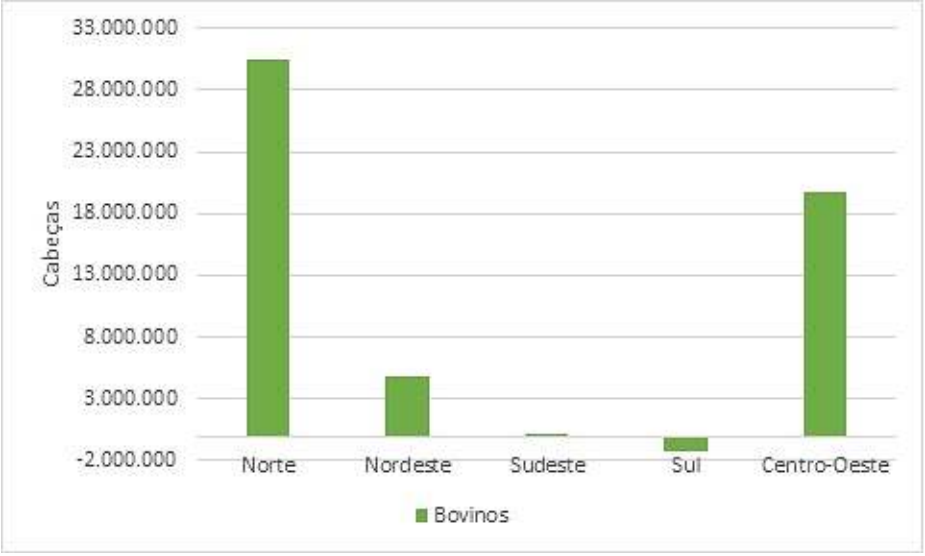
Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

[2] Acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, área de forte pressão para expansão do setor, resultando em conflitos e disputas por terra.

A cana-de-açúcar (Gráfico 3) apresentou crescimento de sua área colhida em todas as regiões, com a exceção significativa do Nordeste, área de tradicional cultivo desse item. Em números absolutos, o maior avanço ocorreu no Sudeste com 3,6 milhões hectares a mais, alavancado especialmente pelo estado de São Paulo, em seguida vem o Centro-Oeste e, com números totais menos expressivos, Sul e Norte. Percentualmente, a maior expansão foi contabilizada no Centro-Oeste (510%), seguido por Norte (447%), Sudeste (123%) e Sul (79%). O Nordeste apresentou um recuo total de cerca de 312 mil hectares, percentualmente -26%. Apesar do protagonismo de São Paulo, percebemos um cenário de continuidade da tendência de expansão do setor junto à fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste, bem como um quadro de recuo e/ou estagnação da região Nordeste, afetada pela extinção do Programa Nacional do Álcool no início dos anos 1990 que levou à falência inúmeras usinas.

Por fim, em relação à criação de gado (Gráfico 4), a expansão só não foi registrada na região Sul. Em termos absolutos o Norte despontou com o crescimento de 30,3 milhões de cabeças, seguido por Centro-Oeste e, em menor medida, por Nordeste e Sudeste. Em números proporcionais, o protagonismo ficou novamente com o Norte (157%) e, em sequência, com o Centro-Oeste (36%) e o Nordeste (20%). Já a região Sudeste, apresentou um crescimento ínfimo de 0,19%. O decrescimento do Sul foi na ordem de aproximadamente 1,3 milhões de cabeças, percentualmente -5%. A criação de bovinos aponta, uma vez mais, para o avanço territorial do agronegócio na fronteira agrícola.

Gráfico 4 - Variação do rebanho bovino (cabeças), por Grandes Regiões (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PPM (IBGE, 2021b).

Com a análise da produção dos itens pesquisados, é possível depreender que vem ocorrendo uma forte expansão econômica do agronegócio que se caracteriza, fundamentalmente, por sua consolidação no Centro-Sul do país e sua pressão junto à fronteira agrícola em porções do Centro-Oeste e do Norte e, também, no Matopiba. Tudo indica que uma fração do Norte ainda não foi tomada pelo setor, enquanto parte do Nordeste sofre com a estagnação ou a retração.

O avanço da pecuária no Norte é elucidativo desse processo expansionista que, por meio do ciclo *madeira-gado-grãos*, impacta diretamente nos índices de desmatamento e expulsão de povos tradicionais de suas terras. Esse fenômeno se caracteriza pelo deslocamento dos rebanhos no sentido Norte do país, por vezes em detrimento de áreas anteriormente consolidadas do Centro-Sul, que dão espaço para outras *commodities*. O avanço da soja é outro dado

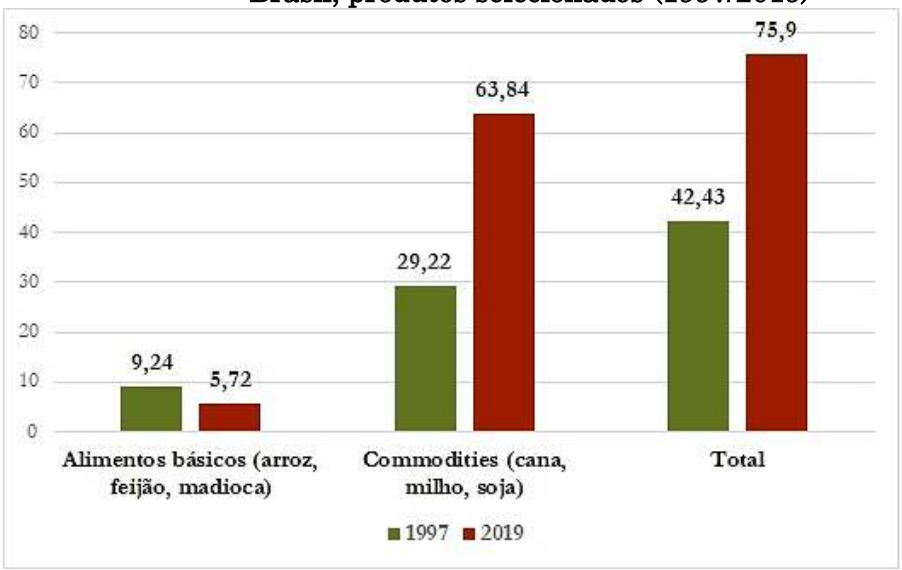
extremamente potente para se avaliar a dimensão territorial do setor, extremamente consolidado no Centro-Oeste e Sul, mas que passa a avançar em partes do Norte e do Nordeste. Por fim, os números da cana-de-açúcar indicam seu deslocamento de áreas tradicionais do litoral do Nordeste e, parcialmente, do Rio de Janeiro, em direção ao interior do país de forma mais modernizada, investindo na mecanização que é propícia nessa região pela presença de um relevo caracterizado por chapadas com solos planos.

Essa conclusão é corroborada quando observamos que, no Brasil, o sistema agropecuário capitalista configurou uma tendência ao monocultivo e à concentração fundiária. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, 807.587 (15,6% do total) estabelecimentos do agronegócio ocupavam 249.690.940 hectares de terra (75,7% do total), enquanto 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar ocupavam 80.250.453 hectares de terra (24,3% do total), o que demonstra uma acentuada concentração fundiária.

Conforme análise de Alentejano (2020a), segundo o IBGE, entre 1996 e 2017, houve ligeira redução da área total dos estabelecimentos agropecuários no país, na ordem de 3 milhões de hectares (ha), provavelmente em razão da criação, no período, de terras indígenas e unidades de conservação ambiental. Com relação à utilização das terras, houve, de um lado, a redução da área de pastagens naturais, e de outro, o aumento das áreas destinadas a lavouras, principalmente, temporárias, pastagens plantadas e matas. No entanto, o autor destacou que não foram todas as lavouras que tiveram crescimento nos últimos anos, posto que a área plantada com alimentos básicos decresceu, ao passo que as

áreas plantadas destinadas às chamadas *commodities* se ampliou, conforme pode-se constatar no gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5 - Área plantada (ha) com lavouras temporárias no Brasil, produtos selecionados (1997/2019)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

Para Delgado (2012, p.95) as exportações brasileiras de produtos agropecuários se expandiram fortemente em quantidade e valor na década de 2000, em função do aumento da demanda mundial das chamadas *commodities*, impulsionado pelo crescimento da economia chinesa. O valor médio anual das exportações passou de 50 bilhões de dólares no período 1995/1999 para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000, com a participação dos produtos básicos aumentando de 25% para 45% da pauta de exportações em 2010. Se somarmos os produtos básicos com os semimanufaturados, o percentual aumenta para 54,3%.

Estes dados evidenciam o processo de reprimarização do comércio exterior.

Portanto, é possível compreender que o agronegócio se territorializa em favor do capital financeiro e de uma balança comercial positiva, o que só é possível em detrimento da soberania alimentar brasileira, do avanço do desmatamento no Cerrado e na Amazônia e pelo recurso à violência na tomada de novas terras. Entende-se, dessa forma, o antagonismo irreconciliável entre agronegócio e agricultura camponesa ou familiar.

Girardi (2019) aponta que a violência no campo ocorre devido aos conflitos pela terra, sendo realizada por grandes possuidores da mesma, como empresários e fazendeiros e até mesmo a polícia, que realiza as ações de despejo, sendo o alvo os pobres e oprimidos do campo - como os indígenas, camponeses e quilombolas, dentre outros, que sofrem com a concentração de terras e renda no país. Em 2020, a CPT publicou a comparação dos conflitos no campo entre 2011 e 2020, observando o aumento de 1.390 em 2011 para 2.054 em 2020. Somente em 2020, foram registradas 1.608 ocorrências de conflitos por terra.

Como defendemos nesse trabalho, esse poderio econômico, possibilitado e impulsionado pelo pacto em favor do agronegócio, é fator que se desdobra na forma de uma expansão ampliada. Com isso, o setor fortalece sua atuação na sociedade política e passa a atuar na sociedade civil, de forma a legitimar e manter sua hegemonia para além da estrutura econômica. Diante desse contexto, na sequência focaremos nossas reflexões nesse movimento de construção de consenso no campo político-ideológico, com vistas à melhoria da imagem degradada do setor.

A dimensão político-ideológica

Nesta seção nos deteremos na análise dos mecanismos de expansão do agronegócio, para além da estrutura econômica. Com isso, procuramos investigar a atuação do setor no Estado integral ou ampliado: tanto na sociedade política, isto é, no âmbito do Estado estrito, quanto na sociedade civil, organizada em aparelhos privados de hegemonia (APHs) (GRASMCI, 2014)[3]. Importa demarcar que na esfera política a atuação ocorre principalmente no legislativo, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da participação nas comissões parlamentares, sendo que no executivo se realiza, fundamentalmente, pela participação em conselhos e pela gestão em órgãos e Ministérios do Estado. No que diz respeito à sociedade civil, os APHs da classe dominante do campo – tais como a mídia, as associações de classe, as fundações e as organizações sociais – passam a atuar na difusão de uma imagem positiva do setor, por meio da publicidade, de atividades culturais e da inserção nas escolas públicas e universidades

Em relação à dimensão política, de início, cabe explicar que as Frentes Parlamentares são "associações suprapartidárias constituídas de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinadas a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade ou tema de interesse dominante" (INTINI, FERNANDES, 2013, p. 88). A FPA, popularmente conhecida como *bancada ruralista*, desponta no

[3] Em resumo, os APHs seriam organismos/agências da sociedade civil, de adesão voluntária, com o papel de organizar as vontades coletivas e construir o consenso (GRAMSCI, 2014).

cenário político em meio às disputas no processo de redemocratização, marcadamente em 1987, tomando maior dimensão nos embates da Assembleia Nacional Constituinte.

De acordo com Regina Bruno (2017), em síntese, o surgimento da frente está atrelado à reação ao I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), à consolidação da Nova República e às ocupações de terra por parte dos movimentos sociais do campo, com destaque para o MST. Tal processo poderia ser dividido em três momentos: 1) a fase da Constituinte em 1988, com o objetivo principal de interditar a presença da reforma agrária no texto da constituição, com o protagonismo da União Democrática Ruralista (UDR); 2) a fase de ofensiva patronal à política de reforma agrária e à luta pela terra, quando o debate interno sobre a necessidade da criação de uma frente parlamentar ganha expressão e há o fortalecimento da defesa do direito à propriedade, sustentado pelos intelectuais do Pensa/USP[4]; 3) por fim, a partir dos anos 2010, inicia-se a etapa de enfrentamento à questão ambiental (Novo Código Florestal) e às reivindicações dos povos indígenas e das populações tradicionais, caracterizada pela defesa do uso mercantil da terra e da consequente apropriação de terras comuns, sob o argumento do valor estratégico da terra como fator de produção e da *segurança jurídica*, como preconizado pelo Pensa/USP (BRUNO, 2017).

Diante desse contexto, a autora evidencia que a visão de mundo do agronegócio, da qual a FPA é representante junto ao

[4] Programa de Pesquisa do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, criado em 1990.

parlamento e aos órgãos do Estado, centra-se na defesa intransigente da propriedade privada, tendo por base um pensamento fundamentalmente conservador.

No que diz respeito ao fortalecimento da FPA, Alentejano (2020b) tece as seguintes considerações:

> O fortalecimento da Bancada Ruralista implica o aumento da capacidade do agronegócio de pressionar por políticas públicas que favoreçam o setor, mas vai muito além disso, pois trata-se de um segmento com nítidas e crescentes articulações com outras bancadas que se fortaleceram nos últimos anos, como a evangélica e a armamentista, conformando o que vem sendo denominado bancada BBB – do boi, da bíblia e da bala, ao que alguns acrescentaram outro B, o dos bancos, indicando a associação dos interesses da oligarquia financeira, com os setores mais retrógrados da sociedade brasileira (ALENTEJANO, 2020b, p. 364).

Observa-se que seu objetivo consiste em canalizar, organizar e unificar as pautas de interesse do agronegócio junto ao parlamento, institucionalizando a representação dos interesses de classe e fortalecendo suas relações de poder. Ainda que haja consideráveis divergências entre o setor, também é papel da FPA construir um consenso mínimo inter e intrassetorial que ganhe capilaridade não apenas no parlamento, alcançando a sociedade civil.

Nesse sentido, Pompeia (2020) defende que a *concertação* política do agronegócio busca promover uma unidade frente aos conflitos internos que podem ameaçar seu projeto de poder. O autor destaca três níveis principais de discordâncias: primeiro, entre as entidades - envolvendo rivalidades intrassetoriais, mas,

especialmente as intersetoriais (agropecuária - indústria - setor terciário); segundo, entre as nucleações ampliadas - com centralidade para a "concorrência" pela liderança entre o Instinto Pensar Agro (IPA)/FPA e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), mas que compreende também as disputas da UDR e da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão); e, terceiro, entre os agentes privados e certos atores do Estado - como em determinadas divisões por dentro da FPA e em discordâncias com os Ministérios da Economia e das Relações Exteriores.

Nota-se, portanto, que na busca por convergência política e racionalização de posicionamentos, a atuação da FPA e de aparelhos de hegemonia que lhe dão suporte, são primordiais para se evitar fragmentações e construir consensos, possibilitando uma capilaridade por todo o Estado ampliado:

> Para além dos aspectos formais e conjunturais, a bancada ruralista é expressão/representação atual do movimento de grandes proprietários de terras e capitalistas com interesses fincados na agropecuária, hodiernamente denominado de agronegócio, e que controla espaços de poder no executivo (Ministério da Agricultura, Embrapa, CONAB, instituições financeiras públicas); no Poder Judiciário; no Ministério Público; e, com representações na sociedade, especialmente, através da CNA, Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e da Sociedade Rural Brasileira – SRB (INTINI, FERNANDES, 2013, p. 95).

Tomando por base levantamento realizado por Alentejano (2020a), foi possível verificar que na legislatura 2015-2018 a bancada possuía um total de 214 deputados federais e 24 senadores, representando, respectivamente 41,7% e 29,6%. Já na legislatura

iniciada em 2019, houve um incremento considerável, passando para 225 deputados e 32 senadores, 43,9% e 39,5% respectivamente. Esses dados nos permitem realizar um panorama do poder político-parlamentar do setor, no que concerne à representação via FPA, sendo possível concluir que a bancada funciona como um braço político do agronegócio com considerável força de articulação e poderio em todo o território brasileiro.

Além do fortalecimento da FPA, a inserção do setor no executivo é notável em diferentes composições político-partidárias, especialmente no que diz respeito ao que podemos considerar um verdadeiro monopólio da gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pelos ruralistas. Como exemplos, podemos citar a nomeação de Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), como o primeiro Ministro da Agricultura da gestão Lula da Silva e a nomeação da pecuarista Kátia Abreu, integrante da CNA, para o mesmo cargo pela presidenta Dilma Rousseff.

Com o golpe de 2016 e a tomada do poder por Michael Temer há uma radicalização dessa inserção, que culmina na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas fundiárias e por estabelecer um certo contrapeso à hegemonia dos ruralistas no Mapa. Na gestão Bolsonaro, esse poderio alcança patamares ainda mais elevados com a indicação de um integrante da UDR para a Secretaria de Assuntos Fundiários.

Tal infiltração na sociedade política precisa ser, no entanto, respaldada e legitimada em outras esferas. Com esse objetivo, o agronegócio passa a mobilizar cada vez mais seu arsenal de forma a

"conquistar" toda a sociedade brasileira, disseminando e impondo sua ideologia. Como anunciado, a dimensão ideológica do setor diz respeito à ação desenvolvida na sociedade civil, entendida como uma arena da luta de classes. É por meio dos APHs que a "sociedade" se organiza de forma a construir e disseminar sua ideologia, organizando e conformando o consenso pela atuação dos *intelectuais orgânicos* (GRAMSCI, 2014). Esse processo tem por objetivo a conquista ou a manutenção da *hegemonia* de um grupo ou de uma classe sobre suas frações e as demais classes, de modo a ser dominante e dirigente (GRAMSCI, 2014).

Fazendo um recorte para a análise da sociedade brasileira, Casimiro (2018) destaca a grande disseminação de APHs da nova direita no país, especialmente com a redemocratização do país. Segundo o autor,

> A diversidade e multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia da nova direita no Brasil demonstram o processo de ampliação do Estado. Essa ampliação consiste em que o Estado não pode ser reduzido ou compreendido simplesmente a partir do conjunto de seus órgãos, agências e aparatos administrativos. Ele "amplia-se" à medida que essas organizações de caráter patronal inscrevem seus projetos de hegemonia na ossatura material do Estado, universalizando-os, isto é, transformando-os em projetos "nacionais" de "interesse da nação", para o "bem-comum" etc. (CASIMIRO, 2018, p. 458).

É com base no entendimento do Estado ampliado que podemos compreender a conformação de uma hegemonia do agronegócio, que se expande para além da base material das relações sociais de produção para conquistar o poder tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Com a complexificação

do Estado brasileiro, especialmente após a redemocratização, o empresariado passa a perceber uma necessidade de reconfiguração de sua atuação, que não pode mais ficar restrita à sociedade política, precisa agora disputar a sociedade civil, ampliando sua atuação para a consolidação de uma hegemonia de fato, que pressupõe a contraditória "relação" entre coerção e consenso.

Nesse sentido, Ana Chã (2018), ao estudar a atuação do setor na indústria cultural, faz as seguintes considerações:

> A realidade, porém, com a crescente aposta do setor na ampliação da sua atuação para aparelhos privados de hegemonia, como as escolas e o *marketing* cultural, tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio, que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprindo muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda da identidade com a vida no campo (CHÃ, 2018, p. 18-19).

Como a própria autora sugere, essa atuação passa a mobilizar também as escolas públicas do país, que passam a ser tomadas pela ideologia do agronegócio. Tal disseminação é levada a cabo por meio de pretensos programas educacionais, materializadas através de "parcerias público-privadas" em educação (PPPEs). Além de disseminar a lógica de mercado nas escolas do país, em consonância com os pressupostos neoliberais, os programas servem como instrumentos de propaganda do setor.

Por fim, compreendemos que o agronegócio vem se utilizando de um grande e organizado aparato político-ideológico

que visa solidificar a inserção do setor no Estado em seu sentido ampliado, isto é, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Essa atuação na superestrutura tem por fundamento a força econômica do setor e objetiva não apenas garantir a expansão dessa frente, como também legitimá-la. Com base nessas considerações, na próxima seção nos deteremos na análise da investida do agronegócio contra a educação brasileira.

A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica

As consequências do avanço do agronegócio para as populações rurais são muitas e envolvem o agravamento das desiguais condições sociais a que os povos que vivem no campo foram submetidos historicamente. Dentre essas, observamos que a desigualdade no acesso à educação pública é um dos principais alvos da crítica dos movimentos sociais campesinos.

Além de defender mais acesso à educação, há também a luta dos movimentos sociais para que as populações do campo tenham direito a uma educação formulada por e para eles. Não mais uma educação de caráter urbanocêntrico, apenas adaptada para o campo, como tem sido a história do que ficou conhecido como *educação rural* no Brasil, mas, sim a formulação de outra concepção de educação, a Educação do Campo.

No entanto, é possível observar que na atualidade muitos falam em nome da Educação do Campo, mas nem sempre desde os mesmos fundamentos e objetivos. Embora recente na história brasileira, a Educação do Campo tem tido papel fundamental na

discussão da realidade educacional do campo, especialmente no que diz respeito às escolas públicas, considerando-se o ponto de vista dos próprios trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações. Talvez por isso, nota-se uma disputa do conceito por diferentes grupos, até por representantes do polo do capital (empresários do agronegócio, governos etc.) que tentam associar essa concepção a uma visão "modernizada" da educação rural, historicamente associada ao atraso do latifúndio (CALDART, 2016, p. 1).

Conforme Cordeiro (2017), o contraditório processo de disputa da Educação do Campo, que envolve uma ofensiva do agronegócio, se configura através de duas frentes mais ilustrativas: o processo de nucleação de escolas rurais e a influência do agronegócio na educação pública. O processo de fechamento e nucleação de escolas rurais resulta em uma reorganização espacial da oferta escolar, com retração da oferta no meio rural e concentração no meio urbano, enquanto a influência do agronegócio na educação pública ocorre principalmente por meio de parcerias público-privadas em educação (PPPEs) entre empresas do agronegócio e redes públicas de ensino.

Portanto, é possível concluir que, como desdobramento do fortalecimento econômico e da ação político-ideológica do agronegócio, houve nos últimos anos a estruturação de uma ação cada vez mais contundente do setor sobre a educação, que se expressa em dois processos: o fechamento de escolas no campo e o desenvolvimento de um conjunto de ações que buscam assegurar a difusão de uma visão favorável nas escolas brasileiras do campo e da cidade.

Expansão do agronegócio e fechamento de escolas no campo

Dentre todos os problemas que afetam o campo brasileiro na atualidade, o processo de fechamento de escolas rurais se configura como um dos mais graves, porque constitui um crime contra a nação brasileira. Considerando que a educação tem sua especificidade e natureza delimitada ontologicamente nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escola representa um violento ataque à própria humanização da população brasileira, um verdadeiro crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, florestas e águas (TAFFAREL; MUNARIM, 2015, p. 45).

No período de 1997 a 2019, foram fechadas mais de 82 mil escolas rurais no campo brasileiro, demonstrando que a retração da oferta escolar rural já vem ocorrendo há bastante tempo (CORDEIRO, 2022). Em 1997, o número de escolas rurais no Brasil era bem maior que o número de escolas urbanas e em 2019 o número de escolas rurais diminuiu drasticamente, enquanto o número de escolas urbanas passou a ser um pouco maior que o dobro do número de escolas rurais, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Estabelecimentos de Educação Básica do Brasil, por localização (1997/2019)

Ano	Urbana	Rural	Total
1997	87.921	137.599	225.520
2019	127.077	55.391	182.468
Diferença	39.156	-82.208	-43.052

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (MEC, INEP - 1997/2019).

Na tabela 3, que mostra o número de escolas por Grandes Regiões, pode-se observar que houve retração da oferta escolar rural em todas as regiões entre os anos de 1997 e 2019, com destaque para a região Nordeste. Nesta região, houve a maior redução absoluta no número de escolas rurais (-42.819), o que representa pouco mais da metade do número total de escolas fechadas no Brasil nesse período. A segunda região que mais fechou escolas rurais foi a região Sul, seguida das regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos de ensino de educação básica no Brasil, por localização (1997/2019)

Grandes Regiões	1997			2019			Diferença		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Norte	28.290	5.823	22.467	22.180	8.525	13.655	-6.110	2.702	-8.812
Nordeste	101.243	29.213	72.030	62.346	33.135	29.211	-38.897	3.922	-42.819
Sudeste	52.514	33.205	19.309	60.078	53.467	6.611	7.564	20.262	-12.698
Sul	31.682	13.589	18.093	25.695	21.413	4.282	-5.987	7.824	-13.811
Centro-Oeste	11.791	6.091	5.700	10.311	8.725	1.586	-1.480	2.634	-4.114

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas de Educação Básica (MEC, INEP – 1997/2019).

Na análise dos valores relativos da retração da oferta escolar rural nas grandes regiões brasileiras, demonstrada na tabela 4, o impacto da retração fica ainda mais evidente pois a região com a menor retração, a região Norte, teve uma redução de 39,2% da oferta escolar rural que possuía em 1997, um percentual que já é considerável. A região que teve a maior retração em número relativo da sua oferta escolar rural foi a região Sul, que perdeu 76,3% das escolas rurais que possuía em 1997. Na análise percentual, as regiões que mais fecharam escolas foram Sul, Centro-Oeste e Sudeste, justamente aquelas onde o agronegócio está mais consolidado.

Tabela 4 - Variação da oferta de estabelecimentos de ensino em áreas rurais (1997/2019)

Grandes Regiões	Rural		Diferença absoluta	Diferença relativa
	1997	2019		
Brasil	137.599	55.345	-82.254	-59,80%
Norte	22.467	13.655	-8.812	-39,20%
Nordeste	72.030	29.211	-42.819	-59,40%
Sudeste	19.309	6.611	-12.698	-65,80%
Sul	18.093	4.282	-13.811	-76,30%
Centro-Oeste	5.700	1.586	-4.114	-72,20%

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas de Educação Básica (MEC, INEP – 1997/2019).

Dentre as principais causas que costumam ser citadas por estudiosos do tema, tais como Mariano e Sapelli (2014), Bibiano e Souza (2016), Cordeiro (2017, 2022) e Nogueira e Ramires (2017), para o fechamento de escolas rurais, estão o avanço do agronegócio no campo, que tem expandido a monocultura e a concentração de terras e a fragilização da agricultura familiar camponesa, resultado

do maior estímulo governamental para a expansão do agronegócio. Além disso, discute-se também a respeito do projeto de campo defendido pelo Banco Mundial, que pressiona o Estado a renunciar à sua obrigação de promover a desconcentração fundiária por meio da distribuição da terra e, ao invés disso, incentiva o controle do território agrário por grandes empresas.

Entre as principais justificativas utilizadas para o fechamento de escolas rurais pelo poder público estão as razões de ordem econômica, a pequena demanda de alunos, o difícil acesso às escolas, a falta de professores e orientadores pedagógicos e a precariedade nas condições de funcionamento das escolas. Justificativas que são bastante questionáveis, se considerarmos que cabe ao próprio poder público solucionar a maior parte dessas mesmas questões, usadas como pretexto para fechar escolas rurais.

Em face disso, Cordeiro (2017) defende que o fechamento e a nucleação das escolas rurais é um dos quatro elementos que comprovam a ofensiva do agronegócio contra o projeto da Educação do Campo. Os outros elementos são: a mercantilização da educação, o avanço do agronegócio nas escolas públicas brasileiras e a ressignificação do conceito de Educação do Campo.

A ofensiva sobre as políticas educacionais: currículos, materiais didáticos e formação de professores

A década de 1980 foi marcada por profundas lutas pela educação pública brasileira, com universalização do ensino de qualidade e democratização do conhecimento, as quais desembocaram em importantes conquistas na Constituição de 1988,

que reconheceu a educação como direito da população e dever do Estado.

Porém, nos anos 1990, estas conquistas foram sendo passo a passo erodidas. Sob a influência do Banco Mundial foram introduzidas medidas que redefiniram o papel do Estado, o que contribuiu para o fortalecimento do setor privado e inserção empresarial na educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, são exemplos deste processo.

Como resultado desse processo, também o agronegócio tem buscado estratégias de inserção na educação pública articulando-se por meio de programas, projetos e ações. Dentre eles o Programa Agrinho, o Programa Agronegócio na Escola e a campanha De Olho no Material Escolar.

O Programa Agrinho foi implantando em 1996 nas escolas públicas do estado do Paraná, com o objetivo de promover a formação profissional rural e melhorias na qualidade de vida no campo, fruto de uma iniciativa do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) do Paraná, juntamente com a Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná). O Senar foi criado em 1976, vinculado ao Ministério do Trabalho, e retomado em 1991 sob a guarda da CNA e no âmbito estadual associado às federações.

Este programa traz como slogan "Um Programa de Responsabilidade Social" que contou com o apoio de entidades públicas como o Ministério Público do Estado do Paraná e do Ministério do Trabalho; e com entidades empresariais como o Dow AgroSciences, que buscaram legitimar suas ações, colocando-se como socialmente responsáveis. A Faep passou a promover as ações

do Programa, que possui como estratégia dar orientações e conscientizar estudantes sobre temas como meio ambiente e trabalho, para que estes possam levar o conhecimento para suas famílias.

Além disso, também é feita a capacitação de professores para atuarem com base nos temas sugeridos, promovendo a participação tanto do corpo discente quanto docente nos concursos anuais promovidos por estas instituições, premiando os melhores trabalhos. No decorrer de sua implementação, o projeto se expandiu no território nacional, chegando nas cinco regiões e, ao menos, em mais cinco estados (Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e Espírito Santo), consolidando-se e completando 21 anos atualmente. O Programa interfere diretamente na escola e sua pedagogia, direcionando professores e alunos para a ideologia do capital (SISTEMA FAEP, 2021).

O programa Agronegócio na Escola é desenvolvido nas escolas públicas municipais do estado São Paulo desde 2001, a partir do pensamento pedagógico baseado na competitividade internacional e na segurança alimentar, utilizados para difundir a responsabilidade socioambiental e comprometimento do agronegócio com a sustentabilidade (LAMOSA, 2013). A Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio e o programa Agronegócio na Escola, com o apoio da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), afirmam que qualquer modelo de desenvolvimento contrário ao agronegócio é considerado retrógrado.

É importante ressaltar que a inserção empresarial nas escolas aumentou a partir de 2006, com o movimento "Todos pela Educação". Isso ocorreu por meio da proposição de parcerias com

todos os segmentos da sociedade, facilitando a presença da Abag nas escolas públicas, com o objetivo de difundir uma nova imagem do agronegócio, utilizando-se do conceito de meio ambiente para fazer tal inserção.

> A assimilação da escola pública e seus intelectuais ao projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira desta escola seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados (LAMOSA, 2013, p. 10).

Com isso, a mediação entre a Abag e a escola trouxe como resultado a promoção dos valores do agronegócio assimilados pelos alunos por meio de concursos, visitas às empresas associadas, passeios e prêmios, contribuindo para que houvesse mudança na percepção da imagem do agronegócio na escola e para a perda de autonomia do educador e da criticidade do processo de ensino aprendizagem. Também é importante lembrar que este movimento empresarial esteve situado em uma região com intensos conflitos entre os movimentos sociais do campo e o agronegócio.

No ano de 2020 teve início uma campanha liderada por um grupo que se autointitula “mães do agro”, conhecido como “De Olho no Material Escolar” (Dome), que possui como foco alterar os materiais didáticos para apresentar a visão considerada correta para o agronegócio. Segundo a organização, há uma propagação de imagens negativas do agronegócio circulando nos livros didáticos e na escola.

O ex-deputado do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) Xico Graziano, afirmou em vídeos que o conteúdo presente no livro didático sobre o agronegócio além de ser preconceituoso não possui embasamento científico. Por ser recente, a proporção que tem tomado devido aos seus mecanismos de ação por meio das redes sociais como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook* tem gerado preocupações, pois estimula uma falsa apresentação dos acontecimentos, alegando unilateralidade, ao colocar o agronegócio como fundamental para o país, bem como a crítica aos textos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são considerados negativos para o "agro". Dentre eles, o uso de agrotóxico e o desmatamento, além dos ataques aos docentes do ensino básico.

Em maio de 2021 a Associação dos Geógrafos Brasileiros (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021), seções Rio de Janeiro e Niterói, publicou um informe escrito pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ (GeoAgrária) e Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da AGB (GTAgrária) sobre essa nova ofensiva do agronegócio na educação. No documento são denunciadas algumas ações que já estavam sendo postas em prática pelo Dome, bem como alguns dos objetivos da campanha, como a intenção de interferir nos materiais didáticos, no currículo e no processo de formação de professores.

O caráter excludente da campanha não se restringe somente a isto, ele também busca apagar dos livros didáticos assuntos referentes à superexploração do trabalho, concentração fundiária, violência no campo, entre outros assuntos, para transmitir a ideia de que o agronegócio só possui aspectos positivos.

Xico Graziano, principal ideólogo, e Marcos Fava Neves afirmaram em seu texto "Novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil" (2021) que o livro didático induz o discente a acreditar que os agricultores são os opressores do campo, afirmando que a ideologia não deveria fazer parte do ensino.

Junqueira e Bezerra (2018) afirmam que o agronegócio procura desvincular sua imagem de questões como conflitos por terra e violência no campo, pois, segundo seu argumento, prejudica a solidariedade entre campo e cidade. Os autores também apontam que uma das ações do agronegócio é fazer um "apelo à união e à solidariedade popular em favor do agronegócio, como única alternativa ao progresso nacional" (JUNQUEIRA; BEZERRA, 2018, p. 1384).

Além da defesa contra a existência de uma ideologia antiga nas escolas, Graziano e Neves (2021) indicam dez temas sobre o agronegócio que poderiam ser abordados no material didático: (1) Cooperativismo no agro; (2) Aproveitamento dos alimentos; (3) Matas ciliares; (4) Bem-estar animal; (5) Novos alimentos (como pitaia e castanhas); (6) Bioeconomia; (7) Agricultura digital; (8) Melhoramento genético; (9) Agro colaborativo; (10) Atividades secundárias (silviculturas, pisciculturas, floriculturas e outros).

Para que estes temas possam estar presentes tanto no currículo quanto no livro didático o DOME realizou uma reunião virtual com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que possui o deputado federal Jerônimo Göergen como integrante; com o Projeto Refazenda que possui como objetivo promover oficinas e atividades com crianças sobre o agronegócio; e mães idealizadoras

do projeto De Olho no Material Escolar para discutir o tipo de representação que o agronegócio vem tendo nos materiais didáticos.

Além disso, a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, criticou a forma como o agronegócio é retratado nos livros didáticos comprometendo-se a levar o problema para o então ministro da Educação, Milton Ribeiro. Este se reuniu com uma das líderes do Dome e vários parlamentares da FPA em dezembro de 2020 (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021). Também houve uma reunião com o secretário de educação do estado de São Paulo com a intermediação do deputado federal Geninho Zuliani (DEM-SP).

Outra conquista do Dome foi a decisão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de revisar os materiais didáticos distribuídos para as escolas púbicas estaduais (RAMOS, 2022).

Além das reuniões, também estão presentes nas redes sociais, como o *Instagram*, e possuem entrevistas no *Youtube* e Canal Terraviva, por meio do programa Terraviva na escola, e no Grupo JovemPan, com o programa A Hora do Agronegócio.

Logo, ao conseguir produzir um imaginário coletivo e legitimar-se, a campanha traz consigo a ocultação dos temas pertinentes para o processo de formação, bem como a incitação à perseguição aos professores, buscando alterar a BNCC, para que uma nova narrativa possa ser contada. Com isso, a disseminação de sua ideologia está relacionada ao "único" possível modelo de produção do campo, buscando ocultar as relações sociais de produção contraditórias.

Conclusão

A força política cada vez mais evidente do agronegócio tem levado seus representantes a ampliar os campos da vida social nas quais o setor busca ditar os rumos e a educação tem sido uma das frentes dessa ação.

Procuramos demonstrar neste texto como no seu processo de expansão econômica, expresso no aumento da área produzida com *commodities* sobre a forma da monocultura e da criação de gado, o agronegócio contribuiu para o fechamento de escolas, uma vez que expulsa trabalhadores e suas famílias do campo, reduzindo a demanda por escolas no campo. Por outro lado, seja nas escolas que permanecem existindo nas áreas rurais, seja nas escolas da cidade, observa-se uma incidência crescente do agronegócio, buscando interferir nos currículos, na formação dos professores e no material didático, de modo a generalizar uma imagem favorável do setor e impedir que as escolas sejam um espaço de debate crítico sobre os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio no campo e na sociedade brasileira.

A hegemonia do agronegócio reforça o poder do latifúndio, bloqueia a reforma agrária, aprofunda a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A expansão da produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se

reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo).

É preciso recolocar na pauta política do país uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica. E para isso é fundamental evitar que as escolas sejam mais um espaço de reprodução acrítica da autoimagem projetada pelo agronegócio. É preciso que as escolas sejam espaço onde professores/as e estudantes possam debater livremente os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no país. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, dez, 2020a. p. 251-285.

_____. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. *REVISTA DA ANPEGE*, v. 16, p. 351-390, 2020b.

BIBIANO, G. L.; SOUZA, F. E. Dicotomias e Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo das mesorregiões Leste e Norte goiano. In: Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), 2016, Pirenópolis. Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), v. 3, 2016.

BRUNO, R. Brancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]:* conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da educação do campo e os desafios do momento atual. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.

(org). Teoria e educação no labirinto do capital. 4 ed. São Paulo, 2016. p. 317-363.

CASIMIRO, F. H. C. A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, A. M. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão popular, 2018.

CORDEIRO, T. G. B. F. A educação do campo no confronto entre agronegócio e agricultura camponesa. In: *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba. Anais do SINGA 2017, 2017.

_____. *A hegemonia do agronegócio do campo à educação*: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. 2022. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. *Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, Goiânia*: CPT Nacional, 2021. 279 p.

DELGADO, G. C. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio*: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In MARAFON, G. J., RUA, J. & RIBEIRO, M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI. A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação. *GeoAgrária FFP*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 2021. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/>. Acesso em: 01 maio 2021.

GIRARDI, E. P. O Brasil em face aos conflitos e violências agrárias. *CONFINS (PARIS)*, v. 501, p. 1 - 8, 2019.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAZIANO, F; NEVES, M. F. *O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil*: Sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país, 2021.

Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf> Acesso em: 20 de Ago. de 2021.

IBGE. Censo Agropecuário – Resultados definitivos. Anos 2006 e 2017.

IBGE. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 22 jun. 2021a.

_____. Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em 03 jun. 2021b.

INTINI, J. M.; FERNANDES, U. F. Bancada Ruralista: a face política do agronegócio. Revista da ABRA, p. 87–96, 2013.

JUNQUEIRA, V.H; BEZERRA, M.C.S. A ideologia do agronegócio na educação básica. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 36, n. 4, p.-, out./dez. 2018.

LAMOSA, R. O programa Agronegócio na Escola: um estudo de caso sobre a educação ambiental empresarial nas escolas públicas brasileiras. *VII EPEA -Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental*, Rio Claro-SP, 2013. p. 1-14.

MARIANO, A. S.; SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas do campo. In: 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos, 2014, Toledo PR. Anais do 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos - Unioeste, p. 1-16, 2014.

MEC/INEP. Sinopses estatísticas da educação básica 2007 a 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 24 set. 2021.

NOGUEIRA, A. M.; RAMIRES, J. C. L. O agronegócio e o fechamento de escolas rurais no Brasil: algumas reflexões. In: Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo, 2017, Catalão. Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo - Conhecimento e reconhecimentos: enfrentamentos nos processos de institucionalização. Catalão: UFG-Regional de Catalão, p. 1-15, 2017.

POMPEIA. C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p.1-17, 2020.

RAMOS, C. S. Governo paulista revisará conteúdo de material escolar sobre agronegócio. São Paulo: *Valor Econômico*, 2022.

SISTEMA FAEP. Programa Agrinho. Disponível em: <https://www.sistemafaep.org.br/agrinho/>. Acesso em: 20 de Ago. de 2021.

TAFFAREL, C. N. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

Submetido em: 23 de maio de 2022.

Devolvido para revisão em: 26 de agosto de 2022.

Aprovado em: 08 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T.; LINES, R.; SILVA, L.; LINHARES, I. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 433–470, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2320.

INTERSEÇÕES ENTRE CARTOGRAFIA SOCIAL E TERRITÓRIOS DA MINERAÇÃO

INTERSECTIONS BETWEEN SOCIAL CARTOGRAPHY AND MINING TERRITORIES

INTERSECCIONES ENTRE CARTOGRAFÍA SOCIAL Y TERRITORIOS MINEROS

WAGNER BATELLA
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
E-mail: wagner.batella@ufjf.br

DANIEL ALVES BRAGA
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
daniel.braga@ich.ufjf.br

VITÓRIA CUSTÓDIO CHRIST DE CARVALHO
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
vitoriacustodiochrist@gmail.com

Resumo:
Grande parte dos conflitos territoriais envolve certa assimetria na correlação de forças entre os sujeitos envolvidos. Nessas disputas, é comum que os interesses das comunidades não sejam contemplados pelos sistemas técnicos, ditos institucionais, e em grande medida controlados pelo Estado. A Cartografia Social se apresenta como uma abordagem que vem ganhando atenção das Universidades e de Movimentos Sociais pelo seu potencial de construção coletiva, empoderamento das comunidades e instrumento de apoio na resistência de povos tradicionais. O presente trabalho foca a Cartografia Social e os territórios minerários. Visa um balizamento acerca do debate teórico-metodológico acerca dessa abordagem, bem como discute outros trabalhos com foco na Cartografia Social.

Palavras-chave: Cartografia Social; Territórios da Mineração; Conflitos Territoriais.

[1] Trabalho desenvolvido com apoio da Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Abstract:
Most territorial conflicts involve a certain asymmetry in the correlation of forces between the subjects involved. In these disputes, it is common that the interests of communities are not covered by technical systems, called institutional, and to a large extent controlled by the State. Social Cartography presents itself as an approach that has been gaining attention from Universities and Social Movements for its potential for collective construction, community empowerment and an instrument of support in the resistance of traditional peoples. The present work focuses on Social Cartography and mining territories. It aims to guide the theoretical-methodological debate about this approach, as well as performs the discuss of other works focused on Social Cartography.

Keywords: Social Cartography; Mining Territories; Territorial Conflicts.

Resumen:
La mayoría de los conflictos territoriales implican cierta asimetría en la correlación de fuerzas entre los sujetos involucrados. En estas disputas, es común que los intereses de las comunidades no estén cubiertos por sistemas técnicos, llamados institucionales, y en gran medida controlados por el Estado. La Cartografía Social se presenta como un enfoque que viene ganando la atención de Universidades y Movimientos Sociales por su potencial de construcción colectiva, empoderamiento comunitario e instrumento de apoyo en la resistencia de los pueblos tradicionales. El presente trabajo se centra en la Cartografía Social y los territorios mineros. Pretende orientar el debate teórico-metodológico sobre este enfoque, así como realizar el análisis de otros trabajos enfocados en la Cartografía Social.

Mots-clés / Palabras-clave: Cartografía Social; Territorios Mineros; Conflictos Territoriales.

Introdução

O uso de mapas tem se popularizado na sociedade nas últimas décadas, sobretudo como resultado da difusão das aplicações de geotecnologias. Esta linguagem de comunicação espacial, o mapa, potencializa atividades de pesquisas, planejamentos territoriais, práticas pedagógicas em sala de aula, bem como instrumentaliza populações envolvidas em conflitos territoriais de diversas ordens.

O resgate da história dos mapas revela que esses meios de comunicação surgiram como ficção, uma maneira de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da Geografia. Foi por meio de um longo processo de evolução das observações, do desenvolvimento de instrumentos e experiências, como o consequente aprimoramento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram se tornando mais "objetivos". Com o passar do tempo, "o imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo" (ACSELRAD; COLI, 2008. p.13). As representações cartográficas, seguem os autores, "passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais e sistemas políticos que as reclamavam e justificavam" (p.13).

Desde tempos remotos, o habitual na Cartografia tem sido a apropriação institucional dos instrumentos e técnicas cartográficas de modo que os mapas oficiais sejam encomendados, elaborados e pertençam aos mesmos grupos que possuem o poder hegemônico, ou seja, o Estado e, mais recentemente, as grandes corporações, aspirando suas intenções e utilizando os conhecimentos produzidos como verdades absolutas (MASCARELLO, SANTOS e BARBOSA, 2018). Em síntese: a cartografia tem sido um instrumento de reprodução de poder.

Ao desenvolvimento dessa Cartografia tradicional, que visa à apropriação do território, distinguem-se outras com diferentes vieses, ainda que calcadas no mesmo discurso, qual seja: o da participação social na elaboração dos mapas. Hoje, as práticas da cartografia se veem pressionadas pelas mais variadas forças envolvidas na rearticulação das disputas territoriais (ACSELRAD, 2008). Esse plano de disputas cartográficas foi caracterizado por Mascarello, Mascarello, Santos e Barbosa (2018) como "Guerra dos Mapas", nomenclatura utilizada para designar um conjunto de iniciativas cujo pressuposto fundamental foi contribuir para a afirmação territorial de grupos sociais atingidos por grandes projetos de infraestrutura. Essa "virada cartográfica" foi melhor analisada por Jacques Lévy (2008, p.153, *grifos do autor*), ao discutir as compreensões emergentes acerca das aplicabilidades dos mapas:

> O mapa pode, sem dúvida, tornar-se um vetor privilegiado do que chamaremos a acomodação ao tempo dos atores, um ordenamento do território privilegiando as margens de liberdade sobre os constrangimentos estáticos, as questões de sociedade sobre os cenários prontos e acabados, a governança sobre as políticas públicas setoriais, o político sobre a política, em resumo, visando associar fortemente prospectiva e cidadania.

A partir daí, observa-se uma pluralidade de proposições com foco numa cartografia menos afeita à manutenção do status quo. Mapas mentais, cartografias colaborativas, cartografias participativas, cartografias sociais e a Nova Cartografia (ALMEIDA, 2018) são algumas das proposições teórico-metodológicas que vêm sendo aplicadas com diferentes propósitos. Detendo-se na abordagem

da Nova Cartografia, Almeida (2018, p.58) destaca que tal proposta visa propiciar uma pluralidade de entradas a descrições abertas, conectáveis em todas as suas dimensões, e voltadas para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas.

Na proposição do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, as cartografias sociais são diversas e vêm sendo largamente usadas, inclusive por agências multilaterais, empresas mineradoras e de georreferenciamento. Ao contrário dessas leituras, a Nova Cartografia visa uma construção descritiva, que nada tem de uma interpretação dos atos como texto, ela ocorre na "confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes" (ALMEIDA, 2018, p.58), distanciando-se da ilusão empirista das "auto evidências" de campo e a ilusão culturalista que enfatiza a "textualização" (ALMEIDA, 2018, p.58).

Em outras palavras, rompe-se com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante instrumentos do Estado, e trabalha-se com a confluência de duas vertentes: a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, referindo-se às comunidades tradicionais envolvidas nas elaborações de seus mapas, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado (ALMEIDA, 2018).

O empenho para se produzir seus próprios mapas não deve ser confundido como restrito apenas à uma afirmação identitária. Sobretudo, em situações de tensão social envolvendo povos e comunidades diversos, cujos territórios e bens culturais encontram-se submetidos a grandes riscos, ameaçados por conflitos provocados

pela ação de empresas, como as mineradoras, as representações produtos da Cartografia Social revestem-se de importância política, cultural e técnica para disputar as representações territoriais dessas comunidades.

Esta será a perspectiva levada adiante neste texto, qual seja, desenvolver uma reflexão acerca das interseções entre Cartografia Social e Territórios da Mineração. Ressalta-se que tal proposta surge de um projeto de extensão com foco no desenvolvimento de uma Cartografia Social voltada para os atingidos pelo rompimento da Barragem 1 do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, de responsabilidade da empresa Vale S.A. Tal empreitada não pôde ser levada adiante em função da emergência sanitária, desencadeada pela Pandemia do COVID-19. Dessa forma, segue-se com os primeiros resultados da reflexão. O texto está estruturado em quatro partes, assim organizadas: num primeiro momento, utilizando-se de ampla revisão bibliográfica, apresenta-se um balizamento conceitual acerca da Cartografia Social; na sequência, discute-se o cerne da Cartografia Social, ou seja, sua perspectiva de empoderamento social e instrumento voltado para emancipação de comunidades vulneráveis; a terceira parte é voltada para a apresentação das particularidades dos Territórios da Mineração, contexto social, econômico e territorial de nossa reflexão, no qual se desdobram conflitos de diversas ordens; por fim, a quarta e última parte do texto volta-se para um estudo comparativo de metodologias levantadas em outras publicações, mas que tratam da Cartografia Social desenvolvida em territórios marcados por presença de atividade minerária.

Experiências e concepções em Cartografia Social

O termo "cartografia" foi utilizado pela primeira vez pelo português e 2º Visconde de Santarém (Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), em um documento que data de 1839 (GARCIA, 2006). No período contemporâneo, a Cartografia é comumente definida como o estudo que reúne ciência, técnica e arte relacionados à orientação geográfica (DUARTE, 2002). Olhando para a evolução desse campo do saber, as contribuições de povos como os Sumérios, criadores dos primeiros mapas; dos Gregos, de grandes nomes como Ptolomeu e Eratóstenes; dos viajantes, como Marco Polo e Ibn Battuta; dentre outros inúmeros povos que tanto fizeram, foram essenciais para que o ser humano compreendesse o território e tivesse noção do espaço geográfico ao seu redor por meio de representações gráficas.

Estes relevantes esforços acerca da arte e ciência de mapear foram primordiais para as inúmeras revoluções que ocorreram na cartografia ao longo da história da humanidade. No entanto, as representações cartográficas ditas oficiais pouco levam em conta saberes, técnicas e artes locais para uma representação - deixando de apresentar particularidades inerentes a estas áreas. Essas cartografias começaram a se estabelecer na Idade Moderna, principalmente com o Iluminismo e maior valorização da ciência – momento no qual o método científico se estabeleceu e todas as crenças eram questionáveis/questionadas e precisavam ser provadas para se "efetivar" como conhecimento. Esse padrão se manteve por muito tempo nas ciências, e, com isso, muitas técnicas e saberes tradicionais foram desconsiderados, o que tornaram os mapas um forte instrumento de dominação e centralização de poder (COLCHESTER, 2002).

É fato que a cartografia oficial/sistematizada controla, generaliza e exclui; por isso são necessárias contestações desses padrões e a desconstrução de técnicas rigorosas para que o acesso seja amplo mesmo que as formas de realizá-lo sejam distintas e ao mesmo tempo singulares. A grande problemática estaria relacionada ao papel que os sujeitos "mapeados" de comunidades vulneráveis realmente desempenham no processo de mapeamento. Por essa razão, é tão importante que existam metodologias baseadas na valorização destes que são negligenciados pelo mapeamento oficial ou até mesmo ameaçados por grandes corporações que literalmente desejam que populações locais "sumam do mapa". As abordagens com foco na Cartografia Social estudam e buscam inovar a participação destes indivíduos no processo cartográfico, através da geração de instrumentos de resistência e garantia dos direitos sobre a terra com as narrativas que podem ser contadas a partir destes documentos.

Mas afinal, o que é Cartografia Social? Esse campo da Cartografia possui múltiplas variações em suas terminologias como: "cartografia participativa", "mapeamento participativo", "demarcação participativa", "mapeamento comunitário", entre outras, lembrando que cada perspectiva tem sua abordagem e finalidade que merecem ser investigadas de forma particular. Esse tipo de cartografia não necessariamente gera mapas, mas proporciona uma experiência entre pesquisadores e sujeitos onde as narrativas são compartilhadas e ocorre um delineamento dos interesses das comunidades. Destacam-se os termos "Cartografia Social", identificado como mais popular no meio acadêmico brasileiro, e "cartografia/mapeamento participativa/o", que não necessariamente inclui um viés social, prezando "apenas" pela participação dos indivíduos. O processo de valorização identitária e

a construção de uma resistência e/ou empoderamento local pode gerar documentos que legitimem a luta, como mapas, relatos e croquis. Sendo assim, os papéis exercidos pelos esforços de Cartografia Social muito se relacionam com a fragilidade que estas comunidades possuem com o domínio e controle de recursos que historicamente sempre pertenceram a eles. Este papel é traduzido através do fortalecimento técnico e jurídico destas comunidades, que se apoiam em processos importantes como o de auto-mapeamento.

A inclusão de tecnologias para a execução dessas cartografias ainda é questionada e deve ser, antes de tudo, avaliada pelos sujeitos para que possa ser implementada. Fica evidente também que toda alteração ou adaptação nos mapas precisa ser construída com ela e/ou receber o aval da população; o ensino das técnicas digitais e uso de SIG também é pertinente para que a comunidade aos poucos conquiste sua autonomia no mapeamento. Todas as etapas devem ser realizadas com os sujeitos, desde a escolha do que vai ser divulgado até a seleção dos símbolos que serão utilizados para representá-los. Comumente, os projetos seguem uma linha primária de execução, baseada em alguns passos essenciais para o desenvolvimento de um plano de mapeamento participativo: o diagnóstico dos problemas e potencialidades da região, as oficinas de capacitação e produção junto à comunidade, a sistematização e geração de mapas em laboratórios de cartografia com o auxílio de softwares de geoprocessamento e a devolução dos mapas para a comunidade. A experiência se traduz em um aprendizado rápido da cartografia por parte dos atores, que, em sua maioria, possuem pouco domínio sobre a técnica (JOLIVEAU, 2008).

Segundo Acselrad e Coli (2008), a primeira experiência de uso de SIG em mapeamento participativo se deu com um grupo de

esquimós no Canadá na produção de mais de duzentos mapas de atividades sazonais na década de 1970, considerado um passo inicial para difusão da Cartografia Social. Os autores ainda apontam que essas cartografias são muito recentes e talvez não sejam tão populares em países da América Latina, África ou Ásia por falta de investimento e instabilidades políticas/econômicas/culturais que impedem as populações de se expor. De acordo com Ribeiro (2009), as mudanças nas ciências sociais provenientes dos impactos do neoliberalismo também teriam influenciado na divulgação e valorização de metodologias participativas que buscam entender melhor as relações sujeito-objeto; a atuação dos movimentos sociais na reivindicação de mudanças institucionais também ajudou a mostrar as possibilidades que existem a partir da luta por direitos.

A Cartografia Social faz uso de inovações e tecnologias geográficas adquiridas ao longo da evolução da ciência para sua implementação, visando um objetivo maior de fortalecer comunidades com menor poder sobre a representação do espaço em que vivem. Ainda com base em Acselrad e Coli (2008), destacam-se três experiências notórias na "inauguração" da cartografia social no Brasil: regularização de territórios extrativistas, guerra dos mapas (com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA) e o Instituto Mamirauá, que desenvolve seus projetos na região do Médio Solimões, no Amazonas. Estas produções foram de suma importância e exercem influência nos locais de abordagem, até mesmo em projetos atuais, com forte presença em grupos sociais nos estados do Norte e Nordeste. As diferentes concepções dentro do campo da Cartografia Social podem ser observadas a partir das perspectivas teóricas utilizadas pelos principais pensadores brasileiros especialistas no assunto. Nota-se uma forte presença teórica dos princípios

emancipacionistas, decolonialistas, marxistas e fenomenológicos. Tais perspectivas teóricas influenciam diretamente na metodologia aplicada nos projetos e no tipo de abordagem física e social com as comunidades tradicionais.

Atualmente no Brasil a cartografia social é uma metodologia muito utilizada em diferentes contextos territoriais, sendo presente nas lutas de comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras, coletoras, extrativistas, periféricas urbanas, atingidas por mineração, entre outras. Cada caso deve propor uma organização específica e incluir novas formas de abordagens levando em consideração as particularidades locais e os desejos coletivos. Em muitas experiências são realizadas rodas de conversa, para que os sujeitos exponham suas vivências, e oficinas com grupos da comunidade em questão. Nessas oficinas podem ocorrer jogos, dinâmicas de perguntas, criação de quadros para expor demandas locais, desenhos, croquis, uso da técnica overlay (ROCHA et al., 2016), reconhecimento de localidades a partir de imagens de satélite, entre outras atividades que ficam livres para a escolha e criatividade dos organizadores.

É importante salientar que a cartografia social pode ser entendida como uma metodologia multidisciplinar que abrange diferentes áreas do conhecimento. Essas formas de aplicação podem seguir diferentes vertentes, sendo uma delas a de promover a autonomia local, uma vez que o mapa é um importante instrumento de defesa do território. Esse é o objetivo de muitos pesquisadores que buscam contribuir de alguma forma para a independência de determinada comunidade. Portanto, na etapa de processamento dos dados em laboratório, as informações devem ser cuidadosamente analisadas e traduzidas para linguagem digital da maneira mais fiel

possível (no caso dos mapas). Ao longo da experiência, outras questões podem ser apontadas e desenvolvidas, o ritmo e os objetivos do projeto são ditados pelos participantes. Todos os documentos gerados pertencem à comunidade e cabe a ela abrir processos por garantias de direitos.

Sustentação dos direitos sociais por meio da cartografia

Como explicado anteriormente, na cartografia social os mapas não são uma obrigação e todo o processo até a geração de um "produto final" deve ser considerado. De acordo com Gorayeb e Meireles (2014), os mapas são importantes para a construção de uma identidade coletiva à medida que exigem reflexões, generalizações e seleção de informações pertinentes ao coletivo – nessa dinâmica ocorre o reconhecimento e identificação entre os indivíduos, além da produção conjunta do conhecimento. Estas iniciativas comumente envolvem populações tradicionais, como comunidades extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e agricultores. Em grande medida, isso ocorre quando estes povos estão em situação de risco em meio aos empreendimentos econômicos privados e/ou governamentais, como por exemplo a delimitação de terras indígenas, proteção de áreas de conservação ambiental, mineração, entre outros conflitos socioambientais. Dessa forma, o Estado com a prerrogativa da punição/regulação, os limita – mas não os impede de atuar em pequenas escalas e planejar em maiores proporções o reconhecimento de fatores e processos pertinentes (SOUZA, 2012).

Essas experiências participativas destacam características inerentes aos sujeitos, enaltecendo crenças e valores locais. A elaboração destes demonstra que o território habitado por estes povos não está necessariamente sujeito aos limites políticos exatos

da região, e sim até onde sua cultura e práticas sociais exercem influência. Para que os interesses locais sejam efetivamente integrados por políticas públicas, é indispensável o desenvolvimento de mecanismos de chamada da população à participação. A autonomia popular se apresenta como uma nova forma de poder, com o objetivo de, não somente influenciar políticas públicas viáveis, mas também concretizar e fiscalizar as mesmas (SANTOS; TAFFAREL, 2013).

Autonomia pode significar construir o chamado "poder popular", independentemente da essência heterônoma do Estado, por mais que seja impossível ser autônomo apenas se afastando do mesmo. É preciso combinar o "contra" e o "apesar" do Estado e eventualmente se aproveitar do "com" o Estado para possíveis legislações e acesso a recursos públicos. Essa autonomia proporciona uma articulação mais forte através de discussões democráticas mais abrangentes. Quando praticada coletivamente, refere-se à princípios de igualdade garantidos por instituições e grupos sociais, de forma que novas oportunidades e decisões sejam estabelecidas em conjunto com outros indivíduos de uma comunidade. Sendo a cartografia entendida como um instrumento de poder, os que a dominam ou conhecem seus procedimentos, exercem essa competência. (SOUZA, 2012).

Seria então por meio da Cartografia Social que comunidades antes subordinadas a agências governamentais e empreendimentos privados são inseridas na luta por igualdade de direitos e disputas territoriais. Comunidades tradicionais e vulneráveis sofrem fortes pressões do Estado ou de grandes corporações para que cada vez mais se adequem ao sistema dos interesses externos, muitas vezes com ambições particulares quanto aos recursos naturais da área onde tal

comunidade se encontra. Nem sempre essas ameaças são nítidas, mas podem aos poucos se instalar e gerar uma grande disputa por tais territórios. Nessas situações, a cartografia social pode se tornar um instrumento de defesa do território para aqueles que já se encontravam estabelecidos.

A globalização e suas consequentes apropriações locais/culturais podem ser enxergadas como uma nova perspectiva imperialista, o que evidencia a urgência do fortalecimento e da valorização da identidade cultural nacional, como um fator de resistência a este processo (CAMPELLO; SANTIAGO; ANDRADE, 2018). É fato que nenhuma cultura é uma ilha face à realidade tão globalizada com tantos fluxos de informação, com isso, o contato envolvendo outras lutas poderia enriquecer as articulações locais (SOUZA, 2012). Com a presença de documentos cartográficos e discursos bem conectados, a luta social ganha novas forças. A Cartografia Social almeja novas perspectivas para efetivar estratégias defensoras da identidade individual e coletiva. Os grupos que tradicionalmente estavam marginalizados do poder encontram possibilidades para empreender, a partir de sua base local, um processo de resistência que visa, entre outras coisas, integrar seu legado cultural ao projeto de construção da identidade (SANTOS, 2008). Sendo assim, a mobilização é essencial para a luta por direitos, esse artifício participativo possibilita a valorização cultural na discussão.

Por se tratar de um universo diversificado de comunidades que podem utilizar da cartografia social para reivindicação, estas se tornam muito variadas e apresentam contextos muito distintos. Por isso, é necessário que cada caso seja analisado com a população em questão, seja ela uma comunidade indígena no Amazonas ou

periférica urbana no Rio de Janeiro. Destacam-se aqui dois projetos distintos representando esses dois exemplos: o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (voltado principalmente para indígenas, ribeirinhos e pescadores) e o grupo Militiva (voltado para mulheres moradoras da Zona Oeste do Rio de Janeiro). Nem sempre os mesmos artifícios são necessários para a abertura de um processo legal ou pedido de reconhecimento identitário. Tais cobranças populares não necessariamente exigem uma autonomia absoluta, mas buscam sempre os direitos democráticos de participação na tomada de decisões e debates acerca das demandas locais. Tais práticas são primordiais para a representação de conflitos, defesa institucional de sua identidade territorial, garantia de conservação de culturas ancestrais e, principalmente, reafirmação do território étnico-cultural. Tudo isso serve de base teórico-científica para futuras decisões da comunidade, definindo-se como instrumento de resistência no enfrentamento de conflitos socioambientais, como a mineração.

Territórios da Mineração: histórico, impactos e conflitos sociais

A atividade minerária está presente na economia brasileira desde o período colonial, com o ciclo do ouro. Neste período eram visados ouro e pedras preciosas, sendo essa exploração responsável por boa parte da formação de núcleos urbanos do estado de Minas Gerais, como Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana e Vila Real (atual Sabará). No Império, minas de ouro e ferro começaram a ser operadas também pela iniciativa privada. Já no Brasil República, com o fortalecimento da indústria de base e a crescente demanda por produtos siderúrgicos e industrializados, aumentaram-se os esforços para a busca por minérios, como ferro e manganês – abundantes no

Quadrilátero Ferrífero -MG . Nesse mesmo período, a mineração era voltada para o mercado interno com foco em infraestrutura. Por fim, no período da ditadura militar, seguido pela abertura da economia, muitas empresas estrangeiras passaram a ter domínio sobre grande parcela da extração (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Ainda de acordo com os referidos autores, desde a redemocratização do país (ocorrida em 1985), cerca de 85% dos metais extraídos são voltados para exportação, sendo o principal deles o minério de ferro – que no 2º trimestre de 2020 correspondeu a 14% das exportações brasileiras (IBRAM, 2020). Atualmente, setor extrativo equivale a 4% do PIB brasileiro e acaba sendo base para inúmeras outras atividades econômicas e serviços. O lucro proveniente da atividade não alcança todo seu potencial, uma vez que o minério exportado possui baixo valor agregado. E para além desse fator econômico, ainda existe uma série de impactos ambientais e sociais, muitas vezes irreversíveis, provenientes de um modo insustentável de produção. O desmatamento, alagamento de áreas e contaminação das águas; assim como catástrofes que envolvem perdas materiais e até mesmo humanas, são causadas pelo barateamento no processo de extração que visa maior lucro em detrimento da prudência e responsabilidade durante o desenvolvimento da atividade (WANDERLEY et. al., 2016). Com isso, o lucro que poderia ser obtido em forma de maior processamento do minério bruto para exportação, é extraído da fase de produção com a diminuição de custos com segurança.

Todo o lucro gerado pela mineração pode ser considerado inversamente proporcional à saúde do ambiente ao redor das minas. É fato que os benefícios trazidos pela cadeia produtiva minerária são diversos, uma vez que esta gera empregos, aumenta o PIB e as

exportações do país, cria polos tecnológicos de desenvolvimento e pesquisa, dentre outros. No entanto, até que ponto vale a pena explorar as reservas naturais e modificar o território ao seu redor? A resposta para esta pergunta pode ser encontrada ao analisarmos a interação da atividade minerária com o espaço circundante e à jusante. Iorio e Magno (2019) reiteram que a expansão da mineração é responsável pela instabilidade de territórios próximos ocupados por diversas categorias sociais, sendo estes habitantes os maiores produtores e reprodutores da biodiversidade, de recursos hídricos e de outros elementos da paisagem ao redor. Dessa forma, temos um forte impasse acerca da importância econômica representada pela exploração mineral, em contradição os impactos ambientais causados no espaço. A partir disso, o debate gira em torno da importância da mineração no cenário econômico nacional, contrapondo a uma forte corrente que se baseia na exploração menos agressiva e que preze pela saúde de pessoas e seres vivos que se estabelecem nas áreas com potencial mineral.

Sendo assim, embora o discurso hegemônico foque o "desenvolvimento" produzido pela atividade mineral, a exploração desenfreada e sem consciência socioambiental é inadequada de inúmeras formas. Do ponto de vista físico-natural, a mineração é um processo que impõe mudanças irreversíveis nas dinâmicas geológica, geomorfológica e hidrológica, que por sua vez geram impactos sociais. A completa remoção da vegetação e camada superficial do solo são responsáveis por causar danos severos à biodiversidade local, como a extinção de espécies e aceleração de processos erosivos. As poluições atmosférica e sonora se demonstram altamente nocivas ao ecossistema local, considerando que alteram completamente a dinâmica do ambiente ao redor. A contaminação das águas locais

afeta principalmente moradores e agricultores que vivem à jusante das minas, uma vez que liberam resíduos químicos e minerais tóxicos durante o processamento. Com isso, os impactos sociais são consequência desta transformação da paisagem, estendendo-se desde a poluição visual, explosões nas minas e seus ruídos/tremores que abalam casas, monopolização de ofertas de emprego, contaminação das águas e até mesmo perdas de vidas. Além disso, Milanez (2019) afirma que, com base no sistema que visa o lucro acima de tudo e no contexto de sucateamento das legislações e fiscalizações, graves riscos se tornam iminentes e tragédias como as observadas nas Barragens do Fundão-MG (2015) e do Córrego do Feijão-MG (2019) não podem ser encaradas como fatos isolados no cenário nacional.

De acordo com Vieira (2011), os principais conflitos socioespaciais em torno da exploração de minérios surgem pela falta de interesse local na exploração. Os impactos e potenciais ameaças provenientes das assimetrias de poder, prejudicam majoritariamente minorias e menos favorecidos. Políticas ambientais que legitimam processos como fraudes, poluição, desmatamento, alterações nas dinâmicas hídricas, ameaça direta à fauna/flora e assoreamentos/erosões nos cursos hídricos são impactos sentidos cotidianamente pela população em questão e suas relações ali estabelecidas. Todos esses processos ocorrem em menor ou maior intensidade e são desencadeadores de conflitos latentes ou efetivos, embora o poder de decisão esteja do lado daqueles que podem pagar mais – mesmo que essa não seja a melhor opção para o local ou seus habitantes, que muitas vezes não possuem o direito de opinar ou aprovar tais projetos. Os conflitos que surgem a partir da mineração, e principalmente, do fracasso de uma utópica exploração consciente,

são incalculáveis, uma vez que envolvem a relação subjetiva dos atingidos com o território devastado. Deste modo, nunca haverá compensação financeira ou reparação que conserte o que já foi perdido.

Os dois rompimentos das barragens supracitados devem ser considerados crimes ambientais e, no caso específico do Córrego do Feijão, Bacia do Rio Paraopeba, a empresa responsável (Vale S.A.) sabia do risco e foi negligente (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2019). Como consequência social, o rompimento causou mortes, desapropriação de casas, perdas materiais de variados tipos, inviabilização de meios de vida e reprodução, transformações na paisagem e seus encargos cotidianos pretéritos, desenvolvimento de transtornos psicológicos e vícios associados ao trauma, contaminação daqueles que tiveram contato direto ou indireto com a lama, entre outros (FELIPPE et al., 2020). Ainda é importante destacar que a maioria classificada como "diretamente atingida" se autodeclara como não-branca – sendo a maioria composta por negros (pretos e pardos) –, esse é um fato que contribui para a recente discussão acerca do racismo ambiental e suas raízes estruturais presentes na sociedade brasileira (MILANEZ et al., 2019).

Com isso, é de suma importância a mobilização de grupos sociais que busquem ampliar a voz aos atingidos direta ou indiretamente por esses crimes. Esse tipo de mobilização deve ser tratado como uma possibilidade para populações que se sentem de alguma forma ameaçadas pela cadeia de produção minerária, injustiçadas e/ou sofrem certos danos velados. Também é uma oportunidade de denúncia e diálogo. O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) é o principal exemplo de resistência no

Brasil a favor dos atingidos por barragens, exercendo o papel de luta por direitos, propagação de informações/conhecimento acerca da temática e articulação legal, pressionando as autoridades acerca da segurança em barragens. Divulgações científicas e projetos de extensão promovidos pelas universidades também possuem valor ao dar suporte e material para que os indivíduos atingidos legitimem suas lutas – como as iniciativas do Minas de Lama e projetos comunitários de reconstrução territorial a partir da maquete-lousa (CARNEIRO, et al. 2019) realizado com a comunidade de Gesteira - Barra Longa-MG (atingida em 2015 na bacia do Córrego de Fundão). É nesta perspectiva que emerge a Cartografia Social, sendo uma alternativa para todos estes problemas já discutidos, ocasionados pela cadeia produtiva minerária. Todos os esforços necessários, que envolvem as comunidades próximas a estes grandes empreendimentos, são fundamentais para a luta e resistência na garantia de seus direitos.

Metodologia de Análise

A Cartografia Social possui um objetivo bem definido, qual seja, integrar outras perspectivas na elaboração de um mapa, confrontando abordagens heterônomas. Os múltiplos saberes oferecidos, por comunidades tradicionais ou por usuários de uma plataforma específica, muito contribuem para a utilização do mapa como instrumento reconhecido e válido na luta de diversas causas. Desde o início deste estudo, estabeleceu-se uma metodologia de análise baseada na ampla leitura de artigos e projetos que fizeram uso de técnicas de mapeamento associados a comunidades tradicionais. Por meio desta imersão no tema, observaram-se

algumas variáveis no que concerne à metodologia de aplicação e desenvolvimento de um projeto concatenado de Cartografia Social.

Dessa forma, foram selecionados 23 trabalhos publicados em periódicos de diversas áreas e que foram selecionados por meio de uma ampla revisão bibliográfica realizada em portais de busca e no Portal de Periódicos da CAPES. A seleção desses trabalhos levou em consideração o termo "Cartografia Social" no momento da busca em plataformas digitais. Esta análise buscou traçar padrões metodológicos e destacar procedimentos relevantes entre campos fundamentais para o exercício da Cartografia Social, tais como: para quem o projeto se direciona; quem são os cartógrafos; quem são os técnicos envolvidos; local onde a Cartografia Social foi desenvolvida; temas abordados; perspectivas teóricas; perspectivas conceituais; atividades realizadas; período contemplado; organização e procedimentos cartográficos; e produtos gerados.

- PARA QUEM SE DIRECIONA O PROJETO

A variável “Para quem se direciona o projeto” diz respeito às comunidades que estão no foco do estudo em análise. Normalmente os sujeitos envolvidos se encontram em algum tipo de fragilidade, contemplando principalmente a segregação socioespacial. De acordo com Acselrad e Coli (2008), a cartografia social serve a diferentes comunidades, dando destaque para atividades extrativistas, contribuição para reafirmação de grupos sociais atingidos por empreendimentos e para manejo e preservação da biodiversidade.

Dentro desta perspectiva, é possível observar que as comunidades tradicionais são os principais sujeitos dos projetos desenvolvidos em Cartografia Social. As diferentes metodologias empregadas junto às mais diversas comunidades analisadas tiveram

como objetivo promover a reflexão, o debate e a elaboração participativa de mapas que retratassem a realidade socioambiental e política daquele local. Tais sujeitos são essenciais para o desenvolvimento da Cartografia Social, uma vez que os técnicos e autores levam em consideração suas percepções e saberes culturais acerca dos conflitos e potencialidades do contexto espacial mapeado.

- QUEM SÃO OS CARTÓGRAFOS?

Essa variável diz respeito aos principais sujeitos do projeto, aos que fazem parte do grupo de atores sociais em questão e que participam de forma ativa. Com base em Sheppard (2008), em certos casos esses grupos necessitam de algum tipo de treinamento para guiar a abordagem geográfica e a elaboração de produtos cartográficos. Esses sujeitos, muitas vezes marginalizados, não possuem acesso a tecnologias ou conhecimento técnico para a produção de mapas. É preciso que o projeto e seus processos sejam pensados com consciência dessas limitações e seja guiado de acordo com a adaptabilidade do grupo, de forma que não os iniba a expressar seus conhecimentos.

- QUEM SÃO OS TÉCNICOS ENVOLVIDOS?

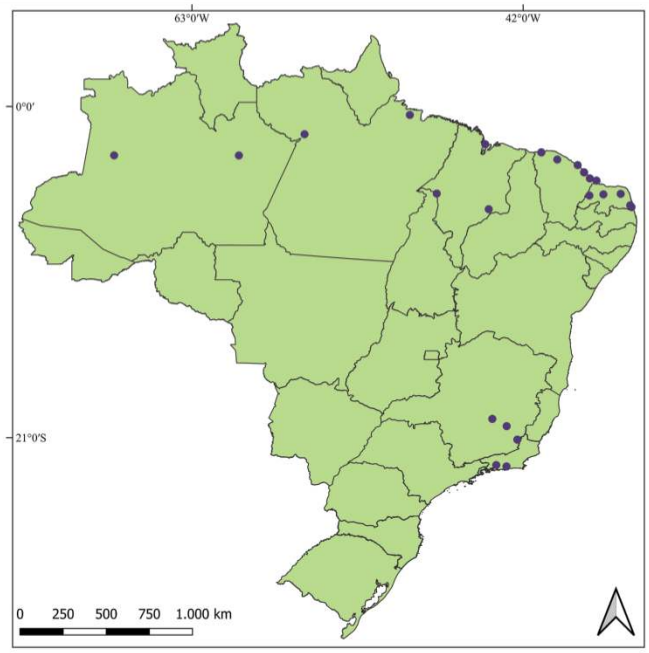
Essa variável se refere a quem assina os documentos cartográficos e orienta as comunidades em relação a elaboração dos produtos gerados. Esses são os profissionais que conduzem e orientam o projeto de acordo com os sujeitos envolvidos, sendo em sua grande maioria técnicos membros de laboratórios de cartografia e geoprocessamento, que também atuam como ministrantes das oficinas e treinamentos de capacitação cartográfica da população local. Também é valido pontuar o importante papel que a

universidade possui nesse tipo de atividade, uma vez que promove o encontro entre técnicos e estudantes com as comunidades, por meio de projetos de extensão e iniciação científica. Ressalta-se, ainda, o papel de movimentos sociais que abraçam proposta de ações diversas, incluindo a cartografia social, para o aprimoramento de sua militância.

- LOCAL

No campo "local", foram analisados os locais de exercício das técnicas de mapeamento participativo e Cartografia Social e/ou destino das informações reunidas pelos autores.

Imagem 1: Mapas das localidades dos artigos analisados



Autoria: elaboração própria.
Fonte: levantamento bibliográfico

Dentro desta perspectiva tão ampla, reforça-se a diversidade de situações nas quais as comunidades e sujeitos dos projetos se encontram. No entanto, a partir do recorte aqui definido, ou seja, que considera a análise dos 23 trabalhos levantados, nota-se que a maioria dos projetos desenvolvidos estão localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, conforme representado no mapa, o que reforça a presença de segmentos específicos e tradicionais nessas regiões, tais como: povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros. Em relação à região Sudeste, observou-se a presença de iniciativas voltadas para segmentos prejudicados pela desigualdade socioeconômica intrínseca ao desenvolvimento urbano, como iniciativas relacionadas à mineração, periferias e participação popular ligada à cidadania.

Cabe destaque ao estado do Ceará, onde foram desenvolvidos oito dos 23 projetos analisados, o que está em grande parte relacionado ao empenho e influência da Universidade Federal do Ceará (UFC) em praticar a Cartografia Social. Merece destaque, ainda, o papel da Universidade Estadual do Maranhão, que possui um programa de Pós-Graduação em Cartografia Social. Importante também citar que a mineração ganha espaço nesta discussão, pois cresce o número de projetos voltados para Cartografia Social envolvendo os atingidos por barragens e quaisquer povos que possam eventualmente sofrer com riscos inerentes ao circuito espacial produtivo da mineração.

- TEMAS

É notória a repressão sofrida por comunidades, principalmente tradicionais, que geralmente necessitam da gestão contínua de recursos naturais para sobrevivência e estão em contato direto com

a natureza. A consequência desta repressão é a violação de direitos históricos no que se refere ao uso e ocupação de terras, majoritariamente visíveis no avanço de empresas privadas ou governamentais sobre os gêneros de vida1 destas comunidades vulneráveis. Por se tratar de um universo diversificado de comunidades que podem utilizar da cartografia social para reivindicação de direitos, muitas se apropriam dessa metodologia em parceria com projetos acadêmicos. Sendo assim, é necessário que cada caso seja analisado com a população em questão.

Os temas são bastante variados e, segundo Crampton e Krygier (2008), a Cartografia Social tem grande abrangência por abarcar não somente a representação do espaço, mas também a produção socioespacial a partir dos sujeitos que a executam. É possível que variadas temáticas sejam abordadas, como as que foram observadas: conflitos socioambientais; mapeamento de comunidades minoritárias (indígenas, pesqueiras, quilombolas, periféricas urbanas, dentre outras); e como instrumento de autodeterminação. Com isso, pode-se tornar um instrumento de luta por direitos de diferentes causas, desde que relacionadas a uma espacialidade e um conflito iminente – seja qual for a origem deste. Dessa forma, o papel exercido pelos esforços de Cartografia Social muito se relaciona com a fragilidade que estas comunidades possuem em relação ao domínio e controle de recursos que historicamente sempre pertenceram a elas.

- PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Segundo Santos (2008), a identidade se caracteriza como um conjunto de repertórios de ação, língua e cultura que permite a um indivíduo reconhecer seus vínculos com determinado grupo sociocultural. Neste contexto, a Cartografia Social almeja novas

perspectivas para efetivar estratégias defensoras da identidade individual e coletiva. Dessa forma, os grupos e comunidades tradicionais que antes estavam marginalizados, encontram possibilidades para validar, a partir de seu local histórico de assentamento, um processo de resistência que objetiva integrar seus legados culturais ao propósito de construção da identidade e autonomia (SANTOS, 2008). Tal perspectiva defende a gestão social do território, valorização cultural, enaltecimento das potencialidades locais, denúncias a ameaças predatórias de modos de vida e às ameaças a territórios tradicionais. As variadas dimensões podem incluir lutas ambientais, políticas, econômicas, culturais, democráticas de direito, raciais, dentre outras.

Com base na bibliografia analisada, comumente a temática envolve a luta de sujeitos marginalizados ou minoritários frente ao sistema econômico que visa o capital e o lucro acima de tudo. Além disso, as questões voltadas para identidades e conflitos territoriais aparecem com muita recorrência. As abordagens epistemológicas mais frequentes dizem respeito ao Pensamento Decolonial, à Fenomenologia e à Teoria Marxista.

- ATIVIDADES REALIZADAS

Dentre as principais atividades analisadas, é possível destacar a importância da caracterização local e o reconhecimento de potencialidades e fragilidades. A partir disso, é importante que também sejam discutidas as demandas locais junto aos sujeitos. Nos trabalhos analisados também foram realizadas entrevistas e visitas técnicas, com o objetivo de integrar o território e a comunidade. Destaca-se que é interessante uma articulação direta entre os idealizadores do projeto com lideranças locais, facilitando a aceitação

e a elaboração/proposição de atividades que se mostrem pertinentes a partir de uma prévia fornecida por esses líderes. Com isso, dinâmicas diversas podem ser oferecidas por meio de oficinas e encontros, a fim de enriquecer o diálogo, tais como: jogos, debates, levantamento de características pertinentes, trocas de saberes e possíveis zoneamentos.

- PERÍODO CONTEMPLADO

Nota-se que a maioria das obras referentes a esta temática foram realizadas a partir do ano 2000, mesmo que resgate informações anteriores. Isso muito se deve ao advento da informática e integração do usuário com softwares necessários para o desenvolvimento de mapas digitais. No escopo do produzir um projeto de Cartografia Social, na maioria das vezes está previsto em sua ementa o uso de softwares de geoprocessamento para a elaboração dos mapas. Nessa perspectiva, encontra-se a etapa de traduzir o mapa produzido junto à comunidade para o meio digital. Com isso, o mapa recebe aperfeiçoamento e completa validação no que se refere às adequações necessárias para publicação e reinvindicação de direitos. Dessa forma, o campo da Cartografia Social ainda pode ser considerado recente, uma vez que engloba procedimentos e etapas que foram aperfeiçoadas com o uso de geotecnologias e geoprocessamento - área que teve seu boom a partir da década de 1980.

- ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS CARTOGRÁFICOS

Com base em Acselrad e Coli (2008), alguns procedimentos e técnicas da cartografia social são internacionalmente difundidos, tais como: utilização da matéria prima no chão; confecção de croquis; uso

de mapas em escalas diferentes para comparação; elaboração de maquetes; utilização de imagens de satélite; uso de GPS, uso de bases cartográficas para a introdução de elementos por parte da população e softwares vinculados a produção de mapas (SIGs ou mapas virtuais interativos). É importante frisar que essas atividades realizadas junto às comunidades, por meio de oficinas e encontros, buscam sempre a interação com os sujeitos e consequente troca de saberes.

Imagens do Google Earth são muito utilizadas e outras bases de dados cartográficos também se mostram presentes, como: IBGE, INPE, Google Maps e Open Street Map. A técnica de overlay, que consiste no uso de papel vegetal sobre um mapa para a realização de camadas de forma analógica (ROCHA et al., 2016), também se apresenta frequentemente no exercício da Cartografia Social, com a inserção de experiências e lembranças populares nesses produtos cartográficos. O principal software de geoprocessamento utilizado é o Quantum GIS (QGIS) – característico por ser um software livre e de programação aberta. É importante ressaltar que o geoprocessamento é uma das últimas etapas (opcional), comumente realizada pelos técnicos, que por sua vez, retornam com os resultados à comunidade para eventual aprovação e direcionamentos de uso.

- PRODUTOS GERADOS

Os produtos gerados pelos projetos de Cartografia Social possuem um objetivo convergente: auxiliar as comunidades na luta e resolução de seus conflitos socioambientais por meio de instrumentos cartográficos com aporte científico. A elaboração destes demonstra que o território habitado por estes povos não está necessariamente sujeito aos limites políticos exatos da área, e sim, até onde sua cultura e práticas sociais exercem influência. Para que os interesses

locais sejam efetivamente integrados por políticas públicas, é indispensável o desenvolvimento de mecanismos de chamada da população à participação.

A cartografia social não exige que exista um produto final ou algum procedimento específico para que seja validada. Portanto, é comum que as práticas e resultados sejam variados, bem como as causas que constituem os projetos que se utilizam dessa metodologia. Dentro desta perspectiva, constatou-se uma gama interessante de produtos gerados, sendo eles: diagnóstico das fragilidades e potencialidades; contribuições para a gestão do território; implementação de assessoria técnica à comunidade; sistema de consulta para os cidadãos através de um site com mapas voluntários; pedido de audiência pública junto a prefeituras; museus vivos; levantamentos estatísticos; proposta de banco de dados; vídeos; croquis; e principalmente, mapas sociais participativos e temáticos que representam a realidade e o contexto socioambiental da área estudada. Esses "produtos" são considerados por todo o processo que os envolve, despertando o sentimento de comunidade e munindo os sujeitos para a luta por direitos.

Considerações Finais

A Cartografia Social pode ser um grande instrumento na luta por direitos em comunidades fragilizadas, uma vez que essas não possuem aparatos suficientes para legitimar e respaldar suas causas. Além disso, esta também é uma forte abordagem que explora a coalizão e articulação interna, bem como a troca de saberes e disseminação de informações que são trocadas entre técnicos e sujeitos. As disputas territoriais acontecem de formas latentes e nem sempre os sujeitos que ali habitam a percebem, onde grandes

empreendimentos se utilizam da desinformação como estratégia; portanto, a prática da Cartografia Social também pode ser útil para gerar debates, na denúncia de ilegalidades e na reivindicação de direitos. Muitos grupos estão inseridos no universo da Cartografia Social, tais como: indígenas, quilombolas, agricultores, comunidades pesqueiras, ribeirinhas, dentre outros; também é muito importante que tenhamos atenção para comunidades afetadas pela mineração, uma vez que estas sofrem fortes pressões externas e são constantemente ameaçadas por empreendimentos minerários e desastres recorrentes no cenário nacional.

A importância da Cartografia Social pode ser expressada por meio de diversos produtos, tais como: mapas sociais; diagnósticos participativos de potencialidades e fragilidades; bancos de dados; inventários de recursos naturais; dentre inúmeros outros. Entretanto, a real importância deve ser manifestada através do legado que esta experiência pode proporcionar, o fornecimento de instrumentos físicos e legais para a luta por direitos de cada comunidade e a criação perspectivas positivas face às injustiças (principalmente ambientais) que assombram estes territórios em disputa.

A reflexão aqui realizada buscou balizar a discussão sobre Cartografia Social para, na sequência, analisar similitudes e diferenças entre as metodologias aplicadas ao longo de trabalhos lidos no levantamento bibliográfico, a fim de confirmar as múltiplas possibilidades que a Cartografia Social carrega consigo. É plural quanto aos sujeitos, quanto à equipe técnica, às localidades, conceitos-base, métodos e quanto aos produtos gerados. Isso mostra a ampla possibilidade de aplicações e também as variadas causas alcançáveis com tal prática que se pretende, ao máximo, envolver

sujeitos em situações decisivas. Com isso, contribui-se para o exercício da cidadania e dos direitos básicos, bem como o acesso à informação e produção de conhecimento com a experiência daqueles que vivenciam empiricamente o debate e as causas reivindicadas.

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, H., COLI, L. R. Disputas Cartográficas e disputas territoriais. In: Acselrad, H. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Ciência e Cultura*, v. 70, p. 58-61, 2018.

ARAÚJO, E. R.; FERNANDES, F. R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica.* Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016.

CAMPELLO, L.; SANTIAGO, M.; ANDRADE, S. A *Valorização da Identidade Cultural como Desafio à Concretização do Direito ao Desenvolvimento.* Revista de Direito Brasileira, v. 19, n. 8 (2018).

CARNEIRO, K. G.; DE SOUZA, T. R.; MELO, T. L. *Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades - o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG*. Indisciplinar, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 286–321, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32585. Acesso em: 8 set. 2021.

COLCHESTER, M. *O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático*. WRM Boletim nº 63. Outubro de 2002. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-mapeamento-como-ferramenta-para-garantir-o-controle-comunitario-alguns-ensinamentos-do-sudeste-asiatico/>. Acesso em: 08 de set. de 2021.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: Acselrad, H. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR. 2008. P. 85-111.

DUARTE, P. A. *Fundamentos de Cartografia*. 2ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FELIPPE, M. F.; COSTA, A.; GONCALVES, R. J. A. F.; GUIMARÃES, I. P. M. B.; OLIVEIRA, G. B.; MACHADO, A. C. A. R.; REIS, L. A.; REZENDE, M. O. MINAS DE LAMA: *Relatório da expedição geográfica no vale do rio Paraopeba*. Juiz de Fora-MG, 2020.

GARCIA, J. C. (coord.). *A história da cartografia na obra do 2.º Visconde de Santarém*. Exposição cartobibliográfica, Maria Joaquina Feijoo (coord. científica-técnica), Biblioteca Nacional, Lisboa, 105 [7] p.; il. color. 2006.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A. *A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Rede Mobilizadores* ; 09 fev. 2014. Entrevista concedida a Eliane Araújo. Disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/?eixo=>. Acesso em 14/10/2020.

IBRAM. *Infográfico Mineração em Números* – Segundo Trimestre de 2020. Portal da Mineração. 2020. Disponível em: <https://portaldamineracao.com.br/wpcontent/uploads/2020/07/Infogr%C3%A1fico-Minera%C3%A7%C3%A3o-em-N%C3%BAmeros-2%C2%BATRI2020-1-1.pdf>. Acesso em: 02/01/2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Não foi acidente, é crime! O rompimento da Barragem de Brumadinho (MG), no Brasil*. Brasil de Fato. 01 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/nao-foi-acidente-e-crime-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-mg-no-brasil>. Acesso em: 02/01/2021.

IORIO, G. S.; MAGNO, L. *Cartografia Social e Diversidade Territorial no Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro*. XIII ENANPEGE, A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo: set. 2019.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: Acselrad, H. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR. 2008. p. 45-69.

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica?. In.: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias Sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008, pp. 153-167.

MAB- *Movimento dos Atingidos por Barragem*. Disponível em: <https://mab.org.br/>. Acesso em: 03/01/2021.

MASCARELLO, M. A.; SANTOS, C. F.; BARBOSA, A. L. O. *Mapas... Por que? Por quem? Para quem?* In.: Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais. Recife-PE, v. 7, n. 1, 2018, pp. 126-141.

MILANEZ, B. et al. (2019). *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba.* Versos - Textos para Discussão. PoEMAS, 3(1), 1-114.

Minas de Lama. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/minasdelama/home?authuser=0>. Acesso em: 03/01/2021.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (org.). *Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-516.

ROCHA, B. T. G.; LADIM NETO, F. O.; MEIRELES, A. J. A.; GORAYEB, A. *Conflitos socioambientais no campo em Apodi-RN: contribuições propositivas da cartografia social*. Revista Geografar, Curitiba, v.11, n.1 (V CBEAGT), p. 99-112, jul./2016.

SANTOS, Adalberto Silva. *Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade.* 2008. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, mai. 2008.

SANTOS, C. N. dos; TAFFAREL, C. C. *Autonomia municipal, poder local e participação popular.* JUSTIÇA DO DIREITO, v. 27, n. 2, jul./dez. 2013 - p. 275-297.

SHEPPARD, E. Produção de conhecimento através do sistema de informação geográfica (SIG) crítico: genealogia e perspectivas. In:

Acselrad, H. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR. 2008. p. 113-151.

SOUZA, M. L. de. *Autogestão, "Autoplanejamento", Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*. CIDADES, v. 9, n. 15, 2012.

VIEIRA, E. A. *A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil*. Estação Científica (UNIFAP). Macapá, v. 1, n. 2, p. 01-15, 2011.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; MILANEZ, B.; PINTO, R. G. *Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais*. Ciência e Cultura, São Paulo: v.68, n.3, jul/set. 2016.

Submetido em: 23 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 14 de julho de 2022.
Aprovado em: 29 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

BATELLA, W. B.; BRAGA, D. A.; CARVALHO, V. C. C. de. Interseções entre cartografia social e territórios da mineração. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 471–504, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2275.

PERCEPÇÃO DO RISCO DE RUPTURA DA BARRAGEM GARGALHEIRAS E A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARI, RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL

PERCEPTION OF THE RISK OF GARGALHEIRAS DAM RUPTURE AND VULNERABILITY OF THE POPULATION IN ACARI, RIO GRANDE DO NORTE - BRAZIL

PERCEPCIÓN DEL RIESGO DE RUPTURA DE LA PRESA GARGALHEIRAS Y VULNERABILIDAD DE LA POBLACIÓN DEL MUNICIPIO DE ACARI, RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL

Jhonathan Lima de Souza
Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: j234501@dac.unicamp.br

Ana Caroline Damasceno Souza
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: carolsouza.geo@gmail.com

Eduardo José Marandola Jr.
Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp
E-mail: eduardo.marandola@fca.unicamp.br

Lutiane Queiroz de Almeida
Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: lutianealmeida@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é avaliar a percepção da população de Acari/RN em relação à possibilidade de uma ruptura da barragem Gargalheiras, em decorrência das anomalias que se apresentam na estrutura do maciço. Para alcançar o objetivo central, esse estudo contou com o embasamento teórico dos estudos de riscos e vulnerabilidades voltados à percepção, assim optou-se como meios metodológicos de auxílio da análise, a aplicação de questionários junto a população e compilação das respostas de maneira relacionada umas com as outras, por meio de tabelas de referência cruzada. A partir disso, foi possível constatar que a população teria recursos de optar morar fora da área de riscos, mas ainda assim resistem em ficar. Constatou-se que essas pessoas não se lembram dos últimos danos provocados pela última cheia do rio, e por acreditarem que há monitoramento e reparos periódicos na barragem, permanecem em suas casas. Dessa forma, percebe-se que há a importância da coleta de informações sobre os riscos junto a população, para saber das suas experiências e vivências com o lugar, a fim de criar estratégias para lidarem com os riscos e a vulnerabilidade diante do perigo de ruptura da barragem.

Palavras-chave: Vulnerabilidade, geografia dos riscos, percepção de risco, Semiárido.

Abstract:

The objective of this work is to evaluate the perception of the population of Acari/RN about the possibility of a rupture of the Gargalheiras dam, due to the anomalies that appear in the structure of the massif. To reach the central objective, this study had the theoretical basis of the studies of risks and vulnerabilities focused on perception, analysis, application of questionnaires to the population and compilation of responses in a related way with each other, through cross-reference tables. From this, it was possible to verify that the population would have the resources to choose to live outside the risk area, but still resist staying. Since these people do not remember the last damage caused by the last flood of the river, and because they believe that there is periodic monitoring and repairs to the dam. In this way, it is clear that it is important to collect information about the risks from the population, to learn about their experiences and experiences with the place, in order to create strategies to deal with the risks and vulnerability in the face of the danger of rupture. of the dam.

Keywords: Vulnerability, risk geography, risk perception, Semiarid.

Resumen:

El objetivo de este trabajo es evaluar la percepción de la población de Acari/RN sobre la posibilidad de ruptura de la presa de Gargalheiras, debido a las anomalías que aparecen en la estructura del macizo. Para alcanzar el objetivo central, este estudio contó con la base teórica de los estudios de riesgos y vulnerabilidades enfocados en la percepción, aplicación de cuestionarios a la población y recopilación de respuestas de forma relacionada entre sí, a través de tablas de referencias cruzadas. A partir de eso, fue posible verificar que la población tendría los recursos para optar por vivir fuera del área de riesgo, pero aún se resiste a quedarse. Ya que estas personas no recuerdan los últimos daños causados por la última crecida del río, y porque creen que hay un seguimiento y reparación periódica de la presa. De esta forma, queda claro que es importante recabar información sobre los riesgos de la población, conocer sus vivencias y vivencias con el lugar, con el fin de generar estrategias para enfrentar los riesgos y la vulnerabilidad ante el peligro. de ruptura de la presa.

Palabras-clave: vulnerabilidad, geografía del riesgos, percepción del riesgo, Semi árido.

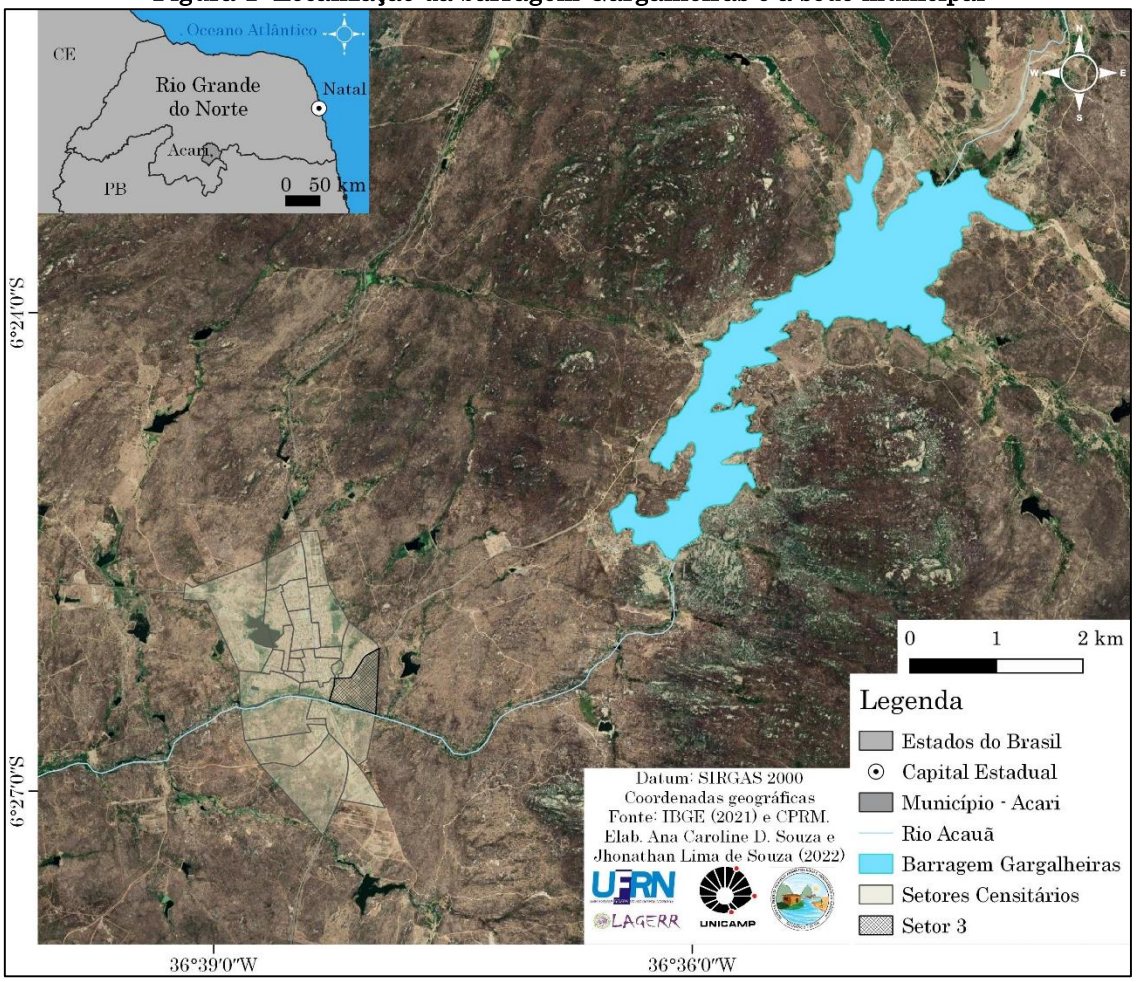
Introdução

Localizada no município de Acari, Rio Grande do Norte, a barragem Gargalheiras entrou em operação no ano de 1959. Tal empreendimento serve como uma barreira artificial no rio Acauã, tendo sua finalidade para os usos múltiplos, como, por exemplo, manancial que abastece os municípios de Acari e Currais Novos. Entretanto, em seus quase 60 anos de operação, a barragem Gargalheiras passou por apenas cinco inspeções de avaliação de desempenho e avarias estruturais, sendo quatro por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e uma pela Agência Nacional de Águas (ANA). Como resultados, uma apresentou nível de normalidade, três apresentaram nível de atenção e uma apresentou nível de alerta, o que aponta para a deterioração da estrutura.

No último relatório de inspeção expedido pela ANA, em 2015 foram detectadas algumas patologias na estrutura do maciço Gargalheiras, tais como: Trincas e fissuras na parede interna da galeria de inspeção; Trincas, fissuras e juntas danificadas no paramento de montante e jusante; Iluminação e instalações elétricas precárias no interior da galeria e na escada de acesso à sala de comando das comportas (ANA, 2015).

A barragem Gargalheiras detém a capacidade volumétrica de armazenamento de água da ordem de 44 milhões de metros cúbicos aproximadamente, suficiente para atingir diretamente a cidade (como onda de cheia ou coluna de água), em caso de um colapso estrutural que provoque o rompimento da barragem. Os fatores de localização da barragem a montante da cidade, e a passagem do rio Acauã por seu território urbano a jusante, causaria um desastre de grandes proporções. A figura 1 mostra o mapa do município de Acari em relação ao rio Acauã e o barramento do Gargalheiras.

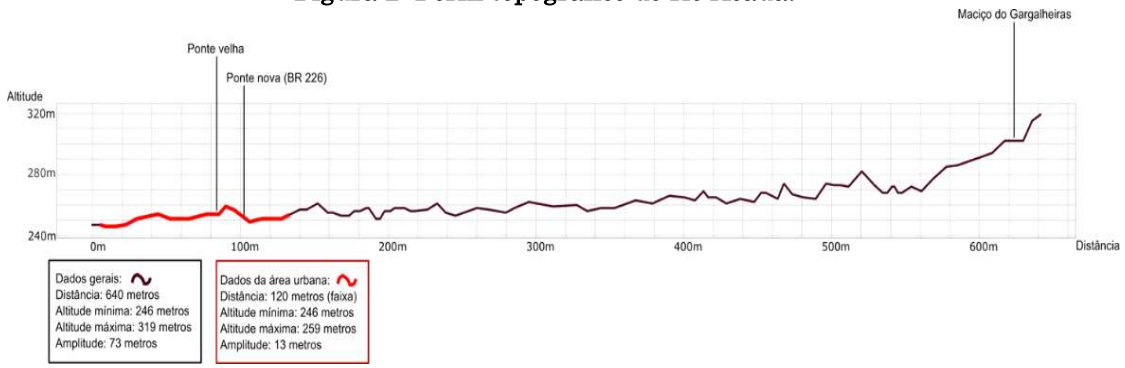
Figura 1: Localização da barragem Gargalheiras e a sede municipal



Fonte: Autores (2022).

Já na figura 2 pode ser visualizado a proximidade da sede municipal (bairros: Ary de Pinho, Centro, Luiz Gonzaga e Petrópolis) a jusante da barragem, aproximadamente 640 metros e 73 metros abaixo em relação ao maciço.

Figura 2: Perfil topográfico do rio Acauã.



Fonte: Autores.

Diante deste cenário de risco, é necessário construir estratégias de enfrentamento, as quais passam pelo desenvolvimento, ampliação ou reforço (a depender da situação) da resiliência da população, o que implica compreender os processos de constituição de sua vulnerabilidade (MARANDOLA JR, 2009; ALMEIDA, 2011). Este vínculo entre riscos, resiliência e vulnerabilidade, no caso das relações população e ambiente, têm sido considerados centrais para a compreensão dos processos de mudanças ambientais (HOGAN, 2005), bem como para a implementação de ações práticas de construção de políticas ambientais, seja na defesa dos estudos de base local (*place-based studies*) (MARGAI, 2010), de discussão das políticas globais de mudanças ambientais (GIDDENS, 2010) ou dos riscos e perigos ambientais (SMITH, 2004).

Em todos estes casos, a percepção da população acerca dos problemas é fundamental para a compreensão dos riscos e da própria constituição da vulnerabilidade. A percepção do ambiente constitui fenômeno imprescindível nesta complexa gama de relações que permeiam os riscos ambientais e a vulnerabilidade. Desta forma, o objetivo deste trabalho é avaliar a percepção da população de Acari/RN sobre a possibilidade de uma ruptura da barragem Gargalheiras, em decorrência das anomalias que se apresentam na estrutura do maciço.

Este artigo faz parte de um projeto mais amplo que envolve os seis setores censitários às margens do rio Acauã. A *priori* o setor censitário 3 foi selecionado pela qualidade de dados para serem discutidos, tendo em vista que este é o setor (3) mais próximo à barragem (aproximadamente 600m de distância) o que o tornaria o primeiro a ser atingido pela onda de cheia em caso de ruptura da barragem, além de serem localizados prédios residenciais e edificações de serviços públicos, como o hospital municipal, uma unidade de saúde básica, a única agência bancária da cidade e a Câmara municipal.

Vulnerabilidade e percepção de risco

Os estudos da geografia dos riscos, entre suas diferentes tendências e perspectivas, apresentam a reivindicação da importância do lugar enquanto escala que permite a compreensão do modo como diferentes processos e fenômenos se articulam em uma dada realidade geográfica. É conhecida a defesa de Cutter (1996) da importância desta perspectiva, o que se mostra de outras maneiras em estudos

diferentes como o de Margai (2010) sobre perigos relacionados à saúde ambiental e suas relações com a raça, o de Marandola Jr. e Modesto (2012) sobre os perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar ou ainda o de Almeida (2012) em sua proposição de um índice de vulnerabilidade socioambiental para as cidades brasileiras.

Estes estudos têm em comum uma problematização dos conceitos de risco e vulnerabilidade, de um lado, e um esforço de operacionalização de tais conceitos em estudos de forte base geográfica, de outro. O risco pode ser definido como "a percepção de um indivíduo da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências são em função da vulnerabilidade intrínseca desse grupo ou indivíduo" (VEYRET, 2007, p. 24), referindo-se "à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não determinados, e à maneira como estes processos afetam (direta ou indiretamente) a vida humana" (CASTRO et al., 2005, p. 12).

Já a vulnerabilidade, podemos lembrar da definição proposta pela *International Strategy for Disaster Reduction* (ISDR), que apresenta vulnerabilidade como "um conjunto de condições e processos resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a susceptibilidade de uma comunidade ao impacto de perigos" (ISDR, 2002 *apud* BOGARDI, 2004, p. 362).

Dito isso, Veyret (2007) expõe a equação global, onde o risco é o fruto da relação entre o perigo e a vulnerabilidade, R(f) = P versus V. Neste estudo o risco se apresenta em virtude do perigo de ruptura da barragem Gargalheiras devido às suas condições estruturais, e a vulnerabilidade se mostra na (in)capacidade de agir no momento do evento, seja pela ausência de uma coordenadoria municipal de proteção e defesa civil, para articular as ações de emergência e de contingenciamento, seja por outros elementos que afetam a percepção da população do próprio risco.

É neste sentido que a percepção do risco não pode ser compreendida apenas como um índice ou dado, pois ela articula elementos psicossociais, ambientais e geográficos. Sentir-se em risco envolve perceber uma ameaça, o que não é nem da esfera de uma subjetividade absoluta, nem de uma objetividade técnica: diz respeito tanto à interpretação de uma experiência vivida quanto os mecanismos sociais de produção e comunicação dos riscos.

Na Geografia, há o exercício do emprego de estudos voltados não apenas aos aspectos naturais, desta forma, as análises passam a colocar o ser humano como

protagonista ou parte integrada do mundo. Assim, para entender o lugar como um espaço vivido, um lugar de vida é preciso pensar o lugar a partir das concepções das pessoas que nele vivem (TUAN, 2012).

Na perspectiva de Wiedemann (1993), no campo dos estudos de risco, a percepção se refere a uma capacidade interpretativa de um possível evento à saúde ou a vida do sujeito ou de um grupo de indivíduos, cuja interpretação está pautada em experiências anteriores a um possível fato futuro. Whyte (1985) coloca que a percepção de riscos seria o processo pelo qual os riscos são intuitivamente compreendidos e avaliados. Esse processo pode ser elencando pelos pesquisadores pelo viés objetivo e real, ou por vias da intuição (SOUZA; ZANELLA, 2009).

Em face do exposto, lidar com a percepção de risco não é apenas uma questão de objetivar o grau de consciência da dimensão da ameaça, mas buscar compreender os elementos que contribuem para determinada interpretação do risco. A percepção não seria um mero dado, mas a revelação de articulações de escalas de sentidos entre vivências e representações. Assim, é fundamental considerar o papel da população local nas avaliações (KATES, 1978).

Dessa forma, a percepção de risco se torna um elemento balizador nas decisões de enfrentamento às ameaças, o que pode surtir efeitos no âmbito comunitário, onde a relação entre o objetivo e o subjetivo se faz presente (SOUZA; ZANELLA, 2009).

A percepção dos riscos está associada à experiência de lugar e aos conhecimentos compartilhados na vivência social. Longe de ser um fenômeno do indivíduo, a percepção do risco é reveladora de aspectos culturais, sociais e políticos da forma como o risco se apresenta e é valorado por determinada população ou comunidade. Souza e Zanella (2009) mostram este aspecto da percepção de risco, resgatando a tradição da geografia dos riscos em sua íntima relação com a percepção do ambiente. Esta perspectiva está para além da dicotomização homem-meio, recebendo um tratamento fenomenológico que potencializa as imbricações relacionais da percepção para além dos dados objetivos. O resultado é a ênfase nas vivências cotidianas que se mostram pela percepção (SANTOS; SOUZA, 2015).

Ao tratar da barragem Gargalheiras, a população de Acari se mostrou muito preocupada com o estado da estrutura. Segundo relatos dos moradores, desde que a barragem foi construída existem rumores de que ela poderia romper, resultando na inundação da cidade, com apenas a torre da Igreja de Nossa Senhora da Guia

descoberta. Ao longo do tempo, essas representações foram deixadas para trás. As novas gerações de acarienses não relatam muito essas histórias de possível ruptura da barragem.

Com a intensificação severa da seca, o volume hídrico da barragem diminuiu, colocando à mostra as rachaduras antes ocultas pela água. A força imagética da barragem seca, apresentando rachadura em sua parece, catalisou a percepção do risco a partir de uma paisagem que se tornou de medo (TUAN, 2005), atualizando a preocupação de que o Gargalheiras possa vir a se romper.

Muito foi discutido em reuniões organizadas pela comunidade e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBHCPA), no intuito de chamar a atenção da população para os riscos provocados pela falta de manutenção na barragem, incentivando a sociedade civil organizada para cobrar do DNOCS a reforma da barragem. Como foi visto, o apelo da população ecoou e alguns reparos estão sendo feitos na parede da barragem.

Todavia, é preciso o monitoramento e a manutenção periódica das estruturas, pois elas encontram-se expostas às intempéries severas do semiárido. Se faz necessário também um estudo mais profundo com radares geofísicos para verificar se a oxidação da ombreira e as fundações estão livres de riscos. Além disso, é importante a transparência das informações para que a sociedade acariense tenha acesso à situação e cobre ações de reparos na barragem, no sentido de minimizar os riscos de ruptura.

É nesse sentido que, com o afloramento dos sentidos, a população acariense percebeu que havia algo errado: não é preciso ser um engenheiro barragista para saber que rachaduras e armações à mostra não são bons sinais de conservação na parede de uma barragem. No entanto, é preciso compreender os elementos que constituem a percepção do risco, não para avaliar a percepção, mas para construir respostas para a vulnerabilidade da população diante de tal perigo.

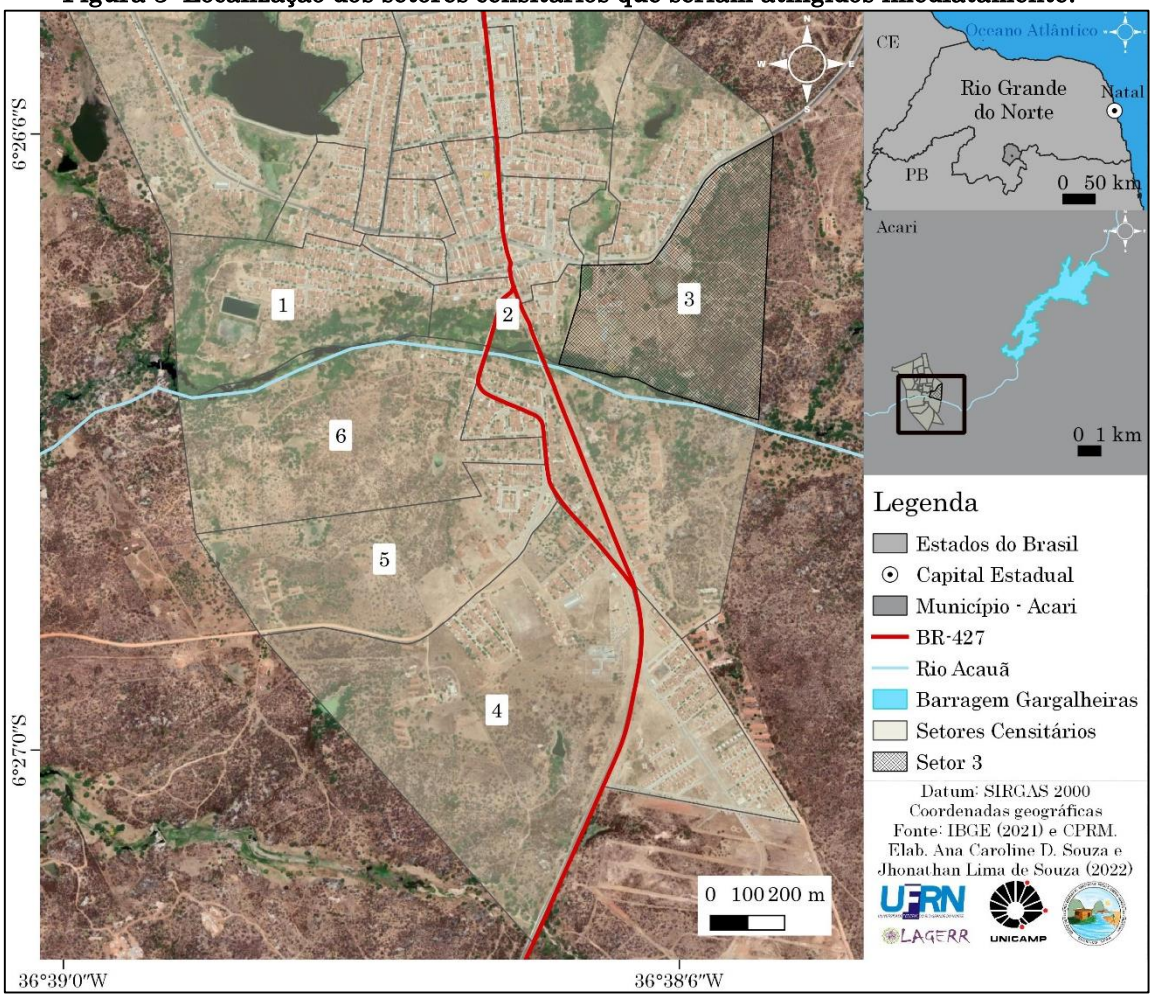
Metodologia

A pesquisa expressa um esforço de integrar a temática da percepção de riscos com o tema de segurança de barragens, desta forma o estudo corrobora para colocar esse debate em evidência, em razão da urgência do tema visto que o Brasil é palco de inúmeros casos de rompimento de barragens com vítimas fatais.

Dessa forma foi definida como área de estudo a barragem Gargalheiras, localizada no município de Acari, bem como os setores censitários nas adjacências do rio Acauã, no trecho urbano a jusante da barragem. Essa escolha tomou como base o relatório da ANA (2015), que relatava presença de patologias na estrutura do maciço Gargalheiras, a importância da barragem para o Seridó, e o risco empregado à população a jusante.

Ao consultar a cartografia digital do IBGE – Sinopse Setores Censitários, localizamos e definimos seis setores (figura 3) que, possivelmente, poderiam ser afetados por uma onda de cheia em caso de ruptura do Gargalheiras, residindo cerca de 3 mil habitantes, representados pelos bairros Ary de Pinho, Centro, Luiz Gonzaga e Petrópolis (IBGE, 2010). Para a realização desta pesquisa definimos o setor 3 por ser o setor mais próximo a barragem (aproximadamente 600m).

Figura 3: Localização dos setores censitários que seriam atingidos imediatamente.



Fonte: Autores (2022).

Para efetuar os procedimentos estatísticos, foram extraídos dados secundários do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que serviram para fazer os cálculos para determinar a taxa de crescimento do Município de Acari/RN, e, após isso, foi feita uma projeção geométrica, e em seguida, a interpolação para cada setor da área de estudo. Na sequência, aplicou-se o cálculo para obter o número de questionários que deveriam ser aplicados em cada setor censitário. Para esses procedimentos foram usados os trabalhos de Crespo (2002) e Barbetta (2002), que nortearam os processos.

Variáveis já obtidas no pré-cálculo:

Ano inicial = 2010 (censo)

Ano final = 2017 (ano completo anterior à data da pesquisa)

$E0^2 = 0,04$ (o erro considerável pelo padrão internacional é de 4%)

Pn 2017 = 11.333 (população de Acari atual)

P0 2010 = 11.035 (população de Acari no censo 2010)

n = ano final – ano inicial => n = 2017 – 2010 = 7

População do setor censitário 3 (2400109050000007) em 2010 = 239.

Após ter o conhecimento prévio das variáveis supracitadas, aplicou-se o passo a passo.

Primeiro, deve-se calcular o (r) que representa a taxa de crescimento do município de Acari. Para isso aplicou-se a fórmula:

$$r = \left[\frac{P_n}{P_0}\right]^{1/n} - 1$$

r = [(11.333)/(11.035)] ^ (1/7) – 1

r = [(11.333)^(1/7) / (11.035)^(1/7)] – 1

r = [(3,7948) / (3,7804)] – 1

r = [1,0038] – 1

r = 0,0038

Em porcentagem, a taxa pode ser multiplicada por 100:

Taxa = 0,0038 * 100

Taxa = 0,38 % (taxa de crescimento do município de Acari)

Na sequência, foi aplicada a fórmula da projeção geométrica para calcular a população atual do Setor 3, que é 2400109050000007. O cálculo é dado pela seguinte fórmula:

$$P_n = P_0(1+r)^n$$

Pn Setor 2017 = P0 Setor 2010 * (1 + r)^(n)

Pn = 239 * (1 + 0,0038)^(7)

Pn = 239 * (1,0038)^(7)

Pn = 239 * 1,0269

Pn = 245,42

Pn = 245

Após esse procedimento, o erro aceitável deve ser calculado, com base em conversões internacionais. Atribuímos a taxa do erro tolerável de 4% (0,04). A equação é dada pela seguinte fórmula:

n° = 1/(E0)^(2)

n° = 1/0,04

n° = 25

Depois, foi realizado o refinamento da amostra, com a seguinte fórmula:

n° = Erro aceitável, 25.

N = número já projetado para o setor 3 (2400109050000007), 245 pessoas.

n = (N * n°) / (N + n°)

n = (245 * 25) / (245 + 25)

n = 6125 / 270

n = 22,68

n = 23 (número da amostra para o Setor 3)

De maneira análoga, obtivemos os resultados para os demais setores da área de estudo, assim representado pela tabela 2.

Com relação às escolhas das variáveis de percepção, foi utilizado o trabalho de Oliveira (2018), para entender as concepções de percepção e elencar as perguntas do questionário. No total foram formuladas 15 variáveis, divididas em cinco grupos:

- **Geral**, contemplando informações sociodemográficas;
- **Lembrança do Risco**, que contempla a memória das pessoas da última inundação;
- **Pré-Impacto**, referentes as ações antes do desastre;

- **Impacto**, com as variáveis referentes à fase da iminência do desastre; e
- **Atenuação**, referente ao pós-desastre, às medidas de resposta e mitigação do impacto.

Para a aplicação dos questionários, a equipe contou com quatro integrantes que se deslocaram até o município de Acari, com recursos próprios. Já no município, a equipe de campo contou com o apoio logístico da Secretaria Municipal de Educação de Acari, a qual deixou um veículo e um motorista à disposição da equipe em tempo integral, durante os dois dias de aplicação dos questionários, em 11 e 12 de maio de 2018.

No campo, 23 amostras foram coletadas no setor 3. O parâmetro foi aplicar os questionários na rua principal do setor censitário. Caso na rua principal do setor censitário não se conseguisse aplicar todos os questionários, esses passariam a ser aplicados na segunda e terceira ruas principais, sucessivamente, até completar a amostra. O questionário levou em conta a média de aproximadamente cinco minutos para sua aplicação e teve boa aceitação da comunidade local, tendo em vista a preocupação da população com o tema estudado.

Na fase de tratamento dos dados, foi realizado o gerenciamento do banco de dados. Inicialmente foi feito um dicionário das variáveis do questionário, a fim de codificar e categorizar as respostas. O dicionário de variáveis foi uma ferramenta importante de consulta ao logo de todo o processo de tratamento dos dados. O qual apresenta a classificação de cada alternativa e atribuí um código numérico inteiro, no intuito de facilitar na tabulação e exportação dos dados.

Após a conversão das alternativas em códigos, esses foram repassados para o *Software* Microsoft Excel e tabulados em colunas, representando as perguntas do questionário. Nas linhas foram colocadas cada amostra coletada. Assim, a matriz foi realizada para o setor censitário.

Após o gerenciamento do banco de dados, foi realizado o processamento dos dados no *Software* IBM SPSS na versão *student*, uma ferramenta de auxílio estatístico para tratamento de cálculos de frequência e cruzamento de variáveis. Dessa forma, os dados foram importados do Microsoft Excel para o IBM SPSS e, com isso, foram realizados os procedimentos de distribuição de frequência. Após a importação dos dados, foi realizado o comando no programa para escolher o tratamento de cada setor separadamente.

Dessa maneira, as tabelas com os dados já processados, com as porcentagens em frequências de casos, porcentagem válida e a porcentagem acumulada. Neste caso trabalhamos com a porcentagem válida por ser o número mais próximo do método de média.

O próximo passo foi aplicar o mecanismo de referências cruzadas no SPSS, por meio dos comandos de distribuição de frequência (Analisar >> Estatística descritiva >> Tabela de referência cruzada>> Escolha das variáveis). Esse método serve para avaliar uma variável e correlacionar seu comportamento com alguma outra, possibilitando uma análise integrada, relacional, e com isso, facilitar a análise em um contexto maior, visto que uma variável poderia ter seu comportamento explicado por uma outra. No total, foram escolhidas 15 variáveis a serem cruzadas, totalizando oito tabelas de referência cruzada, os critérios usados foram correlacionar aspectos socioeconômicos, com percepção de risco, com lembrança do risco, etapas de pré-durante-pós desastre.

Para que as tabelas de referência cruzada fossem geradas, foi utilizado o recurso da estatística descritiva ainda no IBM SPSS. A partir disso será possível ver a tabela com as porcentagens válidas, cada variável ficará no eixo de linhas e a outra no eixo de colunas.

Na sequência foi feita uma classificação qualitativa com o critério de amplitude da variação do intervalo, entre o menor número da tabela e o maior. Assim foram categorizados em baixo (verde), médio (laranja) e alto (vermelho) tendo o valor da amplitude dividido em frações igualmente aproximadas, representada pela tabela 1. Assim, a percepção da população por setores censitários pode ser mais compreendida com esse método.

Tabela 1: Tabela de referência cruzada com as classes.

V9 x V14		V14				
		0	1	3	4	5
V9	0	50,0%	5,6%	11,1%	22,2%	11,1%
	1	20,0%	20,0%	40,0%	0,0%	20,0%
	2	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Legenda	
Intervalo	Categoria
0 - 33	Baixo
34 - 67	Médio
68 - 100	Alta

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O cruzamento das variáveis V9 (situação da casa) relacionada com a variável V14 (motivo de morar no lugar) gerou diferentes resultados, os qual foram apresentados pelas cores dentro de um intervalo estabelecido. É evidente que cada tabela terá seu valor e amplitude do intervalo diferente, gerando assim produtos distintos dentro das categorias baixo, médio e alta.

A análise se pautou por uma interpretação relacional, buscando nexos compreensivos a partir das características dos setores, do perfil sociodemográfico e das articulações entre as respostas. Trata-se de uma estratégia de análise por cruzamentos, evitando assim atomizar as respostas, o que pode produzir leituras descontextualizadas. Desta forma, os resultados serão tratados, de forma sistemática, a partir dos cruzamentos das variáveis que mais tiveram peso na análise da população.

Resultados e discussões

A percepção de risco é fruto de um processo, que contempla as experiências do indivíduo com sua capacidade de se colocar face ao risco. As respostas coletadas no questionário operam como indicativos de sentidos compartilhados, relevando uma representação da percepção.

Para um melhor entendimento, a discussão segue as categorias da ordem das variáveis do questionário, a saber: Geral, Lembrança do risco, Pré-impacto, Impacto e Atenuação.

Geral: as tabelas 2 e 3 trazem elementos que remetem as condições socioeconômicas desse setor censitário. As quais, destacam que a grande parte desse grupo social detém uma renda considerável ou elevada para os padrões locais, onde essa renda advém do próprio trabalho. Além disso, as residências são próprias. Com essas informações, é possível inferir que do ponto de vista monetário essa parcela da população detém maiores recursos para lidarem com um possível desastre. Embora possam ter prejuízos nos seus imóveis, com essa renda é capaz de irem morar, por meio de aluguel em outros bairros fora da área de impacto.

Tabela 2: Relação entre renda da casa e auxílio governamental.

V7 x V31		Recebem auxílio do gov. Federal		Intervalo	Categoria
		Não	Sim		
Renda total da casa	Nenhuma	50,0%	50,0%		
	Até 1 salário mínimo	50,0%	50,0%	0 - 33	Baixo
	De 1 a 3 salários mínimos	100,0%	0,0%	34 - 67	Médio
	De 3 a 6 salários mínimos	100,0%	0,0%	68 - 100	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Tabela 3: Relação entre situação do imóvel e o lugar de moradia.

V9 x V14		Motivo de morar no lugar						Intervalo	Categoria
		Terreno mais barato	Posse	Conjunto da prefeitura	Mais perto do centro	Perto da família	Outro	0 - 16,66	Baixo
Situação da casa	Própria	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,67 - 33,3	Médio
	Alugada	5,3%	21,1%	5,3%	36,8%	15,8%	15,8%	33,34 - 50	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Lembrança do risco: a tabela 4 permite perceber que embora a população a conviva com a possibilidade de um possível desastre que possa ocorrer, evolvendo a ruptura da barragem, a grande maioria das pessoas não se recorda das últimas inundações do rio Acauã, bem como não lembram de danos. Esse fato, pode estar atrelado aos últimos anos de seca que tornou o rio perene por muitos anos, fazendo com que a população não tenha essa sensação de risco iminente e com isso, construindo suas casas na área de proteção ambiental do rio, ou até mesmo dentro da calha do rio. Assim, estando diretamente expostos ao perigo.

Tabela 4: Relação entre a última inundação e danos acometidos.

V15 x V16		Lembrança se houve dano na última inundação		Intervalo	Categoria
		Não	Sim	0 - 27,2	Baixo
Lembrança do período da última inundação	Não	72,7%	27,3%	27,3 - 54,5	Médio
	Sim	81,8%	18,2%	54,6 - 81,8	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Percepção do risco: assim como já falado na tabela 4, as informações apresentadas pelas respostas da população nas variáveis da tabela 5, pode crer que o fato da população residir perto das margens do rio, está associada ao fato de se sentirem segura e acreditarem que há acompanhamento e manutenções preventivas na barragem, fato esse que diverge com a realidade.

Tabela 5: Relação do medo de cheias no rio e a manutenção da barragem.

V17 x V19		Acreditam que há monitoramento e manutenção regular na barragem			Intervalo	Categoria
		Não	Sim	Outro	0 - 16,66	Baixo
Sentimento de segurança ao morar próximo ao rio	Não	50,0%	50,0%	0,0%	16,67 - 33,33	Médio
	Sim	50,0%	41,7%	8,3%	33,34 - 50	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Pré-impacto: pode-se perceber que na tabela 6, que embora a população tenha a preocupação com a possibilidade de rompimento da barragem, a mesma população recorre a meios de comunicação pouco eficientes em caso de um

rompimento de uma barragem, cuja cidade está a 600 metros a jusante do maciço. Dentro dos métodos mais utilizados e eficazes pela Defesa Civil em áreas de riscos, as ferramentas das sirenes de emergência tendem a ser um mecanismo de maior rapidez para evacuações. Ao contrário de do uso de aplicativos de mensagens instantâneas, visto que a bateria do celular pode acabar na hora do evento, o celular poderá está sem internet, o receptor da mensagem pode não estar com o celular e ver o alerta. Assim, esse meio de comunicação pode comprometer a pronto-resposta no momento do evento.

Tabela 6: Relação do pensamento na ruptura da barragem e evacuação

V18 x V20		Melhor meio de aviso para evacuação							Intervalo	Categoria
		WhatsApp	Telefone	Sino da Igreja	Rádio difusora	Carro de som	Sirenes de alerta	Boca a boca	0 - 13,33	Baixo
Já pesnsou na possibilidade de ruptura da barragem	Não	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,0%	10,0%	20,0%	13,34 - 26,67	Médio
	Sim	33,3%	25,0%	16,7%	8,3%	8,3%	0,0%	8,3%	26,68 - 40	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Impacto: o que mais chama atenção na tabela 7 é o sentimento de comunidade, o qual os vizinhos tentariam avisar aos demais da iminência do evento por meio de gritos, algo tido como normal, há de ser pensar no desespero das pessoas nesse momento. Além disso, a população mostra que sabe a quem recorrer, no caso ao corpo de bombeiro, embora o município não conte com um grupamento em seu território, onde o mais próximo está em Caicó/RN a cerca de 57 km de distância. Isto demonstra que a população tem consciência da importância de acionar o Corpo de Bombeiro, mas a essa distância, até o socorro chegar, o desastre já estaria consumado.

Tabela 7: Relação entre o alerta de rompimento e o meio de difusão.

V22 x V23		Por qual meio avisaria				Intervalo	Categoria
		Facebook	WhatsApp	Telefone	Grito		
A quem avisaria primeiro ao saber da ruptura da barragem	Vizinhos	0,0%	33,3%	8,3%	58,3%		
	Parentes	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%		
	Amigos	33,3%	33,3%	0,0%	33,3%	0 - 33	Baixo
	Prefeitura	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	34 - 67	Médio
	Corpo de Bombeiros	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	68 - 100	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Um outro ponto a ser considerado, apresentado na tabela 8 é que em razão de uma condição de renda considerável, a grande maioria desse grupo amostral teria um meio de rápida evacuação, após o alerta. O que permite dizer que a capacidade de enfrentamento desse grupo se sobressai em razão dos elementos que esse dispõe para lidar com o evento.

Tabela 8: Relação renda e disponibilidade de veículo em casa.

V7 x V33		Veículo de transporte na casa		Intervalo	Categoria
		Não	Sim		
Renda total da casa	Nenhuma	50,0%	50,0%		
	Até 1 salário mínimo	62,5%	37,5%	0 - 33	Baixo
	De 1 a 3 salários mínimos	45,5%	54,5%	34 - 67	Médio
	De 3 a 6 salários mínimos	0,0%	100,0%	68 - 100	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Atenuação: Mais uma vez pode ser atestado na tabela 9 que, as pessoas com uma condição de renda maior, se adaptam melhor em um pós-desastre. Em face disso, estão as pessoas que não detém condições financeiras e que dependeriam de terceiros para um possível alojamento.

Tabela 9: Relação destino no pós-desastre e renda.

V21 x V34		Teriam condições financeiras para morar em outro lugar		Intervalo	Categoria
		Não	Sim		
Destino das famílias pós desastre	Vizinhos	0,0%	100,0%		
	Amigos	100,0%	0,0%		
	Parentes	25,0%	75,0%	0 - 33	Baixo
	Abrigo público	33,3%	66,7%	34 - 67	Médio
	Lugar nenhum	0,0%	100,0%	68 - 100	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Vale ressaltar que por mais que as pessoas relatassem que não iriam a lugar nenhum, a maioria delas teria condições financeiras de morar em outro lugar. O que coloca em dúvida as respostas dadas sobre a renda ou a capacidade de decisão meio a um evento de alto estresse.

Os resultados sinalizam para os elementos que constituem diferentes percepções diante do mesmo perigo por parte de uma população que compartilha a mesma realidade geográfica. Na geografia dos riscos, a percepção, portanto, não apenas se constituiu associada diretamente às situações de vida, às expectativas e ao nível de conhecimento, mas também aos processos de uso da terra e de produção do espaço da cidade. Assim, questões como acessibilidade (manifesta na proximidade com o centro ou acesso a serviços) aparecem como preponderantes, no caso estudado, para a permanência e, em certa medida, a aceitação do risco. Este não é negado pela população, mostrando-se não apenas presente, mas articulado com estratégias tanto de enfrentamento em situações de emergência, quanto de resposta no caso da efetivação da catástrofe.

O setor censitário 3 é o mais próximo do rio e o mais próximo do centro da cidade, local que detém os serviços e comércio do município. Assim, a relação com o lugar e as praticidades da organização da vida diária apresentam-se assim, na percepção de parte da população, como prioridade em relação aos riscos da inundação em caso de uma ruptura da barragem, em especial por parte daqueles que teriam condições de mudar-se ou de reconstruir suas vidas no caso da efetivação da catástrofe.

Portanto, parte da população não se sente segura morando próxima ao rio, com medo de uma possível inundação provocada pela onda de cheia, em caso de ruptura da barragem. A preocupação com um possível rompimento do Gargalheiras é presente na população. Para estes, em caso de desastre, as primeiras pessoas que seriam avisadas seriam os vizinhos, amigos e parentes, partindo assim da proximidade imediata, caracterizando estratégias que fazem sentido e possuem efetividade na escala comunitária do lugar.

Considerações finais

Dentro da gestão de riscos de desastres no Brasil, o que há na maioria das vezes são ações de resposta, ações após o desastre. Mesmo tendo dispositivos legais como a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, não há uma cultura de riscos estabelecida na sociedade. Isso se dá a falta de acesso a informações por parte das pessoas. Restando assim, o conhecimento sobre o tema dos riscos a um seleto grupo de profissionais e acadêmicos.

Tais grupos detém as estratégias de gestão de riscos pautadas em teorias e metodologias científicas, baseadas principalmente na mensuração do grau dos perigos através do arcabouço das ciências exatas, assim deixando de lado a experiência de população, parte mais interessada que vive nas áreas de riscos, de fora do processo decisório.

Gerenciar a vulnerabilidade da população face a uma ameaça, não se faz através de um diagnóstico advindo de dados secundários de censo, a população deve ser ouvida integralmente, as colocando dentro do processo. A partir de suas experiências, vivências com o lugar e com a sua percepção sobre determinada ameaça será possível traçar estratégias de enfrentamento que supram as necessidades da população.

Embora a ciência e os meios técnicos de enfrentamento dos riscos e da vulnerabilidade estejam em contínuo avanço, ainda assim podem ser limitados. Dessa forma, saber o que a população pensa é uma forma de diagnosticar as suas fragilidades e buscar o aprimoramento da capacidade de mitigar a perene insegurança.

Referências

ALMEIDA, L. Q. de. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83 a 99, nov. 2011.

ALMEIDA, L. Q. de. **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras**: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANA – Agência Nacional de Águas (Brasil). **Serviços analíticos e consultivos em segurança de barragem**. Relatório de visita técnica de inspeção. Barragem Marechal Dutra (Gargalheiras)-RN. Brasília-DF. 2015.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada a ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BOGARDI, J. J. Hazards, risks and vulnerabilities in a changing environment: the unexpected onslaught on human security? **Global Environmental hazards**, v. 14, n. 4, p. 361-365, 2004.

CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v. 28, n. 2, 2005 p. 11-30.

COMITÊ BRASILEIRO DE BARRAGENS (CBDB). **XXIX Seminário Nacional de Grandes Barragens - 50 anos do acidente de Vajont – Itália (1963-2013).** 2013. Disponível em: <http://www.cbdb.org.br/site_antigo_2013/img/45geral2.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017. CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. Ed. 17. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CUTTER, S. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, v. 20, n. 4, p. 529-539, dez. 1996.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOGAN, D.J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse Setores Censitários**. 2017. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st> Acesso em: 15 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KATES, R. W. **Risk assessment of environmental hazard**. Chichester: John Wiley, 1978.

MARANDOLA JR., Eduardo. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. 1ed.Campinas: NEPO/UNFPA, 2009. p. 29-52.

MARANDOLA JR., E.; MODESTO, F. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população-ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, p. 7-35, 2012.

MARGAI, F. **Environmental health hazards and social justice**: geographica pespectives on race and class disparities. London: Earthscan, 2010.

OLIVEIRA, F. L. S. de. **Indicadores de vulnerabilidade e risco local**: o caso do município de Pacoti, CE. 2018. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, F. P.; SOUZA, L. B. Estudo da percepção da qualidade ambiental por meio do método fenomenológico. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 57 - 74, aug. 2015. ISSN 1984-2201. Available at: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1103>. Date accessed: 03 sep. 2021.

SILVA, A. W. da. **Engenharia nos sertões nordestinos**: o Gargalheiras, a Barragem Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909-1958. 190f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SMITH, K. **Environmental hazards**: assessing risk and reducing disaster. 4ed. London: Routledge, 2004.

SOUZA, J. L. de, et al. Percepção da população face ao risco de desastre tecnológico na ponte de Igapó, Natal/RN, Brasil. In : Congresso Internacional de Riscos, 4., 2017. **Anais** [...]. Coimbra - PT, 2017.

SOUZA, L. B.; ZANELLA, M. E. **Percepção de riscos ambientais**: teoria e aplicações. Fortaleza: Ed. UFC, 2009.

TUAN, Y.-F. **Paisagens do medo**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

TUAN, Y.-F. **Topofilia**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

WHYTE, A. V. T. Perception. In: KATES, R. W.; AUSUBEL, J. H.; BERBERIAN, M. (Ed.). **Climate impact assessment: studies of the interaction of climate and society**. Chichester: John Wiley, 1985. p. 107-131. (ICSU/SCOPE, report 27).

WIEDEMANN, P. M. **Introduction risk perception and risk communication** (Arbeiten zur Risiko-Kommunikation 38). Jülich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Jülich, 1993. (mimeo).

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Nosso agradecimento a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Prefeitura e Câmara Municipal de Acari/RN, Secretaria de Educação do município de Acari/RN, Thaynara Oliveira e Vinnícius Dionízio.

Submetido em: 15 de setembro 2021.

Devolvido para revisão em: 28 de março de 2022.

Aprovado em: 04 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

SOUZA, J. L. de; DAMASCENO SOUZA, A. C.; MARANDOLA JUNIOR, E. J.; ALMEIDA, L. Q. de. Percepção do risco de ruptura da barragem gargalheiras e vulnerabilidade da população do município de Acari, Rio Grande do Norte - Brasil. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 505–525, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2228.

CIDADES MÉDIAS E REESTRUTURAÇÃO URBANA NO NORDESTE BRASILEIRO

MEDIUM CITIES AND URBAN RESTRUCTURING IN NORTHEAST BRAZIL

VILLES MOYENNES ET RESTRUCTURATION URBAINE DANS LE NORD-EST DU BRÉSIL

JEFFERSON SANTOS FERNANDES

Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP
E-mail: jefferson.fernandes@unesp.br

Resumo:
As transformações estruturais no sistema capitalista após a década de 1970 impuseram novas marcas ao processo de urbanização. A reestruturação econômica/produtiva teve fortes rebatimentos territoriais no sistema urbano, se expressando por meio de processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Um olhar para o nordeste brasileiro nos ajuda a identificar elementos empíricos sobre as transformações urbanas a partir das cidades médias de Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE e Arapiraca/AL. Para a consecução do trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e levantamento de dados oficiais. Consideramos que analisar estes processos é uma tarefa importante para a apreensão dos novos conteúdos da urbanização brasileira.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana, Cidades Médias, Nordeste Brasileiro.

Abstract:
Structural transformations in the capitalist system after the 1970s imposed new marks on the urbanization process. Economic/productive restructuring has had strong territorial rebates in the urban system, expressing itself through processes of urban restructuring and restructuring of the city. A look at northeastern Brazil helps us identify empirical elements about urban transformations from medium-sized cities of Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE and Arapiraca/AL. To achieve the work, we conducted bibliographic research and official data collection. We consider that analyzing these processes is an important task for the apprehension of the new contents of Brazilian urbanization.

Keywords: Urban Restructuring, Medium Cities, Brazilian Northeast

Résumé:
Les transformations structurelles du système capitaliste après les années 1970 ont imposé de nouvelles marques au processus d'urbanisation. La restructuration économique et productive a eu de fortes retombées territoriales dans le système urbain, s'exprimant à travers des processus de restructuration urbaine et de restructuration de la ville. Un regard sur le nord-est du Brésil nous aide à identifier les éléments empiriques sur les transformations urbaines des villes moyennes de Juazeiro du Nord/CE, Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA, Mossoró/RN, Caruaru/PE et Arapiraca/AL. Pour réaliser ce travail, nous avons effectué des recherches bibliographiques et des collectes de données officielles. Nous considérons que l'analyse de ces processus est une tâche importante pour l'appréhension des nouveaux contenus de l'urbanisation brésilienne.

Mots-clés: Reetruturaction Urbaine, Villes Moyennes, Nord-Est du Brésil

Introdução[1]

As transformações estruturais no sistema capitalista após a década de 1970 impuseram novas marcas ao processo de urbanização. Orientada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial do tipo fordista, a urbanização no século XX caracterizou-se pelo crescimento do número e do tamanho das cidades, os movimentos migratórios do campo para a cidade e o protagonismo da metrópole como centro de comando político e econômico no sistema urbano.

Com a reestruturação econômica/produtiva, a cidade e o urbano passam a ganhar novos conteúdos e significados. As novas lógicas locacionais das empresas redefiniram as interações espaciais. A cidade e a rede urbana passam a ser objetos de determinações gestadas em diversas escalas e por intermédio de agentes sociais, econômicos e políticos. A globalização e a expansão do meio técnico-científico-informacional alteraram os ritmos e os direcionamentos dos fluxos materiais e imateriais, com lógicas que escapam a um padrão hierárquico.

Dentre os rebatimentos territoriais da reestruturação econômica/produtiva, queremos destacar aqueles referentes às mudanças observadas no sistema urbano brasileiro e as chamadas cidades médias. Estas cidades vêm aumentando de número e tamanho nas últimas décadas. Seus espaços urbanos foram dotados de novos equipamentos ligados ao setor industrial, comercial e de

[1] Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.602723/2021-00, até março de 2022. Atualmente, é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/06456-2, através de bolsa de doutorado.

serviços, modificando as suas estruturas sociais e espaciais. Além disso, ganharam novos papéis e ampliaram a sua importância na nova divisão interurbana do trabalho, participando, em graus diferentes, dos múltiplos circuitos da economia globalizada.

No contexto dos debates recentes sobre a reestruturação urbana no Brasil, este trabalho busca contribuir com uma análise regional a partir do nordeste brasileiro. Desta forma, analisamos algumas dimensões das transformações urbanas em seis cidades médias nordestinas: Juazeiro do Norte/CE, Imperatriz/MA, Mossoró/RN, Vitória da Conquista/BA, Caruaru/PE e Arapiraca/AL

Reestruturação urbana e cidades médias

As últimas décadas do século XX marcaram a passagem do sistema fordista de produção industrial, caracterizado pela produção em série e rigidez na forma de investimento de capital fixo, nos contratos de trabalho e no papel do Estado, para um regime de acumulação flexível. As novas lógicas na forma de organização produtiva e de acumulação do sistema capitalista tiveram como reflexo significativas mudanças econômicas, sociais e espaciais em escala internacional.

David Harvey (1996, p. 140) destaca que o regime de acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de "setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". As novas tecnologias contribuíram para o acirramento da concorrência no mundo capitalista, redefinindo, pois, a divisão territorial do trabalho.

É nesse contexto que o tema da reestruturação ganha força analítica. Soja (1993) foi um dos primeiros autores da Geografia a tratar do tema da restruturação econômica e seus rebatimentos territoriais. Para o autor, a reestruturação evoca uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativas de reconstituição. É a expressão de um capitalismo avançado, indutora de transformações sociais e territoriais. A reestruturação, assim, se enquadra em "uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança" (SOJA, 1993, p.194).

Conforme apontou Santos (2000), vivemos um período que pode ser identificado como uma crise. Neste período, nada é duradouro e as crises são sucessivas. Diferentemente do passado, quando a crise se caracteriza pela passagem de um período ao outro, neste momento histórico a crise é estrutural. A velocidade e a intensidade das transformações sociais e econômicas, os fluxos materiais e imateriais em diversas escalas, marcam o que Santos (1993) definiu como aceleração contemporânea, onde as mudanças, em ritmo cada vez mais acelerado, são mais intensas que as permanências.

Indo ao encontro desta perspectiva, Brenner (2014) considera que estamos diante de uma crise dos paradigmas explicativos da realidade. A crise na cidade e no urbano contemporâneo implica, também, em uma crise das epistemologias geográficas. O autor ressalta que as reorientações intelectuais coincidem temporalmente com as transformações espaciais e mobilizações sociais em larga escala, intensificando a magnitude e o significado das condições urbanas.

Em sua teoria socioespacial crítica, Brenner (2009) chama a atenção para os processos de reestruturação urbana e regional no período pós-fordista e início do século XXI. Destaca, pois, a importância da perspectiva escalar para pensar as transformações urbanas por meio do que vem chamando de reescalonamento, com a simultaneidade de processos espaciais ocorrendo em diversas escalas geográficas e formando arranjos espaciais mais complexos.

Brenner (2009) ressalta que desde o início da década de 1980 a questão urbana tem sido analisada no mundo enfocando alguns processos e dimensões da reestruturação socioespacial. Assim, as análises têm se pautado especialmente em:

> [...] processos de produção do lugar, da aglomeração, de localização, de descentralização e reconfiguração das divisões espaciais do trabalho; a tensão entre fixidez e mobilidade geográfica e a concomitante construção e desmantelamento de arranjos espaciais; processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; tendências de regionalização e o desenvolvimento espacial desigual das relações político-econômicas; e, mais recentemente, a produção da escala geográfica e o processo associado ao reescalonamento (BRENNER, 2009, p. 201).

Tradicionalmente, os estudos sobre reestruturação urbana deram ênfase as transformações observadas na dimensão da metrópole. Nos últimos anos, contudo, muitos estudos têm dedicado atenção especial às cidades médias como palco privilegiado dessas transformações, pois estes centros urbanos assumiram papéis importantes no processo de reestruturação, acarretando na modificação das suas estruturas urbanas, na lógica das

centralidades, nos usos do solo urbano e nas relações espaço-tempo (WHITACKER, 2003; SPOSITO, 2004; BESSA, 2005).

Para Sposito e Sposito (2012, p. 05), "à medida que se constituem as dinâmicas que consubstanciam uma reestruturação econômica, observamos, pari passu, uma reestruturação urbana que lhe é base e lhe revela". Neste ponto, consideramos importante fazer uma distinção apontada por Sposito (2007), segundo a qual haveria uma reestruturação da cidade e uma reestruturação urbana.

A primeira trata das transformações na estrutura dos espaços urbanos, isto é, na escala intraurbana, tomando a perspectiva da morfologia urbana para entender a divisão econômica e social do território. A segunda, por sua vez, faz referência às mudanças regionais e/ou no âmbito das redes urbanas, em função das redefinições dos papéis urbanos das cidades na divisão interurbana do trabalho. Apesar de poderem constituir um importante par dialético para compreendermos as mudanças no urbano e na cidade, é preciso considerar que não há correspondência simples e imediata entre a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade (no tempo e no espaço).

Sobre a reestruturação da cidade, é grande o número de pesquisas que vem destacando mudanças na estrutura do espaço urbano das cidades médias, com destaque para a dispersão da mancha urbana e a redefinição no par centro-periferia.

O processo de urbanização, sobretudo em países do chamado Sul global, tem revelado o aprofundamento da diferenciação e da desigualdade socioespacial. Além disso, vem apontando para os processos de segregação e fragmentação socioespacial a partir de espaços exclusivos voltados para a habitação, consumo e lazer

(condomínios residenciais fechados, shopping centers, clubes recreativos de classe média e alta), processos antes percebidos apenas nos espaços metropolitanos.

No Brasil, o interesse pelo estudo das cidades médias surge na década de 1970. Nesse período, considerava-se como cidades médias aquelas com população entre 50.000 e 250.000 habitantes. Portanto, a metodologia para a classificação destas cidades consistia, principalmente, no aspecto demográfico.

Em definições mais recentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera como cidades de porte médio aquelas com população entre 100.000 e 500.000 habitantes. De acordo com o IBGE, em 1970 o Brasil contava com 83 cidades nesta faixa populacional, chegando a 193 cidades em 2000 e, conforme as estimativas da população para o ano de 2021, 288 cidades, totalizando assim um acréscimo de 246%. Estes números evidenciam a importância das cidades médias e/ou de porte médio no processo de distribuição espacial da população brasileira, com um maior equilíbrio interurbano a partir da diminuição do fluxo migratório em direção às metrópoles.

Apesar de importante, o critério demográfico deve ser relativizado e tomado como uma primeira aproximação, mas não o suficiente para a definição de cidades médias (a rigor, serve para a classificação de cidades de porte médio). É preciso, pois, reconhecer se estas cidades desempenham papéis de intermediação na rede urbana, assegurando a produção, a circulação e o consumo no processo de acumulação capitalista.

Em relação ao desenvolvimento econômico das cidades médias, é importante destacar que estas cidades passaram por um

processo de transformação funcional, o que implicou na ampliação dos seus papéis na divisão interurbana do trabalho. Esta transformação se deu tanto pela refuncionalização de atividades preexistentes como pelo surgimento de novas atividades associadas ao setor industrial, comercial e de serviços (algumas perdem suas funções e importância regional). Passaram, assim, a abrigar variadas formas de capital, com atuação de agentes econômicos locais, regionais, nacionais e internacionais, participando com mais intensidade dos circuitos da economia global.

Santos (1993) chamou a atenção para o fato de os grandes centros metropolitanos começarem a apresentar taxas de crescimento econômico e populacional menores em relação às cidades da sua região, bem como as cidades médias e pequenas em diversas partes do território nacional. Com a involução metropolitana, passou-se a observar uma outra tendência da realidade urbana brasileira, ou seja, a maior presença de cidades médias e a ampliação da sua região de influência. Isto não significa que as metrópoles deixaram de ser os centros de comando no sistema urbano, mas os conteúdos das relações interurbanas foram alterados.

A reestruturação urbana e os novos papéis das cidades médias implicaram na ruptura de antigos padrões da organização socioespacial. Segundo Corrêa (2006), a rede urbana brasileira caracterizava-se, até a década de 1970, por uma pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos, com baixo grau de articulação e fluxos predominantemente regionais. Havia, assim, uma grande concentração dos principais núcleos urbanos na porção centro-sul do país e na faixa litorânea do nordeste brasileiro.

Neste sentido, ao longo do tempo, a rede urbana ganhou novos conteúdos e significados, o que a caracteriza como:

> um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através das interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução" (CORRÊA, 1997, p. 93).

As mudanças na estrutura da rede urbana brasileira nas últimas décadas podem ser explicadas pela desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais; a modernização e capitalização do campo; as inovações organizacionais junto aos setores industriais, comerciais e de serviços; a ampliação de uma base técnica associada aos transportes e as comunicações (CORRÊA, 2006). Tais fatores nos ajudam a entender a complexidade das interações espaciais no mundo contemporâneo.

No movimento contraditório do capitalismo em seu modelo globalizado, neoliberal e de acumulação flexível (HARVEY, 1996), há a necessidade constante de redução do tempo entre a produção e o consumo. Neste ciclo de acumulação do capital, a rede urbana, a rede de fluxos aéreos e as novas redes de comunicação digital permitem a ligação entre lugares distantes. Isto nos faz assistir, pois, ao saltar das escalas geográficas, no sentido dado a esta expressão por Neil Smith (2002).

Com as mudanças na economia internacional, as cidades médias tiveram seus papéis redefinidos na nova divisão interurbana do trabalho, ampliaram-se as escalas de atuação dos diferentes agentes econômicos e as relações entre o local e o global se tornaram mais complexas. Tal perspectiva rompe com a ideia de estruturação

de uma rede urbana hierárquica, uma vez que, diante da unicidade técnica no sistema-mundo (SANTOS, 2012), não somente as metrópoles, mas também as cidades médias, são pontos (ou nós) importantes de articulação na rede urbana com fluxos de toda ordem (pessoas, mercadorias, capitais, informações).

Na próxima seção tentaremos explicar como esse processo ocorre no contexto da dinâmica regional nordestina.

Espaços em transição: cidades médias no nordeste brasileiro

Um olhar sobre a rede urbana do nordeste brasileiro nos leva, em um primeiro momento, a identificar um forte desequilíbrio regional com relação à hierarquia dos centros urbanos, pois as capitais estaduais concentram majoritariamente a oferta de bens e serviços, bem como a grande parte da população. As metrópoles de Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA historicamente ocupam posição de destaque pelas suas expressivas centralidades regionais.

Os determinantes do referido desequilíbrio regional são conhecidos, tendo origem nas características estruturais da formação do sistema urbano. O processo de ocupação e colonização do território na região nordeste se deu a partir do litoral, com a formação dos primeiros núcleos de povoamento que, posteriormente, se tornaram as principais cidades. Assim se formou uma rede urbana dentrítica, definição dada por Corrêa (1989) para um sistema urbano colonial com a instauração de uma cidade primaz próxima ao mar e centro de comando de uma extensa hinterlândia.

Em um segundo momento, a observação da rede de cidades no nordeste nos leva a identificar o aumento do número e do tamanho de centros urbanos intermediários no interior da região. Andrade

(1973) já chamava atenção para o surgimento de uma nova dinâmica regional anos 1970 para além da faixa litorânea densamente povoada e urbanizada, pois as novas vias de circulação, notadamente as rodovias estaduais e federais, passam a dotar alguns centros urbanos no interior de destacada importância regional, enquanto outros perderam suas antigas funções.

Tradicionalmente, o nordeste brasileiro se constituiu como uma região de repulsão da população para outras regiões do país. O fluxo migratório da população nordestina teve papel importante para a formação e desenvolvimento de cidades como São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF. No entanto, nas últimas décadas vem passando por um processo diverso do anterior, notando-se um processo de migrações inter-regionais.

Mattos (2012), ao estudar as relações entre urbanização e migrações no Brasil, destaca que a partir da década de 1980 identifica-se um momento marcado pela dispersão da população no território nacional e investimentos em direção aos centros urbanos intermediários. Deste modo, as taxas de crescimento das sedes metropolitanas vêm declinando continuamente em comparação com as cidades médias e/ou de porte médio.

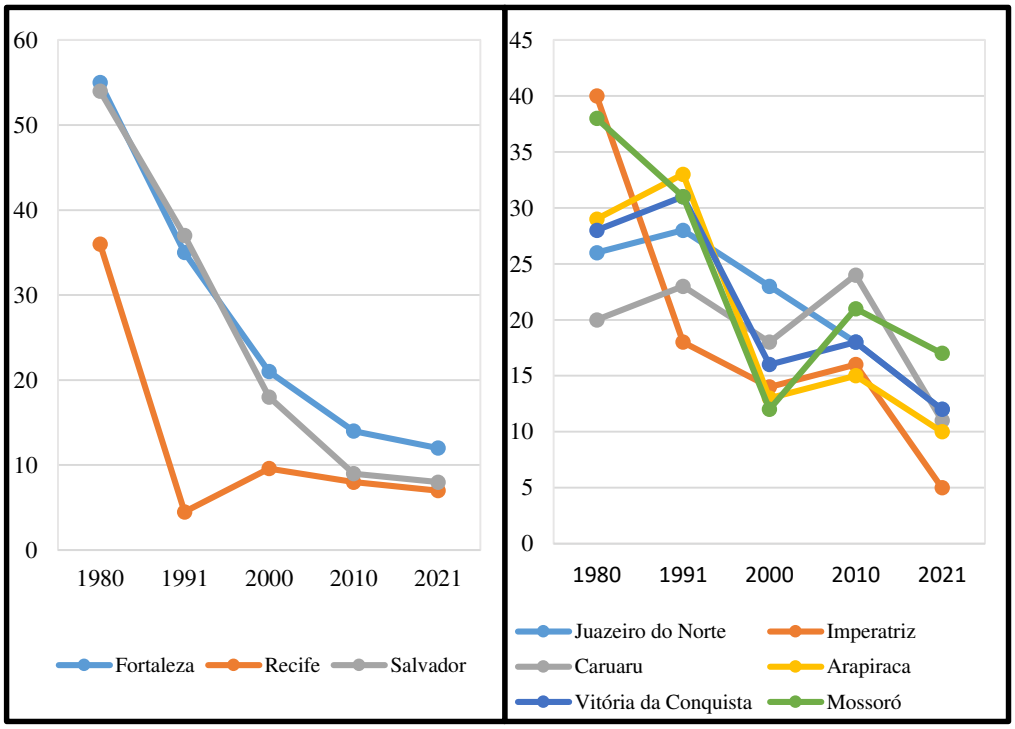
Neste contexto, as cidades intermediárias apresentam-se atrativas para receber e fixar migrantes da sua região de influência ou da zona rural. Criam, pois, a expectativa de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, redefinindo os fluxos migratórios antes destinados preferencialmente às metrópoles regionais ou para o centro-sul do país.

De acordo com o IBGE, em 1991 a região nordeste contava 18 centros urbanos com população entre 100.000 e 500.000

habitantes. Em 2021, este número saltou para 41 cidades, ou seja, um aumento de 127,7%. Conforme destacado anteriormente, o critério populacional nos ajuda a identificar, a princípio, cidades de porte médio, mas este indicador é revelador de mudanças quantitativas e qualitativas da distribuição da população no território regional.

A partir do levantamento de dados no IBGE desde a década de 1980, é possível observar que o ritmo de crescimento da população das cidades médias nordestinas é superior em relação ao crescimento das três metrópoles regionais (Gráfico 01).

Gráfico 01: Taxas de crescimento da população (1980-2021)



Elaboração própria a partir de IBGE (1980, 1991, 2000, 2010, 2021)

Comparando esses dois estratos da rede urbana, observa-se uma diferença quanto ao ritmo de crescimento da população. Em ambos os casos nota-se um declínio, pois no Brasil como um todo o crescimento vegetativo da população vem diminuindo desde 1980. Essa diminuição, todavia, é percebida com mais intensidade nos centros metropolitanos. Até o censo demográfico de 2010, todas as seis cidades médias cresceram acima média nacional (o Brasil cresceu 28% em 1980, 21% em 1991, 15% em 2000, 12% em 2010 e 12% em 2021), exceção feita nesta década as cidades de Imperatriz/MA e Arapiraca/AL, com e 5% e 10% respectivamente.

O Produto Interno Bruto (PIB) também vem crescendo em ritmo mais acelerado nas cidades médias. Considerando os números de 2000 a 2018, observa-se as seguintes taxas de crescimento econômico nas metrópoles regionais: Fortaleza/CE (330%), Recife/PE (334%) e Salvador/BA (351%). Nas cidades médias, por sua vez, temos os seguintes dados: Juazeiro do Norte/CE (478%), Imperatriz/MA (683%), Mossoró/RN (388%), Vitória da Conquista/BA (469%), Arapiraca/AL (550%) e Caruaru/PE (398%).

Trindade Junior e Pereira (2007) destacam processo semelhante na organização urbana da Amazônia, com o expressivo crescimento econômico e populacional das cidades médias em relação à metrópole Belém/PA. Para os autores, as mudanças no padrão espacial predominantemente dentrítico expressam um processo de reestruturação urbana e regional. Bessa (2005), por sua vez, ressalta a importância de Uberlândia/MG como a grande cidade média brasileira no contexto das transformações da rede urbana, bem como seus papéis regionais frente à influência da capital Belo Horizonte/MG.

No nordeste do Brasil, também se verifica uma mudança do padrão de urbanização concentrado nas capitais estaduais, então localizadas na faixa litorânea. A 'involução metropolitana" (Santos, 1993) se traduz aqui em um crescimento populacional e econômico mais acelerado nas cidades médias do que nas metrópoles regionais. Isto se explica, em grande parte, pela consolidação da metrópole informacional, e não mais a metrópole fabril que marcou a urbanização no período fordista.

As novas dinâmicas econômicas mudaram significativamente a estrutura social e espacial das cidades médias. Um exemplo é a população predominantemente urbana. De acordo com o censo demográfico de 2010, as seis cidades médias apresentam taxas mais elevadas que a média nacional de 84,4% para o período correspondente: Juazeiro do Norte/CE (96,7%), Imperatriz/MA (94,6%), Mossoró/RN (91,3%), Vitória da Conquista/BA (89,5%), Arapiraca/AL (84,8%) e Caruaru/PE (88,8%). Com exceção de Juazeiro do Norte/CE, até a década de 1970 todas as demais cidades apresentavam taxas inferiores a 50%.

A inserção das cidades médias nordestinas na nova lógica de reprodução do capital teve fortes rebatimentos na produção do espaço urbano, apontando para uma reestruturação da cidade. As novas estratégias de localização espacial das atividades industriais e dos equipamentos de comércio e serviço redefinem as relações centro-periferia, com a multiplicação de áreas centrais.

Isto pode ser constatado em Juazeiro do Norte/CE, que até a década de 1990 tinha as principais atividades comerciais e de prestação de serviços localizadas nas ruas São Paulo e São Pedro, no centro tradicional da cidade. Contudo, desde os anos iniciais do

século XXI, o Bairro Triângulo tem se consolidado como o símbolo da modernidade no território, com a concentração de empreendimentos modernos como shopping center, hipermercados, grandes edifícios comerciais, centros universitários e um hospital regional (Figura 1). Tal processo altera o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, como também a valorização do solo urbano e o aumento da circulação do capital.

Figura 1: Rua São Pedro (centro tradicional) e Bairro Triângulo (nova área central), Juazeiro do Norte/CE



Fontes: Rua São Pedro (acervo do autor) e Bairro Triângulo (retirado de: https://br.pinterest.com/pin/556546466426296426/)

As transformações no espaço urbano das cidades médias produzem novos valores estruturais, econômicos, políticos, sociais e até mesmo culturais. Com o crescimento da população urbana, avolumaram-se também os problemas antes comuns às metrópoles,

como a demanda por serviços de saneamento básico, educação, saúde e segurança. As novas lógicas de estruturação dos espaços urbanos das cidades médias vêm promovendo a ampliação da diferenciação e das desigualdades socioespaciais, e apontam para processos de segregação e fragmentação do espaço e da vida urbana. Há, portanto, uma nova divisão social e econômica no território.

Pesquisas como a de Sposito e Góes (2013) evidenciaram a fragmentação socioespacial nas cidades médias paulistas de Marília, Presidente Prudente e São Carlos a partir de áreas residenciais de acesso restrito e controladas por sistema de segurança.

Nas cidades médias nordestinas, este é um processo que também vem se intensificando, como é o caso do Condomínio Alphaville em Caruru/PE, empreendimento destinado a uma população de alto poder aquisitivo e que expressa novas lógicas no padrão residencial da cidade (Figura 2).

Figura 2: Condomínio Alphaville, Caruaru/PE



Fonte: https://blogmarciogrego.com.br/condominios-de-casas-de-alto-padrao-de-caruaru/

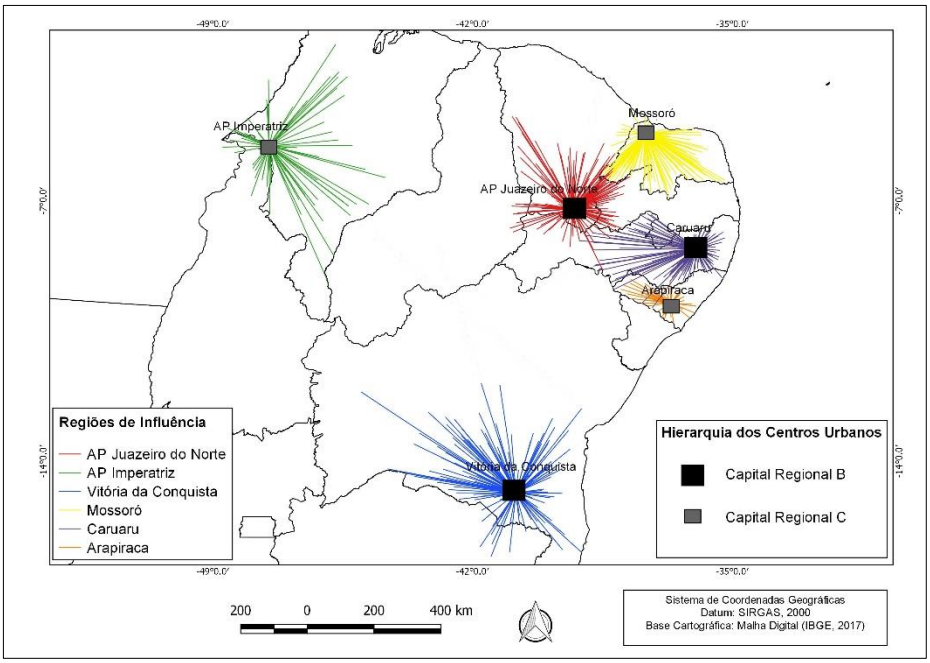
Entre os setores da economia, as cidades médias nordestinas vêm apresentando mudanças mais significativas no setor terciário, onde a desconcentração econômica e espacial tem ocorrido de maneira mais veloz. A diversificação das atividades comerciais e de serviços, aliadas a ampliação do consumo, inclui a instalação de hipermercados, shopping centers, redes de franquias etc. Em todas as seis cidades médias, o setor terciário é o de maior importância quantitativa na composição do PIB, na arrecadação de impostos e na mão de obra empregada.

O papel de destaque das cidades médias na rede urbana não pode ser compreendido sem a atuação do Estado. Nos últimos anos, se verificou a expansão e interiorização de equipamentos ligados à oferta de serviços de saúde e ensino superior, além de investimentos públicos na área de infraestrutura, com a criação e/ou ampliação de rodovias e aeroportos.

Do mesmo modo, muitas famílias foram beneficiadas por políticas de distribuição de renda, o que resultou no maior poder de consumo e demanda por bens e serviços, ampliando a importância regional das cidades médias.

A Figura 3 revela importantes solidariedades horizontais que se organizam em torno das referidas cidades médias, com relações contínuas no espaço regional.

Figura 3: Região de Influência das Cidades, 2018



Elaboração própria a partir da pesquisa REGIC 2018 (IBGE, 2020)

Juazeiro do Norte/CE[2], com 278.264 habitantes, constitui-se em um importante polo turístico religioso, destacando-se como o maior centro comercial e de prestação de serviços do interior do Ceará. Possui uma área de influência que se estende pelo sul cearense e em partes dos estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba.

Mossoró/RN, com 303.792 habitantes, compete fortemente em nível de centralidade com a capital Natal/RN, pois sua influência se estende para um conjunto de cidades no estado do Rio Grande do Norte e ainda adentra parte do território cearense. Com destaque para o desenvolvimento da fruticultura irrigada e a extração do sal e do petróleo, Mossoró/RN tornou-se em um importante espaço da produção globalizada (ELIAS e PEQUENO, 2010).

[2] Compõe um Arranjo Populacional com as cidades de Crato/CE e Barbalha/CE

Caruaru/PE, com 369.343 habitantes, exerce papel de intermediação na rede urbana pernambucana, sendo a principal cidade do agreste do estado. Destaca-se pela produção de confecções e atividades correlatas, e atrai consumidores na escala regional através do comércio (shopping center e hipermercados) e serviços como saúde e educação.

Impetariz/MA[3], com seus 259.980 habitantes, apresenta destaque na indústria minero-metalúrgica e nas atividades vinculadas ao setor de comércio e serviços, polarizando um conjunto de cidades no sudoeste do Maranhão, norte do Tocantins e sudeste do Pará.

Arapiraca/AL, com 234.309 habitantes, possui importância histórica na produção do setor fumageiro, onde atuam empresas nacionais e internacionais, razão que explica a expressiva participação do setor agrícola na economia local, com 14,5% (as demais cidades médias estudadas apresentam taxas inferiores a 4% para o ano de 2018). Esta cidade média estende sua influência por todo o agreste e sertão do estado de Alagoas a partir da oferta de bens e serviços.

Vitória da Conquista/BA, com 343.643 habitantes, exerce forte centralidade no sudoeste da Bahia e algumas cidades no norte de Minas Gerais. Economicamente, cumpre destacar o papel de algumas empresas que atuam na fabricação de produtos alimentícios. Todavia, assim como as demais cidades médias, é o setor terciário através do comércio e serviços o de maior relevância na economia local e regional.

[3] Compõem um Arranjo Populacional com a cidade de Davinópolis/MA

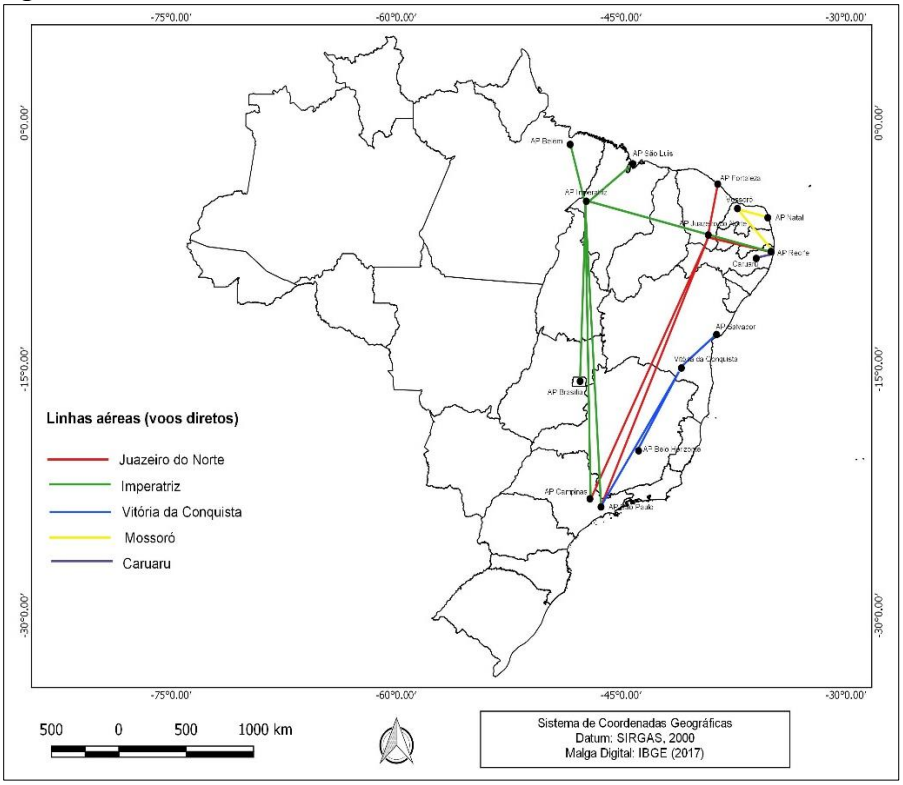
As interações espaciais nas cidades médias apontam para a existência de horizontalidades, com relações no espaço contínuo regional, e de verticalidades, relações no espaço descontínuo, com destaque para as metrópoles regionais, nacionais e internacionais (BESSA, 2005).

Com os ajustes promovidos pelo sistema capitalista nas últimas décadas, a ampliação territorial da atuação de muitos grupos econômicos modificou as relações interurbanas, incluindo aqueles centros urbanos fora da órbita metropolitana. Neste sentido, as relações entre o centro e a periferia tomadas na escala da rede urbana se tornam mais complexas, como bem destaca Sposito (2007, p. 243):

> As decisões de uma rede de hipermercados como o Carrefour, por exemplo, alteram o que é centro e o que é periferia, em várias escalas. As novas formas de produção características do sistema flexível que compartimentam o processo produtivo em unidades industriais que estão em regiões e países diferentes, do mesmo modo, respondem por essa redefinição do que é central e o que é periférico.

Diante de uma ordem global cada vez mais associada às redes de conexões, um importante vetor das interações no espaço descontínuo é a dinâmica do setor aéreo. Das seis cidades estudadas, apenas Arapiraca/AL não possui aeroporto com voos comerciais (Figura 4), o que mostra que nem todas as cidades médias participam em mesmo nível de intensidade das interações espaciais na rede urbana.

Figura 4: Linhas aéreas (voos diretos) nas cidades médias estudadas



Elaboração própria a partir de dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2021)

Os aeroportos são importantes fixos articuladores de fluxos, e nos anos 2000 houve na região nordeste um processo de interiorização da infraestrutura aérea, com destaque para os investimentos federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tornando as cidades médias importantes nós no sistema urbano. A partir do levantamento de informações na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) sobre as principais linhas aéreas (voos diretos), observa-se que as cidades médias nordestinas se articulam tanto com as suas capitais estaduais e metrópoles regionais, como com as principais metrópoles do país.

Imperatriz/MA, Juazeiro do Norte/CE e Vitória da Conquista/BA realizam voos diretos diários e/ou semanais com importantes cidades do centro-sul do país como São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF e Belo Horizonte/MG, enquanto Mossoró/RN e Caruaru/PE realizam apenas voos diretos regionais. Os fluxos do sistema aeroviário mostram que, ao mesmo tempo em que há um reforço da hierarquia urbana, há uma sobreposição de lógicas heterárquicas (CATELAN, 2013), saltando da escala local para a nacional, podendo também estabelecer conexões com cidades de outros países por meio dos aeroportos internacionais em um sistema aéreo cada vez mais interligado.

As horizontalidades e as verticalidades das interações espaciais expressam uma nova divisão interurbana do trabalho. Em um período de intensificação das relações econômicas sob a égide da globalização, a compreensão dos territórios tornou-se mais complexa. A expansão do meio técnico-científico-informacional, com modernas infraestruturas nas cidades médias, assegura a manutenção e consolidação das interações espaciais interescalares.

O contexto acima descrito nos mostra que as cidades médias nordestinas constituem vetores importantes do crescimento econômico e demográfico regional. Nos últimos anos, sofreram alterações dos seus papéis urbanos na nova divisão territorial do trabalho. Apesar do desequilíbrio na rede urbana ser uma característica marcante no nordeste brasileiro, com o protagonismo das capitais estaduais e metrópoles regionais na faixa litorânea, as novas dinâmicas econômicas e espaciais das cidades médias no interior indicam mudanças importantes na estrutura regional.

Considerações Finais

A inserção das cidades médias nordestinas nas novas lógicas econômicas globais aponta para um processo de reestruturação da cidade, com mudanças na morfologia urbana, e para um processo de reestruturação urbana, pois estas cidades ampliam a sua importância na divisão territorial do trabalho e assumem certo destaque no desenvolvimento socioeconômico regional, redefinindo antigos padrões espaciais da rede urbana.

Sem adotar uma perspectiva generalizante e de homogeneização do território, cumpre registrar que existem diferenças no ritmo e na intensidade das transformações urbanas em cada cidade média estudada neste trabalho, assim como se compararmos as transformações ocorridas no nordeste em relação a outras regiões do Brasil e do mundo.

Contudo, o fato é que a reestruturação econômica/produtiva iniciada nos anos 1970 teve fortes rebatimentos territoriais no sistema urbano, com destaque aqui para as cidades médias no nordeste brasileiro, se expressando por meio de processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Analisar estes processos é uma tarefa importante para a apreensão dos novos conteúdos da urbanização brasileira.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Base de dados estatísticos do transporte aéreo 2021**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos. Acesso em: 10 nov. 2021.

ANDRADE, M. C. Crescimento demográfico e a rede urbana no nordeste. **Revista Geográfica**, n. 78, p. 103-103, 1973.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades nédias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de geografia**, v. 6, n. 16, p. 268-288, 2005.

BRENNER, N. Restructuring, Rescaling, and the Urban Question. **Critical Planning**. Summer 2009.

BRENNER, N. Teses sobre a Urbanização. **E-metropolis.** Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, v. 5, n. 19, p. 6-26, 2014.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: Interações espaciais interescalares e cidades médias. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B; ELIAS, D., SOARES, B. R. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional (Passo Fundo e Mossoró)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.101-283.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: Loyola,1996

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros, 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. *Geografias*. v. 8, n. 1, Belo Horizonte. 2012. p. 7-23.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de S.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (org.) **O Novo Mapa do Mundo***:* Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização***.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço***:* espaço e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escalas. **Terra Livre***,* São Paulo, v. 18 n. 19, p.127-146, dez. 2002.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas***:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias***:* espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233- 253.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: economia, urbanização e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência), Unesp, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B; SPOSITO, E. S. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: **XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalizaçao e Território**, 2012, Belo Horizonte. Trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1. p. 1-17.

TRINDADE JR, S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

Submetido em: 10 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 23 de junho de 2022.
Aprovado em: 30 de junho de 2022.

Como citar este artigo:

SANTOS FERNANDES, J. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 526–552, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2263.

ATRAVESSANDO A PELE PRETA: EXPERIÊNCIA DE PRECONCEITO GEOGRÁFICO AO HABITAR PAISAGENS DO MEDO

CROSSING THE BLACK SKIN: EXPERIENCE OF GEOGRAPHIC PREJUDICE IN INHABITING LANDSCAPES OF FEAR

CRUZANDO LA PIEL NEGRA: EXPERIENCIA DE PREJUICIO GEOGRÁFICO AL HABITAR PAISAJES DE MIEDO

Douglas Vitto
Universidade Estadual de Londrina.
E-mail: d_vitto@hotmail.com

Jeani Delgado Paschoal Moura
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: jeanimoura@uel.br

Resumo:
Este artigo aborda o preconceito geográfico experienciado por pessoas que habitam, constituem e são constituídas pelos bairros União da Vitória e Vista Bela, ambos no município de Londrina, Paraná. O objetivo foi desvelar como o preconceito geográfico se manifesta no cotidiano e quais são os seus desdobramentos. A metodologia de pesquisa consistiu em diálogos com essas pessoas em torno das diversas formas de sentir e ser no preconceito, por meio de chamadas de vídeo pelo WhatsApp, devido a necessidade de isolamento social, em função do período pandêmico no momento da pesquisa. Como resultados, a pesquisa revelou alguns elementos que compõem o preconceito geográfico e que merecem futuros aprofundamentos, como a violência, a pobreza, a localização periférica em bairros carentes e a questão racial. Conclui-se que as paisagens estudadas, constituídas em sua maioria por pretos, apesar de invisibilizadas na história oficial de Londrina, possuem um modo de ser e estar próprio.

Palavras-chave: periferia pobre, questões raciais, violência, União da Vitória, Vista Bela.

.

Abstract:
This paper addresses the geographic prejudice experienced by people who inhabit, constitute and are constituted by the neighborhood União da Vitória and Vista Bela, both in the city of Londrina, state of Paraná. The objective was to unveil how geographical prejudice manifests itself in everyday life and what are its consequences. The research methodology consisted in dialogs with these people around the multiple ways to feel and to be in the prejudice, by means of WhatsApp video calls, due to the need of social isolation, depending on the pandemic moment at the time of the research. As results, the research revealed some elements that compose the geographic prejudice and that deserve further deepening investigation, such as the violence, the poverty, the peripheral location in deprived neighborhoods and the racial issue. It was concluded that the landscapes-neighborhoods studied, made up mostly by black people, despite having been made invisible in official history of Londrina, have their own way of being.

Keywords: poor outskirts, racial issues, violence, União da Vitória, Vista Bela.

Résumé / Resumen:
Este artículo aborda el prejuicio geográfico experimentado por las personas que habitan, constituyen y son constituidas por los barrios "União da Vitória" y "Vista Bela", ambos en la ciudad de Londrina, Estado de Paraná. El objetivo fue desvelar cómo se manifestan los prejuicios geográficos en la vida cotidiana y cuáles son sus desdoblamentos. La metodología de la investigación ha consistido en diálogos con estas personas alrededor de las diversas formas de sentir y estar en el prejuicio, a través de videollamadas por WhatsApp, debido a la necesidad de aislamiento social, debido al período de pandemia en el momento de la investigación. Como resultados, la investigación ha revelado algunos elementos que conforman el prejuicio geográfico y que merecen ser profundizados en el futuro, como la violencia, la pobreza, la ubicación marginada en barrios pobres y la cuestión racial. Se concluye que los paisajes-barrios estudiados, en mayoría formados por personas negras, a pesar de ser invisibles en la historia oficial de Londrina, tienen su propia forma de ser y estar.

Mots-clés / Palabras-clave: barrios pobres, cuestiones raciales, violência, União da Vitória, Vista Bela.

Introdução

Esse artigo dá centralidade ao preconceito geográfico experienciado por habitantes que constituem e são constituídos por dois bairros periféricos carentes, União da Vitória e Vista Bela, no município de Londrina, Paraná. Na sensação de segurança e insegurança, na experiência cotidiana de seus habitantes, se desvelou o preconceito geográfico (VITTO, 2021). Para Albuquerque Jr (2012) do entendimento apressado, superficial e estereotipado ao associar a pessoa ao lugar onde habita, nasce o preconceito geográfico, entendido como a relação de posse, em que se delimitam fronteiras, considerando como inferior o que está fora dela.

As percepções imediatas não são suficientes para envolver profundamente nossas emoções, pois é por meio da experiência que as pessoas introjetam as tonalidades afetivas e conhecimentos da paisagem ao serem constituídas e constituírem-na no envolvimento profundo ser-lugar (MARANDOLA JR, 2012). Na periferia pobre não há imagem de satélite que dê conta de mapear sua intensa dinâmica, onde se mora, joga baralho nos finais de semana, bebe no bar, entre outras atividades (NABOZNY, 2011). Nas experiências paisagísticas, o corpo sensível ocupa lugar central, pois é sentido, vivo, receptáculo dos afetos e espacialidades afetivas, mergulhado nas experiências paisagísticas polissensoriais.

Por meio do corpo-vivo-existencial, o homem se lança no mundo em direção ao outro, experienciando-o (MARANDOLA JR, 2014). O corpo é repelido e atraído em relação ao que lhe causa repulsa ou agrado e por meio de seus intermédios experiencia e imagina paisagens, lugares e espaços. É o corpo, com seus órgãos sensitivos, sendo e estando mergulhado na paisagem, que constrói a

experiência humana. Dos sentidos e de sua significação, somados à cultura e ao ambiente, é que criamos lugares, paisagens e imagens mentais (TUAN, 2013).

Os bairros União da Vitória e Vista Bela podem se tornar paisagens ao serem experienciados por seus habitantes por meio da visão, olfato, paladar, tato e audição, tornando parte de si, diluindo sujeito e objeto, afetando a carne e o sangue, em uma horizontalidade, abertura e estranheza (MARANDOLA JR, 2013; BESSE, 2014; DARDEL, 2015; TUAN, 1979).

Em alguns momentos o União da Vitória e Vista Bela serão considerados bairros ao se referir apenas a sua materialidade e, quando envolver a dimensão da experiência direta, serão nomeados de paisagens. Paisagens que podem propiciar insegurança ou segurança. A paisagem é como horizonte de passagem, superfície sensível afetada de algum modo por aquilo que acontece, os acontecimentos. Experienciar a paisagem envolve passividade, receptividade, disponibilidade, abertura e exposição, envolvendo vulnerabilidades e riscos. Se não há exposição, nada lhe passa, acontece-lhe, toca-lhe ou ameaça-o, nada acontece, pois é incapaz de experiência. Experiência envolve encontro com algo que se experimenta, expondo-se e atravessando um espaço indeterminado e perigoso (LARROSA, 2019).

O uso do termo habitante e habitar considera a dimensão da experiência enquanto modo de habitar um mundo encarnado no espaço e tempo, com os outros (LARROSA, 2019), numa abertura, em um ser-e-estar-no-mundo (MARANDOLA JR, 2020), indo de encontro, sendo atropelado, habitando o corpo pelo mundo e o mundo pelo corpo. Conforme Marandola Jr (2020, p. 37), “seres-em-

situação encarnados em seus lugares", possibilitando o conhecimento acerca da existência por meio da experiência. Habitar a paisagem é ser paisagem. Ela é introjetada em nós por meio da experiência, afeta a carne e o sangue (DARDEL, 2015), num horizonte de possibilidades. Ao mesmo tempo, em que atribuímos tonalidade afetiva à paisagem, constituindo-a. Essa associação parece estar presente no preconceito geográfico (ALBUQUERQUE JR, 2012) ao relacionar pessoa e lugar, entretanto, numa perspectiva generalista e depreciativa, que desqualifica a paisagem ao estereotipá-la.

O preconceito é um conceito apressado, opinião, descrição, caracterização, explicação, que antecede o esforço verdadeiro para conhecer o outro em sua diferença. Preconceito que diz mais sobre quem o emite a respeito dos conceitos da sociedade. O preconceito geográfico baseia-se em marcar alguém por pertencer ou dividir um território, espaço, lugar, vila, cidade, província, estado, região, nação, país, continente, considerado inferior, menos civilizado, inóspito, e habitado por pessoas cruéis, feias e ignorantes.

Marcamos todos com estigmas, estereótipos e preconceitos que envenenam o dia a dia, manifestam-se e explodem nas atividades do cotidiano (ALBUQUERQUE JR, 2012). Preconceito gerado na verticalidade àqueles que estão afastados (BESSE, 2014) e não imersos na horizontalidade. O preconceito racial atravessa o preconceito geográfico, se encontram, mas não são iguais. O racismo baseado na cor preta para estigmatizar, inferiorizar, deixar na mira dos crimes de homicídio e excluir da vida política, mercado de trabalho e ambientes educacionais.

A metodologia de pesquisa buscou perseguir as ideias de Larrosa (2019) sobre o valor da experiência enquanto algo que nos toca, nos acontece e nos passa, e não o que toca, acontece e se passa. O sujeito moderno informado e que opina é um consumidor voraz e insaciável de notícias. Tudo o choca, excita, atravessa, mas nada lhe acontece, assim, a ausência de silêncio e memória são inimigas mortais da experiência. Experienciar requer que algo nos toque ou nos aconteça.

Nesse sentido, a metodologia consistiu em conversar com pessoas que habitam, constituem e são constituídas pelo União da Vitória e Vista Bela, com o objetivo de suspender a opinião e automação da ação, nos demorar nos detalhes, sentir mais devagar, escutar o outro, abrir os olhos e os ouvidos, cultivar a atenção e delicadeza, ter paciência e dar-se tempo e espaço. Devido a pandemia Covid-19 esses diálogos aconteceram via chama de vídeo pelo WhatsApp, em que buscamos captar a experiência ou conhecimento da experiência direta e íntima, que segundo Tuan (2013), são mediadas por símbolos e influenciam os conhecimentos e construções da realidade, pois se voltam para o mundo exterior, para aquilo que nos acomete no sentido de passividade. Para preservar o nome civil dos participantes foram usados os seguintes pseudônimos: Matheus, Carmem, Theo, João, Gabriela e Maria, Falcão, Helena, Turner e Cândida.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, "A Questão Racial e o Preconceito Geográfico em Londrina", discutimos a paisagem do medo (TUAN, 2005) e o contexto de violência no União da Vitória e Vista Bela, ambos constituídos por parte da população preta e invisibilizada. Na segunda e terceira

partes, “Diálogos com habitantes do União da Vitória” e “Diálogos com habitantes do Vista Bela”, abordamos o contexto e as experiências de preconceito geográfico nestas paisagens do medo.

A Questão Racial e o Preconceito Geográfico em Londrina

O preconceito geográfico por meio de caracterizações depreciativas pode gerar medo e estranheza nas pessoas, permitindo tecer relações com paisagens do medo. As paisagens do medo referem-se a ausência de controle, naturais, humanas, estados patológicos e meio ambiente real. Toda construção humana, mental ou material, pode compor uma paisagem do medo. Medos que estão em nós e projetamos nas pessoas, lugares e paisagens. As casas, cidades, campos de cultivo, fronteiras servem para controlar o caos. Cada casa, muralha, cerca, fronteira, radar é uma espécie de fortaleza, geradora de segurança para defender os seus habitantes de forças hostis, que podem estar em todos os lugares (chuva, vento, lobo, doenças, exércitos estrangeiros, loucos, estranhos, entre outros) (TUAN, 2005). Construções humanas que refletem o medo e a busca por segurança.

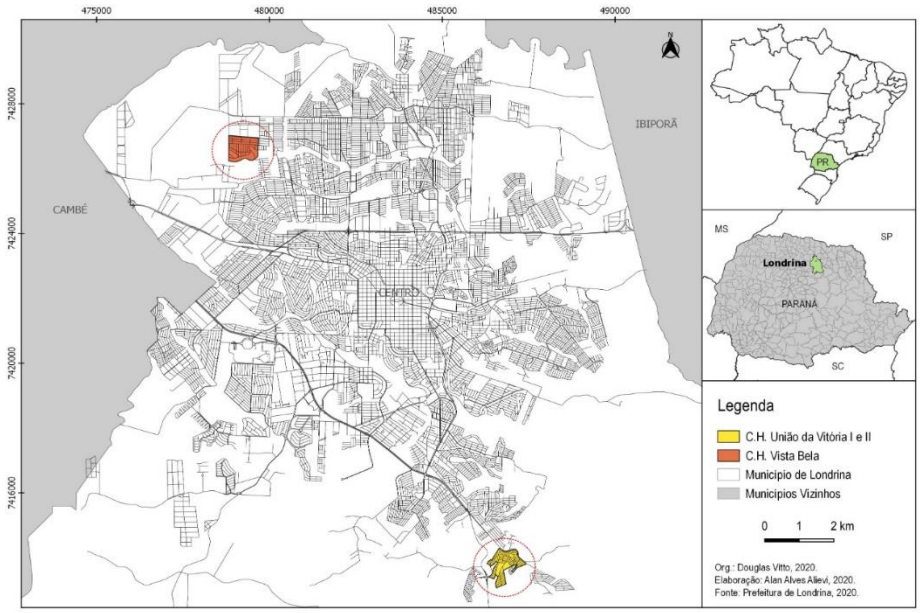
Exemplos que podem desencadear a insegurança e ansiedade, medo nas pessoas, pois, entre os gatilhos para gerar medo e compor paisagens do medo, encontram-se a violência constituída por roubos, homicídios e tráfico de drogas. A cidade enquanto *lócus* de aglomeração de pessoas pode gerar grande realização, mas também produzir violência (TUAN, 2005). Quando pensamos na violência – homicídios e tráfico de drogas –

manifestada em Londrina, percebemos que viver na cidade é estar exposto à possibilidade de eliminação do corpo e do viver.

Considerando que a experiência de estar lançado na paisagem constituindo-a e sendo constituído por ela envolve presença atraente ou estranheza (DARDEL 2015). Tuan (2005) permite pensar essa estranheza ao propor a ideia de Paisagem do Medo enquanto experiência do homem com o meio, permeada pela ansiedade e insegurança diante da ausência de controle.

O pensamento de Tuan é centralizado no medo que permeia a experiência do homem na paisagem, entretanto não é focado nos contextos brasileiros que podem provocar medos na população. Nesse sentido, relacionamos a paisagem do medo ao contexto de violência na cidade de Londrina que atravessa o União da Vitória e Vista Bela, ambos localizados nos limites da malha urbana de Londrina, respectivamente nos extremos, sudoeste e noroeste (fig.1).

Figura 1 - Localização dos bairros Vista Bela e União da Vitória, Londrina-PR.



Fonte: LONDRINA, 2020.

O União da Vitória e o Vista Bela são constituídos principalmente por pessoas pretas. Os jovens pretos são os principais alvos dos crimes de homicídios. O corpo preto antes de morrer, até o encerramento abrupto da vida pelo homicídio, sofre intensa privação do viver ao estar na mira dos enquadramentos policiais, habitar longe dos centros de participação política, excluído da universidade e alvo de preconceitos (SILVA, 2014).

No entanto, não é apenas a violência que permeia a experiência nessas paisagens, apesar das adversidades, elas compõem a vida emocional, familiaridade e invólucro que proporcionam a segurança. Sendo paisagem, experienciaram seus filhos crescerem, as relações de vizinhança, o ar gélido do inverno, as altas temperaturas do verão, medos, risadas, esperanças e a

passagem do tempo. Horizonte do sentir que, por meio de um corpo-vivo-existencial, se constitui ao experienciar (MARANDOLA JR, 2014).

A família, amigos, corpo, rotina e estilo tecem o casulo protetor (GIDDENS, 2002), isto é, a confiança básica que é uma orientação emotivo-cognitiva em relação aos outros, aos objetos e organização interpessoal no tempo e no espaço. Marandola Jr (2006) traz importante contribuição para pensar o casulo protetor considerando a dimensão espacial, reflexão da espacialidade humana para pensarmos a vulnerabilidade existencial. Os casulos protetores são reflexos dos medos que nos perseguem ao longo da vida, aparecendo e desaparecendo.

O medo é subjetivo, pois está em nós. Alguns são produzidos por um ambiente ameaçador e outros não. Os medos mudam ao longo do tempo. Alguns surgem na infância, e outros na adolescência e/ou vida adulta. Determinados medos persistem e/ou desaparecem ao longo da vida. Alguns medos específicos são apreendidos e podem variar em tipo e intensidade entre as pessoas. A imaginação sobre espaços representados por tentações e ameaças podem ampliar o medo (TUAN, 2005).

O medo é composto pelo sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é associado a um evento inesperado e impeditivo do meio ambiente. A ansiedade é a resposta difusa de medo, habilidade de antecipação, pressentimento de perigo, principalmente quando o sujeito se depara ou está imerso em determinada paisagem estranha e desorientadora, longe de seu território e aspectos conhecidos que lhe fornecem segurança. O medo humano pode ser potencializado pela vergonha e culpa (TUAN, 2005).

O medo que está em cada um de nós é projetado nas outras pessoas, paisagens e lugares, diante das sensações da perda de controle, incapacidade de exercer poder e barrar as potenciais fissuras ao nosso casulo protetor. Esses comportamentos são associados a estranhos, assaltantes, ladrões, assassinos e imigrantes pobres. A pobreza como fonte potencial de corrupção moral assombra e transforma as ruas, as cidades, o campo, o pátio de recreio da escola, isto é, espaços, que deveriam possibilitar o desenvolvimento das pessoas, tornam-se amedrontadores, se configurando como paisagens do medo. Como resposta, algumas paisagens são evitadas. Muros e cercas de casas, prédios, condomínios são tentativas de proteção contra inimigos humanos, caos e violência, criando proteções contra ameaças decorrentes das ações humanas que podem se manifestar em variadas escalas (TUAN, 2005).

Quando as pessoas não conseguem estabelecer confiança e solidez na relação com pessoas e objetos que as circundam, elas apresentam seu casulo protetor mais frágil em filtrar ameaças externas. O casulo protetor pode ser rompido temporariamente ou permanentemente. As pessoas lidam com perigos, que despertam medo, alterando comportamentos e pensamentos cotidianos (GIDDENS, 2002).

Em Londrina, condomínios verticais e horizontais fechados concentrados na região sudoeste, por exemplo, são habitados principalmente por brancos e podem ser considerados exemplos de fortificações contra a violência associada aos bairros habitados por pessoas pobres e pretas (GALDINO, 2017). Para alguns, a segurança pode ser mais importante no bairro do que na casa, em

outras palavras, a insatisfação com a casa pode não implicar descontentamento com o bairro (TUAN, 2005).

Entre 2010 e 2014, o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS II - responsável pela proteção e acompanhamento de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas, por determinação judicial, em Liberdade Assistida) declarou que dos 56 jovens vítimas de homicídio em Londrina, 40 eram pretos (GALDINO, 2017). 71% dos mortos eram pretos e 29% brancos. Dos 40 pretos mortos vítimas de homicídios, 27 não frequentavam salas de aula na época de suas mortes. Do total de mortos, a polícia foi responsável por ceifar a vida de 19 pretos nas ações de repressão policial que externa o racismo. 12 morreram na zona norte, nove na zona sul, 11 na zona leste, 14 na zona oeste e oito no centro de Londrina. Dos 24 mortos em confronto policial, 19 eram pretos e cinco brancos.

Ao coletar dados junto ao Instituto Médico Legal de Londrina (IML), para o período de 2005 e 2014, Galdino (2017) verificou que o número de homicídios predominou nas áreas periféricas habitadas, principalmente, pela população preta. Ao analisar a morte de pretos em Londrina por bairros, entre 2005 e 2014, desvelou 36 homicídios no União da Vitória e 15 no Parigot de Souza, onde se encontra o Vista Bela, bairros permeados intensamente pelas práticas de eliminação dos corpos e vidas da população preta.

Em seu processo histórico, Londrina contou com grande participação de migrantes de São Paulo e Minas Gerais, no entanto, os imigrantes estrangeiros, mesmo sendo minoria, sobrepujaram os demais grupos populacionais como os pretos (GALDINO, 2017).

Existem homenagens aos ingleses e japoneses, mas os pretos são invisibilizados, deixados longe do centro histórico, negados e não reconhecidos pela significativa contribuição para a expansão agrícola londrinense (SOUZA, 2014). A localização dos pretos em Londrina expressa, conforme Silva (2014, p. 22), que "[...] continuam ser uns eternos estrangeiros em seu próprio território", isto é, não são vistos como constituintes da história oficial de Londrina, com suas memórias apagadas são deixados à margem do acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e cultura.

As paisagens do medo e o preconceito geográfico têm cor. Os homicídios na cidade de Londrina podem ser entendidos enquanto causa da estranheza que permeia a relação do homem com a terra (DARDEL, 2015), no caso, principalmente aqueles que não habitam o União da Vitória e Vista Bela, com maiores chances de impossibilitar que seus habitantes, principalmente pretos, realizem a sua existência. Se a introjecção do lugar permite que nos tornemos os lugares que vivemos (MARANDOLA JR, 2012), os homicídios impedem o estar-no-mundo (BESSE, 2014).

Para Albuquerque Jr (2012), os estereótipos surgem da caracterização grosseira e indiscriminada do outro, dita em poucas palavras, em um esboço negativo. As diferenças e complexidades são apagadas em prol de superficialidades e semelhanças sem profundidade. Leitura do outro simplificada e acrítica que induz uma imagem e verdade não passíveis de problematização. Uma forma de ver e dizer o outro, vinculando-o a práticas, tornando-o realidade e subjetivado. Paisagens negadas por serem constituídas por pretos e pobres, não inclusos, dificultando o conhecimento e

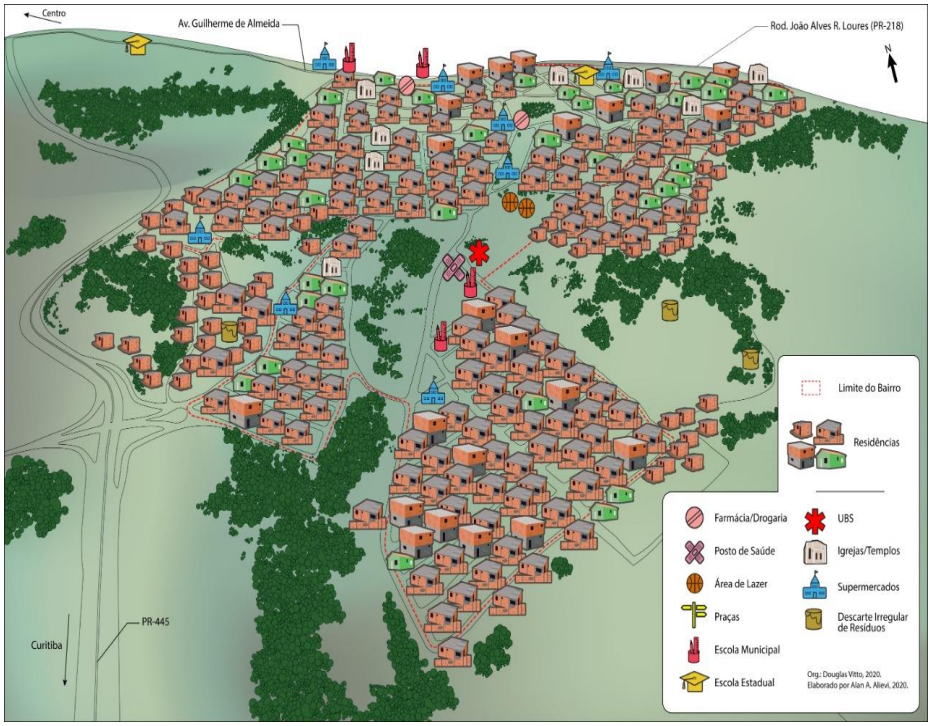
experiência com este outro e o rompimento de descrições grosseiras, negativas, associadas a violência.

No começo de sua estruturação o União ganhava visibilidade por meio dos noticiários de mortes oriundas de brigas ou ações policiais, sendo estigmatizado (GALDINO, 2017). O mesmo se aplica ao Vista Bela. Paisagens do medo para os outros, pois o medo está neles. E, se a paisagem contém dimensões de nós, essas dimensões, ao olhar dos outros, podem causar estranheza. Eis os diálogos...

Diálogos com habitantes do União da Vitória

A memória urbana do União da Vitória surge por meio do tensionamento entre famílias sem-terra e sem-teto com o governo na escala municipal e estadual.

Figura 2 – Mapa Ilustrado do Bairro União da Vitória, Londrina-PR.



Fonte: AUTOR, 2021.

Na figura 2 é possível identificar elementos que representam simbolicamente o bairro União da Vitória com ruas assimétricas em largura, subindo e descendo, esparramadas sobre um relevo acidentado/irregular, com casas heterogêneas em altura e largura, muradas e não muradas, de autoconstrução não rebocadas, casas pintadas, telhados frágeis de Eternit, casas construídas pelas próprias famílias e com recursos próprios, unidade básica de saúde (UBS), farmácia/drogaria, posto de saúde, área de lazer, praças, escola municipal, escola estadual, igrejas, supermercados e estabelecimento para descarte de resíduos.

A paisagem "não atrativa" do União da Vitória remete à ausência de planejamento e padronização, refletindo o nascimento deste bairro a partir da iniciativa de luta e resistência de seus habitantes. Distante da região central de Londrina, a 12km, o União da Vitória teve início em 16 de agosto de 1985 com 15 famílias londrinenses de ex-agricultores que, após realizarem o êxodo rural, ocuparam o terreno, composto por extensa faixa rural de solo rochoso inapropriado para habitar, da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB) (CAMPONEZ, 2005).

Anos se passaram e surgiu o questionamento sobre os pontos de encontro e desencontro entre a violência imaginada e a violência experienciada no União. Noção de violência que alimentava o preconceito por habitar, constituir e ser constituído pelo União da Vitória. Nesse momento da pesquisa, para desvelar as experiências daqueles que habitam o União da Vitória, pretendíamos nos lançar no União da Vitória, mas devido à pandemia da Covid-19, não foi possível.

Com isso, optamos por promover conversas virtuais via chamada de vídeo no WhatsApp e gravá-las no notebook. Ao entrar em contato via mensagem no Instagram com a Gabriela do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e ex-habitante do União da Vitória, conseguimos a indicação de habitantes que nos conduziram a outros sucessivamente. Conseguimos conversar com seis habitantes sobre a mobilidade a outros lugares da cidade, a experiência de violência, o preconceito geográfico, a vida no União da Vitória e os desejos de melhoria.

Entre março e abril de 2021, mergulhamos no União da Vitória. Não estávamos lá com nossos corpos fisicamente, mas face

a face virtualmente, de olhos, ouvidos e coração aberto, deixamos as narrativas, entonações de voz e expressões faciais entrarem em nós. Por meio dos relatos de experiências de Matheus, Carmem, Theo, João, Gabriela e Maria, mergulhamos, imaginamos e conhecemos um pouco da vida daqueles que estão com os corpos lançados experienciando, constituindo e sendo constituídos numa introjecção, um União, Uniões, que para nós eram incógnitos, desconhecidos.

O desafio dessa pesquisa empírica foi deixar a consciência de realidade, imaginário e espaço atravessarem o corpo na mediação pelo "pensamento paisagem". A percepção do sujeito torna o ambiente uma paisagem, fazendo da experiência um horizonte de pensamento e paisagem que, por meio da visão corporificada, escreve sobre o mundo (SASSI; NABOZNY; CHAGAS, 2021). As conversas, baseadas em um roteiro semiestruturado, giraram em torno das indagações: como é para você a locomoção para outros bairros de Londrina? Já sofreu algum tipo de violência no União da Vitória? Como você entende a violência no União da Vitória? Você já sofreu preconceito por ser União da Vitória? Como é viver no União da Vitória? O que você gostaria que mudasse no União da Vitória?

As narrativas possibilitadas pelo diálogo, mostraram que o preconceito sobre o União da Vitória coloca seus habitantes numa situação de não pertencimento a outros espaços da cidade. Carmem, que é União da Vitória, em algumas situações se sentiu constrangida por expressar abertamente o nome de onde habita e é constituída, pois, ao revelar o seu lugar, ela poderia ser impedida de conseguir uma vaga de emprego, além de tal fato já ter sido motivo de risadas na escola, como narrou nossa interlocutora. O relato de Carmem expressa como alguns lugares de trabalho, escola,

amizades e até mesmo o ambiente hospitalar que frequentou não foram acolhedores, gerando constrangimentos de falar onde habita, levando-a a negar uma parte de si.

Receio de indicar onde habita também permeou Theo em situações em que arquitetou formas para não gerar estranhamento, julgamento e não aceitação por parte do outro ao revelar uma parte de si,

> Antigamente, desde o começo eu saia pra uma balada, eu conhecia alguém, ai eu não falava que eu morava no União, porque se eu falava o povo ficava com preconceito. Ai eu falava que morava no ouro branco, na rua das orquídeas, eu inventava um nome de rua (THEO, 2020).

Essa tensão foi expressa ao entrar em contato com outros espaços e pessoas, como, por exemplo, em baladas. A omissão de parte de si, ao informar outros lugares imaginários de moradia, foi motivada pelo receio ao que os outros iriam pensar/dizer, o que mostra a insegurança ao experienciar outros lugares.

O preconceito geográfico sobre o João foi recorrente ao longo de suas experiências de trabalho ao experienciar outros lugares. Ele rememorou situações em que foi chamado de "favelado" na intenção de inferiorizá-lo por habitar e ser União da Vitória. João entendia as oportunidades em um novo emprego enquanto caminho alternativo ao da criminalidade, entretanto, a falta de acolhimento marcou uma de suas experiências de emprego, no qual sofreu uma acusação de roubo, associando as suas características físicas com o seu lugar de morada.

Tal fato demonstra que o preconceito geográfico está arraigado na sociedade, pois se presentifica em outras paisagens periféricas pobres. Pelas narrativas de João, o mundo periférico

pobre não tem a liberdade para demonstrar um estilo de vida próprio, como cantar rap e gingar capoeira, por exemplo, o que reverbera em motivos para depreciação, acusações, e diferentes formas de inferiorização. João chama de "inferno" as situações cotidianas de desconforto, ausência de paz, não acolhimento, não pertencimento, negação de sua existência por ser um homem preto e ser União da Vitória.

Maria reconhece, desde criança, ter experienciado preconceito geográfico por ser do União da Vitoria e migrante nordestina, cuja origem internalizada em seu sotaque "arrastado". Esse preconceito geográfico sobre o nordestino está baseado nos estereótipos de "baiano", "paraíba", "nortistas", utilizados genericamente por sulistas, paulistas e cariocas ao verem os nordestinos como retirantes, flagelados e migrantes (ALBUQUERQUE JR, 2012). Essa singularidade em seu modo de ser, duplamente negada, levou Maria a se envolver em algumas brigas corporais com crianças da escola que a chamavam de "sem-terra", enquanto uma forma de contestar o preconceito geográfico, por crianças que não eram o Nordeste e nem o União da Vitória.

Maria relata que devido à grande quantidade de mortes no União da Vitória, suas amigas tinham dificuldade para conseguir emprego e a alternativa era informar o endereço de outras pessoas. O preconceito geográfico afetou algumas relações amorosas, como mostra Maria, nas quais as pessoas que habitavam paisagens próximas gostavam de conversar virtualmente, mas não estavam dispostas a se lançarem no interior do União para encontrá-la. Percebemos o poder do preconceito quando Maria narrou sobre os comentários de inferioridade no local de trabalho, o que levou sua

tia a vender a casa no União da Vitória e comprar terreno em outro bairro para evitar tamanho preconceito.

As narrativas de Matheus, Carmem, Theo, João, Gabriela e Maria sobre a manifestação do preconceito geográfico em suas experiências ao constituírem e serem constituídos pelo União da Vitória foram permeadas por indignações, frustações, revoltas e ressignificação no decorrer do tempo, o que não foi diferente na pesquisa com moradores do Vista Bela. Assim como o União da Vitória, o Vista Bela refere-se aos excluídos da cidade de Londrina reforçando o processo de segregação dos bairros pobres, como veremos adiante.

Diálogos com habitantes do Vista Bela

O Vista Bela é fruto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, pelo Governo Federal, na tentativa de diminuir o *déficit* habitacional do país, atendendo pessoas com renda até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que moravam em ocupações irregulares ou pagavam aluguel (BEZERRA, 2014). O anúncio da construção e instalação do Vista Bela, em 2011, foi como uma ilha de esperança, terra firme para aqueles que estavam sem suas casas próprias.

Figura 3 – Mapa Ilustrado do Condomínio Residencial Vista Bela, Londrina-PR.



Fonte: AUTOR, 2020.

O contexto de criação deste bairro, oriundo do PMCMV do Governo Federal, explica a estética mais padronizada das casas e edifícios em relação ao União, com mesma altura e largura até nas janelas e portas, casas com telhas romanas formando um circunflexo e paredes nos tons amarelo e laranja claro, prédios com cores claras e ruas simétricas. Casas e apartamentos com características estéticas homogêneas e aparente apagamento das singularidades.

O Vista Bela encontra-se a 8,5km do centro da cidade e 3,5 km da Avenida Saul Elkind (VINCENTIM; KANASHIRO, 2016). A distância do bairro em relação a outros equipamentos urbanos é, até hoje, experienciada por parte de seus habitantes. Inúmeros

fatores contribuíram para o desencantamento do Vista Bela aos olhos de seus habitantes e não habitantes como, por exemplo, o doloroso processo de reterritorialização de algumas famílias.

Ao chegarem no Vista Bela, não havia escolas, posto de saúde, farmácia e supermercados no bairro. A alternativa era deslocar-se para outros bairros em busca destes serviços. O Vista Bela também se encontrava distante do local de trabalho de muitos trabalhadores e seus familiares e amigos. A ausência de equipamentos e serviços dificultavam o acesso e, ao mesmo tempo, restringiam a possibilidade de construção da identidade no bairro.

Inicialmente o Vista Bela possuía somente algumas praças e áreas de lazer, e pela articulação entre os habitantes, conquistou-se mais recursos como escola municipal, escola estadual, unidade básica de saúde (UBS) e circulação de ônibus pelas ruas deste bairro. Quanto ao acesso à educação, até meados de 2017, não havia escolas de Ensino Fundamental e Médio, o que desestimulava alguns jovens a estudarem, pois teriam que se deslocar para lugares distantes e pagarem passagens de ônibus. As igrejas e estabelecimentos comerciais surgiram por iniciativa dos habitantes.

Entramos em contato com os habitantes do Vista Bela, para por meio dos relatos de experiências dos habitantes desvelar como a violência, a sensação de segurança, a insegurança e o viver numa introjecção junto ao Vista Bela se manifestam cotidianamente. O primeiro contato ocorreu por Instagram com Cândida, habitante do Vista Bela, que indicou outros habitantes. Algumas pessoas indicadas por ela não quiseram participar por falta de tempo e outras por estarem lidando com o luto pela morte

de vizinhos vítimas da Covid-19. Conseguimos conversar com seis habitantes.

Em conversa com Falcão, Helena, Turner e Cândida, que são do Vista Bela, desvelou-se o preconceito geográfico em suas experiências cotidianas ao estarem com seus corpos lançados na interioridade e exterioridade do Vista Bela. Por meio da pergunta, "Você já sofreu preconceito por ser Vista Bela?", travamos a dialogia com pessoas do terceiro setor, da pedagogia, estudante do Ensino Médio, aposentada por invalidez, desempregada e graduanda em Artes Visuais. Os habitantes com os quais conversamos, antes de relatarem suas experiências de preconceito geográfico, fizeram uma pausa com inúmeras lembranças vividas em suas mentes, expressando em palavras, sentimentos vividos, pensativos e distantes. Após alguns segundos, começaram a falar. Muitos disseram que esse preconceito, em seu cotidiano, é frequente em diferentes intensidades.

Em seu cotidiano como ativista de favela, Falcão considera comum, porém não normal, o preconceito geográfico, pois ele diz que seu estereótipo, discurso e vestimenta expressam seu ser da favela, pessoa da quebrada, e isso gera olhares e julgamentos. E, quanto ao racismo, se você for branco, mas pobre, você é considerado preto no modo como as pessoas se relacionam com você. Falcão já ouviu falas como: "eu sou luz nessas vidas apagadas". Essa fala reflete a posição de superioridade em relação aos habitantes do Vista Bela, enquanto pessoas sem vida, sem humanidade, sem civilidade, sem esperança, sem perspectivas de futuro e largadas à própria sorte. Fala herdada da colonização baseada no argumento de levar

civilização para os povos não civilizados, sem alma. Um Vista Bela sem vida e sem dignidade.

Outra fala que Falcão ouviu foi "e lá onde você mora tem mais pessoas assim como você? Como eu posso dizer... hã...exóticas?". A palavra exótica remete ao que é esquisito, excêntrico, que não é nativo. E, no contexto da frase, foi para se referir aos pretos de maneira inferiorizada e animalesca. Falcão, ao se deparar com esses e outros discursos preconceituosos, contra-argumenta, resiste e permanece na luta enquanto mulher preta da quebrada Vista Bela.

Quando Helena revela habitar no Vista Bela, os não habitantes encaram-na como "se morasse em outro planeta", ou lugar fora do comum, anormal. Além disso, ela relatou o caso de a pessoa não perceber estar cometendo preconceito geográfico ao falar sobre a violência apenas por habitar o Vista Bela, como se a violência estivesse proliferada em todos os seus cantos.

Turner mostra o medo das pessoas irem ao Vista Bela, o que dificulta o acesso a alguns serviços como, por exemplo, o gesseiro, a marmoraria e entrega de lanche. Os prestadores de serviços anunciam que fazem entrega em toda Londrina, mas alguns se negam a ir ao Vista Bela, ou seja, negam uma parte de Londrina. Turner mencionou a facilidade de acesso ao Uber por sempre usar o aplicativo, mas ressalta que, dependendo "da hora e da rua", eles consideram "área de risco", em outras palavras, área com possibilidade de assalto, mortes e agressão ao corpo.

Esse preconceito geográfico afeta Cândida desde a infância, antes mesmo de habitar o Vista Bela. Preconceito enfrentado no ambiente escolar e mantido ao frequentar cursinhos pré-

vestibulares. A não aceitação para si do Vista Bela que habita e a constitui, que constituía seu ser e que era constituído por ela, motivava Cândida a pegar outras linhas de ônibus para não ser vista chegando no cursinho no ônibus, cuja linha ligava diretamente ao Vista Bela. Esse desvio demandava mais tempo e cansaço. Um preconceito em relação a si própria, até maior ao preconceito das outras pessoas.

Ao ingressar na universidade como estudante de Artes Visuais e entender a importância de aceitar suas origens, Cândida conseguiu desconstruir esse preconceito geográfico, entretanto, ainda se depara com o preconceito pelos não habitantes, como, por exemplo, quando precisa utilizar o Uber, situação que apareceu durante a pesquisa em vários relatos.

Ao constituir e ser constituído pela paisagem que experiencia por via dos sentidos, o habitante é delineado por uma circunstancialidade que se diferencia de outras paisagens que podem ser entendidas como estranhas, perigosas e ameaçadoras. Espaço geográfico estruturado em centro e periferia com valores decrescendo para a periferia. Isto é, o mundo percebido como o "self", centro, estruturação egocêntrica ordenada, dotando de menor valor o que está longe do seu "self".

Se a memória urbana da origem de Londrina remete ao colonizador europeu, e, na atualidade, brancos que ocupam em maior parte a área central e Gleba Palhano com seus respectivos cartões postais, as periferias, pobres, pretas, são dotadas de menor valor devido à sua circunstancialidade. O apagamento da história da população preta em Londrina, considerada inferior, sujeita a

sofrer violência e a valorização da branquitude enquanto símbolo de desenvolvimento (SILVA, 2014).

A aceitação do outro, do União da Vitória e Vista Bela requer aceitá-los em sua circunstancialidade e não o seu apagamento para tentar torná-los semelhantes às demais áreas da cidade, porque não são. As narrativas de experiência do preconceito geográfico, por serem União da Vitória e Vista Bela, lembram Sassi, Nabozny e Chagas (2021) ao escreverem que nossos corpos estão imersos na cultura e tem fronteiras permeáveis, sendo privados e públicos, sítios de dor e prazer, discursivos, dominadores e dominados por outros corpos ao estarem no mundo, podendo expandir-se ou retrair-se.

A rotina diária pode condicionar o nosso acesso a lugares específicos da cidade normalmente ligados à rota de casa, trabalho, estudos e lazer. Poucos lugares experienciados diretamente frente à gama de possibilidades desconhecidas. A ausência de experiência direta, interioridade (BESSE, 2014), em alguns lugares podem promover o descolamento da geograficidade e historicidade, intensificando a insegurança ontológica e estranhamento (DARDEL, 2015) diante do desconhecido. As pessoas usam sistemas de valores e significados, produzindo mecanismos de identificação, de acordo com Marandola Jr (2006, p. 45): "o reconhecimento do eu por ele mesmo e pelos outros está atrelado a um lugar, e assim permanece sempre que for nominado, implícito ou explicito".

Preconceito geográfico atravessado pela pobreza, violência, localização periférica e racismo tensionando o casulo protetor dos habitantes, disseminando medos e ansiedades. Preconceito produzido e reproduzido por meio de imagens expostas pela mídia e

palavras que chegam aos não habitantes, alimentando o imaginário sobre a violência. O diferente a determinado ambiente social pode tornar-se uma categoria perigosa, má, defeituosa, fraca, que deve ser afastada (GOFFMAN, 2017). Para Lowenthal (1982), os estereótipos influenciam o aprendizado e saber das pessoas sobre os lugares. A educação e o tempo podem corrigir os estereótipos, mas não extinguem os estereótipos sobre algumas terras e povos.

Considerações Finais

O preconceito geográfico e o racismo permeiam a experiência dos habitantes com os quais conversamos, se cruzam, mas são diferentes. Preconceito geográfico que tem como causas a violência, a pobreza, a localização periférica e a desigualdade racial. Os habitantes, no passado, tinham vergonha de dizer onde habitavam, mas com o tempo ressignificaram essa sensação em orgulho e luta por melhorias. O preconceito sobre o União da Vitória e Vista Bela é uma negação do londrinense preto e pobre, visto como promotor de violência contra o corpo do outro, não aceito como constituinte de Londrina, cidade que se apega a ideia de ser colonizada por brancos europeus. Abre-se a possibilidade de aprofundar reflexões sobre a negação do outro, não aceitação, não se colocar face a face para conhecer o outro, tendo como contexto a questão racial.

Os relatos dos habitantes desvelaram o preconceito geográfico e o racismo em diferentes situações. O preconceito se manifestou, ao estarem em contato com pessoas que não são o União da Vitória e Vista Bela, e por serem pretas. Esses não

habitantes tinham olhares, falas e gestos num sentido de inferiorizar aqueles que habitam e são o União da Vitória e Vista Bela, e, ao estarem face a face, se deparavam com o indesejado, negado, considerado inferior.

O União da Vitória e Vista Bela sempre foram negados, invisibilizados, não entendidos em seus modos próprios de existir. É necessário mais políticas públicas para ampliar a sensação de proteção dos habitantes, pois isso pode se refletir na visão de mundo dos não habitantes. Mas é importante que algumas ações não sejam impostas de fora para dentro e nem busquem apagar a singularidade do União e Vista Bela, respeitando as suas manifestações culturais, como beat box, capoeira, baile funk, por exemplo.

A localização na cidade, como no caso do União e do Vista Bela, e a pele preta tem força na composição da identidade das pessoas, pois, mesmo algumas tendo cursado o Ensino Superior, pós-graduação e terem sua própria empresa, quando falam onde habitam e as paisagens que as constituem, o nome e a pele preta ofuscam todas as outras características da pessoa, pois o imaginário do União da Vitória e Vista Bela, como violento, é resgatado, e o olhar de desconfiança é lançado. A paisagem onde habitam, constituem e são constituídos ofusca as qualificações profissionais, relações amorosas, amizades e venda de imóveis, além de dificultar a geração de serviços. O estranhamento, fechamento e negação do outro, se explica em parte pela presença de grandes quantidades de pessoas pretas, numa combinação explícita de preconceito geográfico e racismo.

Se a violência é manifestada em determinada paisagem, toda a paisagem é considerada violenta, permissora de agressão e encerramento da vida. Fruto da ausência de horizontalidade, estar em seu interior experienciando polissensorialmente. Não quer dizer que a violência não está presente nas experiências dos habitantes ao constituírem e serem constituídos pelo União da Vitória e Vista Bela, mas, sim, de entender que ambos não se resumem apenas à violência.

Algumas indagações propostas foram desveladas no decorrer da pesquisa. O caminho percorrido e os resultados estão abertos para reflexões e questionamentos para o amadurecimento e desdobramento em outras problemáticas de pesquisa. O percurso da pesquisa apontou horizontes de reflexões, conceitos que merecem desdobramentos futuros, como a violência, o medo e o preconceito geográfico.

A violência: o que é? A violência é apenas o fato concreto? Como ela se relaciona com o poder e controle? Como o roubo e o tráfico são experienciados? A presença do tráfico significa presença da violência? Como pensar a violência no sentido existencial?

O medo: quais são os desdobramentos de pensar o medo como estranheza (como a angústia e a ausência de controle), estranho (o outro, o desviante) e estranhar? A confiança se manifesta apenas quando estamos com os nossos? Como o contato com o outro, o diferente, afeta a sensação de (in)segurança?

O preconceito geográfico: ao refletir sobre como o União e Vista Bela são entendidos pelos não habitantes como paisagens do medo e como esse medo, a violência, é experienciado pelos seus habitantes, o preconceito geográfico aparece de forma significativa.

Acreditamos que o habitar e a experiência podem trazer grandes contribuições para aprofundar o entendimento do preconceito geográfico. Desdobramentos conceituais e ontológicos considerando o lugar e a constituição existencial, pensar o preconceito geográfico por meio da experiência.

Referências

ALBUQUERQUE JR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2012. 136 p.

BESSE, J. **Ver a Terra:** seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2014. 120 p.

BEZERRA, H. G. Planejamento urbano e programas habitacionais. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. especial, p. 523-536, jul./dez. 2014.

CAMPONEZ, A. A. A Politização do Urbano: a experiência dos moradores do Jardim União da Vitória na conquista dos direitos de cidadania e da cidade. 2005. 132 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015. 159 p.

GALDINO, C. F. A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação. 2017. 121 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GIDDENS, A. **Identidade e modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 236 p.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 158 p.

LARROSA, J. **Tremores:** escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 175 p.

LONDRINA, P. **Siglon**. 2020. Disponível em: https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=5360a454d15146a3bcf4ebdbe8e49e03. Acesso em: 25 set. 2020.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. DIFEL. São Paulo, 1982. p. 103-141.

MARANDOLA JR., E. Ainda é possível falar em experiência urbana? Habitar como situação corpo-mundo. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 42, p. 10-43, 2020.

MARANDOLA JR., E. **Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano.** In: III Encontro do ANPPAS. Brasília-DF. 2006.

MARANDOLA JR., E. Sabor enquanto experiência geográfica: por uma geografia hedonista. **Geograficidade**, v.2, n. 1, p. 42-52, 2012.

MARANDOLA JR, E. **Um sentido fenomenológico de paisagem**: o sentir em mistura do ser-lançado-no-mundo. In: Seminário Internacional "Questões Contemporâneas sobre Paisagem". Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 2014.

MARANDOLA JR., E. **Viagens por paisagens**: experiências do sentir e do querer. In: II Colóquio Internacional e Interdisciplinar. Literatura e Paisagem: estudos de paisagem nas literaturas de língua portuguesa; Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, na França e em Portugal. Rio de Janeiro e Niterói. 2013.

NABOZNY, A. Da paisagem do olhar do geógrafo à paisagem como olhar o os olhares dos outros. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v.15, n.1, 2011.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 374 p.

TUAN, Y. Thought and Landscape: The Eye and the Mind's Eye. In: MEINIG, D.W. (ed). **The Interpretation of Ordinary Landscapes**. New York: Oxford University Press, 1979. p. 89-102.

SASSI, B. da S.; NABOZNY, A.; CHAGAS, B. I. L. O corpo-sujeito, interconexões entre paisagem, assemblage e a rua — um exercício metodológico propositivo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n.48, p. 456 - 483, jan./abr. 2021.

SILVA, M. N. Alguns aspectos da trajetória dos negros na região metropolitana de Londrina. In: SILVA, M. N; PANTA, P. (org.). **Brasil:** Paraná. Londrina: UEL, 2014. p. 17 - 35.

SOUZA, A. E. Nas franjas da cidade: o cotidiano dos moradores do Jardim União da Vitória. In: SILVA, M. N; PANTA, P. (org.). **Brasil:** Paraná. Londrina: UEL, 2014. p. 67 - 85.

VINCENTIM, T. N; KANASHIRO, M. Análise do comércio e dos serviços nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): estudo do caso Residencial Vista Bela – Londrina, PR. **Ambiente Construído**, v.16, n.4, 2016.

VITTO, D. Entre Paisagem do Medo e Casulo Protetor: Imaginário e Experiência Geográfica nos Bairros União da Vitória e Vista Bela, Londrina-PR. 2021. 150 fls. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

Submetido em: 21 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 24 de junho de 2022.
Aprovado em: 08 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

VITTO, D.; DELGADO PASCHOAL MOURA, J. Atravessando a pele preta: experiência de preconceito geográfico ao habitar paisagens do medo. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 553–584, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2312.

DE MAÇARANDUBA AO BAIRRO INDUSTRIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA PRAINHA (ARACAJU-SE)

FROM MAÇARANDUBA TO THE INDUSTRIAL NEIGHBORHOOD: THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE STRUGGLE FOR THE RECOGNITION OF THE TRADITIONAL COMMUNITY OF PRAINHA (ARACAJU-SE)

DE MAÇARANDUBA AL BARRIO INDUSTRIAL: LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO URBANO Y LA LUCHA POR EL RECONOCIMIENTO DE LA COMUNIDAD TRADICIONAL DE PRAINHA (ARACAJU-SE)

Jorge Edson Santos
Doutorando em Geografia na
Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE.
jorgeedsonsantos87@gmail.com

Lucas Zenha Antonino
Doutor em Geografia e Professor Adjunto na UNIFESSPA.
lucaszenhas@gmail.com

Resumo:
A capital do estado de Sergipe, Aracaju, presenciou nas últimas décadas o avanço do capital que se projetou, principalmente, sobre a natureza e alijou os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Na paisagem de pequenos barcos de pesca, exprimida pela urbanização, resiste uma comunidade tradicional que se reproduz e faz parte da cultura do bairro industrial há mais de 40 anos. O principal objetivo do artigo visou analisar sobre a produção do espado urbano a partir da comunidade de pescadores ribeirinhos/ artesanais da prainha do bairro industrial, Aracaju (SE). Como metodologia realizou-se um conjunto de levantamentos e verificação de dados junto a órgãos oficiais, revisão de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança (EIAs, RIMAs e RIVs), consulta a partir de leis municipal, estadual, revisão bibliográfica e registros fotográficos. Assim, compreendemos que as especificidades são de acordo com as relações das centralidades constituídas nos lugares da cidade, das práticas vividas neste nível, das diferenças dadas pela constituição da identidade concreta dos sujeitos envolvidos numa luta de classes.

Palavras chave: Espaço Urbano, Pescadores Artesanais, Resistências, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Abstract:
The capital of the state of Sergipe, Aracaju, has witnessed in recent decades the advance of capital that was projected, mainly, on nature and jettisoned Traditional Peoples and Communities (PCTs). In the landscape of small fishing boats, expressed by urbanization, resists a traditional community that reproduces itself and has been part of the culture of the industrial district for more than 40 years. The main objective of the article was to analyze the production of urban space from the riverside / artisanal fishermen community of the small beach in the industrial neighborhood, Aracaju (SE). As a methodology, a set of surveys and data verification was carried out with official bodies, review of Environmental and Neighborhood Impact Studies and Reports (EIAs, RIMAs and RIVs), consultation from municipal, state laws, literature review and records photographic. Thus, we understand that the specificities are in accordance with the relations of centralities constituted in the places of the city, of the practices lived at this level, of the differences given by the constitution of the concrete identity of the subjects involved in a class struggle.

Keywords: Urban Space, Artisanal Fishermen, Resistance, Peoples and Traditional Communities (PCTs).

Resumen:
La capital del estado de Sergipe, Aracaju, ha sido testigo en las últimas décadas del avance de capitales que se proyectaban, principalmente, sobre la naturaleza y echaban por la borda a los Pueblos y Comunidades Tradicionales (PCT). En el paisaje de pequeños barcos pesqueros, expresado por la urbanización, resiste una comunidad tradicional que se reproduce y forma parte de la cultura del distrito industrial desde hace más de 40 años. El artículo tuvo como objetivo principal analizar la producción de espacio urbano de la comunidad ribereña/pescadores artesanales de la pequeña playa del barrio industrial de Aracaju (SE). Como metodología se realizó un conjunto de encuestas y verificación de datos con organismos oficiales, revisión de Estudios e Informes de Impacto Ambiental y Vecinal (EIAs, RIMAs y RIVs), consulta de leyes municipales, estatales, revisión bibliográfica y registros fotográficos. Así, entendemos que las especificidades están en concordancia con las relaciones de centralidades constituidas en los lugares de la ciudad, de las prácticas vividas en ese nivel, de las diferencias dadas por la constitución de la identidad concreta de los sujetos envueltos en una lucha de clases.

Palabras-clave: Espacio Urbano, Pescadores Artesanales, Resistencia, Pueblos y Comunidades Tradicionales (PCT).

Introdução

No espaço urbano brasileiro existe uma equação político-econômica eficaz entre os proprietários fundiários, o capital de incorporação e de construção. Estes em conjunto se tornam um segmento particular do mercado financeiro passando a desfrutar de condições vantajosas e a auferir ganhos extraordinários no mercado de terras.

Os proprietários fundiários possuem o monopólio de uma porção territorial da cidade que se transforma em renda da terra capitalizada/determinada pela taxa de juros. Assumindo a forma de títulos de propriedade em circulação, onde o papel de capital portador de juros, uma espécie de capital fictício promovido pela monetarização, promove o desenvolvimento do sistema de crédito e a necessidade de "(...) abrir a terra como um campo livre para o fluxo contínuo do movimento de acumulação", confirmando as assertivas de MARICATO (2015).

A renda da terra, nesse sentido capitalizada como juros sobre algum capital imaginário, constitui o "valor" da terra. O que se compra e o que se vende não é a terra e sim o direito à renda que produz. Conforme, CARLOS (2015) "(...) O comprador adquire um direito sobre os ganhos futuros previstos, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. Em poucas palavras, o direito à terra se converte em uma forma de capital fictício". (p. 72.).

Nesse contexto, para Marx, a renda é a forma histórica metamorfoseada pelo capital e aparece como expressão econômica específica da propriedade da terra. De acordo com o autor:

> [...] A propriedade fundiária, uma vez constituída em renda, só tem a posse do excedente sobre os custos de produção, determinados não somente pelo salário, mas também pelo lucro industrial. É, portanto, do proprietário fundiário que a renda extrai uma parte de suas receitas. (MARX, 2017, p.136).

Portanto, numa sociedade capitalista, "(...) o acesso à cidade se dá pela mediação do mercado, em função da existência da propriedade privada da terra". (CARLOS, 2015. p. 116.). Assim a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu grande motor central. Ao ser produzida como negócio, a cidade viabiliza a realização da propriedade privada, da produção e da circulação do valor e do valor de

troca, ela é, simultaneamente, produzida como uma luta pela cidade cujo fundamento principal é a apropriação e o uso.

Basta pensarmos que, no movimento de reprodução do espaço urbano, os conflitos socioambientais são, também, conflitos socioespaciais e que ambos se articulam, no seu entrecruzamento, outras dimensões como a da cotidianidade e a das formas de representação. Ou seja, o urbano se baseia no valor de uso. Portanto, não se pode evitar o conflito desse modo, esse momento da produção do espaço urbano se elucida como movimento do processo de alienação que tem trazido à tona a luta pelo "direito à cidade".

> [...] O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. *O direito à obra* (à atividade participante) e o direito *à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001.p. 134.).

O direito como norma é composto pelas inúmeras leis, códigos, decretos e resoluções, ou seja, as normas estatais que seriam a expressão do que chamamos de direito. Onde, Segundo NETO e MARQUES (2001) "(...) Toda elaboração normativa sofre fortes influências do sistema político e ideológico dominante em cada sociedade, às quais não está isenta, por seu turno, a própria elaboração teórico-científica, que não é absolutamente neutra". (p 87). Assim, a Constituição Federal (CF), no capítulo sobre a política urbana, regulamentada nos Arts. 182 e 183 que:

> [...] Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e futuras gerações; II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III - cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Arts. 182-183).

Nesse sentido, a regulação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)[1] determina o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)[2], previsto no Estatuto das Cidades (EC) como um dos instrumentos da política urbana onde este define:

> [...] os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados: I – Adensamento populacional; II – Equipamentos urbanos e comunitários; III – Uso e ocupação do solo; IV – Valorização imobiliária; V - Geração de tráfego e demanda por transporte público; VI – Ventilação e Iluminação; VII – Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. (Art. 4º, VI, da lei nº.10.257/2001, art. 37.).

Entretanto, hoje o urbano produzido sob a égide do capital financeiro, funda-se numa nova organização da acumulação na qual a produção do espaço urbano aparece como momento de realização do processo de valorização constitutivo do processo de acumulação do capital e sua reprodução do espaço urbano (como momento e movimento da reprodução geral da sociedade), onde segundo CARLOS (2017), "(...) se realiza no contexto das mudanças que orientam o processo de reprodução do capital, o que tornou o próprio espaço, hoje, condição de realização do capital financeiro". (p. 34-38.).

Ou seja, quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, maior o lucro obtido. As definições de "organização espacial eficiente" e de "tempo de giro socialmente necessário" são as formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro – e ambas estão sujeitas a mudanças mediante a hegemonia dominante. Desta forma, o principal objetivo do presente artigo visou analisar sobre a produção e (re)produção do espaço urbano a partir da comunidade de pescadores ribeirinhos/ artesanais da prainha do bairro industrial Aracaju (SE).

[1] **Lei 9.638/1981-** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em: 05.05.2021.

[2] IV - O poder público municipal exige, na forma da lei, o Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA). Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp Acesso em: 05.05.2021.

Materiais e métodos

Como metodologia deste estudo, realizou-se em conjunto de entrevistas bem como o levantamento e verificação de dados junto a órgãos oficiais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (ADEMA) e o Ministério Público Federal (MPF).

A revisão dos Estudos e dos Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança (EIAs, RIMAs e RIVs) dos respectivos empreendimentos: Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros e *Shopping* Park, bem como a consulta à fundamentação legal a partir das leis do município, do estado e da Constituição Federal. Assim como a revisão bibliográfica de matérias jornalísticas locais, artigos, revistas e *sites,* coleta de imagens, fotografias, levantamento das principais atividades econômicas realizadas pela comunidade buscando compreender o histórico de formação da cidade e, em específico, do bairro Industrial.

A partir da escolha dessa trajetória de pesquisa, o artigo se debruçou sobre a história e a memória que permeia de "Maçaranduba ao bairro industrial", uma breve situação da legislação sobre os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) por meio de um ensaio sobre o território, o patrimônio histórico imaterial na definição e na aplicação no cotidiano, a luta pelo reconhecimento sobre os pescadores artesanais da prainha do Bairro Industrial Aracaju (SE) e o direito à cidade, ampliado por uma conversa junto aos Mestres.

De maçaranduba a industrial: história e memória

O bairro industrial situa-se na zona norte de Aracaju (SE) e possui uma população de dezoito mil habitantes (IBGE, 2010). O bairro se limita a leste com o Rio Sergipe, a oeste com o bairro Santo Antônio, ao norte com o bairro Porto Dantas e ao sul com o Centro. Nos primeiros anos da capital:

> [...] O bairro industrial era conhecido como Maçaranduba, em alusão a sua paisagem natural. O processo inicial de ocupação urbana do bairro se dava, sobretudo, por colônias de pescadores,

> atraídos pelo rio, que por suas características de estuário, permitiram a atividade de pesca. (BARRETO, 2002. p. 22).

As habitações, "(...) eram caracterizadas por sua rusticidade, estruturas simples e coberturas de palha". (GRAÇA, 2005. p. 36-37.). A partir da segunda metade do século XIX, "(...) o bairro passava por um novo estágio de desenvolvimento e o seu nome foi modificado para Chica Chaves". (PORTO, 2003. p. 16-17). A estrutura habitacional manteve-se com os casebres simples de pescadores e foi "(...) acrescentando à sua fisionomia chácaras e residências pertencentes a um público mais abastado esse perfil de moradores e habitações perdurou até o início do século XX". (GRAÇA, 2005. p. 38-39).

Chica Chaves ficou repleta de trabalhadores agropecuários, pessoas pobres vindas do interior e de estados vizinhos em busca de melhores condições de vida e emprego nas fábricas. Neste contexto, surgiram as habitações proletárias e a migração da elite para áreas mais valorizadas de Aracaju.

> [...]. Parcela considerável dos terrenos que compõem a parte plana da cidade de Aracaju era, originalmente, coberta por mangue. O crescimento da sua área física foi realizado através de cortes e aterros de mangues, o que vem ocorrendo até os dias atuais pelo fato de ser uma área de intensa especulação imobiliária, (FRANÇA, 2005.p. 279.).

Com esta nova configuração econômica, social e urbana, seu nome foi alterado para bairro industrial. "(...), isso se deu a 13 de janeiro de 1920, através do artigo 1º da lei nº 250, " (GRAÇA, 2005. p. 42-43). "(...) A fase compreendida entre o período de 1884 a 1955 é definida como sendo o auge do uso industrial do bairro". (ARAÚJO, 2011 p. 15). Para Romão (2000. p. 1-7), "(...) a presença das fábricas foi essencial para impulsionar o surgimento de mudanças dentro da conjuntura sociopolítica da classe operária". A maioria dos terrenos desta localização "(...) pertenciam aos donos das fábricas, que apesar de cheios de manguezais[3] e apicuns[4],

[3] **Os manguezais** são formados em torno de enseadas ou de calmas baías, onde terminam os estuários fluviais, bem como para o interior do litoral, ao redor de lagoas ou de brejos halofíticos também se formam os manguezais (FERNANDES, 1990. p. 275.).

[4] **Apicuns:** porção mais interna do ecossistema, onde pode ser encontrada superfície areno-lamosa (mistura de areia e lodo). **Atlas dos manguezais do Brasil** Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf Acesso em: 05.05.2021.

não os colocava à venda e nem os utilizava para construção de empreendimentos próprios" (LIMA, 2013 p. 29).

Os fatores que contribuíram para a estagnação do crescimento envolviam a concentração de indústrias no bairro e os impactos negativos gerados sobre o meio ambiente.[5] A poluição atmosférica, hídrica, sonora, solo, tráfego intenso e pesado fizeram com que "(...) a área perdesse valor para a atividade residencial, principalmente das classes médias e abastadas". (GRAÇA, 2005. p. 44-45). Na década de 1970, houve um decréscimo nas atividades industriais do bairro e a decadência "(...) evidenciou com a demolição das residências operárias e áreas de lazer, assim como a estagnação e a transferência das indústrias para outras localidades" (SANTANA, 2004. p. 66-69).

Este processo demarcou um momento de degradação e abandono, até o bairro ser inserido na Área de Interesse Urbanístico (AIU) de acordo com o Plano Diretor de Aracaju (PDA-2008) que, estabelece como diretriz geral promover a "revitalização" e "dinamização urbana", através da mudança do uso industrial para comercial e de serviços.

Um marco significativo do bairro é o Parque José Rollemberg Leite - Parque da Cidade, inaugurado em 1979. Localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), o Morro do Urubu[6] Possui uma área de 750 mil m² e abriga uma grande reminiscência de Mata Atlântica em Aracaju. Essa APA conta com as belezas da fauna e da flora que resta deste bioma e com uma grande quantidade de atrativos voltados para o lazer, com destaque para o zoológico, áreas esportivas e restaurantes. É importante destacar que "(...) o papel dos parques urbanos quase sempre aumenta o preço dos imóveis nas áreas vizinhas (desde que, claro, o espaço público do parque seja controlado e patrulhado de modo a manter a ralé e os traficantes à distância) " (HARVEY, 2014.p. 147).

Outra mudança que rompeu com o passado do bairro ocorreu em 2009, com o encerramento das atividades da Fábrica Confiança. Seu prédio cedeu lugar para a instalação de outra indústria sergipana do ramo têxtil, a Santa Mônica Têxtil, fundada em 2010. Parte do prédio é ocupada, desde 2012, pela empresa italiana

[5] **CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE - Art. 225** "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

AlmaViva, do ramo de *telemarketing* onde a chegada do grupo italiano no bairro industrial foi resultado de uma iniciativa do Estado para atrair investidores internacionais como estratégia para fomentar a economia (ANS, 2013).

Durant esse processo em 2011 ocorreu uma mobilização promovida pela comunidade acadêmica do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio de uma Petição Pública[7], defendendo o tombamento da fábrica Sergipe Industrial. Uma vez que, "(...) tomaram conhecimento do possível encerramento das atividades, alunos e professores se sentiram apreensivos com a possibilidade da demolição e com isso perder-se um importante testemunho da história de Aracaju". (*INFONET*, 2011)[8].

Contudo, o pedido de tombamento do conjunto da fábrica foi negado, apenas a capela São João Batista veio a ser tombada como patrimônio histórico e artístico, por meio do decreto nº 30.079/2015[9] como, "(...) um dos mais significativos monumentos ligados à história e arquitetura de Sergipe" (SERGIPE, 2015. p.1-4.)[10]. "(...) o ajuste do patrimônio será pensado como necessidade e condição de determinado momento do processo de valorização espacial na metrópole. (SCIFONI, 2015.p. 210.).

Nesse sentido podemos compreender a cidade a partir da realidade presente, imediata, histórica, prático-sensível, ideológica e arquitetônica com a abertura do bairro para o setor econômico terciário, pouco a pouco se rompeu com o passado que marcou a história do bairro Industrial. A instalação de empresas como a Celi[11] e a AlmaViva, visam compor o cenário que se pretende atingir, voltando as atividades econômicas do bairro para o setor de serviços. Como afirmou Foucault (1969), os

---

[7] PETIÇÃO PÚBLICA, 2011. Disponível em: https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N16401 Acesso em 19.04.2021.

[8] *INFONET.* **Sergipe Industrial pode ser patrimônio de Sergipe.** 2011. Disponível em: http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=120757 . Acesso em: 31.05.2021.

[9] **BRASIL. SERGIPE. Decreto-lei nº 30.079**, de 06 de outubro de 2015. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 2015. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11631/2/Milena_Almeida_Santos.pdf Acesso em: 19.04.2021.

[10] ANS – AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. **Novos shoppings vão movimentar a economia e gerar emprego em Sergipe, 2015.** Disponível em:https://www.se.gov.br/noticias/governo/novos-shoppings-vao-movimentar-economia-e-gerar-emprego-em-sergipe. Acesso em: 21. 04. 2021.

[11] A **Celi,** fundada em 1968 pelo engenheiro civil Luciano Franco Barreto, se destaca no panorama nacional da Construção Civil. A Construtora possui matriz em Aracaju. Disponível em: https://www.celi.com.br/historia. Acesso em: 28.04.2021.

documentos não são uma matéria-prima objetiva. "(...) Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro" (ABREU, 2016. p. 28.).

O processo de "revitalização urbana", iniciada em 2008, demonstra que de acordo com os Relatórios de Impacto de Vizinhança (RIVs 2013)[12], a ocupação do bairro industrial é predominantemente residencial, com pontos de pequenos comércios. Essa característica abre precedentes para mais ocorrências de transformações, uma vez que a especulação imobiliária tende a fragmentação, descontinuidade, fomentando a segregação e a auto-segregação na desapropriação de moradores antigos para abrir caminhos para novos empreendimentos.

Uma das últimas transformações ocorridas no bairro envolve a implantação do Aracaju Parque *Shopping*[13], localizado em ponto estratégico da cidade e considerado um polo gerador de fluxo da capital sergipana (imagem 01). No seu entorno estão algumas cidades que mais crescem no estado, a exemplo do material promocional criado pelo setor de *marketing* do *shopping*, com vistas a atrair lojistas e destacar as vantagens locacionais. (ARACAJU, *on-line*, p. 9)[14].

Imagem 01 - Aracaju: Aracaju Parque *Shopping*[15].



Imagem: GH- Engenharia do aço.

[12]Decreto Nº. 4.290, art. 6° da Lei 3.058 de 28.11.2002. Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju (SEMA), Comissão Permanente de Avaliação do Relatório de Impacto de Vizinhança – (CPARIV). Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277421 Acesso em: 11.03.2021.

[13] **Aracaju parque *shopping*.** Disponível em: https://www.aracajuparqueshopping.com.br/ . Acesso em: 10.04.2021.

[14] **ARACAJU PARQUE SHOPPING.** Disponível em: https://www.aracajuparqueshopping.com.br/ . Acesso em: 15.02. 2021.

[15] Disponível em: https://ghengenharia.com.br/portfolio/aracaju-parque-shopping/ Acesso em: 14.04.2021.

O *shopping* conta com três pavimentos que somam 38.731,57 m² de área construída, fica próximo a Orlinha do bairro industrial e da ponte que liga Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros (ao fundo) não resta dúvida que a magnitude do empreendimento impõe destaque de natureza arquitetural sem criar nenhum tipo de relação com as edificações presentes em relação ao bairro. Onde segundo, SCARANTO (2018), "(...)É importante destacar que esse empreendimento foi erguido no local da antiga fábrica Sergipe Industrial[16] revelando que tal característica fora do espaço da memória coletiva da população, sua realidade se apresenta descontínua".(p.1-16). Ou seja, a linguagem do passado, pouco a pouco vem se descaracterizando e cedendo espaço para a "renovação urbana", os sentidos da vida se esvaziam com a negação do passado subsumido à nova ordem estabelecida pela lógica da acumulação capitalista.

As observações supracitadas demonstram que a escala em que os *shoppings* geralmente são concebidos não permite a conexão ao entorno de uma realidade como a do bairro industrial. A partir da análise do RIV (2013) ficou evidente tratar-se de um bairro originalmente marcado pela horizontalidade das edificações, com predominância de pequenas residências de famílias pertencentes à classe trabalhadora. Nesse processo, o cotidiano passa a ser o lugar da reprodução expandida do capital e o lugar da realização das alienações impostas pelo desenvolvimento da lógica da valorização que precisa dominar todos os espaços-tempo da vida.

Através do aprofundamento da urbanização, a Prainha do bairro Industrial passa a ser considerada um dos pontos turísticos e uma das praias mais belas da cidade, pois está às margens do rio Sergipe.[17] Assim, a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), com a intenção de reverter o quadro de abandono, implanta em 2020 o projeto turístico de revitalização a partir do projeto "Orlinha" em duas etapas: 1ª. Instalação e reforma de equipamentos como ciclovia, calçadão, parque infantil, centro de artesanato. 2ª. Regularização e reforma dos bares e restaurantes, que oferecem pratos da culinária sergipana, como a moqueca de peixe e de camarão. No projeto de revitalização e reforma da Orlinha estão sendo investidos dois (2) milhões

[16] *INFONET.* **Sergipe Industrial pode ser patrimônio de Sergipe.** Disponível em: http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=120757 . Acesso em: 30.03.2021.

[17] A bacia hidrográfica do rio Sergipe drena 14,9% do Estado e abrange 23 municípios pertencentes às microrregiões do Sertão do São Francisco, Agreste de Itabaiana, Carira, Nossa Senhora das Dores, Cotinguiba, Japaratuba, Baixo Cotinguiba e Aracaju (IBGE, 2010).

de reais provenientes do Programa Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA)[18], conforme imagem (02).

Imagem 02 - Aracaju: Orlinha do Bairro Industrial.



Foto: Autores (org.), 2021.

Assim o processo de hipervalorização do espaço tem como objetivo maior a atratividade e investimentos públicos e privados no local. (...) "O ambiente e a atratividade de uma cidade, por exemplo, é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o mercado turístico que capitaliza comercialmente esse comum de modo a extrair rendas de monopólio". (HARVEY, 2014. p. 146.). O intuito é o de "(...) sanar o processo de decadência e degradação urbana e econômica ocasionada pelo êxodo das atividades industriais e atrair novos investimentos ao bairro". (ARAÚJO, 2011 p.241-249). Essa obra está conectada com a construção de um novo terminal de ônibus na região dos mercados, a obra, orçada em R $10,5 milhões, faz parte do Projeto de Mobilidade Urbana do Município (PMUM) que está sendo executado por meio da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB)[19].

Neste sentido o capitalismo vem se realizando dessa forma na periferia do sistema, cada vez mais acentuando a segregação socioespacial, socioambiental e socioeconômica delimitando direitos dos sujeitos sociais. Desta maneira, "(...) esse momento indica a passagem do espaço como condição geral de acumulação, para sua

[18] Disponível em: http://jornaldacidade.net/cidades/2019/10/312703/prefeitura-anuncia-obras-de-recuperacao-da-orlinha-do-bairro.html Acesso em: 13.04.2021.
[19] Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/cidades/2020/07/318373/novo-terminal-de-onibus-custara-mais-de-r-10-milhoes.html Acesso em: 13.04.2021.

produção como momento fundamental do processo de reprodução do capital". (CARLOS, p. 65 *apud* ALVAREZ, 2015.p.70). Outra obra de grande impacto para a região foi a ponte Construtor João Alves[20], inaugurada em 2006, fazendo a ligação rodoviária entre Aracaju, o porto de Sergipe, no município Barra dos Coqueiro e as praias do litoral norte do estado (Imagem 03).

Imagem 03 - Aracaju: ponte Construtor João Alves

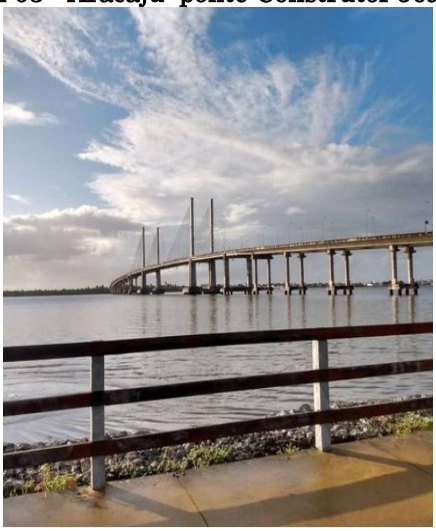


Foto: Autores (org.), 2021.

Sobre a ponte, SANTOS (2017), "(...) afirma que sua construção repercutiu de forma negativa uma vez que, desestruturou uma extensa área de habitação e lazer além de provocar mudanças principalmente para comunidades tradicionais, pescadores, catadoras de mangaba, etc. que vivem nas margens do rio de ambos os lados". (p.137-138). A especulação imobiliária, inimiga antiga das cidades, dos trabalhadores pobres e das comunidades tradicionais se materializa de forma mais objetiva: na história dos transportes, da propriedade, da habitação, do urbanismo, da centralidade.

Afinal, não faltam, por exemplo, grandes construtoras que fazem dinheiro destruindo o meio ambiente[21]. Verifica-se ainda a ausência de planejamento territorial, quando sequer é debatido às formas de compensações e de mitigações dos

[20] Ponte que liga a capital Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros, e cidades do litoral norte de Sergipe. Disponível em: http://classificados.cinform.com.br/index.html?pg=lerNoticias&id=63603. Acesso em: 17.01.2021.

[21] **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas'**. – Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18992457/estudos-apontam-reducao-de-mangabeiras-em-sergipe Acesso em: 25.10.2017.

impactos que envolvam as comunidades afetadas e os órgãos dos governos municipal, estadual ou federal, exigidos pelo SISNAMA[22], na melhoria da qualidade de vida e valorização das comunidades.

Legislação geral sobre os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs): um ensaio sobre o território

Por meio do Decreto Federal, nº 6.040/2007[23], institui-se a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o órgão tem caráter deliberativo e consultivo atualmente presidido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Fruto dos trabalhos desta comissão foi estabelecido a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Definindo os PCTs como,

> [...] Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto Nº 6.040/2007. art. 3o. § I)[24].

Sendo estes formados por,

> [...] ciganos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, povos indígenas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, quilombolas, os caboclos, os pomeranos, catadoras(res) de mangaba[25], entre outros (BRASIL, Decreto Nº 6.040/2007).

---

[22] **A Lei nº 6.938** implementa o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em: 22.04.2021.

[23] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 10.04.2021.

[24] Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso: 10.04.2021.

[25] **Lei nº 7.082** de 16.12.2010. Publicado no Diário Oficial nº 26.138, do dia 17/12/2010. Disponível em: https://al.se.leg.br/ Acesso em: 10.04.2021.

O PNPCT traz em sua redação a definição de territórios tradicionais como:

> [...] Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs) e demais regulamentações (BRASIL, Decreto 6.040/2007. art.3º.§ II).

Estima-se que cerca de 4,5 milhões[26] de pessoas fazem parte dos PCTs no Brasil, ocupando 25% do território nacional. Infelizmente o capital projeta-se sobre a natureza, alijam esses povos por meio de mecanismos como o extermínio populacional, escravidão, marginalização, exclusão, segregação[27], negação, expulsão e/ou redução, dos seus territórios, direitos[28], valores, tradições, cultura, religião e modo de vida ancestral.

É somente a partir de uma diversidade de lutas e resistências históricas desses sujeitos que o Estado passa a reconhecê-los como PCTs. A Carta Magna estabelece ainda a proteção de "(...) manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (art. 215, § 1º)[29], bem como a "(...) diversidade e a integridade do patrimônio genético do país" (art. 225, § 1º, II)[30].

No plano internacional, o Brasil assinou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)[31], a qual propunha medidas para

---

[26] Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/976-comunidades-ou-populacoes-tradicionais Acesso em: 10.04.2021.

[27] **Segregação** essa que pode ser *induzida* pelas circunstâncias - aumento do valor da terra - ou, muitas vezes, propriamente *imposta*, com o Estado recorrendo a remoções e reintegrações de posse. A expressão "segregação imposta" (a contrastar com a auto-segregação das classes médias e elites).

[28] Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC nº 26/2000 e EC nº 64/2010).

[29] Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp Acesso em: 10.04.2021.

[30] Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp Acesso em: 10.04.2021.

[31] Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica.html. Acesso em: 09.02.2020.

assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. De acordo com a resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA),

> [...] "Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- A saúde, a segurança e o bem-estar da população; II- As atividades sociais e econômicas; III- A biota; IV- As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- A qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, Nº 01/86, art. 1º.).

O diagnóstico ambiental da área de influência de projetos e empreendimentos devem considerar o meio físico, o meio biológico e os ecossistemas naturais e o meio socioeconômico, cujas análises dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas,

> [...] devem discriminar: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas a distribuição dos ônus e benefícios sociais; III – Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, (...). IV – Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento. (Resolução CONAMA n° 01/86, art. 6º).

O termo "impacto ambiental" surge em uma resolução do CONAMA:

> [...] pois circunscreve projetos e espaços delimitados que dificultam a análise dos múltiplos sujeitos e agentes, efeitos cruzados, fontes difusas e escalas da contaminação, por exemplo, nos espaços urbanos, de maneira que deve ser substituído pelo conceito de risco ambiental. Propõe-se, então, uma demografia de pequenas áreas: análises por setores censitários dos riscos ambientais (foco na escala local) e fala-se também de desigualdade ambiental: determinadas minorias e grupos sociais empobrecidos apresentariam maior vulnerabilidade ambiental, socioeconômica e civil. (CARLOS, 2018. p. 78.).

Segundo a lei 9.605/1998[32], no seu decreto regulamentador, existe a previsão de multas em casos flagrante de degradação/destruição ambiental de até cinquenta milhões de reais. Onde, tais multas podem, "(...) ser revertidas para fundos municipais de meio ambiente, objetivando assim aplicadas localmente para melhoria

[32] Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm Acesso em: 04.05.2021.

da qualidade ambiental" (Dec. 6.514/2008)[33]. Entretanto, a lei federal deixou a cargo do poder público municipal a definição de empreendimentos sujeitos ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as Licenças Ambientais Prévias de Instalação (LAPI) ou de Operação (LAPO). Essas devem ser executadas para ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e bem-estar dos habitantes.

Uma vez aprovadas, há a liberação do alvará e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento. Ambos os estudos ambientais devem ser públicos, conforme determina o art. 38 do EC. Entretanto, a elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental. De acordo ainda com a Constituição Federal Brasileira (CFB), em seu artigo 216[34], que prevê "(...) o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade". O artigo define, que:

> [...] "Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) ". (BRASIL, 1988. Seção II - Da Cultura).

O poder público, com a colaboração da comunidade,

> [...] "Promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. Para criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de bens culturais imateriais". (BRASIL, 1988. Seção II - Da Cultura).

A preservação contempla, assim, "(...) novos usos e possibilidades de implantação de projetos e alterações nos bens tombados, desde que orientada por critérios e parâmetros que buscam proteger o significado cultural dos bens, algo que acontece com muita frequência nas cidades" (SCIFONI, 2015. p. 211.). O Decreto nº 3.551/2000[35], que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial

[33] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm Acesso em: 04.05.2021.
[34] Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp Acesso em: 10.04.2021.
[35] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em: 10.04.2021.

(RBCNI) e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) cuja execução se dá pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir da Constituição de 1988 houve o reconhecimento por meio do Estado dos bens de natureza imaterial, que foram definidos no artigo 216:

> [...] "Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico". (BRASIL, 1988).

Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo IPHAN, nesse sentido, são "(...) aqueles que detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira" (Decreto nº 3.551/ 2000)[36]. As inscrições desses bens devem atender ao que determina a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215[37] e 216[38], ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição reconhece-se a inclusão no patrimônio a ser preservado pelo Estado, em parceria com a sociedade,

> [...] "Bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira o patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana". (Decreto 3.551/2000).

---

[36] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf Acesso em: 10.04.2021.

[37] Seção II – Da cultura **(Art. (s). 215 a 216 – A)** "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005) ".

[38] **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº 42/ 2003).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), define como patrimônio imaterial...

> [...] "As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". (UNESCO, 2006).

Para atender às determinações legais e criar instrumentos, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551/2000[39] que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Nesse sentido, a importância da legislação ambiental/cultural perpassa pela garantia dos processos de: fiscalização, regulamentação, delimitação, demarcação, reconhecimento, uso e titulação de terras e territórios tradicionais de acordo com as normas nacionais e internacionais aplicáveis.

É necessário destacar que a violência da (des)territorialização dos PCTs é um processo contínuo de segregação/exclusão, sendo que as categorias espaço e território são categorias intrínsecas, uma é complementar à outra. As duas, justapostas, se referem, além da perda de um território, a todo um processo de exclusão de natureza econômica, política e cultural. Essa (des)territorialização também acontece na cidade, no impedimento da permanência dos PCTs.

Resistências e a luta pelo reconhecimento: os pescadores artesanais da prainha do bairro industrial Aracaju (SE)

O trecho do rio Sergipe que passa pelo Bairro Industrial, na zona norte de Aracaju é considerado por alguns turistas e moradores da capital como um dos pontos mais atrativos da cidade. Considerada como uma pequena vila que conta com uma infraestrutura de dois estaleiros, duas serralharias e dois bares populares, onde são

[39] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em 06.05.2021.

preparados pratos da culinária típica local, neste cenário, pequenos barcos[40] de pesca.

Espremidos ao fundo de uma garagem de uma empresa de transportes da viação Modelo se encontra uma pequena comunidade composta por vinte e quatro famílias (Imagem 04) sendo que dezesseis são cadastradas e registradas na colônia de pescadores Z-1[41], estes pescadores(as)/marisqueiras vivem e fazem parte da cultura do bairro Industrial há mais de 40 anos e são dependentes da pesca ribeirinha/artesanal ou vinculados diretamente às atividades correlacionadas como o beneficiamento e tratamento de pescados, portanto, estando diretamente vinculados à pesca e a mariscagem artesanal para sobreviver.

Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (CBHRS)[42] (...) "no panorama costeiro do estado, a bacia inferior do rio Sergipe tem um papel de relevância na sua economia, com um complexo de atividades urbanas, industriais, agropecuárias, extrativistas e turísticas". Essa comunidade em especifico guarda no seu interior a antiga e rara atividade de fabricação, manutenção e reparo de embarcações de barcos de maneira artesanal.[43]

A tradição náutica significa mais do que mobilidade, é modo de vida! E com o aprofundamento e a elevação da desigualdade, desvalorização, marginalização e sem o devido reconhecimento da comunidade por parte do governo, onde em meados do fim do ano de 2020 essa foi surpreendida pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), utilizando-se do arcabouço legal através do Decreto de Lei nº 2.398/87[44], com multas que obrigavam o pagamento de "(...) taxa de ocupação de terrenos da União, que foram de 2% (dois por cento) do valor do domínio pleno do terreno, excluídas as benfeitorias, anualmente atualizado pela SPU".

---

[40] Diário Oficial do Estado de Sergipe Projeto de Lei 49/2010 assegura a existência e manutenção das embarcações, tendo em 20.12.2011, o governador Marcelo Déda assinado a Lei 7.320, instituindo o tototó como "patrimônio cultural e imemorial do Estado de Sergipe".

[41] Disponível em: http://coloniadepescadoresz1se.blogspot.com/2016/02/historia-de-aracaju-comeca-pela-colonia.html. Acesso em: 08.04.2021.

[42] Decreto n°. 20.778 de 21.06.2002. **Art. 1º**. Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (CBHRS).

[43] **Bairro Industrial é cenário da fabricação de barcos.** Disponível em: https://expressaosergipana.com.br/bairro-industrial-e-cenario-da-fabricacao-de-barcos/ Acesso em 19.04.2021.

[44] "(...) A SPU procederá à revisão do cálculo do valor do terreno ou área em caso de desatendimento, ingressará com pedido judicial de reintegração de posse no prazo estipulado". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2398compilado.htm. Acesso em: 10.04.2021.

Imagem 04 - Aracaju: comunidade da Prainha do Bairro Industrial.

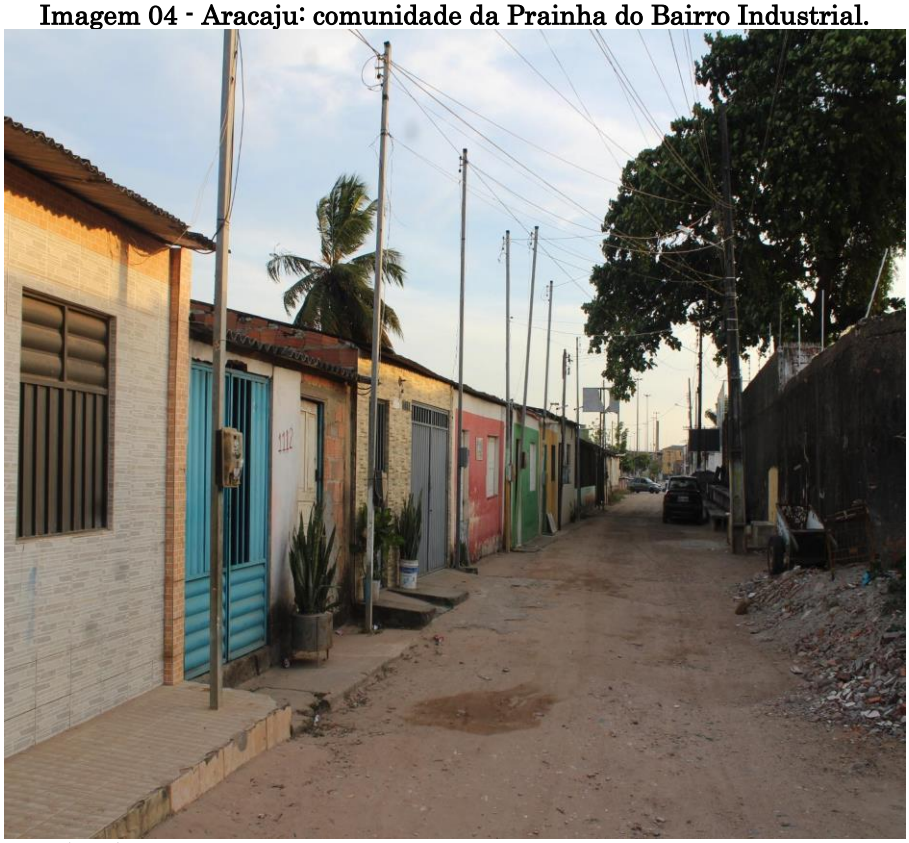


Foto: Autores (org.), 2021.

No caso específico, a comunidade recebeu uma série de multas[45], cujos valores variam de seis a trinta mil reais mensalmente, configurando cobranças absurdamente altas para a realidade das famílias. Uma vez que essa multa está em conformidade com a Instrução Normativa n° 23[46] (...) "que entende-se por caráter preventivo as ações proativas, que visem manter a integridade e uso adequado dos bens imóveis da União e por caráter coercitivo as ações que visam restaurar a integridade e a correta utilização dos bens imóveis da União".

A utilização "correta" do solo é importante para a compreensão dos padrões de organização do espaço. As medidas para o planejamento deste uso tem sido baseadas em informações fragmentadas sobre os efeitos da ocupação do solo no meio ambiente. O não reconhecimento dessa comunidade e como estes usam o território é

[45] **Comunidade do Bairro Industrial, em Aracaju, protesta contra ordem de despejo federal** https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/10/13/comunidade-do-bairro-industrial-em-aracaju-protesta-contra-ordem-de-despejo-federal.ghtml Acesso em: 13.10.2020.

[46] Estabelece as diretrizes e procedimentos das atividades de fiscalização dos imóveis da União. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-23-de-18-de-marco-de-2020-249245516 Acesso em: 04.05.2021.

uma das formas de inviabilizá-los. A lei nº 9.636[47] afirma que, "(...) É o poder executivo autorizado, por intermédio da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia. Define que,

> [...]. "Ao executar ações de identificação, de demarcação, de cadastramento, de registro e de fiscalização dos bens imóveis da União e a regularizar as ocupações desses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, e poderá, para tanto, firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada" (BRASIL, Decretos-Leis nºs 9.760/1946 e 2.398/1987).

Ainda conforme a lei nº 13.139/15, a SPU[48] e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará "(...) o convite para a audiência pública, por meio de publicação em jornal de grande circulação nos municípios abrangidos pelo trecho a ser demarcado e no diário oficial da união, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização", fato que não aconteceu até o presente momento. Eles também informaram que estão cadastrados[49] em um programa de moradia financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF)[50] há mais de dez anos, mas não houve avanço para a comunidade.

Conversando com os mestres

> [...] A importância do resgate para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso às "histórias orais" e às "memórias de velhos" vêm hoje se difundindo bastante no Brasil (BOSI, 1987; COSTA, 1993; MEIHY, 1996). (ABREU, 2016. p. 25.).

---

[47] Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos e regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9636.htm Acesso em: 04.05.2021.

[48] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13139.htm Acesso em: 04.05.2021.

[49] **Comunidade pesqueira que recebeu ordem de despejo faz cadastro social** Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/comunidade-pesqueira-que-recebeu-ordem-de-despejo-faz-cadastro-social/ Acesso em: 21.10.2020.

[50] Em resposta ao Ofício MPF/PRSE/LNT Nº 446/2020 – CAIXA, informou que: 1. Identificamos que os valores questionados foram creditados no ano de 2003 como "crédito de parcela". 2. Já solicitamos subsídios para área gestora quando da origem dos créditos, mas até o momento não tivemos resposta.

Seu Umberto, de 67 anos, pescador aposentado, artesão e carpinteiro náutico, homem de pouca fala, herdou dos pais os saberes da pesca. Mas é a navegação que alimenta o sonho de menino que trabalhou de sol a sol, inclusive aos domingos e feriados que foi e continua sendo o bastante para mostrar que merece o título que lhe deram de Mestre. Conhecido e respeitado em cada ponto do estado de Sergipe e do Nordeste, ele que vive na comunidade com seus quatro filhos, dez netos, cinco bisnetos e quatro tataranetos.

Remenda cascos de um pau só, cola madeiras, capricha no acabamento do casario e é especialista em transformar botes de pesca nas seguras tototós[51], de casco liso, com tábuas coladas lado a lado, fundo curvo, achatado ou em "V", com capacidade para 40 passageiros sentados, usadas no transporte e na pesca artesanal. Essa canoa artesanal é construída e adaptada de pesqueiros usados em mar aberto, que antes da construção da ponte Aracaju-Barra dominava o transporte coletivo nessa travessia. Foram introduzidas em Sergipe desde o final da década de 1940, mestre Umberto é um dos representantes dos construtores artesanais desses barcos, sendo um dos mais requisitados do estado para fazer a fabricação, manutenção e reparo de cascos, casarios, convés ou componentes de madeira e mecânica.

> [...]"Cheguei aqui a mais de 40 anos atrás e ensinei aos meus filhos meu ofício, tenho muito orgulho da minha profissão, a falta de espaço nesse projeto de ampliação da orla me preocupa, estamos aqui há anos e o poder público nunca se interessou pela comunidade (...) o desinteresse do poder público é intencional a desvalorização da cultura, do nosso trabalho, do saneamento, do rio e da natureza estamos abandonados". (Entrevista 01, 2021) [52].

Autodidata, o mestre Bruno[53], 52 anos, desenha as embarcações que constrói no silêncio da noite, enquanto o sono não chega. Ele mentaliza cada curva do casco para construir o barco de madeiras como louro, jaqueira, etc. e revela a sensibilidade e a sabedoria do conhecimento passado de geração após geração, além de garantir emprego para pessoas da comunidade. A manutenção exige habilidade para

[51] As tototós são reconhecidas pelas leis 918/2018 do município da Barra dos Coqueiros e pela lei estadual 7.320/2011 como "patrimônio cultural e imemorial do Estado de Sergipe".
[52] As imagens, entrevistas, etc. foram concedidas conforme **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** assinado pelos entrevistados e demais membros da comunidade em julho de 2021.
[53] **Comunidade dos Mestres Barqueiros de Aracaju em perigo** Disponível em: http://osrpeac.com.br/noticias/Comunidade-dos-Mestres-Barqueiros-de-Aracaju-em-perigo/67 Acesso em: 19.04.2021.

arqueamento da madeira até atingir a perfeição das curvas e manter a navegabilidade (Imagem 05). Os mestres carpinteiros envelheceram e são poucos os seus filhos e discípulos mais novatos realizam o ofício.

> [...]. "Aqui é um trabalho duro, mas é uma felicidade só ver os barcos na água. Todas as famílias aqui pagam impostos (taxas mensais como luz e água), somos todos regularizados pela marinha do Brasil e a Colônia de pesca, mas não somos reconhecidos" (...). (Entrevista 02, 2021).

Imagem 05 - Aracaju: comunidade da Prainha do Bairro Industrial - Produção de barcos artesanais



Foto: Autores (org.), 2021.

Sobre a memória das cidades, o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade materializado na paisagem, preservando em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar então que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. ABREU (2016) afirma que, "(...) a busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado". (p. 21.). Mesmo neste retorno ao passado, a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas.

Assim, a memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado ela estende-se até onde pode, a memória coletiva é, portanto, uma memória

viva... Ainda segundo, ABREU (2016) "(...) É apenas quando o que se quer lembrar já está muito distante no passado, quando a memória social se apaga ou se decompõe, que ela tende a se transformar em memória histórica". (p. 26.).

Nesse contexto o MPF[54] solicitou informações à PMA para esclarecer a existência ou não de pesquisas acerca de questões socioeconômicas/socioambientais, arqueológicas e dados referentes à comunidade. Em resposta ao MPF , segundo o memorando 4.532/214[55], a Procuradoria Geral do Município de Aracaju (PGMA), afirma que "(...) não existe no momento nenhum cadastro, dados ou projeto habitacional destinado para essa área na prefeitura[56]". Confirmando a invisibilidade negando a atenção do Estado perante os PCTs a comunidade.

> (...) "A solução, é a manutenção da comunidade no aproveitamento de terreno do Estado, para promover a valorização das casas e da arquitetura comunitária, com isso não teremos mais espaço para trabalhar, sem trabalho e sem o rio não existiremos a especulação imobiliária e a prefeitura quer nos expulsar". (Entrevista - 02. 16.2021).

Com a elevação da técnica e da tecnologia, os planos diretores estão focados em, cada vez mais, proporcionar uma maior e melhor integração espacial racional do Estado-nação, visando tanto à melhoria das trocas e do comércio com a eficiência administrativa. São típicos termos como o da "racionalidade fria" dos mapas para fins instrumentais de apoio ao poder estatal, cada vez mais centralizado. A memória e a materialidade empírica dessa comunidade são negadas pelo Estado, entretanto, inserimos os pescadores artesanais da prainha (Mapa 01) na cidade, uma vez que a importância desse instrumento construindo com os sujeitos envolvidos na luta em questão é fundamental.

> [...]. Os mapas há muito valem o seu peso em ouro, e o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro é, com efeito, uma homogeneização e reificação da rica diversidade

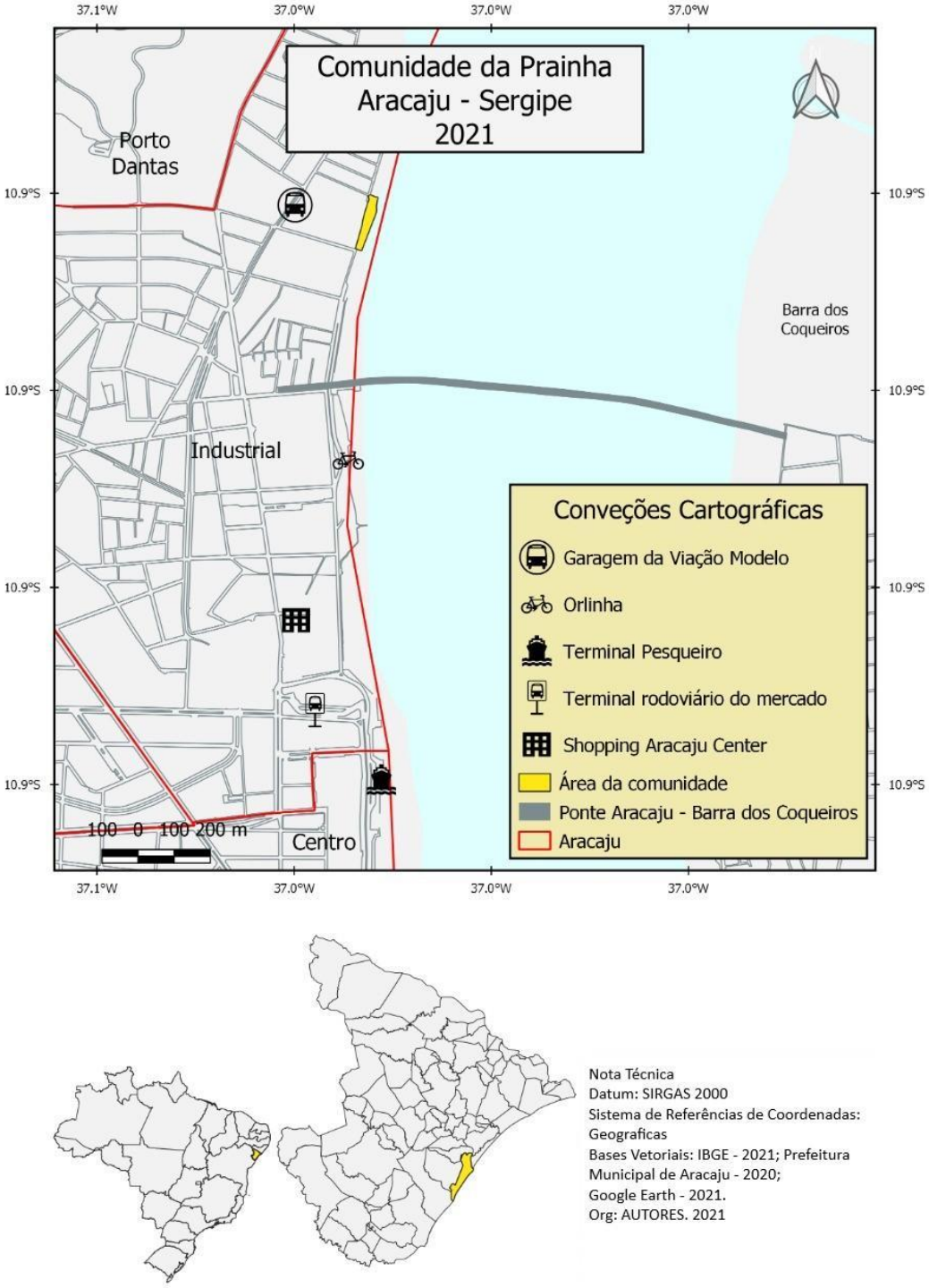
[54]Representação no Ministério Público Federal - MPF/SE (Manifestação Nº. 20200185939), cadastrada sob o nº. PR-SE-00043320/2020. Inquérito Civil Nº. 1.35.000.000686/2019-86. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada. Acesso em: 10.04.2021.

[55] Ref. Ofício: MPF/PRSE/LNT//GSN/ nº. 09/2021.

[56] **Prefeitura ameaça pescadores do Bairro Industrial [vídeo].** Disponível em: https://a8se.com/tv-atalaia/cidade-alerta/prefeitura-ameaca-pescadores-do-bairro-industrial. Acesso em:20.04.2021.

de itinerários e histórias espaciais (...). "Ele elimina pouco a pouco todos os vestígios das práticas que o produzem". (HARVEY, 2017. P. 207-230).

Mapa 01 - Aracaju: Comunidade da Prainha, 2021.



Fonte: Autores, 2021.

Considerações finais

Destacam-se que essas reflexões representam alguns resultados de uma ampla pesquisa em andamento, o que significa que pelo espaço/tempo disponível e por sua complexidade, ainda se pode pouco aprofundar analiticamente nas ramificações e nas correlações desta comunidade e seu entorno de crescimento urbano. Depois da construção dos diversos empreendimentos como (Ponte Aracaju-Barra, Shopping Park e o projeto "Orlinha") os olhos do Capital em conjunto com a especulação imobiliária mudaram a vida de Ribeirinhos até então invisíveis, que agora se veem em um conflito constante em busca de reconhecimento e direitos.

ABREU (2016) "(...) reforça que a história de um lugar é o resultado da ação de um determinado momento e sobre um determinado espaço, não estando relacionada somente ao local, mas relacionada a processos mais gerais, em outras escalas mais amplas. (p.29-30). A análise crítica das relações socioambientais passa pelo seu entendimento enquanto relações socioespaciais e/ou socioterritoriais. Logo, são às relações necessariamente conflituosas, o que permite também entendê-las de modo articulado à primeira dimensão analisada, a dos conflitos socioespaciais.

Portanto, se a produção do espaço urbano aparece como momento necessário ao desenvolvimento do ciclo de acumulação do capital nos seus primórdios, em sua fase concorrencial e depois monopolista, "(...) hoje sua reprodução ultrapassou os limites da indústria e não se restringe mais à produção de mercadorias clássicas" (CARLOS, 2017.p. 37). Assim, a ideia de "desvalorização" é proveniente do próprio processo do capital e de sua lógica. O termo, por seu caráter ideológico, encobre o fato de que esses espaços se encontram cheios de vida e ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo, portanto, sem importância para a acumulação e sem poder político.

Das questões apresentadas neste artigo se pode concluir que o projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas da sociedade existente, às relações imediatas – individuais – e cotidianas. A partir de diferentes/diversos processos apresentados, buscamos elencar os seguintes pontos: 1º. A resistência sempre está presente como intrínseca aos processos de embate de estratégias e táticas, uma vez que na cidade capitalista, pelo modo como se produz o espaço no qual a segregação socioespacial é a condição para a reprodução da manutenção das relações de produção; 2º. As práticas são múltiplas e se conformam de acordo com os conflitos

existentes podendo constituir-se pelo simples ato de transgredir leis, normas, regulamentos, etc. ou até na participação em organizações mais amplas, como movimentos sociais, sindicatos, associações, etc.; 3º. A resistência está permeada por ambiguidades e contradições, pois está relacionada ao processo de avanços e retrocessos do nível de consciência dos sujeitos envolvidos nos conflitos que carregam igualmente contradições; 4º. Como prática socioespacial, põe as contradições da sociedade em outro patamar sendo que denuncia a hierarquização dos lugares na cidade.

Portanto, a importância deste estudo para a ciência geográfica serve para refletir acerca da expropriação, exploração e espoliação que se desenvolve na produção e (re)produção do espaço urbano onde a partir do confronto evidencia-se a compreensão da desigualdade e construção de outras possibilidades e estratégias como parte das fissuras intrínsecas à relação de poder. Portanto, é uma prática socioespacial permanente na cidade capitalista nessa direção, a resistência é movimento, é uma prática socioespacial e uma ação ativa.

Compreendemos que essa se realiza com especificidades em cada lugar, de acordo com as relações das centralidades constituídas nos lugares da cidade, das práticas vividas neste nível, das diferenças dadas pela constituição da identidade concreta dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a relação indissociável entre teoria-prática está no fundamento da compreensão do mundo e, somente assim, caminhar-se-ia em direção ao possível/impossível, como movimento até o devir.

Referências

ARAÚJO, Hélio Mário de. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju** - Hélio Mário de Araújo (Org.) [et al.]. - São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006. 284p.: il.

BARRETO, Luiz Antônio. **Pequeno dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju.** Aracaju: ITBEC/BANESE, 2002.

BRASIL, Sergipe. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju.** Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/Plano_Diretor/Plandir_%20aprovado.pdf. Acesso em: 10.04.2021.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [texto (tipo reduzido)]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n.º. 1/1992 a 88/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n.º. 1 a 6/1994. - 47. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p. -

(Série textos básicos; n. 115). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10.01.2020.

BRASIL, SERGIPE. **Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).** Aracaju: Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju (SEMA), 2013. Disponível em:<ascom.sema.aju@gmail.com> Acesso em: 07.12.2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial** / Ana Fani Alessandri Carlos. - 1. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

_____ **Crise Urbana** / Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. SANTOS, César Simoni. ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método** / organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, César Simoni Santos e Isabel Pinto Alvarez. - São Paulo: Contexto, 2018. 160 p. (Metageografia).

_____ CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios/** Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). - 1. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2016.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves França. FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira. **Aracaju: 150 anos de vida urbana** / organização de Vera Lúcia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcón. – Aracaju: PMA/ SEPLAN, 2005. 236 P.: il., p & b., fotos. Obra publicada em comemoração aos 150 anos de Aracaju.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **De maçaranduba a industrial: história e memória de um lugar.** Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU), 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana/** David Harvey; tradução Jefferson Camargo – São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

_____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** / David Harvey; tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves - São Paulo: Edições Loyola, Jesuítas, 2017.

IBGE, – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo demográfico: 2010.
LEFEBVRE, Henri, 1901- 1991. **O direito à cidade** / Henri Lefebvre; Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, L.E.P. **A memória rema contra a maré: Lembranças sobre a Degradação Ambiental da Praia do Aracaju.** 2013. Dissertação (Mestrado) – UFS, São Cristóvão, Sergipe, 2013.

MARX, Karl. 1818-1883 **Miséria da filosofia**/Karl Marx; tradução José Paulo Netto. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** / Ermínia Maricato. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.: il.

PORTO, F. de F. **Alguns nomes antigos do Aracaju.** Aracaju/SE, Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 2003.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na trama da história: o movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935.** Aracaju: Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA), 2000.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica** / Pedro Abelardo de Santana; orientação de Francisco José Alves. – São Cristóvão, 2004. 116 p.: il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Jorge Edson. **A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). 2017.** 170 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SCARANTO, Sâmia Carolina Lima. **Aracaju parque *shopping*: cultura e religião em espaço empresarial.** Sâmia Carolina Lima Scaranto. Rooseman de Oliveira Silva. Arquitetura e Urbanismo Cadernos de Graduação ciências humanas e sociais. Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 5 | n.1 | p. 11-28 | outubro de 2018. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/5133 Acesso em: 11.03.2021.

Submetido em: 08 de maio de 2022.

Devolvido para revisão em: 02 de junho de 2022.

Aprovado em: 23 de junho de 2022.

Como citar este artigo:

EDSON SANTOS, J.; ANTONINO, L. De maçaranduba ao bairro industrial: a produção do espaço urbano e a luta pelo reconhecimento da comunidade tradicional da prainha do Bairro Industrial de Aracaju (SE). Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 585–614, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2282.

DESIGUALDADES REGIONAIS E PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO NORDESTINO E O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

REGIONAL INEQUALITIES AND POLES OF DEVELOPMENT: THE NORTHEAST CASE AND THE SUAPE PORT INDUSTRIAL COMPLEX

DESIGUALDADES REGIONALES Y POLOS DE DESARROLLO: EL CASO NORESTE Y EL COMPLEJO INDUSTRIAL DEL PUERTO DE SUAPE

Lucas Chaves Miquilini
Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
lucascmiquilini@gmail.com

Edson de Morais Machado
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
edsonmachado1988@gmail.com

José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
j.bastos@ufsc.br

Resumo:
A Revolução de 1930 buscou diminuir a dependência brasileira do mercado externo e fomentar a criação de um mercado interno forte. Porém, a alta concentração dos investimentos no Sudeste acentuou as desigualdades regionais no Nordeste. A partir de 1950 essa região se tornou foco de políticas que incorporaram a teoria dos Polos de Desenvolvimento nas estratégias do Estado. Ocorre a implantação, em Pernambuco, do Complexo Industrial e Portuário de Suape, cujas atividades passam a exercer grande influência no desenvolvimento do estado, principalmente nas primeiras décadas do século XXI. O objetivo deste artigo é investigar as especificidades, causas e consequências que levaram a teoria dos polos de desenvolvimento a ser usada como estratégia para amenizar a disparidade regional do Nordeste frente ao Sudeste, focando, sobretudo, no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica qualitativa sobre a teoria dos polos de desenvolvimento e levantamento de dados em fontes oficiais.

Palavras-chave: Desigualdade Regional, Sudeste, Nordeste, Polos de Desenvolvimento.

Abstract:

The Revolution of 1930 sought to reduce Brazil's dependence on the foreign market and foster the creation of a strong internal market. The high concentration of investments in the Southeast accentuated regional inequalities in the Northeast. From 1950 on, this region became the focus of policies incorporating the theory of Development Poles into the strategies of the State. There is the implementation, in Pernambuco, of the Suape Industrial and Port Complex, whose activities begin to exert great influence on the development of the state, especially in the first decades of the 21st century. The objective of this article is to investigate the specificities, causes and consequences that led the theory of development poles to be used as a strategy to mitigate the regional disparity of the Northeast against the Southeast, focusing mainly on the Suape Industrial and Port Complex. A qualitative literature review was carried out on the theory of development poles and data collection from official sources.

Keywords: Regional Inequality, Southeast, Northeast, Development Poles.

Resumen:

La Revolución de 1930 buscó reducir la dependencia de Brasil del mercado exterior y fomentar la creación de un mercado interior fuerte. La alta concentración de inversiones en el sudeste acentuó las desigualdades regionales en el noreste. A partir de 1950, esta región se convirtió en el foco de las políticas incorporando la teoría de los polos de desarrollo en las estrategias del Estado. Está la implementación, en Pernambuco, del Complejo Industrial y Portuario Suape, cuyas actividades comienzan a ejercer una gran influencia en el desarrollo del estado, especialmente en las primeras décadas del siglo XXI. El objetivo de este artículo es investigar las especificidades, causas y consecuencias que llevaron a la teoría de los polos de desarrollo a ser utilizada como estrategia para mitigar la disparidad regional del noreste contra el sureste, centrándose principalmente en el Complejo Industrial y Portuario de Suape. Se llevó a cabo una revisión cualitativa de la literatura sobre la teoría de los polos de desarrollo y la recopilación de datos de fuentes oficiales.

Palabras-clave: Desigualdad Regional, Sudeste, Nordeste, Polos de Desarrollo.

Introdução[1]

Em consequência do caráter latifundiário, escravista e exportador de sua economia, a ordem espacial brasileira, de início, se deu através de um reduzido número de cidades litorâneas de grande porte (MAMIGONIAN, 1982). Nos seus primeiros quase quatro séculos e meio, o país teve como base econômica a exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados. Perpassou por vários ciclos econômicos (da madeira pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, do café, da borracha no Norte, etc.) e, embora estes ciclos tenham atingido seu auge em determinados momentos históricos, sua exportação continuava no ciclo seguinte, apenas com menor expressividade (ANDRADE, 1995, p. 43).

Se em um primeiro momento a região Nordestina foi a que mais prosperou, posteriormente, a descoberta de minério no interior do país transferiu a sede do poder político para o Rio de Janeiro. Por outro lado, a agricultura cafeeira manteve o centro da vida econômica e política do país nessa região, tornando-a mais dinâmica, com maior população e concentradora de capital.

[1] A presente pesquisa foi realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, nas modalidades Edital Universal (Processo nº 438319/2018-4) e Pós-Doutorado Júnior (PDJ) (Processo nº 152113/2020-7) e do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior em Santa Catarina – UNIEDU/FUMDES.

Com o processo de industrialização pós 1930 e de integração nacional, as formações regionais passam a se interligar a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional), provocando reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul) (SANTOS, 1993; MAMIGONIAN, 2009). As indústrias até então espalhadas por todo o litoral brasileiro, garantidas por um mercado cativo, pois, segundo Santos (1993), tais regiões se desenvolviam segundo lógicas próprias, sem conseguir competir com as indústrias paulistas, vão encerrando suas atividades, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões, em detrimento da pujança econômica do Sudeste. Essa região, teve um salto de empregos industriais de 27% do total nacional em 1920, para 38,6% em 1950 (FURTATO, 2003). O Sudeste também passou a concentrar 62,2% dos investimentos no Brasil em 1958, face a 35,4% em 1954 (RATTNER, 1972), consumindo, em 1958, 84,3% do consumo de energia elétrica e a gerando 78,8% do valor da produção industrial (SANTOS, 1980).

As características de tal processo de desenvolvimento econômico acabaram por intensificar a tendência à disparidade estrutural regional, ocorrendo a consolidação da hegemonia paulista e a efetivação de uma periferia e de um polo, a "Região Concentrada" (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Dado o forte peso do passado (SANTOS, 1993), a Região Nordestina foi a que passou por maiores mudanças (destruição de setores industriais, perda populacional, estagnação das zonas canavieiras, etc.), passando a solicitar medidas estatais para amenizar as desigualdades regionais. Tais medidas, ao findar a década de 1960 e iniciar a de 1970, unem-se à necessidade de manter o ritmo

de crescimento econômico no âmbito nacional, tendo como incentivador o Estado. Os investimentos públicos passam a ser mais numerosos e há a injeção de mais recursos para exportação, esboçando uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, efetivada através da implantação de complexos e polos industriais (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

O Nordeste foi a região em que mais se implantou tal modelo, tendo sido criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que passa a ser a grande incentivadora do desenvolvimento econômico regional, tendo a sua frente Celso Furtado.

É nesse processo que, unindo a atividade industrial à atividade portuária, baseando-se nos modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, de forma inédita no Brasil, ocorre a idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco. Além dos benefícios dos polos de desenvolvimento, retratados nos estudos de Perroux e Myrdal, o alinhamento da atividade industrial junto à atividade portuária (portos com função industrial) são estratégicos. As vantagens de tal relação foram apontadas por Fischer (1963), na qual inclui enorme capacidade de redução de custos.

Aos poucos, o Complexo Portuário Industrial de Suape se consolida como importante agente dinamizador local, estadual e regional, atraindo indústrias diversas, gerando emprego e ampliando o PIB tanto dos municípios que integram o complexo, como do próprio estado de Pernambuco. Sua atividade portuária, como consequência das formas espaciais criadas inicialmente para a atividade industrial do próprio complexo, passa também a ser utilizada

para outros fins e agentes, atraindo cargas de diferentes localizações da região Nordeste, do Norte e do Centro-oeste. Toda essa conjuntura torna Suape um caso de essencial análise para a ciência geográfica, visto sua enorme capacidade dinamizadora e de alteração do espaço geográfico na qual se inseriu em seus amplos aspectos (fixos, fluxos, forma e estrutura espacial, etc.).

Neste trabalho buscou-se investigar as especificidades do caso nordestino que levaram a implantação dos polos de desenvolvimento enquanto importante metodologia orientada para o crescimento econômico dessa região brasileira, destacando-se as características, o processo de implantação e os resultados do polo de desenvolvimento Complexo Industrial Portuário de Suape. Para tal, lançamos mão de revisões bibliográficas qualitativas e levantamento de dados presentes em relatórios, livros, revistas e sites oficiais (Antaq, SEP, IBGE, MDIC, etc.), análise de imagens, elaboração de gráficos e tabelas, entre outros.

Como referencial teórico, levamos em consideração os ensinamentos do geógrafo Armen Mamigonian, que assinala através de suas obras que o conjunto de conhecimento é explicado pela conjunção de fatores pertinentes a cada uma das escalas geográficas: mundo, nação, região. Utilizamos também a ideia de "combinações de caráter geográfico", definida por CHOLLEY (1964). As ideias-chave de ciclos longos e dualidade, defendida por Ignácio Rangel (1914-1994), possuem importante influência a respeito de nossa compreensão sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil; e, dada a abrangência da análise, lançamos mão da teoria da formação sócioespacial proposta por Milton Santos (1982), que aponta

que o Estado faz parte de uma realidade dinâmica, em constante transformação.

Assim, dividiu-se a pesquisa em três partes, a primeira busca elucidar quais foram as conjunturas históricas que resultaram na necessidade de forte intervenção estatal na região analisada, tendo sido realizada através de pesquisa bibliográfica em autores como Andrade (1988), Rangel (1968), Furtado (2003), Rattner (1972), Santos (1965, 1993, 2013), Mamigonian (2009), entre outros. A segunda parte tem como objetivo evidenciar as singularidades e características da teoria dos polos de desenvolvimento desenvolvida por Perroux (1967) e da causação circular de Myrdal (1958), bem como sua incorporação à realidade brasileira. A terceira parte elenca a idealização, implantação, desenvolvimento e resultados do Complexo Portuário Industrial de Suape como polo de desenvolvimento e promotor do desenvolvimento local, estadual e regional.

A região nordeste: apontamentos sobre seu desenvolvimento econômico, social e espacial

As grandes cidades litorâneas brasileiras surgiram nas margens das baías, recifes, penínsulas, enseadas e desembocaduras dos rios, pois eram locais ao abrigo do vento e com águas calmas[2]. Tal realidade foi, portanto, profundamente marcada por múltiplas determinações, isto é, combinações, para usar a expressão de Cholley (1964), pois as condições naturais favoráveis à atividade portuá-

[2] Santos (1993) demonstra que ainda em 1900, das cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes, apenas São Paulo (239.820 hab.), não era litorânea, sendo as outras a cidades o Rio de Janeiro (691.565 hab.), Salvador (205.813 hab.), Recife (113.106 hab.) e Belém (96.560).

ria se aliaram aos novos marcos da economia mercantil, constituindo, assim, as primeiras combinações da formação social brasileira.

O país chegou às primeiras décadas do século XX com um imenso território muito desigualmente ocupado, apresentando quase que exclusivamente, ao longo da costa, formações econômicas regionais, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões. Cada uma dessas regiões possuía como espinha-dorsal um sistema regional de transportes, o qual servia de base a um esquema regional de divisão social do trabalho (RANGEL, 1968). Com o processo de industrialização nacional, baseado na política de substituição de importações pós Revolução de 1930, e de integração nacional, efetivado quase que completamente na primeira metade do século XX, as formações regionais passaram a serem interligadas através do sistema rodoviário a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional). Ocorre, assim, reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul).

Nesta conjuntura, a região nordestina foi a que passou por maiores mudanças, pois ocorreu a destruição de setores industriais incapacitados, como numerosos estabelecimentos têxteis (MAMIGONIAN, 2009). Passa, também, a enfrentar a concorrência do Sudeste na produção açucareira, sobretudo após a crise do café e as conjunturas das grandes guerras mundiais (ANDRADE, 1988), levando as áreas produtoras, ou seja, o litoral nordestino, à estagnação econômica. Representante de 38,71% da população brasileira em 1900, o Nordeste passou a abrigar 31,60% do total em 1960 (FURTADO, 2003). Destaca-se que tal dispersão foi o resultado de um processo complexo de acontecimentos, combinando vários fato-

res. Além dos fatores físicos, que resultam em períodos de grandes secas (1791-1793, 1877-1880, 1915, 1932, etc.), agravada pela alta concentração fundiária, onde as melhores terras, com disponibilidade de água, estavam sob posse de um pequeno número de indivíduos, a permanência do poder econômico das oligarquias açucareiras possibilitaram forte representatividade política que defendia seus interesses. Essa representatividade buscou sempre socializar os investimentos para ampliar a lucratividade da produção a custo de financiamento e políticas públicas, ao passo que o lucro era privatizado e o acesso a terra mantinha-se restrito, resultando na proletarização dos camponeses sob condições de alta exploração (ANDRADE, 1988).

As fortes reestruturações tiveram agravante sobre os incapacitados setores industriais nordestinos, levando o número de empregados industriais a ser reduzido, segundo Furtado (2003), de 27% do total nacional em 1920, para 17% em 1950, ao passo que o Sudeste passou a representar, nesse último ano, 38,6% do total. A rápida industrialização dos anos 30 deu origem a um centro dinâmico interno, dirigido pela indústria paulista, que passou a comandar as regiões periféricas através de um processo de integração e reestruturação das economias regionais, voltadas até então, basicamente, ao exterior (agroexportação). Assim, as indústrias oligopólicas dessas regiões, que até então podiam contar com um mercado cativo, não suportaram as pressões das indústrias concorrenciais de São Paulo, sobretudo, e foram fechando suas portas, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões (MAMIGONIAN, 2009). Tal realidade foi um dos fatores que bloquearam o desenvolvimento da concorrência no Nordeste e também no Norte, a ponto

que se chegou aos anos 50 e 60 sem a existência de numerosas fábricas nessas duas regiões.

Segundo Santos e Silveira (2013, p. 45), se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes terrestres beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As estradas de rodagem passam a obedecer às novas exigências da indústria e do comércio, reforçando a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária. Há, portanto, a consolidação da hegemonia paulista, tornando-a não apenas centro de aplicação de capitais privados oriundos da própria região, mas também atraindo capitais das regiões periféricas, se tornando principal foco de investimento do Estado. Tornou-se polo de atração de numeroso contingente populacional.

Rattner (1972) comenta que em 1954 São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos no Brasil, mas em 1958 o montante já era de 62,2%, ocorrendo forte e constante drenagem do sistema financeiro e bancário das áreas subdesenvolvidas em benefício de São Paulo e Rio de Janeiro. Santos (1980, p. 127) vai além, descreve que neste último ano São Paulo concentrava 73,3% da mão de obra do país, 84,1% dos capitais, 84,3% do consumo de energia elétrica e 78,8% do valor da produção industrial. A consequência dessa realidade foi uma intensificação da tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se tornou mais clara a existência de uma periferia e de um polo, a "Região Concentrada" (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Todavia, levando em consideração a ocorrência de três meias-revolução na história brasileira destacadas por Rangel (1981),

sendo elas a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 1930, e seus respectivos pactos de poder, é possível compreender que mesmo após 1930 há a permanência dos latifundiários no campo político nacional, que deixam de estar voltados ao mercado externo, como as decadentes oligarquias cafeeiras de São Paulo e açucareira do litoral nordestino, e passam a concentrar sua atenção no mercado interno do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Sertão do Nordeste.

Embora nacionalista, os latifundiários do Sertão Nordestino, agora no poder, permaneceram muito mais preocupados com o prolongamento da estrutura social que lhes beneficiava, ou seja, latifundiária e monocultora, do que com o desenvolvimento de políticas de incentivo a industrialização intensiva em capital. No poder, estes grandes latifundiários conseguiram se beneficiar do processo de industrialização então em curso, mesmo sem implementar políticas de industrialização[3].

A estagnação das zonas litorâneas nordestinas, redutos das velhas oligarquias agrárias voltadas para o mercado externo, com suas indústrias desbancadas pela alta competitividade das indústrias paulistas, passou a contrastar com outras áreas do Nordeste que passaram a serem chamadas a participar do processo de industrialização do país. Essas áreas do Sertão Nordestino tornaram-se responsáveis, segundo Santos e Silveira (2013, p. 43), pelo forneci-

[3] Santos (1993) salienta que no Nordeste há uma estrutura fundiária hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terceirização, ajudando a manter na pobreza milhões de pessoas e impedindo uma urbanização mais expressiva, logo, uma industrialização também. Segundo Santos (1993), a introdução de inovações materiais e sociais acaba por encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento, atuando como freio às mudanças sociais e econômicas.

mento de certos produtos agrícolas, como o algodão e o sisal. Ocorre, também, a implantação de grandes plantações de borracha, cacau e dendê no litoral baiano e da mamona no Nordeste, onde, do ponto de vista da produtividade, houve esforços bem sucedidos (SANTOS, 1965, p. 140). Esse processo irá atingir também a agricultura familiar de subsistência, predominante no Sertão, pois se acelera a substituição desse tipo de cultivo, que era de baixa produtividade, para uma agricultura especializada, inserida no mercado e sujeita a melhorias técnicas crescentes (MAMIGONIAN, 2009, p. 60). Fato consolidado hoje, há no Nordeste, além da tradicional produção de açúcar, diversos estados protagonistas na exportação de frutas e outros produtos agropecuários. Esses produtos, além do mercado nacional, são exportados em maior volume para a Europa, como também para a África e América do Norte, através dos portos de Suape, Fortaleza, Natal, Pecém e Salvador (MACHADO, 2020).

As perdas relativas do Nordeste frente ao Sudeste resultaram em um novo discurso político-econômico que acabou desembocando na criação da Sudene (1959), do Banco do Nordeste, da construção de hidroelétricas na região, etc., ao longo dos anos 60. É nessa conjuntura que alguns diretores da Sudene, mais comprometidos com a problemática do desenvolvimento industrial nordestino, vão procurar utilizar a teoria dos pólos de desenvolvimento de François Perroux, concentrando investimentos em algumas áreas e setores, criando polos ou núcleos de maior resistência, desenvolvendo o chamado Polonordeste. (ANDRADE, 1988).

Destaca-se que ao findar os anos 50 e iniciar os anos 60, a industrialização do Brasil havia avançado e o país se consolidava como urbano-industrial. A substituição de importação dos ramos

denominados de “indústria leve” e “indústria pesada” havia chegado ao fim, ocasionando um período de crise e ameaçando a continuidade do modelo econômico adotado (substituição de importações). Para manter tal modelo tornou-se indispensável retomar a atividade ao preço de investimentos públicos mais numerosos para promover a exportação, mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, ao preço de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma ordem ainda maior no campo político-social. Uma reorganização produtiva se instala no Brasil a partir da necessidade de transformar os minérios; produzir derivados de petróleo; e implantar polos de desenvolvimento. (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 48).

Esse último teve como base os estudos François Perroux e Gunnar Myrdal. Segundo Egler (2012, p. 214), a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias. Assim, a partir de então, é o momento de implantação de complexos e polos industriais como o Petroquímico de Camaçari (BA); Eletrometalúrgico de Tucuruí (PA e MA)[4]; Siderúrgico de Itaqui (MA); Industrial-portuário de Pecém (PE); Projeto Carajás (Norte); o Cloroquímico (AL), etc.

A divisão territorial do trabalho se amplia para a escala nacional. Re-hierarquiza-se as áreas de cultura do país a partir, sobretudo, da expansão da fronteira agrícola. Todavia, são áreas antes pouco povoadas (Norte e Centro-Oeste) que se mostram ex-

[4] Albrás, Alunorte, CCM, Alumar e Complexo Carajaí – CVRD.

tremamente receptivas aos interesses de uma economia moderna, pois não tinham o peso do passado, ocorrendo, tal processo, com maior velocidade e rentabilidade que nas outras regiões (SANTOS, 1993). Tal realidade ajuda a compreender a necessidade da forte intervenção estatal na Região Nordestina, a mais beneficiada pela implantação dos polos de desenvolvimento e que resultou em uma industrialização geograficamente concentrada[5].

A maturação dos investimentos realizados em polos de desenvolvimento é o que permitiu a essas estruturas a consolidação de sua capacidade instalada durante a década de 1990, que foi responsável pelo modelo econômico neoliberal que incentivou a abertura comercial, movimentos de câmbio, privatizações etc. (BRANDÃO, 2012).

O fortalecimento dos polos em meio ao cenário neoliberal ocorre, segundo Brandão (2012) em virtude do fortalecimento de grupos produtores de bens tradicionais, basicamente calçados de couro, vestuário e têxteis não padronizados, agroindústria de alimentos de baixa elaboração e bebidas que instalaram suas indústrias em direção a áreas bastante específicas e seletivas da periferia nacional.

Para Brandão (2012) esses segmentos produtivos se lograram desconcentrar, pois são caracterizados por serem pouco exigentes de ambiente mais complexo de externalidades; assim, puderam

[5] As características da socioeconomia brasileira, apresentada no início desse artigo, vão ao encontro do que Santos (1993) afirma. Segundo ele, o Nordeste apresenta uma estrutura fundiária hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terceirização, ajudando a manter milhões de pessoas na pobreza, impedindo uma modernidade mais expressiva. A introdução de inovações materiais e sociais encontra grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento (SANTOS, 1993, p. 69).

ser atraídos para vários pólos periféricos de maior porte, sobretudo em espaços metropolitanos, através de ampla concessão de subsídios e outros favores, custos salariais menores, maior flexibilidade trabalhista e ambiental e, em alguns casos, pelo fácil acesso a recursos naturais abundantes e baratos.

O Complexo Industrial Portuário de Suape, ao alinhar a atividade industrial à portuária, tornou-se um caso inédito no Brasil, fazendo parte do pacote de estímulos do governo federal por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Planejado como polo de desenvolvimento, abriga, atualmente, mais de 100 empresas que geram 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência. As indústrias implantadas em seu território consolidam dez polos industriais, sendo:

Quadro 1 – Polos industriais do Complexo de Suape, 2020

Polo	Descrição
Polo de Granéis Líquidos e Gases	Reúne empreendimentos estruturadores e um conjunto de operações importantes para a cadeia produtiva
Polo Logístico	Garante a distribuição e o armazenamento das cargas que chegam e saem da área do Porto, além de ser estratégico para a movimentação de carga dentro e fora de Suape.
Polo Naval e Offshore	Nos estaleiros são construídos navios petroleiros, gaseiros, barcos de apoio e outros, além de fazerem reparos quando preciso.
Polo Petroquímico	Está o maior empreendimento do Complexo: a Refinaria Abreu e Lima. Operam também outras duas empresas estruturadoras: a PQS, formada pela junção da PetroquimicaSuape com a Citepe, e a M&G Polímeros. O Polo ainda abastece seis empresas instaladas em Suape
Polo Pré-forma Plástica	Divide as empresas que produzem pré-forma pet e embalagens plásticas, sendo a grande maioria abastecida

	com matéria-prima do Polo Petroquímico de Suape.
Polo de Componentes Eólicos	Cluster de indústrias que fabricam componentes eólicos, responsável por produzir as torres, flanges e pás eólicas.
Polo de Geração de Energia	Possui duas usinas termelétricas, a Suape Energia e a Termopernambuco.
Polo Materiais de Construção	Estão algumas das principais indústrias de construção civil da região, responsáveis por fornecer material para fomentar o desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste.
Polo Metalmecânico	Formado por indústrias de base e empresas fornecedoras da cadeia produtiva de petróleo, gás e naval.
Polo Alimentos e Bebidas	Abriga grandes empresas do setor alimentício.

Fonte: Elaboração dos autores. Suape (2020).

O conceito de pólos de desenvolvimento e a realidade brasileira

Os primeiros conceitos sobre complexos industriais surgiram na década de 1960, baseando-se em teorias sobre crescimento, desequilíbrio econômico e polarização. Setores integrados, planejamento produtivo, maior concentração na produção de bens intermediários, economias de escala, aglomeração produtiva entre outros atributos, tornaram a teoria dos complexos industriais a ideal para o desenvolvimento econômico que visa a integração nacional. O argumento para o caso brasileiro é de que se deve investir em estruturas industriais robustas em regiões periféricas para que estas possam atingir um nível de maturidade produtiva capaz de competir com o Sudeste (BARROS e GALVÃO, 2002).

Para Hirschman (1961), a necessidade de polos no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional ou inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. Assim, no sentido geográfico, o desenvolvimento é necessariamente não-equilibrado. Para o caso do Brasil, com dimensões continentais, o processo de desenvolvimento industrial intensificou os desequilíbrios regionais por meio da concentração dos investimentos no Sudeste.

Essa realidade é explicada por Perroux (1967), ao afirmar que territórios extensos estão mais propensos a vivenciar a estrutura de uma economia dualista de dois setores, sendo um mais desenvolvido e outro estruturalmente mais arcaico. Em virtude disso, o desenvolvimento estimulado em determinado ponto não necessariamente irá propagar-se por todo o território, e caso o faça, não será suficiente para promover um crescimento igual ao de seu ponto de origem. Desta forma, o território acaba por constituir-se em ilhas de crescimento econômico cercadas por espaços vazios ou estagnados, não deixando nenhuma nação à revelia. Tanto os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos não possuem um crescimento uniforme em todo o território, mas sim desenvolvimento em pontos específicos que podem propagar efeitos de expansão ou de paralisação dependendo dos investimentos que estão sendo realizados e sua finalidade (PERROUX, 1967).

> A capacidade ou tendência do desenvolvimento de se expandir em volta de um subgrupo, uma região, ou um país, por muito tempo, enquanto o atraso impera em outra parte qualquer, foi muitas vezes observada. Se essa tendência se manifesta em torno de limites geográ-

> ficos nitidamente demarcados, o resultado é a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e na separação de um país em regiões progressistas e atrasadas (HIRSCHMAN, 1961, p. 277).

Os investimentos em complexos industriais geograficamente e estrategicamente bem localizados, concentrando atividades que gerem desenvolvimento, promovem efeitos econômicos positivos devido a proximidade dos meios de produção e da relação entre os trabalhadores dentro do complexo. A concentração das atividades industriais em meio urbano cria uma diversidade de consumidores que consomem de modo progressivo se comparados aos de meio rural. Desta forma, surgem necessidades que atendam a estes novos padrões de consumo como moradia, transporte, comércio, lazer, serviços, etc. (PERROUX, 1967).

A capacidade de complexos industriais em transformar uma região em polo de desenvolvimento econômico, fomentando não apenas os investimentos dentro do espaço industrial, mas também em seu entorno, pode ser interpretada pelo modelo da causação circular de Myrdal (1958), que propôs que as economias possuem círculos viciosos ascendentes e descendentes, dependendo dos estímulos que são realizados. No sentido ascendente, as variáveis econômicas e sociais são estimuladas para melhoria do bem-estar, promovendo o desenvolvimento, com os indicadores apresentando melhorias contínuas. No sentido descendente, os indicadores mostram contínua deterioração das variáveis econômicas e sociais. A tendência do sistema é afastar-se do equilíbrio e não ir em direção a este. Assim, o processo social tende a tornar-se cumulativo e caso o de-

senvolvimento econômico não seja controlado, continuará a promover desigualdades crescentes (SOUZA, 1993)[6].

Para Souza (1993), o processo de descentralização da atividade econômica no Brasil derivou, sobretudo, da ação política governamental no sentido da ocupação dos espaços vazios, do aproveitamento de recursos naturais nas áreas periféricas, através de investimentos públicos em grandes projetos, como os de infraestrutura, extração mineral e outros.

Com os desequilíbrios regionais mostrando-se cada vez mais latentes pós 1950 e, por meio das novas teorias de desenvolvimento regional, o governo brasileiro encontrou nos polos de desenvolvimento e complexos industriais um modelo econômico para buscar a diminuição das disparidades econômicas inter-regionais brasileiras. Egler (2012, p. 214) comenta que poucos foram os países do mundo que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Esse fato se intensifica, sobretudo, ao longo dos anos 70 onde a diminuição da atividade econômica que afetava o país como um todo parecia uma ameaça à continuidade do modelo econômico adotado. Assim, a partir da crise de 1973, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macroregional e sim subregional, onde o Nordeste, mas não exclusivamente, tornou-se o principal foco de tais políticas desenvolvimentistas.

[6] Geograficamente concentrado, o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e fixados, chama à existência outros centros. Quando dois destes centros entram em comunicação, graças a vias de transporte material e intelectual, extensas transformações se desenham no horizonte econômico e nos planos de produtos e consumidores. (PERROUX, 1967, p. 175).

> A mudança de ênfase da política regional tinha no parco resultado obtido quanto à criação de empregos com a estratégia de industrialização uma justificativa concreta que a legitimava. Em termos políticos, o estopim terminou sendo a seca de 1970, ou a evidência de que, passados dez anos, a economia da região, em especial a da zona semiárida, continuava despreparada para a tradicional intempérie climática. Assim, consolidam-se nesse período as concepções que apontavam para a criação de complexos industriais que absorvessem os benefícios atribuídos às economias de escala e de aglomeração e que estivessem suportados especialmente em base de recursos naturais que permitissem um leque integrado e amplo de possibilidades de produção. Primeiro surge o pólo petroquímico de Camaçari, por uma decisão nacional, e mais tarde vão surgindo aos poucos outros, dentro da mesma concepção básica (BARROS e GALVÃO, 2002, p. 379).

A implantação no estado de Pernambuco do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) fez parte da agenda do regime militar no contexto supracitado. Inspirado na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967) esperava-se que a realização do projeto promovesse atração de investimentos por meio da instalação de indústrias na região em virtude de sua localização (PEDROSA, 2015).

De acordo com Silva (1992), apesar de a ideia da construção do Complexo Industrial Portuário de Suape ser da década de 1960, a elaboração de seu Plano Diretor surge a partir de 1974, em consentâneo com o II PND, cujas diretrizes determinavam a formação de complexos integrados, vertical e espacialmente, em escalas compatíveis com as condições de competitividade a nível nacional e internacional. Segundo Brandão (1985), tal projeto territorial marcaria o desdobramento, sob o comando do Estado Nacional, do grande capital sobre as regiões periféricas, em especial, o Nordeste.

> Para Diniz (1995) esse processo resultou em vários fatores, em especial de: deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infraestrutura; c) busca de recursos naturais. traduzida pelo movimento das fronteiras agricola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; d) unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização. De forma agregada, a região Nordeste aumentou sua participação na produção industrial do país de 5,7% para 8,4% entre 1970 e 1990. (DINIZ, 1995, p. 11-12).

Brandão (2012) afirma que a partir da década de 1990 ocorreu a atração de novos investimentos ou o deslocamento de algumas indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis, sobretudo para o Nordeste (têxtil, confecções, calçados, alimentos, bebidas). Essas indústrias talvez ainda tenham algum raio para ocupar sua capacidade produtiva, a depender do ambiente macroeconômico (que acaba ditando o ritmo de expansão do mercado interno), e pode-se assistir ao arrefecimento do crescimento dessas indústrias e à diminuição da marcha da desconcentração regional do emprego e da renda, a depender também da política comercial praticada.

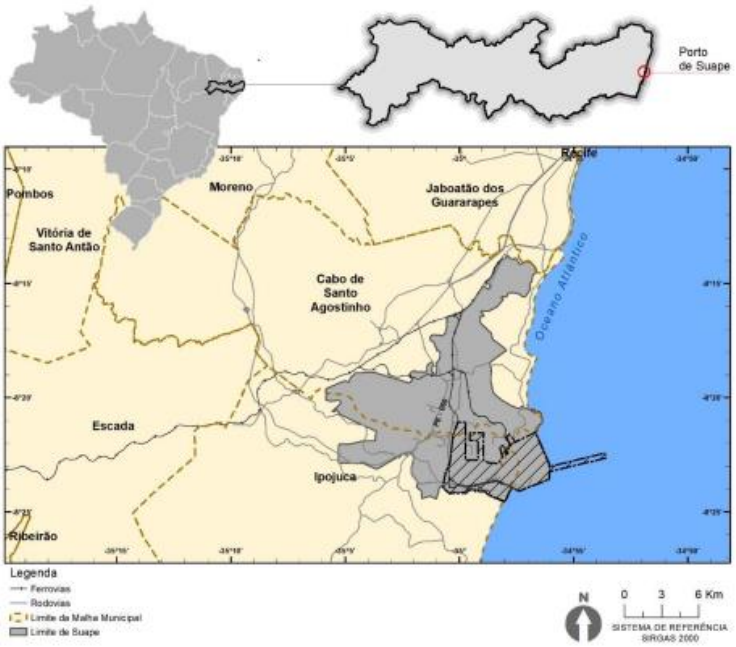
O Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS)

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado a aproximadamente 40 km da capital pernambucana, Recife, tem sua área industrial e portuária dividida de modo que 40% está localizado no município de Cabo de Santo Agostinho e os outros 60%

no município de Ipojuca. O alcance total do complexo abarca em conjunto a estes, outros seis municípios, sendo: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém, conforme mostra o Mapa 1 a seguir. (GUMIERO, 2018). A idealização de Suape teve como base modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, sobretudo os situados em Marselha (França) e Kadima (Japão). Entretanto, a construção se iniciou em 1974, tendo o início das operações no ano de 1983, através da movimentação de álcool pela Petrobrás. (BRASILa, 2015).

A função industrial alinhada à atividade portuária foi analisada por Fischer (1963), que destacou que o porto não é apenas uma etapa ou um lugar de estágio da carga; é também um lugar onde permanecem por algum tempo grandes quantidades de mercadorias e matérias primas pesadas. Essas, sobretudo as de baixo valor mercantil, suportam melhor os custos de transportes interiores depois de sofrer uma transformação. Segundo Fischer (1963), excluindo as indústrias tipicamente marítimas (pesca e naval), a função industrial alinhada à atividade portuária intensificou-se pós-1945. A partir de então, ocorre um verdadeiro deslocamento das indústrias para frente do mar e, consequentemente, uma profunda transformação da geografia industrial. Trata-se de uma consequência do fato das indústrias serem cada vez mais tributárias de fontes do exterior, destacando-se as pesadas (minério de ferro, carvão, produtos petrolíferos, etc.).

Mapa 1 – Localização do Porto de Suape e sua área de influência, 2020



Fonte: PDZ (2020)

No caso do CIPS, ao encontro do salientado por Fischer (1963), o projeto foi concebido para atrair indústrias de primeiras e de segundas gerações, com a possível atração de indústrias de terceira geração. De acordo com Cerqueira e Hemais (2001), essas indústrias compõe a chamada Cadeia Petroquímica, que compreende desde os produtores de derivados de petróleo até os transformadores de plásticos, as de primeira geração, produtoras de matéria-prima; as de segunda geração, destinadas à produção de resinas, que são produtos intermediários e materiais para transformação; e as de empresas de terceira geração, destinadas à produção de bens de consumo, embalagens, componentes, etc.

A escolha da região de Suape para localização do porto se deu pelas seguintes condições: águas profundas junto à linha da costa, com cerca de 17 metros a cerca de 1,2 quilômetros do cordão de arrecifes; quebra-mar natural formado pelos arrecifes; extensa área para implantação de um parque industrial; distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife (SUAPE, 2020). Embora o complexo já estivesse operando, foi somente em 1990 que a Sudene montou um programa de industrialização para o Nordeste. No documento "Política Regional de Desenvolvimento Industrial" foram elaborados objetivos para consolidar o parque industrial nordestino, de modo a torná-lo mais integrado a nível regional e nacional. A consolidação de complexos industriais consta como uma das metas a serem atingidas, considerando o Complexo Industrial Portuário de Suape como um dos promotores de desenvolvimento econômico e social da indústria regional e, portanto, devendo ser considerado como foco de investimentos em infraestrutura (SILVA, 1992).

Segundo Cunha e Lucena (2006) Suape ganhou um impulso maior durante o governo de Roberto Magalhães (1983 a 1987). Sem contrair empréstimos, o governador de Pernambuco fez obras de infra-estrutura tais como a pavimentação do sistema viário, terminal de carga e descarga de combustível com capacidade operacional de 360 m^3/h, rede de transmissão elétrica de 69 kv, interligação da central de telefonia à zona portuária, instalação para sistema roll-on/roll-off entre outras. Por isso chegou a dizer que tocou Suape com dinheiro azul e branco, numa referência às cores da bandeira de Pernambuco.

Até 1992 a maior parte dos investimentos em infraestrutura portuária e de apoio que foram feitos em Suape foram realizados pelo estado de Pernambuco, quando o complexo passou a integrar a malha portuária do país, após ser reconhecido como prioritário pelo Governo Federal. Desse modo, torna-se independente do Porto de Recife, de quem recebia recursos federais até 1990, através da extinta Portobras (SILVA, 1992). Entre 1995 e 1998, Suape recebeu investimentos de R$ 155 milhões via recursos públicos, reduzidos a R$ 136 milhões entre 1999 e 2002 (GODOY, 2014 *apud* CAVALCANTI et. all, 2018).

A década de 2000, através da implantação de empresas de médio porte e da instalação da Refinaria Abreu e Lima[7], inaugurada em 2014, significaram uma expansão do aumento dos investimentos no Complexo de Suape, tendo impacto também nas dinâmicas do território em virtude do aumento do fluxo de pessoas e operações (SANTIAGO et. all, 2014). Os resultados desse processo já são consideráveis desde 2005, onde o PIB do Território Estratégico de Suape foi da ordem de R$ 9.3 bilhões, concentrados nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, representando, aproximadamente, 18% do PIB de Pernambuco no referido ano (SEBRAE, 2009).

Até 2006, em Suape, já haviam sido investidos R$ 550 milhões via recursos públicos e mais de US$ 2,5 bilhões em recursos privados, resultando na implantação de 81 empresas geradoras 7.500 empregos diretos divididos entre indústria, terminais portuá-

[7] Trata-se de um projeto da Petrobras com a empresa venezuelana PDVSA, na qual pode processar até 230 mil barris por dia de petróleo cru, proveniente da Bacia de Campos e da Venezuela. Tal montante responde por cerca de 20% do total de diesel produzido no Brasil, sendo utilizado para o abastecimento das regiões Nordeste e Norte (MACHADO, 2020).

rios e empresas de serviços de apoio às atividades portuárias (SÁ, 2008). Em 2008, Suape buscou atrair mais 19 empreendimentos, que juntos poderiam totalizar quase US$ 10 bilhões, se destacando a instalação de quatro usinas termelétricas com previsão de investimentos de US$ 2,6 bilhões e uma fábrica processadora de celulose (US$ 2.5 bilhões) (CAVALCANTI et. all, 2018).

Em 2009, Pernambuco gerou mais de 45 mil empregos e apresentou aumento do PIB na casa dos 3,4%. Até aquele momento, o Complexo de Suape continha mais de 100 empresas instaladas e outras 35 em processo de instalação. Os investimentos públicos haviam atingido a casa dos R$ 700 milhões em 2009, com estimativas de que para o ano seguinte este valor seria dobrado, chegando aos R$ 1,4 bilhão. Suape passa a ser visado como área de negócios para importantes investimentos do mercado imobiliário (CAVALCANTI et. all, 2018). Em 2010, ao completar 32 anos, o complexo consolidava-se com forte contribuição nas cadeias produtivas naval, petroquímica, siderúrgica, alimentos e de tecnologia da informação do país, e por consequência estimulando o crescimento destes setores (ANTAQ, 2011).

O PIB dos Municípios do CIPS, conforme Tabela 1, apresentou ao longo dos anos aumento gradativo. Entre 2002 e 2017, o crescimento foi de 653%. Em nível de comparação, o PIB do estado cresceu 500% e o da capital, Recife, 365% no mesmo período. Os municípios da CIPS passaram a ter representação 5% maior no PIB estadual, evoluindo de 15% em 2002 para 20% em 2017, no mesmo período, Recife passou a representar 11% a menos, diminuindo sua participação de 39% para 28%.

Tabela 1 –PIB anual de Pernambuco, de Recife e dos municípios da CIPS em valores atualizados pela inflação de 12/2019 (x1000)

Ano	Pernambuco	Recife (Capital)	% PIB Estadual	Municípios do CIPS	%PIB Estadual
2002	R$ 96.019.405,42	R$ 37.792.491,80	39,36	R$ 15.105.229,73	15,73
2003	R$ 93.110.125,37	R$ 34.340.207,29	36,88	R$ 15.926.294,35	17,10
2004	R$ 100.620.123,97	R$ 37.870.626,95	37,64	R$ 17.414.988,94	17,31
2005	R$ 105.132.771,66	R$ 38.773.054,24	36,88	R$ 19.642.604,35	18,66
2006	R$ 113.441.931,42	R$ 40.955.480,01	36,10	R$ 20.702.547,56	18,25
2007	R$ 122.150.476,48	R$ 44.750.902,41	36,64	R$ 22.435.446,61	18,37
2008	R$ 129.911.533,34	R$ 45.475.139,98	35,00	R$ 24.353.268,73	18,75
2009	R$ 138.787.745,56	R$ 49.577.177,71	35,72	R$ 27.710.398,23	19,94
2010	R$ 162.813.044,03	R$ 55.901.149,89	34,33	R$ 31.938.585,52	19,62
2011	R$ 173.051.371,95	R$ 59.113.862,38	34,16	R$ 34.065.242,85	19,69
2012	R$ 190.513.251,97	R$ 63.843.190,30	33,51	R$ 38.642.431,66	20,28
2013	R$ 198.633.974,43	R$ 65.818.840,82	33,14	R$ 41.691.911,98	20,99
2014	R$ 204.893.171,79	R$ 66.715.119,58	32,56	R$ 40.848.816,39	19,94
2015	R$ 187.640.584,49	R$ 57.452.661,01	30,62	R$ 38.415.624,88	20,47
2016	R$ 186.985.346,69	R$ 55.203.821,89	29,52	R$ 39.946.194,83	21,35
2017	R$ 197.325.468,35	R$ 56.365.669,09	28,56	R$ 40.294.114,86	20,42

Fonte: Sidra IBGE. Elaboração dos Autores (2020).

Entre 2013 e 2015 é possível notar uma queda na arrecadação estadual em virtude da crise econômica que começa a apresentar seus impactos na economia brasileira. Consequentemente, a participação de Recife e dos municípios do CIPS no PIB do estado também apresenta queda, chegando para o Complexo Industrial Portuário de Suape a patamares de 2011 e posteriormente, em 2016, atinge sua maior média na série em análise, 21,3%.

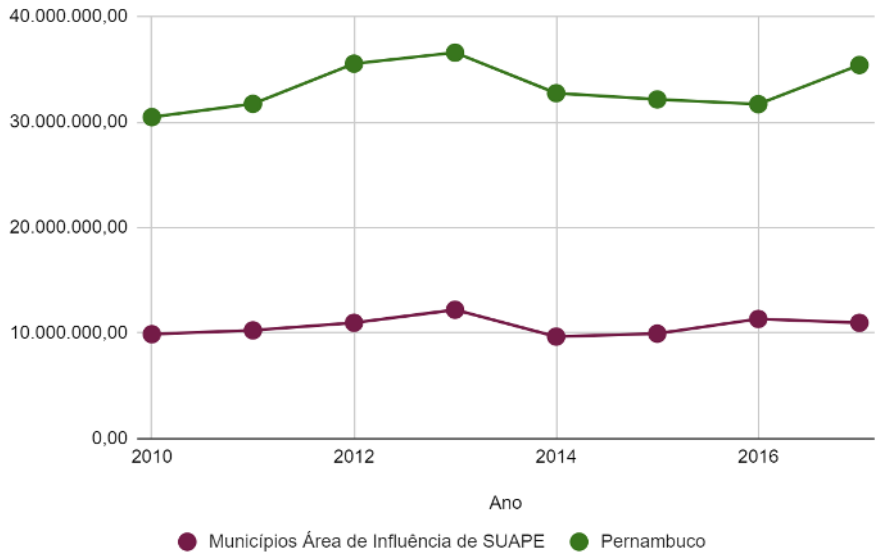
Além do PIB, o setor de comércio e serviços e o setor industrial são importantes indicadores de desenvolvimento a serem levados em consideração quando se pretende analisar a formação de complexos industriais produtivos. A indústria, por ser a atividade principal para o qual o complexo foi construído e o setor de comércio e serviços por ser o responsável pela espacialização econômica destas atividades.

O setor de comércio e serviços pode estar presente tanto dentro do espaço do complexo industrial por meio das empresas lá instaladas, quanto em seu entorno por meio das atividades comerciais que vão ser atraídas em suas proximidades para atender aos interesses das indústrias do complexo e das pessoas que passarão a serem responsáveis pelo funcionamento desta grande estrutura econômica.

Ao fazer uma análise comparativa do PIB Industrial e do PIB de Comércio e Serviços entre o Estado de Pernambuco e os municípios que fazem parte da área de influência de Suape, os dados revelaram como tal influência se estruturou e impactou no desenvolvimento econômico da região.

O gráfico 1 abaixo ilustra a evolução, entre 2010 e 2017, do PIB Industrial do Estado de Pernambuco e dos oito municípios da área de influência de Suape: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Sirinhaém, Ribeirão e Rio Formoso.

Gráfico 1 - PIB Industrial de Pernambuco e dos municípios da área de influência de SUAPE entre 2010 e 2017 (x1000).

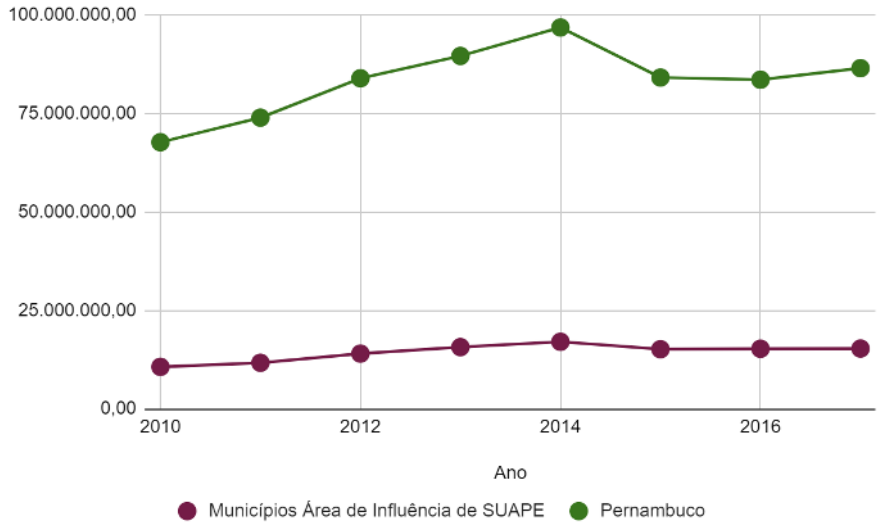


Fonte: DataSebrae. Elaboração dos Autores (2020).

Os municípios da área de influência de Suape foram responsáveis, em média, por aproximadamente 32% do PIB Industrial do Estado de Pernambuco entre os anos de 2010 e 2017, com o pico para o período sendo o ano de 2016 quando chegaram a representar 36%, com pouco mais de R$ 11,3 bilhões. Segundo dados do DataSebrae de 2020, esses municípios possuem aproximadamente 13% das empresas do setor industrial do Estado.

Quando analisado do setor de comércio e serviços para o mesmo recorte de municípios e dentro das mesmas ramificações, é possível notar que neste setor também existe participação significativa dentro do PIB de Comércio e Serviços do Estado, ainda que seja menor do que a do PIB Industrial, conforme gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 - Comparação entre o PIB Comércio e Serviços de Pernambuco e dos municípios da área de influência de SUAPE entre 2010 e 2017 (x1000).



Fonte: DataSebrae. Elaboração dos Autores (2020).

Os municípios da área de influência de Suape foram responsáveis, em média, por aproximadamente 17,2% do PIB de Comércio e Serviços do Estado de Pernambuco entre os anos de 2010 e 2017, mantendo estabilidade de 18% desde 2014, com pouco mais de R$ 15 bilhões. Lembrando que estes municípios representam apenas 4% do Estado de um total de 185 municípios. De acordo com dados do DataSebrae de 2020, esses municípios possuem aproximadamente 14% das empresas do setor de comércio e serviços do Estado.

As indústrias instaladas atualmente em Suape se beneficiam diretamente da ampla hinterlândia que a atividade portuária possibilita, pois essa pode atingir a escala regional e nacional através da cabotagem ou vias rodoferroviárias, ou internacional, em sua face marítima. Além da produção das indústrias instaladas na área do porto organizado, há a movimentação de cargas de vários pontos

do país, com maior concentração de cargas dos estados de Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e interior do Maranhão, além do próprio estado de Pernambuco (85% do total de cargas movimentadas). Os grandes parceiros comerciais do complexo portuário são o Nafta, a União Europeia e a Ásia, que respondem por mais de 75% das mercadorias movimentadas no complexo (BRASILa, 2015).

Em sua face terrestre a hinterlândia de Suape possui fluxos que se utilizam das rodovias BR-101 e BR-232, e também as estaduais, PE–60 e a PE–28, sendo o acesso ferroviário possível pela ferrovia EF–101, gerido pela TransNordestina Logística (TNL), onde, entre as estações do Cabo e Ponte dos Carvalhos, deriva-se o Tronco Distribuidor Ferroviário (TDF), composto por uma via com 23 km de extensão. Todavia, se encontra praticamente desativado, limitando-se basicamente a uma pequena parcela dos contêineres que chegam e saem do complexo. Há dutos para o transporte de butadieno e MEG (monoetileno glicol).

As facilidades destacadas resultam em alta atratividade para a implantação de novas indústrias no complexo, pois, além das vantagens locacionais existentes, como uma posição geográfica extremamente favorável (o complexo está localizado no centro do litoral nordestino), as indústrias se beneficiam das formas espaciais já criadas. Ou seja, a movimentação portuária alinhou-se à produção industrial do complexo, na qual foram desenvolvidas infraestruturas para o escoamento da produção (exportação ou cabotagem) e/ou importação de insumos industriais e agropecuários de sua hinterlândia terrestre. Essas mesmas formas espaciais podem ser utilizadas para outros fins e por outros agentes, constituindo-se uma ver-

dadeira economia de aglomeração[8]. Face a tal realidade, há diversas empresas instaladas dentro do complexo industrial e portuário de Suape, não sendo exclusividade apenas aquelas diretamente ligadas às atividades industriais.

Destaca-se, como ponto negativo, a distância entre o complexo e as regiões fornecedoras de mão de obra, pois o percurso entre o complexo e os bairros residenciais, em que moram os trabalhadores, demora aproximadamente duas horas. Essa realidade pode ser altera com a construção de um ramal do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT- Ramal Suape), que atualmente opera até o município de Cabo Santo Agostinho, de onde os trabalhadores portuários precisam pegar outra condução. A extensão do ramal seria de aproximadamente 11 km de trilhos, ampliando a malha ferroviária que atualmente é de 39,5 km (MACHADO, 2020). Ainda como ponto negativo e de grande necessidade de resolução, há o fato da não concretização da ferrovia Transnordestina[9], que permitiria a ligação do complexo portuário e industrial com o Norte do País e toda a região Nordeste, podendo receber cargas do Centro-Oeste, como a soja em grãos, ou a possibilidade de atração de maior volume da movimentação de minério de ferro no complexo, especialmente oriundos das minas do Piauí, que ainda não são exploradas por falta de logís-

[8] Corrêa (2000) define como economias de aglomeração quando há várias atividades juntas, beneficiando-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais.

[9] Deveria entrar em operação em 2015, todavia, vários trechos encontram-se parados em virtude de decisões judiciais. O trecho Piauí-Porto de Pecém (CE) possui previsão de término para 2021, enquanto que o trecho Salgueiro-Suape previsão para 2027. A obra tem despertado o interesse de investimento de grupos empresariais chineses, como o grupo CCCC (China Communications Construction Company), que contariam com a possibilidade e viabilidade de construir terminais de minério de ferro no Complexo Portuário de Suape (MACHADO, 2020).

tica, mas seriam viabilizadas pela ferrovia, com um potencial de produção de 15 milhões de toneladas por ano (BRASILb, 2015).

Por fim, destacamos que o período de baixo crescimento iniciado em 2013, e que ainda possui grandes efeitos sobre a sociedade, contribuiu para o processo de desaceleração dos investimentos no complexo. Entretanto, após anos de crescimento, Suape demonstrou ser um complexo industrial e um polo de desenvolvimento consolidado, fato comprovado pelo crescimento do PIB dos municípios que abrangem o CIPS e, consequentemente, do PIB estadual; pela ampliação do número de estabelecimentos industriais no estado e pela geração de empregos no setor industrial. O complexo tornou-se atrativo para investimentos privados, sendo que podem se tornar ainda mais atraídos face a resolução das dificuldades elencadas.

Conclusão

Frente a análise proposta, é essencial levar em consideração o fato inicial de que as características primárias da socioeconomia brasileira (latifundiária, escravista e agroexportadora), resultaram em uma formação territorial caracterizada pela existência de arquipélagos regionais, voltadas economicamente para o exterior e sobre lógicas próprias (divisão social do trabalho própria, maior autonomia econômica e social, etc.). Realidade que resultou, como mostrado, em um razoável número de indústrias de consumo pulverizadas, sobretudo, por todo o litoral brasileiro. A integração territorial, que ocorreu após a Revolução de 1930, colocou fim a tal conjuntura, dando vantagens à indústria paulista, com maior e mais moderna infraestrutura, amplo mercado consumidor, acúmulo de capital, ampla dinamicidade populacional, etc. Tornou-se, assim,

líder no processo de industrialização via substituição de importações, chegando a absorver, em 1958, 84,1% dos capitais disponíveis (SANTOS, 1980).

Ocorre forte e constante drenagem de capitais das áreas subdesenvolvidas para a região Sudeste, sobretudo São Paulo, através do sistema bancário e financeiro. A consequência desse processo, abrupta integração territorial, que pôs fim a mercados regionais cativos, e investimentos espacialmente seletivos, foi a ampliação da tendência às disparidades regionais que geraram, a partir da década de 1950, um novo discurso político-econômico: a necessidade da intervenção Estatal para amenizar tal realidade. Realidade alavancada, sobretudo, pós-1970, onde, unindo um regime autoritário e a necessidade manter as altas taxas de crescimento econômico, frente a crise econômica mundial, e concretizado a preço de investimentos públicos mais numerosos, o país adota a estratégia de polos de desenvolvimento, baseando-se nos estudos de François Perroux e Gunnar Myrdal.

As especificidades econômicas e socioespaciais da região nordestina a fizeram palco central da política de implantação de polos de desenvolvimento, destacando-se a idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape, no litoral pernambucano. Tal complexo se destaca por seu ineditismo, no Brasil, na união da atividade industrial à portuária, tendo em vista que na maioria dos casos essas atividades ocorrem de modo separado, com polos industriais distantes geograficamente de grandes complexos portuários. Não há, portanto, uma simbiose direta entre ambas as atividades (produção e serviços portuários), tornando-se, desta forma, um caso de essencial análise para a ciência geográfica.

A união de porto e indústria, dentro do mesmo território, o papel desempenhado pelas políticas públicas de atração industrial, a modernização contínua das infraestruturas portuárias, faz com que o complexo venha desempenhando importante papel na consolidação do estado de Pernambuco como o segundo maior PIB da região Nordestina (IBGE, 2018). Desde sua inauguração, em 1983, desenvolveu dez polos industriais, incluindo o metalmecânico logístico, eólico, petroquímico, materiais de construção, alimentos e bebidas, naval e *offshore*, com investimentos que somam aproximadamente R$ 50 bilhões vindos do poder público e da iniciativa privada, dentre eles a Refinaria Abreu e Lima.

Possuindo mais de 100 empresas que resultam em 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência, Suape tem forte influência no crescimento do PIB dos oito municípios que municípios que alcança. O PIB de tais municípios passaram, somados, de R$ 15 bilhões em 2002 para R$ 40 bilhões em 2017, crescimento de quase 170%. No PIB Estadual, a representação destes municípios passou a ser quase 5% maior nas duas primeiras décadas do século XXI. No setor industrial o PIB somado destes municípios atingiu 32% do PIB Industrial do Estado de Pernambuco em 2017, enquanto que para o PIB de Comércio e Serviços, este percentual foi de 17,2% para o mesmo ano.

Assim sendo, conclui-se que a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape como um polo de desenvolvimento, embora ainda em implementação, configura-se como importante dinamizador e agente impulsionador da atividade industrial no estado de Pernambuco, extrapolando, em diversas ocasiões, os próprios limites estaduais. A ampliação de seus resultados para além

da área do complexo resulta da possibilidade de uso dos fixos, ou seja, da forma espacial criada inicialmente para a atividade industrial dentro do território do complexo de Suape, mas que hoje são utilizadas para outros fins e agentes. Há, portanto, ampliação de fluxos ao longo de toda sua área de influência e de suas vias de acesso, permitindo o desenvolvimento de uma verdadeira economia de aglomeração em área estratégica na região nordestina.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Análise de Movimentação Portuária Brasileira. 2011. Disponível em: http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2011/Tabelas/AnaliseMovimentacaoPortuaria.pdf. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica:** um olhar geográfico. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6054. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: IPESP/ Hucitec, 1995.

BARROS, J. R. M de; GALVÃO, A. C. A Política de Industrialização do Nordeste em face da Crise Econômica Brasileira. **Revista Econômica do Nordeste,** v.33, n. Especial. Fortaleza, 2002. p. 371-389.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território & Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, M. Azevedo. A Regionalização da Grande Indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. In: **Revista de Economia. Política.,** v. 5, n. 4, p. 88, out./dez., 1985.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Suape. Florianópolis, SC: 2015a. Disponível em: <https://infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_preliminar/vp25v1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Recife. Florianópolis, SC: 2015b. Disponível em: <http://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_completa/pm25.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CAVALCANTI, Helenilda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.) **Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS):** migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

CERQUEIRA, Vicente; HEMAIS, Carlos A.. Estratégia Tecnológica e a Indústria Brasileira de Transformação de Polímeros. **Polímeros**, São Carlos , v. 11, n. 3, p. 7-10, Sept. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-14282001000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2000. 7ª ed. Série Princípios.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico: IBGE**, nº 179, Rio de Janeiro: 1964.

CUNHA, Paulo Gustavo de Araújo; LUCENA, Vinicius Guerreiro de. **Do sonho à realidade.** Negócio Editora Ltda/Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.

DATASEBRAE. Indicadores. 2020. Disponível em: https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/datasebrae/data-sebrae.html#/Economia Acesso em: 06 de outubro de 2020.

DATASEBRAE. Total de Empresas Brasileiras. 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/ Acesso em 08 de outubro de 2020.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. IPEA - Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada, 1995.

EGLER, Claudio A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 207 - 238.

FISCHER, André. Les ports maritimes. Essai de Classification. **Information Géographique**. n. 3, 1963, . 105-114.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31 ed. Companhia editora nacional, 2002.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape: 1955 a 2015. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 32-50, abr. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292018000100032&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 de setembro de 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958. 314 p.

MACHADO, Edson de Morais. **A questão portuária nacional: estudo geográfico**. 2020. 399 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: **Novos Rumos da geografia brasileira**. Santos, M. (org.). São Paulo: Hucitec, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste da divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social**, Florianópolis - SC, v. 1, n. 1, p.49- 70, 1 abr. 2009. Anual.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions.** London: G. Duckworth, 1957.

NUNES, Liliane de Souza. Porto de Suape como provedor de pernambuco nas relações internacionais. Faculdade Damas. **NEARI em Revista**, v. 03, n. 03, 2017. Disponível em:

https://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/510/449. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

PEDROSA, Fred Rego Barros. Embates sociopolíticos na implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape: uma política pública de proteção ao meio ambiente de Pernambuco (1973-1980). **XXVIII Simpósio Nacional de História.** Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/ Acesso em 17 de setembro de 2020.

PERROUX, François. **A economia do século XX.**. Lisboa: Herder, 1967.

RANGEL, Ignácio M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, Rio de Janeiro, v.5, n.2 , p. 43-71, dez. 1968.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.

SÁ, Maria Evelina Menezes de; SANTOS, Maria de Lourdes Florencio. **Análise comparativa entre os portos do Recife e de Suape:** desafios para a gestão ambiental. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6026. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

SANTIAGO, L. et. all. Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS nos municípios do Cabo e Ipojuca. Faculdade Damas. ARCHITECTON - **Revista de Arquitetura e Urbanismo** – v. 04, n. 07, 2014. Disponível em: https://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/article/view/299. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1965.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual**. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura da. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 476 p.

SEBRAE. **Suape Global, Suape Local:** o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado. 2009. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudos ecopolis_suapeglobal.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Produto interno bruto dos municípios 2002-2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 8, n. 2, p 165-184, 1992.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. **Revista Análise Econômica, v.11, n.19.** Porto Alegre, 1993. p. 29-59.

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Apresentação - Complexo Industrial e Portuário de Suape: Pernambuco preparado para novos negócios. 2015. Acesso em: 23/12/2020. Disponível em: https://pt.slideshare.net/ADDiper/apresentao-suape-2015

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Histórico: 1970. Acesso em: 28/12/2020. Disponível em: http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape/117-1970.

Submetido em: 19 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 24 de junho de 2022.
Aprovado em: 06 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

CHAVES MIQUILINI, L.; MESSIAS BASTOS, J.; DE MORAIS MACHADO, E. Desigualdades regionais e pólos de desenvolvimento: o caso nordestino e o complexo industrial Portuário de Suape. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 615–655, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2306.

GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: REPERCUSSÕES E CORRELAÇÕES COM O CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19

TERRITORIAL MANAGEMENT AND PLANNING IN THE BRAZILIAN AMAZON: REPERCUSSIONS AND CORRELATIONS WITH THE COVID-19 PANDEMIC SCENARIO

GESTIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: REPERCUSIONES Y CORRELACIONES CON EL ESCENARIO DE PANDEMIA DE COVID-19

ANDERSON AZEVEDO MESQUITA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
E-MAIL : ANDERSON.MESQUITA@UFAC.BR

MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
E-MAIL : MADA.GEOPLAN@GMAIL.COM

Resumo:
A pandemia de Covid-19 afetou drasticamente a vida humana, sobretudo pelos impactos ocasionados. O objetivo deste trabalho é analisar a pandemia e as correlações com a realidade socioeconômica e espacial da região amazônica, compreendendo que, o quadro apresentado é produto do modelo de ordenamento do território. Utilizou-se dados socioeconômicos do IBGE, além de informações do *DataSus*. Como método, indicadores foram criados e agrupados conforme características convergentes. Medidas de tendência central e de diferenças de proporção serviram como base para modelos de correlação. Na Amazônia os resultados indicam correlação para a desigualdade socioeconômica e instrução educacional, além da vinculação destes com a incidência e o total de óbitos. Para o Brasil, os indicadores foram ainda mais relevantes. Por fim, concluiu-se que o modelo de ordenamento do território amazônico, historicamente produziu um ambiente de alta segregação social, o que ampliou drasticamente a vulnerabilidade e suscetibilidade da população a pandemia.

Palavras-chave: Covid-19, Ordenamento, Território, Correlações.

Abstract:
The Covid-19 pandemic has drastically affected human life, especially due to the impacts caused. The objective of this work is to analyze the pandemic and the correlations with the socioeconomic and spatial reality of the Amazon region, understanding that the picture presented is a product of the territorial planning model. Socioeconomic data from the IBGE were used, in addition to information from *DataSus*. As a method, indicators were created and grouped according to converging characteristics. Measures of central tendency and proportion differences served as the basis for correlation models. In the Amazon, the results indicate a correlation between socioeconomic inequality and educational instruction, in addition to the link between these and the incidence and total number of deaths. For Brazil, the indicators were even more relevant. Finally, it was concluded that the Amazonian spatial planning model has historically produced an environment of high social segregation, which has dramatically increased the vulnerability and susceptibility of the population to the pandemic.

Keywords: Covid-19, Ordering, Territory, Correlations.

Resumen:
La pandemia del Covid-19 ha afectado drásticamente la vida humana, especialmente por los impactos causados. El objetivo de este trabajo es analizar la pandemia y las correlaciones con la realidad socioeconómica y espacial de la región amazónica, entendiendo que el cuadro presentado es producto del modelo de la planificación del uso del suelo. Se utilizaron datos socioeconómicos del *IBGE*, además de informaciones de DataSus. Como método, se crearon indicadores y se agruparon según características convergentes. Las medidas de tendencia central y las diferencias de proporciones sirvieron como base para los modelos de correlación. En la Amazonía, los resultados indican una correlación entre la desigualdad socioeconómica y la instrucción educativa, además del vínculo entre estas y la incidencia y el número total de muertes. Para Brasil, los indicadores fueron aún más relevantes. Finalmente, se concluyó que el modelo de ordenamiento territorial amazónico ha producido históricamente un ambiente de alta segregación social, lo que ha incrementado dramáticamente la vulnerabilidad y susceptibilidad de la población ante la pandemia.

Mots-clés / Palabras-clave: Covid-19, Planificación del uso del suelo, Territorio, Correlación

Introdução

A pandemia de Covid-19 pode ser considerada o maior evento relacionado a saúde humana com repercussão global do século XXI, afinal, de acordo com Campos (2005), somente a gripe espanhola, que no século XX dizimou mais de 30% da população mundial, atingiu proporção similar ao quadro pandêmico atual. Neste contexto, em dezembro de 2019, foram registrados os primeiros casos de uma doença respiratória em Wuhan, província de Hubei, na China, e após eliminada a possibilidade de outras síndromes já existentes constatou-se que o mundo passava a enfrentar uma nova onda pandêmica (Mesquita *et al.*, 2020).

A nova pandemia seria causada pelo patógeno SARS-CoV2, que é um vírus de suposta origem animal e evoluiu ao ponto de infectar humanos (Novel, 2020; Liu *et al.,* 2020). Os morcegos da espécie *Rhinolophus affini* foram os primeiros a serem indicados como responsáveis pela transmissão (Wan, 2020), posteriormente também foi atribuída a origem por intermédio da espécie *Manis javanica,* conhecida como "Pangolins Malaios" e, por fim, uma hipótese sugere que a origem do vírus se deu de forma proposital através de manipulação laboratorial. Contudo, Andersen (2020) ao analisar as características do vírus, descartou qualquer possibilidade de que este tenha sido construído em laboratório.

De acordo com dados compilados pela Johns Hopkins University e Medicine no Coronavirus Resource Center, até o dia 27 de outubro de 2021 a Covid-19 atingiu 185 países, com quase 245 milhões de casos confirmados e aproximadamente 5 milhões de óbitos. Dentre os países mais afetados encontram-se EUA, México,

Índia, Rússia e Brasil que, somados, totalizam quase 50% de todos os óbitos registrados no planeta.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 registrado foi em São Paulo no dia 26 de fevereiro de 2020. De acordo com dados do Ministério da Saúde, até o dia 27 de outubro de 2021, o país totalizou mais de 21 milhões de casos e um total de 606.246 óbitos por covid-19. Tal cenário reflete a incapacidade de gestão do Estado brasileiro frente a pandemia, em específico, o fracasso do seu papel e das ações desenvolvidas pelo governo federal que foi centrada numa postura de negação a ciência e a banalização das medidas de isolamento e controle da disseminação da doença no território brasileiro.

Na Amazônia brasileira, aqui compreendida pelos estados que compõe a região norte do país, até o dia 27 de outubro de 2021 foram registrados 1.861.027 casos de Covid-19, com 10.097,3 de incidência/100 mil hab. e taxa de 253,9 de mortalidade/100mil hab. (Brasil, 2021). Proporcionalmente, se destacam negativamente os estados de Rondônia (369,3), Roraima (335) e Amazonas (332,10) com elevadas taxas de mortalidade, contrastando com os valores de Pará (194,5), Acre (209,2) e Amapá (235,4) que registraram índices inferiores à média nacional e mesmo da região norte.

A variabilidade dos dados nos diferentes estados da federação e até mesmo no âmbito de uma região unificada como a Amazônia, indica a necessidade de compreender quais fatores foram preponderantes para a construção do quadro no país. Assim, para Da Silva (2021) as políticas de gestão da pandemia implementadas nos diferentes níveis do território brasileiro possuem inexpressiva conexão com as desigualdades socioespaciais do país, sobretudo em relação ao acesso aos serviços de saúde, as variáveis socioeconômicas,

o planejamento governamental e até mesmo nas características culturais.

A articulação entre a construção socioespacial da desigualdade e o *status quo* da pandemia sobre esse espaço, nos remete a buscar como as condições estruturais e históricas são relevantes na constituição das vulnerabilidades territoriais. Neste sentido é importante fazer uso da ciência geográfica, sobretudo quando ela incorpora o conceito de território, que segundo Haesbaert (2001) é uma unidade fundamental de estudo para a compreensão dos fenômenos espaciais na contemporaneidade.

Nesta abordagem compreende-se território enquanto lócus de poder, ou seja, para Raffestin (1993) o território ou a territorialidade é um processo dinâmico de controle do espaço ou de áreas, sendo esta relação flexível no espaço tempo. Para Souza (2000) o poder é dinâmico e é constituído através de processos históricos dialéticos em suas relações econômicas e políticas. Tal característica acaba por construir condições territoriais complexas e diversificadas que sumariamente afetam e são afetadas por fenômenos espaciais como a pandemia de Covid19.

Nos trabalhos de Viana *et al* (2016), Escobar (2020), Mendonça *et al* (2020) observa-se que as características socioeconômicas e espaciais da região amazônica reduzem drasticamente a resiliência da população, principalmente em relação ao acesso a saúde. No geral, constata-se a existência de rede incipiente de estabelecimentos de saúde sendo estas concentradas nas capitais. Portanto, neste trabalho vislumbra-se articular a realidade socioeconômica contemporânea da Amazônia enquanto produto da gestão e do ordenamento historicamente materializados

sobre esse território, compreendendo como tal contexto se correlaciona com os efeitos da pandemia de Covid-19.

Ordenamento e planejamento territorial: algumas considerações

Ao considerar o poder enquanto fundamento balizador do território, torna-se claro que tal dimensão apresenta por essência características e condições complexas, afinal, o exercício do poder seja de forma direta ou indireta, emerge de conflitos e contradições de classes e atores sociais diversificados. Estas divergências se consolidam pelos anseios e possibilidades antagônicas de uso e ocupação do território.

Neste sentido, apesar de conceitualmente distintos, ordenamento, planejamento e gestão do território podem ser considerados como mecanismos pragmáticos de controle e exercício do poder sobre o território. A execução do poder se dará com à ação efetiva dos atores e agentes que mantém interesses ou estão umbilicalmente ligados ao território. No entanto, essa intervenção e o uso do poder não se dará de forma harmônica, mas sim conflituosa e em grande medida com a subjugação das classes menos favorecidas em benefício das classes hegemônicas (Raffestin, 1993); (Saquet, 2003).

Estas considerações são relevantes para compreender que, na dimensão do território, qualquer análise ou intervenção teórica e prática deve se alicerçar no reconhecimento do uso e da ação do poder sob um ponto de vista crítico e de luta de classes (Maia, 1995). Portanto, ao planejar, ordenar ou gerir o território os atores que os formam estarão diretamente exercendo seu poder visando consolidar os seus anseios e metas. Assim, a geografia enquanto ciência do espaço é a grande responsável por compreender criticamente as

entrelinhas e os caminhos tortuosos dessa conflituosa e dinâmica luta espacial.

Cientes das condições dialéticas e intrínsecas do território, cabe agora distinguir o que se entende pelos processos de ordenar, planejar e geri-lo. No mundo ideal, o ordenamento territorial seria toda ação reflexiva proporcionada por análise espacial, construída por um conjunto de fatos submetidos a criteriosa metodologia cientifica, e que conceda como produto uma abstração da realidade, proporcionando ao homem um correto entendimento dos fatos a sua volta, o que permitirá, por sua vez, projetar um conjunto amplo de estratégias com implicações territoriais (Claudius-Petit *apud* Frade, 1999).

Nesta visão, o ordenamento seria o esforço reflexivo e complexo de pensar profundamente a estrutura e o modelamento para o uso mais justo e eficiente do território. Poderíamos inferir que enquanto a gestão e o planejamento são ferramentas operacionais e metodológicas, o ordenamento territorial é a matriz que dará sustentação, em outros termos o ordenamento é a *episteme.* Portanto, torna-se evidente que há hierarquia entre os conceitos, o ordenamento territorial se realizado dentro de seus princípios, dará ao homem subsídios para a correta compreensão e utilização mais sustentável e sintrópica do espaço.

Em relação ao planejamento e gestão estes são considerados conceitos mais amplos, a literatura contemporânea emprega tais termos em diversas áreas do conhecimento científico. Para Oliveira (2006), ao analisar o planejamento de políticas públicas no Brasil, este enfatiza que há demasiada atenção ao tecnicismo e à burocracia de formulação e controle. Para o autor tal realidade é responsável por submergir o que seria essencial no planejamento, que seja a

implementação de processos democráticos para tomadas de decisão, baseadas em informações transparentes e com aparato científico de análise. Além disso deve-se busca por soluções conjuntas e que sejam assimiláveis para toda a sociedade, com destaque para os atores envolvidos.

No Brasil, e em específico para a Amazônia tanto as tentativas de ordenamento territorial como o planejamento das ações sobre o território são ou foram em grande proporção realizadas de forma verticalizada e não democrática. Como prova observa-se que as principais iniciativas de grande impacto sobre a Amazônia ocorreram durante o período da ditadura militar no país, e mesmo com a redemocratização após constituição de 1998, ainda é visível que os principais atores (indígenas, povos tradicionais, população das periferias) são negligenciados ou até mesmo eliminados do processo.

E é exatamente essa dissidência do que é real que torna as intervenções até aqui executadas sobre este território, um verdadeiro lócus de tensões sociais e de degradação da sobrevivência humana para a população mais vulnerável. Quando o Estado omite a existência de cidadãos este acaba por negar o seu papel de proteção e assistência, e obviamente isso irá se refletir na qualidade e no acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, emprego e renda.

Amazônia: pressupostos da gestão e ordenamento do território

Considerando o complexo contexto amazônico faz-se necessário compreender como as relações de poder moldaram e moldam a gestão e o ordenamento territorial deste espaço. Para Kohlhepp (2007), a Amazônia sempre esteve voltada para atender a demanda do capital nacional e internacional que, historicamente, foram priorizados em relação aos interesses das populações

tradicionais. É importante destacar que o Estado brasileiro foi o principal propulsor das intervenções sobre a região, sobretudo em relação as políticas de gestão e ordenamento do território.

Ao refletir sobre o processo de ocupação territorial da Amazônia, Becker (2010) relata a existência de dois modelos antagônicos entre si, um de característica exógena e outro com caraterística endógena. Para o primeiro, a autora destaca a "visão externa ao território" onde a soberania era afirmada, as relações com as metrópoles privilegiadas com a propulsão de geometria de redes. Para o modelo endógeno, prevalecia a visão interna do território e o desenvolvimento local suportado por uma geometria de áreas.

A Amazônia sempre foi considerada o "eldorado" a ser descoberto e explorado, e neste sentido a região foi cenário de ciclos importantes de exploração econômica e gestão espacial. Para Cruz (2019) destacam-se como principais fluxos os períodos de exploração extrativista com ênfase a economia da borracha, a exploração mineral, a frente madeireira e pecuarista, a frente da soja, e mais recentemente os grandes empreendimentos voltados a geração de energia, através da construção de usinas hidrelétricas de grande impacto.

Durante a atividade extrativista da borracha do século XX, observa-se que o ordenamento territorial da região foi voltado para atender a demanda por insumos de países centrais que estavam em conflito durante a segunda guerra mundial (Monteiro *et al,* 2004). Enquanto produto desta fase, observa-se a consolidação de um sistema de produção de aviamento com ênfase na exploração da força de trabalho dos chamados "seringueiros", muitos destes oriundos das áreas áridas do sertão nordestino, e que foram estimulados pelo governo federal a adentrar na imensidão da Amazônia com a ilusão

de construir riqueza ou mesmo encontrar um refúgio para a pobreza e miséria que estavam condicionados.

Portanto, neste período histórico observa-se que o Estado atua fortemente para ordenar a região, mesmo que desconsiderando todas as especificidades e complexidades típicas de uma localidade desconhecida e pouco explorada. Como resultado, observa-se a consolidação de um grande fluxo migratório para a Amazônia sem qualquer planejamento ou suporte que proporcionasse o pleno desenvolvimento econômico e social, ou mesmo a garantia de melhores condições de vida para a população.

Com o declínio da produção extrativista da borracha, constatou-se um forte fluxo do meio rural para as cidades amazônicas. A recente ocupação urbana, trouxe consigo uma diversidade de problemas sociais que até hoje assolam tais localidades (Tavares, 2011). Dentre as principais, observa-se o desemprego, a ocupação desordenada de planícies de inundação de rios, violência, colapso de atendimento nos serviços públicos em especial aqueles relacionados a saúde e saneamento básico.

Ainda no século XX observa-se um segundo momento relevante para o ordenamento e gestão da Amazônia, trata-se do Plano de Integração Nacional (PIN), e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que, no geral repensavam a gestão do território amazônico voltado para a sua ocupação e integração efetiva com o restante do país (De Oliveira, 1988). Tal projeto foi fomentado pelo governo militar brasileiro que implementou uma série de medidas com impactos e repercussões profundas sobre o espaço ambiental e social da região.

Assim, como no surto extrativista da borracha o plano de integração do governo militar foi construído sem considerar as

especificidades da região amazônica. Novamente um forte fluxo migratório foi estimulado, e o objetivo central do governo foi aliviar a pressão por reforma agrária na região Sul do país. Neste período foi criado o programa POLAMAZÔNIA (Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) surge como o responsável pelo processo de ordenamento territorial da Amazônia neste período (Lima *et al.* 2012).

O resultado foi novamente improdutivo, sobretudo pelo escasso planejamento e apoio dado pelo governo federal as famílias de colonos que se deslocaram do centro-sul do país em busca de uma terra produtiva e que geraria riqueza. Outro aspecto relevante deste momento foi o impacto ambiental ocasionado pelas obras de construção de estradas e rodovias em meio a floresta, um volume expressivo de desmatamento e de desiquilíbrios ecossistêmicos foram ocasionados (Oliveira, *et al,* 2020); (Santos, 2002).

Mais recentemente, no início do século XXI, a Amazônia passa a ser novamente ordenada de forma verticalizada e sem considerar as suas especificidades regionais, geográficas e culturais. A região assume o lócus de área estratégica para o planejamento energético do país. Com isso, destaca-se a instalação de grandes empreendimentos hidroelétricos através da construção de usinas, que de acordo com Cavalcante (2021) acarretou uma série de prejuízos sociais e ambientais para a região.

De acordo com Kohlhepp (2002), Melo e Théry (2001), Silva *et al* (2020) os modelos de ordenamento e gestão territorial praticados na Amazônia não foram pensados ou projetados considerando as características socioambientais e culturais complexas da região. Tal realidade trouxe como produto a construção de profundas

assimetrias e quadro de elevada vulnerabilidade econômica e social que são materializados em indicadores de qualidade de vida a níveis deprimentes para a população, além do cenário de caos e degradação ambiental na região de maior biodiversidade do planeta.

Metodologia

Neste estudo foram utilizados dados de indicadores socioeconômicas e espaciais disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como base o Censo (2010) e relatórios do PNAD (2016/2019). As informações sobre cobertura de leitos de enfermarias e leitos de UTI foram coletadas no DATASUS, assim como os dados sobre a incidência e mortalidade de Covid-19 que foram extraídas da plataforma digital do Ministério da Saúde. Os indicadores foram agrupados em 04 (quatro) categorias de variáveis: (Demográficas; Desigualdade social; Educação; Saúde), conforme demonstrado na tabela. 01.

Tabela 01: Quadro de indicadores por agrupamento e fonte de dados.

Grupo	Indicadores	Fonte de dados
Demográficas - 01	**Id01** - População estimada - pessoas (2019); **Id02** - Densidade demográfica estimada - hab./km² (2019);	IBGE
Desigualdade socioeconômica - 02	**Id03** - IDH - Índice de desenvolvimento humano (2010); **Id04** - IP - Índice de Palma (2019); **Id05** - IG - Índice de Gini (2019); **Id06** - % pop. desocupada s/ trabalho e a procura >= 2 anos (2019);	
Educação - 03	**Id07** - Distribuição % das pessoas de 25 anos ou mais de idade sem instrução (2016); **Id08** - Média de anos de estudo (2019);	

Saúde - 04	**Id09** - Leitos de UTI/10mil hab. disponíveis para adultos (SUS) – até 08/05/2020; **Id10** - Leitos de UTI/10mil hab. disponíveis para adultos (Não - SUS) – até 08/05/2020; **Id11** - Leitos de Internação para cada 1mil hab. (SUS) até 06/2021; **Id12** - Leitos de Internação para cada 1mil hab. (Não - SUS) até 06/2021; **Id13** - % residentes com ao menos uma deficiência de condições inadequadas de moradia (2019); **Id14** - % residentes em moradias com ao menos uma deficiência de saneamento básico (2019);	DATASUS
	Id15 - Total de casos/100k hab. Covid-19 - 02/11/2021; **Id16** - Total de óbitos/100k hab. Covid-19 - 02/11/2021;	Ministério da Saúde

Fonte: elaborado pelos autores

Todos os indicadores foram transformados em escala proporcional, reduzindo o erro de análise de interpretação dada a diversidade espacial e quantitativa dos dados reais. Os indicadores descritos na Tabela 1 foram registrados para todos os estados do Brasil, sendo destacada as informações para a região Norte. Histogramas comparativos dos indicadores apresentados na Figura 1 foram elaborados no software "*Excel*" para fins de comparação entre a região amazônica e a tendência central para o restante do país.

A correlação entre os indicadores e o quadro situacional atinente à pandemia de Covid-19 foi estimada por meio do teste de correlação de Pearson, cuja estatística de teste é expressa na Eq.2, tendo o pressuposto de normalidade dos dados estimados a partir da estatística de teste evidenciada na Eq. 1. Considerando-se a extensão rotina de cálculos envolvidos, utilizou-se o Software *BioEstat* 5.0 (Ayres et al., 2007).

$$W = \frac{b^2}{s^2} = \frac{\sum_{i-1}^{n}(a_i y_1)^2}{\sum_{i=1}^{n}(y_i - \bar{y}_i)^2} \quad (1)$$

$$r = \frac{\sum_i (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 \sum_i (y_i - \bar{y})^2}} \quad (2)$$

De acordo com Figueiredo Filho (2005), o coeficiente de correlação de Pearson (r) é uma medida de associação linear entre variáveis, ou seja, compreende-se que determinadas variáveis podem se comportar de forma "associada" ou "integrada" e, linearmente, a condição de mudança ou comportamento de uma acaba por afetar e ou alterar a dinâmica da outra variável correlacionada. Assim, por lógica, neste estudo busca-se identificar se o comportamento da pandemia de Covid-19 (incidência e óbitos) para a região amazônica pode ter correlação com as variáveis socioeconômicas e espaciais indicadas na Tabela 1, que, nesse contexto são produtos do modelo de gestão e ordenamento do território implementados para a região.

Resultados e discussões

Análise dos indicadores

Os valores alcançados através do cálculo de média dos indicadores do grupo 01 a 03, representando respectivamente as variáveis demográficas, desigualdade socioeconômica e educação (Tabela 1), demonstram que para o grupo 01 (demográficos) a Amazônia representa baixo adensamento populacional. Tal realidade aponta que as tentativas de ordenamento deste território, baseadas na ocupação sumária, não obtiveram êxito no decorrer da

história. No entanto, em relação a disseminação de Covid-19, em tese, dever-se-ia ser favorável para a redução de casos e óbitos, dada as características de proliferação do patógeno serem menos agressivas em localidades com essas características (Carmo e Rêgo, 2020).

Tabela.02: Valores médios e relativos dos indicadores –01 a 03.

	Grupo 01		Grupo 02				Grupo 03	
Indicadores	*Id01*	*Id02*	*Id03*	*Id04*	*Id05*	*Id06*	*Id07*	*Id08*
Brasil	210147125	75,92	0,70	3,87	0,52	26,97	10,01	11,36
Amazônia	18430980	5,24	0,68	4,12	0,53	30,53	10,58	11,25
Diferença %	-91,23%	-93,09%	-2,93%	6,43%	2,17%	13,18%	5,73%	-0,97%

Fonte: elaborado pelos autores

Nos indicadores dos grupos 02 (desigualdade socioeconômica) e 03 (educação), observa-se que a tese de Kohlhepp (2002), Melo e Théry (2001), Silva *et al* (2020) de fato se confirmam, uma vez que em todos os indicadores dos agrupamentos, os valores médios apontam para um cenário muito pior para a região amazônica quando comparado com a média do Brasil. Isto pode indicar que os modelos de ordenamento e gestão territorial para a Amazônia se demonstraram antagônicos com as características socioambientais e culturais complexas da região e tal antagonismo é responsável pelas profundas assimetrias econômicas e sociais encontradas (Lira *et al.* 2009).

Os indicadores médios e relativos do grupo saúde Id09, Id10, Id11 e Id12, (tabela 3), demonstram que há maior fragilidade da região amazônica em relação a disponibilidade de leitos de UTI ou enfermarias. Esse contexto sinaliza a precariedade dos investimentos da saúde pública e privada nessa região e, em especial, se destaca a dependência dos serviços de saúde via Sistema Único de

Saúde (SUS), além da baixa adesão e cobertura por parte da iniciativa privada. Os indicadores Id10 e Id11 demonstram, respectivamente, a diferença entre a média brasileira e a região amazônica de - 19,96% para enfermarias e – 39,28% para leitos de UTI que não pertencem a redes do SUS.

Tabela.03: Valores médios e relativos dos indicadores – Grupo 04.

	Grupo 04							
Indicadores	Id09	Id10	Id11	Id12	Id13	Id14	Id15	Id16
Brasil	0.43	0.49	1.64	0.56	24.14	53.40	11834.83	279.28
Amazônia	0.36	0.39	1.67	0.34	32.26	74.99	13242.13	274.77
Diferença %	-17.49%	-19.96%	2.22%	-39.28%	33.62%	40.41%	11.89%	-1.61%

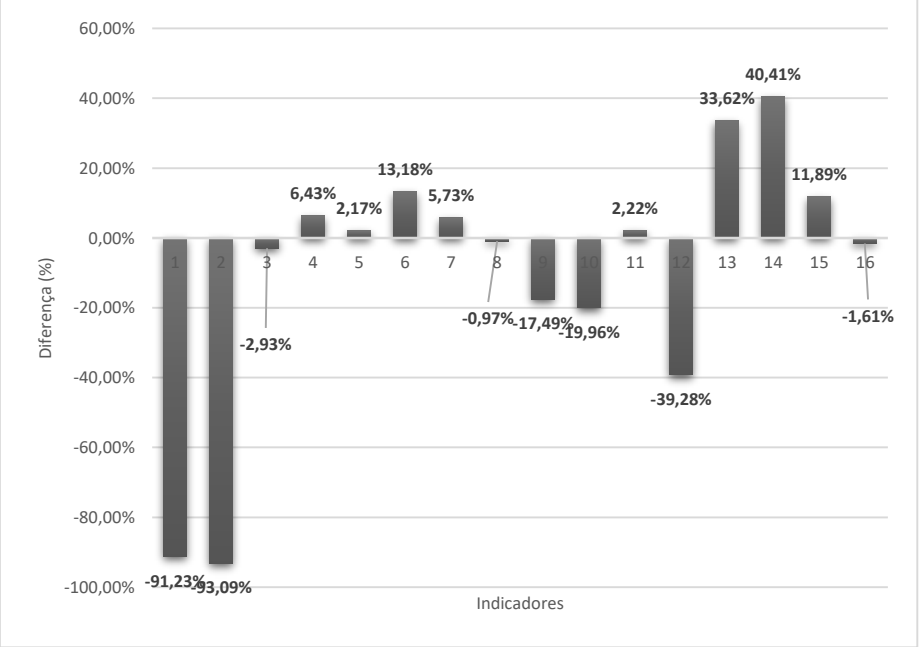
Fonte: elaborado pelos autores

Quando observado os indicadores Id13 e Id14 é possível constatar a face mais aguda da desigualdade na região amazônica, sobretudo por estas variáveis apontarem para o percentual de pessoas que residem em moradias em condições inadequadas e com deficiência de serviços de saneamento básico. Tal fato corrobora com os trabalhos de Viana *et al* (2016), Escobar (2020), Mendonça *et al* (2020) quando avaliaram as características socioeconômicas e espaciais da região e o pleno acesso a saúde.

Os indicadores Id15 e Id16 destacam que mesmo existindo baixa densidade populacional na região, esta alcançou incidência proporcional de infecção por Covid-19 superior à média brasileira, além de obter diferença de apenas -1,61% em relação ao total de óbitos proporcionais. Os valores gerais alcançados em todos os indicadores analisados no estudo, podem ser observados na figura (01).

Em síntese a fig. 01 indica existir maior diferença entre as médias da região amazônica em relação a do país nos grupos de fatores demográficos e de saúde. Para as características demográficas ao articular o contexto da pandemia, o menor adensamento populacional da região poderia ser definido como condicionamento positivo para a menor propagação da Covid-19, enquanto contraponto as médias mais baixas em relação aos indicadores de saúde, traduzem um ambiente de maior vulnerabilidade. Para os indicadores do grupo de desigualdade socioeconômica e de educação constata-se que a região apresenta realidade ainda pior do que o cenário encontrado no Brasil, que historicamente é conhecido como um dos países mais desiguais do mundo.

Figura 1: Valores médios e relativos dos indicadores para todos os grupos analisados.



Fonte: elaborado pelos autores

Correlação dos indicadores e o cenário da pandemia

Em relação ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk a tabela 05 indica que para a região amazônica apenas o indicador Id01 (*população estimada*) não alcançou o nível de significância necessária para ser considerada uma distribuição normal, assim este indicador será excluído da testagem de correlação de Pearson por não atender a demanda do pressuposto do teste. Para o Brasil, de acordo com a tabela. 06 o mesmo cenário de não-normalidade se aplica para os indicadores Id01 (*população estimada*), Id02 (*dens. demográfica*) e Id13 *(% de residentes com condições inadequadas de moradia*) sendo estes indicadores também excluídos da testagem de correlação por não atendimento aos pressupostos.

Tabela.05: Scores do teste Shapiro-Wilk para os indicadores analisados – Amazônia.

Indicadores	**Id01**	**Id02**	**Id03**	**Id04**	**Id05**	**Id06**	**Id07**	**Id08**
(p) =	0,0148	0,2847	0,4586	0,4710	0,6372	0,2813	0,3649	0,6453
Indicadores	**Id09**	**Id10**	**Id11**	**Id12**	**Id13**	**Id14**	**Id15**	**Id16**
(p) =	0,9813	0,9742	0,1991	0,4930	0,1491	0,0805	0,6769	0,3387

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 06: Scores do teste Shapiro-Wilk para os indicadores analisados – Brasil.

Indicadores	**Id01**	**Id02**	**Id03**	**Id04**	**Id05**	**Id06**	**Id07**	**Id08**
(p) =	0,0076	0,0068	0,4409	0,3075	0,0669	0,8434	0,1674	0,9542
Indicadores	**Id09**	**Id10**	**Id11**	**Id12**	**Id13**	**Id14**	**Id15**	**Id16**
(p) =	0,5346	0,1028	0,7110	0,5869	0,0265	0,5054	0,8106	0,2672

Fonte: elaborado pelos autores

Neste trabalho foi considerado a existência de correlação significativa entre variáveis, apenas nas situações em que o p-valor (p) for menor que o nível de significância do teste. No entanto, cabe destacar que na literatura autores como Cohen (1988) e Dancey e Reidy (2005), consideram escalas de mensuração do valor do r (Pearson) para ordenar o poder da correlação em moderada, forte ou fraca. Assim, na tabela 07 de acordo com os escores do valor de "p" observa-se que para a região Amazônica os resultados indicaram não existir correlação linear entre as características demográficas e o cenário apresentado em relação a pandemia de Covid-19.

O resultado de não correlação parece óbvio para região, principalmente se considerado a incipiente diferença entre as médias de infecção e de óbitos da Amazônia em relação as médias alcançadas para o restante do país. Contudo é preciso compreender este cenário como preocupante, uma vez que há diferença colossal entre a densidade e proporção populacional, entre os dois cenários comparados. Em termos gerais, ao considerar as características da Covid-19 o esperado seria o cenário de quadro muito menor de infecção e de óbitos em função da reduzida concentração demográfica existente. Por fim, a testagem de correlação das variáveis demográficas para o Brasil não foi realizada em função do não atendimento ao pressuposto de normalidade.

Tabela 07: Scores do teste de correlação linear de Pearson para os indicadores analisados – variáveis demográficas.

Região Amazônica		
Indicadores	Id02 e Id16	Id02 e Id15
r (Pearson) =	-0.3433	-0.3297
(p) =	0.4509	0.4702

Fonte: elaborado pelos autores

A tabela 08 apresenta o quadro geral das análises de correlação para os conjuntos de indicadores que obtiveram o status de normalidade, especificamente para a região amazônica. Logo, observa-se que as variáveis Id03 (IDH) com Id15 (incidência/100 mil hab – Covid-19), Id05 (Índice de Gini) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), Id06 (% pop. desocupada s/ trabalho e a procura >= 2 anos) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), e Id08 (média de anos de estudo) com Id15 (incidência/100 mil hab – Covid-19) apresentaram correlação significativa entre si.

Para os demais indicadores não foi possível apontar existência de correlação linear significativa entre as variáveis, no entanto é preciso deixar claro que outros modelos de correlação podem atestar a existência de relação, para isso novos estudos precisariam ser realizados. Ainda analisando as variáveis que apresentaram correlação, fica nítido que a desigualdade socioeconômica é a grande responsável pelo cenário pandêmico caótico vislumbrado para a região amazônica, tal fato corrobora com a visão de Kohlhepp (2002), Melo e Théry (2001) e Silva *et al* (2020).

Neste aspecto pode-se inferir que o modelo de ordenamento e gestão do território amazônico, historicamente produziu um ambiente de alta segregação social, o que ampliou drasticamente a vulnerabilidade e suscetibilidade da população a grandes eventos danosos como a pandemia de Covid-19. O menor acesso à educação também se apresentou como elemento de vulnerabilidade e exposição a pandemia, fato observado na correlação encontrada entre a média total de anos de estudo em comparação com a incidência da doença. A baixa instrução pode ser considerado fator de impacto para a população compreender e assimilar como as medidas de

distanciamento e assepsia são eficientes e necessárias para sua proteção.

Tabela 08: Scores do teste de correlação linear de Pearson para os indicadores analisados – Região Amazônica.

Desigualdade socioeconômica	Indicadores	***Id03 e Id15***	***Id03 e Id16***	***Id04 e Id15***	***Id04 e Id16***
	r (Pearson) =	0,8899	0,4508	0,0361	-0,0454
	(p) =	**0,0073**	0,3311	0,9388	0,9229
	Indicadores	***Id05 e Id15***	***Id05 e Id16***	***Id06 e Id15***	***Id06 e Id16***
	r (Pearson) =	0,0270	-0,0981	-0,1895	-0,1342
	(p) =	0,0704	**0,0384**	0,6840	**0,0247**
Educação	Indicadores	***Id08 e Id15***	***Id08 e Id16***	***Id07 e Id15***	***Id07 e Id16***
	r (Pearson) =	0.9114	0.5376	-0.0886	-0.1981
	(p) =	**0.0043**	0.2132	0.8502	0.6703
Saúde	Indicadores	***Id14 e Id15***	***Id14 e Id16***	***Id09 e Id15***	***Id09 e Id16***
	r (Pearson) =	-0.2537	-0.1760	-0.5788	-0.1336
	(p) =	0.5830	0.7059	0.1732	0.7753
	Indicadores	***Id10 e Id15***	***Id10 e Id16***	***Id11 e Id15***	***Id11 e Id16***
	r (Pearson) =	-0.0670	0.0782	0.5754	-0.2590
	(p) =	0.8865	0.8676	0.1764	0.5749
	Indicadores	***Id12 e Id15***	***0Id12 e Id16***	***Id13 e Id15***	***Id13 e Id16***
	r (Pearson) =	-0.2590	0.0411	-0,3650	-0,3171
	(p) =	0.5749	0.9302	0,0501	0,4883

Fonte: elaborado pelos autores

A tabela 09 apresenta o quadro geral das análises de correlação para os conjuntos de indicadores que obtiveram o status de normalidade considerando todos os estados do Brasil. Logo, observa-se que as variáveis Id03 (IDH) com Id15 (incidência/100 mil hab – Covid-19), Id03 (IDH) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-

19), Id07 (Distribuição % das pessoas de 25 anos ou mais de idade sem instrução) com Id15 (incidência/100 mil hab – Covid-19), Id07 (Distribuição % das pessoas de 25 anos ou mais de idade sem instrução) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), Id08 (média de anos de estudo) com Id15 (incidência/100 mil hab – Covid-19), Id08 (média de anos de estudo) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), Id12 (Leitos de Internação para cada 1mil hab. (Não - SUS) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), Id14 (% residentes em moradias com ao menos uma deficiência de saneamento básico) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19), e Id06 (% pop. desocupada s/ trabalho e a procura >= 2 anos) com Id16 (óbitos/100 mil hab – Covid-19) apresentaram correlação significativa entre si.

Tabela 09: Scores do teste de correlação linear de Pearson para os indicadores analisados – Brasil.

Desigualdade socioeconômica	Indicadores	***Id03 e Id15***	***Id03 e Id16***	***Id04 e Id15***	***Id04 e Id16***
	r (Pearson) =	0,5390	0,7279	-0,3031	-0,3731
	(p) =	0,0037	< 0,0001	0,1242	0,0552
	Indicadores	***Id05 e Id15***	***Id05 e Id16***	***Id06 e Id15***	***Id06 e Id16***
	r (Pearson) =	-0,3265	-0,3476	-0,3247	-0,1905
	(p) =	0,0964	0,0756	0,0983	0,3411
Educação	Indicadores	***Id08 e Id15***	***Id08 e Id16***	***Id07 e Id15***	***Id07 e Id16***
	r (Pearson) =	0,5657	0,7256	-0,4489	-0,6I878
	(p) =	0,0021	< 0,0001	0,0188	< 0,0001
Saúde	Indicadores	***Id14 e Id15***	***Id14 e Id16***	***Id09 e Id15***	***Id09 e Id16***
	r (Pearson) =	-0,1091	-0,4797	-0,0049	0,1767
	(p) =	0,5881	0,0113	0,9806	0,3780
	Indicadores	***Id10 e Id15***	***Id10 e Id16***	***Id11 e Id15***	***Id11 e Id16***
	r (Pearson) =	-0,3527	-0,1693	0,0961	-0,2167
	(p) =	0,0711	0,3986	0,6336	0,2776

	Indicadores	*Id12 e Id15*	*0Id12 e Id16*
	r (Pearson) =	0,1473	0,5679
	(p) =	0,4635	0,0020

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme indicado na tabela 09 ao analisar os dados de correlação para todos os estados do Brasil observou-se que 05 (cinco) indicadores mantiveram grau de relacionamento entre si, sendo 01 (um) indicador para o grupo de desigualdade socioeconômica, 02 (dois) indicadores para o grupo de educação e 02 (dois) indicadores para o grupo de saúde. Ressalta-se que para o Brasil o grupo de variáveis demográficas não atendeu o pressuposto de normalidade e em função disso não foi possível inferir o teste de correlação de Pearson.

No geral, observou-se que para o Brasil, as características educacionais da população tais como média de anos de estudo e o percentual de população sem instrução parecem ter correlação com a incidência e óbitos por Covid-19. Este contexto precisa ser analisado com certa cautela, pois fatores culturais como opção religiosa e matriz ideológica e política podem mascarar o real poder destas variáveis vinculadas ao perfil educacional. Como exemplo é possível observar que alguns estados do país, embora contendo melhores indicadores educacionais, acabaram por ter uma situação pandêmica muito pior ou compatível com a realidade amazônica.

Ao comparar os resultados das tabelas 08 e 09, constatou-se que tanto para a região amazônica como para o restante do país o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a média de anos de estudo da população se demonstram como os indicadores mais relevantes de correlação ao considerar o quadro da pandemia de Covid-19 no Brasil. Isso implica compreender que a repercussão da

pandemia, no contexto brasileiro e amazônico, se define como um problema que ultrapassa a questão de saúde pública e se aproxima mais enquanto produto do quadro de segregação social e concentração de renda no país.

Por fim, é preciso fazer uma última ponderação em relação ao peso do grupo de indicadores relacionadas a saúde. Os resultados dos testes não identificaram existência de correlação significativa entre tais indicadores e o cenário pandêmico no país, com exceção a nível de Brasil para a proporção de leitos de internação não advindos do SUS. Esta realidade demonstrou que o Sistema Único de Saúde teve papel fundamental enquanto mecanismo atenuador e de resiliência para a população, principalmente para a região amazônica onde a rede privada de saúde é incipiente e restrita a população com maior poder aquisitivo.

Conclusão

Este trabalho se propôs a analisar o cenário da pandemia de Covid-19 (incidência e óbitos) e as possíveis repercussões e correlações com a realidade socioeconômica e espacial da região amazônica. Por sua vez compreende-se que, a realidade apresentada é um produto do modelo de gestão e ordenamento do território pensado e implementado historicamente para a região. Assim, os resultados permitiram vislumbrar as seguintes inferências:

- O modelo de ordenamento e gestão do território amazônico, historicamente produziu um ambiente de alta segregação social, o que ampliou drasticamente a vulnerabilidade e

suscetibilidade da população a grandes eventos danosos como a pandemia de Covid-19;

- A repercussão da pandemia, no contexto brasileiro e amazônico, se define como um problema que ultrapassa a questão de saúde pública e se aproxima mais enquanto produto do quadro deplorável de segregação social e concentração de renda no país.
- A baixa densidade populacional da região amazônica não demonstrou ser um fator importante para a redução de óbitos e de incidência de casos, indicando que o peso de outras variáveis foi mais determinante para o estabelecimento do cenário;
- Os indicadores de desigualdade socioeconômica e de acesso à educação se demonstraram fundamentais para compreender o cenário pandêmico no país, com destaque para a região amazônica;
- O Sistema Único de Saúde teve papel fundamental enquanto mecanismo atenuador e de resiliência para a população, principalmente para a região amazônica onde a rede privada de saúde é incipiente e restrita a população com maior poder aquisitivo.;
- Estudos aprofundados devem ser realizados visando identificar mais fatores responsáveis pelo estabelecimento do cenário pandêmico na região e no país, sobretudo considerando a correlação de multivariáveis com comportamento não-linear.

Referências

ANDERSEN, K. G. et al. **The proximal origin of SARS-CoV-2**. Nature medicine, v. 26, n. 4, p. 450-452, 2020.

AYRES, M.; AYRES JUNIOR, M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. A. S. BioEstat: **Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biomédicas.** Belém: Mamirauá (ONG), 2007.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. 2021. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: 27 de out. 2021.

CAMPOS, H. S. **Influenza, uma nova tsunami**. Pulmão RJ.;14(2):104-8. 2005.

CARMO, A.; RÊGO, P.. **COVID19 no Alentejo: breves notas sobre territórios de baixa densidade e o seu futuro**. Finisterra, v. 55, n. 115, p. 163-168, 2020.

CAVALCANTE, M. M. de A. *et al.* **Hidrelétricas e unidade de conservação na Amazônia.** Mercator (Fortaleza), v. 20, 2021.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Hillsdale, NJ, Erlbaum. 1988.

CRUZ, A. G. **Dois séculos de extrativismo e especialização primário-exportadora na Amazônia: uma análise comparada entre os ciclos da borracha e do minério de ferro**. Cadernos CEPEC, v. 8, n. 1, 2019.

DA COSTA TAVARES, M. G. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011.

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre, Artmed. 2006.

DA SILVA, S. A. **A pandemia de Covid-19 no Brasil:** o acesso e a qualidade dos serviços de saúde como determinante social. Revista Contexto Geográfico, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 56–76, 2021. DOI: 10.28998/contegeo.v6i11.12811.

DE ABREU MONTEIRO, M; COELHO. M. C. N. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 1, 2008.

DE OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Papirus Editora, 1988.

DE OLIVEIRA, F. A. et al. **A Amazônia legal e os contornos da fronteira capitalista no século XXI.** Acta Geográfica, v. 14, n. 36, 2020.

ESCOBAR, A. L. **A interiorização da pandemia: potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia**. NAU Social, v. 11, n. 20, p. 137-143, 2020.

FIGUEIREDO, F., *et al.* **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FRADE, F. C. C. **A componente ambiental no ordenamento do território**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, Portugal, 1999.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização e Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, v. 3, 2001.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos avançados, v. 16, p. 37-61, 2002.

_____. **Desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira:** estratégias de ordenamento territorial e conflitos entre interesses econômicos e uso sustentável dos recursos naturais nas florestas tropicais, 2007.

LIRA, S. R. B. *et al.* **Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI**. Nova Economia, v. 19, n. 1, p. 153-184, 2009.

LIU, Y., et al. **The reproductive number of COVID-19 is higher compared to the SARS coronavirus**. Travel Medicine Journal, 2020. **DOI:** https://doi.org/10.1093/jtm/taaa021

MAIA, A. C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

MELLO, N.A; THÉRY, H. **A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamento**. Vol. 1, N°2, p. 181- 214. 2001.

MENDONÇA, F. D. *et al.* **Região Norte do Brasil e a pandemia de COVID-19: análise socioeconômica e epidemiológica/**North region of Brazil and the COVID-19 pandemic: socioeconomic and epidemiologic analysis/Región Norte de Brasil y la pandemia de COVID-19: análisis.. Journal Health NPEPS, v. 5, n. 1, p. 20-37, 2020.

MESQUITA, A. A. *et al.* **Espacialização geográfica da Covid-19 na Amazônia sul-ocidental: a contribuição da geografia do risco na gestão da pandemia no estado do Acre-Brasil**. UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, v. 2, n. 1, 2020.

NOVEL. **Coronavirus Emergency Response Epidemiology Pneumonia, et al. The epidemiological characteristics of an outbreak of 2019 new coronavirus diseases (COVID-19) in China**. Zhonghua liu xing bue xue za zhi = Zhonghua liuxingbingxue zazhi, 2020, 41.2: 145. **DOI:** 10.3760/cma.j.issn.0254-6450.2020.02.003

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** Revista de Administração Pública, v. 40, p. 273-287, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. A. dos. **Recursos minerais da Amazônia**. Estudos avançados, v. 16, n. 45, p. 123-152, 2002.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST edições, 2003.

SILVA, R. G. C. *et al*. **Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira)**. Revista de Geografía Norte Grande, n. 77, p. 253-271, 2020.

SOUZA, M. L de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: In: CORRÊA, R, L, (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VIANA, R. L. *et al* **Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas.** Saúde e Sociedade, v. 25, p. 233-246, 2016.

WAN, Y. *et al*. **Receptor recognition by the novel coronavirus from Wuhan: an analysis based on decade-long structural studies of SARS coronavirus**. Journal of virology, v. 94, n. 7, p. e00127-20, 2020.

Submetido em: 09 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 02 de junho de 2022.
Aprovado em: 13 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

AZEVEDO MESQUITA, A.; DE AGUIAR CAVALCANTE, M. M. Gestão e ordenamento territorial na Amazônia brasileira: repercussões e correlações com o cenário da pandemia de COVID-19. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 656–684, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2287.

A CONSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL COMO UM "MODELO ESTATAL DE MODERNIZAÇÃO": SUA APROPRIAÇÃO PELO ESTADO BRASILEIRO E SUAS REPERCURSÕES NA PARTICULARIDADE DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

THE CONSTITUTION OF REGIONAL PLANNING AS A "STATE MODERNIZATION MODEL": ITS APPROPRIATION BY THE BRAZILIAN STATE AND ITS REPERCURSIONS IN THE PARTICULARITY OF BRAZILIAN MODERNIZATION

LA CONSTITUICIÓN DE LA PLANIFICACION REGIONAL COMO " MODELO DE MODERNIZACIÓN DEL ESTADO" : SU APROPRIACIÓN POR EL ESTADO BRASILEÑO Y SUS REPERCUSIONES EN LA PARTICULARIDAD DE LA MODERNIZACION BRASILEÑA

Gabriel Pedro Alves Lopes
AGB-SL Vitória e Laboratório de Estudos Territoriais (LATERRA-UFES)
E-mail: Gabriel14pedro@gmail.com

Resumo:
O objetivo deste trabalho foi discutir como, onde surge e se desdobra o planejamento regional, buscando entender os principais significados e impactos de seu surgimento e propagação pelo mundo no Pós-II Guerra. Fizemos isso a partir de um resgate de um referencial teórico e geo-histórico acerca do planejamento regional partindo desde sua conformação enquanto um "modelo estatal de modernização", na sua difusão nos países latino-americanos, até suas transformações conformadas a partir de sua apropriação na particularidade brasileira. Assim, pudemos entender que esse processo de instalação de um "modelo estatal de modernização" constituiu o modo pelo qual seria feita a "abertura" das regiões, com o discurso da "integração nacional" em direção a uma *modernização retardatária* na realidade brasileira. Ela resultaria na transformação das categorias terra, trabalho e capital na particularidade brasileira por meio de processos intensamente violentos.

Palavras-chave: Planejamento Regional, Modernização Retardatária, Mobilidade do Trabalho, Autonomização.

Abstract:
The objective of this work was to discuss how and where it arises, and how regional planning unfolds, seeking to understand the main meanings and impacts of its emergence and propagation throughout the world. We did this from the rescue of a critical theoretical framework of regional planning. Starting from its conformation as a "state model of modernization", its diffusion by Latin American countries, to its transformations shaped from its appropriation in the Brazilian particularity. As a result, we saw it as a model of transformation of the land, labor and capital categories.

Keywords: Regional Planning, Late Modernization, Labor Mobility, Autonomization.

Resumen:
El objetivo de este trabajo fue discutir cómo y dónde surge, y cómo se despliega la planificación regional, buscando comprender los principales significados e impactos de su surgimiento y propagación en el mundo. Lo hicimos desde el rescate de un marco teórico crítico de la planificación regional. A partir de su conformación como "modelo estatal de modernización", su difusión por los países latinoamericanos, hasta sus transformaciones configuradas a partir de su apropiación en la particularidad brasileña. En consecuencia, lo vimos como un modelo de transformación de las categorías tierra, trabajo y capital.

Palabras-clave: Planificación Regional, Modernización Tardía, Movilidad Laboral, Autonomización.

Introdução

O objetivo deste trabalho foi discutir como, onde surge e se desdobra o *planejamento regional*, buscando entender os principais significados e impactos de seu surgimento e propagação pelo mundo no Pós-II Guerra. Com foco na interpretação das especificidades da apropriação desse "modelo estatal de modernização" por parte dos

países latino-americanos, principalmente, na particularidade brasileira[1].

Fizemos isso a partir de um resgate de um referencial teórico e geo-histórico acerca do planejamento regional partindo desde sua conformação enquanto um "modelo estatal de modernização", na sua difusão nos países latino-americanos, até suas transformações conformadas a partir de sua apropriação na particularidade brasileira.

O assim chamado planejamento regional foi uma transformação de cunho qualitativo do modo de ser da forma Estado a partir da transformação das categorias terra, trabalho e capital (KLUCK, 2017). Portanto, diante disso, fizemos um diagnóstico do planejamento regional desde sua conformação enquanto um "modelo estatal de modernização" (KLUCK, 2017, p. 188) advindo de experiências realizadas nos Estados Unidos e trazido para os países capitalistas centrais e periféricos a partir da década de 1940, até suas repercussões e apropriações na modernização retardatária (KURZ, 1999)[2] brasileira.

[1] Debate que fizemos em nossa dissertação "A várzea do planejamento: a territorialização das ações estatais e as transformações no "Vale da Suruaca"(ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990)", foi fruto de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de bolsa de mestrado concedida para realização da mesma.

[2] Robert Kurz aponta em "O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial" (1999) que as inúmeras tentativas dos países de Terceiro Mundo em alcançar os níveis de produtividade dos países europeus, que realizaram o desenvolvimento das forças produtivas em um período prolongado de tempo colocam para os países do terceiro mundo a necessidade de um esforço acelerado de modernização das relações sociais de produção para recuperar o "atraso" em relação a esses países já modernizados e alcançar seus patamares de produtividade. Todo esse processo de expansão de modernização nesses países será realizado a partir de um intenso endividamento, que se mostrará impagável, e insuficiente para superar a concorrência dos países capitalistas desenvolvidos, já que para cada aumento da produtividade e

Assim, nos itens a seguir, iniciaremos o debate tratando de buscar apresentar o processo de constituição, formação e difusão do que viria a ser o planejamento regional.

Breves apontamentos sobre surgimento do Planejamento Regional

Peter Hall (2007 [1988]), em sua obra *Cidades do amanhã*, que se debruça sobre a história do planejamento, aponta que o planejamento regional foi fundado a partir das discussões feitas pelo anarquista escocês Patrick Geddes (1854-1932), inspirado pelas concepções da geografia francesa do fim do século XIX e do início do XX, principalmente as de Elisée Reclus (1830-1905) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), bem como da nascente sociologia francesa de Le Play (1806-1882). Dos dois primeiros resgatou a noção de "região natural", que seria central na sua incipiente tentativa de formulação do que viria a ser o planejamento regional. A concepção de planejamento regional de Geddes tinha nas bacias hidrográficas participação essencial para o seu método de levantamento. Partia da realização do levantamento dos recursos da região natural e das paisagens culturais formadas pelas interações entre homem e natureza na região, inspiração advinda das "monografias regionais" de La Blache e de seus seguidores.

Segundo Hall (2007), Geddes partia da formulação do também geógrafo, Piotr Kropotkin (1842-1921), que apontava ter existido uma espécie de revolução "comunalista" na Europa do

desenvolvimento dos países "retardatários" será compensado por saltos duplos ou triplos dos patamares de produtividade das regiões mais avançadas e, ainda, tendo em vista os próprios limites históricos de realização da modernização mundial com o fim do fordismo e a ascensão da microeletrônica nos processos produtivos.

século XII, que teria salvado nas cidades e nas comunas a cultura europeia das monarquias teocráticas e despóticas que buscavam a supressão desses modos de vida, formando para ele uma espécie de Estado livre autogovernado através da união das ruas, paróquias, guildas, campos e áreas urbanas.

Partindo disso, Geddes acreditava que no século XVI o Estado-nação centralizado e a grande expansão da indústria pesada estavam atacando o modo de vida tipicamente europeu vivido entre os séculos XII e XV; que, para ele, propiciava um ambiente ativo e vivenciado que seria a motriz do desenvolvimento humano daquela sociedade. Do mesmo modo que o geógrafo francês, Reclus, que o inspirou, via a necessidade de uma reconstrução social e política europeia. Acreditava na constituição sob a égide do planejamento regional de livres regiões autônomas, sem a participação do Estado e suas ações violentas, como a destituição da propriedade privada, mas a partir da participação de milhares de indivíduos, a partir da reconstrução de uma independência de cidade em cidade, de região em região, que viria a buscar a constituição de livres confederações de regiões autônomas[3] (HALL, 2007).

Nesse sentido, expandiu sua noção de "planejamento de vale", que tinha como pressuposto um levantamento prévio sobre a realidade regional para, a partir de então, ser elaborado o plano regional, de modo que buscava a integração entre o aproveitamento dos aspectos naturais, sociais, ecológicos, econômicos e territoriais nas transformações sociais e políticas que o Estado centralizado

[3] Essa concepção foi derivada por Geddes do pensamento anarquista do século XIX, encabeçado por Proudhon, Bakunin, Reclus e Kropotkin.

autoritário vinha empregado desde o século XVI (HALL, 2007; BROSE, 2015).

Porém, de maneira bastante contraditória, foi na figura do Estado centralizado, como apontado por Hall (2007), que o planejamento regional foi sistematizado e difundido. Essa virada em relação ao que Geddes propunha como resultado do planejamento regional ocorreu a partir da ação de um grupo de planejadores de Nova York, que funda a *Regional Planning Association of America* (RPAA) na metade dos anos 1920, inspirado pelo seguidor e maior sistematizador das formulações de Geddes, o historiador e sociólogo nova-iorquino Lewis Mumford (1895-1990), na união com os preceitos da cidade-jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) (HALL, 2007).

Esse grupo colocou como cerne do planejamento regional a resolução de problemas por parte do Estado, na constituição de uma instituição com certa "autonomia", mas controlada pelo Estado centralizado, em cada "região", que buscava intervir nas áreas com o intuito de alcançar o que eles viriam a chamar de "equilíbrio regional".

Haveria, portanto, um "desequilíbrio regional" que devia ser corrigido por parte das ações racionalmente pensadas e executadas pelo Estado nas distintas "regiões".

Acerca disso, é importante observar a crítica de Ana Carolina Leite, já indicando apontamentos da apropriação do planejamento regional na realidade brasileira:

> Nesse sentido, há que se contestar a abordagem que afirma serem as regiões as receptoras dos recursos advindos das políticas de correção dos desequilíbrios regionais. Essa perspectiva transforma a região em uma personalidade, um sujeito histórico e político

> (LACOSTE, 2005). Como vimos, não é a região que recebe recursos, mas sim determinada parcela de uma classe social, existente nessa região ou fora dela. São capitais nacionais ou internacionais que, por meio dos incentivos, vão sendo "atraídos" para desenvolverem suas atividades e, por meio da consolidação das mesmas, modernizarem as relações regionais. Igualmente, uma perspectiva que compreenda a classe que personifica esses capitais de modo coeso e acabado também deve ser contestada. A oligarquia regional, que personificava simultaneamente a terra, o capital e a violência, se rompeu no processo de transformação da forma particular de acumulação do capital, sob a qual ela se assentava. A partir da mesma, se constituíram capitalistas e proprietários fundiários, como classes sociais autonomizadas, enquanto a violência passou a ser monopolizada pelo Estado. Dessa maneira, os subsídios estatais para a modernização não se destinavam precisamente para uma classe que, como um todo, encontrava-se ainda em formação. Diferentemente, reservavam-se à subvenção de uma forma de reprodução do capital que, pelo seu nível de produtividade elevado e competitivo, o Estado almejava tornar homogêneo no país (LEITE, 2014, p. 73).

O proposto pela RPAA foi parte importante da agenda política dos Estados Unidos na década de 1930, no governo de Franklin D. Roosevelt [1933-1945], durante a execução da resposta à crise de 1929, que se dava na forma dos programas do assim chamado *New Deal*, e tinha como um dos resultados a criação da Autarquia do Vale do Tennessee, a *TVA* (*Tennessee Valley Authority*), em 1933. A criação da *TVA* tinha como objetivo melhorar a navegação, desenvolver um programa energético, viabilizar o local para a produção de armamentos e controlar as enchentes (HALL, 2007). Nesse sentido, Erick Kluck (2017) completa criticamente o debate anterior, sobre o surgimento da TVA:

> Na tentativa de minimizar os efeitos da crise de 1929, no início dos anos de 1930, o então Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, propôs, junto com seus assessores, uma ação

> coordenada e descentralizada do Estado, em assuntos de planejamento e execução, no aproveitamento econômico dos rios. O foco era a geração de energia e irrigação em uma bacia hidrográfica, impondo ao mesmo tempo modificações na propriedade da terra e nas relações de trabalho.
> Tal modificação visava um desenvolvimento interno à região, entendida como deprimida, e, ao mesmo tempo, significava uma realocação da força de trabalho no próprio lugar, aumentando a produtividade e arrecadação de impostos, reinvestidos em indústrias na região e fora dela, favorecendo assim, toda a Nação. Em outros termos, utilizava-se do planejamento das ações para promover, com o aparato estatal, a modernização das relações de produção, através desses empreendimentos.
> Tratava-se de uma iniciativa inédita na tentativa de resolução de uma crise estrutural ocasionada, conforme o entendimento na época, entre outras motivações, por certo liberalismo exacerbado (KLUCK, 2017, p. 188-189).

Nesse sentido, o modelo de planejamento estatal advindo da experiência da TVA tinha como principal instrumento a análise regional, fruto indireto de certo modo da monografia regional lablacheana, de maneira que, inicialmente, faz-se um levantamento das porções que compõem a região, quase sempre a bacia hidrográfica, de forma a planejar as ações para um aproveitamento e o desenvolvimento econômico dos recursos, colocando inclusive o homem como recurso, partia para uma formulação de estratégias em prol de um estímulo à autossuficiência tanto da produção, como do consumo na região, e será o Estado o principal agente das intervenções (KLUCK, 2017).

Com isso, a TVA, o empreendimento de maior tamanho e mais importância do *New Deal* (HALL, 2007), marcaria a concretização dos ideais da *RPAA* e, depois, com sua divulgação como modelo de ação estatal estadunidense durante a década de 1940 e, principalmente, no pós-guerra para a "reconstrução" de grande parte da Europa e do Japão, como modelo de modernização

para ser seguido pelos países capitalistas, causaria uma profunda transformação de caráter qualitativo no modo de ser do Estado (KLUCK, 2017).

A expansão mundial do Planejamento Regional como um "modelo estatal de modernização" no contexto do pós-guerra

A difusão do planejamento regional ocorreu a partir de uma tentativa de criação de um modelo estatal de modernização por parte dos Estados Unidos da América, compondo-se lugar cativo nas missões de "cooperação" técnica em prol do desenvolvimento regional, promovidas pelos EUA e pelos órgãos internacionais de cooperação como a Organização das Nações Unidas (ONU) (BROSE, 2015). O planejamento regional não foi apenas divulgado pelo mundo, mas também era necessário que seu financiamento viesse de algum lugar:

> Esse lugar era o Tesouro Nacional Norte-Americano, começando a se colocar como um grande credor, incentivando essa forma do desenvolvimento.
> Essa forma de intervenção, pela qual os EUA emprestavam dinheiro (sob a forma de crédito), recebendo seus dividendos, foi também utilizada em relação aos europeus e asiáticos no Pós Segunda Guerra, para reconstrução de suas economias. Ou, ainda, por aqueles desejosos em acelerar seu crescimento, se entendendo atrasados, como os países africanos e latino-americanos. Entre os programas e projetos de desenvolvimento do momento, destacavam-se as missões norte-americanas: a Missão Técnica Americana (1942-1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) (KLUCK, 2017, p. 190).

Ocorreria, com isso, uma mobilização daqueles planejadores que estavam dentro da estrutura estatal e promovendo o planejamento regional dos EUA para essas

organizações em prol da divulgação desse modelo estatal de modernização; o que também encontramos a partir das publicações de inúmeras obras de promoção da experiência da TVA como o livro de Julian Huxley, *TVA, adventure in planning,* e o de maior destaque e propagação no Brasil de David Lilienthal, *TVA: Democracy on the March,* publicado em 1944 e posteriormente em 1956 em português (KLUCK, 2017).

Como aponta Kluck (2017), o conteúdo sugerido no livro de Lilienthal influenciou inúmeras ações de "reconstrução" no pós-guerra e o planejamento regional da Itália, do Japão e também no Brasil, sempre obedecia a um "método de análise regional" plenamente discutido nas universidades norte-americanas, nas quais alguns geógrafos brasileiros estudaram durante a década de 1940. Esses foram formados pelas bases teóricas da recém-instituída *Regional Science,* que tinha seus fundamentos e bases nos estudos locacionais e de desenvolvimento regional derivados das teorias de localização de origem alemã (Von Thünen, Weber, Losch, Christaller) e nos modelos da economia neoclássica resgatada por Walter Isard (DINIZ, 2001).

Nesse contexto, ver-se-ia o planejamento estatal começar a ganhar forma e a ter centralidade, generalizando-se a partir do planejamento regional e de outras perspectivas como a da teoria dos polos de desenvolvimento, de François Perroux[4] na França. Assim,

[4] Diniz aponta: "De forma paralela, desenvolveu-se, predominantemente na Europa, a análise do desenvolvimento desequilibrado. Inicialmente, Perroux (1967), observando a natureza desigual do desenvolvimento francês e influenciado pela teoria Schumpeteriana do progresso técnico, desenvolveu a noção de pólo de desenvolvimento. Para o autor, o dinamismo de um pólo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exerce o papel dominante e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades" (DINIZ, 2001, p. 3).

ganharia destaque, além da reconstrução motivada pela destruição causada pela guerra, passou-se a enfocar também as desigualdades dentro e entre países, de forma que haveria a criação de inúmeras instituições e instrumentos de política regional como por exemplo a *Cassa del Mezzogiorno,* e das políticas de desenvolvimento no Sul da Itália, políticas de desconcentração industrial na Inglaterra, de desenvolvimento das fronteiras e de descongestionamento na Alemanha, e planos de distribuição territorial e polos de desenvolvimento na França, além dos planos soviéticos de desenvolvimento dos Urais e da Sibéria, etc. (DINIZ, 2001).

O modelo da *TVA*, como apontado por Brose (2015), transformou-se no centro das atenções e principal modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, e seria tratado nesse período como uma fórmula "mágica" para superar o "atraso" das "regiões".

O Planejamento regional no contexto da Industrialização da América Latina

Não foi diferente com sua incorporação na América Latina, como demonstra Diniz (2001), principalmente a partir das influências da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)[5], a partir de sua criação por parte do conselho

[5] Francisco de Oliveira aponta que o cerne desses diagnósticos tem como forma a base teórica, mesmo quando permeada pelo estruturalismo latino americano, de extração neoclássica, constituindo-se na distribuição ótima de fatores de produção, no diagnóstico do desemprego e da inadequação econômica. Sob o enfoque dos 'desequilíbrios regionais', para examiná-los sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil, afirma o sociólogo: "O enfoque tradicional, inclusive aceito pelos diagnósticos que fundamentaram a criação da Sudene e que continuam a informar as políticas de

econômico da ONU em 1948, com seus diagnósticos que buscavam demonstrar o relativo atraso da região, de modo que a América Latina faria parte da "periferia" do mundo capitalista, por conta de seu papel na divisão internacional do trabalho, de tal modo que o "centro" do mundo capitalista retia os avanços do progresso técnico e exportaria para os países da "periferia" mercadorias industrializadas, enquanto a "periferia" exportava mercadorias primárias, geralmente agrícolas, que pelo "excesso" de fatores como terra e trabalho induziriam a que esses bens tivessem preços inferiores e que não subiam em comparação aos bens industrializados, o que criava, segundo esses diagnósticos, um problema nas relações de troca[6], geraria um atraso dessas regiões. A partir desse diagnóstico, a CEPAL propunha como solução e única saída a industrialização dos países dessa região, por meio do modelo de substituição de importações que teria que ser promovido pelo Estado, já que haveria a ausência de uma burguesia com capacidade de levar à frente os processos necessários para toda a América Latina. Dessa maneira, seria o planejamento regional, encabeçado pelo Estado nacional, a resposta para levar a cabo esses processos (DINIZ, 2001).

---

desenvolvimento regional do Brasil [...], é tão somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como *dados* uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição dos "desvios", como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os *resultados* dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. A sua base teórica, ainda quando permeada pela tradição estruturalista do pensamento latino-americano, é de inegável extração neoclássica: constitui a ótima da alocação ótima de fatores, dos desequilíbrios na função de produção regional" (OLIVEIRA, 2008, p. 142).

[6] Fruto da teoria da deterioração dos termos de troca do comércio internacional, elaborada pelo ex-presidente da CEPAL Raúl Prebisch, que pregava a execução a partir de um planejamento de uma industrialização "protegida" dos países subdesenvolvidos.

Haveria, a partir desse momento, para esse autor, um forte incentivo para que esses países adotassem de planos nacionais de desenvolvimento, em prol da construção de infraestrutura e de industrialização, indicaria o foco das intervenções nas amplas regiões inexploradas e estagnadas internamente dentro dos países, o que iria se desdobrar nos programas de desenvolvimento regional. Todavia, todos esses processos de modernização realizados pelo planejamento regional, visto como positivos por parte de seus apologistas e dos discursos apologéticos, só poderiam e seriam realizados ao mobilizar o trabalho e privatizar a terra de maneira violenta (KLUCK, 2017).

O que nos faz também buscar compreender os significados dessa "emergência" do planejamento regional e de sua apropriação como forma de agir do Estado brasileiro na promoção da modernização nacional com o discurso da "integração nacional", já que existiria uma *questão regional* intrínseca à formação territorial do Brasil.

Porém, antes de entrarmos na chegada e internalização do planejamento regional como o "modelo estatal de modernização", é importante que entremos no debate acerca da noção de *modernização retardatária.*

Apontamentos sobre a Modernização retardatária brasileira

A noção de *modernização retardatária* advém da elaboração conceitual de Robert Kurz (1999), em seu livro *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial,* publicado no original em 1991. Tal noção busca problematizar a ideia de "atraso" e a positivação da "modernidade",

diferentemente das perspectivas dualistas que veem a existência de atraso pela falta de modernização nos países periféricos. De modo que, para o autor, em suas obras subsequentes, apontaria que o contexto retardatário desses países seria uma forma particular concreta da modernização em si, o que o autor vai chamar de *não-simultaneidade.*

Para ele, o processo de *modernização retardatária* dar-se-ia nas inúmeras tentativas dos países de Terceiro Mundo e do "socialismo real" em alcançar os níveis de produtividade dos países europeus, que realizaram o desenvolvimento das forças produtivas em um período prolongado de tempo. Essa não-simultaneidade colocava para os países do terceiro mundo a necessidade de um esforço acelerado de modernização das relações sociais de produção para se recuperar em relação a esses países já modernizados e alcançar seus patamares de produtividade em um período bem menor. Todos os processos de desdobramento de modernização nesses países seriam realizados a partir de um intenso endividamento, que se mostraria impagável futuramente, e insuficiente para superar a concorrência dos países capitalistas desenvolvidos, já que cada aumento da produtividade e desenvolvimento dos países "retardatários" seria compensado por saltos duplos ou triplos dos patamares de produtividade das áreas mais avançadas. Ainda mais tendo em vista os próprios limites históricos de realização da modernização mundial, com o fim do fordismo e a ascensão da microeletrônica nos processos produtivos que promoverá o "colapso da modernização", primeiramente evidente nesses países "retardatários".

Desse modo, o autor demonstra a verossimilhança entre os processos de modernização realizados, no século XX, pelos países tidos como de Terceiro Mundo e os dos países do bloco do "socialismo real", de maneira que

> [...] as estruturas internas da modernização no Terceiro Mundo e no socialismo real revelam a posteriori uma afinidade surpreendente [...]. Também nas sociedades em desenvolvimento da época pós-colonial do Terceiro Mundo, o elemento estatista da modernização tinha de impor-se frente ao monetarista com maior ímpeto do que no Oeste, para possibilitar processos de industrialização. Os regimes da modernização no Hemisfério Sul, seja sob a estrela do marxismo e na forma de "movimentos nacionais libertadores" (Cuba, Vietnã, Angola) ou seja na forma de ditaduras militares pró-ocidentais e regimes de "revolução branca" (Brasil e Irã), geraram, do mesmo modo que o Leste, estruturas estatistas do sistema produtor de mercadorias e, com estas, planos quinquenais e burocracias de planejamento e estatais (KURZ, 1999, p. 177-178).

Nesse sentido, ele prossegue afirmando que,

> A despeito de suas ideologias extremamente opostas e mortalmente inimigas, todos esses regimes enfrentavam o mesmo problema: toda modernização recuperadora [*retardatária*] do século XX, não apenas aquela do Leste, estava obrigada a repetir, de uma maneira ou outra, as estruturas mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, porém num nível de desenvolvimento muito mais elevado. Em todos os países do Terceiro Mundo, o Estado transformou-se numa gigantesca máquina burocrática, para muito além da base produtiva (*Idem*, p. 178, grifo nosso).

Partindo para a particularidade brasileira da modernização nacional, pode-se considerar que a manifestação da modernização retardatária brasileira foi articulada, a partir de 1930, da inflexão causada pela extinção da Guarda Nacional que levou a concentração do monopólio da violência nas mãos do Estado brasileiro (LEITE, 2015; KLUCK, 2017), da implantação do regime industrializante personificado no governo Vargas. Num contexto em que o Estado passou a gerir a reprodução dos trabalhadores que

passaram a migrar para as cidades e a irem trabalhar majoritariamente nas indústrias e na própria produção do espaço, diferente de como se dava a reprodução social no período anterior, que ocorria largamente no interior das fazendas e sítios, onde os trabalhadores e sitiantes produziam a maior parte de seus próprios alimentos.

Com o desdobramento da *modernização retardatária* (KURZ, 1999) e o consequente processo de industrialização e urbanização, promoveu-se uma mudança rural-urbano da morada dos trabalhadores, passava a haver maior necessidade, dos trabalhadores, de ir ao mercado para comprar os itens necessários para a sua subsistência e a de sua família, já que, na cidade, em oposição a como se dava no interior das fazendas e sítios, não há área suficiente ou acessível para a produção direta de alimentos e outras necessidades, sejam elas as do estômago ou as da fantasia (MARX, 2013).

Nesse processo, pela mudança de papel do Estado, há transformações nas relações sociais de produção no Brasil, promovidas pelo rompimento das "regiões" pelo planejamento regional (OLIVEIRA, 2008) após a centralização política de 1930, alicerçando o processo de *modernização retardatária* (KURZ, 1999) sob o signo da "integração nacional", desdobrando a industrialização por substituição de importações, e impulsionando uma urbanização complexa. Trata-se de um processo de modernização, que teria como cerne o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade específica a partir da *mobilização do trabalho* (GAUDEMAR, 1977), colocaria como necessidade fundante

das relações sociais para que seja realizado o processo de valorização, em prol da acumulação de capital.

Portanto, o processo de modernização retardatária (KURZ, 1999) brasileira seria encabeçado pelo Estado nacional, que foi impondo aos padrões particulares e regionais de reprodução e territorialização do capital uma ampla gama de intervenções estatais, para elevar a produtividade do capital na busca de alcançar os níveis de acumulação dos países centrais (LEITE, 2014). Para tanto, os trabalhadores teriam suas condições de reprodução brutalmente modificadas, visto que no momento regional os coronéis, ao terem o seu poder reconhecido pelo Estado nacional, "cercavam" os posseiros numa rede de compadrio e violência, possibilitaria o seu controle do território, da terra e do trabalho. Agora se deparavam com o Estado centralizado e a efetivação do mercado nacional de terras e trabalho, conseguidos em processos territorialmente diversos de modernização, sendo parte da *não simultaneidade* (KURZ, 1999) da ocorrência desses processos internamente no território nacional.

Os processos de modernização serão realizados através dos aportes financeiros e ações estatais, no emprego do planejamento regional e da consolidação das leis trabalhistas, de 1943, e os estatutos do trabalhador rural, de 1963, e da terra, de 1964, que foram através de processos violentos envoltos de suas terras e força de trabalho impondo sérios limites à reprodução camponesa e suprimiam seus territórios (LEITE, 2014; KLUCK, 2017).

Ao mesmo tempo que as relações sociais de produção foram sendo modificadas, concomitantemente com as transformações das próprias fazendas e demais áreas de produção rurais, as cidades são

transformadas no *lócus* primordial da reprodução social, tanto dos proprietários como dos trabalhadores. Isso gerava uma rede comercial de serviços, de indústrias e agroindústrias, relacionadas à migração campo-cidade e à modernização da agricultura, estavam diretamente atreladas aos desdobramentos da indústria nacional do pós-guerra e das pressões políticas que culminaram na erradicação dos cafezais e nas legislações relacionados aos trabalhadores rurais[7] e às terras[8], principalmente no estado de São Paulo (BOECHAT, 2013), mas não apenas.

Assim, a modernização irrompeu com um planejamento estatal voltado para um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, de modo que o Estado promoveu uma intensa transformação do modo como são articulados terra, trabalho e capital, para que fossem criadas condições para a produção industrializada de mercadorias (BOECHAT, 2013; LEITE, 2015; KLUCK, 2017).

A ascensão do Planejamento regional no Brasil como o "modelo estatal de modernização"

Posto isso, o que estaria subjacente ao aparecimento do Planejamento Regional? Para Francisco de Oliveira (1993), no Brasil estaria o problema da "questão agrária" e da formação de um mercado de força de trabalho, ambas mal resolvidas:

[7] Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, Lei 4.214/1963, que estendeu para os trabalhadores do campo, agora também assalariados, os direitos dos trabalhadores urbanos: sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização.
[8] O Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, durante o regime civil-militar, disciplinou o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil.

> A Questão Regional é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida. Tal como as clássicas questões regionais no mundo — *Mezzogiorno*, Sul dos Estados Unidos rigorosamente até as medidas do *New Deal* e à saga dos direitos civis, particularmente a integração racial —, no fundo da Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho. As duas formam uma unidade inextricável, e suas gêneses são praticamente simultâneas em forma e fundo: a de uma nova forma de produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1993, p. 45).

De modo que, em oposição ao coronelismo, o Estado em prol da transformação das forças produtivas a partir da instituição de um modelo de modernização, o do planejamento regional, buscaria na industrialização nacional o modo para alcançar os níveis de produtividade dos países "centrais" e superar o "atraso" em relação a esses, ao mesmo tempo em que realizaria a suposta "integração nacional" das diferentes "regiões".

As discussões e debates envoltos nessa transformação revelaram as disputas entre os diferentes interesses políticos e econômicos, e, principalmente, a ascensão dessa nova prática do Estado: o planejamento regional.

Tal prática o colocava, e o permitia, monopolizar a violência e os meios pelos quais financiaria o desenvolvimento, transformando as condições da reprodução, incluindo a terra e o trabalho. Portanto, diferenciava-se qualitativamente da anterior, na qual, entre outras coisas, o Estado relegava o monopólio da violência, ao poder local, e não tinha uma ação planejada no sentido de transformar as bases da reprodução capitalista, mobilizando terra e trabalho. Mas, somente propunha e executava ações pontuais, garantiam a permanência, não transformada, do poder local, ou seja, os planos nacionais voltados à viação (rodoviária,

fluvial ou férrea), açudagem ou de urbanização (KLUCK 2017, p. 203).

Francisco de Oliveira (2008) indica que o planejamento não seria apenas uma técnica de alocação de fatores de produção, tampouco seria neutro ou revolucionário. Para ele, o "padrão planejado" é um marco de um sistema capitalista de produção. A mera possibilidade do planejamento exige as relações sociais de produção que fundam esse sistema, pelo conteúdo das mercadorias e pela repetição das trocas e do movimento de circulação do capital, além do estabelecimento de um equivalente geral, no caso propriamente o dinheiro.

O autor aponta na realidade brasileira o aparecimento do planejamento, que viria como uma alternativa à "espontaneidade" das ações estatais feitas até então, indicado por nós aqui como coronelismo, como indicativo do elevado grau de tensão na realidade brasileira, de forma que a entrada da participação do Estado como agente promotor da modernização seria uma transformação na forma do conflito social (OLIVEIRA, 2008).

> O que o planejamento *não pode* realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade se torna plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente nesse sentido, *na mudança da forma* da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; [...] desde que foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, o Estado tornou-se capaz de

> operar uma mudança na forma do excedente que retornou ao processo produtivo. *Isso, e somente isso*, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

Portanto, para o autor, não quer dizer que o capitalismo surja com o planejamento, mas que em determinadas situações ele requer o planejamento de suas tensões, uma "racionalização" da reprodução ampliada e da territorialização do capital. Com a profunda crise de 1929, que foi considerada, até então, a maior crise enfrentada pelo capitalismo, ocorreram profundas críticas direcionadas ao modelo "liberal" de reprodução da sociedade capitalista.

Com isso, a partir de 1930, viu-se uma intensa inflexão no "mundo capitalista" na forma de ser e agir do Estado; em parte, é possível considerar o advento da teoria keynesiana e suas teses sobre a planificação da economia, considerada a "vencedora" momentânea do debate acadêmico sobre como dar respostas à crise a fim de atenuá-la e superá-la.

Dito isso, cabe agora um aprofundamento no movimento da chegada do planejamento regional ao Brasil. Podemos relacionar esse desdobramento com a centralização do Estado nacional, iniciado com o golpe de Getúlio Vargas, rompendo com a Primeira República, e ampliado com o que foi chamado de "Estado Novo". Tal processo se deu com a criação de diferentes instituições e planos para a promoção do "desenvolvimento nacional".

Com a centralização do poder e a ampla carência da institucionalização do ensino superior, vimos o início da formação das instituições técnicas e universitárias que serão a base para a formação do *trabalho complexo*, pressuposto da institucionalização

do planejamento regional no Brasil. Algo que ocorreu também na particularidade da Geografia, que passa a se institucionalizar a partir da tecnocracia que estava se formando, fruto da difusão do *trabalho complexo* na sociedade, principalmente com a criação do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP), pela "missão francesa" em 1934[9], e com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1937, responsável por levantar os diferentes aspectos do território nacional para a racionalização dos usos potenciais dos recursos naturais e humanos (KLUCK, 2017).

Consequentemente, durante a década de 1930, vimos o amplo foco nesse modo de proceder racionalizado e cientificizado, o que viabilizou a implantação dos cernes do ensino e das universidades que vieram a ser constituídas, que até então se davam através de instituições isoladas de direito, agronomia e medicina, ou a partir das iniciativas das sociedades científicas como, por exemplo, o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB) (KLUCK, 2017).

Nesse mesmo período, o governo Vargas criava uma série de instituições centralizadoras para a composição dos responsáveis por executar as ações estatais nas áreas tidas como "atrasadas", como, por exemplo, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), que, embora seja uma autarquia federal, agiria principalmente no Nordeste, e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que vai agir no restante das regiões.

[9] Emmanuel De Martonne "constitui, em 1934, com outros geógrafos, entre eles, Pierre Deffontaines e depois Pierre Monbeig, uma 'missão', promovendo a criação do curso de Geografia e História, na recém-instituída Universidade de São Paulo" (KLUCK, 2017, p.196).

Mesmo que estes, para Francisco de Oliveira (2008), ainda estavam "cooptados" pelas oligarquias regionais[10], eram marcas da centralização estatal promovida no período.

Paralelamente, passava a prevalecer um discurso e um ideário que mobilizou a necessidade do planejamento, que colocava engenheiros e geógrafos em papéis importantes nesse processo de transformação. Esses terão papel essencial na forma com que o planejamento regional será incorporado e na própria concepção da primeira iniciativa de planejamento regional do Brasil a partir da criação da autarquia de desenvolvimento regional no Vale do São Francisco, que buscava solucionar o "atraso" regional do Vale e do Nordeste (KLUCK, 2017).

No caso brasileiro, como anteriormente já citado, viu-se a chegada do planejamento regional estando marcadamente influenciada pelas missões de cooperação norte-americanas, como a Missão Cooke (1942-1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953).

A entrada das ideias e o início de um amplo debate em torno do planejamento regional no Brasil começaram a partir da missão técnica norte-americana, mais conhecida como Missão

[10] Em nossa dissertação, a partir da discussão sobre o papel do DNOS nas intervenções estatais do período, também realizamos um debate crítico com Francisco de Oliveira (2008) em torno de sua afirmação acerca da função da intervenção realizada por esses órgãos.

Cooke[11], por ser chefiada por Morris Llewellyn Cooke, em 1942. Sendo encarregada de assessorar o Governo Vargas nos estudos para a industrialização, seria a primeira iniciativa a chamar a atenção e a trazer o exemplo de planejamento da TVA para o Governo Federal, tendo como resultado final a indicação de aplicação do modelo da TVA ao rio São Francisco.

A Missão Cooke indicava explicitamente em seu relatório "necessidade urgente" de institucionalização do planejamento regional no Brasil e de se incorporar o referencial norte-americano do *New Deal*.

> [...] a Missão Cooke defende o planejamento regional de bacias hidrográficas como concepção integradora do planejamento da terra, da água e da sociedade (BROSE, 2015, p. 43).

Ao mesmo tempo, como apontado por Kluck (2017), fez com que houvesse a partir daí uma série de políticos e pesquisadores visitando o Vale do Tennessee e as barragens feitas pela TVA[12], e essa experiência passou a ser pauta recorrente de discussão na

[11] A Missão Cooke foi a responsável pela difusão da ideia de planejamento de bacia hidrográfica no Brasil, sendo considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país. Essa perspectiva partia das necessidades peculiares à conjuntura econômica da época — ou seja, da necessidade de coordenar o esforço de guerra empreendido pelo Brasil e de ao mesmo tempo elaborar uma política de industrialização. Os objetivos básicos da Missão Cooke, conforme declaração do governo norte-americano de 2 de setembro de 1942, eram: 1) aumentar a produção local de produtos essenciais anteriormente importados; 2) adaptar as indústrias brasileiras a uma tecnologia mais avançada, isto é, ao uso de sucedâneos, substituindo fornecimentos habitualmente importados; 3) aperfeiçoar os meios de transporte; e 4) canalizar melhor a poupança interna para as atividades do setor industrial. Essas recomendações, no entanto, estenderam-se, visando objetivos mais amplos (CALICCHIO & ARAÚJO, 1976).

[12] Em 1944, o político pernambucano Apolônio Sales, Ministro da Agricultura de Vargas, visitou o Tennessee e encomendou a técnicos do Governo Federal um plano para combater a pobreza no vale do São Francisco. A pedido do governo, em 1946, o plano foi revisado pelo engenheiro chefe da TVA, Oren Reed, que visitou o São Francisco e emitiu parecer favorável ao projeto. Quando o presidente Eurico Gaspar Dutra visitou os EUA, em 1949, também foi conhecer a TVA (BROSE, 2015).

Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro, no mesmo período que foram iniciados os debates para a criação de uma instituição de planejamento regional, que seria alcançado na criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que viria a se tornar autarquia na metade da década de 1940, a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Como apontado por Brose (2015), durante esse período e nos subsequentes, a TVA foi invocada como justificativa para a elaboração de planos de ação nas regiões.

Já a Missão Abbink[13] como ficaria conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que trazia uma série de planejadores estadunidenses ao Brasil em 1948, sob a chefia de John Abbink, que formaram uma equipe mista com tecnocratas brasileiros encabeçados por Otávio de Bulhões. Essa missão retomaria os princípios da Missão Cooke de cooperação econômica, agora para analisar os múltiplos fatores que promoviam o "atraso" do desenvolvimento da economia brasileira e subsidiava ainda mais a ideia de que existia uma série de disparidades regionais que deveriam ser corrigidas pelas iniciativas estatais de planejamento.

Ocorre, assim, nos períodos subsequentes, tanto um esforço de divulgação do modelo da TVA, como as orientações acerca do planejamento da CEPAL no Brasil. Valendo-se, no período do pós-guerra, principalmente das orientações da comissão de cooperação

[13] Essa missão, como a Cooke, não teria nenhum projeto concreto realizado e nenhum empréstimo ou financiamento foi liberado para a execução de suas ideias e propostas. Portanto, não ultrapassaria os limites do diagnóstico dos problemas estruturais da economia brasileira: "À imagem da Missão Cooke, nenhum projeto proposto durante a Missão Abbink foi realizado e nenhum empréstimo ou financiamento foi liberado para sua execução, sendo o maior mérito dessas missões a realização de um amplo diagnóstico dos problemas estruturais da economia brasileira" (DE OLIVEIRA, 2018, p. 329).

bilateral entre Brasil-EUA. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) foi criada em 1951, apropriando-se dos estudos elaborados pelas missões americanas anteriores, Cooke e Abbink, sobre o país para a sua execução. Foi a partir da CMBEU que seria criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, que ficava a cargo de financiar e administrar os recursos captados em nível nacional e internacional, criando os mecanismos de financiamento internacional para o Estado brasileiro levar a cabo as iniciativas de planejamento regional e, com isso, as grandes obras de infraestrutura que seriam realizadas no Brasil (BROSE, 2015).

Podemos identificar a influência do modelo da TVA, a partir da CMBEU, naquilo que foi apontado pelo influente engenheiro Lucas Lopes, que fazia parte da comissão e viria a compor com Roberto Campos a formulação do Plano de Metas do governo Kubitschek [1956-1961], ao dizer que:

> O planejamento no período era o de Roosevelt, do Lilienthal, planejamento de obras e construções [...]. Minha formação de planejador foi muito orientada pelo New Deal e também pelas ideias dos planejadores russos (LOPES, 1991, p. 114, apud BROSE, 2015).

De modo que tanto no processo de formação das instituições, quanto no próprio quadro de funcionários, que foram os agentes da mudança na forma de ser do estado, haveria um espelho no planejamento regional da TVA.

Com isso, nesse momento, Kluck (2017) aponta que se desdobrava a *autonomização* do Estado brasileiro, por via dos mecanismos de centralização política, haveria a institucionalização de suas ações nas esferas econômica e social, em direção ao

apontamento das regiões como uma problemática nacional a ser resolvida por ação do Estado centralizado. Desse modo, seria o planejamento a prática institucional capaz de solucionar esse problema, de forma que a partir da "região" planejada, que foi determinada pelo Estado, conformou e transformou a realidade da territorialização do capital daquele período.

> Cada vez mais se colocava a necessidade de planejar as ações estatais sem lhe tirar o caráter democrático (ressalva importante, pois em 1945 se instaurava o regime democrático após a primeira fase da ditadura Vargas) e de uma sociedade com liberdade de ação – isso porque, falar de planejamento estatal poderia ser visto como uma apologia ao regime soviético, tido como ditatorial. O caminho era o da intervenção estatal no desenvolvimento dos potenciais recursos para a produção, incluindo a formação do trabalhador assalariado, tanto com a educação técnica, quanto na sua "liberação" de relações tidas como arcaicas (KLUCK, 2017, p. 211-212).

Assim, a correção ou adequação de determinados aspectos analisados em uma determinada área seria o sentido do planejamento do período, atribuindo a eles um caráter regional. Desse modo, o planejamento nesse momento se voltava para a realização de grandes obras, principalmente de eletrificação e retificação de fluxos d'água, para que fossem estimuladas a colonização e a irrigação, com o objetivo de impor regionalmente a mobilização dos trabalhadores (KLUCK, 2017).

Como é indicado por Leite (2014), que vê que:

> [...] no Brasil, a questão regional surge no contexto e como produto da autonomização do Estado nacional. Com esse processo, o Estado passou a personificar a necessidade (determinada em última instância pela concorrência global) de atualização do processo de modernização nacional. E, por meio dos diferentes mecanismos que controla, o mesmo passou a intervir e, de certa maneira, subsidiar a formação das condições para que se rompessem os ciclos regionais de

> acumulação do capital. Nesse contexto, a politização fetichista, promovida no campo da questão regional, da dinâmica de modernização dessas relações sociais de produção particulares permitiu que as mesmas passassem a aparecer como superação do atraso de certas regiões, ficando ocultado tudo o que esse processo implicou, como vimos, em termos de autonomização das categorias de terra e trabalho ou de violência e capital. Ou seja, as mesmas acabaram reduzidas a fatores de produção ou de gestão estatal. Especialmente no que se refere à formação da mobilidade do trabalho, a violência desse ocultamento tem que ser explicitada, pois a mesma reifica o processo de expropriação e a imposição da liberdade como condição de subordinação ao capital, apresentando-o como alocação mais eficiente da mão de obra que se encontrava regionalmente subutilizada (p. 70).

Em vista disso, o planejamento se constitui no Brasil como uma das principais formas de ação estatal, significou uma mudança de cunho qualitativo na forma de ser do Estado, seria um momento contraditório da relação social. Terá no planejamento regional, conformado na década de 1940, a possibilidade de transformação, de forma intensa e organizada centralmente pelo Estado, das categorias terra, trabalho e capital.

Considerações finais

Ao direcionarmos este modo de análise do planejamento regional para o Brasil, vimos o Estado brasileiro se autonomizar a partir da década de 1930, com a centralização estatal promovida a partir da ditadura modernizante de Getúlio Vargas, e em bloco a transformação do Estado a partir de sua centralização, marcaria uma mudança em seu modo coronelista, que desdobrou-se paulatinamente de 1920 a 1970, por todas as "regiões" distintas. Inicia-se pela extinção da Guarda Nacional, passaria pela modificação no Código Eleitoral, pela ampliação do Exército

nacional, pela criação das infraestruturas de comunicação, pela instauração de padrões técnicos de planejamento regional por via das instituições universitárias, pela constituição de um sistema de crédito centralizado, por legislações trabalhistas, entre outras importantes transformações.

Sendo assim, pode-se inferir, portanto, que esse processo de instalação de um "modelo estatal de modernização", o planejamento regional, constituiu o modo pelo qual seria feita a "abertura" das regiões, com o discurso da "integração nacional" em direção a uma *modernização retardatária* (KURZ, 1999) brasileira. De modo que, por meio do Estado e de iniciativas privadas, conformou um novo sentido para a reprodução ampliada, transformando a partir de processos violentos a reprodução dos posseiros, na supressão ou limitação de seus territórios, formando um mercado de terras e um mercado de trabalho nacional no Brasil.

Referências

BOECHAT, Cássio Arruda. **O colono que virou suco:** terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista. 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BROSE, Markus. **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

CALICCHIO, Vera Lúcia; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Cronologia 1930/1945. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1976.

DE OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia Historia**, v. 34, p. 315-346, 2018.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para discussão**, v. 159, 2001.

GAUDEMAR, Jean-Paul. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa, 1977.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã:** uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Perspectiva, 2007.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Quando o planejamento vai para o Brejo**: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 5ª. Ed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 1, p. 75-92, 2014.

_____. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de; MAZZUCCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976). in: **A Economia da Dependência Imperfeita**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 76-113, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos avançados**, v. 7, p. 43-63, 1993.

_____. **Noiva da Revolução/Elegia para uma Re (li) gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Submetido em: 19 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 30 de agosto de 2022.
Aprovado em: 06 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

ALVES LOPES, G. P. A constituição do planejamento regional como um "modelo estatal de modernização": sua apropriação pelo Estado brasileiro e suas repercursões na modernização retardatária brasileira . Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 685–715, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2308.

O AUMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS FATORES ECONÔMICOS

THE POPULATION INCREASE IN THE MUNICIPALITY OF LINHARES – ES IN THE PERIOD FROM 2000 TO 2010: AN ANALYSIS BASED ON ECONOMIC FACTORS

O AUMENTO POBLACIONAL EM EL MUNICIPIO DE LINHARES -ES EN EL PERÍODO DE 2000 A 2010: UM ANÁLISIS BASADO EM FACTORES ECONÓMICOS

HAMÂNDA MARQUES DE ANTÔNIO

Mestranda em Geografia - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES.
E-mail: hamanda.antonio@edu.ufes.br

Resumo:
Estuda os fatores que levam ao aumento da migração, a partir da análise do acréscimo populacional no município de Linhares – Espírito Santo, entre os anos 2000 e 2010. Exposição inicial da história do município, com ênfase em seus momentos de crescimento populacional e industrial. Analisa a relação do saldo migratório positivo com o desenvolvimento industrial do município, em especial o destacado aumento de empresas dos setores como metalurgia, alimentos, móveis, derivados de petróleo, varejista, e outros, a partir do ano 2000. De igual modo, examina o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nesse contexto de alterações econômicas e populacionais no município. Para tanto, parte-se da análise do saldo migratório de 2000 e 2010, perfil do imigrante intraestadual e interestadual, benefícios da SUDENE e a distribuição dos trabalhadores nos setores da economia do município.

Palavras-chave: Migração, Sudene, Linhares-ES.

Abstract:

It studies the factors that led to an increase in migration, to Linhares - Espírito Santo, between 2000 and 2010. It analyzes the relationship between the increase in migration and industrial development in Linhares, in particular the growth in the relocation of companies in sectors such as metallurgy, food, furniture, petroleum derivatives, retailers, and others, from 2000 onwards. It also examines the role of the Northeast Development Superintendence (SUDENE), in the context of economic and population changes in Linhares. It starts with an analysis of the migratory balance of 2000 and 2010, intrastate and interstate immigrant profile, SUDENE benefits and the distribution of workers in the city's economic sectors.

Keywords: Migration, Sudene, Linhares - ES

Resumen:

Se estudian los factores que conducen al aumento de la migración, con base en el análisis del crecimiento poblacional en el municipio de Linhares - Espírito Santo, entre los años 2000 y 2010. Exposición inicial de la historia del municipio, con énfasis en sus momentos de crecimiento poblacional e industrial. Analiza la relación entre el saldo migratorio positivo y el desarrollo industrial del municipio, en particular el marcado incremento de empresas de sectores como metalurgia, alimentación, mueble, derivados del petróleo, retail, entre otros, a partir del año 2000. Asimismo, examina el rol de la Superintendencia de Desarrollo del Nordeste (SUDENE), en este contexto de cambios económicos y poblacionales en el municipio. Para ello, se parte del análisis del saldo migratorio de 2000 y 2010, el perfil de los inmigrantes intraestatales e interestatales, los beneficios de SUDENE y la distribución de los trabajadores en los sectores de la economía del municipio.

Palabras-clave: Migración, Sudene, Linhares-ES.

Introdução

Migrar faz parte da história da humanidade. Esse fenômeno pode ocorrer por diversas causas, podendo ser natural ou forçada, por motivos políticos, religiosos, guerras, violência, desastres naturais, trabalhos, estudos, familiares, dentre outros. Pelo olhar da tradição marxista, segundo Brito (2009), a mobilidade da força de trabalho é necessária para a formação do mercado de trabalho capitalista. Nessa conjuntura, o trabalhador possui a liberdade positiva de vender a sua força de trabalho, perpassar pelos setores da economia que lhe interessem e se deslocar para onde o capital necessitar, ou seja, em busca de melhorias o trabalhador tende a migrar para onde for mais conveniente em termos de rendimento, no entanto, é uma liberdade ilusória, visto que ao trabalhador só resta vender a sua força de trabalho Brito (2009) e Gaudemar (1977). Com a lógica similar, Singer (1973), aborda a ideia de que as migrações são positivas e necessárias para o sistema capitalista, ao passo que a saída de pessoas de regiões estagnadas forma um exército industrial de reserva, com consequente contribuição para tal sistema.

Ainda segundo Singer (1973), a industrialização é um dos fatores que determina o processo de migração. Nesse sentido, o progresso técnico impôs uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, o que gerou não só transformações econômicas como também migratórias, pois, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Nessa conjuntura, a migração se configura em um instrumento de reorganização da população, segundo os interesses do processo de industrialização.

No caso brasileiro, essa lógica de entrelace dos processos migratórios e industriais também pode ser verificada. Em primeiro momento, destacava-se, entre os estudos migratórios, o clássico movimento rural-urbano, da década de 50 e 60 no Brasil, o que formava uma forte neblina sobre outros movimentos migratórios Cunha (2005). No entanto, deixou de ser prioridade atualmente e fez transparecer as trocas inter-regional, intra-regional, a mobilidade pendular e a sazonal, que são cada vez mais analisadas e perceptíveis em termos quantitativos e qualitativos,

em vista do seu potencial de evidenciar e explicar os novos contornos econômicos, sociais e políticos que as determinam.

Dentro dessa nova face, o presente trabalho, analisa a migração interestadual e enfatiza os fluxos migratórios intra-estaduais, que segundo Cunha (2005) mostram as relações existentes entre as áreas metropolitanas ou grandes aglomerações urbanas e o interior, que contribuem em parte para compreender a redistribuição da população do Brasil. No caso de Linhares, a hipótese é que os imigrantes que contribuíram para o aumento da população tenham sido atraídos pelas notícias incontáveis de investimentos no município devido à atuação da SUDENE.

Dessa forma, faz-se necessário a análise dos migrantes no município de Linhares, que foram atraídos pelas novas instalações no município e que ajudaram a compor a força de trabalho local a partir do ano de 2000. São, em menor número, trabalhadores qualificados na área de petróleo e gás, de outras áreas industriais de empresas nacionais e multinacionais, e em maior número os trabalhadores sem instrução, por exemplo, os do setor moveleiro, e com o destaque na prestação de serviços, levando em consideração o aumento da demanda do setor terciário com o crescimento econômico e social.

Metodologicamente o trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica em livros, dissertações e artigos científicos sobre dinâmicas migratórias contemporâneas, reestruturação produtiva, dinâmicas populacionais e econômicas do Espírito Santo. Foi feito um levantamento dos dados relacionados às dinâmicas populacionais, especialmente migratórias de Linhares. Para Isso, buscou-se a partir de dados estatísticos secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dados sobre migração junto aos Censos demográficos de 2000 e 2010. De modo específico, foram utilizadas as informações de migração do tipo data-fixa que informa onde a pessoa residia antes de viver no município de Linhares em 1995 e 2005. Os dados foram analisados e sistematizados junto aos softwares SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e Microsoft Excel e espacializados com o ArcGis 10.5. Vale ressaltar que para o ano de 2000 foram analisados somente os dados

referentes as migrações intra-estadual pois não foi possível ter acesso, em tempo hábil, à base completa para verificar e analisar os imigrantes provenientes de outros estados para Linhares. Já para 2010 foi possível analisar os fluxos migratórios intra e interestaduais para Linhares. Além dos fluxos migratórios, foi analisado para o ano de 2010, os aspectos referentes ao nível de instrução, rendimentos e escolaridade dos imigrantes inter e intra- estaduais para Linhares. Nessa direção, buscou-se não apenas identificar os fluxos migratórios, mas também conhecer algumas características sociodemográficas desses imigrantes.

Além disso, foram utilizadas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2000 e 2019 com o objetivo de verificar as transformações nos setores produtivos de Linhares e buscar identificar relações entre as transformações dos setores com as dinâmicas demográficas, especialmente, a migratória.

Por fim, recorreu-se a documentos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e da prefeitura de Linhares (PML), a fim de identificar informações sobre as transformações demográficas e territoriais de Linhares, devido ao fato do território de Linhares ter sido impactado pela emancipação dos municípios de Rio Bananal e Sooretama. Os dados levantados junto ao IJSN e PML foram somados aos do IBGE para identificar a evolução da população total, rural e urbana de Linhares.

Recorreu-se ainda ao site da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para obter informações sobre como e onde ela atua, bem como buscou-se relatórios e outros documentos que versam sobre o Espírito Santo, especialmente Linhares.

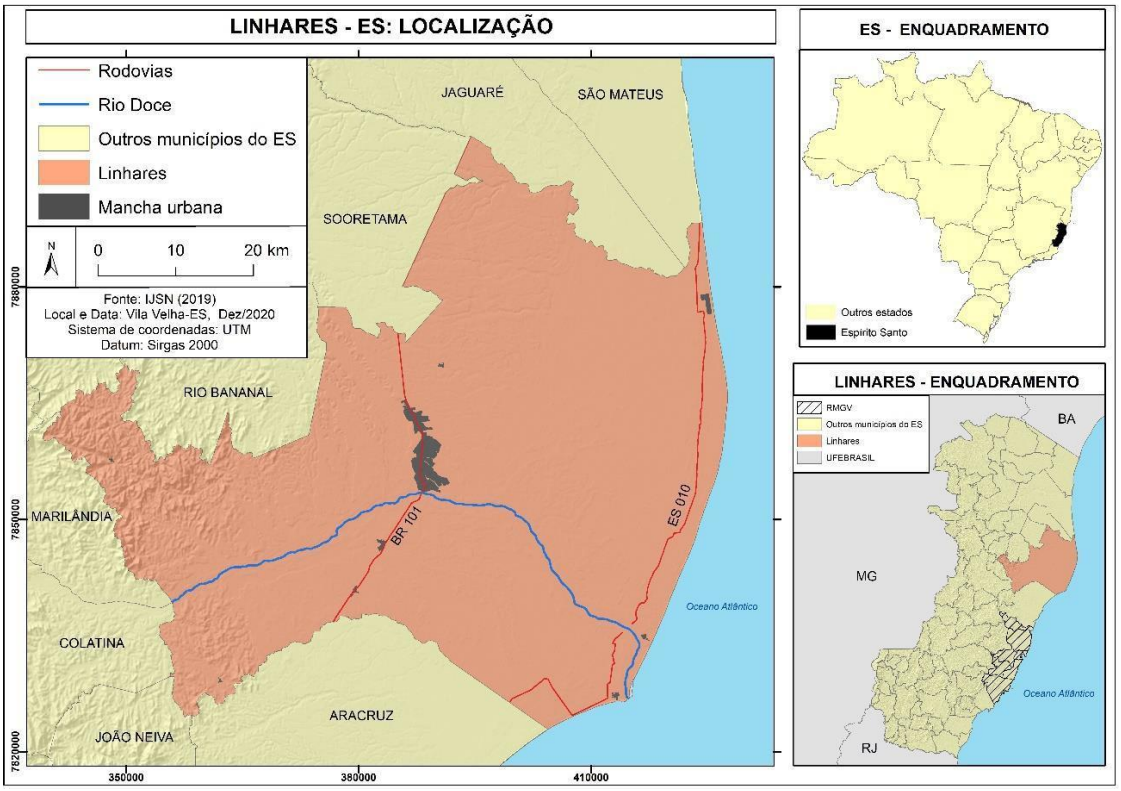
Por fim, foi realizada uma entrevista de caráter semiestruturado com um empresário de uma empresa de alimentos sediada em Linhares que se beneficia dos incentivos da SUDENE. A entrevista foi realizada por videoconferência em razão da pandemia do Corona Vírus.

A evolução de Linhares e a atração populacional:

Após um longo cenário de estagnação econômica, dois fatores contribuíram para alavancar a economia de Linhares: a construção da ponte

Getúlio Vargas (inaugurada em 1954) sobre o rio Doce e o asfaltamento da BR-101, no início da década de 70. Podemos constatar essa informação quando analisamos o censo realizado pelo IBGE, em 1950, antes da construção da ponte, registrou-se um número de 29.381 habitantes em Linhares e, em 1960, esse número aumentou para 47.617, representando um acréscimo de 62%, fato que demonstra que em dez anos houve crescimento demográfico significativo. Logo, podemos afirmar que o crescimento de Linhares foi impulsionado pela construção da ponte e potencializado com o asfaltamento da rodovia Federal BR- 101, dessa forma sua área urbana foi constituída de forma sólida e vem se expandindo continuamente.

Mapa 01: localização do município de Linhares - ES



Fonte: IJSN

Na década de 60, houve a política de erradicação dos cafezais, que apesar de não ter incidido de forma direta em Linhares, acabou por resvalar suas consequências no município, uma vez que os agricultores, em grande parte do sul do Espírito Santo, receberam indenizações e puderam investir em outras áreas. Linhares foi um dos destinos desses agricultores, atraindo-

os com o incentivo do governo para ocupação da área, com doação de terras e a existência de madeira nobre, o que proporcionou sua diversificação econômica, promovendo o aumento populacional na área urbana.

É importante salientar, que o café não era o principal produto devido a incompatibilidade do solo, e dessa forma, a cacaicultura, a extração e transformação de madeira, e a atividade de reflorestamento, conseguiram sustentar e acelerar o crescimento econômico de Linhares. Linhares sustentou o ciclo da madeira do Espírito Santo do final dos anos 50 até a década de 70 Guedes (2008), sendo que em 1960 havia mais de 200 serrarias no município. Esse destaque no ramo das serrarias se explica, em partes, devido ao fato dos filhos de imigrantes italianos, que chegaram ao município dado a política de erradicação dos cafezais, dominarem a prática da carpintaria e da marcenaria.

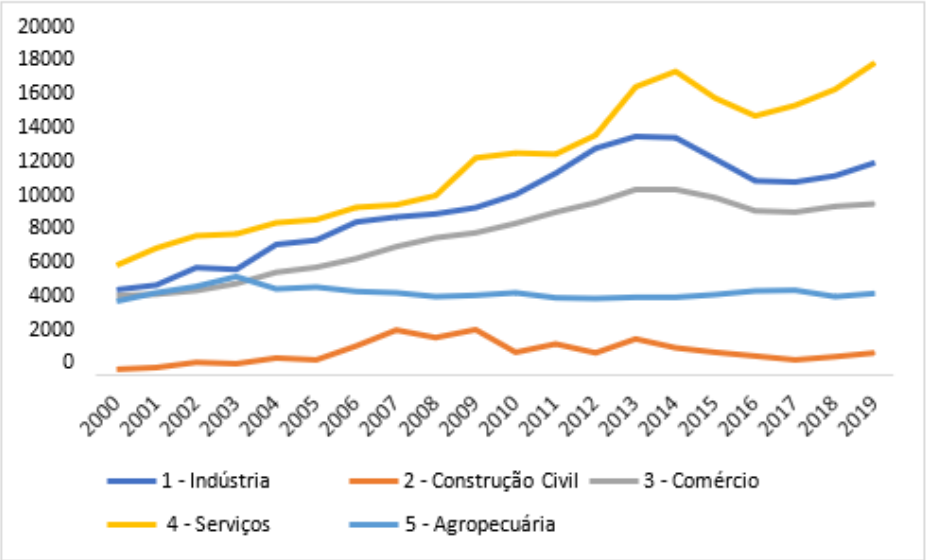
Essa habilidade já era utilizada antes de chegarem a Linhares, pois a utilizavam para uso pessoal ou como complemento de renda. Mas foi em Linhares que passaram a realizar a prática como principal fonte de renda. Com o aumento da população, cresceu a demanda por móveis, mas não conseguiram suprir a demanda, pois o acabamento era manual e utilizavam madeira maciça. Devido a isso houve a necessidade de industrializar a produção. Na década de 70 o setor moveleiro de Linhares passou por um processo de modernização, que foi aprimorado na década de 80 e 90. A partir disso, iniciaram inúmeras transformações no setor moveleiro de Linhares, fator que leva um maior dinamismo, modernidade e maior visibilidade no cenário regional e nacional Polos (2009).

Ainda sobre a evolução de Linhares, pode-se destacar a indústria do setor de petróleo que chegou no município a partir da década de 1970 com a construção de plantas industriais como a estação coletora de Lagoa Parda e a Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN de Lagoa Parda e o Terminal de Regência (atualmente desativado). A partir dos anos 2000, entra em operação em Linhares, a plataforma de Peroá, no mar territorial de Linhares, a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTG-Cacimbas), as estações coletoras Fazenda Alegre, São Rafael e Santa Luzia. De acordo com Ferreira (2019), o aumento do número de trabalhadores está

ligado à expansão da indústria do petróleo e gás no que tange a novos campos de produção, à construção de plantas industriais e de condições gerais de produção ligadas à produção de petróleo e gás, o que se relaciona com a inserção do município a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). É importante enfatizar, que a SUDENE incluiu o norte do Espírito Santo em sua área de abrangência somente em 1998, sendo assim, nem todas as plantas industriais ligadas à indústria do petróleo e gás tiveram acesso aos incentivos oferecidos pela SUDENE.

Diante desse crescimento, muitos postos de trabalho foram criados e ao analisar o gráfico I, observa-se que o município emprega de forma majoritária na área de serviços, com o total de 118.370 empregos, levando em consideração somente os anos pares, segundo dados da RAIS. Em seguida, tem-se a área industrial, com 4.867 vínculos no ano de 2000 para 10.351 vínculos em 2010, sendo crescente até 2014 e após esse período apresentou queda após 2015, devido à crise política que se instalou no país e perdura até os dias atuais. Na indústria, a área que mais se destaca é a da indústria de madeira e mobiliário, de alimentos e bebidas, indústria metalúrgica, têxtil e química, na ordem decrescente de empregabilidade. Logo após, destacam-se os empregos na área do comércio, agricultura e, por último os empregos na construção civil.

Gráfico I - Grandes setores da economia



Fonte: RAIS (2000 – 2019).

A influência da SUDENE no crescimento de Linhares.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei nº3.692, de 15 de dezembro de 1959. É caracterizada como uma Autarquia Federal, e foi criada com o objetivo de amenizar o baixo desenvolvimento econômico da região Nordeste nos anos 50. Logo, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento na região. De início, a SUDENE abrangia todos os Estados da região Nordeste e parte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas). Contemplava 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira.

Sua criação foi motivada pela percepção de que a industrialização não se dava de modo homogêneo no território brasileiro. Havia grande diferença da industrialização que se desenvolvia no Centro-Sul e a que se dava no Nordeste. Assim, percebeu-se a necessidade de intervenção direta do Estado para estimular o desenvolvimento das regiões brasileiras de um modo menos desigual.

Devido às fortes secas que assolaram a região norte do Espírito Santo, em 1998, ela foi incluída na Sudene, e assim, 28 municípios espírito-santense foram beneficiados segundo a Lei Complementar 125, de 03/01/2007. Os municípios são: Água Doce do Norte, Águia Branca, Alto Rio, Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Colatina, Conceição da Barra, Ecoporanga, Governador Lindenberg, Jaguaré, Linhares, Mantenópolis, Marilândia, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, Rio Bananal, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Mateus, Sooretama, Vila Pavão e Vila Valério. No final do ano de 2021 foram incluídos mais três municípios: Aracruz, Itarana e Itaguaçu.

É interessante destacar que a SUDENE passou por oscilações em relação a sua existência, que fora extinta em 2 de maio de 2001 por Medida

Provisória, assinada pelo Presidente da República e pelo Ministro de Integração Nacional, Fernando Bezerra. Dessa forma, foi criada a ADENE (MP 2156/2001) que passou a atuar em todo o Espírito Santo. Somente em 3 de janeiro de 2007, pela Lei Complementar nº125, que ela fora recriada e passou a atuar nos 28 municípios já citados do Espírito Santo.

Segundo a diretoria de gestão de fundos e incentivos e de atração de investimentos da SUDENE, são concedidos benefícios a novas empresas que se instalam na região. Dentre os vários benefícios que ela fornece, é possível citar a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não restituíveis para empreendimentos na área da SUDENE, com o prazo de 10 anos. Além desse investimento, cita-se também o reinvestimento de 30% do IRPJ em modernização e diversificação.

Esses benefícios direcionados às novas empresas que se instalam na região, de acordo com o documento de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, projetos beneficiados em 2019 da SUDENE, conferem um "plus" na arrecadação das receitas tributárias e não uma perda. Pois, com a instalação de uma indústria em determinada região, acontece o desenvolvimento com geração de mais emprego e renda, cresce a demanda para setores como comércio e serviços, além dos próprios fornecedores da empresa instalada, como pode ser observado nas tabelas I, II e III:

Tabela I: Redução de 75% do IRPJ

Redução de 75% do IRPJ - Laudos Constitutivos aprovados em 2018			
Empresa	Setor econômico prioritário	Empregos diretos	Empregos indiretos
Biospicefoods exportação e importação Eireli	Infraestrutura	11	15
Thorgran Granitos LTDA	Infraestrutura	6	
Polimix Concreto LTDA	Minerais não metálicos	10	

Fonte: SUDENE (2018).

Tabela II: Modernização – 2018

Modernização			
Empresa	Setor econômico prioritário	Empregos diretos	Empregos indiretos
MGM Móveis LTDA	Móveis	120	
Indústria de roupas Água Viva LTDA	Artigos do vestuário	279	65
Permobili Indústria de móveis EIRELI	Móveis	50	23
Laticínios LIMILK LTDA	Alimentos	38	4
Linhares Geração S/A	Infraestrutura	74	25
Indústria de Móveis Peroba Ltda	Móveis	120	
LIESA Linhares Embalagens LTDA	Papel e papelão	23	
Perfilados Rio Doce S A	Metalurgia	167	80
BRAMETAL S A	Metalurgia	730	94
CIMOL Comércio e Indústria de Móveis LTDA	Móveis	127	
Interfruit Alimentos LTDA	Alimentos	70	180
WEG Linhares Equipamentos Elétricos S A	Eletroeletrônica	2454	125
Trop Frutas do Brasil LTDA	Alimentos	72	53
Seta Embalagens Ltda	Papel e papelão	54	25
RIMO S A Indústria e Comércio	Móveis	300	500
Petrobrás Brasileiro S.A - PETROBRAS	Derivados do petróleo	216	479

Fonte: SUDENE (2018).

Tabela III: Reinvestimento de 30% do IRPJ

Reinvestimento de 30% do IRPJ			
Empresa	Setor econômico prioritário	Emprego direto	Emprego indireto
BLENDCOFFEE Comércio Exportação e Importação LTDA	Alimentos	37	
WEG Linhares Equipamentos eletrônicos AS	Máquinas e equipamentos	2435	155
IMETAME Pedras Naturais LTDA	Minerais não metálicos	71	80

Fonte: SUDENE (2018).

No ano de 2018, segundo o documento de incentivos e benefícios fiscais e financeiros projetos beneficiados em 2018, da SUDENE, 43 pleitos foram aprovados com investimento de R$ 2,2 bilhões no estado do Espírito Santo. Sendo 39 de redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis para empreendimentos e 4 pleitos de reinvestimento de 30% do IRPJ. De investimentos em infraestrutura foram R$ 1.121.298.573,32 e de investimento em energia R$ 1.084.105.464,23, com 897 empregos diretos criados com carteira assinada, direto, e 127 terceirizados. Somente em Linhares, 22 pleitos foram aprovados, o que representa 51% dos pleitos aceitos no estado, o que representa o dinamismo econômico do município. A pretensão, segundo reportagem do jornal A Gazeta Online (2020), é que seja investido até 2023 por empresas nacionais e multinacionais em Linhares aproximadamente R$3 bilhões. A escolha de Linhares segundo o Jornal, é que a cidade possui localização estratégica e é beneficiada por incentivos fiscais federais.

No que tange à atratividade do município para a instalação de empresas, pode-se citar como exemplo inúmeras filiais de destaque nacional, como a Café Cacique, Brinox, Weg motores, Randon, Brametal, Britânia, a Coca-Cola por meio de sua filial Leão Alimentos e Bebidas e a multinacional de café solúvel Olam que escolheram o município como local para seus investimentos.

Nesse sentido, segundo o documento Efeitos nas Finanças do Estado do Espírito Santo e dos Municípios com a Vigência da Resolução Nº 13 do Senado Federal e as Alterações Realizadas pelo Governo do Estado nos Programas de Incentivos à Importação do IJSN (2013), o que determina os estabelecimentos de uma empresa no estado não são os benefícios estaduais, mas sim as vantagens do Governo Federal, tais como redução do Imposto de Renda, caso a empresa opte por se instalar em município pertencente à área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e as facilidades de acesso ao crédito subsidiado do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste. Desse modo, o referido documento confirma o papel de destaque de Linhares como destino de investimento, pois, além de pertencer à SUDENE, está próximo aos mercados consumidores do Sul e do Sudeste e próximo da BR 101, importante corredor de escoamento da produção.

O depoimento de um gestor de uma empresa do ramo do café que se encontra em construção em Linhares, ratifica a explicação do documento supracitado quanto aos fatores de atratividade do município de Linhares. De acordo com o mesmo empresário, desenvolveu-se uma matriz de análise que incluiu questões geográficas, sociais e econômicas. Sendo assim, não houve apenas um aspecto para escolha de implantação da fábrica em Linhares. A referida matriz citada/montada pelo entrevistado, indica como cada item possui uma nota e um peso na totalização do índice técnico que pesa na determinação da escolha da localização da indústria. A matriz pode ser analisada no quadro I.

Quadro I: Matriz de nota e peso para a elaboração do índice técnico para a escolha da localização da indústria de acordo com o empresário entrevistado.

Tamanho e estrutura da cidade	Nenhuma cidade abaixo de 150.000 habitantes foi considerada, bem como, cidades sem presença de indústrias e grandes companhias fora avaliada. Essa questão está diretamente ligada a disponibilidade de mão de obra qualificada. Além disso, deveria possuir uma estrutura para receber as famílias dos trabalhadores, proximidade de infraestrutura de energia elétrica, internet e logística.
Disponibilidade de água de qualidade	A água, depois do café, é o mais importante insumo da produção. Portanto, para reduzir os custos de tratamento e trazer máxima segurança ao projeto, e este foi o ponto mais importante, pois em Linhares este ponto é absoluto.
Legislação ambiental	No Brasil, muitos projetos são inviabilizados por conta da burocracia e demora nas ações e avaliações das licenças ambientais de grandes projetos.
Disponibilidade de áreas e zoneamento industrial	Ponto importante para o tamanho e disponibilidade do terreno, além disso, a topografia relativamente plana da cidade favorece terraplanagens mais rápidas e menos custosas.
Incentivos fiscais e tributários:	Linhares está na área da SUDENE e, portanto, municípios sem este quesito, receberam nota menor.
Próximo da produção de café:	Linhares está no centro da produção de café conilon do ES, e já existem negócios no Norte.

Fonte: Entrevista com gestor de uma empresa de café solúvel em construção em Linhares (2021).

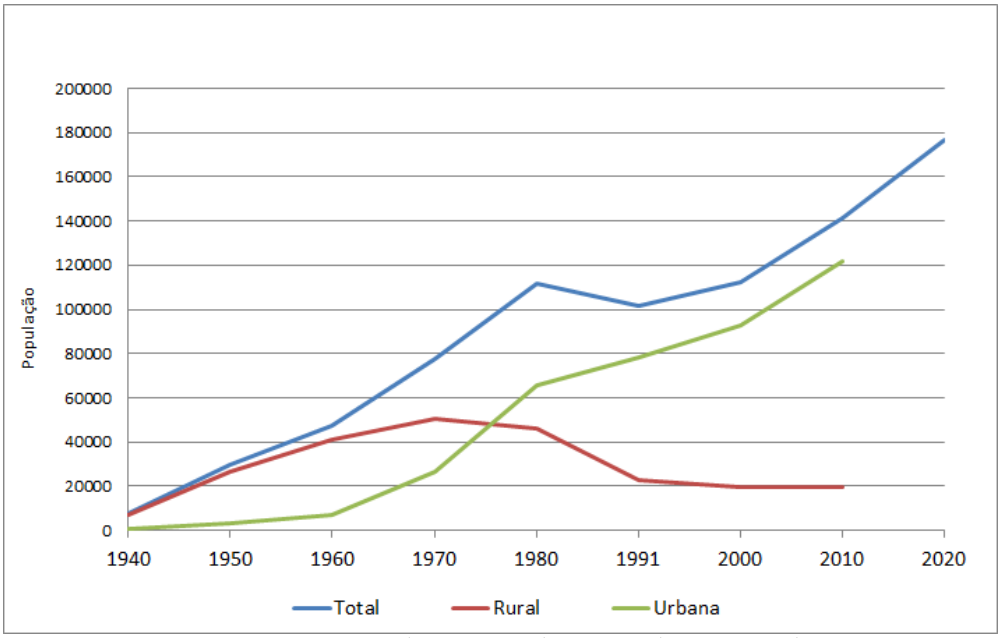
Assim, a empresa não escolheu Linhares somente pela SUDENE, mas, sem dúvida, o fato de Linhares ser beneficiada pela SUDENE, exerce papel de destacada relevância, em vista dos benefícios econômicos já citados.

Diante do exposto, fica mais claro compreender o motivo da atração de indústrias para Linhares, tendo como consequência o aumento de imigrantes de forma expressiva na realidade estadual a partir da década de 2000.

Fluxos populacionais para Linhares

Segundo o IJSN, Linhares possuía em 1960, 5.914 habitantes, passou para 25.582 em 1970, e a 63.459 em 1980, com taxas de crescimento de 16,2 e 9,6 respectivamente. Enquanto outros municípios sofreram com a crise da política de erradicação do café e sua consequente evasão populacional, Linhares mostrou-se como polo regional de atração populacional. Pela análise do movimento migratório do período de 1968/1977, o município teve um saldo de 5.374 habitantes, oriundos de outros municípios do estado. Os municípios que mais cederam população para Linhares foram Colatina, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia, Ibiraçu, Montanha e os municípios da Grande Vitória. Nota-se, que ao longo da história, que foi uma área de atração populacional e continua sendo nos dias atuais. No gráfico I, pode-se notar a evolução da população de Linhares:

Gráfico I – Evolução da população de Linhares (1940 – 2020)



Fonte: IBGE (1991–2020) e IJSN (1940 -1980).

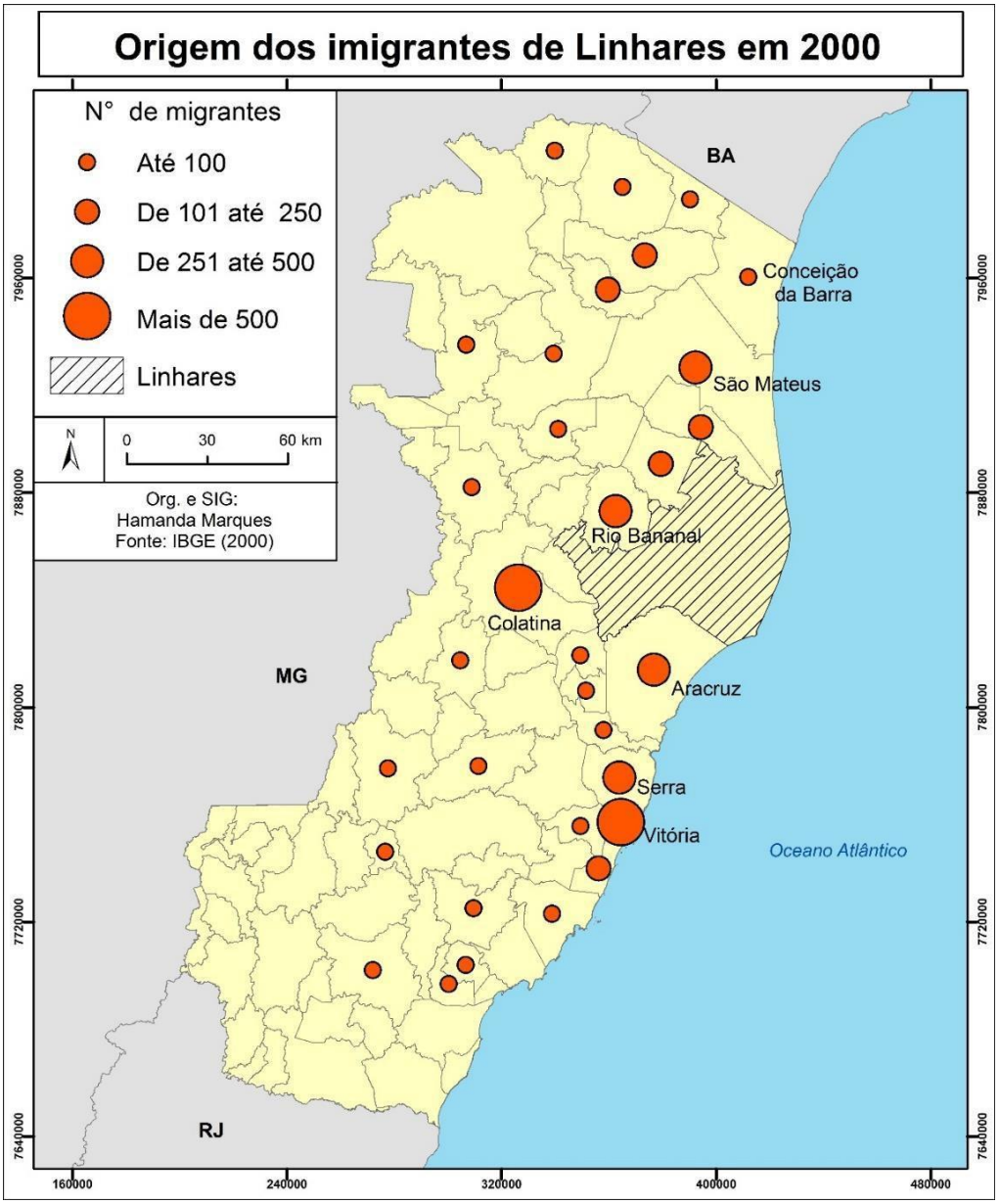
O gráfico I baseia-se no Censo de 1991 até a projeção de 2020 (IBGE) e no Instituto Jones do Santos Neves. Percebe-se o decréscimo da população rural a partir da década de 70 e o aumento da população urbana

constante. A população total aumentou de forma exponencial, no entanto, em 1973 foi desmembrado do município de Linhares o distrito de Rio Bananal, tornando-se município. Em 1994, o município de Córrego d'água foi desmembrado de Linhares e formou o município de Sooretama. Esses desmembramentos, podem ser vistos na evolução da população total na década de 80 e meados de 90, com queda do número de habitantes. Atualmente, a projeção é que Linhares esteja com 176.688 habitantes.

Ao se analisar as matrizes migratórias do ano de 2000 e 2010, constatou-se um crescimento do número de imigrantes intra-estadual. Em 2000, foi de 4.064 (IBGE, 2000) e em 2010 o número de imigrantes foi de 6.139 (IBGE, 2010). Isso significa um aumento no intervalo de 10 anos de 47,4%.

Através da leitura do mapa I, observa-se que a origem da maior parte dos imigrantes intraestadual de Linhares em 2000 foi de municípios que fazem divisa com Linhares, o que representa 46,32% dos imigrantes. Os municípios que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória contribuíram de forma significativa, cedendo o que representa 31,69% das imigrações e, o restante, compõe os municípios que fazem parte da Sudene – Boa Esperança, Barra de São Francisco, Conceição da Barra, Nova Venécia, Pancas, Pinheiros, São Gabriel da Palha. Ao Sul, existe um pequeno fluxo de Cachoeiro de Itapemirim e Alfredo Chaves para Linhares.

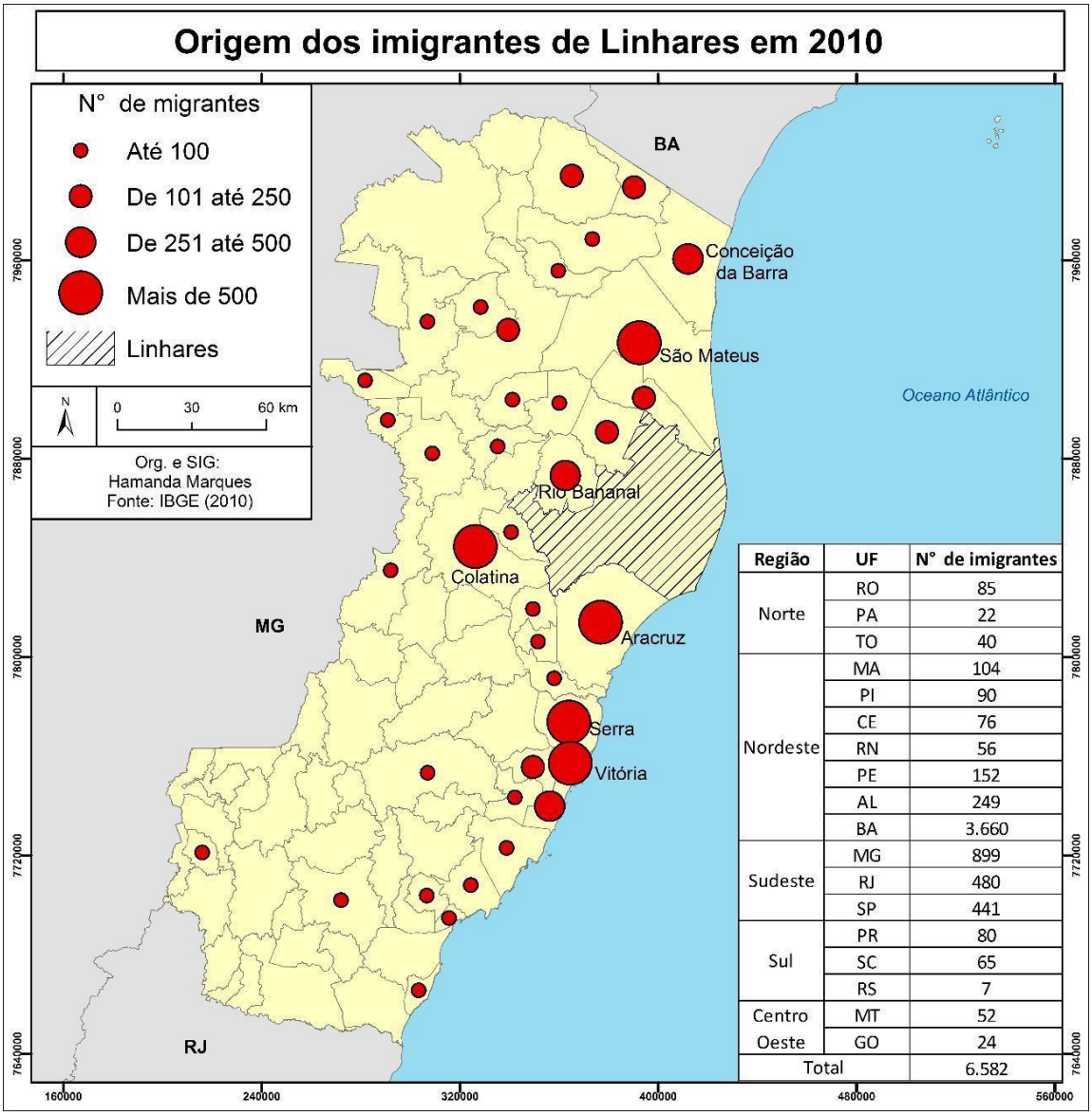
Mapa I: Origem dos imigrantes intraestadual de Linhares em 2000



Fonte: IBGE (2000).

Ademais, a partir da comparação do número de imigrantes de 2000 com o número de imigrantes de 2010, nota-se o aumento de imigrantes provenientes de alguns municípios da RMGV para Linhares, fenômeno esse ilustrado no mapa II. Cariacica teve aumento de 38%, Serra houve aumento de 32%, Vila Velha, 34,48%, Vitória com 36%. Dos municípios do norte do Espírito Santo, pode-se destacar um aumento do fluxo de Conceição da Barra para Linhares de 76,05%, São Mateus para Linhares de 42,85%, Sooretama com aumento de 42,48% e Colatina com 2,43%.

Mapa II: Origem dos imigrantes intra e interestadual de Linhares em 2010



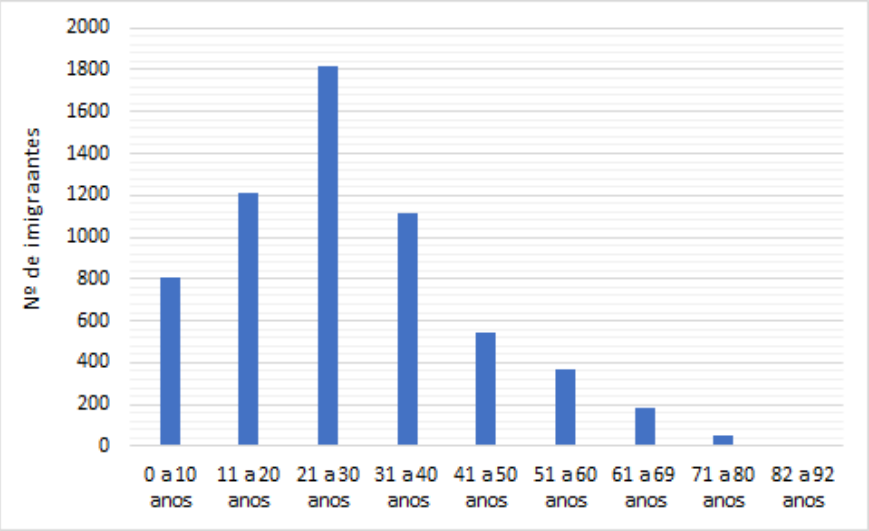
Região	UF	N° de imigrantes
Norte	RO	85
	PA	22
	TO	40
Nordeste	MA	104
	PI	90
	CE	76
	RN	56
	PE	152
	AL	249
	BA	3.660
Sudeste	MG	899
	RJ	480
	SP	441
Sul	PR	80
	SC	65
	RS	7
Centro Oeste	MT	52
	GO	24
Total		6.582

Fonte: IBGE (2010).

Em relação à migração interestadual em 2010, nota-se que dos estados da região norte do Brasil para Linhares o fluxo foi ínfimo, da região Nordeste, se destaca o estado da Bahia com fluxo de 3.660 imigrantes para Linhares. Na região Sudeste, o estado que mais contribuiu cedendo imigrantes foi Minas Gerais, em seguida o Rio de Janeiro, podendo ser devido a extração de petróleo e em seguida São Paulo. A região Centro-Oeste com participação mínima, e o Sul, a participação é pequena também.

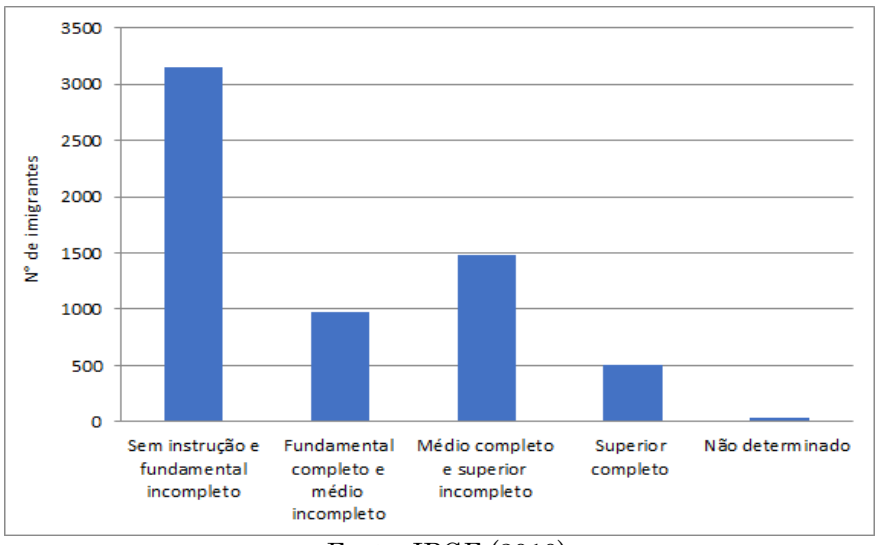
Em relação à faixa etária dos imigrantes em 2010, destaca-se os que se encontram entre 11 a 40, sendo que a de 21 a 30 anos é a que possui o maior número de imigrantes, como exposto no gráfico II. Sabe-se que os mais jovens tendem a migrar mais, e é a faixa etária das pessoas economicamente ativa, ou seja, podem contribuir economicamente com o município. No entanto, a maior parte dos imigrantes são sem instrução (gráfico III) e possuem fundamental incompleto. Com superior completo é a minoria, o que justifica os baixos salários da maior parte da população e altos salários da menor parte.

Gráfico II – Faixa etária de imigrantes intraestadual (2010)



Fonte: IBGE (2010).

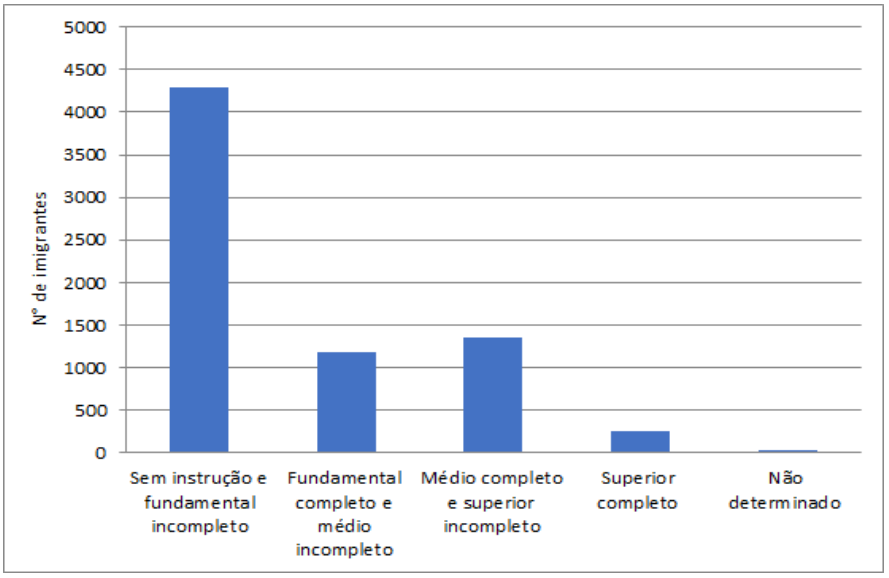
Gráfico III: Nível de instrução dos migrantes intraestadual (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Vale ressaltar que a maioria dos migrantes interestaduais é sem instrução e fundamental incompleto, com aproximadamente 4.288 pessoas. Em seguida com ensino médio completo e superior incompleto com 1356, seguido de fundamental completo e médio incompleto com 1190 imigrantes, e por último com superior completo, com 246 pessoas no total, conforme aponta o gráfico IV. É interessante destacar que há uma diferença positiva de 104% de imigrantes intraestaduais com ensino superior completo.

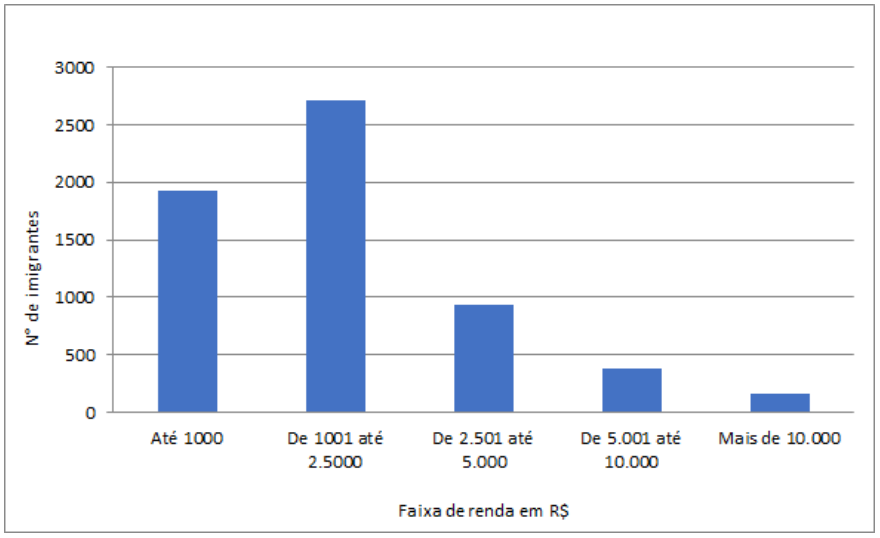
Gráfico IV: Nível de instrução dos migrantes interestadual (2010)



Fonte: IBGE (2010).

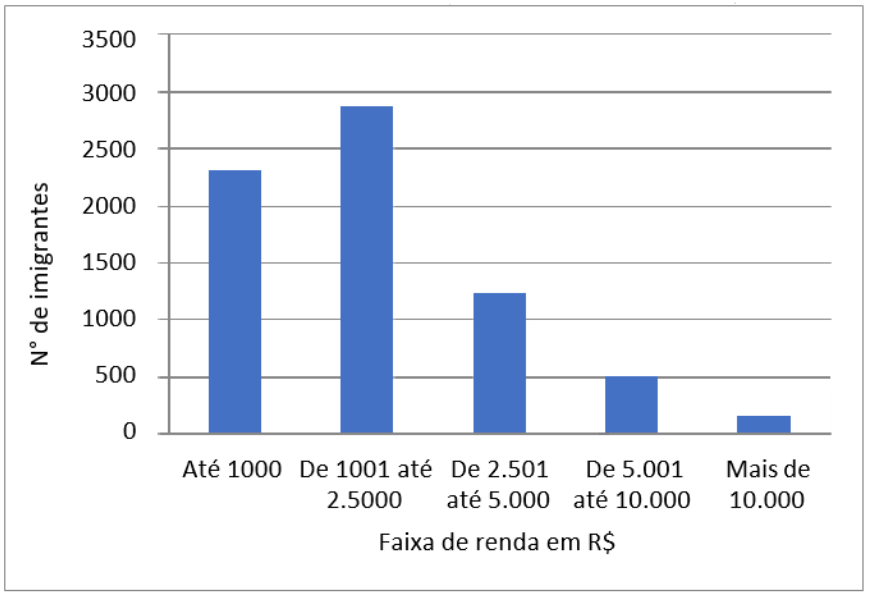
Quanto aos rendimentos, observa-se que a maior parte dos imigrantes possuem renda de R$ 1.001 até 2.500, e em seguida até R$ 1.000, conforme aponta os gráficos V e VI. Se compararmos com os dados intraestaduais, nota-se que os imigrantes interestaduais irão prevalecer com os maiores (5.000 até 10.000) e menores salários (até 1.000). Possivelmente, porque os imigrantes em massa, possuem baixa instrução, e aqueles que foram para Linhares para ocupar cargos mais importantes nas empresas multinacionais e nacionais de grande porte recebem os melhores salários.

Gráfico V: Faixa de rendimentos dos imigrantes interestadual (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico VI: Faixa de rendimentos dos imigrantes intraestadual (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Observa-se que a maior parte dos imigrantes possuem renda de R$ 1.001 até R$2.500, e em seguida até R$ 1.000, pode-se subentender, portanto, que a maior parte dos imigrantes possuem baixa escolaridade e, consequentemente, recebem menos.

Conclusão:

O trabalho buscou identificar algumas características dos imigrantes de Linhares, que contribuíram para o aumento populacional do município, bem como os motivos que os atraíram. Dessa forma, foi possível identificar, no caso de Linhares, que muitas empresas nacionais e multinacionais, a partir do ano de 2000, se instalaram no município por vários motivos, como: o fato de seu relevo ser formado majoritariamente por planícies, o que proporciona menores gastos com a terraplanagem; sua localização, que a coloca perto dos principais polos econômicos e regiões de grande consumo; proximidade com rodovias, que proporciona melhor escoamento da produção; disponibilidade hídrica (Rio Doce) e, também, os incentivos fiscais da SUDENE. Além disso, pode-se elencar a chegada de algumas empresas, como a chegada da Petrobras, na década de 70, que também se comporta como um fator de atração de imigrantes.

Esses processos têm contribuído para o aumento de imigrantes, especialmente na área urbana do município, o que possibilita, dentre outras coisas, geração de empregos e atração de mais migrantes entre-estaduais e interestaduais. Entre 2000 e 2010, a taxa média de crescimento geométrico anual dos imigrantes foi de 4,22%. Sendo que em 2000 a população era de aproximadamente 112.617 e em 2010 era de 141.306 habitantes, ou seja, um aumento de 25%. O perfil dos imigrantes é composto de adultos, com baixa escolaridade e consequentemente com um rendimento baixo, o que não é um fator desanimador para os imigrantes, levando em consideração que é uma região dinâmica economicamente e que há oportunidades de empregos sempre que uma nova indústria se instala.

A pesquisa não se encerra aqui, se faz necessário comparar melhor os dados entre os censos e comparar com a dinâmica de outros

municípios do estado do Espírito Santo. Além disso, há necessidade de elaborar comparações mais atualizadas, como o próximo Censo Demográfico, por exemplo, a fim de atualizar a pesquisa. Entretanto, pode-se concluir que no contexto, houve aumento da imigração, devido aos vários atrativos que o município vem proporcionando aos investidores, alterando dessa forma a sua organização, sua paisagem e suas dinâmicas.

Referências bibliográficas

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. 2009 Texto para discussão, CEDEPLAR- UFMG, Belo Horizonte; 2009.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Revista Geografares**, Vitória, n. 7, p. 93-109, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275249337_Mudancas_na_estrutura_demografica_do_Espirito_Santo_ocorridas_durante_a_segunda_metade_do_seculo_XX. Acesso em: 2 de jun. de 2022.

ESPÍRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. **Efeitos nas finanças do estado do espírito santo e dos municípios com a vigência da resolução nº 13 do senado federal e as alterações realizadas pelo governo do estado nos programas de incentivos à importação**. Vitória, 2013. Disponível em: < http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/4570#:~:text=N%C3%A3o%20levando%20em%20conta%20aspectos,Imposto%20de%20Renda%2C%20caso%20 a> Acessado em: 20/04/2021.

ESPÍRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. Secretaria do Estado de Planeamento (org.). **Perfil de Linhares**. Linhares, 1980. 152 p. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120801_ij00137_perfildacidadedelinharesmap_tab.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO – SEDES. (org.). **Invest-ES**. 2020. Disponível em: ttps://sedes.es.gov.br/invest-es. Acesso em: 24 dez. 2020.

FILHO, Leonides. SUDENE: 50 anos. **Uma abordagem política, institucional e administrativa**.www.inad.com.br,2007. Disponível em:<http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf >. Acesso em: 10/05/2021.

FERREIRA, Francismar Cunha. **Efeitos espaciais da indústria do petróleo no espírito santo: uma análise a partir da Petrobras**. 2019. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562712770_ARQUIVO_ANPEGE-FINAL--CERTO.p

GAUDEMAR, J.P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GONÇALVES, Silmara. Vinte novas empresas devem investir R$ 3 bilhões em Linhares até 2023. **A Gazeta**, 2020. Vitória, 16/01/2020. Seção Economia. Disponível: https://www.agazeta.com.br/es/economia/vinte-novas-empresas-devem-investir-r-3- bilhoes-em-linhares-ate-2023-0120. Acessado em:02/05/2021.

GUEDES, Paulo C. P. ***Emergência do Pólo Moveleiro de Linhares e Políticas Para o Setor no Espírito Santo (1960-1995)***. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória-ES, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3344/1/tese_3194_Paulo_Cezar_Pinheiro_Gue des.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

Incentivos E benefícios fiscais e financeiros. Projetos beneficiados em 2018. **SUDENE**, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/incentivosfiscaissudene2018.pdf> Acessado em: 28/04/2021.

Incentivos E benefícios fiscais e financeiros. Projetos beneficiados em 2020. **SUDENE**, 2020.Disponível em < http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/incentivosfiscais/documentos/relatorio- incentivosfiscais-2020.pdf > Acessado em: 28/04/2021.

SINGER, PAUL, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, HÉLIO, **Economia política da urbanização**, Textos Selecionados, tomo I, coordenador**.** Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: ___. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973. Cap.1 - 2. p. 11-60.

ZUNTI, Maria Lúcia. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.

Submetido em: 23 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 29 de julho de 2022.
Aprovado em: 17 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

MARQUES DE ANTÔNIO, H. O aumento populacional no município de Linhares – ES no período de 2000 a 2010: uma análise a partir dos fatores econômicos. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 716-740. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/ 2328.

ENQUANTO A TERRA NÃO FOR LIVRE, EU TAMBÉM NÃO SOU: O JARÊ DA CHAPADA DIAMANTINA (BA) COMO RESGATE DA MEMÓRIA EM TORTO ARADO

AS LONG AS THE LAND IS NOT FREE, NEITHER AM I: THE JARE OF CHAPADA DIAMANTINA (BA) AS A RESCUE OF MEMORY IN TORTO ARADO

MIENTRAS LA TIERRA NO SEA LIBRE, YO TAMPOCO SOY: JARE DE LA CHAPADA DIAMANTINA (BA) COMO RESCATE DE LA MEMORIA EN TORTO ARADO

MARIA EDUARDA PIRES BASTOS
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ)

Email: madubastos@ufrrj.br

Resumo:

O presente trabalho tem a intenção de promover aproximações entre o fazer geográfico e a literatura, se utilizando das fabulações criadas por Itamar Vieira Jr. em Torto Arado. Denuncia, através da análise de construções sociais hierárquicas, as subjetividades do povo brasileiro enquanto imaginário, realidade e moldes de permanências coloniais, que incluem desde a insistente interdição à terra que atravessa séculos até o mito da democracia racial, ocultando a presença e a memória negra da história e da geografia dos lugares, tendo aqui como recorte espacial a efabulação da Chapada Diamantina na Bahia, através das práticas de matriz africana do Jarê. Compreende como base teórica sobretudo contribuições do professor Milton Santos e da intelectual Lélia Gonzalez ao pensarem a consciência e memória herdadas por um povo migrante e diaspórico, e a afrocentricidade de Molefi Asante como fazer metodológico. Potencialidades de resistências e vitórias são emergidas da ação comunicativa ao passo que os sujeitos, impostos à realidades subalternizadas similares, se encontram e constroem redes de solidariedade.

Palavras-chave: Consciência pelo lugar; Colonialidade; Racismo; Psicosfera; Reforma Agrária

Abstract:

The present work intends approximations between the geographical doing and literature, using the fables created by Itamar Vieira Jr. in Torto Arado. It denounces, through the analysis of hierarchical social constructions, the subjectivities of the Brazilian people as an imaginary, reality and patterns of colonial permanence, which include everything from the insistent land interdiction that spans centuries to the myth of racial democracy, hiding the black presence and the black memory of history and geography of the places, having as spatial clipping the efabulation of Chapada Diamantina in Bahia, through the practices of African matrix of Jarê. It comprises as a theoretical basis, above all, contributions from professor Milton Santos and intellectual Lélia Gonzalez when thinking about the consciousness and memory by migrant and diasporic people, and the Afrocentricity of Molefi Asante as the methodological approach.

Keywords: Consciousness of the place; Coloniality; Racism; Psychosphere; Land Reform.

Résumé / Resumen:

El presente trabajo promueve aproximaciones entre el hacer geográfico y la literatura, basándose en las fábulas creadas por Itamar Vieria Jr. en Torto Arado. Denuncia, a través del análisis de las construcciones sociales jerárquicas, las subjetividades del pueblo brasileño como imaginario. realidad y moldes de permanencia colonial, que van desde la insistente interdicción a la tierra y atravesa siglos al mito de la democracia racial, ocultando la presencia y memoria negra de la historia y geografia de los lugares, basado en el recorte espacial la efabulación de la Chapada Diamantina en Bahia, a través de las prácticas de matriz africana de Jarê. Comprende como base teórica, sobre todo, los aportes de Milton Santos y Lelia González al pensar la conciencia y la memoria heredada de un pueblo migrante, diaspórico, y el afrocentricidad de Molefi Asante como enfoque metodológico.

Palabras-clave: Conciencia por el lugar, Colonialidad, Racismo, Psicoesfera, Reforma Agraria

Introdução

Aproximar Geografia e Literatura, assim como fez o autor da obra Torto Arado, Itamar Vieira Jr., mesmo que de forma não explícita, é ir contra a verticalização forjada pelo fazer científico moderno entre tais áreas de conhecimento (CASTRO, 2016). Uma ciência absolutamente objetiva não dá conta de valorizar as múltiplas concepções de mundo, histórias e lugares. Por outro lado, a arte da escrita ficcionada interessa sobretudo à capacidade de empatia, de deslocar-se para o lugar do outro, onde "a escrita é representação, processo reflexivo e não uma fração da realidade" (CASTRO, 2016, p. 338), permitindo através deste caminho que se faça geografia sem necessariamente ir à campo de forma presente, mas por meio de viagens literárias que, por muitas vezes, nos exalam sinestesias tão descritivas em suas subjetividades.

O romance é parido, assim como suas personagens, na Fazenda Água Negra, no sertão baiano, onde Zeca Chapéu Grande e Salustiana formam uma família de curadores do corpo e da alma, e organizadores das festividades do Jarê, trabalhadores rurais submetidos à um regime de servidão próprio de um país que estende suas marcas coloniais por séculos. Bibiana e Belonísia, suas filhas, têm seus destinos amarrados não só pelo mesmo ventre mas por uma faca guardada afetivamente como signo de resistência por sua avó, Donana: "joia preciosa que nossa avó guardava com todo seu segredo" (VIEIRA JR., 2019, p. 15). Além de fiar a língua de Belonísia, também fia intimamente sua comunicação, de modo que uma irmã passa a depender da outra para que se faça entendida pela maior parte da comunidade.

Esse trabalho prioriza como valor metodológico a *afrocentricidade* e aqui cabe fazer uma distinção de lugares. Ao decorrer da segunda metade do século XIX, o racismo se constituía como

> a 'ciência' da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do

> homem como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental" (GONZALEZ, 2020, p. 117)

A partir daí, nos pautamos na *afrocentricidade*[1], que toma como princípio a consciência sobreposta à biologia, onde "o objetivo do afrocentrista é manter o africano dentro e no centro, de sua própria história" (ASANTE, 2009, p. 97), corroborando para um fazer e pensar críticos acerca das relações étnico-raciais, para uma ciência que privilegia a história, a cultura e a ancestralidade dos povos negros a partir de si próprios, como sujeitos ativos e não como objetos, rompendo com um lugar ocidental no qual todas as outras epistemologias e cosmologias não-brancas se apresentam apenas como uma "matéria-prima" a ser lapidada pela típica razão indolente (SANTOS, 2002).

Por isso, Molefi Asante (2009) enfatiza a plena atenção à importância da localização psicológica ou cultural, no sentido afrocêntrico, avigorando o sujeito colonizado como sujeito central de sua história e assim, nega o lugar marginal ao qual foi imposto pelo olhar ocidental, que resume suas potencialidades, sistemas de crenças e cosmologias ao lugar da "superstição", no sentido pejorativo. Entretanto, é justamente destas perspectivas historicamente silenciadas que parte um fazer científico muito mais consonante com as particularidades próprias da Chapada Diamantina, tanto àquela ficcionada pela obra de Itamar Vieira Jr. quanto pela real, que é um berço muito específico de culturas indígenas e africanas nas sociedades latinas, afluências culturais que Lélia Gonzalez (2020) chama de *amefricanidade*.

Além disso, entendemos o termo *Améfrica Ladina* trazido pela autora ao nos situar perante ao contexto de dominação de espanhóis e portugueses – falantes de língua latina, daí o nome hegemônico desta América. Estes europeus ganharam sólida experiência articulando relações raciais, por meio de controles social e político violentos, desde as invasões dos mouros, no ano 711, e outros grupos étnicos como os judeus. Essas foram as sociedades vindouras para a construção da chamada América Latina, herdando as hierarquias

[1] Ver distinção dos conceitos *afrocentricidade* x afrocentrismo em Renato Noguera: https://www.geledes.org.br/colocando- conceitos-em-jogo/

impostas aos grupos não brancos que garantem os brancos como superiores e dominantes. (GONZALEZ, 2020).

Sendo assim, inspirado nesta forma de apresentar e representar o mundo, o trabalho em questão almeja contrapor a separação e a hierarquização de saberes e conhecimentos, tendo como recorte espacial a Chapada Diamantina (BA), tanto esta da ficção quanto aquela da realidade, privilegiando as narrativas da primeira, uma vez que o autor nos encoraja a uma relação intimista com a mesma. Ambas carregam uma herança afrodiaspórica singular em sua identidade, ao receber trabalhadores escravizados de diversas partes do Brasil e do continente africano, unindo-se aos povos originários da região também impostos a uma situação de servidão e devota gratidão, uma vez que uma sociedade racialmente estratificada – da formação latina desta porção da América, como veremos mais adiante – mantém os sujeitos oprimidos em lugares subalternos muito específicos, garantindo a privilégios aos brancos dominantes, visto que estes detêm valores forjados como verdadeiros e universais (GONZALEZ, 2020).

Deste modo, nascem ali conexões afroindígenas (amefricanas e ameríndias) únicas, numa fusão de saberes e crenças baseadas na cura e na terra, numa rede de solidariedade e resistência, necessárias às suas sobrevivências. Conforme nos apresenta Senna e Aguiar (1980), a Chapada é uma região que, ao longo do tempo, tornou-se berço de afluências sociais e influências culturais por se situar entre regiões com diversos costumes, visões de mundo e atitudes perante a vida, o que se desdobra não numa "cultura genética", mas numa "reciclagem interna" de quadros que se tornam específicos regionalmente e localmente. Posto isso, tratando-se de uma região de afluências humanas, Milton Santos (2017), ao teorizar acerca do que acontece com a memória e a consciência do indivíduo migrante ao se deparar com um novo lugar, um novo entorno vivido, elucida-o como "o lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual":

> Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2017, p. 329)

Não em vão, Gonzalez (1984) aponta o lugar da consciência como o lugar da alienação, do esquecimento, um lugar que encobre a verdade coletiva, ou seja, a memória. Uma vez que o indivíduo migrante se dá conta de sua nova territorialidade, recupera também a memória coletiva, numa (re)descoberta que enriquece as relações interpessoais e a ação comunicativa, e assim uma nova consciência com potencialidades de resistência e enfrentamento, à qual Milton Santos (2017) vai se referir como *consciência pelo lugar*.

Frente a tal descoberta, o espaço se dá como o teatro desta *novação* (SANTOS, 2017), pois é tanto portador de futuro e passado imediatos, como desse presente que é ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num movimento de renovação constante. Nesta dialética, "quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil" (SANTOS, 2017, p. 329); o que hegemonicamente se entende como subalternidade, na verdade se torna uma vantagem. Contudo, constrói-se uma nova realidade, uma nova forma de ser e estar no mundo, promovendo a construção de novas identidades a partir do novo lugar e do resgate da herança ancestral, da memória.

Consequentemente o presente trabalho busca de maneira ampla contribuir para subverter a ideia introjetada de que o campo e as ruralidades estão num lugar determinantemente atrasado e subalterno, sobretudo quando às costas das regiões Sudeste e Sul, psicosfera (SANTOS, 2017) a qual ainda forja uma ideia de Brasil urbano-tecnológico avançado e seus comportamentos sociais e políticos como totalidade, enxergando o que está à margem desta referência dominante apenas como partes subordinadas. A razão metonímica (SOUSA SANTOS, 2002), obcecada pela ideia da totalidade, forja um modelo a ser seguido pelas ditas partes, endossa uma hierarquia dos lugares, além de uma hierarquia racial e cultural; de tal modo, desvaloriza os conhecimentos ancestrais e as identidades indígenas, camponesas e quilombolas, que são muito mais do que tratar o corpo e a terra como ferramentas de trabalho, mas instrumentos e espacialidades intrínsecos a si próprios, fortemente ligados à natureza[2].

[2] Esta constatação nasce a partir de reflexões construídas coletivamente em espaços abertos de diálogos, dentro e fora da academia, como o PETGEO UFRRJ/IM, o Grupo de Pesquisa Terra Periférica e a Horta Universitária

De maneira específica, estima-se identificar fatos da realidade que foram ficcionalizados a partir do empirismo do autor, no que tange à construção histórica, política e social da identidade das personagens. Para tal, as festividades do Jarê narradas na obra e absorvidas de revisão bibliográfica se darão como rico arcabouço de análise do sincretismo e da religiosidade popular na formação identitária presente no Nordeste, na Chapada Diamantina (BA), e ainda, sobretudo na Fazenda Água Negra, ali localizada de forma única a partir da ficção. Sendo assim, a valorização da oralidade – que produziu a fabulação pelo autor – e conceitos como identidade, consciência e memória, sobretudo teorizados por Gonzalez (1984; 2020) e Santos (2017), se farão extremamente necessários ao analisar a formação do povo brasileiro, que carrega heranças africanas, indígenas e europeias.

Um pontual resgate histórico acerca da falta de distribuição de terras no país também se fará presente, uma vez que o trabalho visa dar luz às heranças escravistas e fundiárias que perpetuam a subjugação de trabalhadores rurais em regime de servidão, mesmo após se tornar ilegal em constituição[3]. Por fim, veremos que *Torto Arado* explicita de maneira sensível o que é ter a terra como um parente, como parte de si, como o próprio Deus, e os próprios encantados – santos e orixás – e como é se relacionar com ela de maneira física e espiritual, sem que se a tenha legalmente, manifestando a existência do paradigma que é "pertencer a algo que não se tem" e, os motivos pelos quais os povos, principalmente do campo, apenas terão sua verdadeira autonomia através da árdua e insistente luta para a realização tão estimada da Reforma Agrária.

Coletiva: Colher Urbano, comunidades caiçaras e quilombolas, aldeias indígenas e organizações e movimentos sociais do campo.

[3] Em 11 de Dezembro de 2003, foi alterado o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848 de dezembro de 1940 – Código Penal, o qual estabelece penas ao crime nele tipificado e indica as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Esta alteração passa a vigorar sob a seguinte redação: "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalho forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto."

Formação do povo brasileiro na Améfrica Ladina: Racismo por denegação e alienação dos moradores da Fazenda Água Negra (Chapada Diamantina)

Por diversas vezes a literatura de *Torto Arado* nos imerge nas narrativas das personagens em suas particularidades cotidianas, ao mesmo passo que estas, por mais individuais que nos possam soar aos primeiros contatos, revelam-se existência comum, coletiva na vida dos moradores de Água Negra. De forma mais presente, quando a obra avança, nos encontramos diante de um Brasil Profundo[4], mergulhado em suas permanências sobretudo coloniais, as quais escancaram a dolorosa atemporalidade das heranças escravocratas e fundiárias.

Dentre tais narrativas, logo podemos identificar a intimidade intrínseca com a terra, sendo ela própria parte constituinte do todo corpóreo e também espiritual, sua força, sua ancestralidade, sua parente; uma cosmovisão na contramão da ciência branca ocidental e da reprodução de sua religião monoteísta, que trata a natureza enquanto abstração como recurso servente ao ente humano, liberando seu uso como uma mercadoria, de forma reducionista e impune. Cosmovisão esta própria dos povos do campo, originários, diaspóricos e campesinos que são descredibilizados e ridicularizados ao tomar esta forma de viver como crença. Donde Bibiana, Belonísia, sua família e sua comunidade resgatam suas forças, é por onde também nos guia Krenak (2020b):

> Isso que chamam de natureza deveria ser a interação do nosso corpo com o entorno, em que a gente soubesse de onde vem o que comemos, para onde vai o ar que expiramos. Para além da ideia de "eu sou a natureza", a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento, as

[4] Pela ótica dos grandes centros urbanos, a ideia de *Brasil Profundo* chega até as pessoas de forma truncada, carregada de estereótipos e juízos de valor mal interpretados. Pelas palavras de Itamar Vieira Jr, em entrevista realizada pelo Roda Viva, na Tv Cultura: "Conhecer a realidade do Brasil mais profundo me devolveu a vontade de contar essa história. Falar do Brasil Profundo faz a gente pensar em nossas origens" Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=Mu9iUc2UHBQ. Acesso em: 18 de nov. de 2021

> nuvens são nosso espelho na vida. (KRENAK, 2020b, p. 54)

Porém tal Cosmovisão – como Ailton Krenak nos encoraja a refletir em suas diversas falas públicas e textos – própria de suas heranças ancestrais, lhes são sequestradas ao passo que sua relação com a terra é forçada a ser impermanente e tão efêmera quanto uma casa de barro que se desfaz após ações contínuas do tempo. A comunidade de trabalhadores é desautorizada a construir casas de alvenaria, de materiais que suportem o ir e vir do tempo, para que não se demarque sua permanência e vínculos com a terra; assim ao perder a força de trabalho com a velhice e as mortes que se sucedem, o povo tem suas marcas e seu histórico de presença material esvaídos daquela terra, numa tentativa de apagamento da memória. Um tipo de racionalidade onde mais importa a economia do que os humanos que a inventaram, que a move. Tal como nos diz Krenak (2020a), quando os seres humanos estão em risco, qualquer atividade econômica deveria ser considerada desimportante, porém, a sociedade construiu valores que revelam a utilidade da vida dos *seres desimportantes* apenas enquanto existe potencial laboral em seus corpos:

> Michel Foucault tem uma obra fantástica, *Vigiar e Punir*, na qual afirma que essa sociedade de mercado em que vivemos só considera o ser humano útil quando está produzindo. Com o avanço do capitalismo, foram criados os instrumentos de deixar viver e de fazer morrer: quando o indivíduo para de produzir, passa a ser uma despesa. Ou você produz as condições para se manter vivo ou produz as condições para morrer. (KRENAK, 2020a, p. 7)

Caso não se possa mais produzir, os moradores são obrigados, das mais diversas maneiras às quais em sua maioria incluem violência, a retirar-se daquele chão. O trabalhador expulso, sem chão, sem terra, sem morada, sem cultivo, é fadado à morte, produzindo as condições para morrer, pois viver na cidade significa precisar de dinheiro para suas necessidades mais básicas:

> Severo colheu assinatura para fundar uma associação de trabalhadores. Disse que precisávamos nos organizar ou, do contrário,

> acabaríamos sendo expulsos. Para muitos era impossível se imaginar longe de Água Negra. Escutei dona Tonha, em uma conversa com minha mãe, perguntar sobre o que faria na cidade: "Vou alisar calçada? Pra viver na cidade precisa de dinheiro pra tudo. Uma cebola, dinheiro. Um tempero, dinheiro (VIEIRA JR., 2019, p. 148)

Neste sentido, o romance, que por escolha perspicaz do autor está descolado de uma datação específica, resgata a realidade desde um contexto que remonta da Lei de Terras de 1850, onde a "liberdade" previamente concedida na verdade se dá como necessidade, como falta, onde os "nascidos livres" não receberão qualquer título de sesmaria, qualquer documento garantindo seu direito, não terão resguardados em lei seu acesso e permanência à terra, e assim permanecerão cativos. A manutenção da concentração das propriedades exigia a permanência de uma mão-de-obra barata e dependente, pois a mentalidade social permaneceu a mesma: não se pensava a pessoa escravizada como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho (GADELHA, 1989).

> Que os donos não se importavam de abrigar mais gente, queriam apenas que fosse de trabalho e não reclamasse da labuta. Gente que suasse de sol a sol, de domingo a domingo. Queriam gente que aguasse as hortas e transformasse a terra da fazenda em riqueza, e que não temesse ferir as mãos na colheita. Em troca, poderia se construir uma tapera de barro e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que essa morada nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que essa casa fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar — contavam nas suas romarias pelo chão de Caxangá —, podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores. (VIEIRA JR., 2019, p. 137)

Com o perdurar da terra como mercadoria, os marcadores de interdição ao pertencimento desta estavam dados: pessoas negras

não dispõem de recursos para adquirir a terra, essa coisa que ninguém deveria ter que adquirir, uma vez que evidentemente são "paridos pela terra", assim como as plantas, as rochas, os alimentos, as minhocas e os diamantes da Chapada Diamantina – estes que faziam por ampliar a sede por aquele pedaço de chão, atraindo migrantes garimpeiros que, com a decadência das pedras, logo também estariam vitimados pela servidão.

Apenas em 2003 foi implantada a lei quilombola que regulamenta o reconhecimento, delimitação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombo (decreto 4887/2003 de 20 de novembro de 2003). Por este motivo, por um longo período de tempo os moradores de Água Negra se viam obrigados a afirmarem suas identidades como indígenas, uma vez que estes, originários desta terra, e já resguardados em lei, eram tidos como pertencentes ali, ainda que da mesma maneira tivessem que "pagar" com trabalho árduo e constante por suas moradas.

Consequentemente, com a insistente interdição do acesso à terra que atravessa séculos, interdita-se também o resgate e a manutenção da memória negra, ocultando-a; este apagamento da memória é um instrumento eficaz para a supremacia branca, a qual gera uma *neurose cultural* (GONZALEZ, 2020) onde o indivíduo, num processo de recalcamento, não sabe conscientemente de onde veio, para onde vai e quais são os seus direitos nesta terra, já que foi forçado à uma hierarquia manipulada onde os seres humanos são estratificados de acordo com seu marcador racial, onde o modelo a ser projetado e almejado está sempre no lugar do branco.

Por outro lado, de acordo com Asante (1980), o branco dominante se sente psicologicamente e psicanaliticamente no direito, no gozo da opressão, no gozo da segregação, pois este racismo estrutural pautado na eurocentricidade cria subjetividades negras subalternas, alienando-as à falta de consciência não só da opressão sofrida mas também das possibilidades de vitória; intensifica as subjetividades brancas narcisísticas e manipuladoras: dá ao sujeito branco uma falsa noção de poder, sendo um falso detentor da verdade absoluta e detentor de um modelo único e universal da cultura humana.

Lélia Gonzalez (2020) vai identificar as artimanhas do racismo nesta porção Centro-Sul da América, na Améfrica Ladina: sofremos um processo de colonização distinto daquele imposto às sociedades de origem anglo-saxônica e por isso, uma formação histórico-cultural igualmente distinta, moldada pelo racismo

disfarçado, ou como a autora vai dizer, apoiada em Freud, no *racismo por denegação*. Enquanto nos Estados Unidos a segregação dos grupos não brancos se deu de forma explícita, no caso das sociedades latinas prevaleceram as teorias da miscigenação, sendo aporte para o mito da democracia racial que nega a existência de qualquer opressão neste "racismo à brasileira" (GONZALEZ, 2020).

A Améfrica Ladina compartilha similaridades ainda mais evidentes quando nossos olhares se voltam para as músicas, as danças, e sobretudo, para os sistemas de crenças presentes no continente, todos ocultados pelo véu ideológico branco que denega tais heranças, tais memórias, a um lugar recalcado por classificações igualmente brancas e etnocêntricas, como "cultura popular" e "folclore nacional", encobrindo as raízes da africanidade, as marcas da contribuição negra que são parte intrínseca do povo latino, singularmente o brasileiro.

A partir disso, entendemos como o menosprezo e a criminalização etnocida age frente à tais manifestações culturais visto que são tratadas como manifestações exóticas e primitivas de "povos selvagens" (GONZALEZ, 2020). Desse ponto entenderemos, mais à frente, como o universo místico do Jarê, de base angolana e nagô, precisou embranquecer através do sincretismo, resistindo à "religião oficial". Contudo, uma vez que a *neurose cultural* não permite que tais ações sejam vistas como violência por parte da hegemonia branca, mas sim como verdadeira exteriorização de uma superioridade dita natural, acentuam-se os efeitos da *alienação*, tão eficaz neste processo de dominação colonial a partir da *denegação* racista imposta às sociedades da dita América Latina.

Toda essa simulação de superioridade gera uma eterna noção de dívida nas formações do inconsciente, sobretudo num país cujo este é exclusivamente europeu, branco, como o Brasil. Toda noção de dívida gera uma noção de gratidão e nos desenrolares das narrativas presentes em *Torto Arado*, se torna marcante a utilidade deste processo de alienação como ferramenta de dominação, atravessando séculos e permanecendo igualmente eficaz. Com um sentimento de gratidão difundido entre os cativos daquela terra, especialmente nas gerações mais antigas a ocupá-la, perpetuava-se justamente essa estratificação imposta: "Zeca nos fez saber, em muitas oportunidades, que falar mal de quem havia nos acolhido e permitido que morássemos e dali vivêssemos era ingratidão" (VIEIRA JR., 2019, p. 97).

Zeca Chapéu Grande, como líder popular na fazenda, pai e curador de Jarê, passava à frente o que acreditava garantir suas vidas preservadas naquele lugar. Mas as gerações mais novas, com suas andanças e aprendizados, construindo redes de apoio, solidariedade e resistência com outras pessoas que vivem a mesma realidade e que também possuem a mesma origem migratória, retornam à comunidade com ideias possíveis de mudanças e subversões. Como o professor Milton Santos (2017) nos fala: a maior força do povo subalternizado está presente na sua inventividade, na criatividade própria de um ser e estar no mundo dissonante do hegemônico. Dessa forma, a exemplo de estratégias para não sucumbir às imposições dos "donos da terra" e seus encarregados, Belonísia, uma das irmãs, relata:

> Quanta gente foi adentrando na solidão de meu rancho e foi dizendo que era uma roça bonita, que era maior e mais bem cuidada que a roça de muitos homens? Se admiravam quando viam que eu trabalhava sozinha. Com os olhos, mediam meu corpo de cima a baixo, se pudessem me fariam disputar uma queda de braço com os homens, só para saber se a força para revirar a terra, para trabalhar o chão, vinha dele mesmo. Para ter certeza de que não era das forças dos encantados em que o povo acreditava. Sutério passava rigorosamente toda semana e levava o que podia. Mas não o deixava levar o melhor, como meu pai fazia por gratidão. Separava os legumes maiores para a casa, para meus pais. Só não o deixava apodrecer nos pés, de desgosto, porque achava um desrespeito com a própria terra. Mas se desse para dar aos animais, eu dava, só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu. (VIEIRA JR., 2019, p. 113)

Sobre a terra há de viver sempre o mais forte: A nova consciência dos migrantes no lugar

Quando Belonísia se refere aos "encantados", está falando dos orixás, santos e espiritualidades cultuadas no Jarê. O Jarê, pelo menos em Torto Arado, não é claramente chamado de religião pelo povo que o cultua, o que pode indicar a importância de protegê-lo enquanto cultura não branca, não oficial. O Jarê se faz narrado através de festas, contação de histórias, banquetes e celebrações, onde os encantados são os verdadeiros homenageados e participavam

ativamente, através dos corpos aos quais batizavam de cavalos, uma vez que montavam e tomavam suas rédeas, assim como feito com o animal. As brincadeiras de Jarê eram chamadas assim para proteger e resguardar a prática religiosa imbricada em sua mundividência (SENNA e AGUIAR, 1980), pois aprenderam durante séculos que deveria estar fora do alcance dos olhos jesuíticos.

O Jarê não se explica, exclusivamente, por suas condições materiais pois são praticadas justamente para atender às suas próprias subjetividades, já que a realidade em sua forma pura não dá conta, sobretudo quando se trata de uma realidade sequestrada e manipulada. Através de Senna e Aguiar (1980), entendemos que o tipo de realidade à qual os sujeitos são submetidos criam mitos, atitudes e pensamentos próprios, sendo a religião esta espécie de amálgama entre o lugar e suas condições para estar vivo, sua cultura e cosmogonia. Assim, "a religião não é, no entanto, uma segunda natureza humana, mas uma tentativa do próprio homem de explicar a sua natureza e a sua cultura, construindo idealmente uma sobrenatureza que responda aos seus anseios" (SENNA e AGUIAR, 1980, p. 83).

Sendo assim, a Chapada Diamantina, não se caracteriza por uma cultura genética, mas uma "reciclagem interna" com quadros amalgamados, exclusivos, favorecidos ao longo do tempo com o que os autores (SENNA e AGUIAR, 1980) vão chamar de afluências sociais e influências culturais, próprias principalmente de uma formação histórica da cultura econômica do garimpo de diamantes, indo ao encontro de diversas migrações internas atraídas sobretudo pelo garimpo.

Formando a sociedade local, vieram pessoas do Recôncavo Baiano, de Minas Gerais e da Região do São Francisco, muitos já imbuídos da "ideologia do jogo" das pedras preciosas e muitos já escravizados, com senhores, já com suas crenças sincretizadas:

> Os que vieram do Recôncavo Baiano traziam o candomblé de orixás (Jeje, Keto, Nagô, Banto, Angola), já os caboclos indígenas incorporados à sua cosmogonia e ao seu ritual. Os que chegaram de Minas, além dos orixás, traziam elementos de umbanda. Os que vieram do São Francisco chegaram com atitudes, pensamentos e valores do catolicismo rural. (SENNA e AGUIAR, 1980, p. 80)

Com a decadência econômica, responsável pelo despovoamento da região, minaram-se as raízes ali fincadas, cristalizando a memória social; assim como ocorreu com os garimpeiros que migraram das Minas Gerais para a nova garimpagem na Bahia, levaram consigo partes significativas de suas influências e afluências. Logo, quanto mais pessoas saíam e chegavam da região, mais interferia no processo de socialização, por vezes transmutando a memória que outrora esteve ali, em folclore para as gerações mais novas, uma vez que não mais estava ligada à sua prática cotidiana, mas sim através apenas do que se ouvia falar, por meio das contações de histórias dos mais velhos.

Santos (2017) vai dizer que "o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e uma nova formulação" (SANTOS, 2017, p. 330); o que num primeiro olhar desavisado se aponta como fraqueza é na verdade essa fusão de saberes que é o Jarê, uma força que se dá como resistência identitária ao passo que, através dele, os migrantes no lugar o fizeram como verdadeira possibilidade, verdadeiro horizonte, verdadeira resistência. É essa nova consciência que, graças às memórias do passado, consegue olhar para o futuro, e é o espaço o teatro desta descoberta. Assim, a consciência no lugar, que chega congelada com o migrante, agora se torna a *consciência pelo lugar*, em movimento e suscetível a construção de novas identidades.

Nesse processo, a ação comunicativa se dá como verdadeiro trunfo do Jarê, uma vez que, etimologicamente, nos lembra H. Laborit (1987, p. 38 apud SANTOS, 2017, p. 316), significa "pôr em comum" e são essas relações de reciprocidade que produzirão a alteridade e as diversas interpretações do existente, do espaço vivido. Além disso, é através da comunicação que os indivíduos partilham mesmos quadros de experiência e "identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum" (RODRIGUES, 1994, p. 75 apud SANTOS, 2017, p. 316).

Logo, "quanto mais instável e surpreendedor for o espaço [...] mais eficaz a operação desta descoberta" (SANTOS, 2017, p. 330), se dando através de uma inventividade, assim podemos concluir, própria de sua força, sua bagagem cultural e acima de tudo, da luta pela reprodução da vida, de sua sobrevivência. O Jarê é a rica síntese das heranças e memórias ameríndias e amefricanas que se dá nestes lugares opacos, é a resistência própria de um Brasil Profundo que está às costas de uma centralidade de poder a qual impõe a

homogeneização de consumo, pessoas, culturas, afetos e espiritualidades.

Considerações Finais

Aqui pudemos construir caminhos para entender como o imaginário brasileiro se perpetua de forma nociva ao determinar lugares subalternizados para a maior parte de sua população, à qual não se enquadra e sobretudo, não se interessa em manter-se no lugar forjado pela supremacia branca. É através da resistência cultural em suas diversas formas, especialmente porque produz novas subjetividades, novos significados, que vemos como o lugar é a escala propícia para a transformação dessa realidade, pois se relaciona dialeticamente com o globo. Esse diálogo entre escalas promove assim uma (contra)racionalidade mediada pelos símbolos e pela ação comunicativa ao mesmo passo que é dotado de uma inventividade própria das constantes lutas pela reprodução da vida.

É interessante concluirmos que a construção da identidade do campesinato, especialmente brasileiro, se faz através do movimento, não é uma coisa estagnada, parada no tempo, na história, mas se dá justamente pois novas identidades estão latentes a se erguer para a produção de novas dinâmicas espaciais. A identidade Jarê se faz pelas trocas que atravessam o espaço-tempo e, sobretudo, se refaz constantemente pela construção de novas geografias – e histórias –, profundamente pautadas por suas redes de solidariedade, apoio e por novas possibilidades de vitória.

Referências

ASANTE. Molefi K. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org). **Afrocentricidade**: Uma Abordagem Epistemológica Inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4), p. 93-110.

CASTRO, Júlia Fonseca de. Geografia e Literatura: da aproximação ao diálogo. *In*: **Geografia, Literatura e Arte**: epistemologia, crítica e interlocuções. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. p. 332-347.

GADELHA, Regina Marta d'Aquino Fonseca. **A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão**: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan./jul. 1989.

GONZALEZ, Lélia. A categoria polítíco-cultural de amefricanidade. *In*: **Por um feminismo afro-latino- americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciência Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

SANTOS, Milton. O Lugar e o Cotidiano. *In*: **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 313-330.

SOUSA SANTOS. Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado / Boaventura de Sousa Santos, (org.). - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

SENNA, Ronaldo. AGUIAR, Itamar. Jarê: instalação africana na Chapada Diamantina. *In*: **Revista Afro-Ásia**: Centro de Estudos Afro-Orientais UFBA, 13. Ed. 1980.

VIEIRA JR., Itamar. Torto Arado. Editora Todavia, São Paulo, 2019.

Submetido em: 09 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 14 de agosto de 2022.
Aprovado em: 27 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

PIRES BASTOS, M. E. Enquanto a terra não for livre, eu também não sou: o jarê da Chapada Diamantina (BA) como resgate da memória em Torto Arado . Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 741–758, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2288.

A GEOGRAFIA DO LATIFÚNDIO NO BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÂMICAS DE USO E PROPRIEDADE DA TERRA

THE GEOGRAPHY OF LATIFUNDIES IN THE BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DYNAMICS OF LAND'S USE AND PROPERTY

LA GEOGRAFÍA DEL LATIFUNDO EN EL BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÁMICAS DE USO Y PROPIEDAD DE LA TIERRA

LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
leandro.cavalcante@hotmail.com

FRANCISCO RICARDO LEITE SILVA
Universidade Estadual do Ceará
rricardo.leite@aluno.uece.br

ERIVALDO PAIVA MARTINS
Universidade Estadual do Ceará
erivaldo.martins@aluno.uece.br

Resumo:
O Baixo Jaguaribe, localizado no leste do Ceará, comporta diferentes configurações agrárias responsáveis por fazer dessa região um celeiro de amplas disputas por terra. A análise da questão agrária jaguaribana aponta para a existência de distintos períodos marcados pelo desenvolvimento de atividades intensivas no uso e na propriedade da terra, responsáveis por configurar a geografia do latifúndio da região, verificando-se a hegemonia de grandes fazendas que cumprem a função de assegurar a permanência do latifúndio e das relações de mando e dominação no espaço agrário regional. Nesse sentido, busca-se desvelar a geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe a partir da compreensão de sua questão agrária mediante análise da propriedade da terra por parte das maiores fazendas presentes na região. A metodologia considerou atividades de levantamento bibliográfico e análise de dados. Com a consecução da pesquisa, comprova-se que o latifúndio ocupa uma posição central na questão agrária do Baixo Jaguaribe, ao revelar relações de poder e usos da terra que coadunam com os interesses dos latifundiários que exercem o controle fundiário regional.

Palavras-chave: Latifúndio, Questão Agrária, Baixo Jaguaribe.

Abstract:
The Baixo Jaguaribe, located in the east of Ceará-Brazil, has different agrarian configurations that make this region a place of land disputes. The analysis of the Jaguariban agrarian question points to the existence of different periods marked by the development of intensive activities in the use and property of land, responsible for configuring the geography of the latifundio. The hegemony of large farms is observed by the permanence of latifundio and relations of command and domination in the regional agrarian space. It seeks to investigate the geography of latifundio in Baixo Jaguaribe from the understanding of its agrarian question through the analysis of land property by the big farms present in the region. The methodology considered bibliographic and quantitative survey activities. The research concluded that the latifundia occupy a central position in the agrarian question of Baixo Jaguaribe.

Keywords: Latifundio, Agrarian Question, Baixo Jaguaribe.

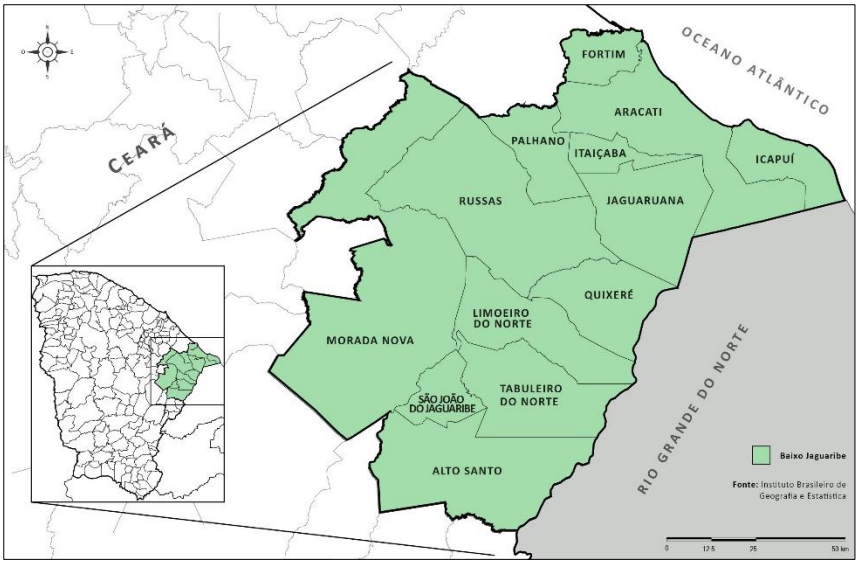
Resumen:
El Baixo Jaguaribe, ubicado en Ceará - Brasil, tiene diferentes configuraciones agrarias responsables de hacer de esta región un lugar de amplias disputas por la tierra. El análisis de la cuestión agraria jaguaribana apunta a la existencia de diferentes períodos marcados por el desarrollo de actividades intensivas en el uso y propiedad de la tierra, responsables de configurar la geografía del latifundio de la región. En este sentido, buscamos develar la geografía del latifundio en el Baixo Jaguaribe desde la comprensión de su cuestión agraria a través del análisis de la propiedad de la tierra por parte de las mayores haciendas presentes en la región. La metodología incluyó actividades de levantamiento bibliográfico y análisis de datos. Con la investigación, se comprueba que el latifundio ocupa una posición central en la cuestión agraria del Baixo Jaguaribe, al revelar las relaciones de poder y los usos de la tierra de acuerdo con los intereses de los terratenientes que ejercen su control.

Palabras-clave: Latifundio, Cuestión Agraria, Baixo Jaguaribe.

Introdução

O Baixo Jaguaribe, localizado no leste do Ceará (figura 1), é uma região múltipla, diversa, plural e heterogênea, que comporta distintas configurações agrárias responsáveis por fazer desse território um celeiro de amplas disputas de modelos de desenvolvimento para o campo.

Figura 1: Mapa de localização da região do Baixo Jaguaribe.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Coexistem na região, não de maneira harmoniosa, comunidades rurais de agricultores camponeses, acampamentos sem-terra, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, vilas de pescadores do rio e do mar, empresas nacionais e multinacionais do agronegócio da fruticultura, perímetros irrigados, fazendas de carcinicultura, empresas de mineração, fazendas de pecuária, parques de energia eólica e solar, entre outros, responsáveis por compor o quadro agrário da região e dotá-lo de uma dinâmica própria e difícil de ser apreendida em sua plenitude, conforme assegurado

por Cavalcante (2019, p. 130) e evidenciado por autores como Soares (1999, 2000), Pinheiro (1999), Alencar (2000), Freitas (2010), Rigotto *et al.* (2012) e Alves (2012), entre outros.

Essas distintas territorialidades também apontam para diferentes formas de uso e propriedade da terra, o que diversifica e intensifica a questão agrária jaguaribana. A análise da questão agrária do Baixo Jaguaribe, desde o início de sua formação territorial até a contemporaneidade, aponta para a existência de distintos períodos marcados pelo desenvolvimento de atividades intensivas no uso da terra, consideradas como vetores de reconfiguração da dinâmica agrária da região. Entre essas atividades estão: pecuária extensiva; produção de algodão; extração de carnaúba; agronegócio da fruticultura; carcinicultura; mineração; geração de energia eólica e solar; agricultura irrigada.

Tais atividades expressam diferentes períodos que delimitam a história agrária do Baixo Jaguaribe, possuindo formas específicas de relações sociais de produção e de trabalho, de uso, posse e propriedade da terra, de produção do espaço e de organização do território, responsáveis, todas elas, por configurar a atual geografia do latifúndio da região. De certo, o que há em comum nessas atividades é a presença do latifúndio, visto que a concentração fundiária é uma das marcas principais dos processos de uso e propriedade da terra na região. Por todo o Baixo Jaguaribe nota-se a hegemonia de grandes fazendas que cumprem a função de assegurar a permanência do latifúndio e das relações de mando e dominação no espaço agrário jaguaribano.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, divulgados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR, 2020), apontam que apenas as 20 maiores propriedades localizadas na

região somavam quase 100 mil hectares (95.198,14 ha). Esse é o registro evidente de que o latifúndio continua sendo uma expressão das relações de classe e de poder e que, fundamentalmente, não há como discutir a questão agrária do Baixo Jaguaribe sem atentar para sua particular geografia do latifúndio, seja em qual período for e independente da atividade produtiva predominante.

O referido processo nos remete sobretudo à reconfiguração dos territórios pela instalação e perpetuação do latifúndio, que se configura como elemento central na (re)produção do espaço regional jaguaribano, que muitas vezes não é de conhecimento de todos, demandando a realização de estudos que consigam apreender o papel da permanência do latifúndio na configuração da questão agrária. Nesse sentido, por meio deste trabalho, espera-se esmiuçar a geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe, a partir da compreensão das dinâmicas de uso e propriedade da terra por parte das maiores fazendas localizadas na região, alicerçadas no latifúndio e na concentração fundiária.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho[1] será investigar a dinâmica fundiária relacionada à questão agrária do Baixo Jaguaribe, de modo a evidenciar sua particular geografia do latifúndio, a considerar os seguintes objetivos específicos: i) identificar os maiores latifúndios da região jaguaribana; ii) traçar tipologias de uso e propriedade da terra e de concentração fundiária; iii) caracterizar os principais agentes responsáveis pela dinamização da questão agrária; iv) verificar o papel do latifúndio na configuração agrária regional.

[1] Trata-se da síntese dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2020 e 2021 na Universidade Estadual do Ceará (campus de Limoeiro do Norte), o qual pode ser consultada na íntegra em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

Metodologia

A metodologia adotada comportou as seguintes atividades principais, realizadas por vezes concomitantemente: i) levantamento bibliográfico e leitura de textos; ii) levantamento quantitativo; iii) tabulação e sistematização de dados fundiários; iv) redação de sínteses e análise de dados. Cabe ressaltar que se justifica a não realização de uma série de outras atividades inicialmente previstas, a exemplo de trabalhos de campo e observação *in loco* do cenário de latifundiarização, em virtude do contexto de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, que impossibilitou a condução de procedimentos presenciais da pesquisa.

O levantamento bibliográfico consistiu na busca por livros, artigos, teses, dissertações, monografias e periódicos, entre outras publicações acadêmicas, que tratassem de assuntos pertinentes ao desenvolvimento teórico da pesquisa, versando sobre temas como: latifúndio, concentração fundiária, questão agrária, relações de poder no campo, uso e ocupação da terra, questão agrária do Baixo Jaguaribe. Tal levantamento foi realizado em plataformas digitais de pesquisa, a exemplo do Google Acadêmico e do Portal de Teses da CAPES. Posteriormente, os textos foram selecionados e lidos de acordo com os objetivos da investigação.

Já o levantamento quantitativo centrou-se na busca por dados oficiais disponibilizados por órgãos públicos que versam sobre a questão agrária do Baixo Jaguaribe. Elencou-se como referência principal o conjunto de dados sistematizados e divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), especificamente através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que se converteu na principal fonte de dados para a pesquisa, uma vez que apresenta dados fundiários acerca dos

estabelecimentos rurais de todos os 13 municípios do Baixo Jaguaribe. O levantamento de dados fundiários junto ao SNCR possibilitou identificar os latifúndios da região, os nomes dos proprietários, as localizações das fazendas e a quantidade de hectares. Adverte-se que se trata de dados autodeclarados pelos próprios donos dos imóveis, podendo haver falhas, omissão e/ou subnotificação das informações repassadas ao INCRA, que não possui um mecanismo de verificação e autenticação das informações.

Após o levantamento junto ao SNCR, realizou-se a tabulação e a sistematização dos dados, organizados em planilhas do Excel, distribuídos em dois eixos principais: a) dados referentes aos latifúndios do Baixo Jaguaribe, expressando a propriedade da terra, por região e por municípios; b) dados referentes às tipologias dos latifúndios, expressando o uso da terra, por região e por municípios. Posteriormente, todos os dados foram analisados à luz da teoria e das obras lidas durante o processo da pesquisa.

Finalizadas as etapas precedentes, foram produzidos tabelas e quadros sobre os latifúndios do Baixo Jaguaribe, permitindo contemplar os objetivos propostos com a pesquisa. Para a análise dos dados, foi importante consultar portais *on-line* de notícias e de divulgação de informações empresariais a fim de complementar a caracterização das empresas e dos latifundiários, registrando-se busca em portais como Econodata, Diretório do Brasil, Empresas do Brasil, Jus Brasil, Consulta CNPJ e Consulta Sócio.

Notas sobre a natureza do latifúndio no Brasil

A presença do latifúndio está no cerne da questão agrária brasileira, remontando aos tempos coloniais, quando a posse de grandes parcelas de terra passou a ser a regra no processo de

recolonização do país, com reflexos que se estendem para a contemporaneidade, já que essa ainda continua sendo a fórmula encontrada para a continuidade do problemático quadro agrário no Brasil, com poucas alterações ao longo dos séculos, segundo discorrido por Oliveira (2020). O latifúndio anuncia nítidas relações de poder que evidenciam a permanência do atraso, descrito por Martins (1994), no âmago da formação territorial e da expansão e reprodução do capitalismo no campo no Brasil, onde proprietários de terra e de capital se uniram para expressar sua força política com vias a perpetuar a hegemonia burguesa nos rumos do futuro da nação, conforme asseguram Andrade (1980) e Martins (1995).

Entende-se o latifúndio como uma grande extensão de terras controlada por pessoas ou grupos os quais, por berço ou por concessão, detêm a sua propriedade. No latifúndio são perceptíveis os processos de exploração e monopólio da terra, regida sob pouco ou nenhum empenho de preservação ambiental, como evidenciado na destruição de territórios e florestas, levando à extinção de espécies e culturas e provocando declínio da biodiversidade, através de ações como queimadas e desmatamentos (MEDEIROS, 2012). Tais ações são pautadas na busca do desenvolvimento econômico e do lucro imediato, que procuram anular outras formas de sociabilidade no campo, a exemplo do campesinato. Com isso, os acirrados conflitos agrários se fortalecem, já que a terra vista como um bem comum é transformada em mercadoria pelo capital.

Nesse sentido, Cunha (2016, p. 203) diz que desde a Colônia até a República "a concentração da propriedade da terra é a marca fundamental da estrutura agrária e da acumulação capitalista no Brasil, bem como da formação das classes dominantes locais", isso porque a "terra continua sendo sinônimo de poder e riqueza

concentrados nas mãos de poucos", segundo pondera Alentejano (2012, p. 745). Intimamente associado à concentração fundiária está o latifúndio, que permanece, ainda hoje, como símbolo de "relações de exploração e opressão" (MEDEIROS, 2012, p. 450) e enquanto "expressão de relações de mando e de dominação" (BRUNO, 2009, p. 218). Desse modo, para Andrade (1980, p. 15), quando se estuda a questão agrária, o problema central a ser considerado é justamente a forma como se acessa e se distribui a propriedade da terra.

O processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil está fortemente fundamentado em raízes de caráter capitalista. A estrutura social brasileira marcada por desigualdades econômicas, sociais e fundiárias, inserida em um sistema capitalista de produção, revela a subalternidade de grande parcela de trabalhadores, onde a terra é simplesmente utilizada como fonte de mando e dominação de massas, inclusive sendo usada como "produto" propulsor da dinâmica econômica e rentista. Segundo Oliveira e Faria (2009), o domínio privado das terras brasileiras atua como processo concentrador de riquezas e produtor de desigualdades. Assegura-se, portanto, que o latifúndio está na gênese dos problemas sociais historicamente recorrentes no Brasil.

Na análise da formação da propriedade privada no Brasil, é pertinente evidenciar o latifúndio como um elemento central na construção e reprodução do território, na qual está profundamente associado à propriedade da terra, conforme discutido por Oliveira (2020). De acordo com Leite (2018, p. 11), "desde a colonização portuguesa, o acesso à terra foi controlado de maneira a restringi-lo às classes dominantes". Assim, a terra, como mercadoria, tornou-se produto do capital e geradora do desequilíbrio social denotando um modelo antidemocrático, patriarcal, racista, concentrador e

excludente na formação do território brasileiro, que consolidou as elites políticas e as oligarquias agrárias. Projetou-se um modelo de propriedade da terra que assegurou o poder político dos grandes proprietários sobre as classes marginalizadas e subalternas, na medida que assegurou os interesses dos latifundiários.

Corroborando com esse debate, Alentejano (2011, p. 71) assegura que "a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera" está entre as principais dinâmicas que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século, as quais exigem grande esforço de investigação e compreensão. Infere-se que a permanência do latifúndio, e logo da concentração fundiária, implica no direcionamento atribuído aos usos e ao controle da terra, entendida enquanto um bem natural transformado em recurso produtivo pela sociedade e em mercadoria pelo capital, que passa a ser apropriada sem muitas ressalvas.

Investigar a questão agrária brasileira é, antes de mais nada, desmascarar o grande latifúndio, que de forma sagaz, violenta e opressora orquestra grandes impactos no país, sejam eles de ordem social, econômica, política, territorial e/ou ambiental. Em vista disso, é oportuno considerar as diversas faces da questão agrária, pois conforme Cavalcante (2019, p. 28), o retrato da "questão agrária [...] indica a urgência de um país que se dá o direito de permitir que haja concentração de terras ao mesmo tempo em que sua população passa fome". Em concordância com Stedile (2012), a questão agrária brasileira pode ser compreendida por meio dos estudos sobre as formas de uso, posse e propriedade da terra, permeadas pela presença do latifúndio.

A concentração fundiária brasileira é condicionante para o agravamento de desemprego, fome, desigualdade e violência no

campo, segundo denunciado por Paulino (2011), Alentejano (2011), Medeiros (2012) e Delgado (2018). Acerca disso, Sauer (2016) nos alerta que a questão da terra na atualidade é um dos debates fundamentais, tendo em vista que é um grande elemento na produção econômica e reprodução da vida. Uma variável importante na estrutura agrária brasileira e reveladora dos transtornos sociais é a distribuição e organização da estrutura fundiária. Trata-se de uma distribuição desigual e excludente, que privilegia os grandes latifundiários e empresários de diversos ramos. Em concordância com isso, somam o legislativo, o judiciário e o executivo, que juntos formam um arranjo perfeito para a reprodução capitalista.

Quando Talaska (2016) pergunta se "ainda existem latifúndios no Brasil", fica nítida a preocupação da autora em problematizar a permanência da estrutura latifundiária no campo brasileiro, em contraponto a discursos políticos, midiáticos e acadêmicos que defendem que não há mais latifúndio no país. Apesar desse discurso, nota-se que a latifundiarização, entendida enquanto o processo de (re)produção de latifúndios, continua e é reforçada na contemporaneidade, particularmente mediante inserção de novas atividades cujo alicerce principal está na manutenção do latifúndio, como observado no Baixo Jaguaribe, a ser discutido na sequência.

A presença e o tamanho do latifúndio no Baixo Jaguaribe

A história agrária brasileira evidencia uma enorme carga de injustiças e acentuadas desigualdades, historicamente direcionadas às classes marginalizadas, já privadas de vários direitos constitucionais. Para isto, entender a questão agrária de qualquer espaço é de certo compreender as dinâmicas referentes ao uso, a posse e a propriedade da terra. A região do Baixo Jaguaribe, lócus do

estudo, é reflexo da questão agrária desigual do país. O território jaguaribano é definido essencialmente pela figura do grande latifundiário, da atuação de empresas nacionais e transnacionais, do papel do Estado e das lutas e resistências camponesas, conforme discutido por Marinho (2010), Rigotto (2011), Freitas (2010), Silva (2014), Araújo (2016) e Cavalcante (2019).

Assegura-se que a concentração de terra e o processo de latifundiarização atestam a permanência da temática da questão agrária na ordem do dia no Baixo Jaguaribe, sobretudo diante dos conflitos fundiários advindos do quadro de negação sistemática do direito à terra na região e face à recorrentes invasões de terra dos camponeses por parte dos grandes proprietários. Nesse sentido, com a finalidade de entender a questão agrária dessa região, é preciso nos reportar à história gradual da terra e do latifúndio. A estrutura agrária regional se processa de maneira concentrada nas mãos daqueles que exercem certa influência social, econômica e política nesse território, acirrando as desigualdades e os conflitos no campo.

O Baixo Jaguaribe é um território marcado pela perpetuação dos latifúndios de diferentes setores, que progressivamente reconfiguram a dinâmica agrária da região. As formas de uso e propriedade da terra, especificamente, se estabelecem de maneira diversificada, mas que reforçam a presença da concentração fundiária. A análise dos dados autodeclarados ao SNCR/INCRA (2020) acerca da mensuração de todos os latifúndios do Baixo Jaguaribe, à escala da região, nos apresenta um importante panorama da concentração fundiária e do uso e propriedade da terra. Essa interpretação possibilita um olhar mais ampliado para a dinâmica fundiária da área aqui analisada.

Foram considerados os dados de todos os 13 municípios da região, cuja análise inicial centrou-se na identificação dos maiores latifúndios contínuos, ou seja, naquelas grandes fazendas contínuas não parceladas existentes em cada um dos municípios. Posteriormente, foram considerados também as informações referentes aos "latifúndios totais", levando em consideração a soma das fazendas descontínuas (que pertencem aos mesmos proprietários, mas apresentam-se de modo parcelado, em um ou mais municípios) e as fazendas contínuas, considerando a área total acima de 1.000 hectares, de modo a revelar a configuração fundiária da região. Apesar dos municípios contarem com diferentes módulos rurais, elencou-se o tamanho de 1.000 hectares como representativo da presença do latifúndio no espaço agrário regional.

Mediante análise dos dados, constatou-se uma grande quantidade de estabelecimentos presentes na região, num total de 33.255 imóveis, de tamanhos os mais diversos. Apesar disso, chama atenção a presença de apenas 64 estabelecimentos que passam dos 1.000 hectares contínuos, num total de 154.480,47 hectares, quando somados (quadro 1). Isso quer dizer que apenas 64 fazendas ocupam mais de 150 mil hectares, o que por si só já assegura o elevado grau de concentração fundiária, que pressupõe também concentração de água, de poder e de capital. São 64 latifúndios contínuos, cujas propriedades excedem os 1.000 hectares, algumas das quais que pertencem aos mesmos donos ou a membros de uma mesma família.

Dentre esses latifúndios contínuos, três propriedades passam dos 10 mil hectares, somando quase 40 mil hectares, a saber: Esperança Agropecuária (em Russas) e Copan Agroindustrial (em Aracati e Icapuí), que são as maiores fazendas de todo o Baixo Jaguaribe, centradas em atividades agropecuárias e de posse de

influentes grupos empresariais do Ceará, a primeira do Grupo Edson Queiroz e a segunda do Grupo J. Macêdo. São, de longe, os maiores latifúndios da região. A lista segue com demais propriedades de posse de latifundiários com relativo poderio econômico e político em seus municípios e com empresas de distintos setores que atuam na região.

Quadro 1: Relação dos latifúndios contínuos acima de 1.000 hectares no Baixo Jaguaribe.

Área total (ha)	Titular	Município
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	Russas
12.487,85	Copan Agroindustrial Ltda	Aracati
11.619,95	Copan Agroindustrial Ltda	Icapuí
7.012,20	Clidenor Regis de Melo	Alto Santo
5.120,90	José Machado Nogueira	Alto Santo
4.611,97	Meri Pobo Agropecuária Ltda	Jaguaruana
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	Morada Nova
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	Aracati
3.622,60	Aloísio Diógenes Pessoa	Alto Santo
2.991,93	Túlio Rosemberg Lima Ferreira	Jaguaruana
2.730,20	Agropecuária e Industrial Machado S/A - Agrima	Morada Nova
2.636,60	José Machado Nogueira	Alto Santo
2.630,66	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	Quixeré
2.541,00	João Agostinho da Cunha	Quixeré
2.531,47	Itatiba Mineração Ltda	Quixeré
2.400,00	Francisco Júlio Marinho	Tabuleiro do Norte
2.267,99	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
2.220,35	Tales Ribeiro de Oliveira	Quixeré
2.070,68	Agrícola Famosa Ltda	Quixeré
2.028,12	Eugênio Pacelli Torres	Alto Santo
2.028,12	Fernando Torres	Alto Santo
2.028,12	Paula Frassinetti Torres	Alto Santo
1.997,80	Aloísio Diógenes	Alto Santo
1.961,10	Metaneide Ltda	Limoeiro do Norte
1.818,35	Francisco Ozail Mateus	Itaiçaba
1.775,00	Jaime Nogueira Diógenes	Alto Santo
1.751,50	Jaime Tomaz de Aquino	Palhano
1.550,20	Dantas Empreendimentos Agropecuários Ltda	Quixeré
1.543,20	Nodge Nogueira Diógenes	Alto Santo
1.536,70	Sebastião Cavalcante Maia	Morada Nova
1.534,71	Metaneide Ltda	Limoeiro do Norte
1.509,90	Maria Diógenes Saldanha Muniz	São João do Jaguaribe
1.465,47	Joaquim Nogueira Bessa	Alto Santo
1.418,20	Lira Maia Holanda	Alto Santo
1.402,10	Manoel Gonçalves da Silva	Alto Santo
1.393,00	Compescal Comércio de Pescado Aracatiense Ltda	Aracati
1.364,00	Carbomil Agropecuária S/A	Tabuleiro do Norte
1.329,90	Humberto Fontenele	Morada nova

1.297,70	José Wagner Juca Pereira	Quixeré
1.254,10	João Batista Evangelista	Russas
1.247,85	Granja Josidith Ltda	Morada Nova
1.247,54	Fazenda Rinascente Ltda	Fortim
1.242,10	Maria Delourdes da Silva	Palhano
1.241,72	Solon José da Silva	Russas
1.240,70	Arisa Agroindustrial e Reflorestadora S/A	Icapuí
1.240,40	José Ferreira da Silva	Morada Nova
1.236,30	Alfredo Costa Lima Valente	Aracati
1.229,89	Agrícola Famosa Ltda	Aracati
1.168,00	Fernando Antônio Ferreira Theorga	Russas
1.160,02	Joaquim Rodrigues de Lima	Quixeré
1.136,60	Antônio José de Santiago Pontes	Russas
1.124,10	Imobiliária Independência Ltda	Morada Nova
1.121,90	Júlio Martins da Costa	Morada Nova
1.113,81	Joaquim Rodrigues de Lima	Quixeré
1.095,52	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
1.088,50	Hermenegildo Oliveira de Carvalho	Jaguaruana
1.084,00	Associação Comunitária de Lagoa Salgada	Fortim
1.082,40	Granja Paiquere Ltda	Morada Nova
1.070,61	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
1.054,20	Agrocamp Agro Industrial Campestre	Limoeiro do Norte
1.047,51	Antônio Everardo da Silva Pitombeira	Russas
1.019,60	Germano Pessoa Jucá Pereira	Quixeré
1.016,70	Walter Diógenes	Alto Santo
1.013,20	Agropecuária Abel Martins Ltda	Morada Nova

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Outro elemento de relativo destaque no quadro fundiário do Baixo Jaguaribe é a notável concentração fragmentada de terras, que ocorre quando um só proprietário possui inúmeras fazendas, que podem estar no mesmo município ou em municípios distintos, conforme relatado por Cavalcante e Fernandes (2008). Ambos os casos evidenciam a estratégia de "expandir para concentrar", sendo patente a existência de proprietários fundiários que atuam em diferentes fazendas e municípios com o objetivo principal de assegurar o controle de uma quantidade maior de terras, como é o caso particularmente de algumas grandes empresas do agronegócio e da mineração, a exemplo de Agrícola Famosa, Meri Pobo, Carbomil, Metaneide, Agropaulo, Itatiba, Bessa e Itaueira, com 93 fazendas localizadas em 9 municípios e somando 40 mil hectares.

Os dados do SNCR/INCRA (2020) revelam que há 51 proprietários latifundiários que possuem mais de uma fazenda no Baixo Jaguaribe, sendo 306 imóveis ao todo, os quais chegam a mais de 140 mil hectares. Dentre esses casos, chama atenção a empresa Agrícola Famosa, que possui 23 fazendas dispersas por 6 municípios distintos, que somam juntas 8.211,22 hectares. Também merece destaque o caso da Copan Agroindustrial, cujas duas fazendas chegam a 24.107,80 hectares, de longe o maior estabelecimento fundiário da região.

Esse processo assevera a proeminência dos chamados "latifúndios descontínuos" e seu peso na estrutura fundiária regional, além de indicar uma interrelação entre os municípios no que tange aos principais vetores de pressão fundiária, que embora possuam particularidades próprias, se inserem num mesmo contexto regional de dinâmicas de uso e propriedade da terra.

Já quando analisados os dados dos latifúndios totais, considerando os contínuos e os descontínuos, verifica-se a existência de relativamente poucos proprietários que concentram uma grande quantidade de terras no Baixo Jaguaribe, mas que evidenciam a exacerbada concentração fundiária na região.

Dentre os maiores, ou seja, que passam dos 1.000 hectares, são 87 proprietários que controlam 220.806,84 hectares na região, distribuídos em 342 propriedades (quadro 2), sendo que apenas 10 delas passam dos 4 mil hectares, mas que por sua vez concentram juntas um total de 88.281,85 hectares. Isso quer dizer que aproximadamente 220 mil hectares são controlados por somente 87 latifundiários; desse total, mais de 100 mil hectares pertencem a apenas 12 proprietários. Nesse quadro geral de latifundiários há todo

perfil de empreendimentos, mas com destaque para aqueles centrados na agropecuária.

Verifica-se que, quando somadas, as áreas de três proprietários se destacam diante do quadro fundiário da região, particularmente em virtude de sua vasta extensão. São propriedades controladas por três empresas do agronegócio: Copan Agroindustrial, com 24.107,80 hectares, seguida por Esperança Agropecuária, com 15.628,84 hectares, e Agrícola Famosa, com 8.211,22 hectares. Copan, Esperança e Agrícola são os três maiores proprietários fundiários de todo o Baixo Jaguaribe, seguidos por seis latifundiários (José Machado, Clidenor, Aloísio, Maria Delourdes, Tales e Túlio) e por nove empresas do agronegócio (fruticultura e pecuária) e da mineração, a saber: Meri Pobo, Metaneide, Agropaulo, Itatiba, Monasa, Anna Purna, Bessa, Carbomil e Itaueira.

Quadro 2: Relação dos maiores latifúndios totais do Baixo Jaguaribe, acima de 3 mil hectares.

Área total (ha)	Titular	Imóveis	Municípios	Atividades principais
24.107,80	Copan Agroindustrial Ltda	2	Aracati e Icapuí	Agropecuária
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	1	Russas	Agropecuária
8.211,22	Agrícola Famosa Ltda	23	Quixeré, Aracati, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Russas	Fruticultura
7.757,50	José Machado Nogueira	2	Alto Santo	Agropecuária
7.012,20	Clidenor Regis de Melo	1	Alto Santo	Agropecuária
5.972,95	Meri Pobo Agropecuária Ltda	14	Jaguaruana, Russas e Limoeiro do Norte	Fruticultura
5.773,15	Metaneide Ltda	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Agropecuária e Energia
5.538,04	Agropaulo Agroindustrial S/A	6	Jaguaruana	Agropecuária
4.144,65	Itatiba Mineração Ltda	3	Quixeré	Mineração
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	1	Morada Nova	Pecuária
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	1	Aracati	Fruticultura
3.787,28	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	10	Quixeré e Tabuleiro do Norte	Fruticultura
3.741,90	Carbomil Agropecuária S/A	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Mineração
3.622,60	Aloísio Diógenes Pessoa	1	Alto Santo	Agropecuária

3.397,59	Maria Delourdes da Silva	3	Palhano e Russas	Agropecuária
3.109,53	Tales Ribeiro de Oliveira	5	Quixeré, Russas e Limoeiro do Norte	Agropecuária
3.059,32	Itaueira Agropecuária S/A	11	Aracati, Palhano e Morada Nova	Fruticultura
3.032,71	Túlio Rosemberg Lima Ferreira	2	Jaguaruana	Agropecuária

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

De modo geral, os dados evidenciam o ainda patente quadro de concentração fundiária no Baixo Jaguaribe, face a desiguais mecanismos de acesso e permanência na terra, observados através de um quantitativo muito grande de pessoas sem-terra ou com pouca terra. Percebe-se também que a concentração fundiária no Baixo Jaguaribe, apesar da presença de outros vetores, gira em torno da territorialização do agronegócio, em atividades como fruticultura e pecuária, responsáveis por difundir uma conjuntura agrária particularmente difícil para aqueles que retiram da terra o sustento de suas famílias, diante da grave e feroz corrida por terras por parte das empresas do agronegócio.

Essa é uma das faces da dinâmica agrária do Baixo Jaguaribe, onde o latifúndio continua a se reproduzir de modo a direcionar sobremaneira os rumos do uso, da posse e da propriedade da terra, ao passo que acirra os conflitos fundiários e as desigualdades sociais.

Tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe

A análise dos proprietários fundiários do Baixo Jaguaribe contempla grande diversidade de agentes, de diferentes tamanhos e formas de uso e propriedade da terra. Para ilustrar esse cenário, recorremos a uma tipologia de estabelecimentos contemplando empresas com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) ativo e instituições que possuem propriedades rurais, a exemplo de institutos de reforma agrária e associações de produtores, entre

outras. Para fins metodológicos, privilegiou-se apenas aqueles estabelecimentos registrados como pessoa jurídica junto ao SNCR/INCRA, a fim de facilitar a identificação de seu ramo de atuação e traçar meios para a compreensão do quadro fundiário da região, excluindo-se os proprietários individuais (pessoas físicas).

Com a análise de todos os imóveis autodeclarados ao INCRA nos 13 municípios da região, chegou-se a um total de oito tipologias de uso e propriedade da terra, considerando apenas aqueles indicados como pessoa jurídica. As tipologias contemplam os seguintes segmentos: agropecuária (agricultura e pecuária); fruticultura (produção de frutas); aquicultura (carcinicultura e piscicultura); extração (mineração e extração de sal e petróleo); terras públicas (assentamentos de reforma agrária); imóveis (imobiliárias e construtoras); coletivo (associações, sindicatos e cooperativas); outros (empresas e organizações diversas). A adoção desse procedimento de coleta e análise dos dados possibilitou inferir conclusões importantes a partir do cadastro do SNCR.

Os resultados apontam um total de 256.387,50 hectares inseridos nas oito tipologias principais de uso e propriedade da terra (quadro 3), totalizando 430 imóveis. Tais dados demonstram grande diversidade de agentes que se fazem presentes no espaço agrário do Baixo Jaguaribe, bem como evidenciam outros vetores de dinamização da questão agrária regional para além apenas do setor relacionado à agropecuária. Registrou-se a presença de pessoas jurídicas pertencentes a setores como mineração, energia eólica, energia solar, hotéis, loteamentos urbanos, imobiliárias, construção civil, cooperativas, associações, assentamentos, extração de sal e petróleo, bancos, cerâmicas, postos de gasolina, entre outras, que igualmente se configuram enquanto vetores de pressão fundiária.

Quadro 3: Tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe, por área total.

Nome da Tipologia	Área total (ha)	Quantidade de Imóveis
Pública	105.198,88	47
Agropecuária	70.916,64	62
Fruticultura	33.354,35	86
Outros	11.758,85	87
Coletivo	10.102,64	45
Extração	10.055,08	22
Imóvel	8.652,07	35
Aquicultura	6.348,99	46
TOTAL	256.387,50	430

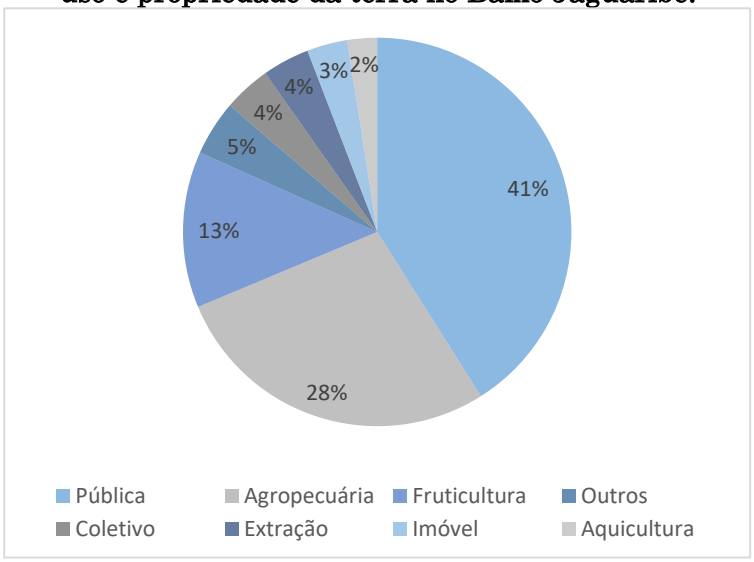
Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Registrou-se um total de 105.198,88 hectares concentrados em estabelecimentos de reforma agrária, visto que há 47 assentamentos na região, um estadual e os demais todos federais, representando um grande aporte de terras controladas por camponeses assentados. Com isso, a tipologia "pública" assume a ponta na quantidade de hectares no Baixo Jaguaribe, inclusive com uma quantidade superior à "agropecuária". Já a tipologia "coletivo" registrou um total de 10.102,64 hectares, distribuídos entre 45 associações comunitárias com hectares autodeclarados ao INCRA, algumas das quais que são assentamentos de reforma agrária vinculados ao crédito fundiário.

Apesar disso, chama a atenção o quantitativo de hectares registrados na tipologia "agropecuária", com 70.916.64 hectares, representando a força que o latifúndio possui enquanto vetor de pressão fundiária na região (gráfico 1). Especificamente no setor da "fruticultura" há um total de 33.354,35 hectares declarados. Os municípios de Aracati, Russas, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Quixeré são os que apresentam maior ênfase na fruticultura, com a hegemonia de empresas como Agrícola Famosa, Bessa Produção, Itaueira, Meri Pobo e Del Monte. Por sua vez, na "aquicultura" há

outros 6.348,99 hectares, contemplando empreendimentos de carcinicultura e de piscicultura.

Gráfico 1: Distribuição percentual, em hectares, das tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe.



Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Quando somadas essas três tipologias (agropecuária, fruticultura e aquicultura), tem-se um total de 110.619,88 hectares voltados apenas para as atividades agrícolas, as quais podemos considerar como integrantes do setor do agronegócio, visto que são empresas registradas com CNPJ, muitas das quais que passam dos 1.000 hectares. Nesse sentido, é válido afirmar que o agronegócio concentra, no mínimo, 110.619,88 hectares no Baixo Jaguaribe, segundo os dados autodeclarados pelas empresas ao INCRA.

Isso demonstra que as atividades econômicas na região têm na centralidade da terra seu maior ativo econômico, tendo assegurada sua posse ou não. Na sequência (quadro 4), é possível averiguar os hectares totais pertencentes às 20 maiores empresas do agronegócio instaladas na região, as quais controlam juntas 96.928,77 hectares

dispersos em 125 propriedades e em 12 distintos municípios. Por certo, elas estão entre as empresas hegemônicas do agronegócio no Ceará, mencionadas por Cavalcante (2019, 2020).

Quadro 4: Maiores empresas do agronegócio instaladas no Baixo Jaguaribe, por área total.

Área total (ha)	Empresa	Imóveis	Municípios	Atividades principais
24.107,80	Copan Agroindustrial Ltda	2	Aracati e Icapuí	Agropecuária
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	1	Russas	Agropecuária
8.211,22	Agrícola Famosa Ltda	23	Quixeré, Aracati, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Russas	Fruticultura
5.972,95	Meri Pobo Agropecuária Ltda	14	Jaguaruana, Russas e Limoeiro do Norte	Fruticultura
5.773,15	Metaneide Ltda	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Agropecuária e Energia
5.538,04	Agropaulo Agroindustrial S/A	6	Jaguaruana	Agropecuária
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	1	Morada Nova	Pecuária
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	1	Aracati	Fruticultura
3.787,28	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	10	Quixeré e Tabuleiro do Norte	Fruticultura
3.059,32	Itaueira Agropecuária S/A	11	Aracati, Palhano e Morada Nova	Fruticultura
2.730,20	Agropecuária e Industrial Machado S/A	1	Morada Nova	Agropecuária
2.018,06	Agrobasa S/A	9	Jaguaruana e Itaiçaba	Agropecuária
1.751,01	Betânia Lácteos S/A	9	Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Morada Nova	Pecuária
1.745,20	Dantas Empreendimentos Agropecuários Ltda	2	Quixeré	Agropecuária
1.738,62	Frutacor	12	Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas	Fruticultura
1.476,70	Agropecuária Abel Martins Ltda	3	Morada Nova	Agropecuária
1.448,93	Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda	3	Quixeré e Limoeiro do Norte	Fruticultura
1.401,24	Compescal Comércio de Pescado Aracatiense Ltda	2	Aracati	Carcinicultura
1.247,85	Granja Josidith Ltda	1	Morada Nova	Pecuária
1.247,54	Fazenda Rinascente Ltda	1	Fortim	Agropecuária

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Além desses, há outros empreendimentos que atuam na região que são igualmente consumidores de terra e vetores de pressão e

concentração fundiária. É o caso, por exemplo, dos estabelecimentos incluídos na categoria "extração", que abarcam empresas da mineração, da extração de sal e de petróleo e de pedreiras, as quais controlam 10.055,08 hectares. Há também toda uma série de empresas que atuam nos mais diversos setores, incluídas na categoria "outros", como imobiliárias, construtoras, loteamentos, parques de energia eólica e solar, postos de gasolina, comércios, cerâmicas, bancos, hotéis, indústrias, dentre várias outras, que juntas concentram 11.758,85 hectares.

Diante da análise desses dados e da conformação das diferentes tipologias, nota-se a existência de distintos vetores de dinamização da questão agrária regional, que apontam também para distintas estratégias de uso, posse e propriedade da terra. Além disso, agrupando as tipologias, têm-se 110.619,88 hectares controlados por empresas do agronegócio e 30.466,00 empresas de outros setores, representando um total de 141.085,88 hectares de posse do grande capital, ao passo da existência de 115.301,52 hectares distribuídos em assentamentos e associações. Isso significa que 55% das terras autodeclaradas ao INCRA por pessoas jurídicas pertencem a proprietários particulares, ao passo da evidência de 45% das terras de posse coletiva ou comunitária.

Esses dados evidenciam a dualidade que há na questão agrária do Baixo Jaguaribe, opondo camponeses, de um lado, e capital, de outro, nesse constante movimento que configura a reprodução das relações sociais e a luta de classes no campo. Observa-se uma nítida diferenciação entre as terras de trabalho e as terras de negócio, mencionadas por Martins (1995), ou ainda, entre os territórios do capital e os territórios do campesinato, analisados por Fernandes (2009). Uns são os espaços do capital, marcados pela apropriação

capitalista da terra. Já os outros são os espaços da coletividade e da recriação camponesa, que resistem apesar do latifúndio.

Considerações finais

Com a realização do estudo ora apresentado, conclui-se que o latifúndio ocupa uma posição central na questão agrária do Baixo Jaguaribe, apontando relações de poder e usos da terra que coadunam com os interesses dos latifundiários que exercem o controle fundiário da região, independente do caráter dos empreendimentos, já que todos eles estão abalizados na concentração de terra. Entende-se o território jaguaribano como plural, marcado por modelos diferentes de produção, como também de relações e sentidos atribuídos à terra.

De fato, as múltiplas atividades que se instalaram nesse território são responsáveis por um desequilíbrio e fragmentação da estrutura fundiária. O latifúndio apresenta-se como um produto indesejado que encontramos no Baixo Jaguaribe, geralmente associado a grandes empresas e a figuras políticas transmutadas no papel de latifundiários. Diante disso, entender a questão agrária do Baixo Jaguaribe é concordar com Fernandes (2009, p. 197) quando menciona que "convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente".

Para tanto, é imprescindível que esse debate perpasse os campos burocráticos e acadêmicos, havendo maior acesso às informações para que os camponeses possam enfrentar o latifúndio e pautar uma urgente reforma agrária popular e solidária. Na atual conjuntura agrária brasileira, é de suma importância informar sobre determinadas problemáticas existentes, tornando-se necessário que

discussões como essa ultrapassem a esfera da universidade e alcance todas as parcelas da sociedade, promovendo uma melhor compreensão das tensões recorrentes no campo.

Desse modo, o estudo possibilita conhecer, estimular e intensificar o conhecimento em relação às diversas atividades atuantes na promoção da concentração fundiária regional, relacionadas às problemáticas, potencialidades e fragilidades que tornam o Baixo Jaguaribe um espaço de amplas disputas e resistências no campo, a despeito da presença do latifúndio.

É preciso, ainda, considerar a propriedade da terra como uma relação social, como assegura Martins (1995, p. 169), portanto, enquanto uma construção histórica permeada de relações assimétricas de poder que expressam nítidos interesses antagônicos de classe, mas que podem ser alteradas, não sendo algo imutável, revelando possibilidades de reverter a concentração fundiária e o poderio do latifúndio não só no Baixo Jaguaribe, como em todo o país.

> "Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!" (Pedro Casaldáliga)

Referências

ALENCAR, Francisco Amaro de. O agrário na região do Jaguaribe. **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 07, p. 11-17, 2000.

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: CALDART, Roseli *et al.* (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 742-745.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e Estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos, sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor**: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE). 2016. 248f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BRUNO, Regina (Org.). **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **"As firmas tomaram conta de tudo"**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 396f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SILVA, Francisco Ricardo Leite; MARTINS, Erivaldo Paiva. **A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/CE**: questão agrária, relações de poder e usos da terra. Relatório de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. Fortaleza: PROPGPQ/UECE, 2021.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 16-25, 2008.

CUNHA, Joaci de Sousa. Latifúndio, reforma agrária e políticas públicas para o campo brasileiro na crise sistêmica (1994-2015). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 196-224, 2016.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas – questão agrária e reforma agrária. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 17-28.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 10-28, 2018.

MARINHO, Alice Maria Correia. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe/CE** - o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli *et al.* (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, **Anais...,** Montevidéu, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. O Vale do Jaguaribe: de um espaço livre dos povos indígenas para uma região da pecuária. **Revista Propostas Alternativas**, n. 06, p. 12-21, 1999.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, Raquel *et al*. **Almanaque do Baixo Jaguaribe**: tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para sustentabilidade. Núcleo Tramas: Fortaleza, 2012.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SNCR/INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma. 2020. Disponível em: http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/sncr-sistemanacional-de-cadastro-rural. Acesso em: 20 mai. 2021.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **Agricultura e reorganização do espaço**: a rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte-Ceará. 1999. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Elementos para uma geografia histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 07, p. 05-10, 2000.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

TALASKA, Alcione. **Ainda existem latifúndios no Brasil?** Uma análise do espaço agrário brasileiro. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

Submetido em: 09 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 25 de junho de 2022.
Aprovado em: 26 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

CAVALCANTE, L. V.; LEITE SILVA, F. R.; PAIVA MARTINS, E. A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/Ceará: dinâmicas de uso e propriedade da terra. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 759–787, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2262.

OS RISCOS À SAÚDE NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO DA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

HEALTH-WORK-DISEASE PROCESS AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE CANAVIO AGROHYDRONEGÓCIO OF THE 10TH ADMINISTRATIVE REGION OF PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

PROCESO DE SALUD-TRABAJO-ENFERMEDAD Y REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN EL CANAVIO AGROHYDRONEGÓCIO DE LA X REGIÓN ADMINISTRATIVA DEL PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

Gabriel Vitor Nascimento Ferreira
Mestrando em Geografia
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Pres. Prudente/SP
E-mail: viti.gabi@hotmail.com

Diógenes Rabello
Doutorando em Geografia
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Pres. Prudente/SP
E-mail: diogenesrabello@yahoo.com

Resumo:
Tratar do adoecimento dos trabalhadores que atuam agrohidronegócio canavieiro da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente é nosso principal objetivo e também implica uma opção metodológica, política e ideológica de compreender a saúde em sua perspectiva social dos agravos, de maneira fluída e dinâmica, direta e indiretamente ligada às mazelas e contradições inerentes ao processo destrutivo de reprodução do capitalismo. Buscaremos apresentar, sempre dialogando com a pesquisa empírica realizada através de trabalhos de campo com roteiro semiestruturados nos municípios do recorte (trabalhadores adoecidos, sindicalistas e profissionais da área da saúde); uma discussão sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores devido às inadequadas condições de trabalho, modalidades e contratos precarizados, irregularidades trabalhistas e contato com agrotóxicos. Em contexto de transição tecnológica, isto nos desafia a trazer para o debate público as contradições do agrohidronegócio canavieiro que na prática se manifesta em doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxico e incomodações ocupacionais na vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho, Adoecimento, Processo Saúde-Trabalho-Doença, Agrohidronegócio canavieiro, Degradação Sistêmica do Trabalho

Abstract:
The objective of this article is to address the illness of workers who work in the sugarcane agrohydrobusiness in the 10th Administrative Region of Presidente Prudente. We understand health in its social perspective of diseases, in a fluid and dynamic way, directly and indirectly linked to the ills and contradictions inherent to the destructive process of reproduction of capitalism. From this option, we will seek to present a debate throughout this work, always dialoguing with the empirical research carried out through fieldwork with semi-structured script in the municipalities of the clipping, about the health-work-disease process that affects the working class of our clipping in the scope of the technological transition of the sugarcane agrohydrobusiness, which manifests itself through occupational diseases, work accidents, pesticide poisoning and occupational disturbances.

Keywords: Work, Illness, Health-Work-Illness Process, Sugarcane Agrohydrobusiness, Systemic Degradation of Work

Resumen:
Abordar la enfermedad de los trabajadores que actúan en la agroindustria cañera de la 10ª Región de Presidente Prudente es nuestro principal objetivo y también implica una opción metodológica, política e ideológica para entender la salud en su perspectiva social de las enfermedades, de forma fluida y dinámica. , directa e indirectamente, ligada a los males y contradicciones inherentes al proceso destructivo de reproducción del capitalismo. A partir de esta opción, buscaremos presentar un debate a lo largo de este trabajo, siempre dialogando con la investigación empírica realizada mediante trabajo de campo con guión semiestructurado en los municipios del recorte, sobre el proceso salud-trabajo-enfermedad que afecta a la clase trabajadora. de nuestro recorte en el ámbito de la transición tecnológica de la agroindustria cañera, que se manifiesta a través de enfermedades profesionales, accidentes de trabajo, intoxicaciones por plaguicidas y disturbios laborales.

Palabras-clave: Trabajo, Enfermedad, Proceso Salud-Trabajo-Enfermedad, Agroindustria de la Caña de Azúcar, Degradación Sistémica del Trabajo

Introdução

Envolto em ambiente de reestruturação produtiva e redefinição global das condições e das relações econômicas, políticas e gerenciais, se evidencia uma ofensiva que apresenta desdobramentos perversos na saúde e organização dos trabalhadores. No caso específico de nosso recorte territorial da pesquisa, (Pontal do Paranapanema, extremo Oeste do estado de São Paulo), o avanço do capital agroindustrial canavieiro tem gerado um reordenamento territorial e amplificado as contradições em uma região marcada historicamente por conflitos fundiários. Sobre isso, Barreto (2012) nos diz que o Pontal do Paranapanema é marcado por históricos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, sendo que os primeiros embates aconteceram entre povos nativos (indígenas) e não indígenas (posseiros), os quais resultaram em massacres dos povos nativos da região, durante o século XIX e início do século XX.

Barreto (2012) acrescenta que, mais tarde, no final da década de 1980 e início da década de 1990 a região do Pontal do Paranapanema voltou a ter suas terras agricultáveis no cerne de disputas/conflitos, num período no qual as contestações se deram entre grandes latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E é neste território historicamente marcado por conflitos pela terra e água (sobretudo as águas subterrâneas, estando o Pontal do Paranapanema em cima do segundo maior reservatório de águas subterrâneas do mundo, o Aquífero Guarani), que o capital agroindustrial canavieiro, em ambiente de reestruturação produtiva, avança, impondo sua lógica e dinâmica destrutivas.

Esse expansionismo do agrohidronegócio canavieiro tem como expoente e estratégia para a otimização da produção e dos lucros, a mecanização das operações agrícolas, especialmente o corte e o plantio. Para o trabalhador esta transição tecnológica não passa despercebida. Ao contrário, ele é o mais afetado por ela, pois sua forma de ser e se inserir no trabalho, vínculo empregatício, forma de pagamento, rotina e exploração do trabalho, e os rebatimentos na saúde e formas de organização/representação, mais do que nunca são colocados à prova.

É fundamental salientar que é exatamente por conta da desatenção e distanciamento dos sindicatos, que têm se fragilizado ainda mais as condições de saúde dos trabalhadores, considerando que as entidades legais representativas da classe trabalhadora estão com dificuldades de organizar e mobilizar os trabalhadores, e como consequência, incapazes de dar respostas à altura da ofensiva do capital. Desta forma, é imperativo entendermos como a saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro tem sido afetada pelos arranjos organizativos e produtivos do ambiente de reestruturação produtiva, que encontram como expoente na região do Pontal do Paranapanema, e de maneira mais abrangente, a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, a transição tecnológica.

Como parte desta trama e ofensiva do capital agroindustrial das *commodities*, no caso cana-de-açúcar, é possível constatar a utilização de quantidade absurda de agrotóxicos ou também chamados pelos defensores e representantes na bancada ruralista da Câmara Nacional dos Deputados e Senado, de "defensivos fitossanitários", estes que fazem parte do pacote tecnológico da transição tecnológica. Essa é uma das dimensões mais gritantes que

nos alertam que o avanço de novos arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, estando acompanhada por um aumento mais do que significativo da quantidade de venenos utilizados nas lavouras de cana e de outras commodities.

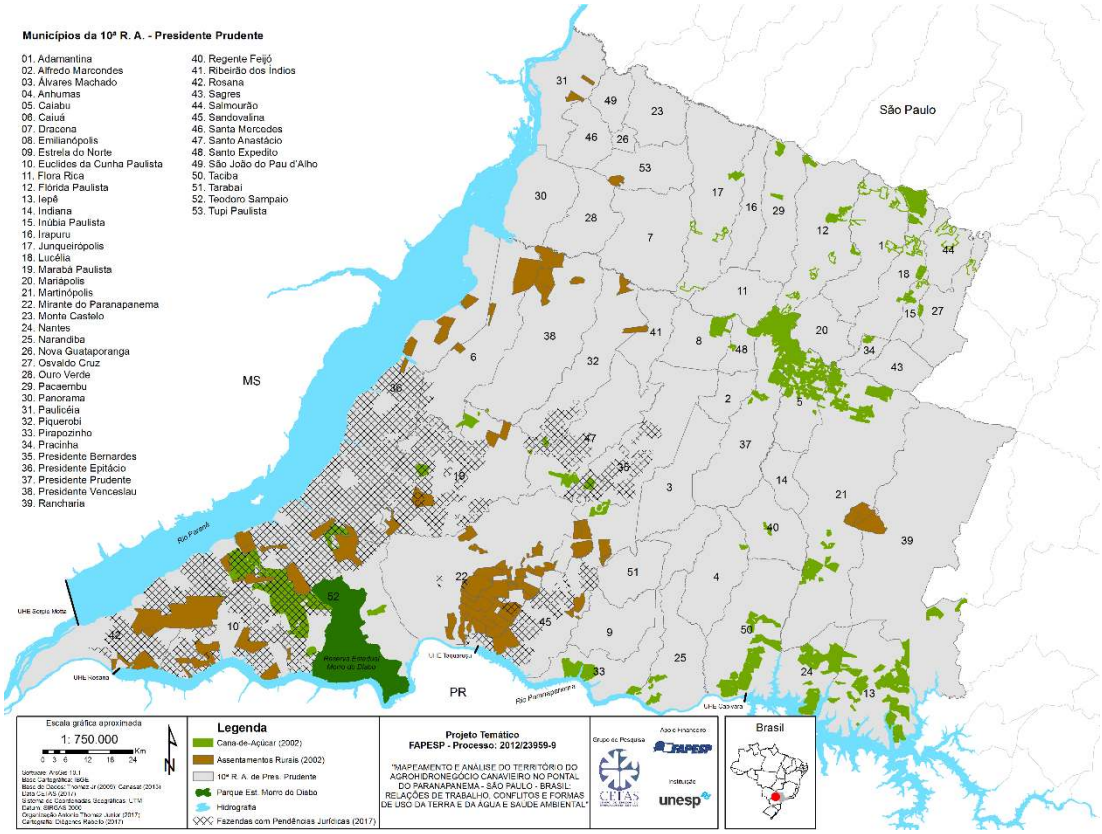
Tal quadro tende a se agravar com leis permissivas elaboradas a partir do *lobby* das agroindústrias do setor junto à Câmara dos Deputados ao Senado Federal, e dos interesses do setor de produção de commodities que estão personificados na figura da bancada ruralista. Quando algum problema ocorre ou os casos de contaminação de trabalhadores rurais e populações locais se tornam mais frequentes, geralmente a desculpa por parte do governo federal na figura do Ministério da agricultura e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a de que simplesmente houve utilização inadequada dos "defensivos fitossanitários". Isto demonstra que o Estado e os órgãos fiscalizadores que deveriam fazer o papel de investigar e impor regras para o uso dos agrotóxicos, lavam suas mãos e se fazem de desentendidos quando os números indicam que há problemas referentes ao uso do pacote de quimificação em solo brasileiro. E isso sem contar os tipos de agrotóxicos que são usados em território nacional, mas proibidos em muitos países pelo mundo afora, como os países da União Europeia. Esses países, além de não utilizarem a quantidade de venenos que utilizamos, também possuem uma legislação proibitiva que impede que certos tipos de agrotóxicos possam ser usados pelos produtores rurais em território europeu. Tendo isso em mente, constata-se que o pacote de quimificação faz parte do pacote tecnológico e químico que vem sendo aplicado desde os anos de 1960, mas que se

intensificou nos anos de 1990 com as políticas de desmonte do Estado e flexibilização de leis.

Isso significa que falar sobre o expoente da reestruturação produtiva, entendido como transição tecnológica na região de nosso recorte territorial, é entender que nesta segunda década do século XXI vem se aprofundando e aumentando o uso de venenos nas agroindústrias. Logo, não se trata apenas da adoção de novos arranjos organizacionais e produtivos, e mais especificamente a transição do corte manual para o mecanizado na colheita da cana, que está ocorrendo na região de nosso estudo, mas um aumento na quantidade e na frequência que os venenos estão sendo utilizados.

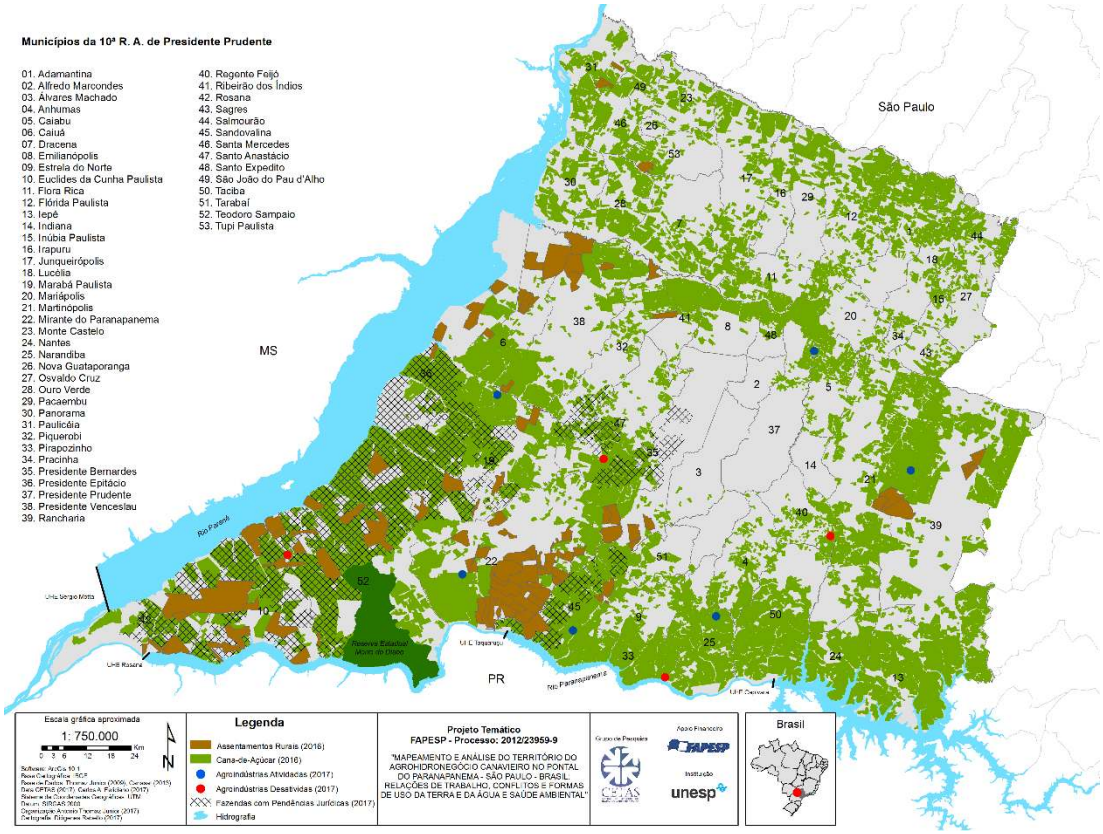
Façamos algumas comparações que nos ajudem a ilustrar a dimensão do processo em andamento no Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Nos referimos à relação existente entre aumento da área plantada de cana-de-açúcar na região, como indica os mapas 1 e 2, e a intensificação do uso do pacote de quimificação.

Mapa 1 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar em 2002 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: DataCETAS (2022).

Mapa 2 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar em 2016 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

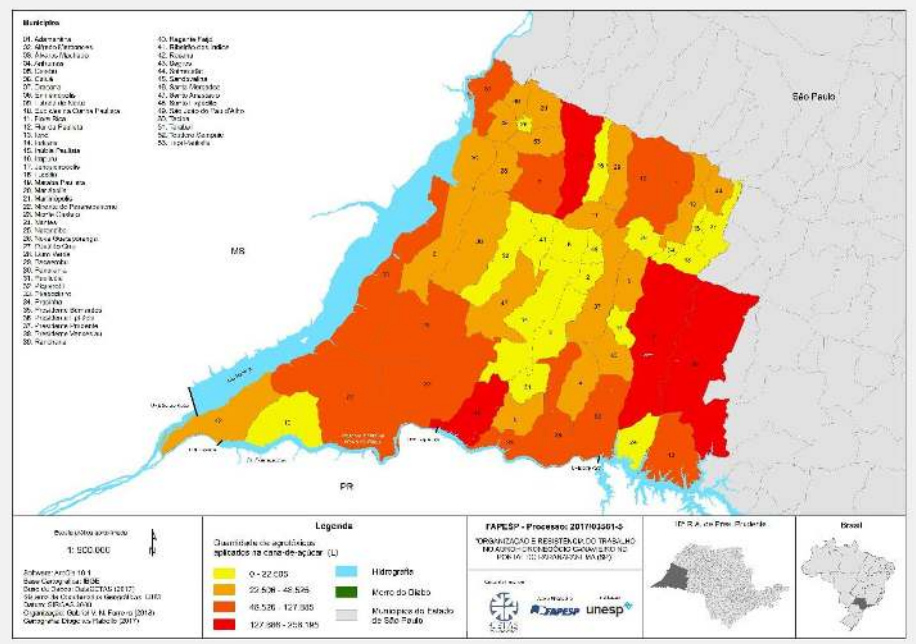


Fonte: DataCETAS (2022).

Quando analisados juntamente com o mapa 3, que consta na página seguinte, permite estabelecer um nexo entre aposta no pacote quimificação e agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar e o aumento da área plantada desta cultura no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região administrativa de Presidente Prudente. Ao longo da série histórica de 1997, 2005, 2010 e 2015, houve continuidade do monocultivo da cana-de-açúcar, e inclusive aumento da área

plantada de cana-açúcar. Com isso é possível dizer que, na ânsia pela reprodução continuada e ampliada, o capital agroindustrial canavieiro não apenas intensificou a utilização de agrotóxicos, incorporou maquinários e aplicou novos arranjos organizativos e produtivos da reestruturação produtiva, como também procurou aumentar a área plantada de cana-de-açúcar e manter os territórios onde já havia a cultura da cana-de-açúcar. O mapa 3, desta forma, ao demonstrar de maneira espacial a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente em litros, reafirma que o aumento da área plantada de cana-de-açúcar na região é acompanhado por um reforço na aposta por parte do empresariado paulista no pacote químico-biológico, expresso sobretudo na quantidade de agrotóxicos utilizados.

Mapa 3 – Quantidade aproximada de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

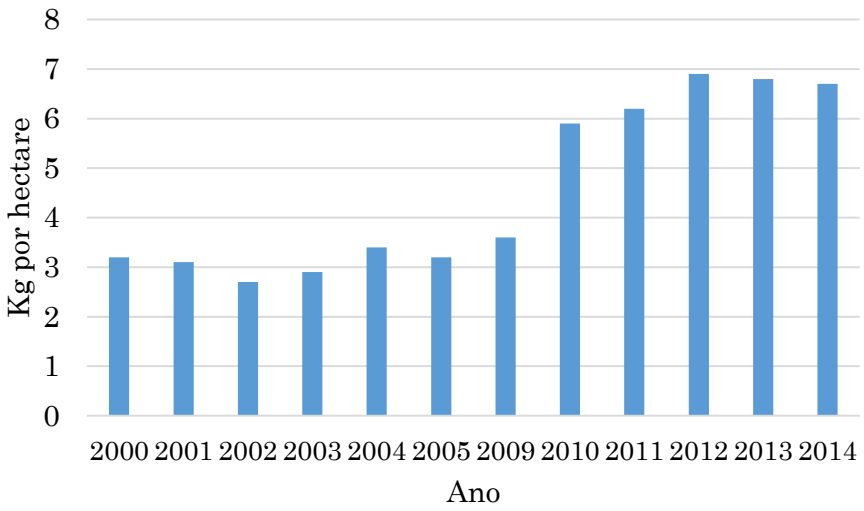


Fonte: DataCETAS (2018)

O mapa 3 se refere a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar, espacializa no mapa a aposta no modelo químico-biológico nas lavouras, que coincide com a reafirmação no modelo de grande propriedade de produção dos produtos primários e *commodities*, e que segue uma tendência que é nacional, onde se percebe um aumento gradual e contínuo da utilização de venenos e agrotóxicos nas lavouras pelo Brasil afora. É basicamente isso que indica o gráfico 1, que expressa

o aumento contínuo da quantidade de agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar ao longo dos últimos anos.

Gráfico 1 - Consumo anual de agrotóxicos e afins por área plantada (2000 – 2014)



Fonte : IBGE (2014). Org. : Autores (2022).

O Gráfico 1, elaborado a partir de informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que o intensificação da utilização do pacote químico-biológico no Brasil, está amparada nos acordos espúrios feitos entre frações da burguesia com a classe política, com o objetivo de aumentar a produtividade, sem se preocupar com a saúde dos trabalhadores e das populações locais. Dentro da série histórica boservamos que houve aumento de mais de 100% da quantidade de quilogramas de agrotóxicos para cada hectare de área plantada de monocultura, passando de 3,2 em 2000 para 6,7 em 2014.

Se não bastasse os problemas referentes à intoxicações e envenenamentos, resultado de uma opção inconsequente por parte do empresariado e grandes produtores de produtos primários como a cana-de-açúcar de apostar no pacote de quimificação, tem-se outros fatores que se somam a estes na feroz ofensiva do capital sobre o trabalho, na precarização, degradação das condições de trabalho, aumento da jornada de trabalho e superexploração do trabalho. A tecnificação do setor sucroalcooleiro expressa na transição tecnológica que se vislumbra nos últimos anos na realidade territorial do Pontal do Paranapanema permitiu ao capital reestruturar os arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, fazendo com que características históricas do trabalho no Brasil que remontam ao período colonial como o aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho e superexploração do trabalho, fossem (re)atualizadas e amplamente utilizadas no agrohidronegócio canavieiro.

Tendo o agronegócio como uma das bases de sustentação do atual governo brasileiro, é de que se esperar um cenário devastador para o meio ambiente. E assim tem sido feito com a flexibilização da legislação que tem permitido a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e no MATOPIBA, a inércia em relação aos crimes ambientais de desmatamento e queimadas, tanto na Amazônia quanto no Pantanal, as manchas de óleo que chegaram pelo litoral nordestino sem ações de combate ao prejuízos para a qualidade ambiental e trabalho das comunidades de pescadores(as), a falta de amparo para as famílias atingidas pelos crimes de rompimento de barragens e falta de cobrança sobre as empresas responsáveis e outras ações, ou falta delas. Isso está, para nós, bastante expresso

quando o atual Ministro do Meio Ambiente diz que este momento da pandemia da Covid-19 é propício para "ir passando a boiada e simplificando normas"[1], querendo dizer que é momento de aproveitar o cenário catastrófico da saúde, onde o mundo todo de concentra nisso, para aprovar legislações de flexibilização na fiscalização ambiental.

Como era de se esperar isto vem apresentando resultados terríveis sobre as condições de trabalho no setor, o que por consequência proporciona agravos à saúde dos trabalhadores, que embora os gerentes do capital quisessem, não são máquinas, são seres humanos, logo passíveis de adoecimento e de se envolver em acidentes de trabalho, que de acidentes tem nada, considerando que todo acidente é evitável, logo é um risco presumido. Para compreender isto é preciso recorrer à bibliografia sobre o assunto, para que se consiga orientar em meio a toda a complexidade da saúde do trabalhador, que é um campo vasto de estudo inclusive, partilhado por várias áreas do conhecimento, que vão desde a saúde até as ciências sociais e políticas. Também recorremos à um minucioso trabalho de entrevistas realizadas com trinta trabalhadores adoecidos, três sindicalistas e quatro profissionais da área da saúde a partir de roteiros semiestruturados nos municípios de Presidente Prudente (distritos do município), Caiabu, Junqueirópolis, Martinópolis, Narandiba, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado e Pirapozinho, buscando compreender a realidade social de adoecimento destes sujeitos que compõem à classe trabalhadora

[1] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-sugere-passar-boiada-enquanto-o-foco-e-coronavirus. Acesso em: 02 mai. 2021.

ampliada. Para fins de análise das entrevistas e apresnetação de resultados, adiante mostratemos trechos destas entrevistas, buscando o diálogo com a discussão teórica, política e conceitual que nos propomos fazer sobre a relação entre saúde, adoecimento e trabalho.

O processo saúde-doença e sua relação com o trabalho

O conceito de processo saúde-doença permite entender as determinantes e condicionantes das formas individuais e coletivas de adoecer e morrer. Grande parte dessas determinações e condições decorre direta ou indiretamente da desigualdade socio-econômica e de direitos. Desenham-se, então os caminhos que vão de uma saúde ideal à configuração dos quadros clínicos das diferentes patologias (doenças) (SELIGMANN-SILVA, 2011)

É preciso dizer que em cada momento da historia, as forças políticas e sociais envolvidas nesses processos podem favorecer ou fragilizar a saúde dos seres humanos de "acordo com as situações que este vivenciam em contextos macrossociais e situações específicas de vida e trabalho. A fragilização corresponde aqui a ideia de vulnerabilização." (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 34). Sem essa visão se tem uma perspectiva incompleta, tanto do processo saúde-doença de modo geral quanto daqueles que atingem a saúde mental dos trabalhadores.

Seligmann-Silva (2011) nos indica que duas outras noções se tornam valiosas para a compreensão das determinações sociais dos processos saúde-doença relacionados ao trabalho: a noção de sofrimento social e a de divisão internacional do trabalho. O sofrimento social gerado em macrocontextos está geralmente

associado a "formas poderosas de dominação que se estendem através de outras instâncias até atingir famílias, locais de trabalho e indivíduos Dessa forma, dominação e sofrimento conjuntamente, alcançam também a esfera psíquica de cada um (SILVA, 2012 p.34 apud RENAULT, 2008)

Conclui-se a partir do que é dito por Seligmann-Silva (2011), que os contextos de trabalho podem atuar como fonte de saúde ou de adoecimento tanto com respeito à saúde geral quanto à saúde mental. "Para entender o que ocorre em locais específicos de trabalho (microcontextos), é preciso não perder de vista o macrocontexto onde se tece a divisão internacional do trabalho, mediada por forças políticas e econômicas" (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.34)

Neste o trabalho, entendido como uma instância social, mais atualmente passou a ser examinado com maior atenção no que se refere ao processo saúde-doença. O trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental e geral do trabalhador, quanto vulnerabilizá-la e mesmo gerar distúrbios que se expressarão coletivamente e no plano individual.

Desta forma, a Seligmann-Silva (2011) nos propõe compreender saúde, a partir da perspectiva de Carguilhem (1990), "como um estado ideal em que as forças vitais predominem na harmonização da variabilidade biopsicossocial, próprio dos processos psico-orgânicos humanos, imersos no percurso existencial e na vida social" (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 36). E quanto ao adoecimento, a autora nos propõe compreender este conceito como um "processo que se desenvolve em um continuo que é concebido como um eixo temporal ao longo do qual se estabelecem os confrontos entre forças vitais e forças desestabilizadoras. Trata-se do processo de interação

continuada, que é o processo saúde-doença". (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.36). Com relação à saúde mental, se deve compreender a mesma como "uma dimensão indissociável desse processo, necessariamente visto em seu todo. Não existe adoecimento mental que se constitua isoladamente do corpo e das inter-relações humanas" (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 36)

Se conciliarmos tal abordagem com a psicodinâmica do trabalho, que propõe uma análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a realidade do trabalho, podemos analisar o papel da organização do trabalho na determinação do sofrimento psíquico e também adoecimento do corpo dos trabalhadores(DEJOURS; ADBOUDCHELI, 1990, apud SELIGMANN-SILVA, 2011).

Em outras palavras, a organização do trabalho ocasiona insatisfação, quer pelo esvaziamento de sentido, quer pela violentação de uma "economia psicossomática" que seria singular para cada trabalhador (SELIGMANN-SILVA, 2011). Isto é, a organização do trabalho, "associada ou não às condições do ambiente físico, químico e biológico do trabalho, muitas vezes desrespeita as necessidades do corpo, em sua integração e em sua integração psicossomática. Essas seriam, segundo Dejours, as diferentes vias que levam ao sofrimento mental e também, pela via psicossomática, ao adoecimento do corpo" (DEJOURS, 1980, apud SELIGMANN-SILVA, 2011 p.65).

A autora contribui através do resgate da definição psicanalítica de sublimação, proposta por Dejours, que considera que quando o trabalho assume sentido, passa a ter função sublimatória e favorece a saúde mental e por consequência a saúde geral. O trabalho

que permite a sublimação é também fonte de prazer e enriquece a identidade. Ocorreria o oposto no trabalho submetido a imposições que, restringindo a liberdade, bloqueiam a sublimação ao se tornarem inibidores da criatividade. No entanto, é preciso destacar que a existência de uma doença mental (depressão, síndrome do pânico, outras síndromes e transtornos) não são doenças mentais decorrentes do trabalho em si, mas sim que o trabalho pode contribuir apenas para favorecer o surgimento de descompensação, isto é o desencadeamento de um transtorno mental.

Desta forma, fica claro que o trabalho e o processo saúde-doença não se trata de algo estático, a-histórico ou isolado, mas sim algo dinâmico, em movimento, desta forma busco compreender as determinações sociais do trabalho que podem contribuir para os adoecimentos, acidentes de trabalho e intoxicações dos trabalhadores. Apenas dessa forma é possível compreender de maneira mais clara que a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007) sob a égide do capital, avança e abrange todas as dimensões da vida do trabalhador, e que a organização classista, vida pessoal, subjetividade e a saúde não é uma exceção.

Lourenço (2013) nos diz que nas empresas, os acidentes de trabalho costumam ser investigados pelos técnicos especializados em saúde e segurança do trabalho apenas como fruto de um comportamento proposital. Em geral, os trabalhadores que sofrem algum acidente ou que adoecem são demitidos, porém são mantidas as condições de trabalho. Em outras palavras, "situar as doenças como originárias unicamente da subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causado pela vontade própria (como se o indivíduo-mercadoria buscasse a sua automutilação) é uma análise

simplista que desconsidera as relações sociais de produção e como elas se dão. “Desconsidera o seu pressuposto básico: a exploração do trabalho e a captura da mais-valia” (LOURENÇO, 2013, p.190).

Nesse sentido, se deve atentar para a relação saúde-trabalho no campo, sobretudo a partir da dita “modernização” da agricultura (e seus desdobramentos na forma de acidentes de trabalho e envenenamentos/intoxicações), agora reatualizada e aprofundada com o potencial para a produção de etanol, combustível renovável demandado pelo mercado internacional, por meio da presença dos grupos e conglomerados transnacionais, marcada pelas fusões e formação de monopólios, repercute diretamente na estrutura produtiva do país, a partir do modelo monocultor/latifundiário e também nas relações sociais de trabalho, que se materializam no cotidiano dos trabalhadores a partir do desemprego, dos descumprimentos da legislação trabalhista (CLT), da Constituição, contratos de trabalho, do rebaixamento dos salários, do medo, das doenças e adoecimentos do trabalho, portanto, no saque da vida (LOURENÇO, 2013). A autora enfatiza que isso indica que há indiferença e desrespeito para com a vida neste modelo de desenvolvimento escolhido pelas elites econômica e política no campo. Não se trata somente da periculosidade do trabalho, mas das relações de trabalho que, sob o processo de acumulação, submetem os trabalhadores às mais variadas restrições de liberdade e autonomia, determinantes no processo do saque da vida/saúde, reconhecido de modo autônomo e independente das condições e relações sociais de trabalho.

Ao se preocupar com essa questão, Pignati (2013) propõe uma análise que vai na contramão do modelo isolacionista, estático,

a-histórico da medicina do trabalho e de outros profissionais da saúde que optam por uma análise positivista da relação saúde-trabalho. Seria esta nova perspectiva balizada em um modelo da determinação social que coloca o trabalho como categoria central e constrói explicações estruturais de fundamental importância para a compreensão do processo saúde-trabalho-doença, em sua dimensão coletiva, social, histórica e geográfica. Isto porque o território das realizações dessas relações é o referencial para o entendimento dos processos de dominação e controle do trabalho pelo capital.

Esta abordagem embasa os estudos em geografia do trabalho e da saúde, em consonância com a corrente denominada saúde do trabalhador, para a qual, nas sociedades capitalistas, a subjugação do trabalho ao processo de valorização do capital seria a chave para a compreensão da saúde e da doença dos grupos humanos, divididos em classes sociais (PIGNATI, 2013). O mesmo autor conclui sua reflexão ao nos dizer que as ações de vigilância em saúde do trabalhador devem buscar as origens dos riscos, e não apenas os fatores de riscos dos agravos à saúde e dos danos ambientais.

Em síntese, entende-se que se deve buscar as causas socioeconômicas do que produziu os riscos dos processos produtivos ou dos serviços. E dessa forma defende-se a tese, juntamente com autores como Seligmann-Silva (2011), Lourenço (2013), Pignati (2013) e Maniglia (2012) de que a mais-valia, o lucro e a usura do sistema capitalista que transformaram o trabalho, a natureza, a vida e a qualidade de vida em mercadorias, criando situações onde a vida humana é afetada em sua essência através de acidentes de trabalho (típicos ou mesmo de trajeto), surgimento de doenças ocupacionais e casos de intoxicação pela exposição ou contato mínimo com o pacote

de quimificação no campo. É a civilização da barbárie do trabalho abstrato, estranhado e alienado que objetifica e coisifica a vida humana.

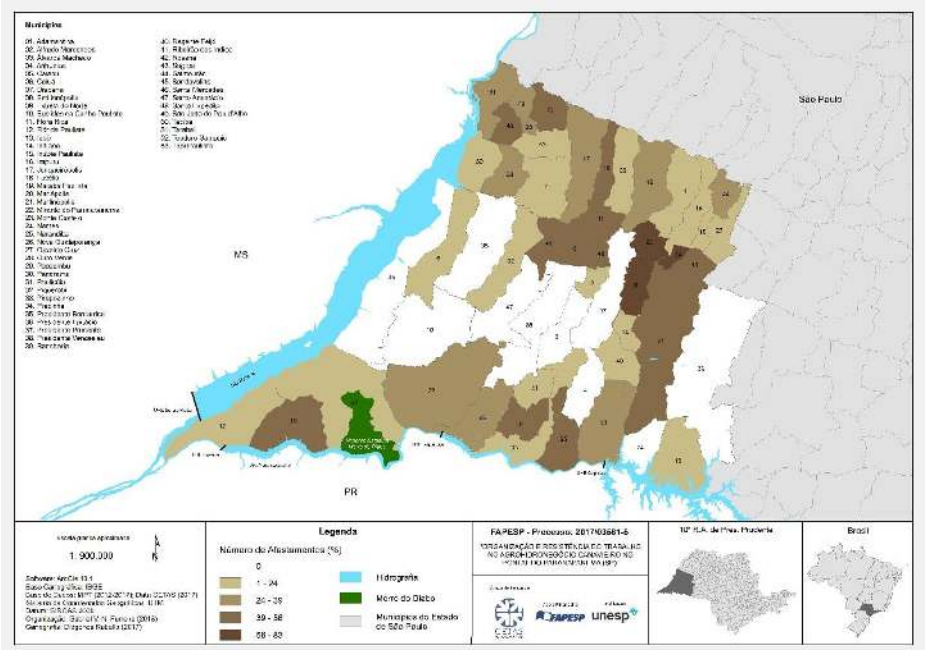
Portanto, afirma-se que entender a realidade territorial do Pontal do Paranapanema e de maneira mais abrangente, da 10ª região administrativa de Presidente Prudente, requer o entendimento de que há processos e dinâmicas globais agindo neste território, e sendo alteradas e modificadas de acordo com as especificidades deste mesmo território. Assim, é preciso salientar que nesta trama complexa mais do nunca a organização legal dos trabalhadores, pensada em nosso trabalho na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais, está em xeque, e com o comprometimento da atenção e imobilismo dos sindicatos, a saúde dos trabalhadores, sobretudo os rurais, se agrava. Não apenas os trabalhadores com vínculo direto ou indireto com o setor sucroalcooleiro, pois ao que tudo indica a saúde das populações locais está no alvo das agroindústrias canavieiras, principalmente através do pacote de agrotóxicos amplamente utilizados.

O processo saúde-trabalho-doença: a relação entre adoecimentos, acidente de trabalho, intoxicações por agrotóxicos e a crise estrutural do capital.

A partir da compreensão do processo saúde-doença, e mais especificamente, com a clareza de que a saúde deve ser vista em sua íntima relação com o trabalho, em uma perspectiva social dos agravos, permite o entendimento de uma complexa realidade que se desenha no Pontal do Paranapanema de adoecimentos, acidentes de

trabalho e intoxicações, que os dados oficiais demonstram, ainda que de maneira subnotificada considerando as dificuldades e limitações com relação à recursos humanos, recursos financeiros e cortes no orçamento público dos últimos anos nos órgãos que acompanham e disponibilizam os dados; mas que os depoimentos dos trabalhadores indicam que se trata apenas da ponta do iceberg. Consideramos importante mostrar como se especializa na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, a questão dos afastamentos por motivos de saúde considerando as dez principais atividades econômicas de cada município. Esta pretensão, que se constata no mapa 4, permite em um primeiro momento que se possa evidenciar quais são as tendências na região com relação aos afastamentos por motivos de doença, assim como estabelecer qual seria o nexo causal entre o trabalho e o afastamento por motivo de saúde, e de que forma se desenha no setor agroindustrial canavieiro da região o problema dos afastamentos.

Mapa 4 - Número de Afastamentos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O primeiro dado, expresso no mapa 4, que apresentamos para demonstrar a situação complicada da saúde dos trabalhadores no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente é fornecido pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, que disponibiliza uma série de dados acerca da realidade do mundo do trabalho nas mais variadas atividades econômicas; está associado com a quantidade de afastamentos ocorridos nas dez principais atividades econômicas presentes na região, dentre elas o setor sucroalcooleiro é a atividade econômica que se destaca em uma quantidade significativa de municípios na região como uma das atividades econômicas onde se afasta mais trabalhadores por motivos de saúde-trabalho.

No mapa 3 se percebe que na medida que as tonalidades se aproximam do marrom, se concentra neste município mais casos de afastamentos decorrentes das dez principais atividades econômicas da região. Na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente as atividades econômicas relacionadas com o agrohidronegócio canavieiro estão produzindo um número preocupante de trabalhadores afastados por motivo de saúde. São pessoas que adoeceram ou desenvolveram algum problema de saúde enquanto atuavam no setor sucroalcooleiro. Isto pode ou não estar diretamente associado com o trabalho nas agroindústrias, mas no geral nos permite dizer que há um problema, ao que tudo indica estrutural relacionado com o modelo econômico e de produção dominante na sociedade, que vem adoecendo os trabalhadores ligados a essa atividade econômica.

A partir da pesquisa empírica realizada, tivemos acesso à informações que indicam que o problema dos adoecimentos é uma realidade na região, e que por trás dos afastamentos há pessoas que tiveram sua saúde mental e física afetada, tiveram sua própria subjetividade impactada, ou seja, suas próprias essências e experiência de vida foram prejudicadas pelo avanço do capital agroindustrial canavieiro na região. A sra. Madalena é um exemplo claro disso.

> **Entrevistador**: Então esse problema que a senhora tem...depressão, artrose, decorre do trabalho?
> **Trabalhadora**: É, lá...eu sofri muito bullying, a turma meu me apelidava de joelho, que eu ficava mancando (choro) é muita gente, manda demais... a dor é terrível, tem que aguentar pra poder conseguir trabalhar.
> **Entrevistador**: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar pode trazer problemas de saúde?

Trabalhadora: Traz...traz...nossa, traz muito problema de saúde sim, era friagem, geada, era tudo, e a gente trabalhando.
Entrevistador: Em todas as situações tinha que trabalhar?
Trabalhadora: é nós, só não trabalhou um dia que o ministério deu em cima e parou, embaixo de chuva, mas a gente cansou de trabalhar lá no começo, porque não tinha máquinas...debaixo de chuva, de relâmpago, trovejando, nós estávamos cortando cana, eles nunca obrigaram, mas estávamos trabalhando, mas se não trabalhar, não ganhava né...aí depois que veio tudo as máquinas e o ministério deu em cima, aí quando começava a trovejar, eles mandavam parar...mas assim....foi muito sofrimento, mas eu gostava do serviço (choro), ali era meu pão...eu comprava meu remédio, agora se eu quiser comprar meu remédio, pra eu conseguir, eu tenho que ir na rede pública, tem um que eu tomava...que eu não consigo na rede pública...tenho que comprar, pro joelho...era um monte de remédio, vários remédios juntos, hoje eu não estou tomando...porque é caro. Um eu consigo pegar, esse verde aí eu comprei, mas eu consigo pegar.
Entrevistador: Quanto é o valor dele?
Trabalhadora: Esse aqui é baratinho, é quinze reais, a cartelinha... mas sabe esse pequeno aí, eu comprei quatro anos, Sertralina... eu pagava 50 reais em vinte comprimidos, eu comprei durante quatro anos, aí depois eu consegui ele pela rede pública.
Entrevistador: Mas se a senhora fosse pagava não teria condições...
Trabalhadora: Teria não...desempregada. né...
Entrevistador: O trabalho que a senhora fez durante esse tempo, aconteceram outros incidentes?
Trabalhadora: Aconteceu...porque cortei bastante, cortei esse dedo, ele é mole...a juntinha dele.
Entrevistador: O que que foi?
Trabalhadora: Foi o facão.
Entrevistador: Ah foi o facão.
Trabalhadora: É...eu cortei o pé...cortei a mão, cortava todo mês, não tem um dedo desse

> aqui(mostra as mãos) que não foi cortado...cada mês eu cortava um dedo...
> **Entrevistador**: Sim...então tem um dedo da senhora que ficou aleijado, não tem movimento. Qual o dedo?
> **Trabalhadora**: Esse aqui óh..o terceiro, o do meio...ele é mole...
> **Entrevistador**: E na sua opinião, o que leva a ocorrer esses acidentes, cortando cana, no trabalho?
> **Trabalhadora**: É que a gente quer cortar bastante, pra ganhar um pouco mais né...não se cuida direito... se a gente se cuidasse um pouco direito, não haveria acidente...mas a gente quer cortar rápido para ganhar mais, porque quanto mais você corta mais você ganha...você ganha por metragem, e você não repara nada...você mete a cara, o facão...pra gente se cortar é acidente mesmo...porque eu jamais vou pegar um facão e vou me cortar...
> **Entrevistador**: Sim...
> **Trabalhadora**: Eu jamais vou escorregar e vou cair, eu escorregava muito, eu caia, ao invés de eu cair lá em cima da curva, eu caia em baixo, porque eu não tinha mais forças nas pernas...não tinha mais forças nas pernas, não tenho até hoje, não consigo andar por muito tempo.
> **Entrevistador**: A senhora presenciou outros tipos de acidentes?
> **Trabalhadora**: Presenciei, era gente com dor no braço, problemas de coluna, eu não me metia na vida de ninguém não sabe...mas tinha gente que reclamava, eu procurava trabalhar no meu serviço...
> (Dona Madalena. 55 anos. Trabalhadora adoecida)

A Sra. Madalena é um exemplo bem didático do que seria a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007), onde uma agroindústria como a Alto Alegre, contrata um trabalhador, usa este até o limite da força e depois de algum tempo o descarta, como um brinquedo quebrado. A trabalhadora em questão desenvolveu vários problemas de saúde enquanto estava na agroindústria, sejam

problemas físicos como os cortes, artrose e mutilações, ou mesmo problemas, doenças e transtornos de ordem mental e psicológica, como depressão e stress. Na figura 01 se visualiza a gravidade e seriedade dos problemas relacionados à adoecimentos que acometem os trabalhadores entrevistados nos distritos de Presidente Prudente, gravidade esta expressa em medicamente fortes, alguns tarja preta (logo ainda fortes), utilizados pelos trabalhadores.

Figura 1 - Medicamentos utilizados pelos trabalhadores adoecidos nos distritos de Presidente Prudente.



Fonte: Trabalho de Campo (2017).

Dessa forma poderia se pensar que a mecanização na colheita seria uma alternativa interessante para resolver o problema dos adoecimentos, dos transtornos psíquicos, dos acidentes de trabalho e incomodações ocupacionais (FERREIRA, 2017), que seriam basicamente dores e incômodos constantes e frequentes que os trabalhadores nos relatam, no corte da cana. Queremos dizer que

melhorar as condições de trabalho, salário e vida dos trabalhadores além da questão ambiental, foi só a retórica utilizada para viabilizar e convencer a opinião pública de que a mecanização no plantio e no corte, e todos os elementos da transição tecnológica, sejam estes organizacionais ou produtivos, é viável e que melhoraria a vida dos trabalhadores. Outro ponto importante é o de que com a incorporação dos maquinários, as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, não necessariamente deixaram de existir ou diminuíram. O problema não é resolvido com a mecanização e com todo pacote da transição tecnológica-química, ele é apenas escamoteado. A estrutura e as condições de trabalho precárias continuarão a produzir novas (e outras nem tanto assim!) situações de acidentes de trabalho, adoecimentos, envenenamentos e intoxicação por agrotóxicos, bem como incomodações ocupacionais.

> **Entrevistador**: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar ao longo dos anos pode trazer algum problema de saúde, dependendo do setor?
> **Entrevistado**: Dependendo do setor eu acho que sim
> **Entrevistador**: Qual setor você acha que são os mais arriscados?
> **Entrevistado**: É de ... setor de parte de parte quente e caldeira
> **Entrevistador**: Na indústria né?
> **Entrevistado**: Na indústria
> **Entrevistador**: E com relação aos venenos, para quem trabalha com herbicida
> **Entrevistado**: Eu já trabalhei com o trator passando veneno também
> **Entrevistador**: Você acha perigoso isso?
> **Entrevistado**: Sim, muito já vi companheiro mesmo com EPI e tudo intoxicaram
> **Entrevistador**: Intoxicaram mesmo com o EPI, porque é muito forte né
> **Entrevistador**: Muito forte
> **Entrevistador**: Você sabe que tipo de veneno?

Entrevistado: Furadan, Regente ... é Furadan e o Regente é o que mais usavam
Entrevistador: Então você também já chegou a trabalhar nesse setor?
Entrevistado: Já
Entrevistador: Então além daqueles outros, você trabalhou na indústria trabalhou ...
Entrevistado: Trabalhei na parte agrícola cobrindo a cana, aí a gente cobre a cana e o veneno já vai passando e cobre a cana
Entrevistador: A!!! Você passava o trator jogando veneno?
Entrevistado: Isso
Entrevistador: A entendi. tinha alguém por perto ali? Por que se não a pessoa realmente iria intoxicar na hora
Entrevistado: Já aconteceu com dois colegas meus
Entrevistador: Neste trabalho, fora essa questão de lidar veneno, tem acidentes de trabalho? Por exemplo, que nem a questão que você falou da caldeira, você já viu acontecendo?
Entrevistado: Já, um ele era supervisor lá, a gente tava fazendo uma peça uma vez para prensa o bagaço aí ele pegou e ponho o dedo assim e acionou o negócio lá, e cortou os dois dedos dele
Entrevistador: Nossa ((espanto)). E o que aconteceu? Aposentaram por invalidez?
Entrevistado: Ele era supervisor lá, eu num sei se ele está lá ainda hoje, num sei
Entrevistador: Não sabe
Entrevistado: Depois que eu sai de lá eu só tava trabalhando pra fora
Entrevistador: Os acidentes mais comuns, então, são esses?
Entrevistado: Mais ou menos, por aí
Entrevistador: Quais os acidentes mais comuns?
Entrevistado: É mais acidente dentro da indústria do que no agrícola, também já aconteceu na agrícola tipo assim quando era época que tinha muito [não entendi] pra catar a cana que sobrava né já aconteceu de um trator passar em cima de uma pessoa
Entrevistador: Na sua opinião que mais leva a ocorrência desses acidentes? O que mais leva, o que mais provoca? Esse tipo de coisa?
Entrevistado: A sei lá

> **Entrevistador**: Eles poderiam ser evitados?
> **Entrevistado**: Eu acho que sim
> **Entrevistador**: De que forma?
> **Entrevistado**: Da parte do supervisor né, porque o supervisor está ali para olhar a gente né, todo mundo presta atenção ninguém quer se machucar né, que a gente está querendo trabalhar (Rodrigo, 32. Ex-tratorista na Alto Alegre. Caiabu)

Rodrigo (32) exerceu funções na agroindústria Alto Alegre até meados de 2012. Considera, assim como Madalena (55), que a saúde pode ser afetada pelo tempo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro, tudo dependeria do setor que se exerce funções laborais. O trabalhador entrevistado destaca como os setores com mais riscos a indústria, principalmente na caldeira, e o setor de herbicidas. Com o depoimento do Rodrigo fica claro que o problema está na organização do trabalho e na lógica de fazer o trabalhador se adaptar à organização da agroindústria, ao invés de fazer as agroindústrias, as condições de trabalho e os ambientes laborais, em geral os sistemas de trabalho, se adaptarem aos trabalhadores. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) seriam desnecessários, em um sistema de trabalho onde as condições laborais, ambiente, maquinários e organização do trabalho fossem adaptados aos trabalhadores. Percebe-se também que a utilização de EPIs não necessariamente impedem a ocorrência de intoxicação por agrotóxicos e venenos, e por consequência a possibilidade de adoecimento, como o Rodrigo nos relatou ao descrever que muitos colegas teriam se intoxicado mesmo utilizando os equipamentos de proteção individual.

> [...]a Ergonomia está relacionada com as condições do ambiente de trabalho. Como está organizada o ambiente de trabalho para o trabalhador, ou seja,

> ele deve estar adaptado ao trabalhador e não o trabalhador adaptado ao trabalho né porque a gente sabe que não somo maquinas, e que temos algumas limitações e também o ser humano é muito complexo né a gente precisa adaptar o trabalho ao trabalhador[...] (Juliane, fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Com relação ao que nos foi revelado pelo Rodrigo e Madalena, a fisioterapeuta Juliane, entrevistada por atuar diretamente com saúde do trabalhador através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e estar em frequente contato com os profissionais da saúde das unidades básicas de saúde, através das formações periódicas, nos indica ao tratar da questão da ergonomia, que está associada às condições de trabalho, organização do trabalho e como os se dá a interação entre os sistemas de trabalho e os trabalhadores; que o problema da lógica predominante nas mais diversas atividades econômicas, é o de fazer o trabalhador se adaptar sistema de trabalho das agroindústrias canavieiras, ao invés das agroindústrias de adaptarem as particularidades e necessidades dos trabalhadores. Isto porque, seres humanos não são máquinas e logo não devem ser tratados como tais. E este é o problema do modelo societal do capital que subjuga o trabalho à lógicas e dinâmicas estranhadas e alienadas, que como desdobramento contribuem para o surgimento de patologias, problemas mentais, distúrbios e adoecimentos físicos.

Nesta perspectiva, o sr. André de Sandovalina, 60 anos, que atualmente exerce funções com o maquinário como terceirizado, nos ilustra o que a Juliane diz, ao indicar que mesmo com a entrada dos maquinários no plantio e na colheita, os novos arranjos produtivos e organizativos vão se expressar em aumento das jornadas de trabalho

e novas formas de contratação, como a terceirização. Um trabalhador terceirizado é muito mais rentável para uma agroindústria, pois este não tem o vínculo direto, então se torna mais fácil de controlar. Assim os lucros são maximizados, e os custos são reduzidos.

> **Entrevistador**: - Mas e as condições de trabalho são as mesmas?
> **Trabalhador**: - Você trabalha mais, porque o terceiro trabalha mais. Ganha mais, mas também deixa o couro. Quando a gente foi lá em Porecatu, a gente saía daqui 04:30h da manhã.
> **Entrevistador**: - E voltava que horas?
> **Trabalhador**: - Voltava às 19:30h da noite. Mas era porque é longe né.
> **Entrevistador**: - Mas aí vocês ganham esse horário em itinere? O terceiro paga?
> **Trabalhador**: - Não a gente só ganha, antes nós trabalhávamos na Agrovale assim, você trabalhava por hora. Se você fizesse por hora, você ganha uns R$8,00 ou R$9,00 reais por hora, mais o salário da carteira né. Aí hoje não, hoje eles deixaram o salário da carteira, mas tiraram as horas e agora você ganha pela produção de hectare que você faz. Quanto mais você trabalha, mas você ganha.
> **Entrevistador**: - Mas aí dificultou né, porque se você trabalhasse por hora ganhando por hora, acho que era melhor né? Ou não, o senhor acha melhor assim?
> **Trabalhador**: - Para nós é a mesma coisa. A gente trabalha um pouquinho mais para dar aquele rendimento, aquela coisa. Mas sobre o salário no fim do mês é a mesma coisa. Só o serviço que aumentou mais, produção de...Que a gente trabalha assim, o próprio operador sendo fiscal daquele próximo que está perto de você, por que? Porque se aquele lá, quebrar aquela máquina eu vou pagar.
> **Entrevistador**: - O senhor trabalha responsabilizado?
> **Trabalhador**: - É responsabilizado pela aquela máquina lá, o cara trabalhando errado lá, você está vendo ele trabalhar errado e deixa ele trabalhar, ele pá, quebra a máquina. Fica em R$15.000,00

> reais o conserto, porque um parafuso que quebra aquilo lá é R$5.000,00 reais, é muito cara aquelas máquinas. Aí eu e os demais é que tem que juntar e pagar.
> (Senhor André. 60 anos. Trabalha com o maquinário no plantio, na preparação do solo)

No trecho acima se percebe que o sr. André trabalha sob constante pressão psicológica, porque quebrar alguma peça da máquina que custa milhares de reais, implica em rebatimentos e descontos no salário do próprio trabalhador. Esse tipo de pressão psicológica, aumento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo do trabalho, para além do fato do trabalhador ser terceirizado, logo ter um vínculo empregatício precário com uma empresa terceirizada chamada Agrovale; constantemente impacta a subjetividade do trabalhador, o que pode vir a causar variados níveis de sofrimento social (SILVA, 2011), e por consequência diferentes tipos de patologias e problemas psicológicos e mentais.

> **Entrevistador:** Para finalizar, em poucas palavras qual você considera o que você acha que é a importância de falar de saúde do trabalhador?
> **Entrevistada:** É essencial né porquê ... a gente pensa na questão da saúde mental , é com os não existissem os adoecimentos, os transtornos mentais relacionados ao trabalho, é algo mais abstrato mais completo não existe um exame, então é muito importante né, a gente sabe que existe muito, questão do assedio rural, e esse assédio rural não tem que ser de forma hierárquica né, pode ser até do próprio colega de trabalho, então tem várias coisas que estão envolvidas ai né. E as pessoas estão adoecendo cada vez mais no ambiente de trabalho e isso precisa aparecer de alguma forma né, então se você não tem dados você não tem como modificar, não é que vão ser criadas legislações serviços que dão aí um apoio ao trabalhador. Que as pessoas sempre adoeceram e decorrência do trabalho a gente sabe que sim, mas

> agora estão começando a aparecer de pouquinho. (Meire. Fonoaudióloga do CEREST. Presidente Prudente)

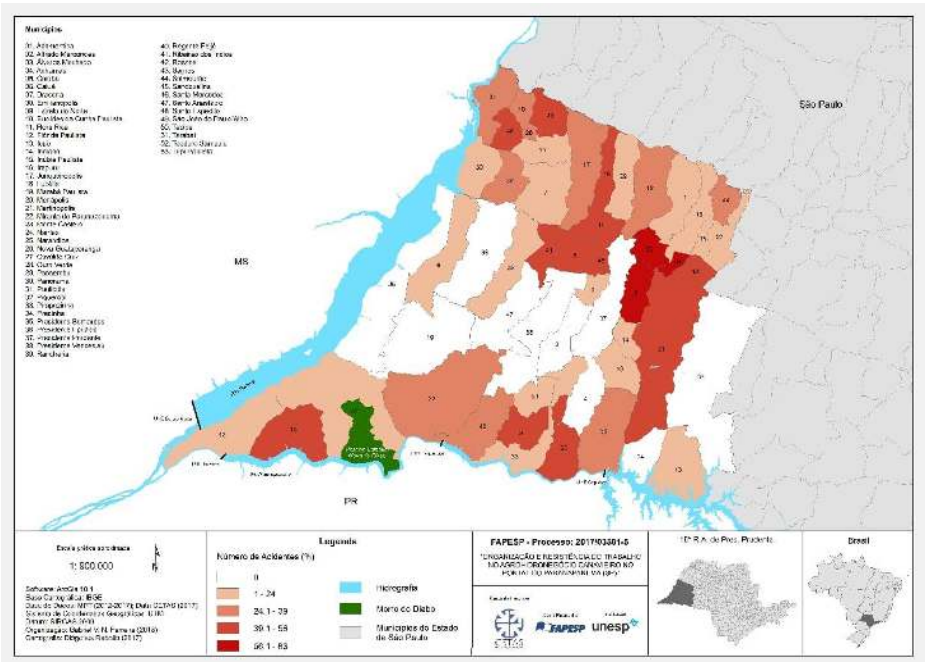
A fonoaudióloga Meire, vinculada ao CEREST, nos diz exatamente sobre os problemas de adoecimento mental relacionados ao trabalho que são mais difíceis de detectar, mas nem por isso menos graves e preocupantes. Destaca o assédio e pressões vindas dos representantes do patronato que podem vir, no médio e longo prazo, contribuir para que os trabalhadores desenvolvam problemas psicológicos e mentais. Isto sem contar que esta pressão imposta pela Alto Alegre para além dos outros elementos indicados, pode contribuir para que acidentes de trabalho ocorram, acidentes estes que de acidente nada tem, pois podem ser evitados e prevenidos, como nos diz a Meire, fonoaudióloga vinculada ao CEREST e a Juliane, fisioterapeuta do CEREST.

> **Entrevistador:** Você acha que esse aumento do ritmo de trabalho essa falta dos empregadores e também da sociedade em geral com o bem-estar, com a saúde com os momentos de laser do trabalhador, você acha que isso contribui para a ocorrência de acidentes de trabalho em algumas atividades laborais? E conceituar o acidente de trabalho, como acidente mesmo ou como alguns chamam de risco presumido?
> **Entrevistada:** Eu acho que o risco presumido, o acidente de trabalho tem tudo para ser evitado para ser prevenido, ele tem tudo! todo trabalho tem risco, mas há como prevenir, isso é a gente vê em todas as palestras com os especialistas em saúde do trabalho eles deixam isso muito claro, que há uma grande chance da gente prevenir o risco, tem como ele ser preventivo. (Juliane. Fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Desta forma, ao se falar de acidente de trabalho, devemos ter a clareza que acidentes de trabalho não são acidentes, mas sim

riscos presumidos, por conta de sistemas de trabalho das agroindústrias que ao invés de se adaptar ao trabalhador, procura fazer o trabalhador se adaptar ao sistema de trabalho e organizacional da agroindústria canavieira. Isto tem desdobramentos terríveis para os trabalhadores em geral. O mapa 5 evidencia esses desdobramentos da inversão existente entre sistemas de trabalho e os trabalhadores, quando este último deve se adaptar ao primeiro, ao invés do primeiro se adaptar ao último.

Mapa 5 - Número de acidentes de trabalho na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (2012 -2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

No mapa 5 que indica o número de acidentes de trabalho ocorridos entre 2012 e 2017 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, percebe-se que o acidente de trabalho, entre outras palavras, os riscos presumidos são ainda uma realidade, ao

contrário do que os sindicalistas de Presidente Prudente, Junqueirópolis e Regente Feijó dizem sobre o assunto.

Entre os quatro sindicalistas entrevistados foi comum a máxima de que não há mais acidentes de trabalho, no máximo alguns casos isolados, ou mesmo que com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) supostamente não haveria chance de se acidentar e se intoxicar, este último quando se trabalhasse no setor de herbicidas.

> **Entrevistador 2:** Tem ciência de acidente de trabalho envolvendo trabalhador no município pelo menos na última década? Nos últimos 10 anos de 2007 pra cá
> **Entrevistado:** Não
> **Entrevistador 2:** Teve algum acidente de trabalho? Quando há tipo assim
> **Entrevistado:** Coletivo não, mas já aconteceram algumas coisas individuais que eu não sei especificar pra vocês, mas já aconteceram
> **Entrevistador 1:** tem algum que você lembra que te chamou atenção no caso, acidente de trabalho
> **Entrevistado:** O que aconteceu foi há mais de 10 anos né (Presidente do sindicato de Junqueirópolis)

Para os sindicalistas entrevistados, principalmente o presidente do sindicato de Junqueirópolis, com relação à acidentes de trabalho o que existem são apenas casos isolados. Anteriormente havia dito que não havia casos de acidentes de trabalho. No entanto, o mapa 04 permite que se possa dizer com certeza que há um problema, sendo este estrutural, por trás da questão dos acidentes de trabalho, adoecimentos e intoxicações. Queremos dizer que há condicionantes estruturais que vem contribuindo para que este tipo de situação ocorra nas agroindústrias do Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente.

O Mapa 5, assim como o Mapa 4, comprovam que na medida que avança a transição tecnológica e organizacional, expoente da reestruturação produtiva, no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente se aprofunda os problemas relacionados à crise do sindicalismo, e ao se aprofundar os problemas da representação sindical assim como de toda e qualquer outra forma de organização coletiva que vise se opor ao processo em curso na região, pouco ou nada resta de barreiras para impedir o avanço do capital agroindustrial canavieiro sobre as condições de trabalho, ambientes de trabalho, jornadas de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, flexibilização dos tipos de contrato como a terceirização, e intensificação do estranhamento e alienação sobre aquilo que se produz. No mapa 5, na medida que as tonalidades vão se aproximando do vermelho, se evidencia que há mais casos de acidentes de trabalho nestes municípios.

É preciso dizer que a piora das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, é um desdobramento da transição tecnológica e organizacional em avanço no Pontal, e é agravada pela desatenção, imobilismo, engessamento, discurso neocorporativista, e excesso de negociações propositivas dos sindicatos, entendidos na figura dos STR's e SER em nossa região. A transição tecnológica tem impactado os sindicatos através da crise em duas dimensões, representativa e político-ideológica, e teve desdobramentos negativos nas condições de trabalho, o que contribui para a deterioração da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores; e neste sentido a crise dos sindicatos modernos levou à um agravamento da condição e situação dos trabalhadores, que desacreditados em qualquer forma de

organização coletiva acabam por serem presas mais fáceis do avanço do capital agroindustrial canavieiro.

Considerações finais

Não se pretende com este trabalho esgotar a temática que nos propusemos a estudar e pesquisar, mas apresentar alguns apontamentos que consideramos importantes para a realização de futuros trabalhos.

Em primeiro lugar, saúde e trabalho são duas categorias que não podem ser dissociadas, da mesma forma que não podem ser descontextualizadas e muito menos reduzidas à algo estático e a-histórico. Ambos são indissociáveis e precisam ser levadas em consideração a partir do modelo de sociedade e produção que somos submetidos diariamente. A saúde e mais especificamente o processo de adoecimento, quando fazemos essa leitura dinâmica da realidade, está diretamente relacionada com as condições de trabalho e os sistemas de trabalho à que são submetidos os trabalhadores das mais variadas categorias, e em nosso caso o setor sucroalcooleiro.

Isto quer dizer que devido ao modelo de sociedade e produção hegemônico, o capitalismo, entendido por nós como sistema e conjunto de relações sociais e de produção que que provocam estranhamento, alienação e se baseia na exploração do homem pelo homem, se percebe que constantemente, como algo estrutural do próprio modelo econômico, a saúde é uma das principais afetadas pelas alterações no universo do trabalho via superexploração do trabalho, aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, manuseio de agrotóxicos e ambiente laboral pouco apropriado para a segurança e integridade do trabalhador. Trata-se

que a saúde do trabalhador, não apenas a física como também a mental, é direta e indiretamente impactada em ambiente de reestruturação produtiva. Se entendermos a reestruturação produtiva como resposta das elites diante da crise estrutural do capital, alterando o padrão de produção e organizativo, chegamos à conclusão de que os ataques do capital contra a saúde do trabalhador se trata de algo estrutural do capitalismo, ainda mais nos países pobres, chamados de subdesenvolvidos, que são a periferia do sistema e espoliados desde tempos remotos.

Seguindo nessa linha de raciocínio, a questão da saúde do trabalhador encontra pouca ou quase nenhuma resistência dos sindicatos e entidades organizativas dos trabalhadores, porque estas também estão em crise, proveniente de processos complexos de fragmentação e enfraquecimento do poder de unidade da classe trabalhadora frente aos ditamos do capital hegemônico. Isto nos mostra que a incapacidade e imobilismo dos sindicatos frente à ofensiva do capital tem como desdobramento a quase que completa falta de proteção do trabalhador, que quando desorganizado politicamente nada pode fazer diante dos imperativos do capital.

Assim, podemos dizer que entender o processo saúde-doença é estabelecer o nexo entre saúde, trabalho e doença, e entender que as situações de adoecimento, acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxicos e afastamentos são parte estrutural da crise do capitalismo, que ao contrário do que alguns dizem, é um modelo de sociedade e de produção que está constantemente em crise, uma crise estrutural.

Referências

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho.** 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DEJOURS C. **Loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré; 1987.

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (1994). **Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho** (M. I. S. Betiol, et al., Trad.). São Paulo: Editora Atlas.

FERREIRA, G.V.N. **Organização e resistência do trabalho no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP).** (Monografia em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). O Avesso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas. Outras Expressões- SP, 2013.

MANIGLIA, Elisabete. Sustentabilidade e saúde do Trabalhador. In Saúde do Trabalhador: desafios para a seguridade social e o movimento sindical. In: LOURENÇO, E.A.S et. al (Orgs). Cultura Acadêmica, 2012.

PIGNATI, Wanderley. **O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). O Avesso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas. Outras Expressões- SP, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, p. 5-25, 2007.

Submetido em: 18 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 02 de junho de 2022.
Aprovado em: 29 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

NASCIMENTO FERREIRA, G. V.; RABELLO, D. Processo saúde-trabalho-doença e reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro da 10ª região administrativa de Presidente Prudente, São Paulo. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 788–827, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2270.

PRECIPITAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CUBATÃO DO SUL/SC: ESTUDO DA VARIABILIDADE COM OS DADOS OBSERVADOS E A REANÁLISE MERRA-2

PRECIPITATION IN THE CUBATÃO SOUTH RIVER WATERSHED/SC: VARIABILITY STUDY WITH OBSERVED DATA AND MERRA-2 REANALYSIS

PRECIPITACION EN LA CUENCA DEL RIO CUBATÃO DO SUL/SC: ESTUDIO DE VARIABILIDAD CON LOS DATOS OBSERVADOS Y EL REANALISIS MERRA-2

Karen Andressa Ramos
Mestranda em Geografia - UFSC
Email: kandressa17@gmail.com

Manuela Luiza de Andrade Camisão
Mestranda em Clima e Ambiente - IFSC
Email: manuelacamisao@gmail.com

Karla Viviane de Carvalho
Mestranda em Clima e Ambiente - IFSC
Email: kavicarvalho@gmail.com

Thiago Pereira Alves
Dr. Sistemas Costeiros e Oceânicos - UFPR
Docente e pesquisador - IFSC
Email: thiago.alves@ifsc.edu.br

Resumo:
A precipitação é quem condiciona e regula diretamente a variabilidade de grande parte do volume hídrico dos rios, desta forma o objetivo do trabalho é identificar a variabilidade das chuvas anuais e interpretar o comportamento mensal e sazonal da precipitação na bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul/SC. A série temporal analisada é entre os anos de 1946 a 2020. Para o estudo utilizou-se dados observados e reanálise MERRA-2. As técnicas aplicadas para a análise dos dados foram estatísticas descritivas, análise da variância unifatorial e multifatorial, Anos-padrão e o modelo de interpolação Inverso da Distância Ponderado, com a Fórmula de Sturges. Como resultado, a bacia hidrográfica e seu entorno registrou mais anos secos do que chuvosos, porém apresentou volumes elevados em curto período, indicando uma leve tendência de incremento nas últimas décadas, evidenciou um verão chuvoso, o inverno mais seco, a primavera e outono bastante variáveis. A porção leste da bacia e o setor sul da região apresentaram-se como a mais chuvosa.

Palavras-chave: Recurso hídrico, anos-padrão, chuvoso, seco, interpolação.

Abstract:
Precipitation is what directly conditions and regulates the variability of a large part of the water volume of rivers, so in this work we propose to identify the annual variability of rainfall and determine the monthly and seasonal precipitation behavior of the Cubatão South River watershed - Santa Catarina/SC. The time series analyzed is from 1946 to 2020. Observed data and MERRA-2 reanalysis were used. Descriptive statistics, unifactorial and multifactorial analysis of variance, Standard-Years, Inverse Distance Interpolation model weighted with Sturges Formula were methods used in this work. As a result, the watershed and its surroundings recorded more dry than rainy years, but the region has had high rainfall in a short period of time, indicating a slight tendency to increase in the last two decades, showing a rainy summer, drier winter, with very variable spring and autumn. The eastern portion of the watershed and the southern sector of the region were the rainiest.

Keywords: Water resource, standard years, rainy, dry, interpolation.

Resumen:
Las precipitaciones son las que condicionan y regulan directamente la variabilidad de gran parte del caudal de agua de los ríos, por lo que el objetivo del trabajo es identificar la variabilidad de la precipitación anual e interpretar el comportamiento mensual y estacional de la precipitación de la cuenca del río Cubatão do Sul/SC. La serie temporal analizada está comprendida entre 1946 y 2020. Se utilizaron datos observados y el reanálisis MERRA-2. Las técnicas aplicadas para el análisis de los datos fueron la estadística descriptiva, el análisis de varianza unifactorial y multifactorial, los años estándar y el modelo de interpolación de distancia ponderada inversa con la fórmula de Sturges.Como resultado, la cuenca y sus alrededores registró más años secos que lluviosos, a pesar de que la región presenta una alta pluviosidad en un corto período de tiempo, indicando una ligera tendencia al aumento en las últimas dos década, evidenciando un verano lluvioso, un invierno más seco, con una primavera y un otoño bastante variables. La porción este de la cuenca y el sector sur de la región fueron los más lluviosos.

Palabras-clave: Recursos hídricos, años estándar, lluvioso, seco, interpolación.

Introdução

Bacias hidrográficas são áreas de captação natural da água de precipitação que compõe-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório (TUCCI, 1997).

A concepção da bacia hidrográfica como uma ferramenta para a gestão com adequado foco na integração provém do *International Conference on Water and the Environment: Development Issues for the 21st Century* (WMO, 1992). Segundo a legislação brasileira, uma bacia hidrográfica constitui a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

O recorte territorial das bacias hidrográficas para gestão da água ganhou espaço com a consolidação do princípio nº 1 (Princípios de Dublin), que diz que a gestão dos recursos hídricos, para ser efetiva, deve ser integrada e considerar todos os aspectos, físicos, sociais e econômicos (PORTO, M.; PORTO, R., 2008).

Integrar todos os aspectos que afetam e são influenciadas por estas áreas tem sido um grande desafio (SCHIAVETTI; CAMARGO, 2002). Entre eles, a análise e compreensão dos componentes hidrológicos, como a precipitação, que possuem destaque devido a sua relevância (BALBINOT *et al.*, 2008).

A precipitação condiciona e regula diretamente a variabilidade de grande parte do volume hídrico dos rios. Além disso, é o elemento meteorológico que melhor representa a diversidade climática brasileira, devido à sua grande variabilidade temporal e espacial (ZAVATTINI; BOIN, 2013).

As chuvas exercem grande influência sobre as condições ambientais, atividades produtivas rurais e produção de energia (COAN; BACK; BONETTI, 2015). A obtenção de dados pluviométricos é essencial para a realização de estudos hidrológicos que auxiliam no planejamento dessas e muitas outras atividades, como obras de contenção e construção de pontes (FRANCESCHI; OLIVEIRA, 2017).

O gerenciamento, a conservação e a recuperação da bacia hidrográfica depende de uma forte base de informações hidrológicas e do desenvolvimento de mecanismos de transferência de conhecimento da ciência básica para a aplicação (TUNDISI, 2006).

Desta forma, estudos em bacias hidrográficas são de extrema importância para a gestão dos recursos hídricos da mesma. O conhecimento da oferta quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica pode priorizar demandas e gerir diretrizes para o uso prioritário e sustentável deste bem (PEREIRA; KOBIYAMA, 2013).

A bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, localizada na região da Grande Florianópolis, possui dois principais rios, a Vargem do Braço (Pilões) e o Cubatão do Sul, as águas são captadas para o abastecimento de aproximadamente 700 mil habitantes (PMF, 2010). De acordo com Silva e Mattei (2013), a região possui uma expressiva densidade demográfica, sendo uma das maiores do Estado de Santa Catarina, com forte urbanização e alto fluxo de migração. Logo, há apreensão sobre o estado da bacia hidrográfica, já que é uma importante fornecedora de água para o abastecimento.

Dada a importância, o objetivo deste trabalho consistiu em identificar a variabilidade das chuvas anuais e interpretar o comportamento mensal e sazonal de precipitação da bacia

hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, em anos-padrão seco, habitual e chuvoso.

Materiais e Métodos

Área de estudo e seus aspectos naturais

A bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul está localizada no Estado de Santa Catarina e inserido nos municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, parte de São Pedro de Alcântara e de Palhoça, nos paralelos de 27°35'46" e 27°52'50" de latitude Sul e meridianos de 48°38'24" e 49°02'24" de longitude Oeste (figura 1).

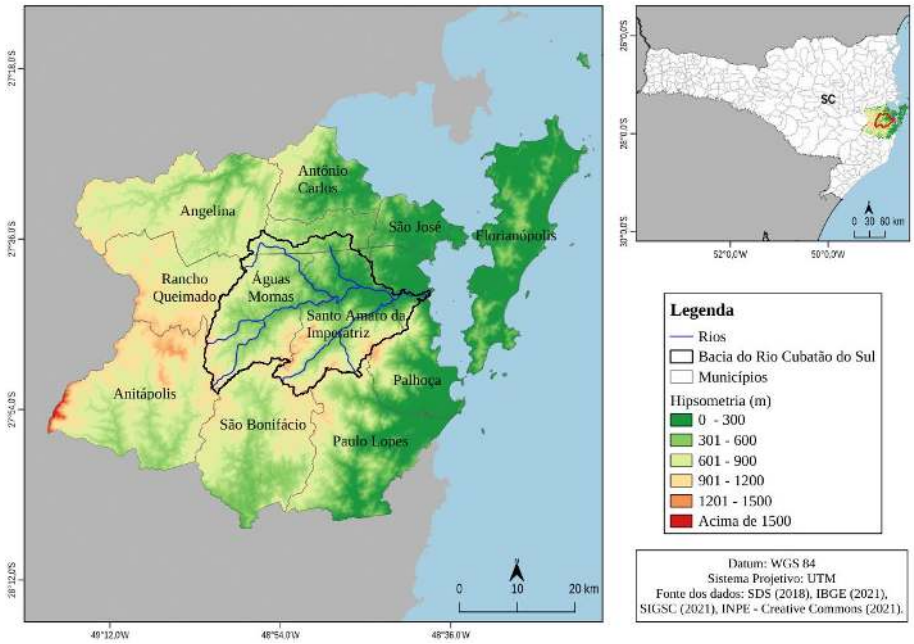
A bacia do Rio Cubatão possui uma área total de 738 km², sendo que 342 km² estão dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. De acordo com a classificação de bacias hidrográficas catarinenses, ela faz parte da Região Hidrográfica Litoral Centro (RH-8), ocupando cerca de 14% da área total do RH-8 (SANTA CATARINA, 2018).

A bacia origina-se nas vertentes orientais das serras do Rio Novo e da Garganta, com altitudes superiores a 1.000 metros. Logo em seguida ocorre a junção dos rios Cedro e Salto (Alto Cubatão) que desaguam no rio Cubatão do Sul e seu escoamento vai até a sua foz na Baía Sul (Município da Palhoça), formando um manguezal. O rio Cubatão do Sul é o principal rio da bacia, possui curso sinuoso com um comprimento de aproximadamente 65 km, que recebe o aporte dos rios das Forquilhas e Matias, localizados na margem direita, e do Rio Vargem do Braço localizado na margem esquerda.

As águas dos rios Cubatão do Sul e Vargem do Braço são captadas e distribuídas pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) para a região da Grande Florianópolis, cuja capacidade de abastecimento era de 700 mil usuários (CASAN, 2013).

A hipsometria evidencia que na bacia do Rio Cubatão do Sul há variação entre 0 a 1500 m, as maiores altitudes referem-se à Serra do Tabuleiro (1241 m), ao Morro do Massiambu (1210 m) e à Serra do Cambirela (1043 m) (Figura 1).

Figura 1: Localização da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, contendo a hipsometria da região e os principais rios da bacia.



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

O relevo do interior da bacia se caracteriza por três grandes unidades topográficas. No relevo cristalino, com altitudes que variam de 400 a 900 m, destacam-se algumas serras como a Serra do Tabuleiro, formada por uma vasta massa granítica na fachada atlântica, com níveis entre 800 e 1.000 metros. A segunda unidade

são formações tabulares, destacando a chapada da Boa Vista, que é formadora do grande centro dispersor das águas, com altitudes que se elevam até 1.200 metros. Por último a unidade planícies costeiras, próxima a sua foz e ao longo de toda a parte baixa e média do Rio Cubatão, são áreas com solos ricos em matéria orgânica, bastante sujeitos a inundações (PEREIRA *et al.*, 2002).

Pela classificação de Koppen a região se encontra sob domínio do Clima subtropical, com verão quente (Cfa) e do Clima temperado, com verão ameno (Cfb), ou seja, nas planícies e regiões mais baixas é atribuído o tipo Cfa, e nas altas o Cfb (JORGE; MENDONÇA, 2009).

A vegetação da bacia do Rio Cubatão do Sul pertence ao bioma Mata Atlântica, tendo o domínio de Vegetação Litorânea (manguezais e restingas), Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), Campos de Altitude (Campos Naturais) e Matinha Nebular (EXTERCKOTER, 2006).

Obtenção dos dados e séries temporais

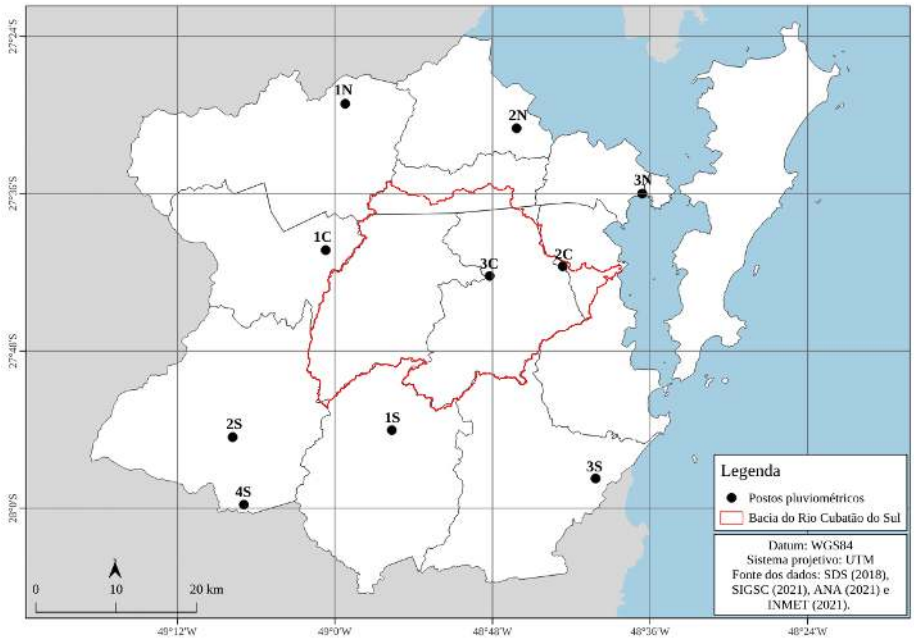
Os registros de precipitação foram obtidos através dos bancos de dados *on-line* disponibilizados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), nos postos dispostos na área da bacia do Rio Cubatão do Sul como no entorno.

Vale a observação de que dentro dos limites da bacia só existem apenas 2 postos pluviométricos com os dados disponíveis para o *download*, que são insuficientes para o estudo, portanto foram

considerados os demais postos adjacentes da bacia, pois poderá haver semelhanças no comportamento meteorológico.

Na bacia hidrográfica e entorno existem treze postos pluviométricos com os dados disponíveis, mas foram selecionados dez postos para este estudo: três localizados no norte, três no centro, com duas dentro da bacia, e quatro no sul. Conforme a figura 2, contendo os códigos dos postos.

Figura 2: Localização dos postos pluviométricos.



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Dos 13 postos disponíveis, dois foram excluídos por apresentarem elevada inconsistência de registros, não sendo temporalmente representativo para o presente estudo. O registro mais longo encontrado entre os dados de todos os postos é do ano de 1944 e se estende até 2021.

Também, foram utilizados dados de precipitação oriundo da reanálise MERRA-2, produzida pelo *Global Modeling and Assimilation Office* (GMAO) e adquiridos do Projeto POWER do

Centro de Pesquisa Langley da NASA (LaRC) financiado pelo Programa de Ciências da Terra/Ciências Aplicadas da NASA. A reanálise possui registros mensais completos, que se enquadram na recomendação da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) em utilizar uma série com mais de 30 anos, sem falhas mensais, para análise do clima de um local (WMO, 2019), por isso pode ser utilizada como apoio na escolha de um ano seco, um habitual e um chuvoso para o estudo das chuvas sazonais e mensais.

A série temporal na estatística descritiva e na análise da variância unifatorial (*one-way ANOVA*) foi delimitada entre o ano de 1945 a 2020, pois esse arco temporal permite o aproveitamento de todos os dados disponíveis dos nove postos pluviométricos (ANA).

Para a técnica Anos-padrão foram utilizados os dados de todos os dez postos e da reanálise MERRA-2. Para que seja possível a execução, a série temporal foi reduzida para o ano de 1981 a 2017, pois os registros do MERRA-2 iniciam-se no ano de 1981 e foram encontradas inconsistências nos registros dos anos de 2018 e 2019, por isso, tiveram que ser excluídos do estudo.

Procedimentos metodológicos

Os mapas apresentados ao longo do trabalho foram elaborados por meio do *software* de Sistema de Informação Geográfica QGIS. Os gráficos e as análises estatísticas foram realizados no software Sigmaplot v11. A respeito dos registros pluviométricos, eles foram cuidadosamente avaliados e selecionados, removendo os períodos ausentes e inconsistentes.

Os postos foram agrupados em categorias 'Norte', 'Centro' e 'Sul', conforme a figura 2, pois há a possibilidade de uma área

apresentar volumes de chuva mais altos do que em outras áreas, tendo em vista as diferenças de relevo e da orientação das frentes frias, que é um dos principais mecanismos geradores de chuva na região e normalmente se movem de sudoeste para nordeste, contribuindo para a chuva orográfica.

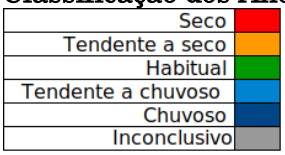
As análises estatísticas com os dados mensais, descritivas e a análise da variância unifatorial (*one-way ANOVA*), foram utilizadas para avaliar os padrões de chuva entre os meses, entre os anos, entre os postos pluviométricos e entre o agrupamento dos postos (Área Norte, Área Centro e Área Sul). Posteriormente, foram realizadas análises da variância multifatorial (*multifatorial ANOVA*), com o intuito de observar o comportamento do padrão das chuvas relacionado a dois ou mais fatores, combinando meses, anos e os postos.

Anos-padrão foi a técnica utilizada neste trabalho para identificar o padrão anual das chuvas na região da bacia do Rio Cubatão do Sul, com base do desvio-padrão em relação à média, idealizada por Sant'Anna Neto (1995), classificando os anos em: seco, tendente a seco, habitual, tendente a chuvoso e chuvoso. Essa técnica detecta consistentemente quais anos estão nos limites extremos das observações (SILVESTRE; SANT'ANNA NETO; FLORES, 2013).

Para a execução da técnica Anos-padrão, foram realizados cálculos de desvio padrão em relação à média com os valores de precipitação anuais, de todos os postos por área e da reanálise MERRA-2. Os resultados são apresentados na seguinte forma: a cor vermelha indica ano seco; a cor laranja indica ano tendente a seco; a cor verde é ano habitual; a cor azul claro aponta ano tendente a chuvoso e o azul escuro indica ano chuvoso, a cor cinza indica que é

inconclusivo (figura 3). Cabe destacar que os quadrados na cor branca indicam a ausência de informação.

Figura 3: Classificação dos Anos-padrão.



Fonte: SANT'ANNA NETO (1995). Elaboração dos autores (2021).

Os resultados foram dispostos em uma planilha, onde foram adicionadas colunas chamadas de "Consenso", que significa que a classe resultante é a maioria dos resultados dos postos. Essas colunas "Consenso", das áreas Norte/Centro/Sul, foram dispostas em um novo quadro, elaborando uma coluna também chamada de "Consenso", indicando que a classe resultante representa a maioria dos resultados de cada área. O procedimento auxilia no panorama geral da região e da bacia, apontando o quão seco, chuvoso ou habitual foi cada ano da série temporal.

Com um ano seco, um ano habitual e um ano chuvoso, foi realizada a interpolação mensal, utilizando os dados observados, com o modelo Inverso da Distância Ponderado (IDP), sendo um dos métodos mais usados (ROCHA *et al.*, 2019; FARIAS; FRANCISCO; SENNA, 2017; GARDIMAN JUNIOR *et al.*, 2012).

O modelo IDP é baseado na linearidade ponderada da combinação do conjunto de dados de precipitação coletados, assumindo que cada dado de entrada tem uma influência local que diminui com a distância, ou seja, quanto maior proximidade dos dados, maiores são os detalhes da superfície interpolada (AMORIM *et al.*, 2008). Os intervalos de classe da precipitação foram realizados

através da técnica Fórmula de Sturges (STURGES, 1926), conforme a figura 4.

Figura 4: Intervalos de classe da precipitação e suas respectivas cores.

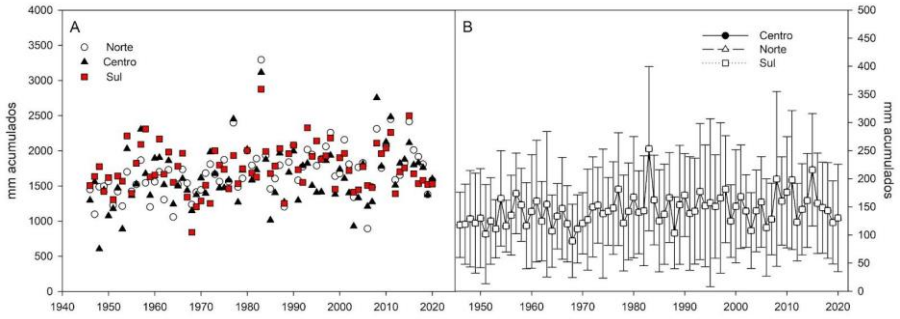
Chuva (mm)	
10 – 57	
58 – 103	
104 – 149	
150 – 195	
196 – 241	
242 – 287	
288 - 333	
334 – 379	

Fonte: STURGES (1926). Elaboração de autores (2021).

Resultados e Discussão

A bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul e seu entorno tiveram a precipitação média de 1647,6 ±375,4 mm, com o máximo de 2959,2 mm e o mínimo de 600,3 mm. A distribuição da pluviosidade anual representada pelas figuras 5A e 5B nos permite inferir que a região possui um padrão de chuvas relativamente constantes (em torno do valor médio), com períodos curtos de elevada precipitação, além disso, apresentou uma leve tendência de incremento nas últimas duas décadas.

Figura 5: A) Valores brutos anuais para cada agrupamento de postos e B) média mensal ± o desvio padrão, de chuva acumulada por ano em cada agrupamento.



Fonte: ANA (2021). Elaboração de autores (2021).

Entre os agrupamentos dos postos, não foram observadas diferenças significativas (F= 0,55; p= 0,99) de precipitação anual, ao longo da série temporal. No entanto, todos os agrupamentos apresentaram diferenças significativas de registros de pluviosidade entre os anos (F= 6,71; p= 0,001), indicando que em determinados anos ocorrem maiores volumes de chuva.

Os registros de elevados valores de pluviosidade anuais foram nos anos de 1983 (3627,90 mm), 2008 (3070,60 mm), 2011 (2582 mm) e 2015 (2820,10 mm). Em contrapartida, os menores registros de precipitação foram nos anos de 1968 (1074,90 mm), 1988 (1244,10 mm), 2003 (1233,90 mm) e 2006 (892,6 mm).

Para compreender a variabilidade das chuvas anuais de todos os postos dos agrupamentos, pode ser observada na figura 6. Os resultados evidenciaram que a menor variabilidade pluviométrica anual ocorreu nos postos da área Norte, com a evidência de mais anos com o padrão habitual do que nas áreas Centro e Sul.

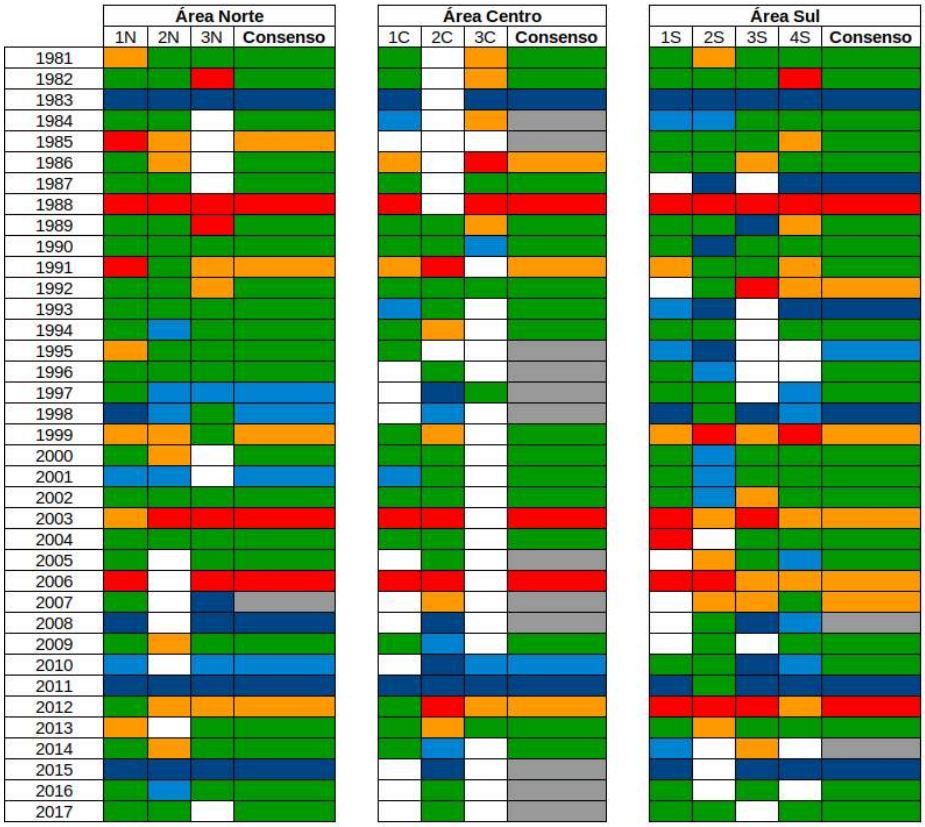
A área Sul teve a maior variabilidade de precipitação, apresentando uma menor quantidade de anos no padrão habitual do que nas áreas Norte e Centro. Destaca-se que nos anos de 1987 a 1998 diversos postos se apresentaram como chuvosos, esse padrão

não apareceu nos outros agrupamentos. Esse indício reforçou a maior variação das chuvas anuais na área Sul.

De acordo com a figura 7, que representa o padrão das chuvas anuais de cada agrupamento, o setor Sul foi identificado como o mais chuvoso, aparecendo em 6 anos de toda a série temporal. Em relação aos anos 'secos', nas áreas Centro e Norte ocorreram em 1988, 2003 e 2006, enquanto no setor Sul somente nos anos de 1988 e 2012.

Em 36 anos, as classes 'seco' e 'tendente a seco' representaram em 6 anos no total (16%), o 'habitual' se configurou por 23 anos (64%); as classes 'tendente a chuvoso' e 'chuvoso' se apresentaram por 5 anos no total (14%), e houve 3 anos inconclusivos (8%). Na reanálise, apresentaram-se 13 anos ao total de 'secos' e 'tendentes a seco' (36%); 14 anos 'habitual' (38%) e somaram 10 anos 'tendente a chuvoso' e 'chuvoso' (28%).

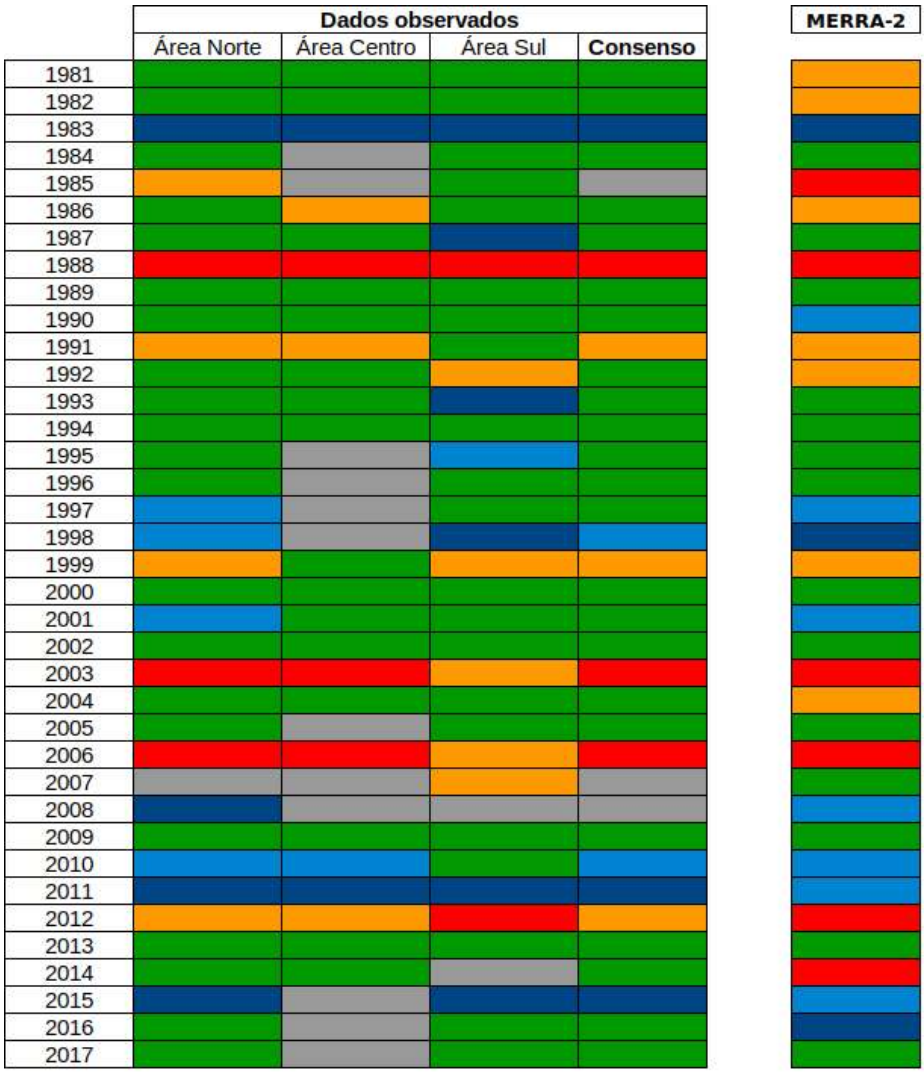
Figura 6: Variabilidade das chuvas anuais da bacia do Rio Cubatão e seu entorno, com todos os postos pluviométricos.



Fonte: ANA (2021) e INMET (2021). Elaboração de autores (2021).

Os resultados dos dados observados e da MERRA-2 apresentaram discordâncias na classificação em diversos anos, portanto, ao utilizar a reanálise como apoio nos resultados dos anos-padrão foi necessária a cautela.

Figura 7: Variabilidade das chuvas na bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, com os dados observados e MERRA-2.



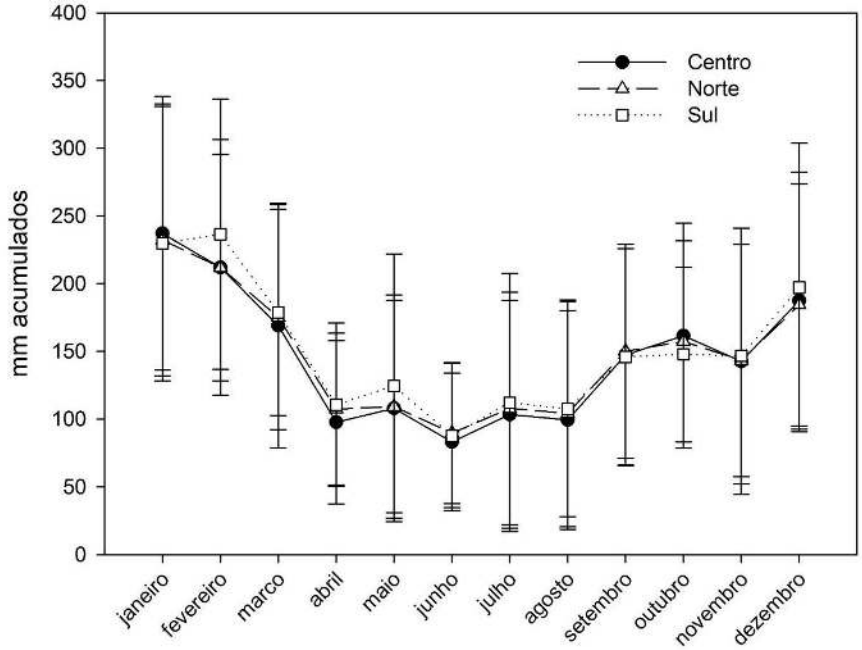
Fonte: ANA (2021), INMET (2021) e POWER (2021) . Elaboração de autores (2021).

Com base nos resultados, considerando os anos mais recentes, para análises das chuvas mensais e sazonais foram escolhidos o ano de 2006 como ano-padrão 'seco', 2017 como 'habitual' e 2015 como 'chuvoso'.

Na figura 8 observa-se que no verão e no início do outono ocorreu maior pluviosidade, sendo os meses de janeiro (232,63

±100,84 mm) e fevereiro (222,87 ±94,89 mm) os mais chuvosos. O período de menor precipitação ocorreu no inverno, com os meses de junho (86,88 ±52,11 mm) e agosto (104,19 ±80,89 mm) sendo os mais secos. A média mensal ao longo do ano foi significativamente diferente (F= 145,0; p= 0,0001).

Figura 8: Média mensal ± o desvio padrão, de chuva acumulada, por mês para cada agrupamento.



Fonte: ANA (2021). Elaboração de autores, 2021.

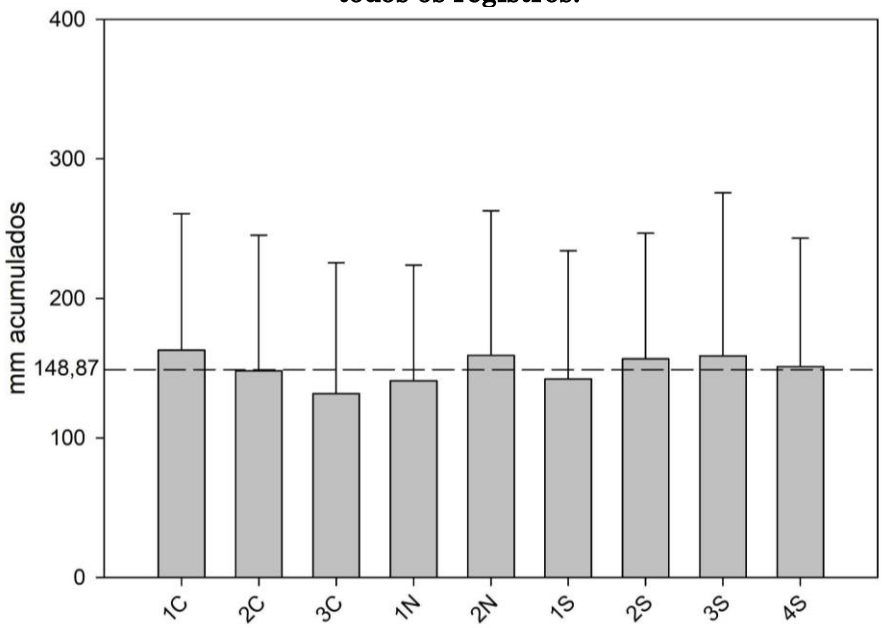
Entretanto, o comportamento dos agrupamentos Norte, Centro e Sul ao longo do ano não foram estatisticamente diferentes (F= 0,87; p= 0,64), indicando que o padrão de comportamento dos grupos são similares dentro da variação sazonal observada nesta série temporal.

Os registros pluviométricos apresentaram uma média mensal de 148,87 ±95,76 mm de chuva acumulada (figura 9). As menores médias mensais de precipitação foram registradas nos

postos 3C (131,73 ±93,69 mm), 1N (140,95 ±82,77 mm) e 1S (142,22 ±91,89). As maiores médias foram nos postos 1C (162,86 ±97,73 mm), 2N (159,11 ±103,64 mm), 3S (158,83 ±116,87 mm).

Houve diferença significativa na chuva mensal (F= 7,58; p= 0,0001) do posto 3C (131,73 ±93,69 mm), que foi menos chuvosa em relação aos postos, na ordem decrescente, 1C (162,86 ±97,73 mm), 2N (159,11 ±103,64 mm), 3S (158,83 ±116,87 mm), 2S (156,62 ±89,98 mm) e 4S (151,01 ±92,14 mm). O posto 1C (162,86 ±97,73 mm), apresentou um valor médio de precipitação mensal significativamente mais elevado em relação aos postos, na ordem crescente, 1S (137,15 ±86,17 mm), 3C (138,34 ±91,78 mm), 1N (154,29 ±85,31 mm).

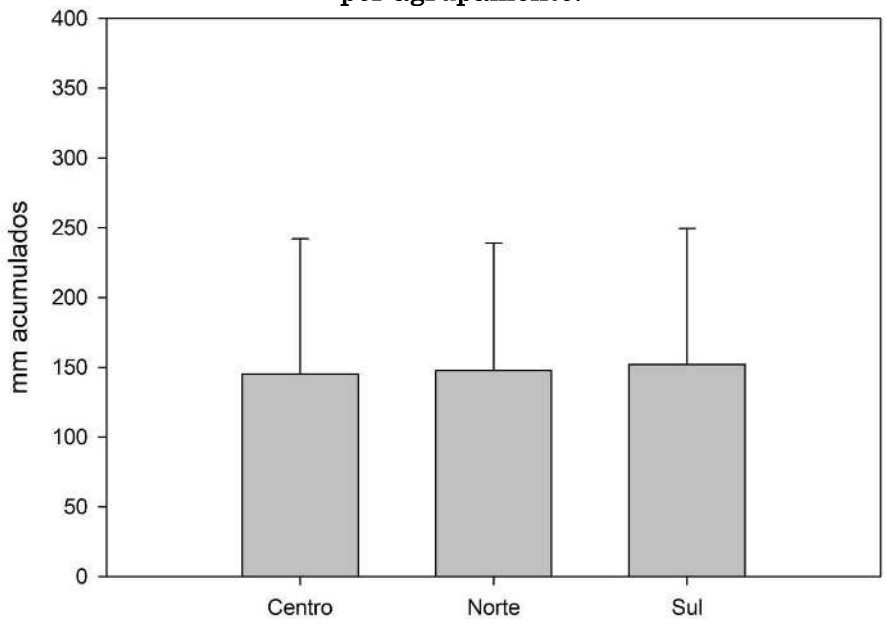
Figura 9: Média mensal ± o desvio padrão, de chuva acumulada por posto pluviométrico. A linha tracejada representa o valor médio de todos os registros.



Fonte: ANA (2021). Elaboração de autores (2021).

O valor médio da chuva mensal acumulada no agrupamento Norte foi de 147,63 ±91,40 mm, no agrupamento Centro foi de 145,29 ±96,74 mm e no Sul foi de 152,06 ±97,42 mm (figura 10). Não foram observadas diferenças significativas (F= 2,74; p= 0,065) dentro dos agrupamentos e entre os agrupamentos.

Figura 10: Média mensal ± o desvio padrão, de chuva acumulada, por agrupamento.



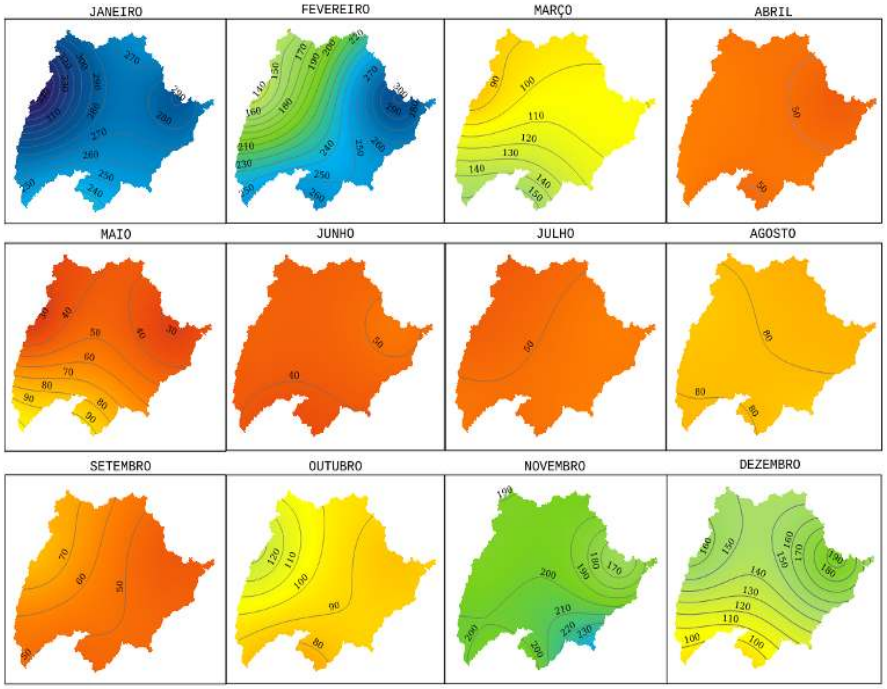
Fonte: ANA (2021). Elaboração de autores (2021).

O comportamento da pluviosidade mensal entre os anos da série histórica demonstraram diferenças significativas (F= 11,72; p= 0,001), indicando que determinados anos podem ocorrer alterações no padrão de distribuição de chuvas mensais. As diferenças de pluviosidade podem estar sendo influenciadas por padrões climáticos de maior escala (*i.e. El Niño/La Niña*) ou estar refletindo as consequências das mudanças no padrão climatológico associadas às mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global.

Com base nos anos-padrão definidos, analisamos o comportamento espacial da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, conforme as figuras 11, 12 e 13.

No ano de 2006, considerado de padrão seco, contemplamos os meses de abril a setembro, com volumes de chuva abaixo dos 90 mm por toda a bacia, ainda que nos meses de março e outubro também registraram pouca chuva. Tendo os meses de janeiro, com a maior pluviosidade no oeste da bacia, e fevereiro, na porção leste da bacia. Esse comportamento de precipitação, ao longo do ano, provavelmente refletiu no volume hídrico, diminuindo os níveis e as vazões dos rios.

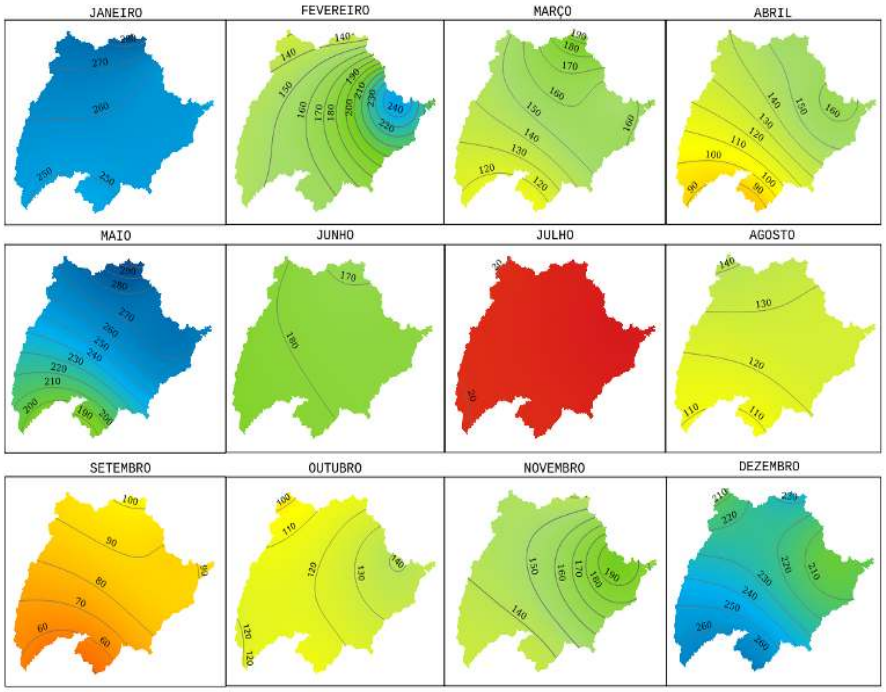
Figura 11: Distribuição das chuvas mensais do ano de 2006, classificado como seco.



Fonte: SDS (2018), ANA (2021) e INMET (2021). Elaboração dos autores (2021).

No ano de 2017, que foi de padrão habitual, as chuvas foram significativas e bem distribuídas durante o ano, com o verão e outono sendo mais chuvosos; inverno e primavera mais secos. Os meses de janeiro, maio e dezembro foram mais chuvosos, entre 190 a 290 mm. Os meses mais secos foram julho, que se destacou por chover apenas 20 mm por toda a bacia, e setembro, com volumes de até 100 mm. Na porção sul da bacia, foram observados menores volumes de precipitação ao longo do ano, enquanto que no leste e norte registraram maiores volumes de chuvas.

Figura 12: Distribuição das chuvas mensais do ano de 2017, classificado como habitual.

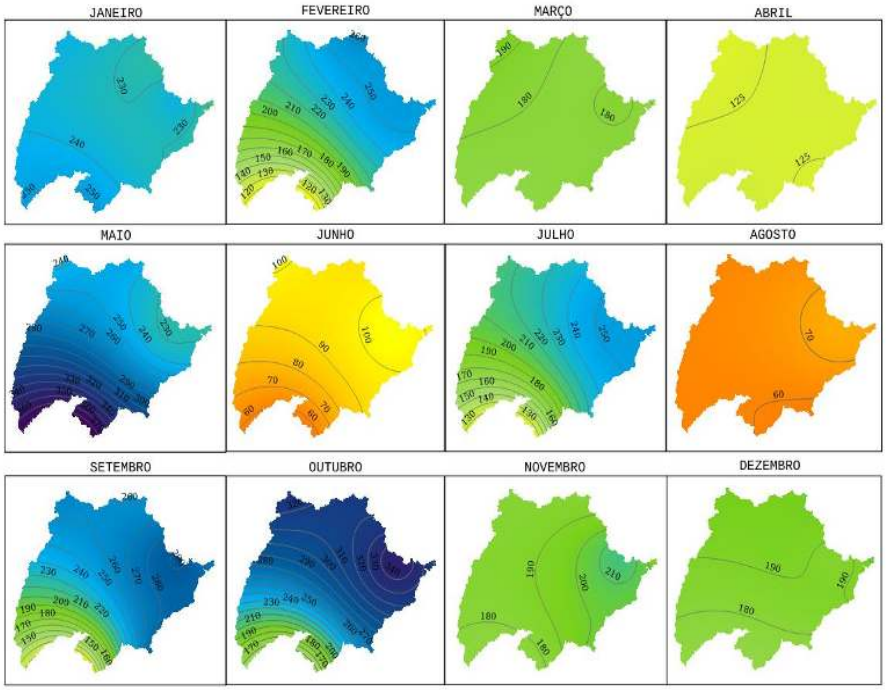


Fonte: SDS (2018), ANA (2021) e INMET (2021). Elaboração dos autores (2021).

No ano de 2015, de padrão chuvoso, a porção leste da bacia recebeu mais chuvas durante o ano e a maioria dos meses tiveram

volumes de aproximadamente 200 mm em grande parte da bacia, o que contribuiu para que o ano fosse chuvoso. Mas, o destaque foi que nos meses de maio e outubro tiveram volumes acima de 300 mm, respectivamente, nos setores sul e leste da bacia, além disso, o mês de junho foi de padrão excepcional. Com a concentração das chuvas na porção leste, possivelmente ocorreram enchentes e enxurradas no município de Santo Amaro da Imperatriz, principalmente no mês de outubro.

Figura 13: Distribuição das chuvas mensais do ano de 2015, classificado como chuvoso.



Fonte: SDS (2018), ANA (2021) e INMET (2021). Elaboração dos autores (2021).

A distribuição das chuvas ao longo da bacia foram bastantes variáveis. Mas é evidente que no verão foi mais chuvoso, inverno mais seco, no outono e na primavera foram mais regulares.

A variação sazonal de precipitação está ligada à atuação de diferentes sistemas produtores de chuva ou de sistemas secos (escala global ou local), entre os quais citamos: os sistemas frontais, a formação de ciclones extratropicais, os Sistemas Convectivos de Mesoescala (SCMs), o Complexo Convectivo de Mesoescala (CCMs), a Zona Convergência Atlântico Sul (ZCAS), os Bloqueios Atmosféricos, o El Niño Oscilação do Pacífico Sul (ENOS) e as Brisas marítimas e terrestres, que possuem grande influência sobre o litoral catarinense.

Um dos principais mecanismos que contribui para a precipitação sobre o Estado de Santa Catarina são os sistemas frontais oriundos do sul do continente americano, conhecidas como frentes frias. Conforme Rodrigues, Franco e Sugahara (2004), verificou-se uma frequência média mensal de 3 a 4 frentes frias, atingindo o Estado em todos os meses do ano, com um número ligeiramente maior desses sistemas durante a primavera. De acordo com Andrade (2005), os meses de janeiro, fevereiro, março e agosto são os que apresentam menor número de frentes sobre Santa Catarina, enquanto nos demais meses do ano aproximadamente 5 sistemas atingem essa área, no entanto, a maior frequência de sistemas frontais se dá na primavera. Diversos autores encontraram alguma condição de variabilidade mensal das frentes frias, em geral, a frequência de passagem é maior no inverno e na primavera, diminuindo no verão e outono (LEMOS; CALBETE, 1996, JUSTI DA SILVA; SILVA DIAS, 2000, RODRIGUES; FRANCO; SUGAHARA, 2004.)

Outro fenômeno meteorológico condicionador de chuvas, principalmente durante o inverno, são os ciclones extratropicais. De acordo com Mello *et al.* (2015), os ciclones têm maior incidência

durante os meses mais frios e menor no outono. Os ciclones associados à umidade da circulação marítima e orografia contribuem de forma significativa com as precipitações no litoral de Santa Catarina (HAAS, 2002), o que pode explicar de forma mais representativa os volumes de precipitação no leste da bacia hidrográfica. Um exemplo de chuvas ocorridas devido a formação de ciclone foi no mês de maio de 2008, explicitado por Reboita *et al.* (2009).

Com a menor atuação das frentes frias no verão, os maiores volumes de precipitação nesse período do ano são provenientes de sistemas convectivos, os sistemas frontais organizam-se com a convecção tropical e uma intensa atividade convectiva ocorre sobre a Argentina, Brasil, Bolívia e leste do Peru (SATYAMURTY *et al.*, 1998). Cerca de 50% da precipitação que ocorre durante o ano, na região da América do Sul tropical e subtropical, acontecem nos meses de dezembro a fevereiro, na forma de chuva convectiva com uma forte variação diurna (GAN; KOUSKY; ROPELEWSKI, 2004).

Destaca-se que o ano de 1983 foi atipicamente chuvoso, no estudo elaborado por Velasco e Fritsch (1987) identificaram que o número de SCMs dobrou durante o evento *El Niño* de 1982/83, que foi um dos mais fortes do século XX, sendo um dos sistemas responsáveis por parte da precipitação ocorrida e por enchentes, que se prolongou até o inverno de 1983, sendo um dos mais catastróficos já vistos na região Sul (CARVALHO JÚNIOR, 2004).

Ainda ocorre a formação do Complexo Convectivo de Mesoescala (CCMs), conforme demonstrado por Durkee, Mote e Shepherd (2009), na qual o sistema contribui cerca de 11% a 20% das chuvas em todos os meses do ano na América do Sul e nas estações mais quentes chega a ter participação de cerca de 30% a 50%. Tanto

os SCMs e CCMs são comuns se formarem entre outubro e março (FERREIRA; ANABOR, 2015).

Os períodos secos são explicados pela atuação da ZCAS, que são ativados durante o verão austral, esse sistema induz movimentos descendentes intensos no sul do Brasil, inibindo a formação de nuvens e precipitação, o que causa escassez de chuvas e estiagens expressivas (CASARIN; KOUSKY, 1986, QUADRO, 1994).

Além disso, ocorrem bloqueios atmosféricos sobre a América do Sul subtropical, os autores Rodrigues e Woollings (2017) comentam que eles podem causar extremos de temperatura do ar e secas no sul-sudeste do Brasil, pois inibe a formação da ZCAS, porém, dependendo da localização do bloqueio pode causar chuvas intensas (CLIMANÁLISE, 1986). Os bloqueios atmosféricos tendem a ser mais frequentes durante o inverno e menos frequente no verão (MENDES *et al.*, 2005).

Em relação ao ENSO, conforme Minuzzi (2010), o impacto na precipitação em Santa Catarina é maior na primavera e no outono, como nos meses de outubro, novembro e maio. Ainda Minuzzi (2018) relata que em ambas as fases (*El Niño* e *La Niña*), a faixa litorânea catarinense tende a possuir chuvas acima da média e dentro da normalidade, com exceção quando ocorre o *El Niño* Modoki e a *La Niña* Canônico, que a tendência é ter chuvas abaixo da média.

As teleconexões sobre Santa Catarina são explicadas na dissertação de Duarte (2017), apresentando indícios que os diferentes sistemas produtores de chuva (Sistemas Frontais, ZCAS, VCAN, CCMS, etc.) associados com ENSO, em diferentes fases, afetam fortemente a pluviosidade no litoral de SC. Grimm e Tedeschi (2009) também discutem sobre teleconexões e seus impactos na precipitação sobre a América do Sul. Por fim, ainda tem a atuação de

Brisas, que influenciam durante o ano todo favorecendo precipitações, sendo de menor intensidade durante o outono (BRAGA; KRUSCHE, 2000).

Considerações Finais

Na bacia hidrográfica do Rio Cubatão, em ano-padrão seco (2006) foram identificados baixos volumes de chuva por 8 meses seguidos, o que provavelmente acarretou uma significativa redução dos níveis dos rios e da vazão, o que deve ter prejudicado o ecossistema e a captação de água para o abastecimento de alguns municípios da Grande Florianópolis. Em ano-padrão chuvoso (2015), os meses de maio, junho e outubro tiveram chuvas excepcionais, possivelmente foi um ano marcado por enchentes e enxurradas no município de Santo Amaro da Imperatriz. Se tratando da distribuição espacial das chuvas na bacia, ficou evidente que a porção leste tende a registrar os maiores volumes de precipitação.

A variabilidade das chuvas anuais da bacia do Rio Cubatão do Sul e seu entorno foram relativamente constantes, com mais anos secos e tendentes a seco do que chuvosos e tendentes a chuvoso, porém houve a evidência de períodos curtos com altos volumes de precipitação e observou-se um uma leve tendência de incremento nas últimas duas décadas. A distribuição espacial das chuvas nos arredores da bacia indicou que a porção sul demonstrou ser mais chuvoso do que os setores centro e norte, essa característica pode ser explicada pela influência da serras, como a do Tabuleiro e Serra Geral, contribuindo para que ocorra chuvas orográficas, aumentando significativamente os volumes de precipitação. No entanto, as diferenças na variabilidade das chuvas foram mais evidentes na distribuição temporal do que na distribuição espacial.

Os resultados demonstraram que a estação do verão foi mais chuvosa e do inverno foi mais seca, da primavera e do outono foram variáveis, essas características já são conhecidas na região sul do Brasil (CAVALCANTI *et al.*, 2009), portanto, sugere-se investigar quais sistemas meteorológicos, que contribuem com as chuvas ou da falta dela, que mais atuam sobre a bacia hidrográfica e arredores.

No entanto, o conhecimento dos anos-padrão para o estudo da variabilidade das chuvas mensais pode auxiliar na gestão do recurso hídrico, principalmente para o abastecimento nos períodos secos.

Cabe ressaltar que o uso da reanálise MERRA-2 para o estudo teve a necessidade de cautela, pois houve significativas diferenças nos resultados em relação aos dados observados. Com essa evidência, é aconselhável explorar os dados de reanálise e validar utilizando uma maior quantidade de dados observados.

Agradecimentos

Agradecemos às agências brasileiras que disponibilizam as informações meteorológicas (Agência Nacional de Águas e Instituto Nacional de Meteorologia) que permitiram viabilizar este estudo. Nosso agradecimento, também, aos professores Mário Francisco Leal de Quadro, Michel Nobre Muza, Adriano Vitor que estimularam o desenvolvimento deste estudo na disciplina do programa de Mestrado em Clima e Ambiente do IFSC.

Referências

ANDRADE, Kelen Martins. **Climatologia e comportamento dos sistemas frontais sobre a América do Sul**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Meteorologia, Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais Inpe, São José dos Campos, 2005. Cap. 4. Disponível em: http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/jeferson/2005/06.15.17.12/doc/publicacao.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

AMORIM, Raniéri Carlos Ferreira de. *et al*. Avaliação do desempenho de dois métodos de espacialização da precipitação pluvial para o Estado de Alagoas. **Acta Scientiarum Technology**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 87-91, jan. 2008. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/3182. Acesso em: 16 set. 2021.

BALBINOT, Rafaelo *et al*. O papel da floresta no ciclo hidrológico em bacias hidrográficas. **Ambiência**, v. 4, n. 1, p. 131 - 149, 2008. Disponível em:https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/294/1892. Acesso em: 10 jul. 2022

BRAGA, Maria Fernanda s; KRUSCHE, Nisia. Padrão de ventos em Rio Grande, RS, no período de 1992 a 1995. **Atlântica**, [s. l], v. 22, p. 27-40, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284126073_Padrao_de_ventos_em_Rio_Grande_RS_no_periodo_de_1992_a_1995. Acesso em: 17 set. 2021

BRASIL. Lei 9433 de 8 de janeiro de 1997. Diário Da República, 1a Série - N° 116. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, etc. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em 27 de julho de 2021.

CARVALHO JÚNIOR, Ilton Jardim de. **A neve em Palmas/PR: da reconstrução histórica à abordagem dinâmica**. 2004. 284 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/86528. Acesso em: 05 ago. 2021.

CIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN). Superintendência Região Metropolitana da Grande Florianópolis. **Plano de emergência para o sistema de abastecimento de água de Florianópolis – SIA integrado da Grande Florianópolis**. 2013. Disponível em:https://aresc.sc.gov.br/index.php/documentos/plano-emergencial/plano-emergencial-agua/plano-de-emergencia-2013/529-sia-integrado-florianopolis-externo-2013/file. Acesso em: 23 jun. 2022.

CASARIN, Darci P.; KOUSKY, Vernon E. Anomalias de precipitação no sul do Brasil e variações na circulação atmosférica. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 1, p. 83-90, 1986.

CAVALCANTI, Iracema Fonseca de Albuquerque *et al*. **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

CLIMANÁLISE. Boletim de Monitoramento e Análise Climática-INPE/CPTEC. Número especial. CPTEC-INPE, 125p., 1986. Disponível em: http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/boletim/cliesp10a/bloqueio.html. Acesso em: 17 set. 2021

COAN, Bruno de Pellegrin.; BACK Álvaro José.; BONETTI, Anderson Vendelino. Precipitação mensal e anual provável no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, v. 15, n. 10, p. 122-142, 15 abr. 2015. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/38348/25017. Acesso em: 18 jul. 2021.

DUARTE, Laís Gonçalves Fernandes. **O fenômeno El Niño-Oscilação Sul e os eventos extremos de precipitação em Santa Catarina**. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Oceanografia, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182076. Acesso em: 23 ago. 2021.

DURKEE, Joshua D.; MOTE, Thomas L.; SHEPHERD, J. Marshall. The contribution of Mesoscale Convective Complexes to rainfall across subtropical South America. **Journal Of Climate**, [s. l], v. 22, p. 4590-4605, set. 2009. Disponível em: https://journals.ametsoc.org/view/journals/clim/22/17/2009jcli2858.1.xml?tab_body=fulltext-display. Acesso em: 17 set. 2021

EXTERCKOTER, Rudinei Kock. **Diagnóstico da qualidade das relações ambientais estabelecidas no uso da água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul (SC)**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecossistemas, Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88481/228655.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 ago. 2021.

FARIAS, Orlindo Gomes de; FRANCISCO, Cristiane Nunes; SENNA, Monica Carneiro Alves. Avaliação de métodos de interpolação espacial aplicados à pluviosidade em região montanhosa no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. **Revista**

Brasileira de Climatologia, [s. l], v. 21, p. 172-185, jun./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/52065/33495. Acesso em: 25 jul. 2021.

FRANCESCHI, Bruna Bison; OLIVEIRA, José Luiz Rocha. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2017, Florianópolis. **Distribuição espacial da precipitação na bacia hidrográfica do Rio Cubatão Sul - SC**. Florianópolis: ABRhidro, 2017. Disponível em: https://anais.abrhidro.org.br/job.php?Job=2771. Acesso em: 18 jul. 2021.

FERREIRA, Vanessa; ANABOR, Vagner. Climatologia de Sistemas Convectivos De Mesoescala ocorridos sobre a América Do Sul no período de 2005 a 2006. **Ciência e Natura**, vol. 37, n. 1, p. 17-21, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4675/467547641004.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

GAN, Manoel Alonso; KOUSKY, Vernon E.; ROPELEWSKI, Chester F. The South America monsoon circulation and its relationship to rainfall over West-Central Brazil. **Journal Of Climate**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 47-66, jan. 2004. Disponível em: https://journals.ametsoc.org/view/journals/clim/17/1/1520-0442_2004_017_0047_tsamca_2.0.co_2.xml?tab_body=fulltext-display. Acesso em: 17 set. 2021.

GARDIMAN JUNIOR, Benvindo Sirtoli. *et al.* Análise de técnicas de interpolação para espacialização da precipitação pluvial na bacia do rio Itapemirim (ES). **Revista Ambiência**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 61-71, 2 maio 2012. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1401/0. Acesso em: 18 jul. 2021.

GRIMM, Alice M.; TEDESCHI, Renata G.. ENSO and extreme rainfall events in South America. **Journal Of Climate**, [s. l], v. 22, p. 1589-1609, 1 abr. 2009. Disponível em: https://journals.ametsoc.org/view/journals/clim/22/7/2008jcli2429.1.xml. Acesso em: 17 set. 2021.

HAAS, Reinaldo. **Simulações da chuva orográfica associada a um ciclone extratropical, no Litoral Sul do Brasil**. 2002. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Meteorologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Reinaldo-Haas/publication/34973519_Simulacoes_da_chuva_orografica_associada_a_um_ciclone_extratropical_no_Litoral_Sul_do_Brasil/links/551e08660cf29dcabb03971e/Simulacoes-da-chuva-orografica-

associada-a-um-ciclone-extratropical-no-Litoral-Sul-do-Brasil.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

JORGE, Felipe Vanhoni; MENDONÇA, Francisco. O clima da fachada atlântica sul do Brasil: uma atualização introdutória. **Revista de Climatologia Brasileira**, [s. l], p. 119-131, set. 2009. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/50481. Acesso em: 5 ago. 2021.

JUSTI DA SILVA, Maria Gertrudes Alvarez; SILVA DIAS, Maria Assunção Faus da. A Estatística dos transientes na América do Sul. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, XI., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]

LEMOS, Carlos Fernando.; CALBETE, Nuri Oyamburo de. Sistemas frontais que atuaram no litoral de 1987-1995. **Climanálise**. Edição comemorativa 10 anos, 1996. Disponível em: http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/boletim/cliesp10a/14.html. Acesso em: 02 de ago. 2021.

MENDES, Monica C. D. *et al*. Bloqueios atmosféricos de 1960 a 2000 sobre o oceano Pacífico Sul: impactos climáticos e mecanismos físicos associados. **Revista Brasileira de Meteorologia**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 175-190, 2005. Disponível em: http://idlcc.fc.ul.pt/pdf/42-2003_MCDMendes-Aceito.pdf. Acesso em: 17 set. 2021

MINUZZI, Rosandro Boligon. Variabilidade no regime de chuva em Santa Catarina durante diferentes tipos de ENOS. **Agrometeoros**, Passo Fundo, v. 26, n. 1, p. 113-122, jul. 2018. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/agrometeoros/article/view/26341. Acesso em: 17 set. 2021.

MINUZZI, Rosandro. Boligon. Chuvas em Santa Catarina durante eventos do El Niño Oscilação Sul. **Geosul**, v. 25, n. 50, p. 107-127, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v26n50p107. Acesso em: 17 set. 2021.

PEREIRA, Adilson. *et al*. **Mananciais Casan - Expedição ao Rio Cubatão**. CASAN, 2002. Disponível em: https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/expedicao-ao-rio-cubatao#0. Acesso em: 20 jun. 2021.

PEREIRA, Marco Alésio Figueiredo; KOBIYAMA, Masato. Análise de variâncias pluviométricas na região da bacia hidrográfica do Cubatão do Sul (SC). **Revista Ambiência**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 95-111, 1 abr. 2013. Disponível em:

https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1709. Acesso em: 18 jul. 2021.

PMF, Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB**. 2010. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_06_2012_14.30.47.226a141fe7934e1bb87d01822392dd. Acesso em: 16 set. 2021.

PORTO, Mônica; PORTO, Rubem L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 43-60, jun. 2008.Disponível em:https://www.scielo.br/j/ea/a/ccyh4cf7NMdbpJdhSzCRNtR/?lang=pt. Acesso em: 16 set. 2021.

QUADRO, Mário Francisco Leal de. **Estudos de episódios de Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) sobre a América do Sul**. 1994. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meteorologia, INPE, São José dos Campos, 1994.

REBOITA, Michelle Simões *et al.* Análise de um ciclone semi-estacionário na costa sul do Brasil associado a bloqueio atmosférico. **Revista Brasileira de Meteorologia**, [s. l], v. 24, n. 4, p. 407-422, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbmet/a/VzVD59M8fypjNZPjYyyx4yv/abstract/?lang=ptAcesso em: 17 set. 2021

ROCHA, Jefferson Sousa, *et al.* Análise Comparativa dos métodos de interpolação para o cálculo de precipitações médias na bacia hidrográfica do açude Patu/CE. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 10., 2019, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Ibeas, 2019. p. Disponível em: 1-5.https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2019/VIII-075.pdf. Acesso em: 13 set. 2021

RODRIGUES, Maria Laura Guimarães; FRANCO, Davide; SUGAHARA, Shigetoshi. Climatologia de frentes frias no litoral de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geofísica**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 135-151, ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbg/a/7W4YBcgsyBXcDGF9jwWfc4m/?lang=pt. Acesso em: 17 set. 2021

RODRIGUES, Regina R.; WOOLLINGS, Tim. Impact of Atmospheric Blocking on South America in Austral Summer. **American Meteorological Society**, [s. l], p. 1821-1837, 1 mar. 2017. Disponível em: https://journals.ametsoc.org/view/journals/clim/30/5/jcli-d-16-0493.1.xml?tab_body=pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS)**, 2018. Disponível em: http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Plano%20Estadual/etapa_e/perh_sc_plano_de_acoes-2017-final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **As chuvas no estado de São Paulo: contribuição ao estudo da variabilidade e tendência da pluviosidade na perspectiva da análise geográfica**.1995. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SATYAMURTY, Prakki., *et al.*. South America. In: Meteorology of the Southern Hemisphere. **American Meteorological Society**, v. 27, n. 49, 1998, p. 119-139.

SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio Fernando Monteiro. **Conceito de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus: Editus, 2002. 293p.

SILVA, Maicon Cláudio da; MATTEI, Lauro. Breves notas sobre a demografia na região da grande Florianópolis na primeira década do século XXI. **Revista Necat**, [s.l], v. 2, n. 3, p. 89-101, jan./jun. 2013. Disponível em: http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/2789. Acesso em: 16 set. 2021.

SILVESTRE, Miriam Rodrigues; SANT'ANNA NETO, João Lima; FLORES, Edilson Ferreira. Critérios estatísticos para definição de anos padrão: uma contribuição à climatologia geográfica. **Revista Formação**, [s.l], v. 2, n. 20, p. 23-53, 2013. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2360/2398. Acesso em: 25 ago. 2021.

STURGES, Herbert A. The Choice of a Class Interval. **American Statistical Association**. [s.l] p. 65-66. mar. 1926. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2965501. Acesso em: 18 jul. 2022.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. **Hidrologia: ciência e aplicação.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade: ABHR, 1997. 943 p.

TUNDISI, José Galizia, *et al.* **Limnologia de Águas Interiores: impactos, conservação e recuperação de ecossistemas aquáticos**. In: REBOUÇAS, Aldo da C; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (org.). Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e gestão. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. Cap. 7. p. 203-240.

VELASCO, Ines; FRITSCH, J. Michael. Mesoscale convective complexes in the Americas. **Journal of Geophysical Research**, [S.L.], v. 92, n. 8, p. 9591, 1987. Disponível em: https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1029/JD092iD08p09591. Acesso em: 16 set. 2021.

WMO. **International Meteorological Vocabulary**. 2. ed. Geneva, 1992. 802 p. Disponível em: https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=4712. Acesso em: 8 ago. 2021.

WMO. **World Meteorological Organization.Updated 30-year reference period reflects changing climate**. 2019. Disponível em : https://public.wmo.int/en/media/news/updated-30-year-reference-period-reflects-changing-climate. Acesso em: 08 ago. 2021.

ZAVATTINI, João Afonso; BOIN, Marcos Norberto. **Climatologia Geográfica**: teoria e prática de pesquisa. Campinas: Alínea, 2013.

Submetido em: 23 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 04 de julho de 2022.
Aprovado em: 22 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

RAMOS, K. A.; CAMISÃO, M. L. de A. .; CARVALHO, K. V. de; ALVES, T. P. . Precipitação da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Sul/SC: estudo da variabilidade com dados observados e reanálise MERRA-2. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 828–860, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2322.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link:
https://drive.google.com/file/d/1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .
Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os títulos, subtítulos e nomes dos autores devem ter apenas a primeira letra das frases e de substantivos próprios em caixa alta.

14. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.
15. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
16. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
17. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
18. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. Titles, subtitles and authors' names must have only the first letter of sentences and proper nouns in capital letters.
14. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website

or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).
15. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.
16. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.
17. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. Los títulos, subtítulos y nombres de los autores deben tener solo la primera letra de las oraciones y los nombres propios en mayúsculas.

14. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

15. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

16. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

17. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil